



Eletrobras e Cepel

Relatório de Gestão do Exercício de 2011

**Rio de Janeiro
Maio 2012**



Eletrobras e Cepel

Relatório de Gestão do Exercício de 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 108/2010, da Portaria TCU nº 123/2011.

Rio de Janeiro
Maio de 2012

SUMÁRIO

I - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.....	4
1. Identificação.....	4
2. Planejamento e gestão orçamentária e financeira.....	8
3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	107
4. Movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	107
5. Recursos Humanos.....	108
6. Transferências mediante convênio, contrato de repasse e outros acordos.....	133
7. Declaração SIASG/SICONV.....	164
8. Cumprimentos das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10/11/93.....	165
9. Funcionamento do sistema de controle interno.....	167
10. Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental.....	171
11. Gestão do patrimônio imobiliário – “Bens de Uso Especial”.....	174
12. Gestão de Tecnologia da Informação (TI).....	175
13. Utilização de cartões de pagamento do Governo Federal.....	177
14. Renúncia Tributária.....	177
15. Providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU.....	177
16. Tratamento das recomendações realizadas de Controle Interno.....	214
17. Outras informações consideradas relevantes.....	401
II - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	401
1. Demonstrações Contábeis Previstas na Lei nº 6.404/76.....	401
2. Composição Acionária do Capital Social.....	401
3. Parecer da Auditoria Independente sobre as Demonstrações Contábeis.....	405
III - INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS A CONSTAR DO RELATÓRIO DE GESTÃO.....	405
1. Demonstrativo analítico das despesas com ações de publicidade e propaganda.....	405
2. Remuneração para aos Membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.....	419
3. Entidades fechadas de Previdência Complementar.....	427
4. Relação de arquivos anexos.....	435

LISTAS DE TABELAS, ILUSTRAÇÕES, ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

I) Ingressos e Aplicações CCC 2011.....	07
II) Posicionamento Estratégico.....	10
III) Natureza dos Investimentos.....	13
IV) Processo de Planejamento e Gestão do Sistema Eletrobras.....	15
V) Índice de Alavancagem Financeira.....	46
VI) Dívida da Eletrobras.....	47
VII) Principais Indicadores (Consolidado).....	49
VIII) Resultado do Consolidado.....	49
IX) Resultado Primário.....	50
X) Programa de Dispêndios Globais – PDG.....	50
XI) Programa de Dispêndios Globais – PDG – Cepel.....	51
XII) Evolução dos Gastos Gerais.....	53
XIII) Demonstração do Fluxo Financeiro de Projetos em Programas Financiados com Recursos Externos.....	53
XIV) Demonstração dos Indicadores do CMDE das Empresas Consolidadas.....	54
XV) Índice de Satisfação dos Clientes Externos.....	95
XVI) Fornecimento Consolidado.....	100
XVII) Fornecimento Por Empresa e Classe de Consumo.....	101
XVIII) Índice de Reajuste Tarifário.....	102
XIX) Perdas Técnicas e Não Técnicas.....	102
XX) DEC/FEC.....	103
XXI) Inadimplência Consolidada.....	104
XXII) Inadimplência por Distribuidora.....	105
XXIII) Distribuição de Postos de Atendimento.....	106
XXIV) Investimento por Distribuidora.....	106
XXV) Ebtida por Distribuidora.....	107
XXVI) Receita Operacional Líquida por Distribuidora.....	107
XXVII) Evolução do Lucro Líquido / Prejuízo Líquido por Distribuidora.....	107
XXVIII) Despesas com Publicidade e Propaganda.....	405
XXIX) Projetos Esportivos.....	406
XXX) Projetos Incentivados.....	410
XXXI) Projetos Não Incentivados.....	415
XXXII) Despesas com Publicidade e Propaganda – Cepel.....	419
XXXIII) Proporção de Cada Elemento na Remuneração Total.....	421
XXXIV) Totais dos Salários de Partic. dos Empregados da Patrocinadora Eletrobras Participantes....	428
XXXV) Demonstrativo das Demonstrações Previdenciárias 2011 (BD).....	429
XXXVI) Demonstrativo das Demonstrações Previdenciárias 2011 (CD).....	430
XXXVII) Demonstrativo dos Repasses Eletrobras 2011.....	431
XXXVIII) Demonstrativo Previdenciário do Cepel 2011.....	433

I – Informações Sobre a Gestão

1. Identificação

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação ou Supervisão: Ministério de Minas e Energia - MME		Código SIORG: 2852
Identificação da Unidade Jurisdicionada consolidadora e agregadora		
Denominação completa: Centrais Elétricas Brasileiras S.A		
Denominação abreviada: ELETROBRAS		
Código SIORG: 226	Código na LOA: Não se aplica	Código SIAFI: 910808
Natureza Jurídica: Sociedade de Economia Mista		
Principal Atividade: Energia Elétrica		Código CNAE:
Telefones/Fax de contato:	Tel (61) 3329-7306/7315	Tel (21) 2514-6201 (21) 2514-6001
Endereço eletrônico: pg@eletrobras.com		
Página da Internet: http://www.eletrobras.com		
Endereço Postal: Sede – SCN, Quadra 4, Bloco B sala 203, Edifício Centro Empresarial Varig, CEP 70.714-900 Brasília/DF Escritório Central. Av. Presidente Vargas 409, 13º - CEP 20.071-003 – Centro – Rio de Janeiro/RJ		
Identificação das Unidades Jurisdicionadas consolidadas		
Nome	Situação	Código SIORG
Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL	ATIVA	60381
Conta de Consumo de Combustíveis - CCC	ATIVA	
Identificação das Unidades Jurisdicionadas agregadas		
Número de Ordem: 1		
Denominação completa: Reserva Global de Reversão		
Denominação abreviada: RGR		
Código SIORG: sem relação	Código LOA: sem relação	Código SIAFI: sem relação
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Fundos		
Principal Atividade: sem relação		Código CNAE: sem relação
Telefones/Fax de contato:		E-mail:
Página na Internet: http://www.eletrobras.com		
Endereço Postal:		
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas		
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas		
Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971; Lei nº 8.631, de 04 de março de 1993; Decreto nº 774, de 18 de março de 1993; Resolução ANEEL nº 23, de 05 de fevereiro de 1999.		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas		
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas		
Identificação das Unidades Jurisdicionadas agregadas		
Número de Ordem: 2		
Denominação completa: Conta de Desenvolvimento Energético		
Denominação abreviada: CDE		

Código SIORG: sem relação	Código LOA: sem relação	Código SIAFI: sem relação
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Fundos		
Principal Atividade: sem relação		Código CNAE: sem relação
Telefones/Fax de contato:	E-mail:	
Página na Internet: www.eletronbras.com		
Endereço Postal:		
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas		
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas		
Criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002; Decreto nº 4.541, de 23 de dezembro de 2002; Resolução Normativa nº074, de 15 de julho de 2004; Resolução Normativa nº129, de 20 de dezembro de 2004.		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas		
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas		
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas		
Não se aplica		

Introdução

O presente Relatório de Gestão está estruturado com as informações da Eletrobras e Cepel, como consolidada.

Fundos da Reserva Global de Reversão e Conta de Desenvolvimento Energético – CDE são apresentados após o Relatório de Gestão da Eletrobras como agregados.

Ressalta-se que a administração dos fundos acima mencionados, coube a Eletrobras por determinação legal, portanto, os responsáveis da Eletrobras também são responsáveis por estes fundos.

Com relação à Conta de Consumo de Combustíveis apresentamos as seguintes considerações:

1. O Fundo CCC foi criado na década de 70 para atender ao Sistema Interligado, passando a considerar a cobertura dos Sistemas Isolados em 1992.
2. Tendo inicialmente a finalidade de cobrir parte dos custos com a aquisição de combustíveis, passou também a considerar, a partir de 1998, a cobertura com os empreendimentos sub-rogados ao Fundo, com intuito de buscar a economicidade e a substituição de derivados de petróleo.
3. Em julho de 2009 foi editada a MP 466/2009, que deu origem a Lei 12.111/2009, regulamentada pelo Decreto 7.246/2010, que dispõe sobre os serviços de energia elétrica nos Sistemas Isolados e que alterou diversos diplomas legais relacionados ao Fundo Setorial CCC.
4. Estão incluídos no Custo Total de Geração (CTG) os investimentos e contratações, os combustíveis e suas despesas acessórias e a operação e manutenção das usinas. Do CTG apurado é descontado o custo da energia caso esta fosse comprada no ambiente de contratação regulada, do Sistema Interligado Nacional.
5. A Lei 12.111 manteve a cobertura para os empreendimentos sub-rogados ao Fundo, sendo a condição para a obtenção do subsídio da sub-rogação o empreendimento trazer economia atual ou futura para o Fundo ou a diminuição do consumo de derivados de petróleo. Importante destacar que a partir da Lei 12.111/2009 não há mais previsão de data para o encerramento das atividades do Fundo Setorial CCC.
6. Nesse contexto, em 2011 foram realizados adiantamentos de valores referentes ao período de início da vigência da Lei 12.111, Julho/2009 a Abril/2011, dado a definição das regras de reembolso instituída pela Resolução Normativa nº 427/2011. Dessa forma, foram promovidos adiantamentos do passivo constituído na ordem de R\$ 1,7 Bilhões. Ademais, o Fundo Setorial CCC operou a partir de Maio/2011 promovendo adiantamentos de recursos para cobrir parte dos custos de geração das empresas, pois a Lei 12.111, em sua totalidade, ainda não havia sido regulamentada.
7. Dessa forma, foram arrecadados por meio de quotas mensais das empresas Distribuidoras, Transmissoras e Permissionárias cerca de R\$ 5,9 Bilhões, que com acréscimo de multas, parcelamentos, aplicações e outros, permitiram repasses da ordem de R\$ 5,3 bilhões, sendo R\$ 129 milhões para as sub-rogações e o restante para os adiantamentos promovidos.

A seguir apresentamos o quadro com a movimentação da CCC em 2011:

I) Ingressos e Aplicações da CCC 2011

Movimentação	R\$ milhões
Ingressos:	6.468
Arrecadação de quotas	5.852
Parcelamento	238
Rendimento de aplicações financeiras	101
Outras fontes	277
Aplicações:	5.325
Adiantamentos do Custo de Geração	5.122
Sub-rogações	129
Outras aplicações	74

Entende-se pela leitura da legislação que disciplina o assunto que com relação ao Cepel não se aplica a declaração com relação ao SISCONV.

Registramos que cartões de pagamento do governo federal e renúncia tributária, respectivamente, não se aplicam nem à Eletrobras e nem ao Cepel.

Considerando que a Eletrobras é empresa de economia mista, e, portanto, regida pela Lei 6.404/76, os itens os itens 1 e 2 da Parte B – Informações Contábeis, do anexo da DN 107/2010, não se aplicam à Eletrobras e nem ao Cepel que segue a mesma lei.

A Eletrobras chega ao fim de 2011, consolidando seu papel estratégico no setor elétrico brasileiro, e fortalecida para atingir, até 2020, a meta de se tornar o maior sistema global de energia limpa. Maior integração estratégica e sinergia operacional entre a *holding* e as subsidiárias, aperfeiçoamento da governança e gestão empresarial, busca de transparência e agregação de valor pela mitigação de riscos nos diversos negócios, estrutura organizacional mais eficiente, expressivo volume de obras, tanto de expansão como de revitalização do sistema existente, presença significativa nos leilões de geração e transmissão foram algumas conquistas alcançadas, fruto do empenho de nossos mais de 28.000 colaboradores ao longo de 2011. Seguir no caminho de nossos ideais nos orgulha e nos satisfaz, mas podemos também comemorar o reconhecimento de nossos esforços pela sociedade e por várias instituições especializadas, que atestam nossos compromissos com a sustentabilidade e o nosso crescimento.

O lucro de 2011 atingiu a R\$ 3,73 bilhões, 66% superior auferido em 2010, influenciado fortemente pela variação cambial e também pela melhoria de eficiência operacional.

Na geração, elevamos nossa capacidade instalada para 41.621 MW, com a incorporação de 193 MW, em 2011. Estamos construindo através de investimentos corporativos e em SPEs cerca de 22.524 MW, destacando-se as hidrelétricas de Belo Monte, Jirau, Santo Antonio e Teles Pires, a nuclear de Angra III e uma série de eólicas. Em fase de estudos de inventário e viabilidade, estamos desenvolvendo 21.942 MW, destacando-se o Complexo Tapajós.

Na transmissão, incorporamos aos nossos ativos mais 527 km de linhas e 3.576 MVA em subestações, atingindo uma extensão total de 56.179 km e 195.486 MVA. Presentemente, participamos da construção de 6.640 km de linhas e 33.150 MVA em subestações, também por meio de investimentos corporativos e de SPEs.

Na distribuição, passamos a atender a mais 186.711 consumidores e ampliamos as nossas redes de distribuição, em mais 27.156 km, totalizando o atendimento a cerca de 3,5 milhões de consumidores e 187.256 km de redes de distribuição.

2. Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira

ELETROBRAS

Perfil da Empresa

A Eletrobras é a maior holding do setor de energia elétrica da América Latina, com capacidade instalada total de geração igual a 42.974 MW (36,8% do total do país), dos quais 90% são de fontes com baixa emissão de gases de efeito estufa (85% de hidrelétricas e 5% de nuclear), e 56.179 KM de linhas de transmissão em operação, em alta e extra-alta tensão, desde 69 mil Volts até 750 mil Volts (55,5% do total do país).

A Eletrobras possui seis empresas de geração e transmissão, seis empresas de distribuição, um centro de pesquisas, uma empresa de participações e ainda detém 50% do capital social da Itaipu Binacional. Em 15 de dezembro de 2011, a Eletrobras anunciou sua intenção de assumir o controle da Celg Distribuição S/A, no estado de Goiás, por meio de aquisição de 51% de suas ações ordinárias. O conjunto das empresas Eletrobras empregou em 2010 mais de 28.450 funcionários, responsáveis por um lucro de R\$ 2.247 milhões.

Sendo uma empresa de capital aberto, a companhia foca em resultados e na remuneração adequada a seus acionistas, orientando-se pelas melhores práticas de governança corporativa. O resultado desse esforço a colocou, pelo 5º ano consecutivo, no Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa (ISE Bovespa) e permitiu que suas ações fossem negociadas nas bolsas de São Paulo, de Nova Iorque e de Madrid. A Eletrobras tem sede em Brasília e escritório central no Rio de Janeiro, além de escritórios de representações em Lima, no Peru; Montevidéu, no Uruguai; e Cidade do Panamá, no Panamá. Em termos mundiais, a Eletrobras ocupa a 9ª posição em valor de ativos (set/11) e a 42ª posição em valor de mercado (jan/12).

A Eletrobras, por delegação de seu acionista majoritário, é também um agente oficial para administração e aplicação de fundos governamentais setoriais como a RGR (Reserva Global de Reversão) e a CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), além de administrar programas de governo de caráter social como o PROCEL (Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica) e o Programa Luz para Todos.

Em 2011 a Eletrobras realizou cerca de 80% dos investimentos previstos para o ano, agregando um montante de 543 MW à sua capacidade instalada total de geração e um montante de 315 Km de linhas de transmissão. Para o ano de 2012, a previsão de investimentos é da ordem de R\$ 13,3 bilhões.

No segmento de geração, estão em construção mais de 22.523 MW de capacidade instalada por todo o território nacional, empreendimentos em sua grande maioria desenvolvidos em parcerias, mediante a constituição de Sociedades de Propósito Específico (SPEs) com outras empresas e investidores. Existe ainda um total de 1.170 MW em projetos outorgados e não iniciados. Já na fase de estudos de viabilidade e projeto básico a cargo das empresas Eletrobras, há uma capacidade instalada total adicional prevista da ordem de 22.543 MW. Somente para o período de 2012-2015, está previsto um acréscimo contratado de capacidade instalada da ordem de 13.251 MW,

representando um investimento associado de R\$ 26,4 bilhões. Como destaque, temos o início em 2011 das obras da Usina Hidrelétrica de Teles Pires.

No segmento de transmissão, os empreendimentos em construção representam uma agregação de 6.641 Km de linhas ao portfólio da Eletrobras, sendo que, deste total, 4.206 Km estão sendo desenvolvidos em parcerias com outras empresas. O investimento associado a estes empreendimentos totaliza R\$ 10,9 bilhões.

Nos leilões de energia realizados em 2011, foram arrematados 1.258 MW pelas empresas Eletrobras e seus sócios, com destaque para 808 MW em usinas eólicas, e 3.079 Km de linhas de transmissão.

No segmento de distribuição, as atividades das empresas Eletrobras estão concentradas nas regiões Norte e Nordeste. Em 2011, no conjunto das empresas, foram comercializados 13,68 GWh de energia elétrica para 3,49 milhões de clientes em 463 municípios, sendo 40% consumidores de baixa renda. Os investimentos no ano atingiram aproximadamente R\$ 1,1 bilhão, utilizados na construção de 27,1 mil km de linhas de distribuição. Cerca de 186.890 novos consumidores foram ligados à rede.

Com o objetivo de ampliar seu mercado de atuação e levar sua expertise com energia limpa para outros lugares do planeta, a Eletrobras tem realizado estudos em busca de construção ou aquisição de ativos no exterior. Existem empreendimentos de geração e de transmissão sendo avaliados através de estudos de viabilidade em vários países, tais como Nicarágua, Peru, Uruguai, Argentina e Moçambique. A nível de estudos iniciais, existem empreendimentos sendo avaliados em El Salvador, Honduras, Costa Rica, Guiana, Colômbia, Bolívia, Angola, Namíbia, Nepal, dentre outros. Um destaque em 2011 foi a apresentação de proposta para a aquisição de 21,35% das ações da Energias de Portugal (EDP), chegando a empresa à fase final da concorrência internacional, vencida pela Three Gorges Corporation (China).

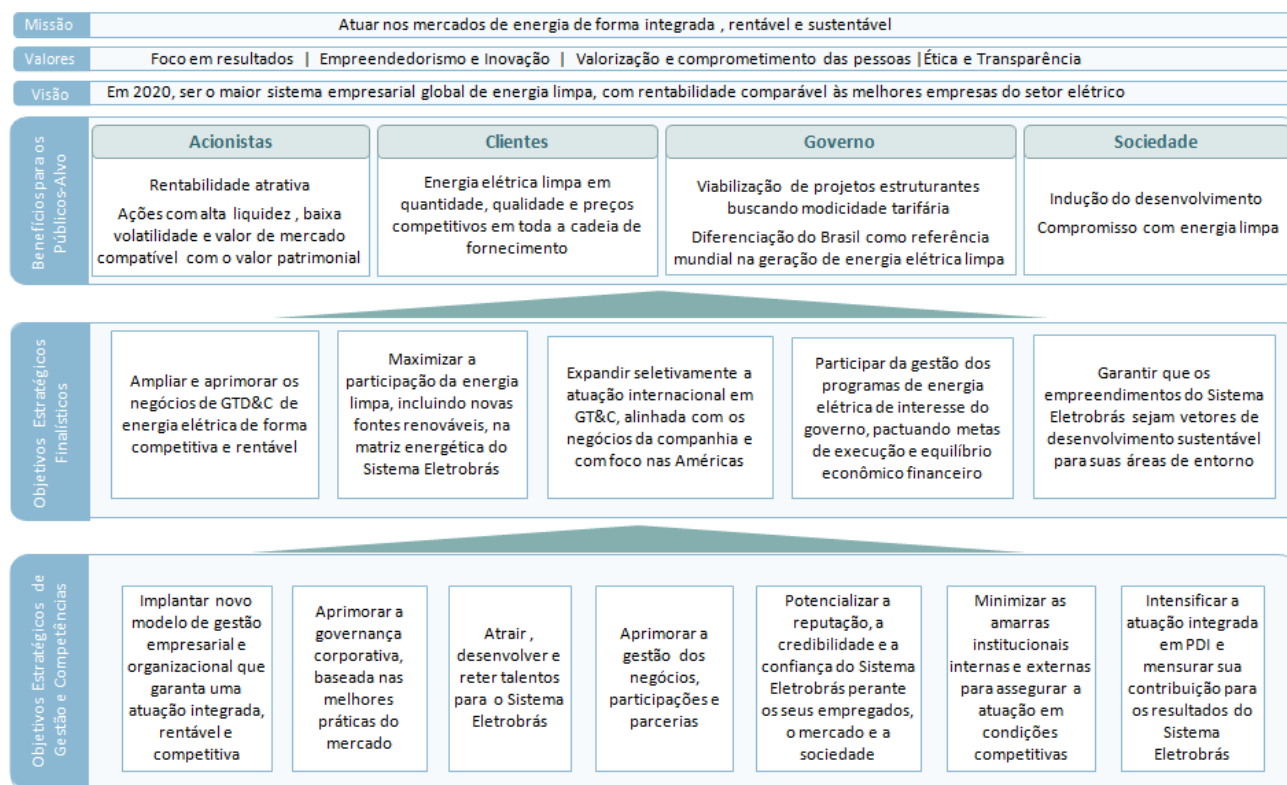
2.1. Responsabilidades institucionais da unidade

2.1.1. Planejamento Estratégico

O Plano Estratégico do Sistema Eletrobras para o período 2010-2020 foi aprovado pelo Conselho de Administração da Eletrobras em 22 de janeiro de 2010, e resulta de um trabalho integrado de todas as empresas Eletrobras. O posicionamento estratégico (vide figura a seguir) é o núcleo deste Plano. Ele confere ao compromisso com a sustentabilidade a posição de eixo da expansão do sistema, permeando todos os seus processos e o desenvolvimento de seus negócios. Os públicos nele destacados representam uma síntese, em quatro grandes blocos, de diversas partes interessadas específicas, consolidadas segundo os benefícios mais importantes que devem ser esperados da atuação do Sistema Eletrobras.

II) Posicionamento Estratégico

Posicionamento Estratégico



Com efeito, na medida em que se percorrem os demais níveis do posicionamento estratégico (objetivos estratégicos finalísticos, de gestão e de competências), novos públicos vão sendo identificados, em sucessivos níveis de desdobramento: acionistas minoritários; consumidores finais de energia, bem como comunidades remotas ainda sem acesso à energia elétrica; diversos ministérios que fazem interface com o negócio da empresa; órgãos reguladores e fiscalizadores; associações de classe; organizações ambientalistas; fornecedores; empregados das empresas Eletrobras e mercado de trabalho conexo; sócios em parcerias e consórcios; comunidades no entorno dos empreendimentos; comunidade acadêmica e científica; mídia; entidades da sociedade civil organizada, entre outros. Os relacionamentos com esses públicos de interesse são consolidados e normatizados para todo o Sistema Eletrobras a partir de documentos formais, alinhados com o Plano Estratégico, nas políticas (Sustentabilidade; Ambiental; Logística de Suprimento; P&D+I; Comunicação; Patrocínio); planos (Carreira e Remuneração; Desenvolvimento e Capacitação de Pessoas); códigos (Ética e Conduta Profissional); sistemas (Gestão de Desempenho) e diretrizes (Responsabilidade Social).

CEPEL

O Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel) foi fundado em 1974 para prover o País de uma infraestrutura tecnológica avançada em equipamentos e sistemas elétricos, de forma a atender às características singulares do setor elétrico brasileiro, que tem ampla base de usinas hidrelétricas de grande porte e linhas de transmissão de dimensões continentais.

Entre os resultados da atuação do Cepel nas últimas três décadas, destaca-se o conjunto de programas e modelos computacionais que, hoje, estão na base de todas as atividades de

planejamento e operação do sistema elétrico nacional. Construídos com o forte apoio das Empresas Eletrobras, esses programas e modelos representam esforço sem paralelo nos países em desenvolvimento. Embora criados para atender às necessidades brasileiras, em alguns casos têm conquistado mercados no exterior.

Nos últimos anos, a fim de responder a novas e crescentes necessidades do setor e do País, o Cepel vem incrementando também esforços para otimização e expansão dos recursos hídricos, para conservação de energia e eficiência energética e para desenvolvimento de fontes alternativas, itens de grande destaque na agenda para o desenvolvimento sustentável do setor elétrico nacional.

Maior instituição de pesquisas em energia elétrica na América do Sul, o Cepel faz parte do Sistema Eletrobras. Suas empresas fundadoras são a holding Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) e as controladas Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte), Eletrosul Centrais Elétricas S.A. e Furnas Centrais Elétricas S.A. Conforme estabelece a política de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P&D+I) do Sistema Eletrobras, o Cepel é o executor central de programas e projetos de P&D+I para as Empresas Eletrobras; trabalhando, sob coordenação da holding, na prospecção e formulação das políticas e estratégias de P&D+I, sempre em parceria com as empresas do Sistema; assessorando também a avaliação de resultados, a gestão do conhecimento tecnológico e a aplicação de conhecimento técnico estratégico.

Os beneficiários da atuação do Cepel, porém, transcendem o Sistema Eletrobras. Entre eles estão os ministérios de Minas e Energia (MME), do Meio Ambiente (MMA) e da Ciência e Tecnologia (MCT), e entidades setoriais, como a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), além de concessionárias e fabricantes de equipamentos.

O Cepel tem cerca de 500 empregados e um complexo de 32 laboratórios, instalados em sua sede, na Unidade Ilha do Fundão, na cidade do Rio de Janeiro e na Unidade de Adrianópolis, no município de Nova Iguaçu (RJ). Vários desses laboratórios são pioneiros no Brasil, e alguns são únicos na América do Sul. Sua infraestrutura laboratorial com padrão de excelência internacional permite a realização de projetos de pesquisa e desenvolvimento e a execução de serviços tecnológicos para os mais variados equipamentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Novos e importantes investimentos em sua infraestrutura laboratorial permitirão ao Centro manter-se na vanguarda, situação essencial para apoiar o desenvolvimento de soluções avançadas em transmissão de grandes blocos de energia entre regiões remotas, como os dos aproveitamentos hídricos na Amazônia para os grandes centros consumidores. Longas distâncias devem ser vencidas, com confiabilidade, buscando-se menores custos econômicos e ambientais. E para as pesquisas experimentais e os ensaios, fundamentais para demonstração das novas tecnologias em desenvolvimento no Cepel, está sendo construído, na unidade em Adrianópolis, o Laboratório de Ultra-Alta Tensão, com forte apoio de recursos da Eletrobras e também da FINEP.

Também estão instalados em sua sede o Centro de Referência para Energia Solar e Eólica Sérgio de Salvo Brito (Cresesb), que promove o desenvolvimento e a utilização da energia solar e eólica; o Centro de Aplicação de Tecnologias Eficientes (Cate), cuja função é promover a conservação de energia e a eficiência energética por meio da demonstração de tecnologias e da realização de diagnósticos energéticos de indústrias e edifícios públicos e comerciais; e a Casa Solar Eficiente, uma unidade de demonstração.

O Cepel tem permanente participação em grupos técnicos setoriais e dá apoio tecnológico a importantes programas e projetos governamentais, destacando-se: Programa Luz para Todos, para universalização do acesso à energia elétrica; Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa); Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel); e Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (Reluz). Também apóia a elaboração dos Planos Decenais de Expansão de Energia e do Plano Nacional de Energia.

O Cepel também possui creditações do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) e participa da formulação de normas técnicas não só para o setor elétrico, como também para os setores de petróleo e aeronáutico.

Outra função do Cepel é disseminar conhecimento pela capacitação de técnicos do setor elétrico e pela divulgação de informações técnicas por meio de cursos, promoção de eventos, publicação de artigos técnicos e edição de livros, vídeos e material didático.

Ciente da importância do conhecimento e da tecnologia para os avanços do setor, o Cepel mantém o seu compromisso de continuar trabalhando em soluções tecnológicas que possam contribuir com as Empresas Eletrobras e o sistema elétrico brasileiro na execução de políticas públicas e na superação dos grandes desafios.

2.2. Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais

ELETROBRAS

2.2.1 Investimentos

Em 2011, o Sistema Eletrobras realizou 75% do valor previsto para o orçamento global de investimentos, destacando os principais empreendimentos:

Na Geração e Transmissão

Furnas: Usina Hidrelétrica de Batalha e Usina Hidrelétrica de Simplício.

Eletronuclear: Usina Termonuclear de Angra III.

Eletrosul: Usina Hidrelétrica São Domingos e Usina Hidrelétrica Passo São João.

Eletronorte: Reforços e melhorias no Sistema de Transmissão da Região Norte.

Chesf: Irrigação de lotes na área de reassentamento na Usina Hidrelétrica de Itaparica, implantação do parque de geração de energia eólica Casa Nova, ampliação do Sistema de Transmissão de energia elétrica na Região Nordeste, Implantação das Subestações Suape II, Suape III, Recife II e Pirapama II.

CGTEE: Usina Termelétrica Candiota III.

Na Distribuição

ED Amazonas Energia e ED Piauí: Ampliação de rede rural de energia elétrica - Programa Luz para Todos.

ED Rondônia: Implantação da Subestação Coletora Porto Velho.

Empreendimentos com Sociedades de Propósito Específico - SPE's:

Durante o exercício de 2011, as Empresas do Sistema Eletrobras participaram de diversos empreendimentos associadas com outras empresas na modalidade de Sociedades de Propósito Específicos - SPE's, destacando:

Implantação da Estação Retificadora Porto Velho.

Implantação do Sistema de Transmissão Porto Velho-Rio Branco.

Usinas Hidrelétricas de Belo Monte, Jirau e Santo Antônio.

Linha de Transmissão Porto Velho (RO)/Araraquara 2 (SP).

Linha de Transmissão Oriximiná (PA)/Itacoatiara-Cariri (AM) e Subestações Itacoatiara e Cariri (AM).

III) Natureza dos Investimentos

Natureza dos Investimentos - R\$ milhões	2011	2010	%
Geração	3.138	2.815	11,4
Transmissão	2.515	1.257	100,1
Distribuição	779	822	(5,2)
Qualidade Ambiental	56	50	1,1
Pesquisa	14	16	(12,5)
Infraestrutura	272	319	(14,7)
Total Corporativo	6.775	5.279	28,3
Geração	2.109	822	156,6
Transmissão	995	853	16,6
Total SPE's	3.104	1.635	89,8
Total dos Investimentos	9.879	6.914	42,9

2.2.2. A Evolução do Processo de Planejamento e Gestão do Sistema Eletrobras

Após a conclusão, em 2010, da elaboração do Plano Estratégico do Sistema Eletrobras 2010-2020 e do Plano Diretor de Negócios para o período 2010-2014, o processo de Planejamento e Gestão do Sistema Eletrobras entrou, em 2011, em uma segunda fase, na qual foram desenvolvidas as seguintes atividades:

1. Consolidação e atualização dos Planos Diretores de Negócios do Sistema Eletrobras para o período 2011-2015

O trabalho de incorporação do ano de 2015 aos Planos Diretores de Negócios levou em consideração as recomendações do Conselho de Administração da Eletrobras, recebidas em fevereiro de 2011, com a incorporação da atividade de Comercialização ao segmento de negócio Geração, e a consideração da Gestão de Programas de Governo e Fundos Setoriais como um eixo de atuação em volume a parte.

2. Elaboração do Plano Diretor de Gestão do Sistema Eletrobras

Este Plano tem por objetivo sistematizar e acompanhar as ações em desenvolvimento ou por se iniciar na holding e nas empresas Eletrobras, associadas ao cumprimento dos chamados Objetivos Estratégicos de Gestão e Competências, oriundos do Plano Estratégico do Sistema Eletrobras 2010-2020. Estes Objetivos estabelecem os focos estratégicos nas áreas básicas de suporte, em termos de competências institucionais e organizacionais, tendo em vista o atendimento aos requisitos indicados nos Objetivos Estratégicos Finalísticos (associados às atividades fim da organização), também oriundos do mesmo Plano.

Para a sua composição foram consolidados projetos e ações provenientes do Programa de Ações Estratégicas (PAE) 2009-2012, do Plano de Transformação do Sistema Eletrobras (PTSE), bem como da pauta dos Comitês em atividade na *holding*. Trata-se, de fato, de um plano de caráter operacional, voltado para o curto e médio prazo.

3. Elaboração da estrutura dos Planos de Negócios para cada empresa Eletrobras

A partir de projeções de balanço patrimonial, demonstração de resultados do exercício e fluxo de caixa de cada uma das empresas Eletrobras, para o período 2012-2021, geradas através de um modelo interno de projeções financeiras no padrão IFRS (International Financial Reporting Standards), foi estabelecido um conjunto de diretrizes econômico-financeiras associadas a limites de investimento, capacidade de endividamento, indicação de metas de expansão e custo de capital, para cada uma delas.

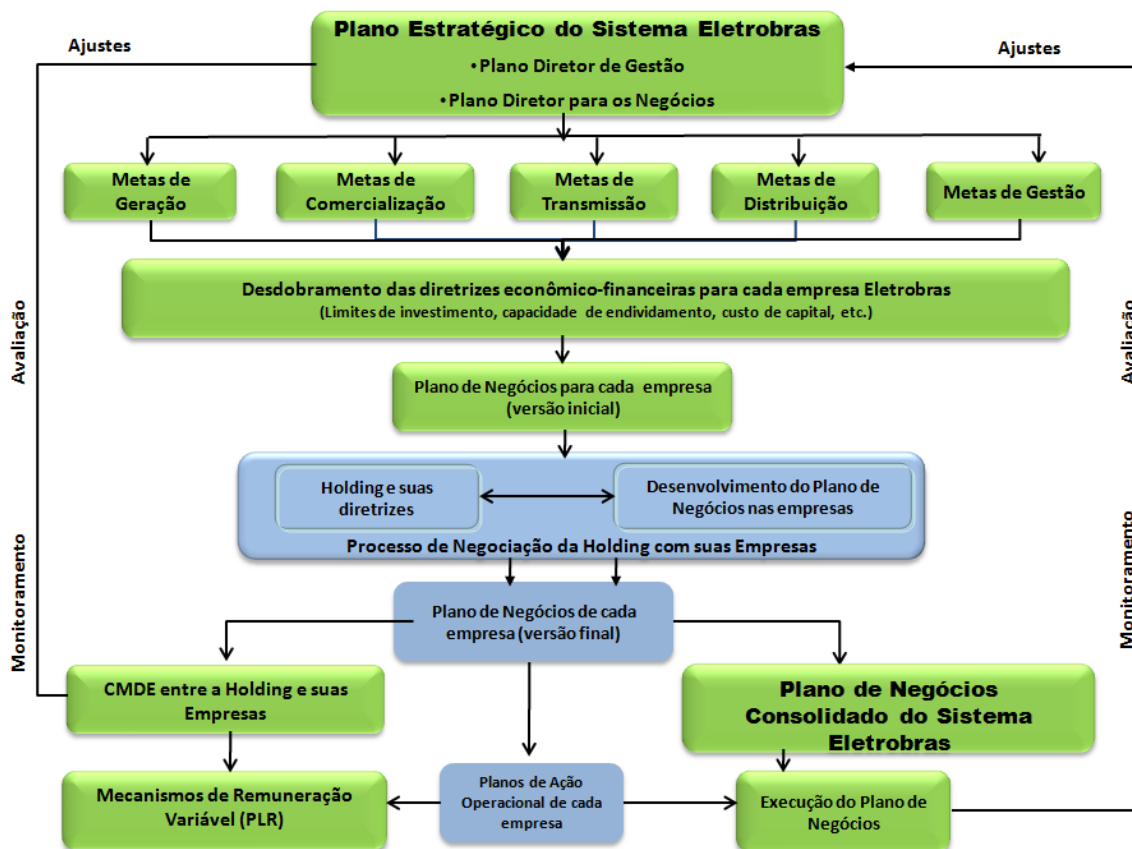
Tendo como base este conjunto de diretrizes, o Plano Estratégico do Sistema Eletrobras 2010-2020, os Planos Diretores de Negócios do Sistema Eletrobras para o período 2011-2015 – com suas análises, diagnósticos, premissas e carteira de projetos e de ações, além de suas respectivas metas de geração, comercialização, transmissão, distribuição e de gestão – e também o Plano Diretor de Gestão do Sistema Eletrobras, com a sua respectiva carteira de projetos, foi concluída, em novembro de 2011, a elaboração de uma proposta de arquitetura básica para o Plano de Negócios 2012-2016 de cada uma das empresas Eletrobras.

Encontra-se desde então em curso um amplo processo de negociação com a *holding*, visando a pactuação de um Plano de Negócios para cada uma das empresas Eletrobras, que servirá de insumo para três ações decorrentes: i) a elaboração de um plano de ação operacional para os projetos e iniciativas integrantes do plano de negócio; ii) a pactuação de metas de negócios da empresa com a holding na plataforma do Contrato de Metas e Desempenho Empresarial – CMDE e iii) a elaboração do Plano de Negócios consolidado do Sistema Eletrobras.

A evolução do processo de Planejamento e Gestão do Sistema Eletrobras pode ser visualizada na figura a seguir:

IV) Processo de Planejamento de Gestão do Sistema Eletrobras

Processo de Planejamento e Gestão do Sistema Eletrobras



Trata-se de processo de grande envergadura que, uma vez completado, permitirá às empresas Eletrobras o ingresso em um novo padrão de atuação integrada, com foco em rentabilidade, sustentabilidade e na busca de liderança global na produção de energia limpa, como preconiza a sua Visão.

CEPEL

O setor elétrico nacional enfrenta importantes desafios. O aproveitamento de forma sustentável do potencial hidroelétrico na Amazônia, que ora se intensifica, é um dos aspectos relevantes para a garantia de desenvolvimento econômico do País, com segurança energética e respeito ao meio ambiente, mantendo sua característica de matriz elétrica renovável e com um custo acessível da eletricidade. A seu lado estão sendo promovidas novas fontes de geração, renováveis – biomassa, eólica e solar, com baixa emissão de carbono –, nuclear, como também a indispensável expansão e o aperfeiçoamento dos sistemas de transmissão e de distribuição, completando o leque de iniciativas necessárias.

Todas essas ações demandam soluções à altura, e mais uma vez destacam a significância do papel do Cepel em prover infraestrutura tecnológica avançada e soluções inovadoras para o desenvolvimento sustentável do País.

Os desafios de pesquisa e desenvolvimento (P&D) nos próximos anos serão imensos, mas as bases para superá-los existem, são sólidas e estão sendo reforçadas ou ampliadas. Nos últimos anos, o Cepel, participando da evolução tecnológica e das mudanças do próprio setor elétrico, tem reforçado sua atuação e criado novas linhas de P&D, buscando também ampliar sua infraestrutura laboratorial para pesquisa experimental, incluindo a formação de novas equipes de pesquisadores e parcerias.

O engajamento do Centro nas questões de economicidade, otimização energética e respeito ao meio ambiente, temas estratégicos para o adequado trato da expansão da oferta de energia no País, tem reconhecimento nacional e internacional. O Cepel tem apoiado o Ministério de Minas e Energia (MME) na iniciativa Hidroeletricidade Sustentável junto à Reunião Ministerial sobre Energia Limpa (EUA) e à Agência Internacional de Energia (AIE).

Na AIE, o Centro tem tido a oportunidade de representar o Brasil em reuniões da Plataforma Internacional de Tecnologias de Energia de Baixo Carbono e da Parceria Internacional sobre Energia e Sustentabilidade, além dos Grupos de Trabalho Solar Paces e Hidroeletricidade, no qual coordenou a Força Tarefa sobre Balanço de Carbono em Reservatórios de Hidroeletricidade. No País, com o Sistema Eletrobras, o Cepel operacionaliza várias dessas ações cujos desdobramentos terão importantes reflexos positivos para a expansão da oferta de energia hidroelétrica.

Por outro lado, é contínuo o avanço tecnológico promovido pelo Centro em suas cadeias de metodologias e modelos para planejamento da expansão, planejamento e programação da operação, supervisão e controle dos sistemas eletroenergéticos, até mesmo em tempo real.

A cadeia de modelos energéticos do Cepel, cujo modelo central é o Newave, é ferramenta essencial nas atividades setoriais estratégicas de planejamento da expansão, planejamento e programação da operação, comercialização, definição e cálculo da garantia física e da energia assegurada de empreendimentos de geração, e elaboração de diretrizes para os leilões de energia. Esse apoio, que se estende também à Eletrobras e às suas empresas, inclui a avaliação econômico-financeira de empreendimentos de geração e transmissão, comercialização de energia, previsão de mercado, inventário hidroelétrico, matriz energética, confiabilidade de ponta de sistemas hidrotérmicos, controle de cheias, previsão de vazões, de ventos e de carga.

A cadeia de metodologias e modelos para redes elétricas do Cepel possui papel equivalente, no setor e no Sistema Eletrobras, nas questões de planejamento da expansão da transmissão e operação do sistema elétrico. Análise de redes, fluxo de potência ótimo, transitório eletromecânico, análise de pequenas perturbações, simulação probabilística e confiabilidade, análises de curto circuito e harmônica, recomposição e estudos sistêmicos são todos temas de constante pesquisa, desenvolvimento e inovação para o Cepel, que alçam o País ao conjunto de poucos no mundo com

cadeia própria de metodologias e programas computacionais de nível internacional e de uso intensivo por todo o setor elétrico.

Em termos de segurança elétrica em tempo real, o Sage, do Cepel, é outro exemplo de tecnologia de ponta em nível mundial para supervisão, controle e gerenciamento de energia de redes, com atributos de portabilidade, modularidade, interconectividade e atualização contínua (Evergreen), que permitiu retirar o Brasil da dependência de sistemas fechados de hardware e software e de soluções passíveis de esgotamento tecnológico. Com esses predicados, tornou-se o sistema padrão para a operação em tempo real das redes elétricas das empresas Eletrobras e da maioria das concessionárias integrantes do SIN, além de núcleo do fornecimento, em parceria com a Siemens, da nova Rede de Gerenciamento de Energia (Reger) do Sistema Interligado Nacional (SIN), desafio de P&D para esta década. Outros aspectos, também de interesse direto do Sistema Eletrobras, são cuidados pelo Cepel nessa área, como minimização de perdas, recomposição assistida e ambientes para treinamento e qualificação de operadores.

Projetos do Cepel focados na engenharia de manutenção, nas técnicas de extensão de vida útil, nos sistemas de monitoramento e acompanhamento, no aperfeiçoamento dos sistemas e das redes das Distribuidoras da Eletrobras são pontos importantes para a melhoria do desempenho técnico-econômico dos ativos do Sistema Eletrobras. Neste último aspecto, é destacada a contribuição do Cepel para o Sistema Eletrobras no estabelecimento de indicadores de sustentabilidade empresarial, com base nas melhores metodologias e em critérios científicos.

O Cepel tem investido também, nas tecnologias de transmissão em longa distância, seja por meio de estudos teóricos ou capacitação em laboratórios, como o de Ultra Alta Tensão (LabUat). O LabUat, pioneiro no hemisfério sul, fruto de apoio indispensável da Eletrobras, do MME, do MCTI e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), terá papel essencial, a exemplo da tecnologia de Linhas de Potência Natural Elevada (LPNE) do Cepel, na pesquisa experimental de novas concepções de linhas de transmissão de alta capacidade para os aproveitamentos hidroelétricos da região amazônica. Outros investimentos recolocaram o Centro entre as instituições mais bem preparadas para estudar e avaliar desempenho de equipamentos e participar do desenvolvimento dos novos materiais do século 21 para o setor elétrico.

O desafio da inserção das novas fontes renováveis na matriz elétrica não foi esquecido, pois foi ampliada a participação do Centro em projetos de geração eólica, solar fotovoltaica e heliotérmica, além dos investimentos em infraestrutura laboratorial para condução de projetos em células a combustível e tecnologias de produção de hidrogênio. Sob coordenação da Eletrobras, em apoio ao MME, o Centro desenvolve auxílio destacado em eficiência energética, atuando em amplo espectro, como em diagnóstico, capacitação, metodologias de ensaio, métodos de avaliação de desempenho e resultados, metodologias e sistemas computacionais para simulação.

A participação do Cepel em congressos, bem como o número de publicações no País e no exterior, tem aumentado nos últimos anos, estimulando a troca do conhecimento e fortalecendo sua inserção junto à comunidade técnico-científica.

Em 2011, o Cepel continuou a dar prioridade aos projetos estratégicos de interesse direto das empresas Eletrobras, chamados Projetos Institucionais (PI). Importante instrumento de manutenção e evolução do patrimônio tecnológico do Sistema, esta carteira manteve-se no mesmo patamar dos anos anteriores. O Cepel desenvolveu 95 projetos corporativos de P&D+I para as Empresas Eletrobras, abrangendo as áreas: Planejamento da Expansão (5); Meio Ambiente (5); Hidrologia Estocástica, Recursos Hídricos e Ventos (4); Planejamento da Operação Energética (5); Planejamento, Operação e Análise de Redes (10); Tecnologias Scada/Ems (4); Análise de Perturbações (2); Transmissão (11); Metalurgia e Materiais (8); Monitoramento e Diagnóstico (11); Conservação e Uso Eficiente de Energia (14); Energias Renováveis e Geração Distribuída (6);

Distribuição, Medição, Combate a Perdas e Qualidade de Energia (6); Técnicas Computacionais Aplicadas (3); Análise Financeira de Projetos e Tarifas (1).

Foram executados também projetos para o MME e demais agentes do Setor Elétrico Brasileiro, como a EPE, o ONS, a CCEE e Concessionárias de Energia Elétrica. Técnicos do Cepel participaram ativamente dos estudos para a futura usina de Belo Monte, apoiando o MME e a EPE na análise de alternativas de Transmissão, e a Eletrobrás e o MME na análise e reconstituição da série de vazões relativas ao período 1930-1968, para dimensionamento da usina e da reserva de disponibilidade hídrica, atendendo ANEEL e ANA. Houve participação técnica do Cepel e uso dos programas computacionais do Centro na elaboração do Plano Decenal de Energia - PDE 2011-2020 e do Plano Nacional de Energia – PNE 2030. Outro importante conjunto de projetos é o englobado na carteira de P&D ANEEL, financiada pelos recursos previstos na Lei 9.991/00 e geridos por essa agência.

Para garantir o financiamento das atividades do Centro, a Eletrobras e suas controladas (Chesf, Eletronorte, Eletrosul e Furnas), disponibilizaram, através de contribuição anual, recursos de R\$ 178,6 milhões para o orçamento do exercício, com crescimento real de 42,0 % se comparado ao exercício de 2010. Outros recursos, advindos de projetos e serviços tecnológicos do próprio Centro e de contribuições de outros sócios, públicos e privados, participaram com mais R\$ 35,4 milhões, totalizando R\$ 214,0 milhões, aplicados diretamente no ano de 2011, no Centro de Pesquisas de Energia Elétrica.

2.3 Programas de Governo

ELETOBRAS

QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA	0273					
Denominação	Luz para Todos					
Tipo do Programa	Finalístico					
Objetivo Geral	Garantir o equilíbrio entre oferta e demanda de energia elétrica, com qualidade, confiabilidade e modicidade tarifária					
Objetivos Específicos	Promover o acesso à energia elétrica para famílias de baixo poder aquisitivo e para escolas, postos de saúde e sistemas rurais de bombeamento d'água					
Gerente	Ildo Wilson Grüdtner					
Público Alvo	População de baixo poder aquisitivo e sem acesso à energia elétrica no meio rural, demandas comunitárias de escolas, postos de saúde, usuários de sistemas de bombeamento d'água e empreendedores nacionais desenvolvedores de equipamentos ou serviços adequados ao atendimento elétrico rural					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Fórmula de Cálculo do Índice						
Texto ...						
Análise do Resultado Alcançado						
Texto						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
Fórmula de Cálculo do Índice						
Texto ...						
Análise do Resultado Alcançado						
Texto						

Fonte: SIGPlan

O quadro A.2.1 não foi preenchido em sua totalidade, pois a responsabilidade de gerir esse Programa de Governo inscrito na Lei do Plano Plurianual (PPA) é do Ministério de Minas e Energia, e algumas informações não se encontram disponíveis no SIGPlan.

QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
25	752	0273	9642	NO	-	UNIDADE	N/D	N/D	N/D

Fonte: SIGPlan

O Programa Luz para Todos é executado com a participação das empresas concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica e das cooperativas de eletrificação rural.

Mais de 70% do Programa é executado com recursos não-orçamentários provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e da Reserva Global de Reversão – RGR, recolhidas à Eletrobras, que os gerencia e utiliza para a viabilização do Programa.

O fornecimento de energia elétrica às regiões rurais até então não atendidas contribui significativamente para a melhoria da qualidade de vida das populações locais e para a criação de novas oportunidades de emprego, favorecendo a fixação do homem no campo em condições mais dignas.

Busca-se, portanto, reduzir as desigualdades regionais e garantir a inserção social e a cidadania além de ações de promoção do desenvolvimento sustentável e do aumento da produção/renda.

Desde 2004, a Eletrobras firmou com os Agentes Executores um total de 305 contratos no âmbito do Programa Luz para Todos, sendo 288 contratos de financiamento e concessão de subvenção para a realização de obras de eletrificação rural e 17 contratos de subvenção para atendimento à população de extremo isolamento de forma sustentável, priorizando a utilização de fontes renováveis de energia.

Esses contratos assinados possibilitaram o atendimento de mais de 2,9 milhões de domicílios, até dezembro de 2011, sendo 247.862 somente em 2011.

Estima-se que o Programa Luz para Todos já beneficiou mais de 11 milhões de pessoas com o serviço de energia elétrica, tendo suas obras gerado milhares de empregos diretos e indiretos.

Os resultados obtidos na Ação 9642 – Promoção da Universalização do Acesso à Energia, no exercício de 2011, não puderam ser avaliados, visto que não havia previsão de realização para este ano no SIGPlan (era previsto o encerramento do Programa Luz para Todos no ano de 2010). Os números apurados são apresentados na tabela a seguir.

Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	(1)	R\$ 862.532.002,66	-
Física	(1)	223.692 ligações (2)	-

(1) - Não foram disponibilizados valores no SIGPlan como previsão de metas financeiras e físicas para o exercício.

(2) - Os resultados obtidos na ação 9642, não contemplam as ações sob a responsabilidade das empresas de distribuição da Eletrobras, nem as ligações associadas aos Contratos ou Acordos entre os Governos Estaduais e os Agentes Executores, de onde a diferença para o número global de 247.862 ligações efetuadas no ano de 2011.

PROCEL RELUZ

QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA	Ação 9649 (Código do Programa – 1046)					
Denominação	Iluminação Pública Eficiente (Reluz)					
Tipo do Programa	Não Orçamentária					
Objetivo Geral	Proporcionar melhoria das condições de iluminação pública e sinalização semafórica dos municípios brasileiros, tornando-os mais eficientes, contribuindo para o aumento da segurança pública nas vias urbanas, com reflexos positivos para o bem estar da população e para a redução do consumo de energia elétrica e dos gastos públicos.					
Objetivos Específicos	O Reluz consiste, basicamente, na implementação de projetos de iluminação pública e sinalização semafórica, por meio de concessão de financiamentos com recursos da RGR às concessionárias de energia elétrica. Além de financiar projetos de melhoria da iluminação pública e sinalização semafórica, onde é realizada a substituição de equipamentos obsoletos por outros mais eficientes, o Reluz financia também projetos de iluminação de destaque de monumentos, fachadas e praças públicas, expansão e remodelagem dos sistemas de iluminação pública, iluminação de espaços públicos esportivos e inovação tecnológica em iluminação pública. No caso da sinalização semafórica, substitui-se as lâmpadas incandescentes por sistemas que utilizam diodos emissores de luz (LEDs), com maior vida útil e consumo de energia até 90% menor.					
Gerente						
Público Alvo	Concessionárias de energia elétrica e municípios					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Valor investido (R\$ x mil)	31/12/2011	505.056,94	596.341,52	15.000,00	91.284,58
Fórmula de Cálculo do Índice						
São utilizados os valores totais investidos nas obras, após a apuração das supervisões físicas dos contratos.						
Análise do Resultado Alcançado						
Resultado acima do valor previsto.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Quantidade de pontos	31/12/2011	2.346.679	2.570.627	50.000	223.948
Fórmula de Cálculo do Índice						
Quantidade de pontos apurada após as supervisões físicas dos contratos.						
Análise do Resultado Alcançado						
Resultado acima do valor previsto.						

Fonte: Eletrobras

Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ - Segundo informação do gestor, não cabe o preenchimento para o programa de Iluminação Pública Eficiente (Reluz).

Superintendência de Transmissão – Área de Transmissão Que Era da DG

QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA	0295					
Denominação	Energia na Região Sul					
Tipo de Programa	Finalístico					
Objetivo Geral	Garantir o equilíbrio entre oferta e demanda de energia elétrica, com qualidade, confiabilidade e modicidade tarifária					
Objetivos específicos	Ampliar a capacidade de oferta de geração e transmissão de energia elétrica na Região Sul					
Gerente	Ildo Wilson Grüdtner					
Público Alvo	Consumidores de energia elétrica da Região Sul					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						
Dotação		Despesa empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
1.218.102.166,00	1.712.099.636,00	0	1.022.382.156,00			
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador MW	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Acréscimo de Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica	30/6/2007	1.855,00	409,00	409,00	
Fórmula de Cálculo do Índice						
Ampliação anual da capacidade instalada em novas usinas e/ou unidades de geração de energia elétrica						
Análise do Resultado Alcançado						
Ordem	Indicador km	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Acréscimo de Linhas de Transmissão com Tensão igual ou superior a 230 kV	30/6/2007	1.090,00	151,00	151,00	
Fórmula de Cálculo do Índice						
Ampliação anual das linhas de transmissão de energia elétrica com tensão igual ou superior a 230 kV.						
Análise do Resultado Alcançado						

Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo de Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
25	752	0295	126T	orçamentária	3	% de execução física	9,00	0,18	*

O cronograma original do empreendimento previa que as licenças ambientais fossem emitidas até novembro/2011, o que permitira que a ação tivesse um desempenho maior do que o alcançado.

Após a Audiência Pública realizada em agosto/2011, houve a interposição de recurso por um atingido (CRM) contra a instalação do empreendimento no local inicialmente previsto. Esta interposição foi acatada pelo IBAMA, o que acarretou na alteração do cronograma com adiamento em um ano do início da obras.

A Meta a ser realizada em 2012 irá depender da liberação por parte dos órgãos ambientais da Licença de Instalação - LI para o início da construção da subestação de Candiota e da Linha de Transmissão em 500 kV até a fronteira com o Uruguai

CEPEL

Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA	0476					
Denominação	Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia.					
Tipo do Programa	Finalístico					
Objetivo Geral	Assegurar de forma sustentável a expansão do sistema energético nacional e sua integração com outros países.					
Objetivos Específicos	Apoiar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias relacionadas ao setor energético.					
Gerente	Altino Ventura Filho					
Público Alvo	Institutos de pesquisa e empresas do setor produtivo relacionadas com a área energética.					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
14.293.736,00	24.000.000,00	0,00	0,00		14.096.175,00	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Taxa de incorporação de Tecnologia	31/12/2011	10,00	0,00	96%	58,7%
Fórmula de Cálculo do Índice						
Texto : A realização do orçamento de investimento para o exercício de 2011 foi moderada, no valor de 58,7% da dotação final do orçamento aprovado.						
Análise do Resultado Alcançado						
<p><i>Texto : O Investimento de 2011 com características de duração contínua teve o seu orçamento dirigido a aquisições de equipamentos e sistemas, em constante avanço tecnológico, e por atualização e ampliação de sua infraestrutura Laboratorial. Em função de sua complexidade e ineditismo, que resultam em prazos maiores nas fases de Especificações, Projetos e Licitações, as aquisições dos equipamentos, bem como a realização das obras de Infraestrutura Laboratorial apresentaram uma realização moderada, no valor de 59% da dotação final do Orçamento Aprovado. Assim, parte do Investimento previsto, para 2011, foi deslocado para o exercício de 2012.</i></p>						

Fonte: PDG Realizado 2011.

2.3.2. Execução Física Das Ações Realizadas Pela Unidade

QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
25	752	047	2745	A	4	unidade	24.000.000,	14.096.175,	17.152.483,
...

Fonte: Siet – Sistema de Informações das Estatais.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2011

O CEPEL, dando continuidade aos seus projetos, teve aprovado, pela Lei 12.580/11, de 29/12/11, o orçamento de investimento para o exercício de 2011 no valor global de R\$ 24.000.000,00, tendo como as maiores fontes de financiamentos os recursos operacionais do Centro e da ELETROBRAS.

Alguns dos principais investimentos previstos para 2010 e 2011 estavam associados ao projeto para desenvolvimento de tecnologias de alta capacidade para transmissão de energia elétrica a longas distâncias - Projeto LONGDIST, abrangendo mais de 60% do valor aprovado para o orçamento de investimento.

No âmbito deste projeto, e incluído entre os mais importantes investimentos da história do Cepel, encontra-se em construção o Laboratório de Ultra-alta Tensão (LabUAT), na unidade Adrianópolis, município de Nova Iguaçu. Sua finalidade será apoiar o desenvolvimento, e avaliação do desempenho de soluções comerciais, de novas configurações de linhas de transmissão, em níveis de até 1.100 kV CA e ± 800 kV CC, com alta capacidade, para o transporte de grandes blocos de energia por longas distâncias. Esta nova infraestrutura laboratorial, pioneira no continente americano, terá papel essencial no apoio às atividades de pesquisa aplicada do Cepel, para vencer os desafios tecnológicos da transmissão da energia dos futuros aproveitamentos hidroelétricos da Amazônia, contribuindo para viabilizar o desenvolvimento sustentável da hidroeletricidade na região.

As aquisições dos equipamentos envolvidos, bem como a realização das obras de infraestrutura laboratorial necessárias, apresentaram desafios em função de sua complexidade e ineditismo, que resultaram em prazos de duração para as fases de especificação, projeto e licitação mais longos do que inicialmente previsto. Assim, parte do investimento acabou sendo deslocada para o início de 2012.

Desta forma, a realização do orçamento de investimentos para o exercício de 2010 e 2011 foi moderada, totalizando 49% e 59% respectivamente, da dotação final do orçamento aprovado.

2.3.3 Linhas De Pesquisa, Projetos De P&D E Ensaio Laboratoriais:

A atividade de pesquisa do Cepel está estruturada em sete grandes linhas, que abrangem uma ampla variedade de projetos, correspondendo, cada uma, a um departamento específico, de acordo com os seguintes temas.

2.3.3.1) Automação de Sistemas

Escopo de Atuação:

Processamento e gestão das informações para operação em tempo-real. Desenvolvimento de sistema computacional de grande porte, que implementa todas as funções de um SCADA (Supervisory Control and Data Acquisition) de última geração e as funções de apoio do tipo EMS (Energy Management System). Permanente evolução para prover as empresas do sistema elétrico brasileiro com soluções tecnológicas no estado da arte, capazes de otimizar a operação de redes elétricas quanto à confiabilidade, segurança, qualidade do serviço e eficiência. Aplicação de tecnologias para a implantação de centros de supervisão e controle e centros de oscilografia.

Principais ações tecnológicas:

- Automação local de instalações - Aquisição e processamento de dados do processo elétrico; arquiteturas computacionais; sistemas operacionais de tempo real; processamento de dados em tempo real.
- Análise de perturbações - Ambiente computacional para análise de gestão de registros oscilográficos de faltas; processamento de sinais; localização de faltas; simulação dinâmica de equipamentos de proteção; bancos de dados de oscilografia; sistemas inteligentes de análise automática de oscilogramas; redes de oscilografia.
- Tecnologias para Operação de Sistemas Elétricos em tempo-real (SCADA/EMS) - Protocolos e sistemas de comunicação de dados; sistemas operacionais; arquiteturas computacionais (hardware e software); tecnologias de interface homem-máquina; tecnologias web para intercâmbio e difusão de informações; bancos de dados; aplicações de inteligência computacional; aplicativos de análise de redes em tempo-real; controle automático de geração.

2.3.3.2) Otimização Energética e Meio Ambiente

Escopo de Atuação:

Desenvolvimento de cadeia de modelos e programas computacionais destinados ao planejamento da expansão da geração, ao planejamento da operação e à programação da operação de sistemas hidrotérmicos interligados. Compõem também esta cadeia modelos para a previsão e geração de cenários sintéticos de vazões aos diversos aproveitamentos hidrelétricos, modelos para estudos de prevenção de cheias, modelos de previsão de mercado de longo prazo e modelos para subsidiar a tomada de decisão de investimentos em projetos de geração de energia. São desenvolvidas ainda metodologias para a incorporação da dimensão ambiental nas diversas etapas do processo de planejamento dos empreendimentos do setor elétrico, incluindo métodos, critérios, indicadores e ferramentas de análise para que a concepção dos empreendimentos seja feita de acordo com os princípios e compromissos do desenvolvimento sustentável.

Principais ações tecnológicas:

- Planejamento da Expansão da Geração - Desenvolvimento de metodologias e programas computacionais para o planejamento da expansão, previsão de mercado, inventário de bacias hidrográficas.
- Planejamento da Operação Energética - Desenvolvimento de metodologias e programas computacionais para o planejamento da operação de longo, médio e curto prazos e programação da operação.

- Meio Ambiente - Desenvolvimento de metodologias e programas computacionais para a avaliação da dimensão ambiental no planejamento da expansão da geração e transmissão e sistemas isolados.
- Hidrologia Estocástica e Recursos Hídricos - Desenvolvimento de metodologias e programas computacionais para a geração e previsão de vazões, controle de cheias e previsão de ventos.
- Análise Financeira de Projetos e Tarifas - Desenvolvimento de metodologias e programas computacionais para a análise financeira de projetos de geração e transmissão e para a análise e síntese de estruturas tarifárias
- Técnicas Computacionais Aplicadas à Área Energética - Aplicação de técnicas de processamento distribuído; desenvolvimento de modelos, algoritmos e facilidades computacionais para a integração dos programas da área energética.

2.3.3.3) Linhas e Estações

Escopo de Atuação:

Desenvolvimento de modelos computacionais, técnicas de ensaio e medição e sistemas de monitoração e diagnóstico aplicados em equipamentos elétricos e linhas de transmissão e distribuição. Novas técnicas de avaliação de desempenho, estado operativo e vida remanescente, tanto em laboratório quanto no campo; sistemas computacionais para análise, projeto, diagnóstico, monitoração, manutenção, recapacitação e extensão de vida útil. Transporte de Energia, tecnologia LPNE - FEX, linhas de transmissão de potência natural elevada e feixes expandidos, otimização da transmissão de energia. Aperfeiçoamento de tecnologias tradicionais e desenvolvimento de novas técnicas voltadas para a operação e a expansão do sistema elétrico.

Principais ações tecnológicas:

- Tecnologia de Transmissão - Novas Concepções de Linhas de Transmissão, Otimização de Projetos de Linhas de Transmissão, Interação entre as LTs e o Meio Ambiente e Monitoramento do Desempenho Elétrico e Mecânico de LTs.
- Monitoramento e Diagnóstico de Equipamentos e Instalações - Desenvolvimento de modelos e programas computacionais, técnicas de ensaio e medição e sistemas de monitoração e diagnóstico aplicados ao desempenho elétrico e mecânico.
- Transitórios Eletromagnéticos e Coordenação de Isolamento – Estudos, simulações e medições em campo.

2.3.3.4) Redes Elétricas

Escopo de Atuação:

Desenvolvimento de metodologias e programas computacionais para apoio à expansão, supervisão, controle e operação do sistema elétrico-energético, que fazem do Brasil o único país em desenvolvimento a possuir uma cadeia de programas própria e em constante evolução. O Cepel conta também com uma experiente equipe de estudos de desempenho elétrico e com um laboratório de qualidade de energia elétrica.

Principais ações tecnológicas:

- Planejamento Operação e Análise de Redes Elétricas - Análise de redes elétricas em regime permanente, avaliação de falta, transitórios eletromecânicos, harmônicos e amortecimento de oscilações.
- Confiabilidade de Transmissão e Geração - Simulação probabilística e cálculo de índices de confiabilidade
- Planejamento da Expansão de Sistemas de Transmissão - Planejamento de médio e longo prazos; valor econômico da confiabilidade.
- Integração de Base de Dados - Desenvolvimento de modelos, algoritmos, facilidades e programas computacionais para integração dos programas da Área Elétrica.
- Estudos de Sistemas Elétricos - Estudos de planejamento e operação do sistema interligado, validação de novos modelos, demonstração de novas técnicas de análise.

2.3.3.5) Tecnologia de Distribuição

Escopo de Atuação:

Apoio a soluções tecnológicas para distribuição de energia elétrica provendo suporte à Eletrobras e suas empresas de distribuição. Desenvolvimento de novos equipamentos e tecnologias de medição e gerenciamento da demanda, redução de perdas técnicas e comerciais, análise e desenvolvimento de metodologias para melhoria da qualidade de energia elétrica, aplicação do conceito de “redes elétricas inteligentes”, qualificação de equipamentos usados na distribuição de energia elétrica, compatibilidade eletromagnética, ensaios em sistemas de medição nos pontos de intercâmbio entre agentes do setor elétrico.

Principais ações tecnológicas:

- Distribuição, medição de energia e combate às perdas.
- Monitoramento de equipamentos de distribuição
- Medição, análise, diagnósticos e desenvolvimento de ferramentas computacionais voltadas para Qualidade de Energia. Do ponto de vista de infraestrutura laboratorial é importante ressaltar que está em andamento um projeto para ampliação do Laboratório de Qualidade de Energia Elétrica para contemplar também ensaios e pesquisas relacionadas aos equipamentos de medição fasorial (PMUs) e seus concentradores.

2.3.3.6) Tecnologias Especiais

Escopo de Atuação:

Desenvolvimento de projetos de pesquisa, aplicação de tecnologias e serviços técnicos especializados, tecnologias de materiais (materiais dielétricos, metálicos, cerâmicas), corrosão (sistemas anticorrosão, técnicas para monitoração de corrosão), supercondutividade, células a combustível, fontes alternativas e conservação de energia. Apoio tecnológico aos programas de governo Procel e Luz para Todos.

Principais ações tecnológicas:

- Conservação e uso eficiente da energia – Apoio a programas setoriais (Procel, PBE/Selo Procel) e ao Sistema Eletrobras.

- Energias renováveis – Geração eólica; geração solar fotovoltaica e térmica de média e alta temperaturas.
- Metalurgia e materiais - Avaliação da integridade estrutural e da vida remanescente de usinas termelétricas, Supercondutividade, Blocos varistores, Corrosão. Fluidos, papéis e polímeros isolantes.
- Geração distribuída – Otimização e simulação de operação; estudo e caracterização de sistemas; aplicações em sistemas isolados.

2.3.3.7) Infraestrutura Laboratorial:

Os principais laboratórios do Cepel estão alocados na Diretoria de Gestão e Infraestrutura divididos em dois departamentos, ou seja: Departamento de Laboratórios do Fundão (DLF), na Unidade da Ilha do Fundão, na cidade do Rio de Janeiro e o Departamento de laboratórios de Adrianópolis (DLA), na Unidade de Adrianópolis no município de Nova Iguaçu. Dentre eles, destacam-se laboratórios pioneiros no Brasil e alguns únicos na América do Sul.

O Cepel com sua estrutura laboratorial desenvolve atividades de pesquisa experimental, realiza ensaios de tipo em equipamentos e materiais desenvolvendo também novas técnicas e metodologias para ensaios especiais. Dentre as principais especialidades laboratoriais destacam-se a alta tensão, alta potência, propriedades eletromagnéticas e mecânicas de materiais, metalografia, eficiência energética e calibração. O Cepel também possui acreditações junto ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) e participa da formulação e elaboração de normas técnicas e regulamentos para o setor elétrico.

Dentre os laboratórios do Cepel destacam-se:

- **Laboratório de Acionamento e Segurança em Equipamentos Eletroeletrônicos**

Criado em 1986, foi o primeiro laboratório do Brasil inteiramente equipado para fazer ensaios de todos os tipos de proteção de equipamentos elétricos destinados a áreas com atmosferas potencialmente explosivas. Acreditado pelo Inmetro, realiza ensaios voltados principalmente para as indústrias químicas, petroquímicas e de petróleo. Avalia se os equipamentos elétricos estão em conformidade com as normas e especificações técnicas.

Participa do programa de etiquetagem de motores desenvolvido pelo Procel e pelo Inmetro, que já resultou no aumento do rendimento e do fator de potência dos motores de indução em uso no País. Também possui cooperação com instituições no exterior para desenvolvimento de projetos.

Realiza avaliação de perdas e de elevação de temperatura em transformadores de distribuição.

- **Laboratório de Alta Corrente**

Realiza ensaios para avaliação de desempenho elétrico e eletrodinâmico de equipamentos de alta, média e baixa tensão, fabricados no Brasil e no exterior. Está capacitado para fazer ensaios de correntes elétricas até 230 kA durante 5 s.

Dentre as atividades em andamento no laboratório, destaca-se o ensaio de arco interno em painéis de baixa tensão. Como os arcos elétricos internos são fenômenos que geram riscos para

a operação de equipamentos de distribuição de energia elétrica, os ensaios realizados nesta unidade permitem aos fabricantes desses equipamentos incluírem formas de proteção no projeto de seus produtos, aumentando a segurança.

- **Laboratório de Impulso de Corrente**

Este laboratório realiza ensaios de impulso de corrente e oferece suporte à pesquisa e ao desenvolvimento de pára-raios de carboneto de silício e óxido de zinco, verificando suas características de proteção e operação. Para isso, simula descargas atmosféricas em suas instalações e submete os materiais aos ensaios de tipo, segundo normas brasileiras e internacionais. Participa também de projetos de pesquisa e desenvolvimento.

Inaugurado em 1983, é o único laboratório do Brasil capacitado para fazer ensaios de verificação dos impactos diretos de raios sobre estruturas, componentes e peças metálicas de aeronaves. Sua atuação é de fundamental importância para a indústria aeronáutica brasileira, que anteriormente tinha que recorrer a laboratórios de outros países.

- **Laboratório de Ensaio Corona**

Inaugurado em 1980, este laboratório realiza ensaios corona de alta tensão, de impulsos atmosféricos, de manobra e perfuração até o nível de tensão de 1 MV e 50 kJ de energia. Também faz ensaios com tensão à frequência industrial até a classe de 138 kV. Os ensaios dão suporte a pesquisas e servem para garantir a confiabilidade, segurança e qualidade de máquinas e equipamentos elétricos.

O laboratório realiza diversos tipos de medição, tanto em suas instalações quanto em campo. É um dos poucos no Brasil capacitados para medir descargas parciais e capacitância e tangente delta em geradores e motores de grande porte em campo (plataformas de petróleo e usinas geradoras de energia elétrica). Atua ativamente no desenvolvimento e aprimoramento de métodos de medição.

- **Laboratório de Alta e Média Potência**

Este laboratório oferece as mais elevadas potências de curto-circuito na América do Sul para a realização de ensaios de pesquisa e desenvolvimento em equipamentos de alta tensão, como disjuntores, cadeias de isoladores, cubículos e reatores. Os ensaios podem ser documentados por meio de filmagens em vídeo com câmera de alta velocidade.

- **Laboratório de Alta Tensão**

É um dos maiores do gênero no Hemisfério Sul. Faz ensaios dielétricos de aceitação, pesquisa e desenvolvimento em equipamentos e componentes para sistemas de transmissão até 765 kV. Entre seus usuários estão concessionárias de energia elétrica e grandes fabricantes de equipamentos do Brasil e de outros países.

Dentre as atividades realizadas, também merecem destaque os ensaios trifásicos em configurações reais de torres de transmissão.

- **Laboratório de Ensaio sob Poluição**

Este laboratório é especializado na avaliação de equipamentos em locais que sofrem a ação de poluentes como poeira, maresia e até dejetos de pássaros. É o único do Brasil equipado para

fazer ensaios com névoa salina ou pré-depósito em isoladores de equipamentos com tensão superior a 138 kV.

- **Laboratório de Calibração**

Criado em 1980 e acreditado pelo Inmetro em 1983, o Laboratório de Calibração (CA1) integra a Rede Brasileira de Calibração.

Sua principal atividade é calibrar instrumentos e sistemas de medição, geração e medição de grandezas elétricas (tensão, corrente, resistência, capacitância e potência), tempo, frequência e temperatura utilizados nos laboratórios do Cepel. Também presta serviços a outras instituições e empresas.

A implementação do sistema de gestão da qualidade baseado na Norma ABNT NBR ISO/IEC 17025 garante a competência técnica do laboratório para prestar extensa lista de serviços. Foi um dos primeiros laboratórios acreditados pelo Inmetro desde que o instituto iniciou essa atividade.

- **Laboratório de Referência em Medição de Alta Tensão**

A principal atividade do Laboratório de Referência em Medição de Alta Tensão é a calibração em alta tensão de sistemas de medição de impulso atmosférico pleno, impulsos de manobra, alta tensão em corrente alternada (ATCA), alta tensão em corrente contínua (ATCC), impulso de corrente, entre outros, utilizados principalmente em laboratórios industriais, fabricantes de equipamentos elétricos, concessionárias e instituições de pesquisa.

O laboratório é acreditado desde 2008 pelo Inmetro para medição de alta tensão em corrente alternada a frequência industrial (60 Hz) na faixa de 10 kV a 180 kV de acordo com a ABNT NBR ISO/IEC 17025. O laboratório está em fase de acreditação pelo Inmetro para tensões de impulso atmosférico pleno e cortado na frente até 2500 kV.

O laboratório realiza também atividades de pesquisa e desenvolvimento de novos dispositivos e técnicas de calibração e medição aplicada a ensaios em alta tensão. Desenvolve, constrói e calibra dispositivos especiais, como padrões para alta tensão em corrente contínua, divisores resistivos para impulso atmosférico e perfuração de isoladores, atenuadores, derivadores de corrente e impedâncias de tensão de rádio interferência.

- **Laboratório de Análises Químicas**

O laboratório está capacitado para desenvolver métodos ou implantar e realizar uma vasta gama de serviços analíticos em ligas metálicas, solos, água, tintas e outros materiais. Recorrendo à análise química tradicional e instrumental, realiza ensaios essenciais para a detecção de falhas e de processos químicos relacionados à vida útil de componentes de usinas e linhas de transmissão e distribuição.

Destaca-se pelo apoio a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento realizados no Cepel, voltados para empresas do Sistema Eletrobrás.

- **Laboratório de Corrosão**

Implantado para estudar os mecanismos e os diferentes tipos de corrosão que afetam os materiais, assim como desenvolver e implementar técnicas de proteção anticorrosiva. A

exposição dos equipamentos e estruturas aos diferentes ambientes agressivos encontrados no setor elétrico leva os materiais a um processo de corrosão, gerando altos custos de manutenção e proteção de estruturas e equipamentos, além dos prejuízos decorrentes das paradas não programadas, as quais têm elevado impacto socio-econômico.

Dentre as técnicas e produtos estudados no laboratório para minimizar os efeitos da corrosão estão os revestimentos protetores (metálicos, inorgânicos, orgânicos polímeros especiais), os sistemas de proteção anódica e catódica, além da seleção de materiais adequados e cuidados de projeto que levem em conta o problema da corrosão.

- **Laboratório de Metalografia**

O Laboratório está capacitado para realizar toda uma gama de ensaios de caracterização de materiais (metálicos e não-metálicos) que são à base do desenvolvimento de estudos e projetos relacionados à integridade estrutural e melhoria das propriedades de componentes empregados nos mais diversos equipamentos.

O Laboratório conta com equipe de grande experiência no campo de análise de falhas em equipamentos de geração, transmissão e distribuição, atividade que se caracteriza pela natureza multidisciplinar, envolvendo diversas especialidades do Cepel. Através da análise de falhas os projetos dos equipamentos ou as condições operacionais a que os materiais encontram-se submetidos podem ser reavaliadas ou modificadas.

A atuação do Laboratório de Metalografia nas atividades de avaliação de integridade baseada no risco e nos programas de determinação de vida residual de caldeiras, linhas de vapor e turbinas de centrais de geração térmica contempla a realização de inspeções e ensaios não-destrutivos em campo, tais como réplicas metalográficas, ultra-som, líquidos penetrantes e partículas magnéticas, complementados por ensaios de microscopia óptica, microscopia eletrônica de varredura (MEV) e de transmissão (MET) no próprio laboratório.

O Laboratório também fornece suporte aos projetos P&D conduzidos no Cepel por meio de ensaios de difração de raios-X para análise de óxidos ou de dispersão de energia para a análise química, identificação e caracterização de compostos e fases.

- **Laboratório de Propriedades Elétricas e Magnéticas**

Criado em 1978, é praticamente o único laboratório na América Latina capacitado para realizar investigações experimentais sobre condições elétricas e magnéticas em equipamentos e materiais, principalmente de indústrias ligadas ao Setor Elétrico.

Além de atender ao setor de geração de energia em usinas termelétricas e hidrelétricas, presta serviços para o setor nuclear e participa de análises periciais em materiais e equipamentos. Em parceria com universidades realiza investigações experimentais que apóiam dissertações de mestrado e teses de doutorado.

- **Laboratório de Refrigeração**

Equipado para avaliar o desempenho de refrigeradores, congeladores e condicionadores de ar, este laboratório atende ao Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel). De seus ensaios resultam as informações sobre eficiência energética constantes do Selo do Procel e da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia afixados nos produtos submetidos ao Inmetro pelos fabricantes.

Selo e etiqueta ajudam os consumidores a identificar os aparelhos mais eficientes e incentivam as empresas a investir no aperfeiçoamento de seus produtos. O resultado é a significativa redução do consumo de energia elétrica de refrigeradores e condicionadores.

A experiência acumulada pelo laboratório com a prestação de serviços e o apoio à pesquisa credenciou-o para participar da elaboração de procedimentos e normas técnicas. Além disso, mantém um programa de comparação interlaboratorial com instituições nacionais e internacionais, funcionando como unidade de referência para outros laboratórios do setor.

- **Laboratório de Iluminação**

Este é o principal laboratório de apoio a órgãos do governo no esforço de conservação de energia e eficiência energética em componentes e sistemas de iluminação pública, residencial, comercial e industrial. Dispõe dos mais modernos equipamentos para realização de medições e ensaios em luminárias, lâmpadas, LEDs (diodos emissores de luz) e reatores magnéticos e eletrônicos.

Dentre os equipamentos disponíveis no laboratório destaca-se o goniofotômetro, aparelho que mapeia a distribuição de luz de luminárias em função do ângulo. Tais ensaios contribuem para o desenvolvimento de luminárias mais eficientes e bem ajustadas, evitando efeitos indesejáveis como luz invasora, ofuscamento, manchas de penumbra e poluição luminosa – o que resulta em maior eficiência e menor consumo de energia elétrica.

Braço técnico da parceria firmada pela Eletrobras, Inmetro e Cepel para execução dos programas do selo Procel e da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (Ence) relacionados a iluminação, o laboratório participa da elaboração de padrões técnicos, coordenando a adoção de índices de desempenho e de métodos de ensaio.

- **Laboratório de Propriedades Mecânicas**

O laboratório foi implantado em 1975 com o objetivo de dar suporte aos projetos de P&D relativos ao comportamento mecânico de materiais, equipamentos e estruturas utilizados no setor elétrico. Encontra-se equipado para realizar medições e ensaios sob condições de esforços mecânicos estáticos e dinâmicos.

A implantação de um vão para ensaio em cabos condutores permitiu que fosse pioneiro no Brasil em ensaios de fluência em condutores de alumínio com alma de aço e em ensaios mecânicos de cabos para-raios com fibras ópticas. Os modelos computacionais desenvolvidos para previsão do efeito do vento em cabos condutores ou o desenvolvimento de técnicas de medição do amortecimento próprio dos cabos puderam ser validados com a utilização da infraestrutura experimental existente no laboratório.

Os estudos para avaliação do desempenho dinâmico de amortecedores, a simulação de condições mecânicas de operação de ferragens de linhas de transmissão e estudo do desempenho de condutores submetidos a fadiga também somente são possíveis com a utilização das facilidades experimentais presentes no laboratório.

A partir de ensaios conduzidos em laboratório, foram desenvolvidas técnicas de medições estáticas e dinâmicas, realizadas em campo, para solucionar problemas de vibração em comportas e turbinas de hidrelétricas.

Os projetos que resultaram no desenvolvimento de programas computacionais para monitoração e diagnóstico do comportamento mecânico de hidrogeradores tiveram origem nos trabalhos experimentais realizados no laboratório de propriedades mecânicas. Atualmente, os sistemas instalados em algumas empresas do setor elétrico permitem diagnósticos baseados não apenas no comportamento mecânico como também de outras grandezas físicas e elétricas.

2.3.4. Desempenho Operacional

Cada um dos projetos institucionais teve seu planejamento de atividades para 2011 acordado entre o Cepel e as empresas do sistema Eletrobrás. Os resultados obtidos durante o ano foram acompanhados pelos gerentes de cada projeto através da Internet, com uso de senhas individualizadas. O desempenho global da carteira institucional foi acompanhado pelos coordenadores da carteira nas empresas, também via Internet.

Seguem alguns dos principais resultados e produtos de pesquisas realizadas no Cepel.

2.3.4.1 - Desenvolvimento Sustentável da Hidroeletricidade no Brasil

Para enfrentar o desafio de desenvolver seu potencial hidroelétrico de forma sustentável, o Brasil tem desenvolvido procedimentos estruturados de planejamento e operação com base em um conjunto de metodologias e estudos. Nestes procedimentos, aspectos socioambientais são considerados desde o início do planejamento da expansão e durante todo o processo decisório, e monitorados continuamente ao longo do ciclo de vida dos projetos.

Os estudos consideram diferentes horizontes de tempo e sucessivas aproximações que interagem com os procedimentos de planejamento do setor elétrico. Por exemplo, estudos estratégicos de longo prazo, que analisam diferentes opções para aproveitamento das diversas fontes de energia do país e sua futura matriz energética, estabelecem recomendações para as bacias hidrográficas a serem priorizadas nos estudos de inventário. Nos planos decenais de expansão, são analisadas as condições de atendimento ao mercado considerando projetos hidroelétricos já avaliados pelo menos em nível de inventário, juntamente com outras fontes de energia elétrica. Para alguns projetos específicos, a duração prevista dos estudos ambientais e de engenharia envolvidos é detalhada. Os programas de expansão são estabelecidos visando futuros leilões para compra de energia de novos empreendimentos de geração e de transmissão. Os estudos de viabilidade técnica, econômica e socioambiental para os novos projetos de geração são identificados, realizados anualmente e consolidados no plano decenal de expansão.

O desenvolvimento de novas usinas hidroelétricas compreende cinco etapas. Inicia-se com a Estimativa do Potencial Hidroelétrico (1), que consiste em uma análise preliminar das bacias, considerando características topográficas, hidrológicas, geológicas e ambientais, fornecendo uma primeira indicação do potencial e do custo estimado para seu desenvolvimento. O Estudo de Inventário (2) compara diferentes alternativas de divisão de quedas, para selecionar a melhor relação entre custos, benefícios energéticos e impactos socioambientais. Como parte do estudo, os projetos da alternativa selecionada são submetidos a uma avaliação ambiental integrada, necessária para futuro licenciamento. Estes projetos são incluídos em uma lista nacional de projetos aprovados e disponibilizados para inclusão nos planos de expansão. A etapa de Viabilidade (3) inclui estudos técnicos, energéticos, econômicos e socioambientais mais detalhados para identificar os melhores projetos para implementação.

Um ponto importante do regime regulatório é a compra de energia de novas usinas pelas concessionárias de distribuição baseada em leilões públicos. Os projetos hidroelétricos necessitam de uma licença prévia (LP) para se qualificar aos leilões. Esta LP é obtida junto às agências

ambientais durante a etapa de Viabilidade, com base em estudos de impactos ambientais (EIA) e relatórios de impactos ambientais (RIMA). Cada LP é debatida em audiências públicas, e considera usos múltiplos da água. Após o leilão, o vencedor se torna responsável pela etapa de Desenvolvimento do Projeto Básico (4), cujos estudos detalhados incluem a elaboração do plano ambiental básico, para solicitação da licença de instalação (LI). Somente após a obtenção da LI os trabalhos de construção podem ser contratados. Finalmente, na etapa de Projeto Executivo (5), são decididas todas as medidas necessárias à implantação do reservatório, incluindo a implementação de programas socioambientais, devendo ser requerida a licença de operação (LO).

Finalizada a construção, passa-se ao enchimento do reservatório e início da operação, que é acompanhada de ações de monitoramento e eventual correção de problemas. A geração é coordenada com as demais usinas do país pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), de forma a otimizar o sistema hidroelétrico brasileiro. Esta coordenação é realizada com o uso de uma cadeia de modelos de otimização, também usada nos estudos de planejamento da expansão do setor elétrico.

A aplicação da cadeia de modelos de otimização em todo o processo decisório é outro instrumento importante para o desenvolvimento sustentável dos recursos do potencial hidroelétrico brasileiro. A cadeia é composta por modelos com diferentes horizontes de planejamento e graus de detalhamento na representação do sistema. Todos os modelos estão em desenvolvimento contínuo pelo Cepel para um planejamento da expansão do sistema energético brasileiro integrado e sustentável, e têm sido usados pelas entidades do setor elétrico, concessionárias e agentes. A cadeia cobre o desenvolvimento de metodologias e programas computacionais nas áreas de meio ambiente, planejamento da expansão da geração, planejamento e programação da operação, hidrologia estocástica, recursos hídricos e ventos, análise financeira de projetos e tarifas, e técnicas computacionais aplicadas a sistemas hidrotérmicos.

2.3.4.2 - Manual de Inventário Hidroelétrico de Bacias Hidrográficas

Instrumento fundamental para um melhor aproveitamento do potencial hidroelétrico dos rios brasileiros, o Manual de Inventário Hidroelétrico de Bacias Hidrográficas reúne, em 660 páginas, metodologias, critérios e procedimentos a serem adotados nos estudos de inventário. A sua versão em língua inglesa foi concluída em 2010.

| O Ministério de Minas e Energia (MME) contratou o Cepel para coordenar o processo de revisão do Manual de Inventário, concluído em 2007, e que teve foco especial nas questões ambientais e de usos múltiplos da água, adotando a Avaliação Ambiental Integrada como instrumento complementar aos estudos do potencial hidroelétrico de bacias. Para apoiar a revisão, foi criado um Grupo de Trabalho, formado por técnicos do MME, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), do Cepel, da Eletrobras, de Furnas, da Chesf, da Eletrosul, da Eletronorte, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), da Agência Nacional de Águas (ANA) e da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), além de representantes de associações de classes e de empresas com experiência na realização de inventários.

A nova edição contribui para agilizar o licenciamento de novas usinas hidroelétricas. Nela, foram incorporados os avanços na legislação ambiental, a Política Nacional de Recursos Hídricos, o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e a reestruturação do setor elétrico.

O Cepel desenvolveu um sistema computacional para apoiar a realização de inventários hidroelétricos. Trata-se do Sinv – Sistema para Estudos Socioambientais, Energéticos e de Seleção das Alternativas nos Estudos de Inventário Hidroelétrico, que permite o armazenamento das informações e de dados utilizados nos estudos de inventário. O Sinv facilita não só a

realização dos estudos como também sua análise e revisão.

A apresentação dos resultados dos Estudos de Inventários em diversos fóruns nacionais e internacionais e a utilização do Manual para realização de Estudos de Inventários de bacias hidrográficas bi-nacionais, bem como a importância de divulgação internacional, no sentido de demonstrar o desenvolvimento de forma sustentável do potencial hidroelétrico do país, e de apresentar o grau avançado de desenvolvimento técnico, institucional e legal do setor elétrico brasileiro, levou o MME a investir na tradução deste Manual para o inglês. Considerando o profundo caráter técnico do Manual, o MME mais uma vez incumbiu o Cepel de coordenar esta tradução.

Hoje, o Manual de Inventário Hidroelétrico de Bacias Hidrográficas está disponível nos sites do Cepel, da Eletrobras, do MME e da Agência Internacional de Energia (AIE).

2.3.4.3 - Cadeia de Modelos Computacionais para o Planejamento da expansão e operação do sistema de geração brasileiro de energia elétrica

Em um sistema com as características do sistema brasileiro, é indubitável o ganho obtido pela coordenação e otimização do planejamento da expansão e da operação do parque gerador. No entanto, essa coordenação é bastante complexa do ponto de vista técnico. Por isso, foi necessário o desenvolvimento, com tecnologia nacional, de modelos matemáticos e programas computacionais para dar suporte às decisões.

Esses desenvolvimentos vêm sendo realizados há mais de 30 anos pelo Cepel, com participação técnica e suporte financeiro da Eletrobras e de suas Empresas e apoio das demais empresas do setor.

No planejamento da expansão, um dos desafios é definir planos e estratégias de investimentos para construção de novas usinas, de novos troncos de interconexão e gasodutos e de bacias para extração de gás que assegurem um suprimento confiável e de menor custo para a demanda futura de eletricidade. O planejamento do setor energético é de responsabilidade do Ministério de Minas e Energia (MME), com o auxílio de estudos realizados pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

O Cepel tem contribuído para essa atividade, por meio do desenvolvimento de uma cadeia de metodologias e programas computacionais, cujos principais modelos são o Melp e o Newave. Aspectos importantes, como os socioambientais e de uso múltiplo da água, passam a ser considerados de forma mais completa na elaboração de inventários de bacias hidrográficas. Da mesma forma, a avaliação ambiental integrada passa a ser considerada desde as fases iniciais do processo de planejamento.

Por outro lado, também é necessário definir uma estratégia ótima para a operação do sistema elétrico brasileiro. O planejamento, a programação e o despacho centralizados dos recursos de geração são realizados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico. Para esse fim, o Centro desenvolveu uma cadeia de metodologias e programas computacionais, cujos principais modelos são o Newave, o Decomp e o Dessem. Em uma primeira etapa, definem-se metas ótimas de geração hidrelétrica e termelétrica para as diversas regiões do País, bem como intercâmbios energéticos entre elas (Newave). Em uma segunda etapa, são definidas as metas ótimas semanais de geração para cada usina hidrelétrica, considerando-se restrições locais (Decomp). Posteriormente, essas metas de geração são refinadas na programação da operação do dia seguinte, levando em consideração a cronologia da curva de carga, restrições operativas no nível de unidades geradoras e a modelagem linear da rede elétrica (Dessem). Os custos marginais fornecidos pelos diversos modelos são utilizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, para formar a base do preço do mercado de curto prazo.

Compõem também essa cadeia modelos para previsão e geração de cenários sintéticos de vazões aos diversos aproveitamentos hidrelétricos, estudos de prevenção de cheias, análise de investimentos em projetos de geração de energia e metodologias para a incorporação da dimensão ambiental nas diversas etapas do processo de planejamento dos empreendimentos do setor elétrico, além da avaliação do potencial energético de sistemas isolados.

O Cepel possui um Laboratório de Computação Intensiva (Labcin), onde são estudadas aplicações de técnicas de processamento distribuído a programas computacionais, como o Newave, o Suishi e o Decomp, com o objetivo de reduzir significativamente o seu tempo de processamento.

2.3.4.4 - Coordenação entre planejamentos da expansão de longo e curto prazos

Dadas as peculiaridades do sistema elétrico brasileiro, dos prazos de maturação dos projetos de geração e transmissão e dos estudos que antecedem sua concepção, o planejamento da expansão desse sistema é usualmente conduzido em duas etapas interligadas: o planejamento de longo prazo e o planejamento de curto prazo.

No planejamento de longo prazo, de responsabilidade do Ministério de Minas e Energia (MME), com o auxílio de estudos realizados pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), analisam-se as estratégias de desenvolvimento do sistema, a composição futura do parque gerador, dos principais troncos de transmissão e gasodutos e de bacias para extração de gás. Sua periodicidade é de quatro a cinco anos, abrangendo um horizonte de 30 anos, e seu principal produto é o Plano de Expansão de Longo Prazo do Setor Elétrico, dentro do Plano Nacional de Energia. No planejamento de curto prazo, é elaborado o programa de obras relativo à expansão da geração e da transmissão, definindo os empreendimentos e sua alocação temporal. Sua periodicidade é anual, abrangendo um horizonte de dez anos, e seu principal produto é o Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica.

No caso do planejamento de longo prazo, o Cepel, com o apoio da Eletrobras, desenvolveu o Modelo para Expansão da Geração (Melp). A partir das informações de projeções de consumo de energia elétrica para cada um dos subsistemas considerados, das opções tecnológicas e custos das fontes de geração (incluindo o inventário de bacias hidrográficas) e dos impactos socioambientais, o Melp elabora uma estratégia de implementação de projetos de geração e de troncos de interligação, visando minimizar os custos de investimento e operação e o atendimento aos critérios de confiabilidade.

Naturalmente, em virtude do horizonte de tempo considerado, a representação do sistema no Melp é necessariamente simplificada. Assim, a estratégia resultante é refinada quando se vai para o horizonte decenal. Neste último caso, é utilizado um modelo mais detalhado de representação do sistema: o Newave. Na realidade, esse modelo faz a “ponte” não apenas entre os planejamentos da expansão de longo e curto prazos, mas também entre os planejamentos da expansão e da operação.

No resgate do Planejamento como uma função de estado, nos horizontes de curto, médio e longo prazos, o Ministério de Minas e Energia - MME publicou, com base nos estudos elaborados pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), os Planos Decenais de Energia Elétrica 2006/2015, 2007/2016, 2008/2017, 2010/2019 e 2011/2020 e o Plano Nacional de Energia 2030. Nesses planos, foram utilizados, intensivamente, os modelos Newave e Melp.

É motivo de grande satisfação para o Cepel, a oportunidade dada ao Centro para a contribuição nesse esforço, por meio da atuação de seus pesquisadores e do desenvolvimento do Newave e do Melp.

2.3.4.5 - Indicadores Socioambientais para Gestão da Sustentabilidade Empresarial do Sistema Eletrobras - IGS

O Cepel vem desenvolvendo desde 2007 e em parceria com a Eletrobras, o projeto IGS – Indicadores Socioambientais para Gestão da Sustentabilidade Empresarial do Sistema Eletrobras. O IGS é um projeto da carteira institucional do Centro, que teve como intuito inicial a definição de um conjunto de indicadores para a Dimensão Socioambiental da Sustentabilidade, e o desenvolvimento de um Banco de Dados capaz de armazenar, consolidar, e auxiliar a análise dos indicadores propostos. O trabalho consiste em estabelecer um conjunto de indicadores que permita às empresas Eletrobras avaliarem seu desempenho em relação à chamada triple bottom line, ou seja, às três dimensões da sustentabilidade: os resultados econômicos, ambientais e sociais de suas atividades.

O projeto foi desenvolvido em etapas. Além da definição dos indicadores, o trabalho também envolveu a criação de um banco de dados para armazenamento, edição, tratamento, consulta e visualização de cada informação relacionada aos indicadores. Outros indicadores ou novas funcionalidades poderão ser incorporados ao sistema de acordo com a demanda das empresas. Dados os resultados positivos do Projeto IGS para a Dimensão Socioambiental, foi solicitada pela Eletrobras a ampliação de seu escopo, passando a abranger também as demais dimensões da Sustentabilidade (Social, Econômico-financeira, Eficiência Energética e Pesquisa & Desenvolvimento + Inovação). As pesquisas têm avançado neste sentido e na implementação do Banco de Dados para a Dimensão Socioambiental. Os resultados estão sendo publicados em Relatórios Técnicos e artigos em Congressos.

2.3.4.6 - Metodologias e Programas Computacionais na área de Planejamento e Operação Elétrica

O Cepel vem desenvolvendo, ao longo de 38 anos, com a participação intensa do Sistema Eletrobras e o apoio dos técnicos de empresas e universidades, um conjunto de metodologias e programas computacionais para análise, planejamento, operação, controle e confiabilidade do sistema elétrico brasileiro. Os programas computacionais do Centro possibilitaram uma sólida capacitação nacional nessas áreas de conhecimento.

Os programas *Anarede*, *NH2*, *Flupot*, *Plantac*, entre outros, permitem realizar análises e estudos para o planejamento da operação e da expansão do sistema de transmissão, tendo ampla utilização em todo o setor elétrico. O seu desenvolvimento e aperfeiçoamento são contínuos.

Recentemente, foram implementados novos algoritmos no *Anarede*, que o capacitaram a identificar potenciais corredores para a recomposição do sistema após a ocorrência de blecautes. Também foi desenvolvida uma nova facilidade que permite ao usuário priorizar a atuação dos controles por classes.

No programa *Flupot*, foram recentemente introduzidas novas restrições, de maneira que o redespacho de potência ativa de diversas usinas possa ser executado de acordo com fatores de participação previamente definidos.

O *Plantac*, voltado para o planejamento da transmissão, agora possibilita, através de algoritmo baseado em custos marginais de confiabilidade, uma sugestão da localização de novos circuitos no sistema. Analisa também a possibilidade de postergações de obras previstas no cronograma original de um plano de expansão da transmissão plurianual, através da verificação de uma relação custo-benefício entre as alternativas de expansão da transmissão geradas.

Para se reduzir a vulnerabilidade do sistema a perturbações, que podem causar danos a equipamentos, instabilidade da carga ou entre as usinas geradoras, além de desligamentos em cascata e blecautes, são fundamentais os estudos do comportamento dinâmico do sistema, que

podem ser realizados com a utilização dos programas *Anatem* e *Pacdyn*. Recentemente, foi desenvolvido um novo modelo de usina eólica, no *Anatem*, que permite o controle de tensão ou corrente através de controladores definidos pelo usuário. O novo programa auxiliar *CDUedit* permite que o usuário desenhe os diagramas de blocos de controles que são exportados para o *Anatem* e o *PacDyn*, facilitando sobremaneira sua utilização.

Ainda com relação à segurança e à qualidade operativa da rede elétrica, dispõe-se do programa *Anafas*, que auxilia no dimensionamento de equipamentos, na coordenação da proteção do sistema, e do *HarmZs*, que determina os níveis de distorção harmônica.

Mantidos no estado da arte, os programas estão sendo integrados por meio de uma base de dados comum (sistema *Sapre*). Recentemente foi atualizada a interface do *Sapre* com o modo de estudos de tempo real (sistema *Sage*) permitindo que se possam fazer estudos de fluxo de potência e curto-circuito a partir de dados históricos oriundos da operação do sistema.

2.3.4.7 - Desenvolvimento de tecnologias de alta capacidade para transmissão de energia elétrica a longas distâncias

A transmissão de grandes blocos de energia da região Norte do Brasil, notadamente dos empreendimentos de geração do rio Madeira e da UHE Belo Monte, para as regiões Sudeste e Nordeste, apresenta desafios tecnológicos e requer o desenvolvimento de soluções inovadoras de linhas de transmissão de alta capacidade, tanto em corrente alternada como em corrente contínua.

Com o apoio da Eletrobras e a participação das suas empresas, o Cepel vem desenvolvendo novas concepções de linhas de transmissão de alta capacidade, buscando contribuir para o projeto e a implantação de empreendimentos de transmissão tecnologicamente mais avançados e mais econômicos do que os tradicionais, garantindo, assim, a confiabilidade do sistema elétrico.

A experiência tem mostrado que a introdução de inovações tecnológicas em obras de transmissão de grande porte requer o desenvolvimento de estudos, a construção de protótipos, a realização de pesquisa experimental e a implantação de linhas-piloto.

Em função dessas necessidades e das características desses empreendimentos, está sendo construído um Laboratório de Ultra Alta Tensão externo, cuja fase inicial de operação está prevista para 2012.

As tecnologias desenvolvidas pelo Cepel estão contribuindo para viabilizar a transmissão de energia da Amazônia de forma sustentável.

2.3.4.8 - Laboratório de Ultra Alta Tensão Externo (Lab UAT)

Mediante o apoio do Ministério das Minas e Energia – MME, da Eletrobras, do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI e da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, o Cepel está construindo um laboratório com capacidade de realizar ensaios elétricos em configurações de linhas de transmissão e equipamentos associados, na classe de ultra alta tensão (UAT), em corrente alternada (CA) e corrente contínua (CC).

Esta nova infraestrutura laboratorial, pioneira no continente americano, terá papel essencial no apoio à pesquisa aplicada do Cepel, para o desenvolvimento de novas concepções de linhas de transmissão de alta capacidade.

Um exemplo de nova concepção é o conceito de Linhas de Potência Natural Elevada (LPNE), desenvolvido pelo Cepel, que detém relevante acervo metodológico e computacional a respeito

desse desenvolvimento, com resultados práticos no Sistema Interligado Nacional, obtidos em parceria com empresas do Sistema ELETROBRAS, como a CHESF e FURNAS.

Para suas atividades de pesquisa experimental, o Cepel concebeu um projeto inovador para o laboratório de Ultra Alta Tensão Externo (Lab UAT), que será localizado na sua Unidade de Adrianópolis e contará com dimensões suficientes para realizar ensaios elétricos em configurações de linhas de transmissão, com classe de tensão até 1.200 kV em corrente alternada e ± 800 kV em corrente contínua; níveis estes adequados para atender os requisitos previstos para aplicação de tecnologias de transmissão em UAT no Brasil.

Atualmente, em nível internacional, somente a República Popular da China possui instalações laboratoriais com capacidades similares às previstas para o Lab UAT do CEPTEL. O projeto do Lab UAT, porém, apresenta uma característica inovadora: a mesma área do laboratório permite a realização de montagens de configurações de linhas de transmissão em CA ou CC, alternadamente, por meio do reposicionamento das fontes e outros componentes do circuito. Essa característica de mobilidade e versatilidade possibilita uma maior taxa de ocupação das instalações físicas do laboratório e flexibilidade com relação aos arranjos de montagem para ensaios, otimizando custos de investimento.

2.3.4.9 - Sistema Aberto de Gerenciamento de Energia – Sage

O Sage é um sistema computacional de grande porte, do tipo Scada/EMS (Supervisory Control and Data Acquisition/Energy Management System), desenvolvido e mantido no estado da arte pelo Cepel para a missão crítica de supervisão, controle e gestão de sistemas elétricos em tempo real.

O Sage já alcançou posição de absoluto destaque nesta função estratégica de operação em tempo real de nossa rede de transmissão em alta tensão. De fato, a maioria das grandes concessionárias de transmissão e distribuição do País, incluindo as Empresas Eletrobras, confia a operação de seu sistema elétrico ao Sage, algumas de forma exclusiva. Estes são alguns exemplos: em Furnas, o Sage foi padronizado como o sistema de supervisão e controle de suas subestações; na Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), foi escolhido para o Centro de Operação do Sistema, os centros regionais e os novos centros locais; na Eletrosul, foi adotado para gerenciar todo o seu sistema elétrico, por meio do Centro de Operação da Transmissão e centros de telecontrole; na Eletronorte, equipa o Centro de Operação do Sistema e Centros Regionais.

Além das empresas Eletrobras, transmissoras e distribuidoras importantes no país, como a CTEEP, a CEEE, a Celg, a Cosern, a Coelba e muitas outras confiam no Sage para a operação dos seus sistemas de transmissão. Com isso, o Sage já detém a responsabilidade pelo gerenciamento da grande maioria da malha de transmissão de energia elétrica em alta tensão do País, com cerca de 600 instalações em nosso sistema elétrico.

Operando também como solução tecnológica do Centro Nacional de Operação do Sistema (CNOS), centro de maior hierarquia do sistema de supervisão e controle do Sistema Interligado Nacional, desde 1999, o Sage tem alargado, continuamente, seu escopo de aplicação por meio de novos desenvolvimentos.

Como exemplo neste sentido, já está em fase de implantação, em consórcio com a Siemens, um projeto que visa à substituição de toda a infraestrutura de supervisão e controle do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) por um novo SCADA/EMS virtual, denominado REGER (Rede de Gerenciamento de Energia do ONS). Esse novo sistema, baseado no Sage será composto por um conjunto de Sistemas de Supervisão e Controle (SSCs) previstos para Brasília, Rio de Janeiro, Recife e Florianópolis, fortemente integrados e redundantes, com a missão de controlar a operação em tempo real de toda a malha de transmissão e geração que compõe o Sistema

Interligado Nacional.

Este projeto, especial e único tanto pela responsabilidade quanto por sua concepção global sofisticada, tem previsão de operacionalização até o final deste ano de 2012.

2.3.4.10 - Desenvolvimento de Tecnologias e Pesquisa Experimental em Distribuição

Dentre as pesquisas do Cepel no segmento de distribuição de energia elétrica encontra-se o desenvolvimento de novas alternativas em equipamentos e sistemas para medição e gerenciamento de energia elétrica, que já apresentou diversas soluções inovadoras que resultaram em patentes depositadas e concedidas no Brasil e no exterior. O Centro também está ampliando sua infraestrutura laboratorial para pesquisa experimental e desenvolvimento de novas tecnologias que atendam as necessidades das redes de distribuição do futuro.

Com relação às inovações desenvolvidas pelo Cepel, destacam-se a medição centralizada, o medidor para medição direta de correntes de até 800A, o sistema de telecomando para gerenciamento de cargas e tarifas, o medidor de Ampère-hora e, a mais recente, os transformadores de instrumento auto-monitorados.

Atualmente, o Cepel vem se dedicando ao desenvolvimento de uma infraestrutura laboratorial para pesquisa experimental e avaliação de soluções relacionadas ao conceito de “Redes Elétricas Inteligentes” (Smart Grids). Neste contexto, o Cepel participa do projeto para aplicação deste conceito na cidade de Parintins, na região norte do Brasil, com vistas à criação de um modelo de referência a ser aplicado nas Empresas de Distribuição da Eletrobras. Além disso, integra o grupo de trabalho no MME para subsidiar o estabelecimento de políticas públicas para implantação de um programa brasileiro de Redes Elétricas Inteligentes.

O conceito de redes inteligentes é fruto da convergência na evolução das tecnologias de medição, comunicação, computação e informação, automação e controle, da demanda crescente por melhor qualidade e segurança no fornecimento de energia elétrica, e da inovação nas próprias características das redes de distribuição, com a introdução da geração distribuída, elementos de armazenamento de energia e de novas cargas como veículos elétricos.

Este conceito atende ainda às expectativas de melhoria da eficiência no uso da energia garantindo menor impacto ambiental, incentivando a redução das emissões de carbono, o uso sustentável dos recursos naturais e estimulando novas oportunidades de negócios ao estimular a participação do consumidor.

Considera-se fundamental a constituição de um laboratório nacional adequadamente equipado para suportar as pesquisas necessárias em redes inteligentes, de forma a tratar a complexidade das redes de distribuição modernas, além de proporcionar condições para a capacitação de pessoal. A implantação deste laboratório no CEPEL ampliará a capacidade do Centro no desenvolvimento de novas tecnologias que atendam as necessidades das redes de distribuição do futuro.

2.3.4.11 - Plataforma para pesquisa experimental em energia solar

As plantas de geração heliotérmica produzem energia elétrica a partir da conversão da energia solar em calor com alta temperatura com emprego de diferentes arranjos de espelhos e de concentradores da radiação solar direta. A terminologia utilizada de uma forma genérica para essas tecnologias de aproveitamento da energia solar na produção de energia elétrica é “Sistemas de Concentração de Potência Solar”, mais conhecida pelo termo em inglês Concentrated Solar Power - CSP.

O calor obtido pela concentração da energia solar é utilizado em um ciclo térmico convencional de potência, com emprego de turbinas a vapor ou a gás, ou com a utilização de motores Stirling. As aplicações cobrem uma faixa de potência bastante ampla (kW a MW) dependendo da tecnologia utilizada. Alguns sistemas preveem a armazenagem de energia para utilização durante períodos de baixa insolação ou até mesmo durante a noite. Os sistemas de CSP se baseiam em quatro tecnologias básicas: cilindros parabólicos, torre central, discos parabólicos e concentradores lineares Fresnel.

Com apoio dos ministérios de Minas e Energia (MME) e de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) o Cepel elaborou uma proposta de implantação de uma planta heliotérmica piloto utilizando a tecnologia de cilindros parabólicos. Esta iniciativa consiste na primeira etapa de um projeto maior que visa à construção de uma plataforma de pesquisa experimental em energia solar, nos moldes de plataformas de pesquisa existentes no exterior.

O aproveitamento da energia solar a partir de tecnologias de CSP requer níveis elevados de radiação solar direta e também condições topográficas adequadas, ventos de baixa velocidade, disponibilidade de infraestrutura de acesso (rodovias e aeroportos), disponibilidade de água para os sistemas convencionais de geração de vapor e para a limpeza dos espelhos, além de acesso ao sistema interligado para conexão à rede. Estudos prévios, considerando todos os fatores acima mencionados, identificaram a região de Petrolina no Estado de Pernambuco como adequada para a implantação da planta piloto. Com a interveniência da Secretaria de C&T do Estado de PE, parceira do Cepel no projeto, uma área de 45 ha pertencente à Codevasf foi cedida para a instalação da plataforma de P&D em energia solar.

O projeto básico de engenharia da planta piloto foi concluído e os recursos serão disponibilizados pela FINEP. A Universidade Federal de Pernambuco também participa do projeto como co-executora.

A planta piloto terá potência elétrica líquida de 1 MW, com prazo estimado para a construção de 36 meses. Em uma segunda fase será instalado um sistema de armazenamento de energia e, posteriormente, deverá ser implantada uma segunda planta no mesmo local com outra tecnologia de geração termossolar, que deverá contar com a participação da Chesf.

2.3.4.12 - Ensaios de luminárias – Goniofotômetro

O Cepel tem instalado, no seu Laboratório de Iluminação, um goniofotômetro de grande porte, capaz de avaliar luminárias de até 50 quilos.

Com esse equipamento, o Centro ampliou a sua participação na concessão do Selo Procel, além de contribuir com o Programa Brasileiro de Etiquetagem, do Inmetro, e com o Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (Reluz), da Eletrobras.

O goniofotômetro faz o mapeamento, ângulo a ângulo, da distribuição de luz no ambiente. Os ensaios contribuem para o desenvolvimento de luminárias mais eficientes, o que possibilita uma significativa redução do consumo de energia elétrica nos sistemas de iluminação pública, residencial, comercial e industrial. Os gastos com iluminação correspondem a 27% do total de energia consumida no Brasil.

Houve investimento de US\$ 1,3 milhão na aquisição do goniofotômetro e de um conjunto de equipamentos complementares. Oriundos do *Global Environment Facility* (GEF), os recursos foram repassados pelo Banco Mundial ao Projeto de Capacitação Laboratorial da Eletrobras/Procel.

O Cepel vem realizando estudos, com base em pesquisa experimental, utilizando o goniofotômetro, para caracterização de parâmetros (eficiência, durabilidade, composição espectral e qualidade da distribuição de luz – parâmetros fotométricos) das novas luminárias de Iluminação Pública (IP) que utilizam tecnologia LED. Esses parâmetros farão parte da regulamentação aplicada à Lei de Eficiência Energética e servirão para referenciar a qualidade das luminárias de IP a LED no Brasil.

2.3.4.13 - Ensaios de eficiência energética – Refrigeração

Criado em 1985, o Laboratório de Refrigeração vem, ao longo dos últimos anos, contribuindo significativamente para a redução do consumo de energia elétrica de produtos como refrigeradores, congeladores e condicionadores de ar, de uso doméstico e comercial. O trabalho é realizado por meio do estudo, do desenvolvimento e da implementação de metodologias de ensaios e de avaliação em eficiência energética.

Contando com investimentos do Procel/Eletrobras e do Global Environment Facility (GEF), atualmente, o laboratório é constituído de seis câmaras climáticas, para ensaios de refrigeradores e congeladores, e de um calorímetro do tipo calibrado, para ensaios de condicionadores de ar, construído de acordo com as especificações técnicas das normas brasileiras e internacionais.

O Laboratório de Refrigeração é acreditado pelo Inmetro, integrando a Rede Brasileira de Laboratórios de Ensaios (RBLE), além de ser laboratório de ensaios designado para atender ao Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE).

O Cepel investe permanentemente na capacitação da mão-de-obra, assim como na modernização das instalações do laboratório. A experiência acumulada pelo laboratório com a prestação de serviços e o apoio à pesquisa credenciou-o para participar da elaboração de procedimentos e normas técnicas. Além disso, mantém um programa de comparação interlaboratorial com instituições nacionais e internacionais, funcionando como unidade de referência para outros laboratórios do setor.

2.3.4.14 - Laboratório de Células a Combustível

O Laboratório de Células a Combustível do Cepel foi criado em 2002, com base em um projeto desenvolvido para a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf). Seus principais focos foram a construção e a operação de um protótipo de célula a combustível de membrana polimérica trocadora de prótons, com potência de 5 kW, o qual foi inteiramente projetado e construído no País.

O laboratório pesquisa desenvolve e avalia tecnologias de sistemas de geração à base de células a combustível, seus componentes e materiais envolvidos – tanto em células que usam a tecnologia de membrana polimérica como em células baseadas na tecnologia de óxido sólido –, tendo-se em vista a crescente importância desses sistemas no âmbito da geração distribuída de energia elétrica e sistemas de co-geração, bem como seu potencial impacto sobre o setor elétrico.

A célula a combustível de 5 kW é capaz de operar com gás natural, via reformador de combustível, ou com hidrogênio direto, armazenado em cilindros. O laboratório possui uma central de gases exclusiva, células unitárias de bancada e seus sistemas de monitoramento e controle, simuladores de carga CC e CA, equipamento para produção de água deionizada, sistemas de troca térmica, *kit* educacional para demonstração de sistemas à base de células a combustível e instrumentação eletroeletrônica pertinente.

O Cepel, por meio do Laboratório de Células a Combustível, está conduzindo, em parceria com o Instituto Nacional de Tecnologia (INT) e com o Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares

(IPEN), um projeto também patrocinado pela Chesf, cujo objetivo é desenvolver e construir um reformador de etanol para produção de hidrogênio.

Também por intermédio desse laboratório, o Cepel integra a Rede de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em Células a Combustível do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), por meio da qual participa de projetos relativos ao estudo do comportamento de placas bipolares revestidas e ao aproveitamento do rejeito térmico dos sistemas de reforma e de geração.

Dessa forma, o laboratório encontra-se plenamente inserido na P&D de sistemas completos de geração de energia elétrica à base de células a combustível, incluindo-se a produção de hidrogênio a partir de combustíveis primários (gás natural) e de biomassa (etanol), bem como avaliação técnico-econômica de sistemas de geração de energia com células a combustível e tecnologias do hidrogênio.

2.3.4.15 - Campos eletromagnéticos

Ao longo das últimas décadas, a preocupação de setores da sociedade com possíveis efeitos da exposição humana a campos eletromagnéticos manifestou-se por meio de ações e embargos judiciais, com consequentes atrasos no cronograma de obras e com possíveis riscos para a confiabilidade do sistema elétrico, além de prejuízos para a sociedade e a tranquilidade das pessoas. A busca por uma solução para estes questionamentos levou à elaboração de uma legislação federal (Lei 11934 / 2009), regulamentada em 2010 pela Aneel, com novas exigências para as empresas do Setor Elétrico Brasileiro.

Neste contexto, o Cepel vem tendo atuação ampla, em apoio ao Ministério de Minas e Energia - MME, às empresas Eletrobras e a todo o Setor Elétrico Brasileiro. Como integrante do Conselho Consultivo da Organização Mundial de Saúde (OMS), representando o MME, o Cepel participa das definições do plano de pesquisa em campos eletromagnéticos e da definição dos limites de campos recomendados pela OMS.

O Cepel desenvolve metodologias de medição e simulação de campos, que permitem avaliar a compatibilidade das instalações do sistema elétrico brasileiro de acordo com as diretrizes e normas referendadas pela OMS, e determinadas pela regulamentação da Aneel. Recentemente, como forma de atender a demanda das empresas de todo o Brasil e sob orientação do MME, o Cepel promoveu treinamentos para técnicos das Empresas Eletrobras e do setor, capacitando-os em cálculo e medições de campos em usinas, linhas de transmissão e subestações.

2.3.4.16 - Metodologias e ferramentas computacionais para avaliação de integridade estrutural

O Cepel possui relevante atuação na geração de conhecimento para atender ao parque termelétrico brasileiro. Com a conclusão do projeto *Diatérmica*, que consistiu no desenvolvimento de um software de medição e diagnóstico da condição operacional de equipamentos de geração termelétrica, integrado a metodologias de avaliação de integridade estrutural, o Centro partiu para novos desafios, a partir dos projetos *Monitermo* e *Turbodiag*.

As turbinas de geração termelétricas são equipamentos com um elevado grau de complexidade, e são sujeitas a grandes solicitações térmicas e dinâmicas.

O projeto *Monitermo* consiste em um aprimoramento do seu projeto antecessor, o *Diatérmica*, e busca monitorar em campo não apenas temperatura, pressão e parâmetros de processo nas tubulações, mas também a taxa de deformação. A partir dessa taxa, é possível obter resultados

muito mais precisos a respeito da vida residual de equipamentos. A medição de taxas de deformação em altas temperaturas é um grande desafio tecnológico, que vem sendo enfrentado por centros de excelência de renome internacional, como o Eprí e a Nasa. O Cepel é o único centro de pesquisa no Brasil com resultados consistentes nessa linha.

O *Turbodiag* visa ao desenvolvimento de uma nova ferramenta computacional voltada para monitoração e diagnóstico de turbinas de geração termelétrica. Esse projeto une os conhecimentos adquiridos pelo Centro ao longo de 15 anos, nas áreas de avaliação de integridade estrutural em usinas térmicas e de monitoração e diagnóstico em geradores de usinas hidráulicas.

Esses projetos estão sendo executados por meio de parceria com a Eletrobras, Chesf, Eletronorte, Furnas, CGTEE e Tractebel. As instalações dos sistemas de monitoração da taxa de deformação referentes ao projeto *Monitermo* foram realizadas, nessa etapa experimental, na Usina Presidente Médici, pertencente à CGTEE, ao passo que o sistema-piloto de monitoração de turbinas, gerado no escopo do projeto *Turbodiag*, será instalado na Usina de Jorge Lacerda, pertencente à Tractebel.

Os projetos devem trazer considerável redução dos custos de manutenção, em virtude do aumento do espaçamento entre as paradas para manutenção preditiva, pois, em geral, esta apresenta caráter extremamente conservador, dado o desconhecimento dos estágios pontuais da degradação dos materiais envolvidos, quando da ausência de aplicação de técnicas como as desenvolvidas pelo Cepel. Outro benefício dos projetos é a redução do número de paradas não programadas das usinas de geração termelétrica, uma vez que a manutenção corretiva se torna muito menos freqüente pela monitoração e pela previsão acurada da degradação de cada componente.

2.3.4.17 - Laboratório de Alta Potência

Com capacidade instalada de 1.000 MVA, esse laboratório oferece as mais elevadas potências de curto-circuito na América do Sul para a realização de ensaios em equipamentos de alta tensão, como disjuntores, cadeias de isoladores, cubículos, reatores, entre outros e pesquisa experimental sobre temas que envolvem alta potência.

Entre seus clientes, destacam-se as empresas Eletrobras, empresas de energia elétrica sediadas no Brasil e em outros países sul-americanos, como Argentina, Uruguai e Venezuela, além de instituições de pesquisas e fabricantes de equipamentos elétricos.

O Projeto P&D Modelarco (Modelagem de Arco Elétrico para Estudos de Religamento Monofásico), desenvolvido em conjunto com Furnas Centrais Elétricas e o Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia (Coppe), está entre os projetos de pesquisa dos quais o laboratório participa. Os resultados dessa pesquisa experimental são essenciais para revelar detalhes das características do fenômeno físico do arco elétrico de potência, resultante de sobretensões em linhas de transmissão, originadas por descargas atmosféricas ou por operações de chaveamento nos circuitos do sistema elétrico.

2.3.4.18 - Sistemas de Monitoramento e Diagnóstico de Equipamentos e Instalações

O Cepel vem desenvolvendo sistemas computacionais (hardware e software, bem como métodos de avaliação e diagnóstico para uso nas atividades de apoio à tomada de decisões das áreas de engenharia de manutenção e operação de equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica. Seus principais sistemas são o SOMA, para monitoração, diagnóstico e prognóstico da condição operacional de equipamentos de geração elétrica, e o DianE, para análise e diagnóstico de equipamentos de subestações. Técnicas de medição e diagnóstico são desenvolvidas no Labdig – Laboratório de Diagnóstico de Equipamentos e Instalações.

O SOMA emprega conceitos mais modernos da tecnologia da informação na monitoração em tempo real das grandezas mais relevantes da operação do equipamento, juntamente com técnicas de inteligência computacional. Visa o diagnóstico precoce de falhas e o prognóstico do tempo de operação adequado até a parada para manutenção. Suas aplicações mais comuns são em equipamentos rotativos de geração elétrica (hidro e termogeradores), podendo também ser empregado em instalações elétricas e industriais de outra natureza.

O DianE foi desenvolvido pelo Cepel no âmbito de sua carteira de projetos institucionais e patrocinado pelas empresas Eletrobrás. O principal objetivo do DianE é a integração das informações relativas à avaliação de estado dos equipamentos da área de transmissão, como transformadores de potência, reatores, disjuntores, chaves seccionadoras, pára-raios, buchas, comutadores de derivação, transformadores de corrente e de tensão, dentre outros. Para tal, utiliza uma metodologia original de integração de análises e diagnósticos adaptada do processo RCM (Reliability Centered Maintenance) que reúne diferentes técnicas. Assim, a partir das evidências disponíveis (*on-line* e *off-line*), gera um grau de risco para cada possível causa de falha de cada equipamento cadastrado. A partir da padronização e da integração das técnicas disponíveis para análise de equipamentos em um ambiente único - capaz de acessar dados das mais diversas procedências e de proporcionar amplo acesso às informações corporativas, além de favorecer a tomada de decisões sobre as prioridades da manutenção -, o DianE foi projetado para auxiliar as empresas na busca de uma maior confiabilidade e disponibilidade operativa.

O LabDig se dedica às experiências de laboratório e de campo para o desenvolvimento e a aplicação de técnicas de monitoramento e diagnóstico, visando garantir condições operativas adequadas para os equipamentos e instalações do sistema elétrico brasileiro. O laboratório também realiza estudos, perícias técnicas, investigações sobre causas de falhas e avaliações de equipamentos e instalações. O objetivo é reduzir custos de manutenção e aumentar a confiabilidade dos equipamentos elétricos, cuja vida útil é, em média, de 25 anos. Estas técnicas, cada vez mais aprimoradas, têm também como finalidade a redução do percentual de falhas que ocorrem após intervenções para manutenção.

2.4. Desempenho Orçamentário e Financeiro

ELETROBRAS

Condições financeiras e patrimoniais gerais

Aa Eletrobras apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo. O atual capital de giro da Eletrobras é suficiente para as atuais exigências de caixa.

Dentre os exemplos da situação confortável da situação financeira e patrimonial da Eletrobras, destaca-se:

Geração de lucro crescente e consistente. Em 2011, a Eletrobras alcançou um lucro líquido de R\$ 3.733 milhões equivalente a R\$ 2,76 por ação. No mesmo período do exercício de 2010 a Eletrobras lucrou R\$ 2.248 milhões, equivalente a R\$ 1,99 por ação, o que representa um crescimento de 66% no seu resultado anual; e

Geração consistente de caixa operacional. O EBITDA da Eletrobras nos anos de 2011 e 2010 foi de R\$ 6.999 milhões e R\$ 6.004 milhões, respectivamente;

A Eletrobras possui uma estrutura de capital adequada às suas operações e um nível confortável de alavancagem financeira.

A Eletrobras encerrou o ano de 2011 com uma dívida líquida de aproximadamente R\$ 25.803 milhões, resultante do seu endividamento total de R\$ 42.414 milhões e de seu saldo de caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários R\$ 16.611 milhões. A dívida de longo prazo da Eletrobras, correspondente a 97% do total do endividamento da Eletrobras, e o grau de alavancagem de 25%, são compatíveis com a sua expectativa de geração de caixa, o que confere à Eletrobras liquidez e flexibilidade operacional.

O patrimônio líquido da Eletrobras no final do exercício de 2011 correspondia 77.202 milhões com variação positiva de 9 % em relação ao final de 2010.

Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora seus compromissos com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Em 2011, a estratégia da Companhia, que ficou inalterada em relação à de 2010, foi a de manter o índice de alavancagem financeira em torno de 25%.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2011 e 2010 podem ser assim sumariados:

V) Índice de Alavancagem Financeira

Em R\$	31/12/2011	31/12/2010
Total dos Empréstimos	18.294.278	13.705.726
(-) Caixa e Equivalente Caixa	1.396.729	5.598.702
Dívida Líquida	16.897.549	8.107.024
(+) Total do Patrimônio Líquido	76.843.509	70.304.114
Total do Capital	93.741.058	78.411.138

A seguir tabela demonstrando a dívida da Eletrobras em 31.12.2011, controladora, em R\$ mil:

VI) Dívida Eletrobras

31.12.2011		em R\$ mil		
	Encargos Circulante		Principal	
	Tx. Média	Valor	Circulante	Não Circulante
Moeda Estrangeira				
Instituições Financeiras				
BID	4,16%	2.400	34.901	191.957
CAF	2,29%	11.763	165.997	2.012.817
KFW	3,86%	39	23.116	32.631
Dresdner Bank	6,25%	41	23.385	
Eximbank	2,15%	1.635	53.362	293.487
BNP Paribas	1,48%	269	64.962	611.709
Outras		167	1.895	10.476
Bônus				
Dresdner Bank	7,75%	4.292		562.740
Santander 1.75 BI		36.845		3.282.650
Credit Suisse	6,87%			1.875.800
Moeda Nacional				
RGR				8.931.891
Total		120.501	367.618	8.874.267

Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos a encargos, cuja taxa média em 2011, foi de 4,78%.

Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes

As principais fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Eletrobras são (i) sua própria geração de fluxo de caixa operacional, (ii) empréstimos recebidos de diversas fontes nacionais e internacionais, inclusive o Fundo RGR, o BNDES e certas agências internacionais e (iii) recursos decorrentes de diversas aplicações que a Eletrobras realiza com o Banco do Brasil S.A., tendo em vista que a Eletrobras é obrigada por lei a depositar neste banco quaisquer de seus excedentes de ativos em dinheiro.

Os produtos dos financiamentos concedidos à Eletrobras têm sido usados geralmente para capital de giro e para financiar a expansão de seus sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A geração de caixa operacional da Eletrobras é suficiente para cumprir as obrigações de capital de giro e passivo circulante. Caso os Diretores da Eletrobras entendam ser necessário contrair empréstimos para financiar as obrigações de capital de giro e passivo circulante da Eletrobras, os mesmos acreditam que a Eletrobras tem capacidade para contratá-los atualmente.

Caso seja necessário para realizar investimentos em ativos não-circulantes, a Eletrobras pode vir a obter financiamentos junto ao BNDES, Agências Multilaterais tais como BID, BIRD, CAF e JBIC, além de realizar operações junto a instituições financeiras, principalmente na modalidade A/B Loan e ou ainda emitir bônus no mercado internacional.

Os prazos dos financiamentos, empréstimos ou títulos que vierem a ser emitidos não de ser compatíveis com o cronograma de construção dos projetos de geração e transmissão de energia da Eletrobras, da mesma forma que o custo tem que ser adequado ao fluxo de caixa do projeto, considerando as características de competição dos leilões de concessão de geração e transmissão de energia.

Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A Companhia possui empréstimos celebrados com agências multilaterais, tais como BID, BIRD, KFW e EXIMBANK/JBIC, nos quais há garantia da União. Tais contratos seguem ao padrão de cláusulas aplicáveis aos contratos com agências multilaterais, que são as usualmente acordadas em negociações com esse tipo de organismo. Em 2011 foi celebrado contrato com o BIRD no valor de US\$ 495,000, destinados a investimentos nas empresas de distribuição do Sistema Eletrobras, principalmente em redução do nível de perdas.

Nos contratos tipo A/B Loan, de empréstimo sindicalizado entre a CAF e bancos comerciais, a Companhia possui cláusulas usualmente praticadas no mercado, dentre as quais, existência de garantias corporativas, alteração de controle societário, conformidades às licenças e autorizações e limitação à venda significativa de ativos. Ainda, de acordo com as práticas de mercado há dois contratos de financiamento coordenados pelo BNP e CDB.

Além dos bônus emitidos em 2005 com o antigo Dresdner e com o Credit Suisse em 2009, a Eletrobras adquiriu recursos pela emissão do bônus de US\$ 1,750,000, em operação conjunta do Santander e Credit Suisse, em outubro de 2011. Os recursos obtidos no mercado internacional destinam-se ao Programa de Investimento com Parceria.

Componentes importantes da receita

A receita da Controladora é composta pela comercialização da Energia de ITAIPU e embora apresentado em linha destacada, há também o resultado de participações societárias.

Um dos fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais, foi evolução do câmbio, que ocasionou um efeito positivo no resultado da Holding.

Destaques do resultado consolidado de 2011:

- Receita Operacional Líquida: R\$ 29.533 milhões (Acréscimo de 10,0% superior em relação a 2010)
- Resultado Operacional: R\$ 4.143 milhões (Acréscimo de 10,7% em relação a 2010)
- Lucro Líquido: R\$ 3.733 milhões, 66,1% superior ao registrado no ano anterior
- Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização): R\$ 6.350 milhões, 5,8% superior ao ano anterior, representando um EBITDA ajustado de R\$ 8.102 milhões no ano
- Patrimônio Líquido Consolidado: R\$ 77.202 milhões
- Rentabilidade do Patrimônio Líquido: 4,8% (Comparado a 3,2% em 2010)
- Resultado Líquido da Variação Cambial: R\$ 670 milhões
- Ajuste de participação e provisões operacionais em coligadas no valor de R\$ 744 milhões
- Ativo financeiro/repasso de Itaipu, que passou de R\$ 216 milhões em 2010 para R\$ 836 milhões em 2011

VII) Principais indicadores (consolidado)

	2011 (R\$ milhões)	2010 (R\$ milhões)	Varição %
Receita Operacional Líquida	29.533	26.832	10%
Pessoal, Material e Serviço	7.671	7.371	4%
Depreciação	1.724	1.592	8%
Outros	13.789	11.865	16%
EBITDA	6.350	6.004	6%
Financiamentos à Pagar e debentures – sem RGR (1)	34.485	25.690	34%
Caixa, Títulos e Valores Mobiliários	16.611	16.764	(1%)
Financiamentos à Receber – sem RGR	6.448	6.664	(3%)
Dívida Líquida (2)	11.427	2.262	405%
Patrimônio Líquido	77.202	70.530	9%
Lucro Líquido	3.733	2.248	66%
Lucro Líquido / Patrimônio Líquido	5%	3%	2pp
PMS / Receita Operacional Líquida	26%	28%	-2pp
Dívida Líquida / EBITDA	1,8	0,4	4,8x
Margem Ebitda	21%	22%	-1pp

VIII) Resultado do Consolidado (R\$ milhões)

Janeiro a Dezembro		
2011	2010	
29.533	26.832	Receita Operacional Líquida (a)
(3.386)	(4.315)	(-) Energia comprada para revenda
(163)	(253)	(-) Combustível para produção de energia elétrica
(1.421)	(1.354)	(-) Uso da rede elétrica
(1.329)	(1.087)	(-) Remuneração e Ressarcimento
(7.671)	(7.371)	(-) Pessoal, Material e Serviços
(4.280)	(2.953)	(-) Construção
(1.724)	(1.592)	(-) Depreciação e amortização
9.560	7.907	
483	670	Participações societárias
(2.849)	(2.497)	Provisões operacionais
7.193	6.079	
757	782	Receita de juros
653	616	Atualização monetária
670	(431)	Variação cambial
(1.709)	(1.676)	Encargos da dívida
(137)	345	Outros resultados financeiros
(1.098)	(1.494)	Imposto de Renda e Contribuição Social
6.330	4.221	
(2.568)	(1.668)	Outros resultados
3.762	2.553	Lucro líquido do período
(29)	(305)	Participação atribuída aos não controladores
3.733	2.248	Lucro líquido Consolidado

IX) Resultado Primário

Em 30 de dezembro de 2010 foi sancionada a Lei nº 12.377 alterando o artigo 2º e o anexo IV da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2010 e o artigo 2º e o anexo III da Lei 12.309, de 9 de agosto de 2010, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2011. **Dessa forma, excluiu-se as empresas do Sistema Eletrobras da meta do Resultado Primário nos exercícios de 2010 e 2011.**

Período	Resultado	R\$ milhões
2011		
2010	Deficit	-2.759
2009	Deficit	-1.007
2008	Superavit	2.572

CEPEL

Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL	201	Não aplicável

2.4.1 Execução Orçamentária

ELETROBRAS

X) Programa de Dispêndios Globais – PDG

			Em R\$
REALIZADO	Dados Definitivos		Var. %
	2010	2011	11/10
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	6.344.101.019	7.589.047.861	19,6
Investimento	95.544.963	15.012.765	-84,3
Inversões Financeiras	2.393.444.357	3.450.674.502	44,2
Amortização de Principal	881.255.620	924.080.419	4,9
Operações Externas	212.116.528	223.538.893	5,4
Outras Fontes	669.139.092	770.541.526	15,2
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	2.973.856.079	3.199.280.175	7,6
Dividendos	1.123.956.251		
DISPÊNDIOS CORRENTES	1.256.711.412	1.354.807.790	7,8
Pessoal e Encargos Sociais	264.851.220	242.114.664	-8,6
Juros e Outros	656.096.379	641.968.822	-2,2
Operações Externas	277.157.306	253.373.407	-8,6
Outras Fontes	378.939.073	388.595.415	2,5
Outros Dispêndios Correntes	335.763.813	470.724.304	40,2

CEPEL**XI) Programa de Dispêndios Globais**

DISPÊNDIOS	Revisão	Até Dezembro 2011	SALDO	%
	(A)	(B)	(A-B)	(B/A)
DISPÊNDIO DE CAPITAL	24.000.000	14.096.175	9.903.825	58,7%
- INVESTIMENTOS	24.000.000	14.096.175	9.903.825	58,7%
- AMORTIZ. DO PRINCIPAL	0	0	0	-
DISPÊNDIOS CORRENTES	205.968.776	175.711.083	30.257.693	85,3%
- PESSOAL E ENCARGOS	130.100.555	114.201.950	15.898.606	87,8%
- MATERIAIS E PRODUTOS	2.035.567	1.914.368	121.199	94,0%
- SERVIÇOS DE TERCEIROS	38.508.801	36.513.417	1.995.384	94,8%
- UTILIDADES E SERVIÇOS	5.064.594	4.738.128	326.466	93,6%
- TRIB. E ENC. PARAFISCAIS	1.322.949	1.013.537	309.412	76,6%
- JUROS E OUTROS	1.173.176	1.104.499	68.677	94,1%
- OUTROS DISPÊNDIOS	27.763.134	16.225.185	11.537.950	58,4%
TOTAL DE DISPÊNDIOS	229.968.776	189.807.258	40.161.518	83%

RECURSOS	Revisão	Até Dezembro 2011	SALDO	%
	(A)	(B)	(A-B)	(B/A)
- RECEITA OPERACIONAL	233.836.394	213.979.804	19.856.590	91,5%
VENDA DE BENS / SERVIÇOS	20.317.088	19.270.715	1.046.373	94,8%
CONTRIBUIÇÕES ESTATUTÁRIAS	164.939.501	179.975.181	(15.035.680)	109,1%
OUTRAS RECEITAS	48.579.805	14.733.908	33.845.897	30,3%
- RECEITA NÃO OPERACIONAL	150.000	8.095	141.905	5,4%
TOTAL DE RECURSOS	233.986.394	213.987.899	19.998.495	91%
VARIAÇÃO DO DISPONÍVEL	4.017.618	24.180.641		

2.4.2. Despesas por Modalidade de Contratação

ELETROBRAS

Quadro A.2.8 - Despesas Por Modalidade De Contratação Dos Créditos Originários Da Uj

DESPESAS LIQUIDADAS		
MODALIDADE	2010	2011
Convite	R\$ 259.750,00	R\$ 75.300,00
Tomada de Preços	R\$ 980.657,25	R\$ 1.231.489,47
Concorrência	R\$ 22.567.502,47	R\$ 40.887.327,18
Pregão	R\$ 43.975.886,56	R\$ 54.955.860,65
Dispensa	R\$ 13.968.204,44	R\$ 5.888.860,23

CEPEL

Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ

Modalidade de Contratação	Despesa paga	
	2011	2010
Modalidade de Licitação		
Convite	254.176,00	-
Tomada de Preços	1.076.810,43	1.077.582,70
Concorrência	-	-
Pregão	17.389.124,00	20.709.968,40
Concurso	-	-
Consulta	-	-
Registro de Preços	-	-
Contratações Diretas		
Dispensa	13.977.856,63	13.184.403,49
Inexigibilidade	2.487.883,73	1.378.156,01
Regime de Execução Especial		
Suprimento de Fundos		
Pagamento de Pessoal		
Pagamento em Folha	114.219.008	129.036.321
Diárias	452.926,82	75.300
Outros		

Fonte: A informação tem como base a emissão do Contrato (DP e DVSU) ou Pedido de Fornecimento e PDG-2011

ELETROBRAS

2.4.2.1 Evolução dos Gastos Gerais

XII) Evolução dos Gastos Gerais

1. PASSAGENS		
1.1 Nacionais	R\$ 7.872.066,40	R\$ 8.412.394,24
1.2 Internacionais	R\$ 1.199.972,74	R\$ 1.027.151,43
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	R\$ 7.674.588,56	R\$ 12.141.921,98
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS		
3.1. Publicidade	R\$ 8.940,00	R\$ 5.960,00
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	R\$ 8.119.793,52	R\$ 8.050.869,49
3.3. Tecnologia da informação	R\$ 4.211.551,95	R\$ 6.016.155,59
3.4. Outras Terceirizações	R\$ 94.461.994,68	R\$ 95.028.994,08
3.5. Suprimento de fundos	-	-
TOTAL		

2.4.2.2 Demonstração do Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos

XIII) Demonstração do Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos

Atualmente a Eletrobrás possui com a CGTEE e a Eletrosul contratos de repasse de recursos externos conforme abaixo demonstrado:

Empresa	Empreendimento	Valor Liberado em 2011 (em R\$ milhões)	Valor Liberado até 2010 (em R\$ milhões)
Eletrobras CGTEE	UTE Candiota 2, Fase C	-	3,1
Eletrobras Eletrosul	PCH's do Complexo São Bernardo	1,4	18,4

Este item não se aplica ao Cepel.

2.4.3. Indicadores Institucionais

ELETROBRAS

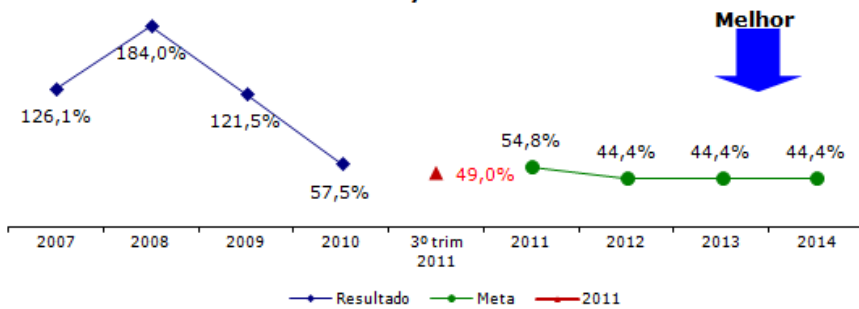
A seguir apresentamos os indicadores do Contrato de Melhorias do Desempenho Empresarial – CMDE celebrado entre a Eletrobras e suas empresas controladas.

Por motivos de força maior, as demonstrações contábeis, que são base para o cálculo desses indicadores, foram fechadas intempestivamente para que os dados de 2011 fossem calculados para todo o período (em nível de CMDE).

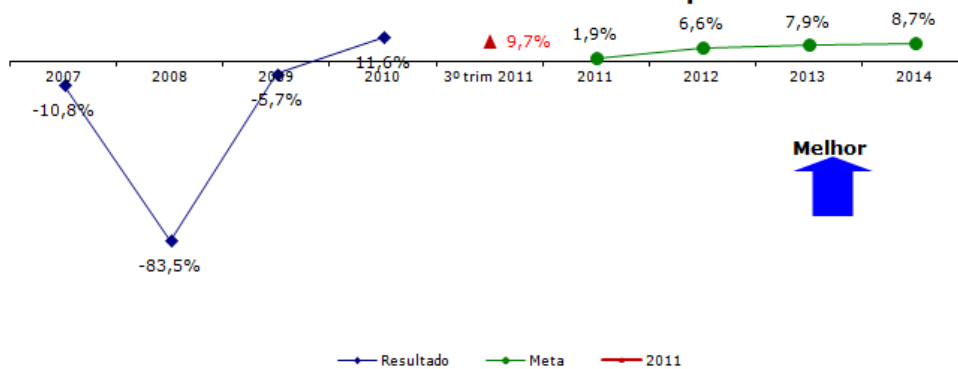
No que tange à Eletrobras Holding, ao longo de 2011 foi definido o painel de indicadores cujas metas serão definidas entre a Diretoria Executiva e aprovadas pelo Conselho de Administração (representantes dos Acionistas). Em função da elaboração, ao longo de 2011 – e ainda em andamento, do Plano de Negócios das Empresas Eletrobras e da influência das metas das empresas no desempenho da Holding, as metas da Holding e do Consolidado das empresas Eletrobras para 2012 deverão ser conhecidas até o final do 1º. Semestre de 2012.

XIV) Demonstrativos dos Indicadores do CMDE das Empresas Controladas

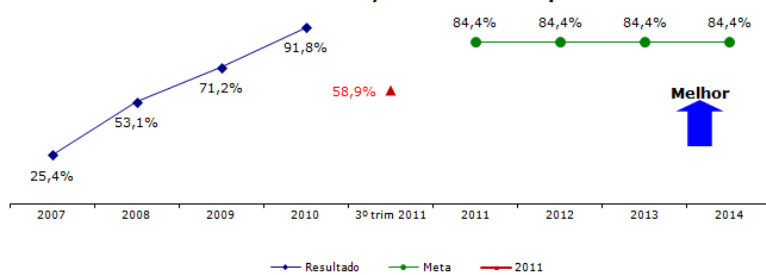
PMSO/ROL



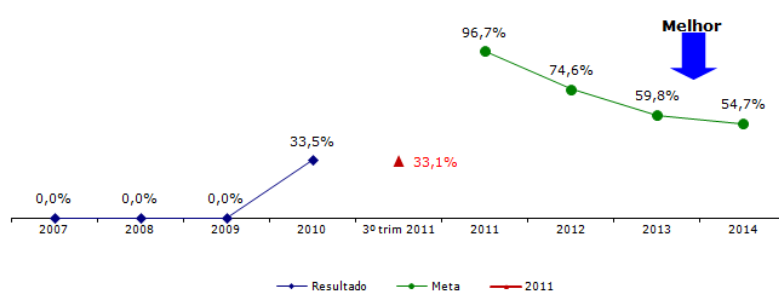
Rentabilidade do Patrimônio Líquido



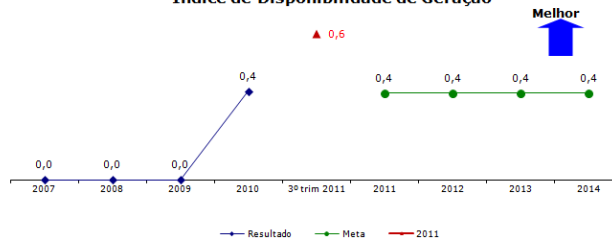
Investimento Realizado/Investimento Aprovado



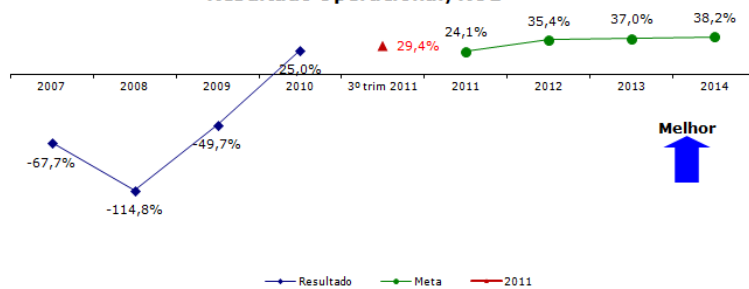
Serviço da Dívida / EBITDA



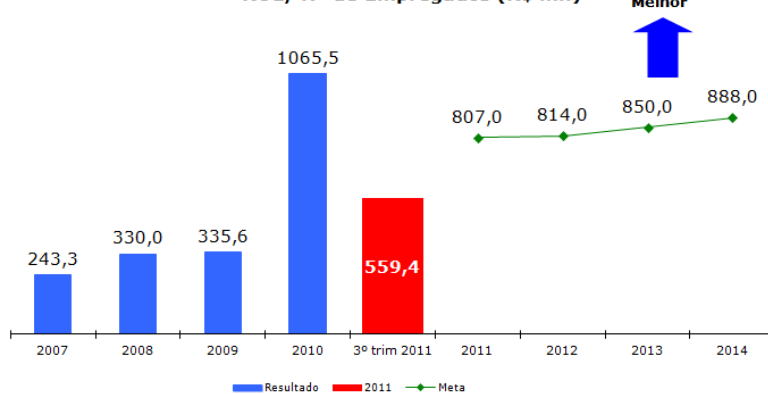
Índice de Disponibilidade de Geração



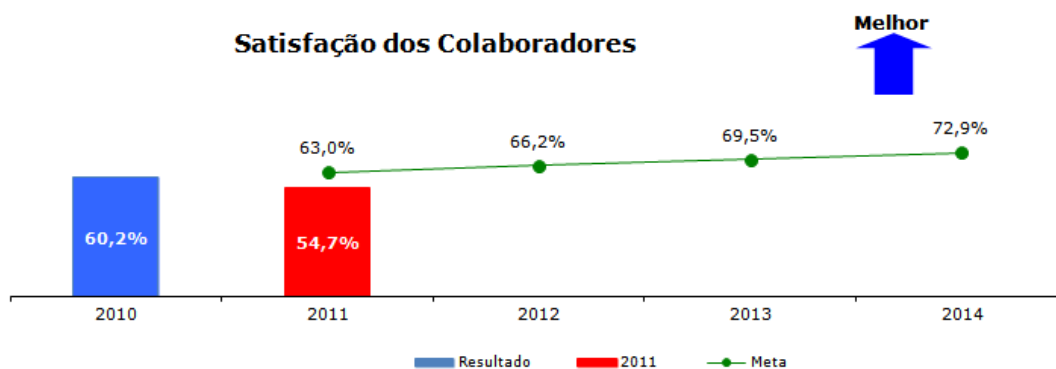
Resultado Operacional/ROL



ROL/ N° de Empregados (R\$ mil)

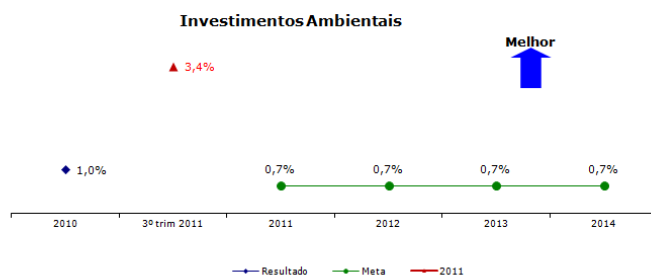
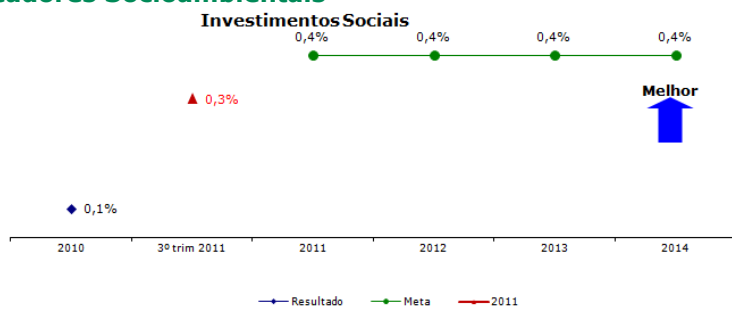


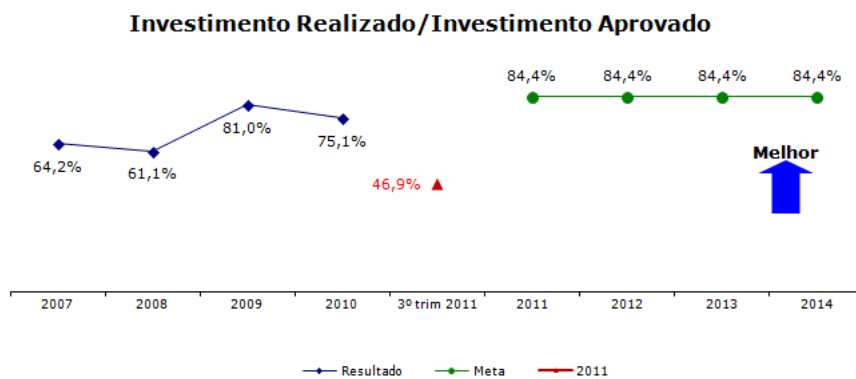
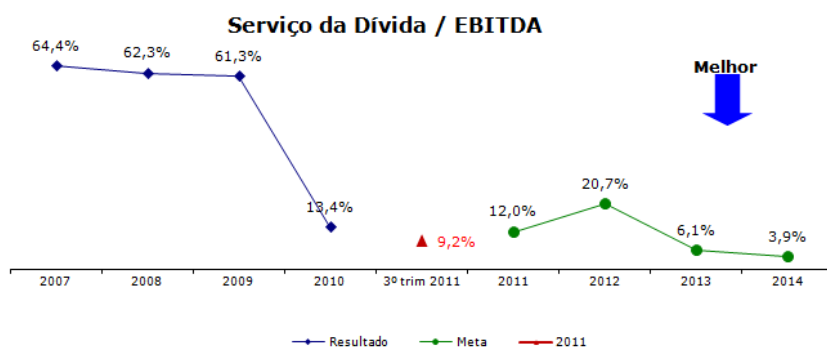
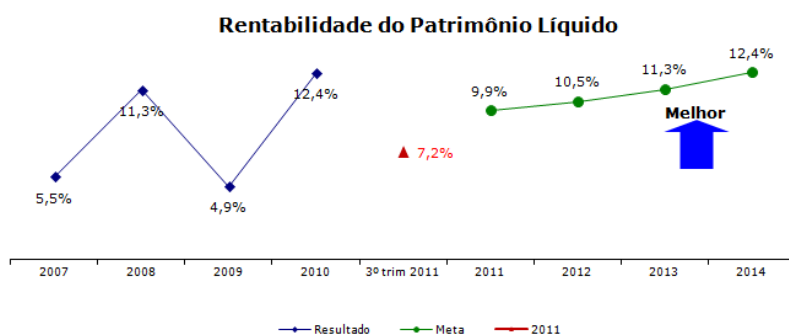
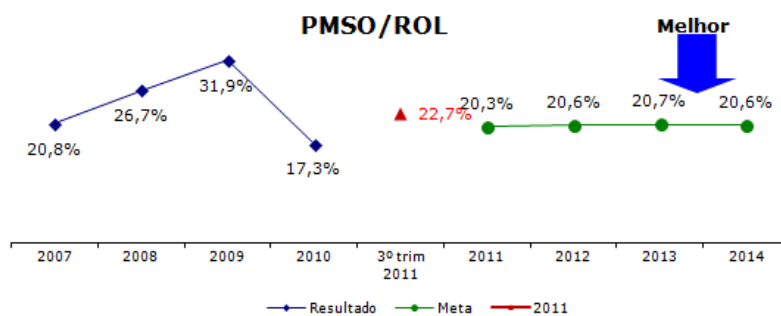
Satisfação dos Colaboradores



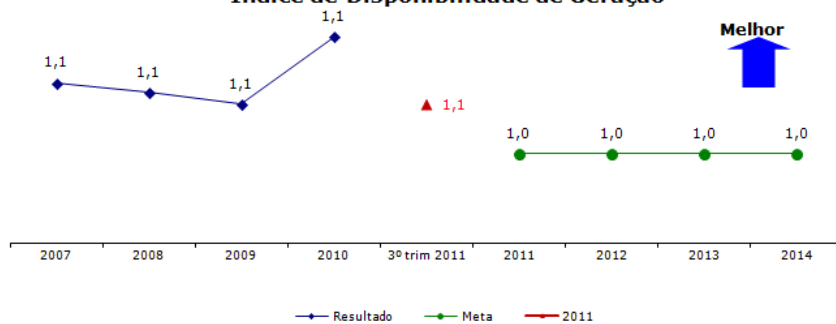
OBS: 2011 valor não disponível - ND

Indicadores Socioambientais

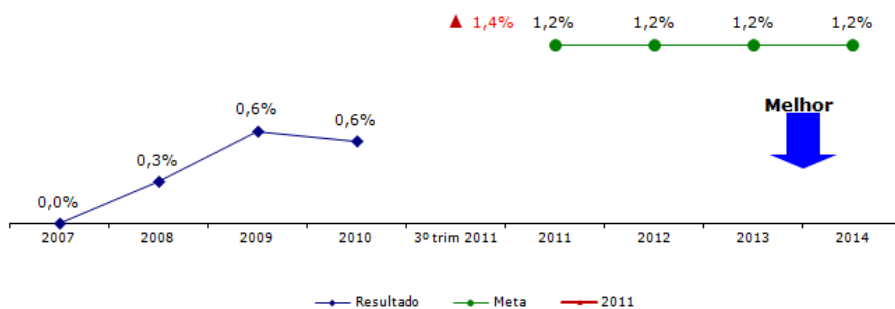




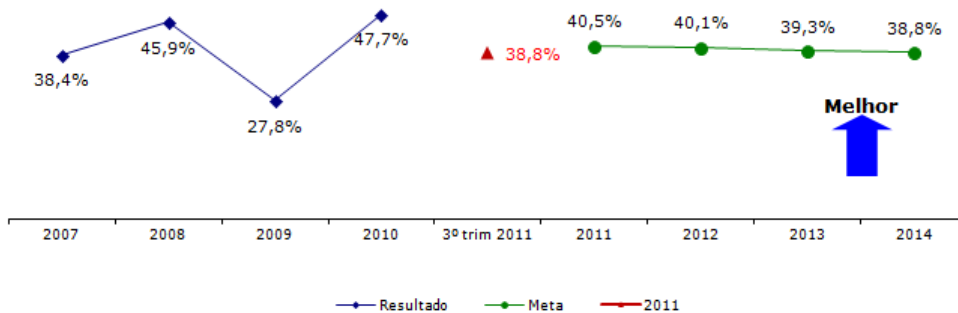
Índice de Disponibilidade de Geração



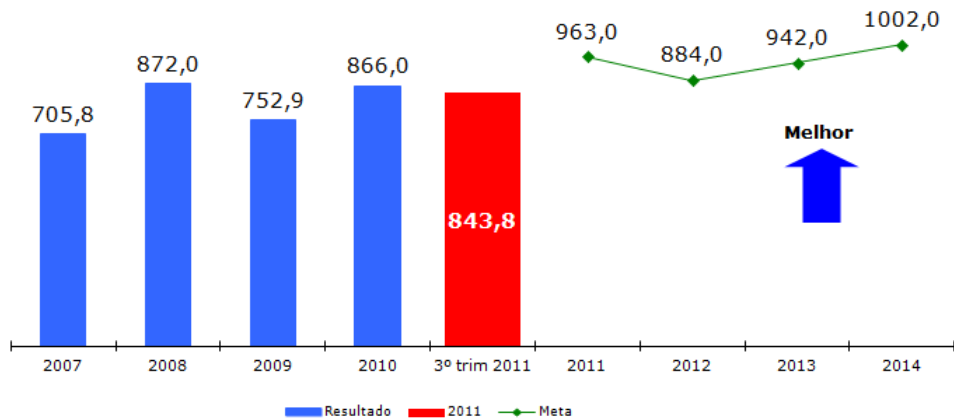
Parcela Variável Descontada em Transmissão



Resultado Operacional/ROL

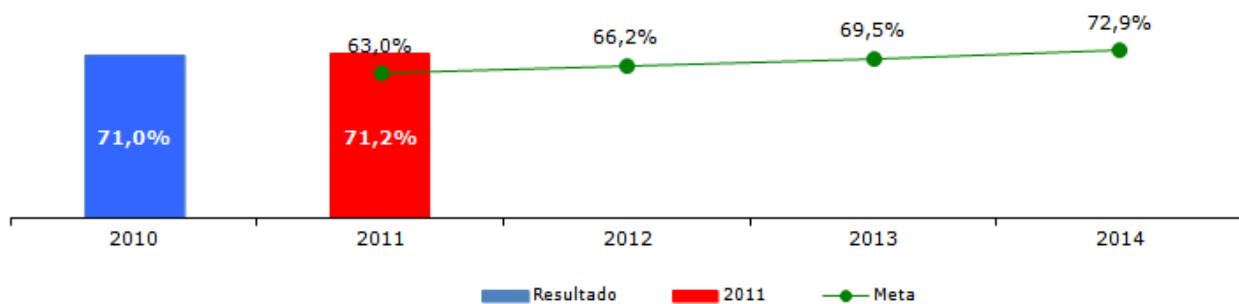


ROL/ Nº de Empregados (R\$ mil)



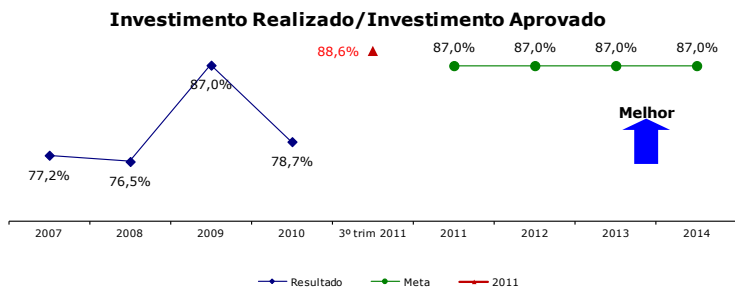
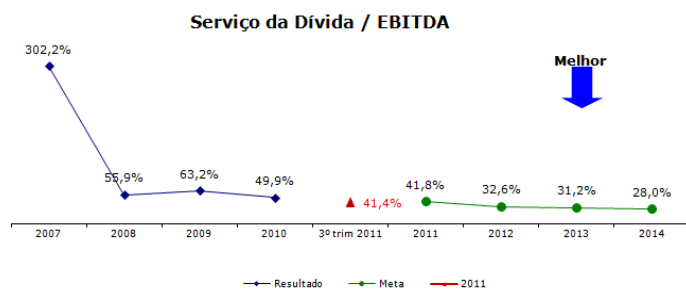
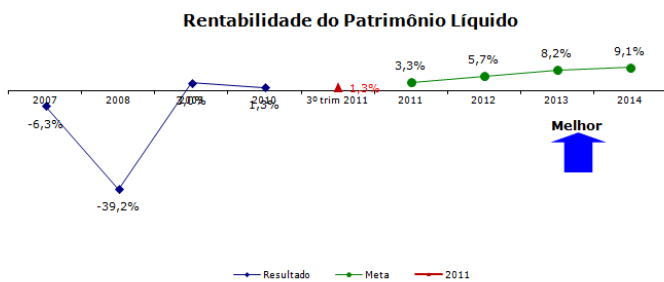
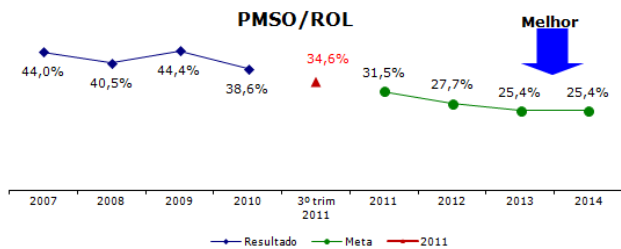
Satisfação dos Colaboradores

Melhor
↑



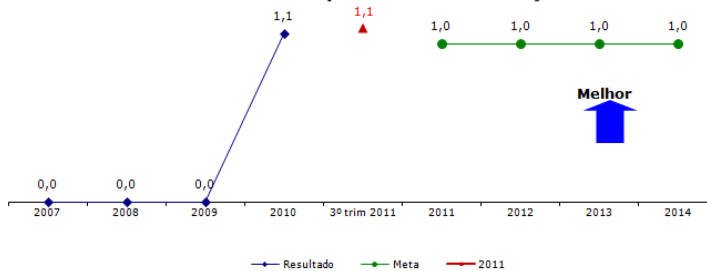
OBS: 2011 valor não disponível - ND

Indicadores Econômico-Financeiros

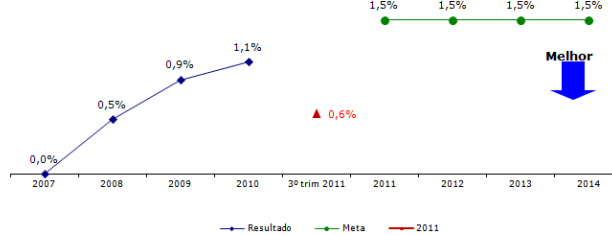


Indicadores Operacionais

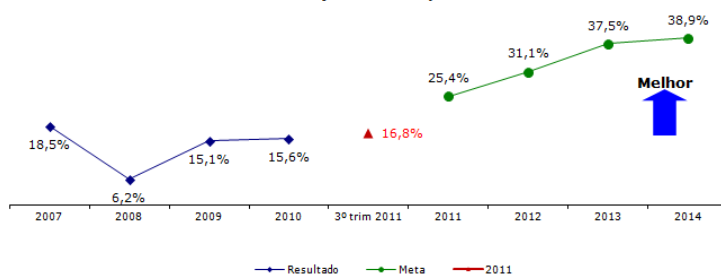
Índice de Disponibilidade de Geração



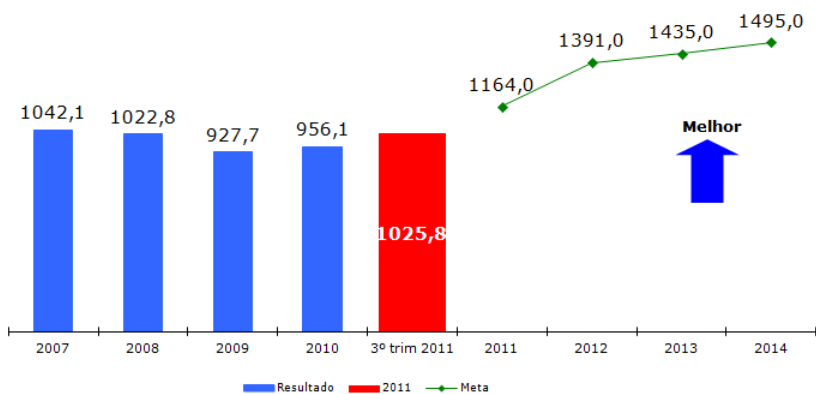
Parcela Variável Descontada em Transmissão



Resultado Operacional/ROL

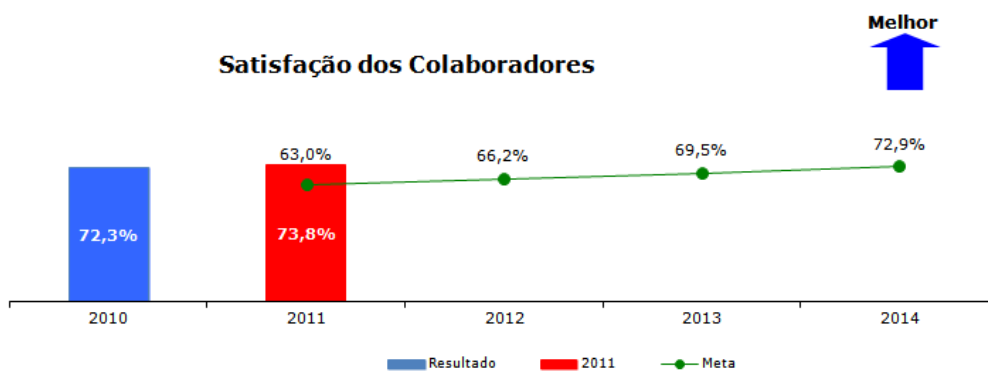


ROL/ N° de Empregados (R\$ mil)



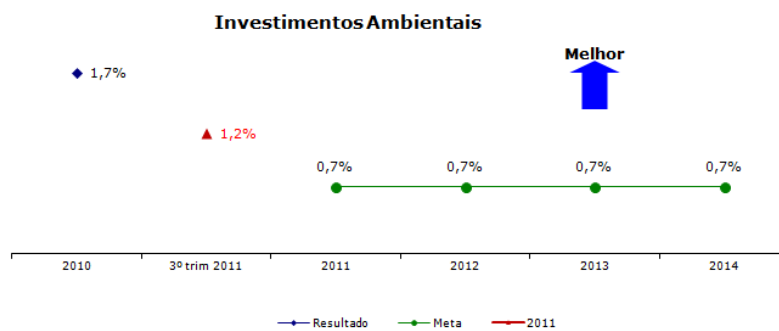
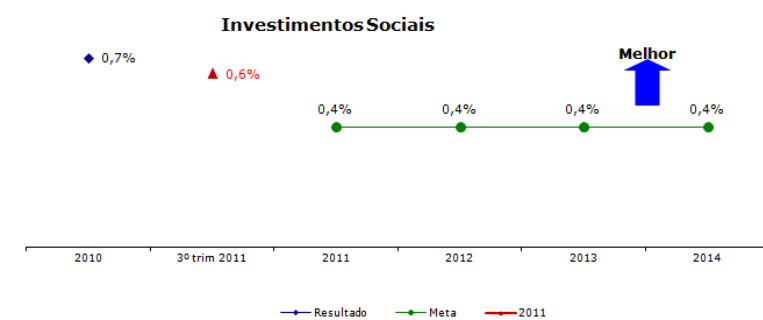
Eletronorte

Indicadores Operacionais

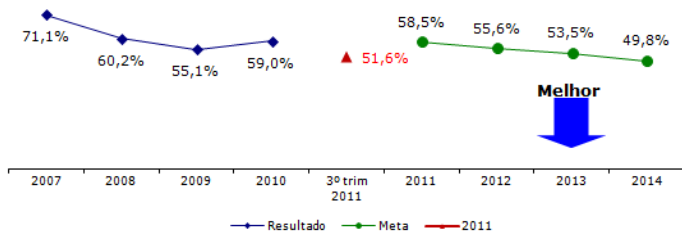


OBS: 2011 valor não disponível - ND

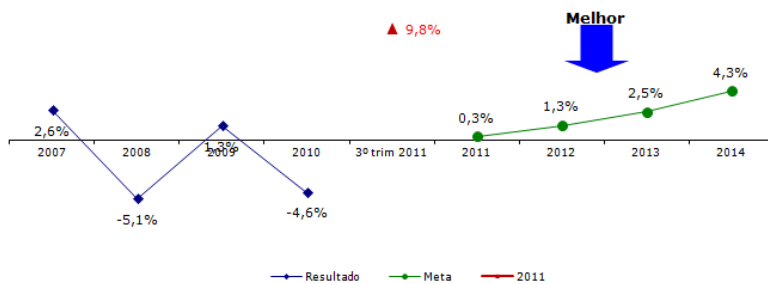
Indicadores Socioambientais



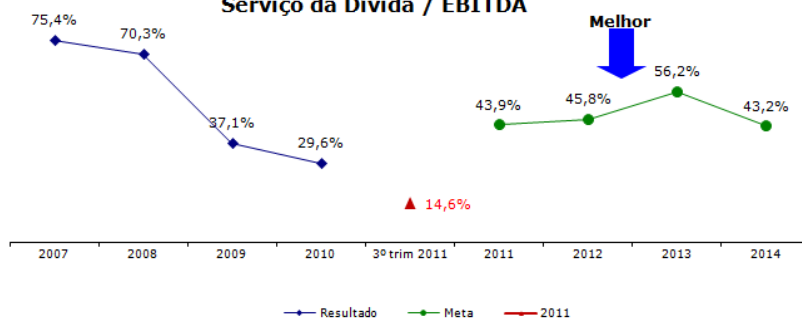
PMSO/ROL



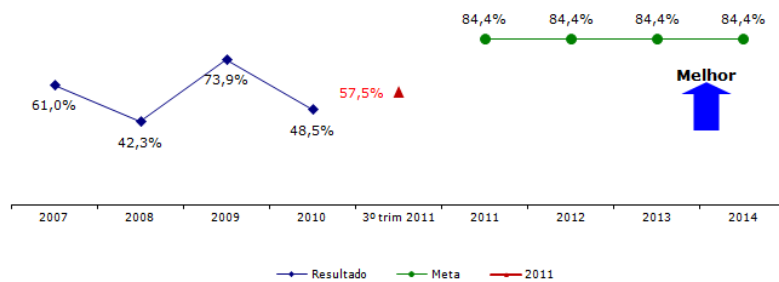
Rentabilidade do Patrimônio Líquido



Serviço da Dívida / EBITDA



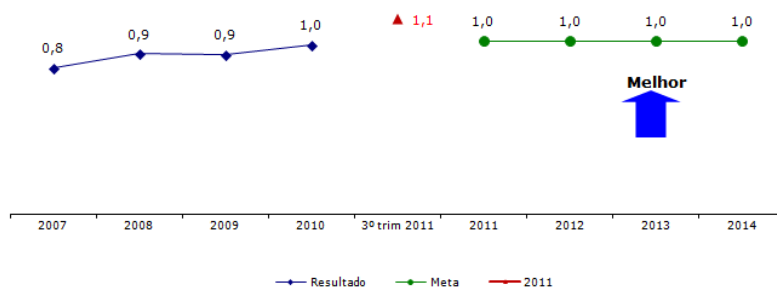
Investimento Realizado/Investimento Aprovado



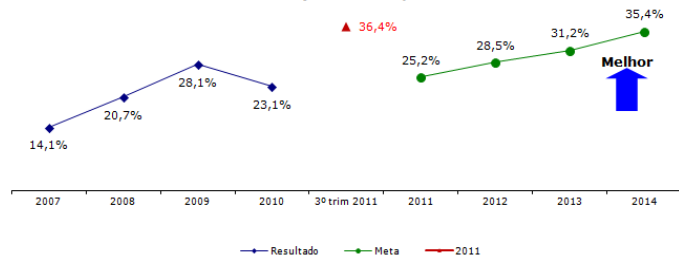
Eletrobras Eletronuclear

Indicadores Operacionais

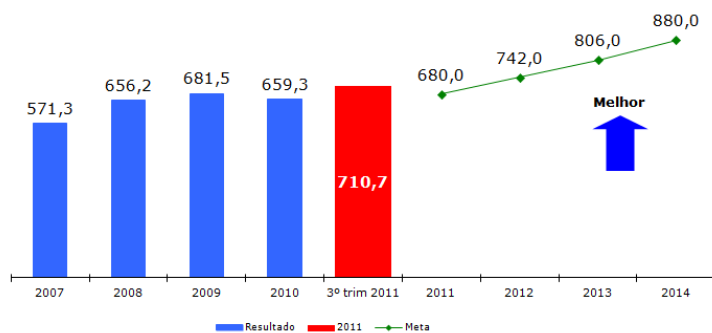
Índice de Disponibilidade de Geração



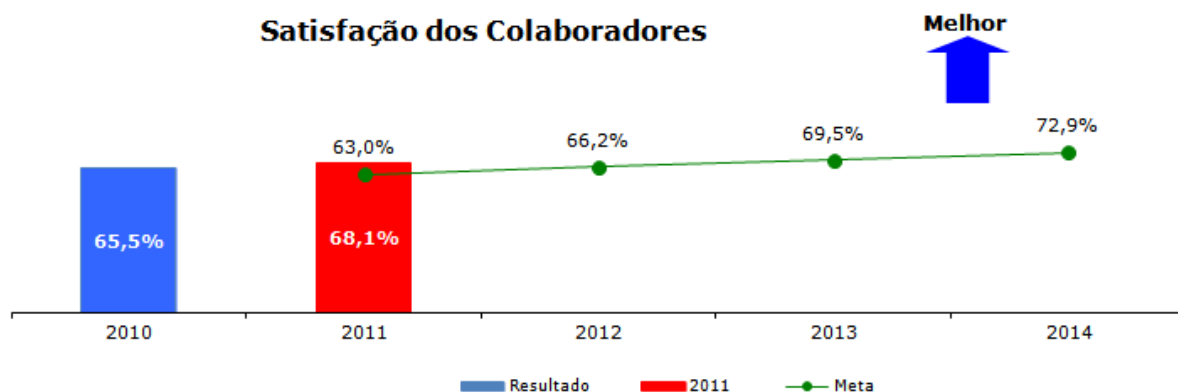
Resultado Operacional/ROL



ROL/ Nº de Empregados (R\$ mil)



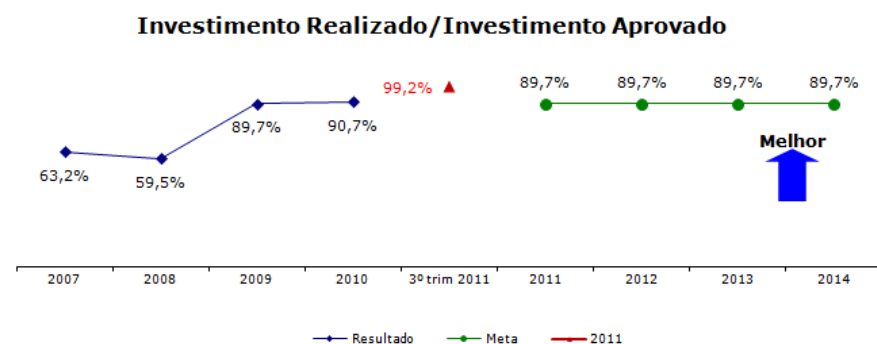
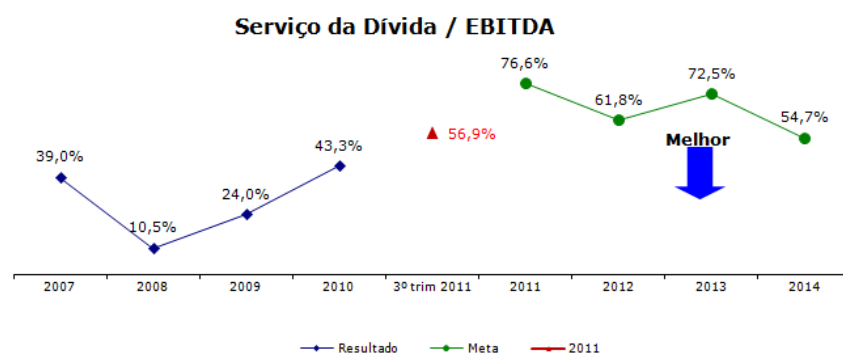
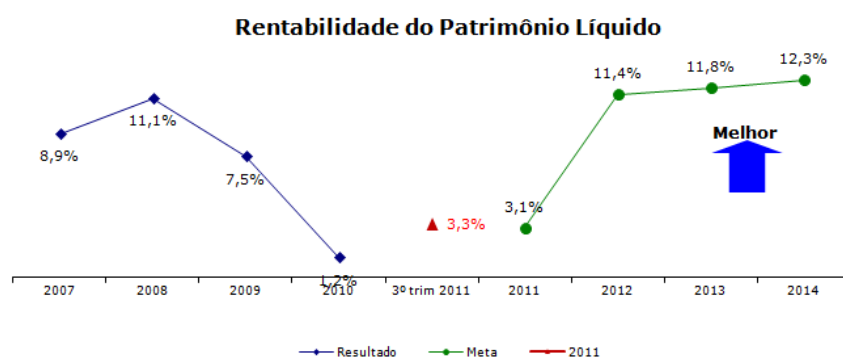
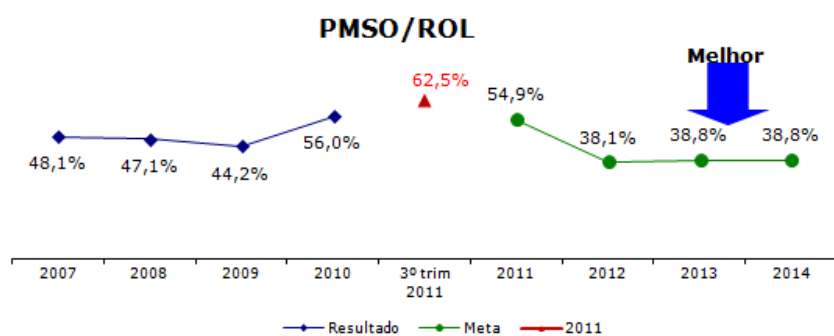
Satisfação dos Colaboradores



OBS: 2011 valor não disponível - ND

Eletrobras Eletrosul

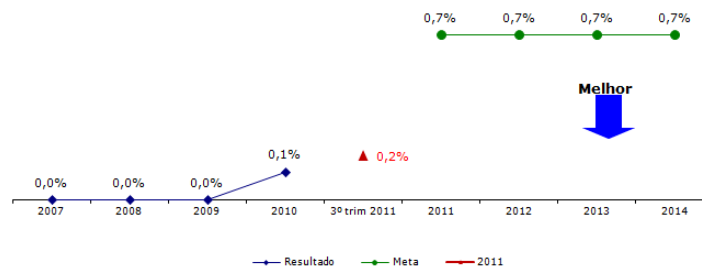
Indicadores Econômico-Financeiros



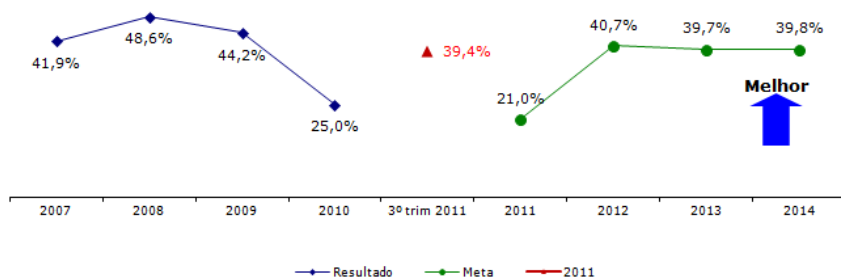
Eletrobras Eletrosul

Indicadores Operacionais

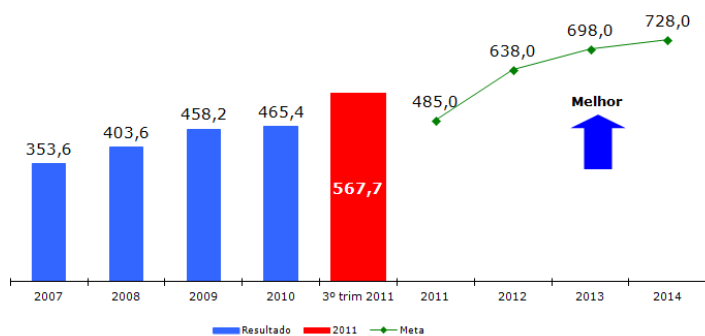
Parcela Variável Descontada em Transmissão



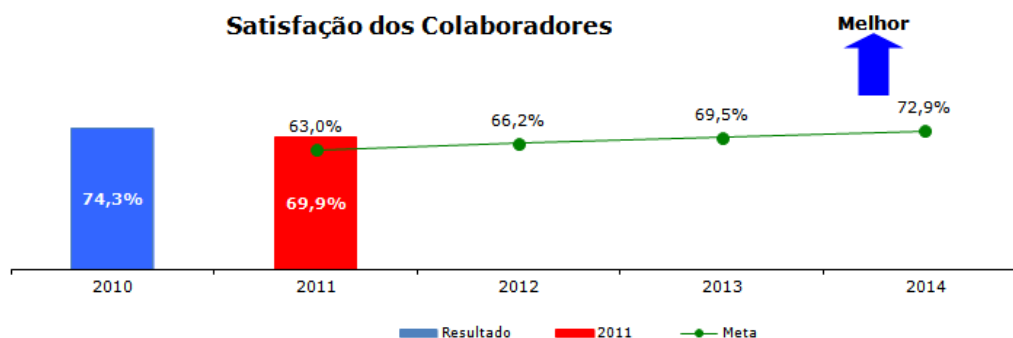
Resultado Operacional/ROL



ROL/ N° de Empregados (R\$ mil)



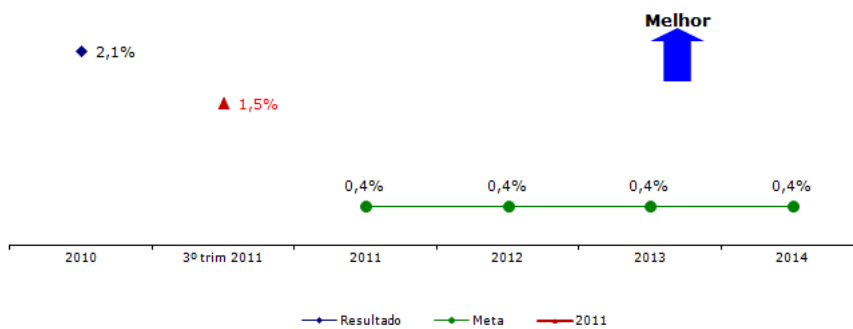
Satisfação dos Colaboradores



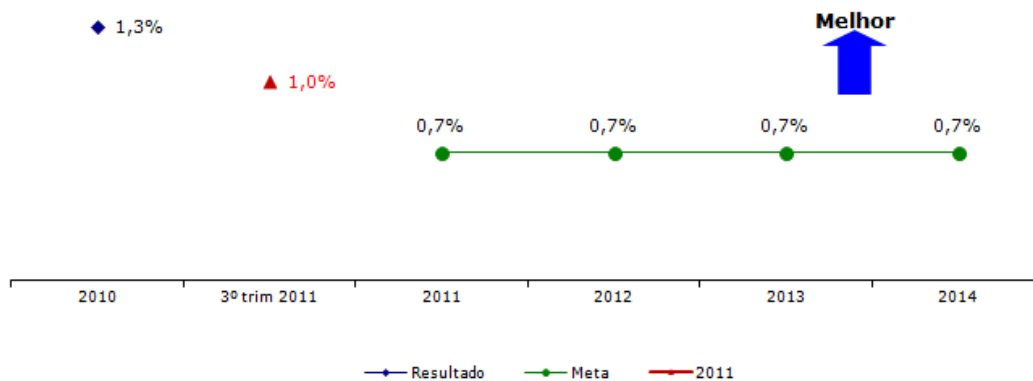
OBS: 2011 valor não disponível - ND

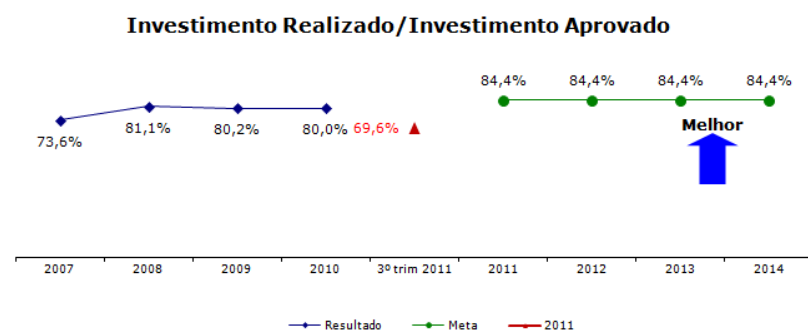
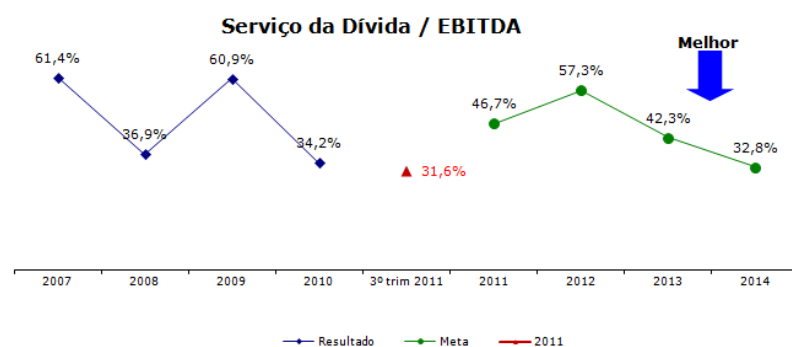
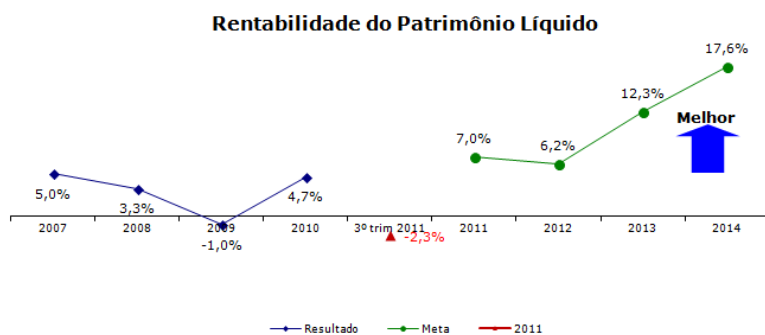
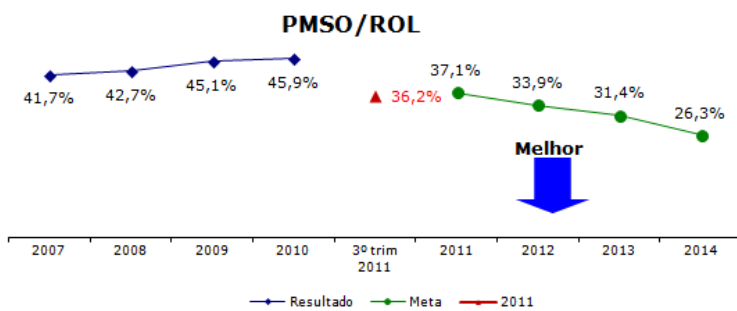
Indicadores Socioambientais

Investimentos Sociais

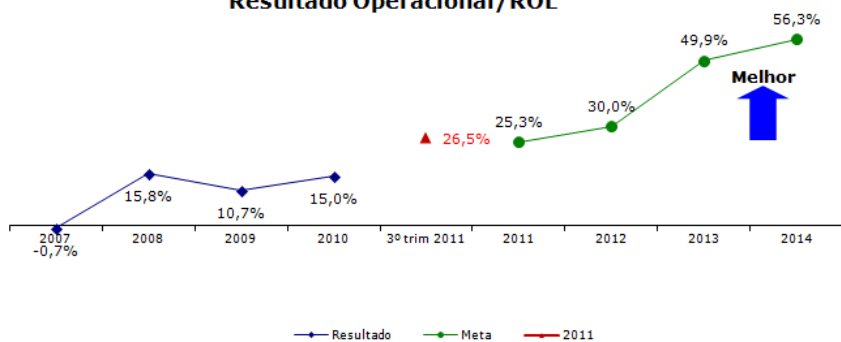


Investimentos Ambientais

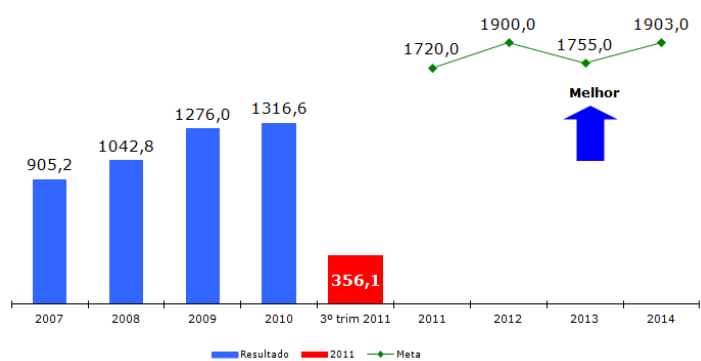




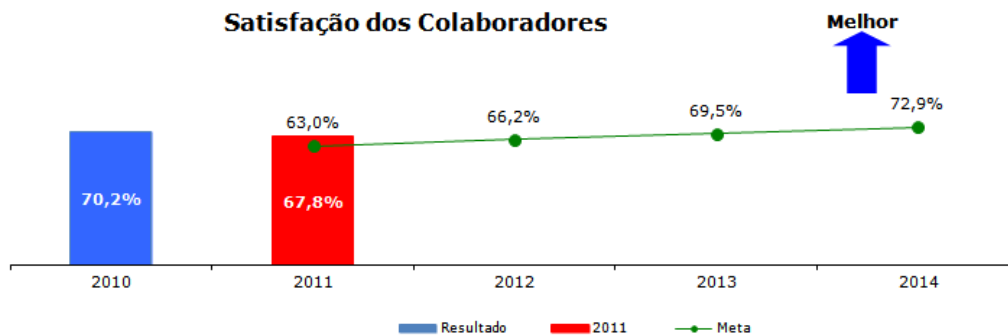
Resultado Operacional/ROL



ROL/ N° de Empregados (R\$ mil)



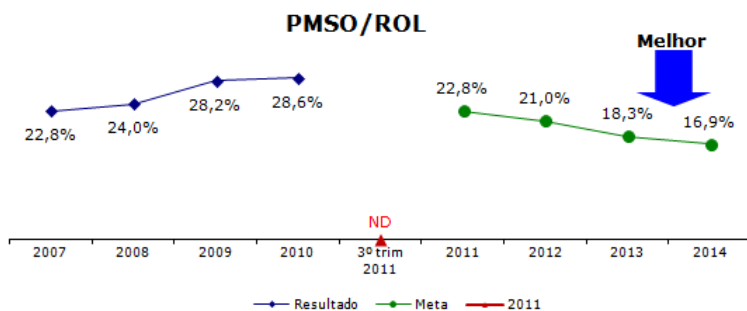
Satisfação dos Colaboradores



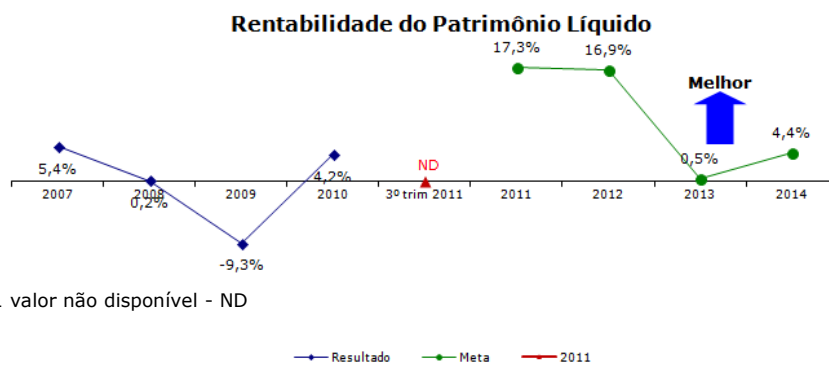
OBS: 2011 valor não disponível - ND

Eletrobras Distribuição Acre

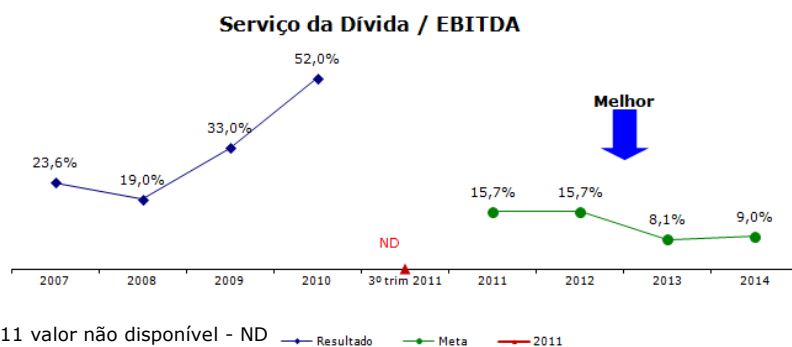
Indicadores Econômico-Financeiros



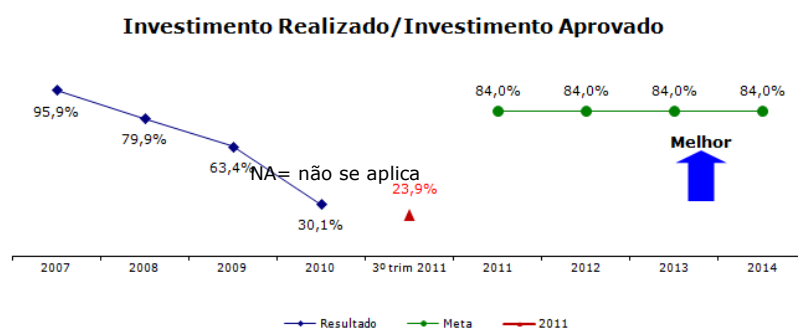
OBS: 2011 valor não disponível - ND



OBS: 2011 valor não disponível - ND



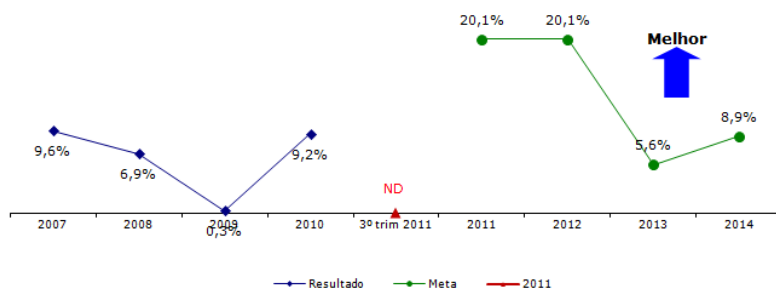
OBS: 2011 valor não disponível - ND



Eletrobras Distribuição Acre

Indicadores Operacionais

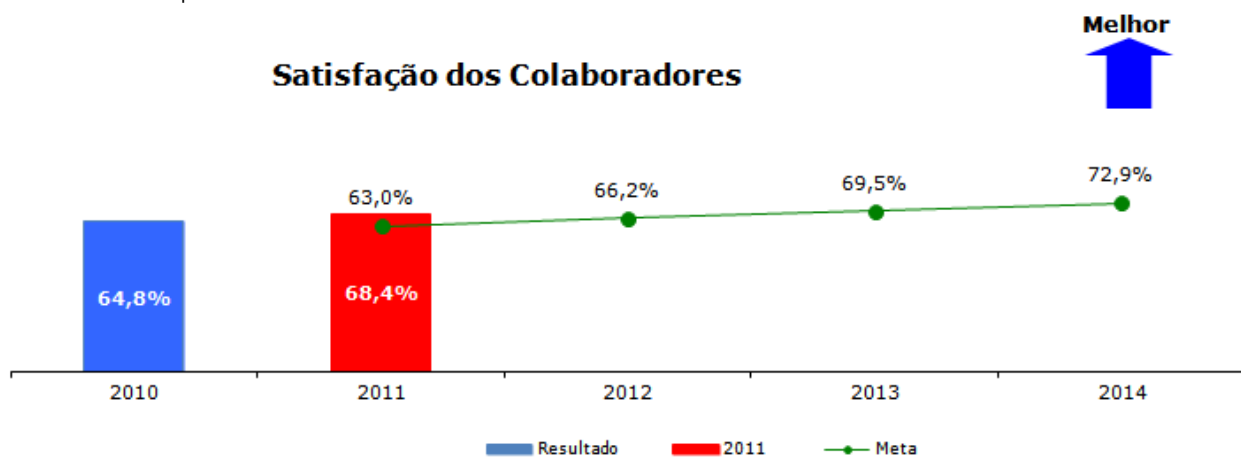
Resultado Operacional/ROL



OBS: 2011 valor não disponível - ND

NA= não se aplica

Satisfação dos Colaboradores

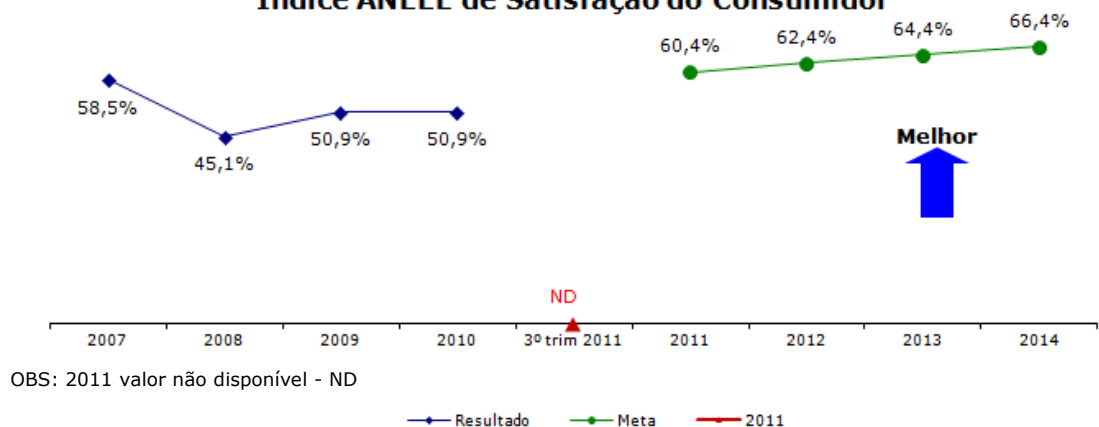


OBS: 2011 valor não disponível - ND

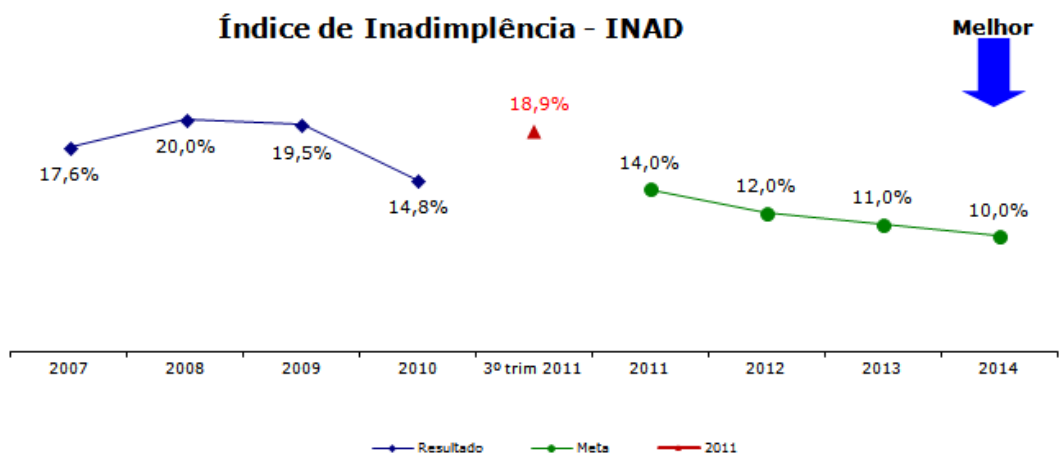
Eletrobras Distribuição Acre

Indicadores Operacionais

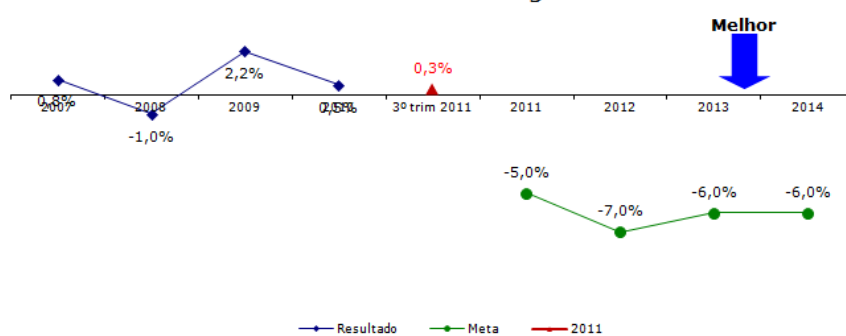
Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor

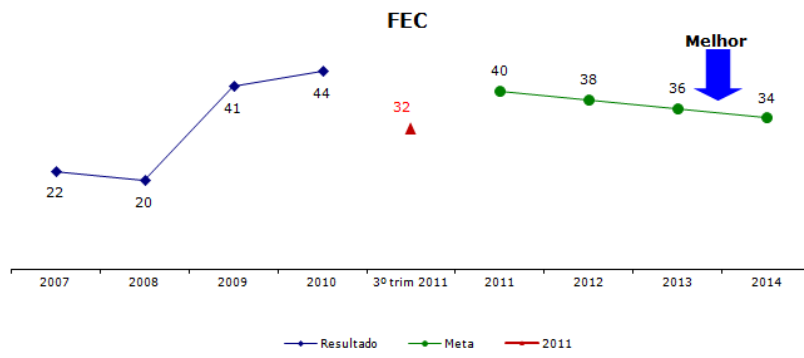
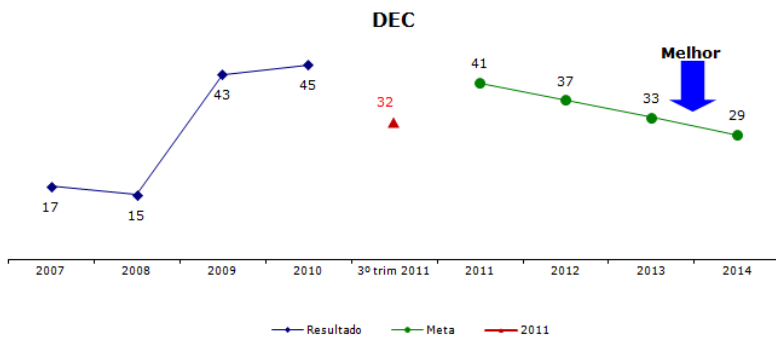


Índice de Inadimplência - INAD



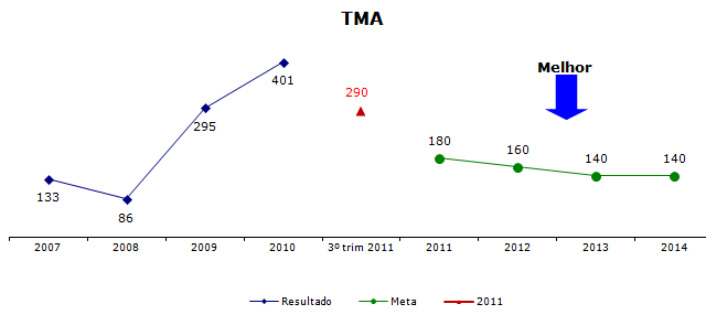
% Perdas Real - % Perdas Regulatória





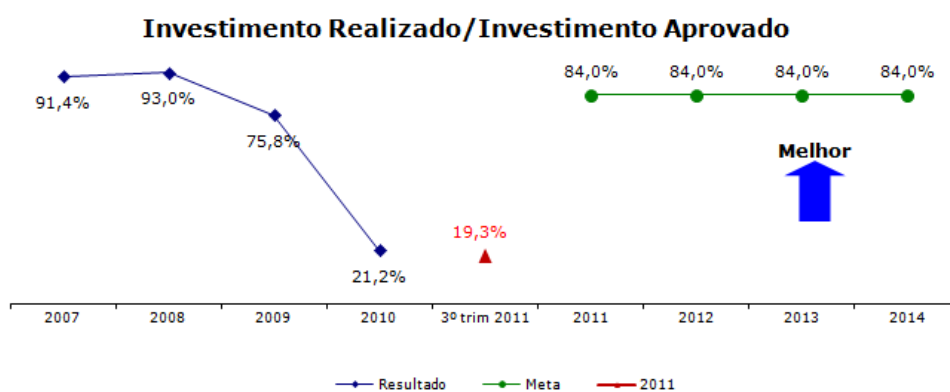
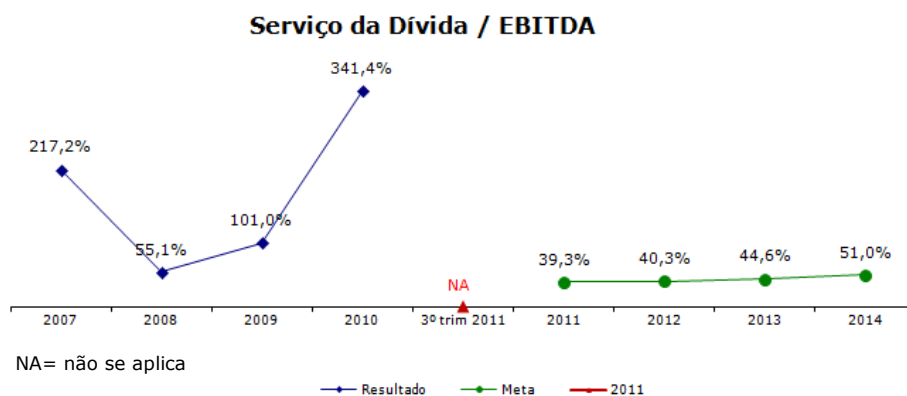
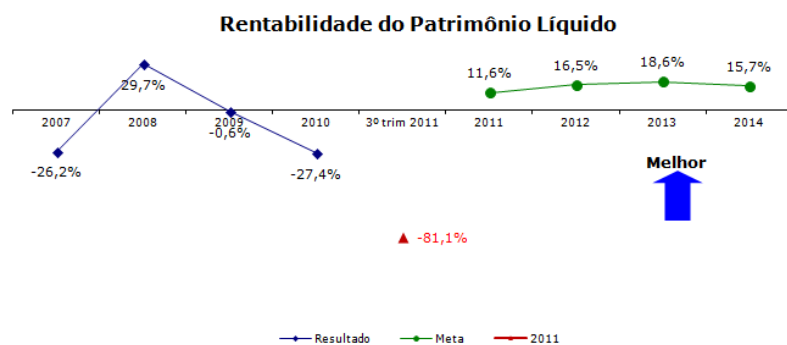
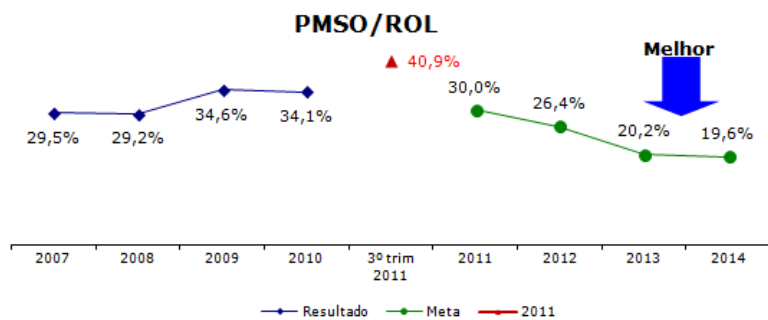
Eletrobras Distribuição Acre

Indicadores Operacionais

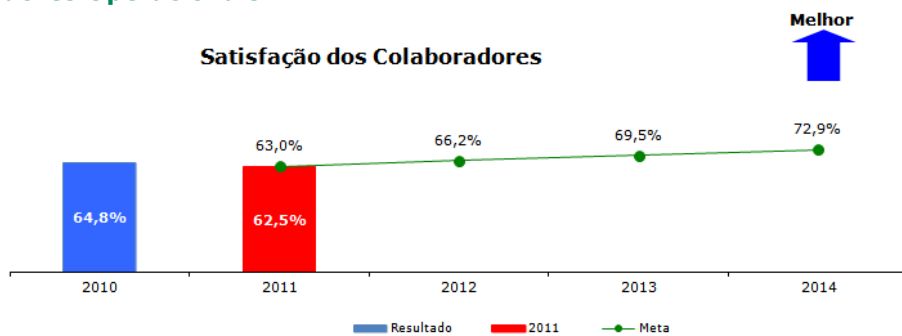


Eletrobras Distribuição Alagoas

Indicadores Econômico-Financeiros

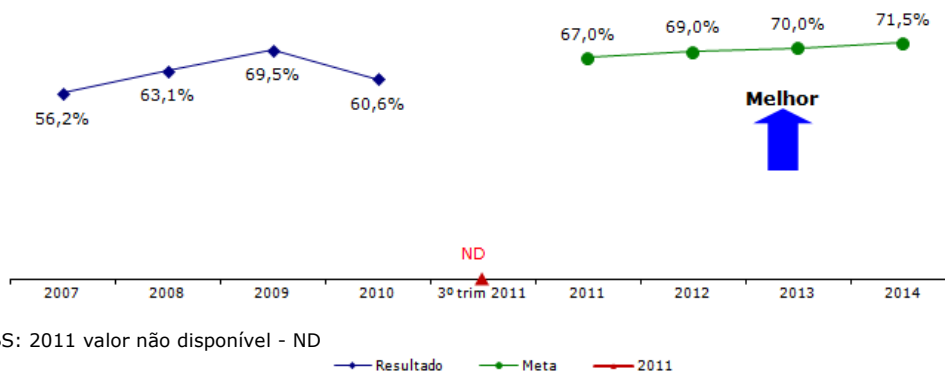


Satisfação dos Colaboradores



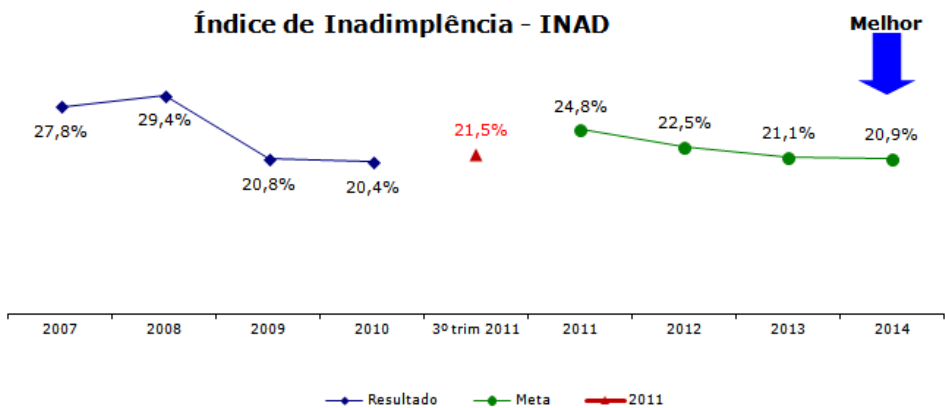
OBS: 2011 valor não disponível - ND

Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor

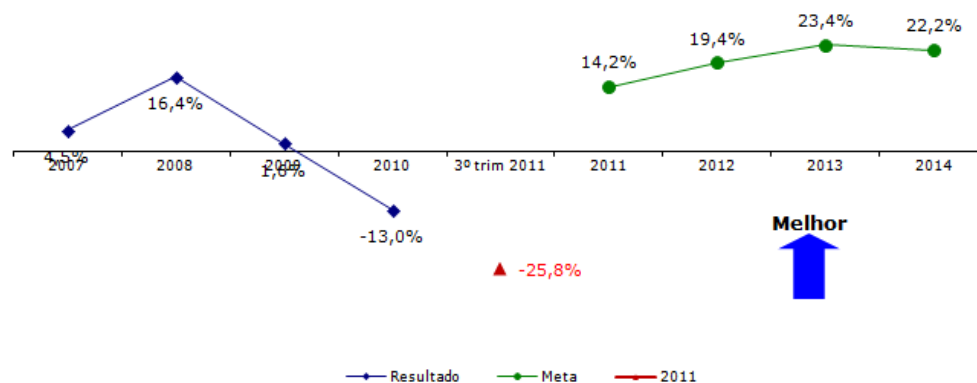


OBS: 2011 valor não disponível - ND

Índice de Inadimplência - INAD

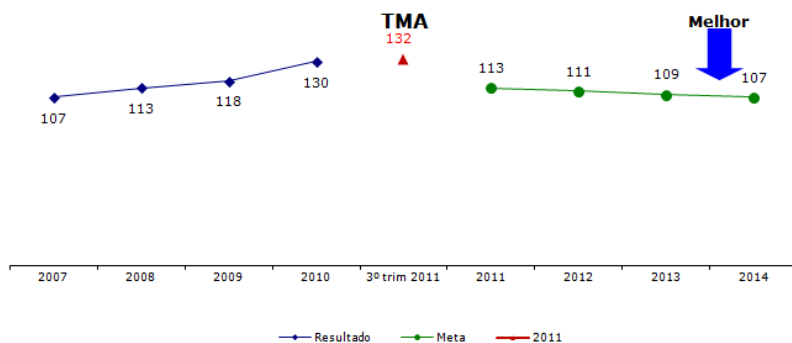
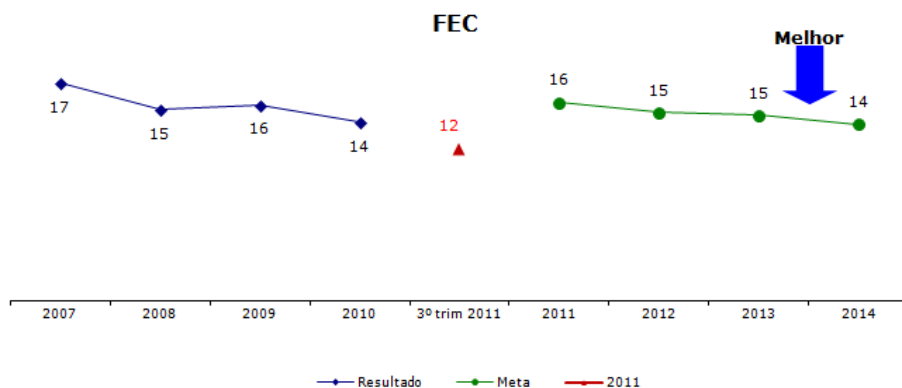
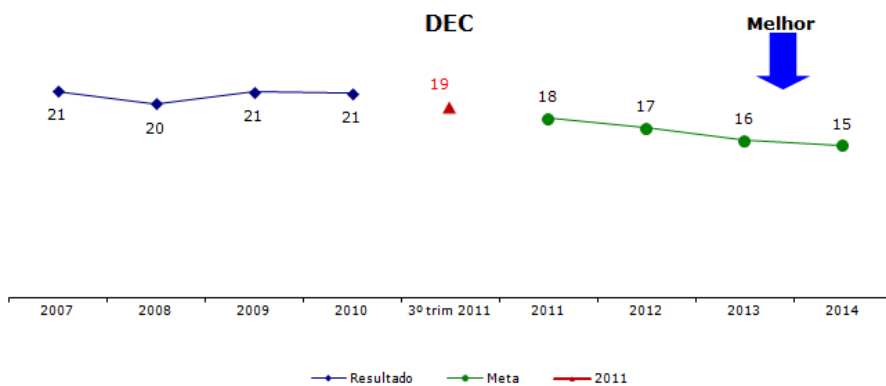
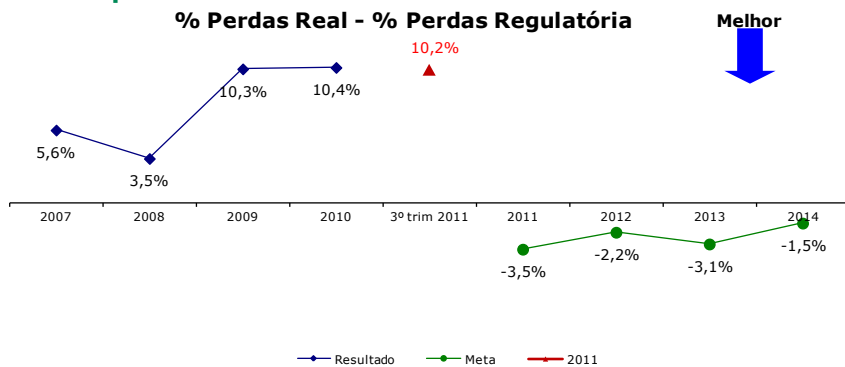


Resultado Operacional/ROL



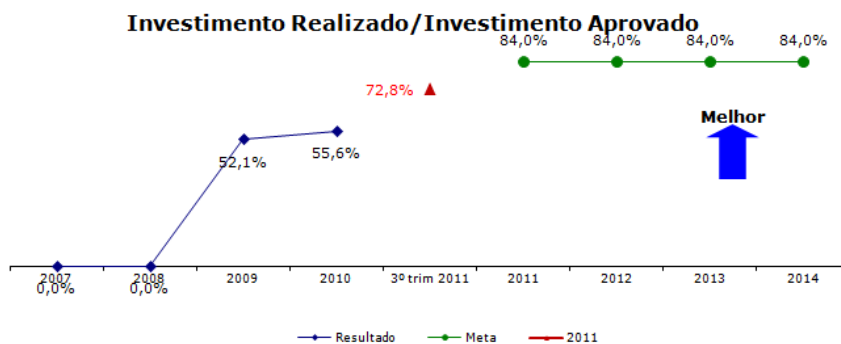
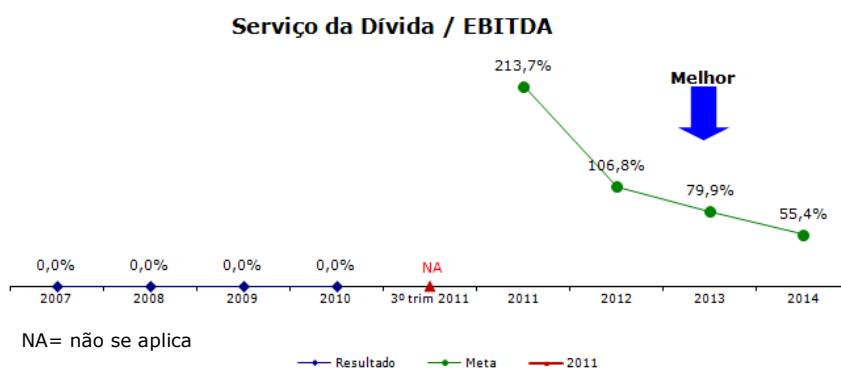
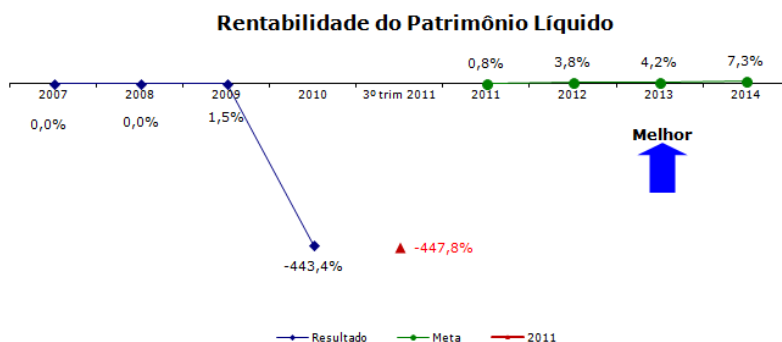
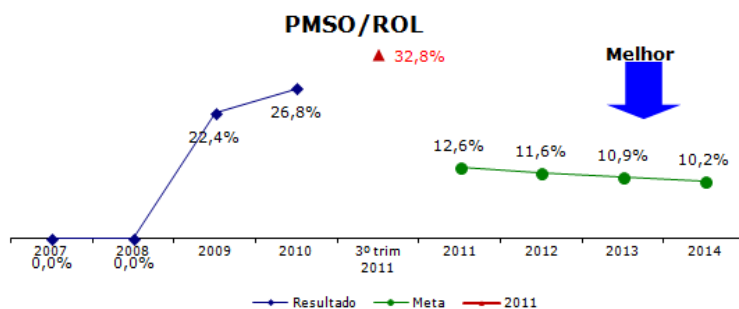
Eletrobras Distribuição Alagoas

Indicadores Operacionais



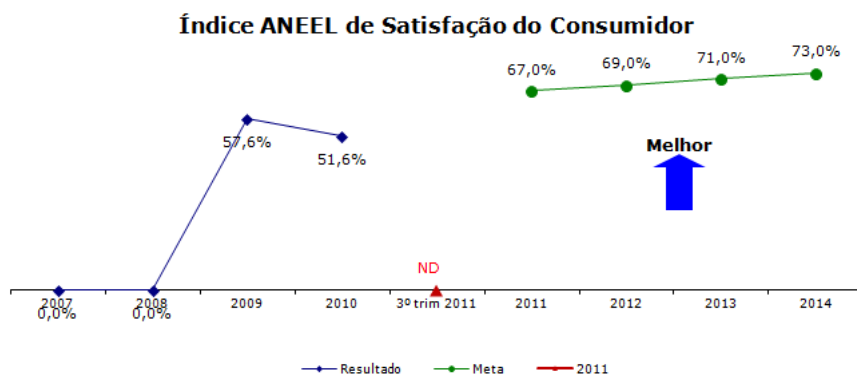
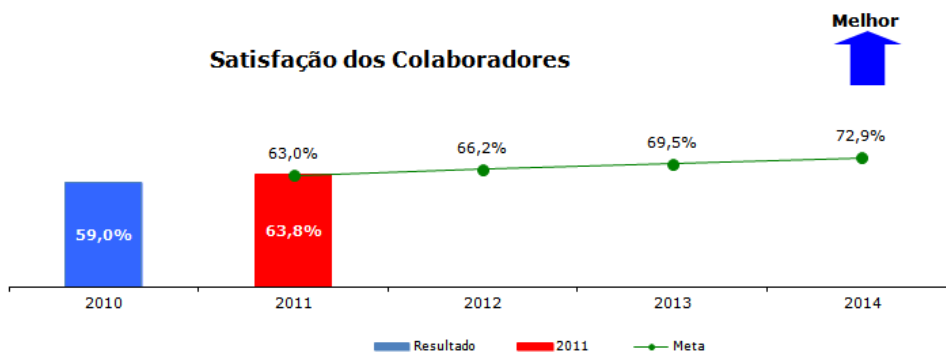
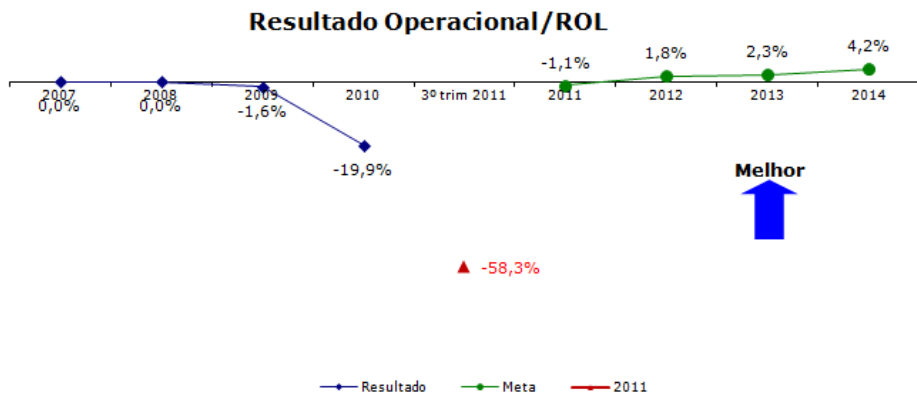
Eletrobras Amazonas Energia – Distribuição

Indicadores Econômico-Financeiros

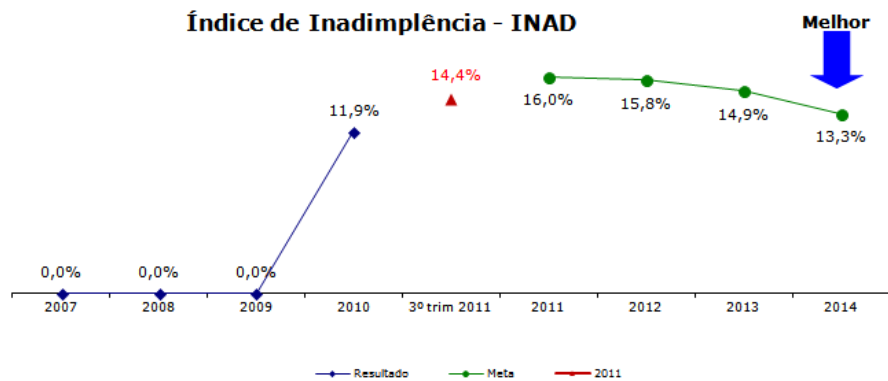


Eletrobras Amazonas Energia – Distribuição

Indicadores Operacionais

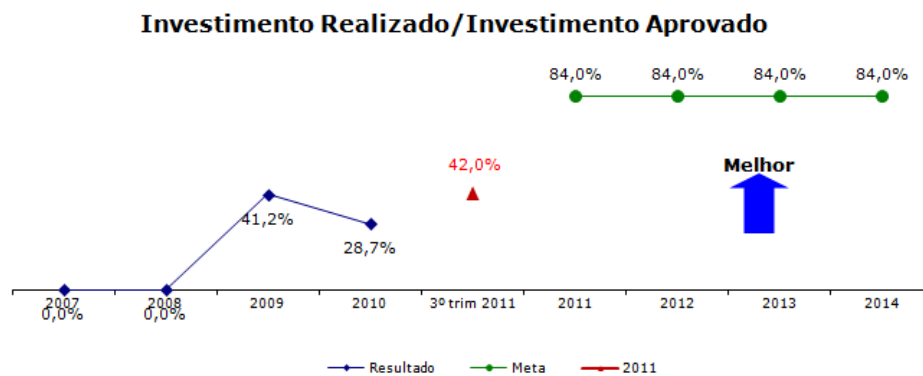
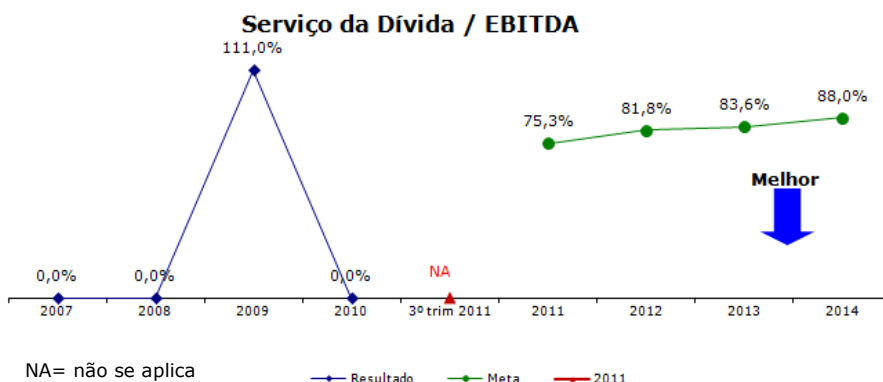
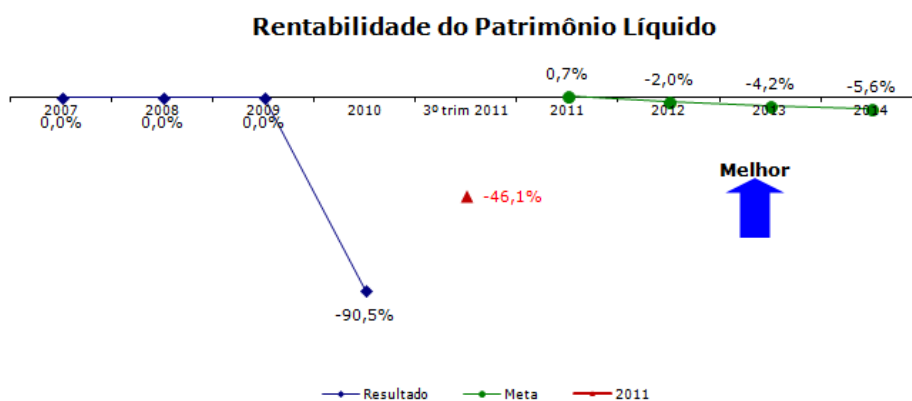
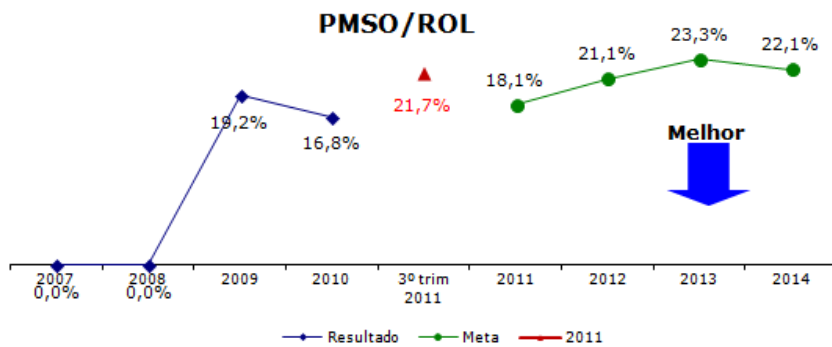


OBS: 2011 valor não disponível - ND



Eletrobras Amazonas Energia – Geração

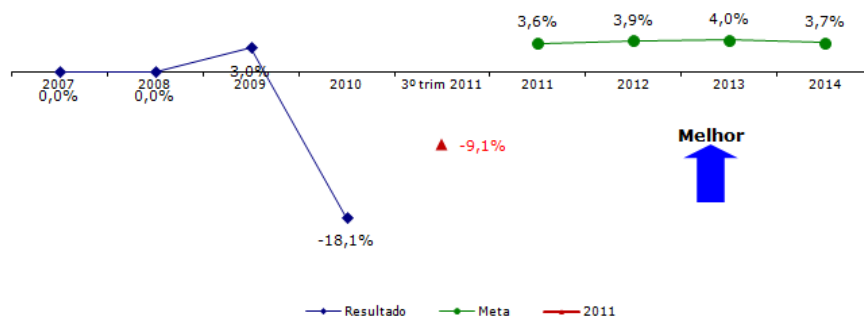
Indicadores Econômico-Financeiros



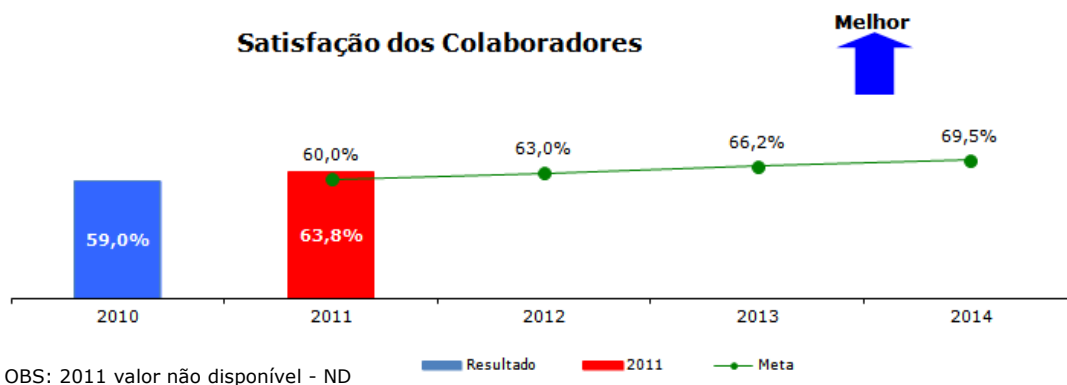
Eletrobras Amazonas Energia - Geração

Indicadores Operacionais

Resultado Operacional/ROL



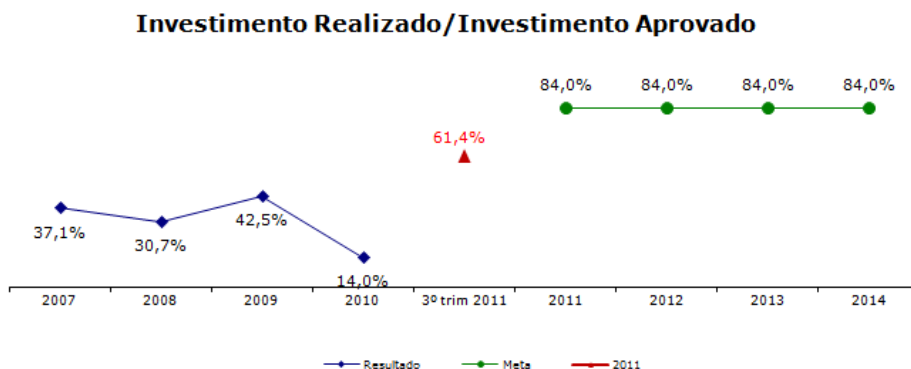
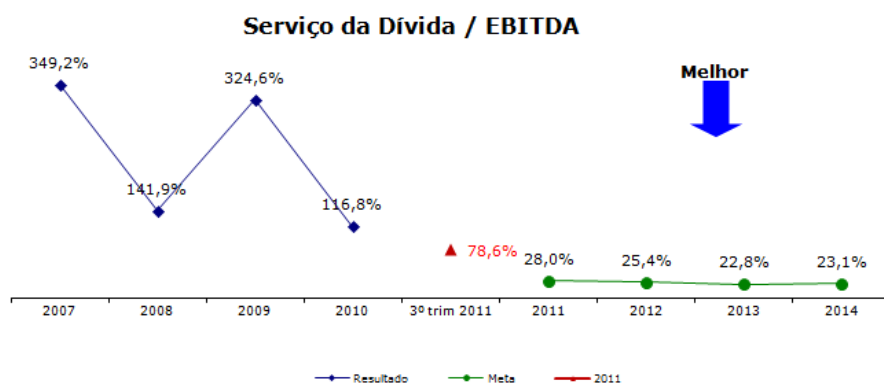
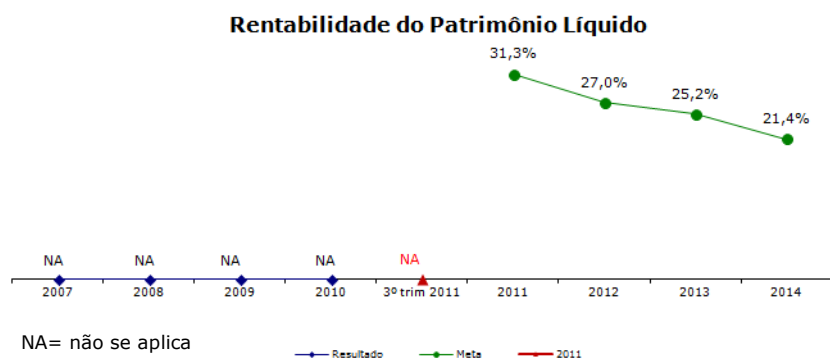
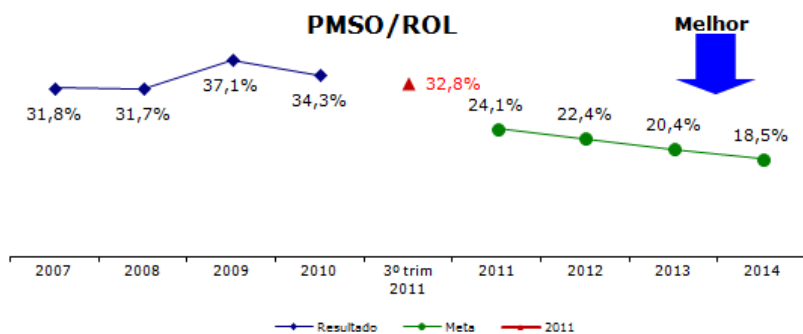
Satisfação dos Colaboradores



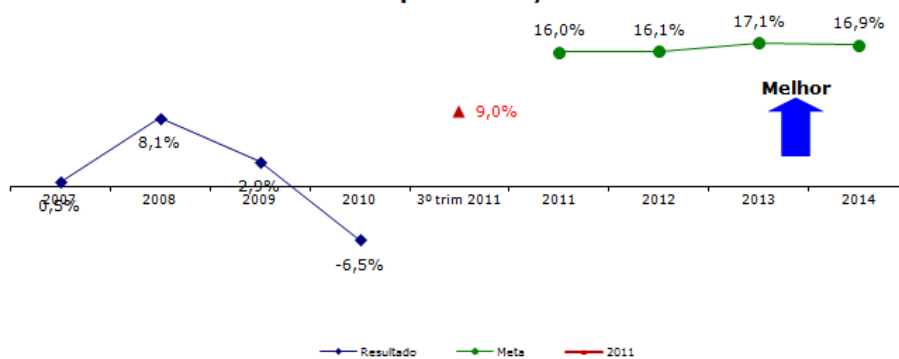
OBS: 2011 valor não disponível - ND

Eletrobras Distribuição Piauí

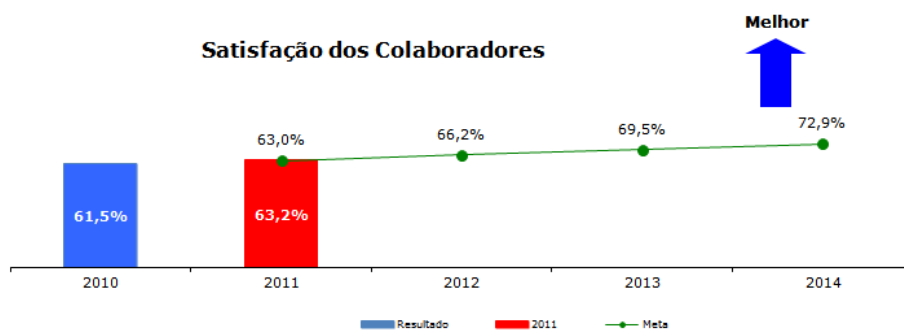
Indicadores Econômico-Financeiros



Resultado Operacional/ROL

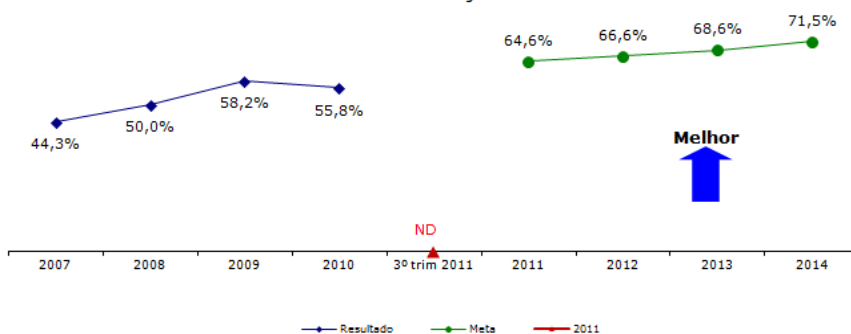


Satisfação dos Colaboradores



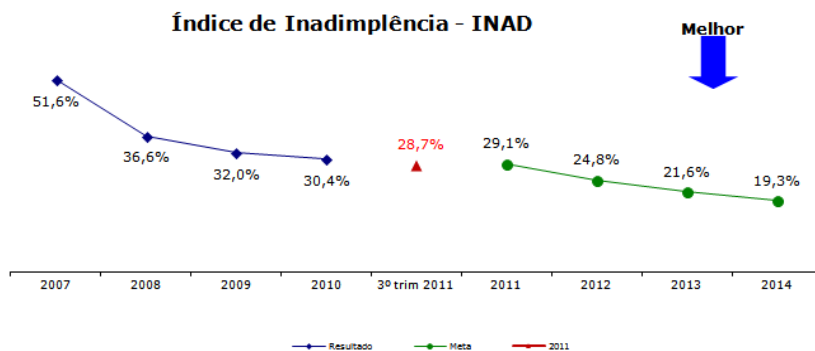
OBS: 2011 valor não disponível - ND

Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor

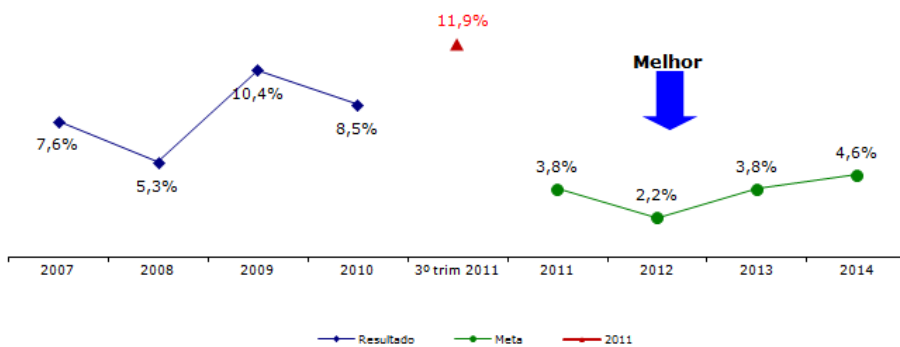


OBS: 2011 valor não disponível - ND

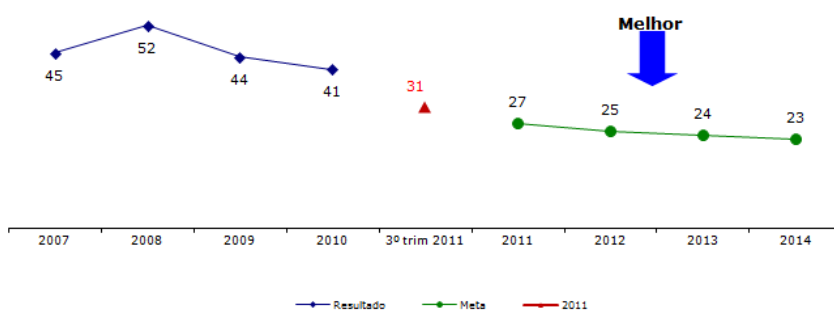
Índice de Inadimplência - INAD



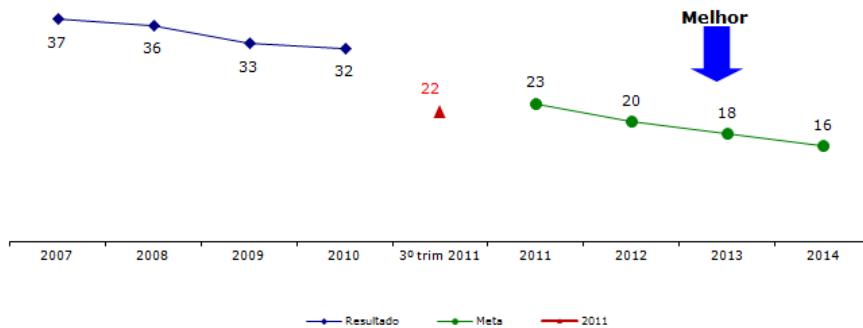
% Perdas Real - % Perdas Regulatória



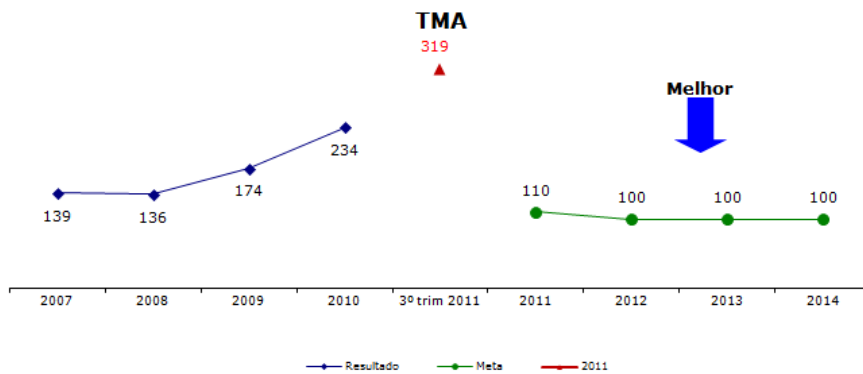
DEC



FEC

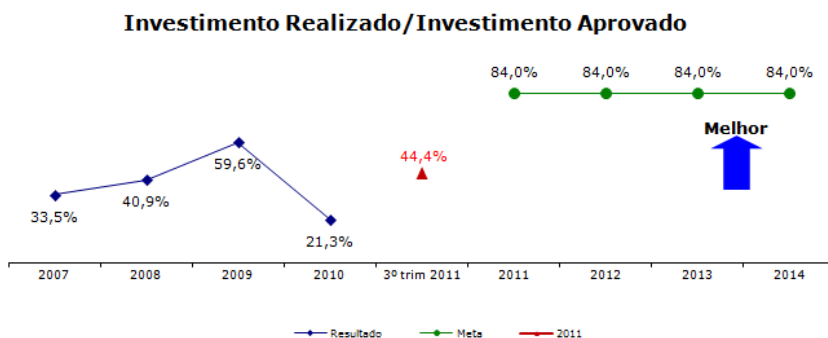
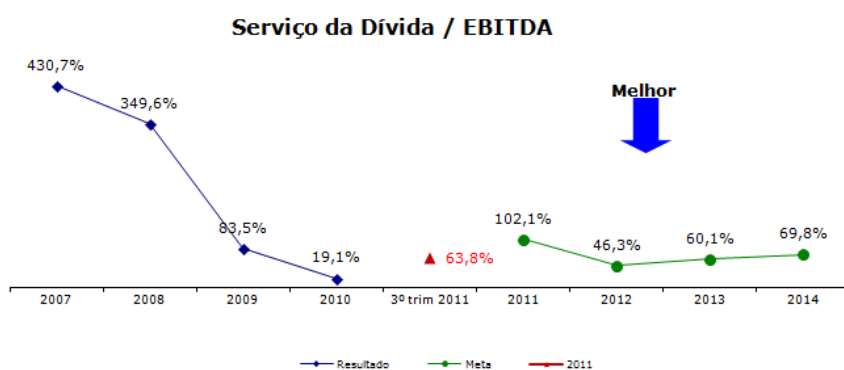
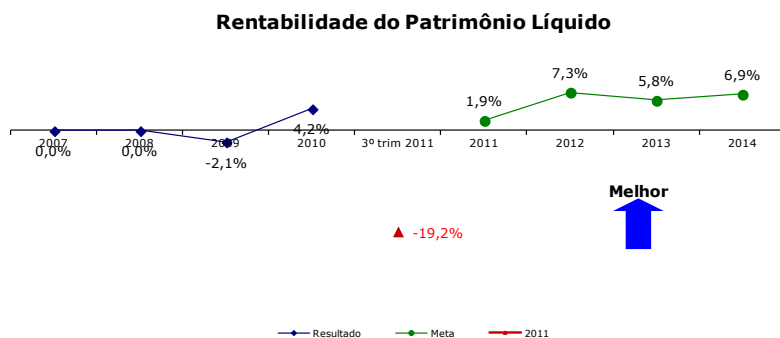
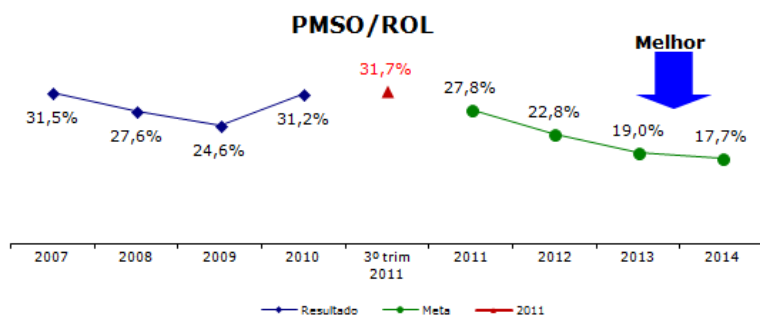


TMA

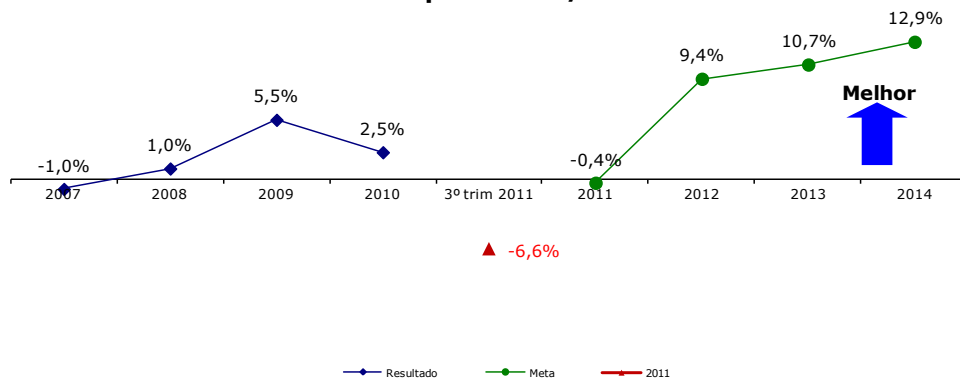


Eletrobras Distribuição Rondônia

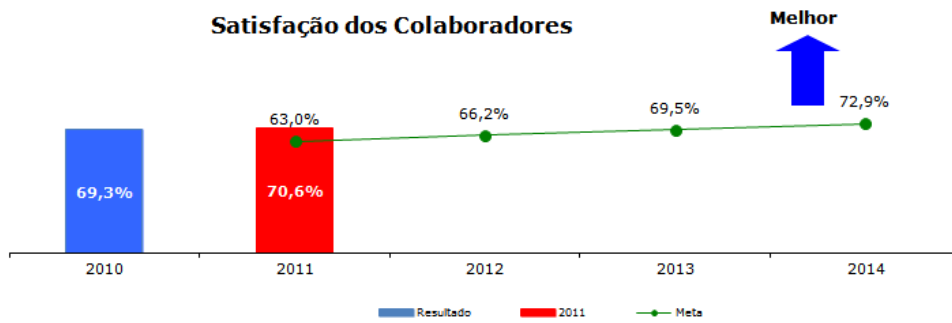
Indicadores Econômico-Financeiros



Resultado Operacional/ROL

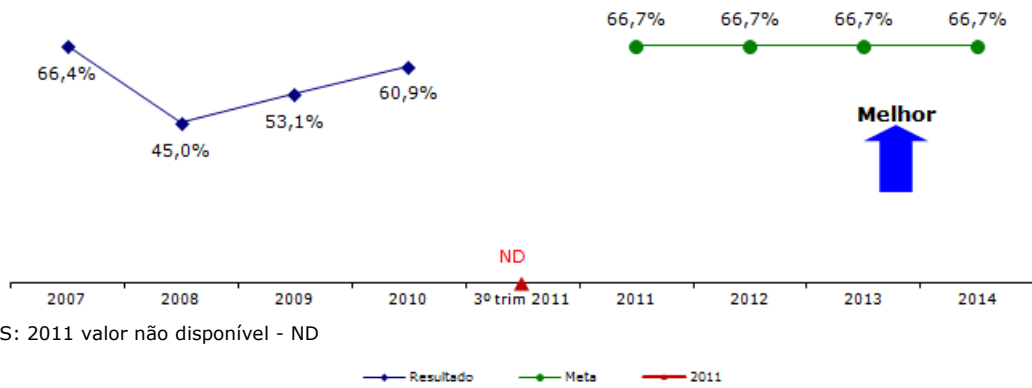


Satisfação dos Colaboradores



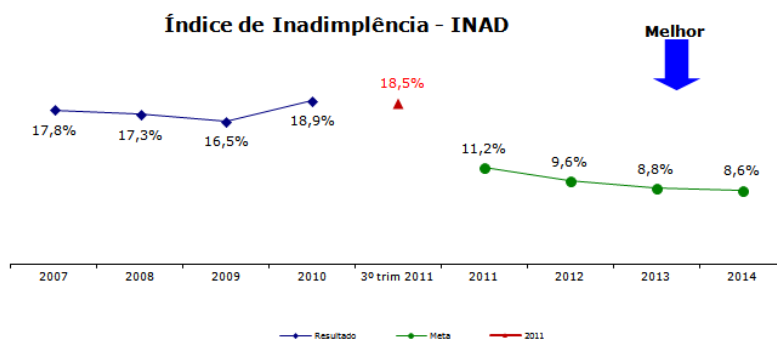
OBS: 2011 valor não disponível - ND

Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor

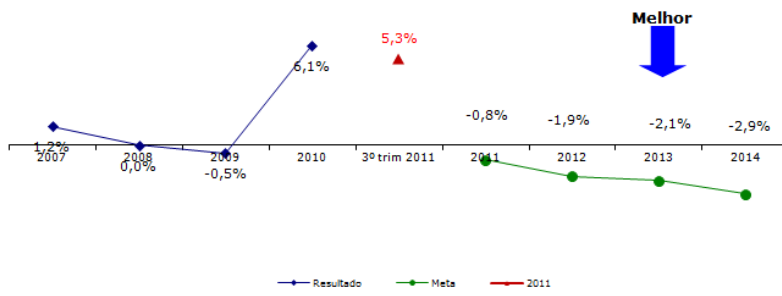


OBS: 2011 valor não disponível - ND

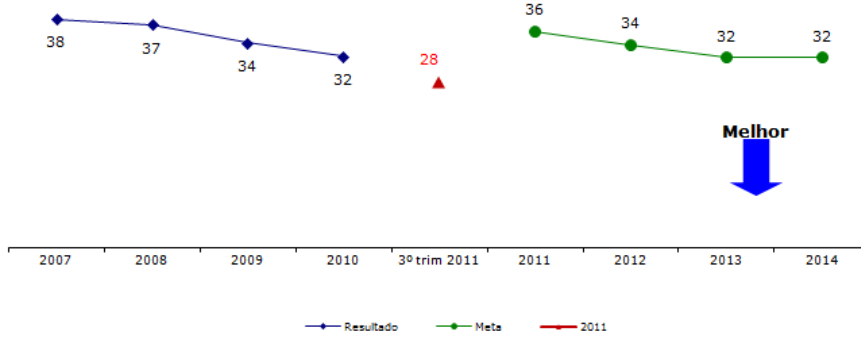
Índice de Inadimplência - INAD



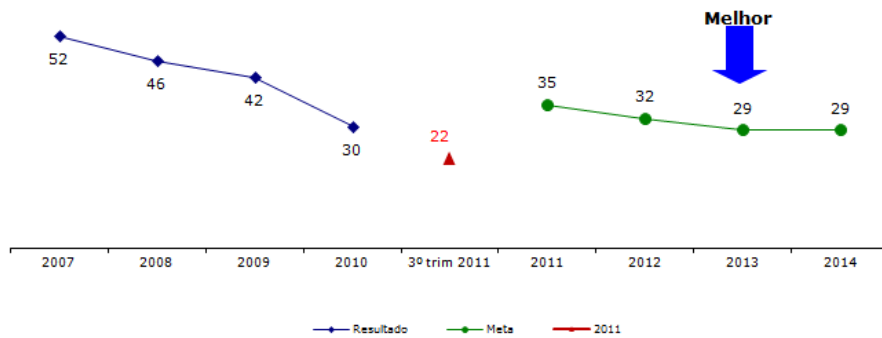
% Perdas Real - % Perdas Regulatória



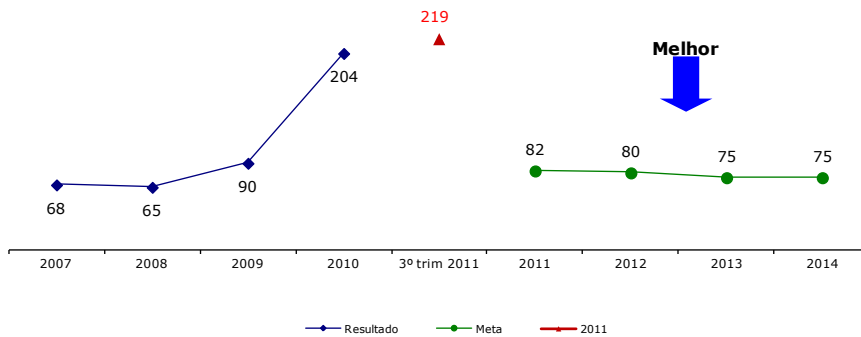
DEC



FEC



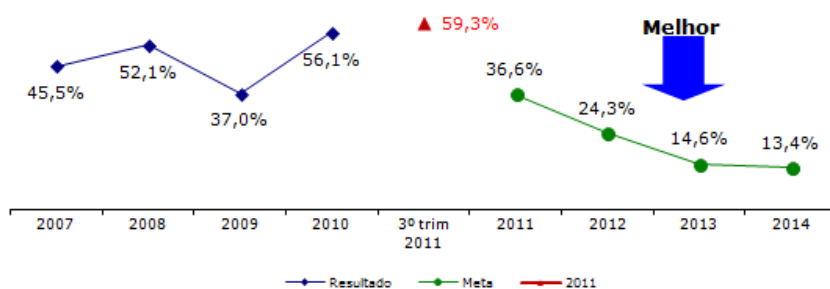
TMA



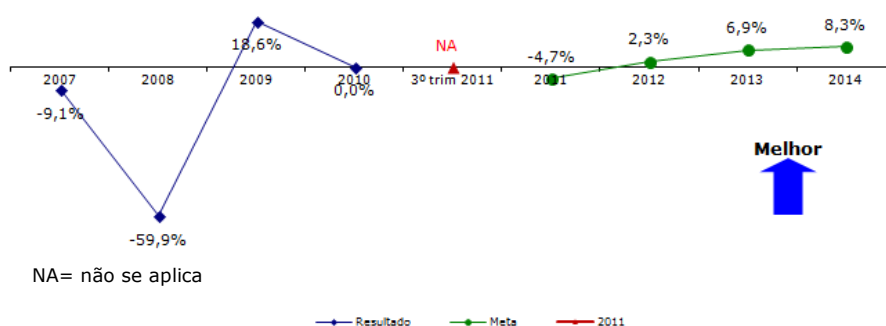
Eletrobras Distribuição Roraima

Indicadores Econômico-Financeiros

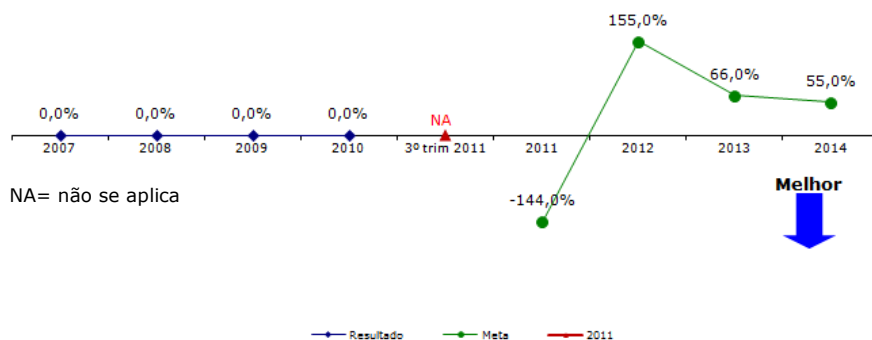
PMSO/ROL



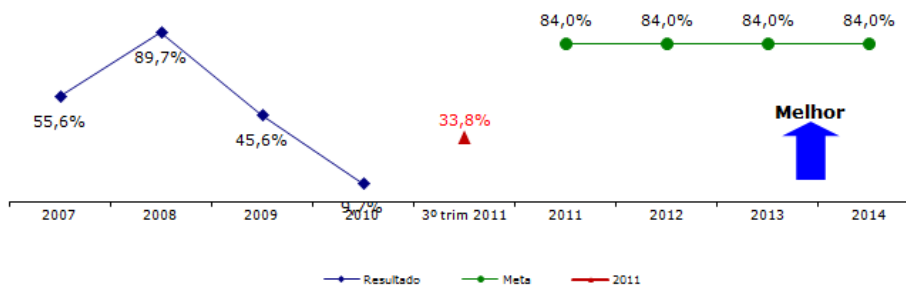
Rentabilidade do Patrimônio Líquido



Serviço da Dívida / EBITDA



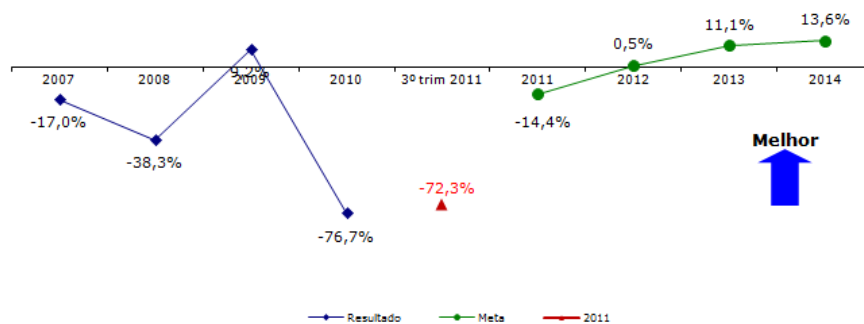
Investimento Realizado/Investimento Aprovado



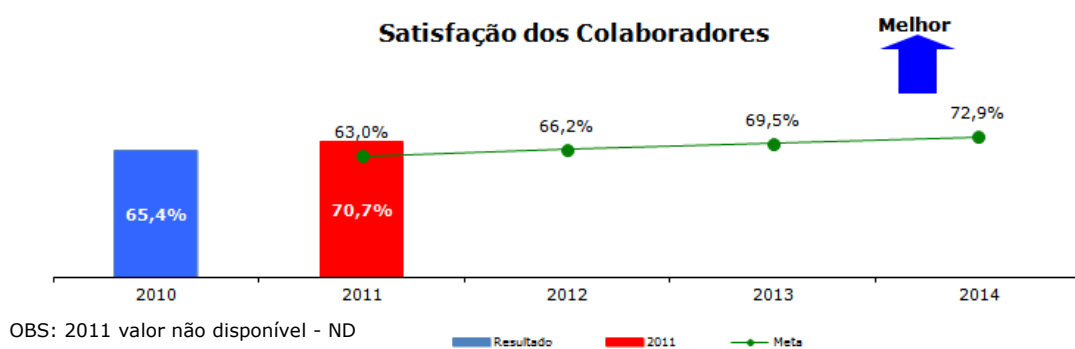
Eletrbras Distribuição Roraima

Indicadores Operacionais

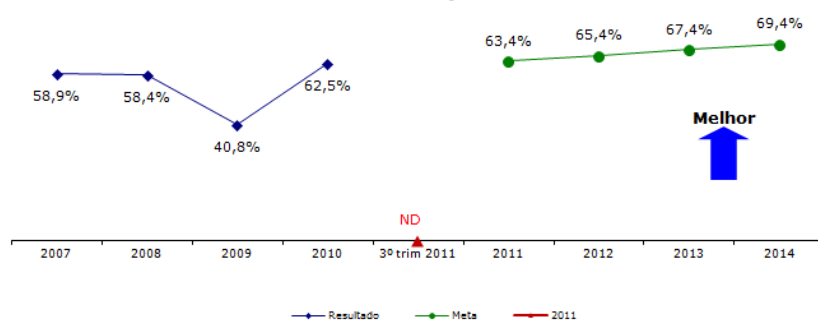
Resultado Operacional/ROL



Satisfação dos Colaboradores

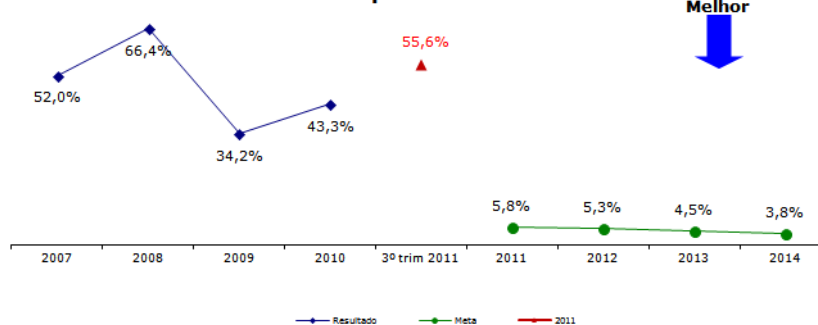


Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor

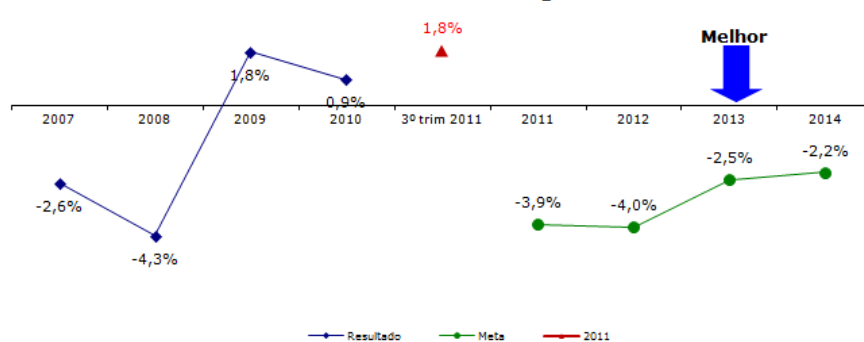


OBS: 2011 valor não disponível - ND

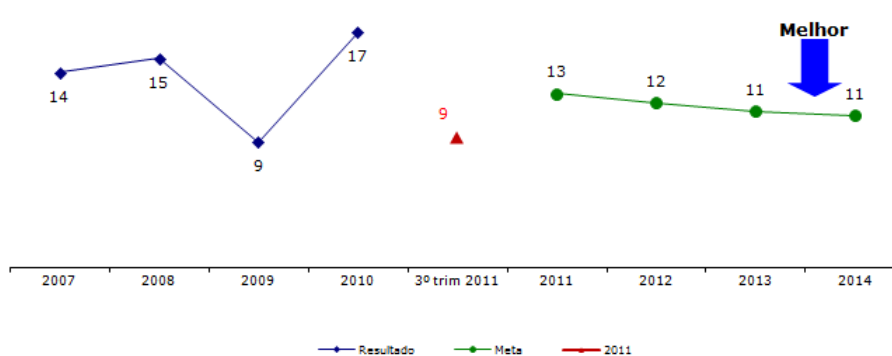
Índice de Inadimplência - INAD



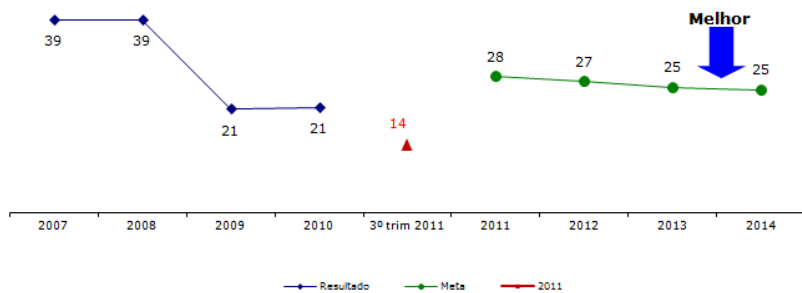
% Perdas Real - % Perdas Regulatória



DEC

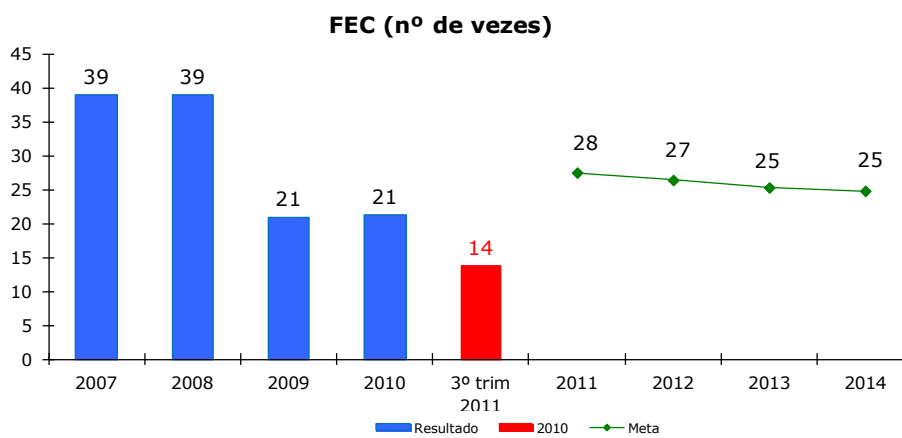
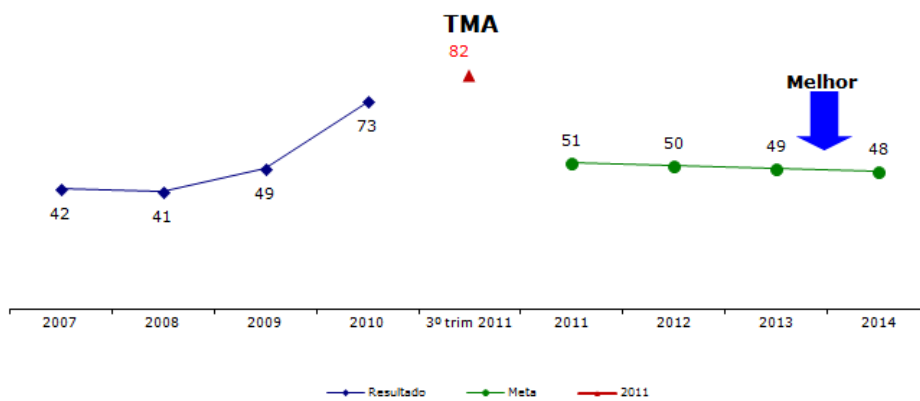


FEC



Eletrobras Distribuição Roraima

Indicadores Socioambientais

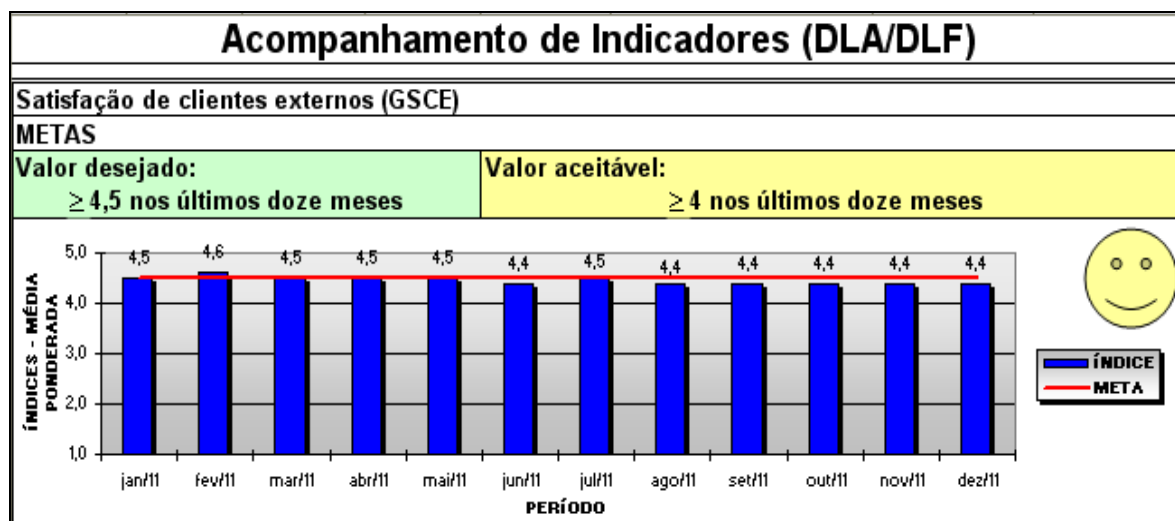


CEPEL

2.4.3.1. ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS CLIENTES EXTERNOS

Os serviços prestados pelos laboratórios de ensaio e de calibração são avaliados por meio de uma pesquisa de satisfação de clientes externos, que tem como objetivo avaliar a satisfação de clientes e obter sugestões e comentários que permitam a constante melhoria dos serviços prestados. Nos últimos doze meses, o Cepel manteve esse índice no valor aceitável (≥ 4).

XV) Índice de Satisfação dos Clientes Externos



Laboratórios: Alta Corrente, Alta e Média Potência, Acionamentos e Segurança em Equipamentos Eletroeletrônicos, Alta Tensão, Ensaio Corona, Referência em Medição de Alta Tensão, Metalografia, Propriedades Mecânicas, Propriedades Elétricas e Magnéticas, Refrigeração e Iluminação.

Total de Pesquisas Processadas: 71

Este resultado considera a avaliação dos seguintes itens: atendimento quando nos procurou, agilidade na emissão da proposta, período marcado pelo laboratório para a realização do serviço, qualidade do serviço técnico realizado (Mão de obra, equipamentos), qualidade na apresentação do Relatório de ensaio/Certificado de calibração, conteúdo do Relatório de ensaio/Certificado de calibração, prazo de entrega do Relatório de ensaio/Certificado de calibração.

Além deste indicador, anualmente são pactuadas com o DEST do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão metas anuais globais na área de pesquisa, desenvolvimento e laboratórios.

2.4.3.2. PLANO DE METAS PARA 2011

Anualmente o Cepel estabelece com a Eletrobras e com o DEST do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão metas globais na área de pesquisa, desenvolvimento e laboratórios que são auditadas, analisando seus resultados alcançados, e apresentadas ao Conselho Deliberativo para sua aprovação.

O Plano de Metas do exercício de 2011 foi constituído das seguintes metas corporativas:

MC 1: Evolução da arquitetura de software do SAGE para habilitar sua operação multi-site, com respaldo mútuo para contingências de Centros de Controle.

CONCEITO: Modelagem, desenvolvimento, testes e implementação de recursos e módulos adicionais ao SAGE (Sistema Aberto de Gerenciamento de Energia) para sincronização de dados e informações de diferentes centros em tempo-real, reconfiguração dinâmica de áreas de responsabilidade de operação, capacidade de execução simultânea de múltiplas instâncias dos aplicativos de análise de redes de tempo-real, recursos para reconhecimento e gerenciamento de failover de Centros de Controle, etc.

Estes desenvolvimentos visam a habilitar a operação harmônica e coordenada de múltiplos Centros de Controle baseados em SAGE para a supervisão e controle de grandes sistemas elétricos, com capacidade de respaldo mútuo. Esta nova filosofia traz grande impacto na flexibilidade e disponibilidade dos Centros de Controle e, portanto, na segurança elétrica do Sistema Interligado Nacional.

INDICADOR: Upgrade do SAGE, incluindo os recursos para operação multisite, com respaldo mútuo para contingências de Centros de Controle, e acompanhado da documentação técnica pertinente.

RESULTADO: A meta foi integralmente cumprida. Esta evolução já está disponível a partir do Update 24 do SAGE.

MC 2: Nova versão do modelo NEWAVE, em ambiente de processamento paralelo, com redução pelo menos 1/3 em média no tempo de processamento

CONCEITO: A determinação das metas de geração das usinas que minimizam o custo total de operação no problema de planejamento do Sistema Elétrico Brasileiro é um processo que demanda um intenso processamento computacional, uma vez que esse sistema é de grande porte, possuindo uma grande quantidade de usinas hidráulicas e térmicas interligadas entre si. Por conta disto, existe uma grande demanda para que os tempos totais gastos na obtenção da solução ótima sejam reduzidos.

Este problema é resolvido por programação dinâmica dual estocástica (PDDE), que utiliza um processo iterativo constituído por tarefas que são independentes entre si, indicando que a aplicação de técnicas de programação paralela farão com que o tempo de solução do problema diminua significativamente. O objetivo deste trabalho é propor e aplicar uma metodologia que permita a utilização de processamento paralelo no problema de planejamento da operação do Sistema Elétrico Brasileiro, reduzindo significativamente o tempo total gasto na obtenção da sua solução (1/3 em média).

INDICADOR: Nova versão do modelo NEWAVE, em ambiente de processamento paralelo, com redução de pelo menos 1/3 em média no tempo de processamento.

RESULTADO: A meta foi integralmente cumprida. Foi desenvolvida nova versão do modelo NEWAVE em ambiente paralelo, com redução de pelo menos 1/3 no tempo de processamento.

MC 3: Primeira versão do MATRIZ, programa computacional capaz de determinar, de forma integrada, o cronograma de expansão de longo prazo das cadeias de petróleo, gás natural, biomassa, carvão, urânio e eletricidade.

CONCEITO: O programa MATRIZ será uma ferramenta de apoio aos estudos de planejamento energético de longo prazo, capaz de gerar projeções da matriz energética brasileira. Trata-se de um modelo que determinará o cronograma de expansão de custo mínimo para todas as cadeias energéticas, de forma integrada. Estarão representadas as cadeias de petróleo, gás natural, urânio,

carvão, biomassa e eletricidade, levando-se em conta as características intrínsecas do sistema energético brasileiro.

O programa computacional será validado através da comparação de seus resultados com os do programa MARKAL/TIMES, da Agência Internacional de Energia, provando sua consistência para utilização em estudos oficiais do governo. Ressalta-se que será o primeiro programa computacional desenvolvido no Brasil para esta finalidade, podendo auxiliar o governo federal no desenvolvimento coordenado das cadeias energéticas, que no caso brasileiro estão cada vez mais interdependentes. A modelagem será baseada em programação linear, para um cenário de evolução de demanda de energia.

INDICADOR: Primeira versão do MATRIZ, programa computacional capaz de determinar, de forma integrada, o cronograma de expansão de longo prazo das cadeias de petróleo, gás natural, biomassa, carvão, urânio e eletricidade.

RESULTADO: A meta foi integralmente cumprida. Já está disponível a primeira versão do programa MATRIZ.

MC 4: Finalização e instalação, em empresas Eletrobras (Chesf, Eletronorte, Eletrosul e Furnas), da versão 2.0.0 do DianE - Sistema de Análise e Diagnóstico de Equipamentos, incorporando novas funcionalidades.

CONCEITO: As novas funcionalidades, a serem incorporadas na versão 2.0.0 do DianE - Sistema de Análise e Diagnóstico de Equipamentos, foram solicitadas pelas empresas e incluem: aprimoramento da integração com o SAGE para a aquisição de dados on-line; funcionalidade de importação de dados gerados em cromatógrafos computadorizados; análise de indicadores estatísticos; gerenciamento de prazos associados a ensaios, inspeções e testes funcionais; emissão configurável de avisos sobre a condição dos equipamentos; e gerenciamento de atividades (ordens de serviço / manutenção).

Com o resultado desta Meta, Chesf, Eletronorte e Eletrosul, que já utilizam o DianE, receberão Upgrades; e Furnas iniciará a utilização do Sistema, a partir deste ano, já com a nova versão.

INDICADOR: Finalização e instalação, em empresas ELETROBRAS (Chesf, Eletronorte, Eletrosul e Furnas), da versão 2.0.0 do Sistema DianE, incorporando novas funcionalidades.

RESULTADO: A meta foi integralmente cumprida. A versão 2.0.0 do Sistema DianE foi finalizada, incorporando novas funcionalidades, e já está instalada em empresas Eletrobras.

MC 5: Evolução do programa ANAREDE: incorporação de Modelagem de Elos de Corrente Contínua com Conversores com Capacitores de Comutação.

CONCEITO: O modelo computacional ANAREDE é voltado para a análise do fluxo de potência em regime permanente de todo o sistema interligado e busca a modelagem apropriada dos novos equipamentos que forem sendo agregados à rede elétrica.

Atualmente, estão sendo executados pelo ONS os estudos relativos à entrada em operação das usinas de Jirau e Santo Antonio, no rio Madeira, cuja previsão de entrada em operação é no primeiro semestre de 2012. Ocorre que na primeira fase toda a potência das unidades geradoras motorizadas irá fluir pelo elo de corrente contínua “back-to-back” a ser comissionado na subestação de Porto Velho, com o intuito de melhorar o abastecimento da interligação Acre-Rondônia de 230 kV.

No entanto, é necessária a representação precisa deste elo “back-to-back”, pois ele é dotado de um controle de tensão alternada no inversor, isto é, no lado de 230 kV e possui capacitores de comutação. Neste sentido, o ONS solicitou ao Cepel a implementação da representação correta deste equipamento, e do seu controle, no programa ANAREDE.

INDICADOR: Nova versão do programa ANAREDE, com a incorporação de Modelagem de Elos de Corrente Contínua com Conversores com Capacitores de Comutação, Controlando a Tensão CA da Barra de Interface do Inversor, e disponibilização de relatório técnico associado.

RESULTADO: A meta foi integralmente cumprida. Já está disponível nova versão do programa ANAREDE, incorporando a modelagem de elos de corrente contínua com conversores com capacitores de comutação.

MC 6: Desenvolvimento do projeto conceitual de uma planta térmica de 1 MWe, com concentração solar, baseada na tecnologia de cilindros parabólicos, visando sua implantação na região do semiárido do Brasil.

CONCEITO: Desde 2009, o MCTI e o MME, por meio de reuniões setoriais, estão estruturando um programa de P,D&I em energia solar de alta temperatura. Foi identificada a necessidade da construção de uma planta piloto, de modo a aumentar o conhecimento no Brasil e estudar tecnologias que possam vir a ter grande potencial de aplicação no futuro.

A implantação de uma planta deste tipo requer o conhecimento não apenas da tecnologia heliotérmica, mas também de dados geográficos, ambientais, de infraestrutura e da rede elétrica no local de instalação da planta. O projeto de uma planta solar com concentração consiste na primeira etapa para a futura implantação de uma Plataforma de Pesquisa experimental para o desenvolvimento da energia solar no Brasil. A tecnologia de geração escolhida inicialmente é a de cilindros parabólicos, atualmente a mais difundida no mundo. Futuramente, serão experimentadas outras tecnologias no campo de geração elétrica por energia solar, em parceria local com a CHESF.

INDICADOR: Relatório técnico descrevendo o projeto conceitual da planta térmica de 1 MWe, com concentração solar, baseada na tecnologia de cilindros parabólicos, incluindo um estudo para definição de sua localização na região do semiárido do Brasil.

RESULTADO: A meta foi integralmente cumprida. Já está disponível o relatório técnico descrevendo o projeto conceitual da planta térmica de 1 MWe com concentração solar.

2.5. Empresas Distribuidoras de Energia Elétrica:

ELETROBRAS

2.5.1. Introdução

A Lei 9.619/98 autorizou a ELETROBRAS a adquirir o controle das concessionárias estaduais de distribuição de energia elétrica: CEAL, CEPISA, CERON e ELETROACRE, incluindo-as no PND – Programa Nacional de Desestatização. Mais tarde, em 2000, pela Medida Provisória 1985-25/2000 (transformada na MP 2181-45, em tramitação), a ELETROBRAS foi também autorizada a adquirir o controle da CEAM e a incluí-la no PND.

Em um processo paralelo, cindiu-se a ELETRONORTE, formando com os ativos de distribuição

das cidades de Manaus e Boa Vista, respectivamente, a Manaus Energia e a Boa Vista Energia, subsidiárias integrais da ELETROBRAS, que formam com as anteriormente citadas o conjunto das chamadas Empresas Distribuidoras da ELETROBRAS – EDE.

À ELETROBRAS coube a tarefa de promover o saneamento econômico-financeiro dessas companhias, enquanto o BNDES cuidaria das providências para vendê-las. Por conta desse marco e dessa tarefa inicial, os investimentos realizados pela ELETROBRAS foram considerados como temporários. Por razões diversas, o Programa de Desestatização dessas empresas não foi concluído.

No momento de aquisição das EDE's houve o desembolso de recursos da própria ELETROBRAS e da RGR. Da época da federalização até os dias de hoje, essas empresas têm requerido investimentos, tanto para o financiamento da expansão e da própria operação e manutenção, como para cobertura de déficits operacionais. Além disso, para reverter o patrimônio líquido negativo, parte dos financiamentos já foi transformada em capital ou está registrado como adiantamento, para futuro aumento de capital.

Em abril de 2008, foi efetuada a incorporação da CEAM pela Manaus Energia, passando o Estado do Amazonas – AM a contar com apenas uma distribuidora de energia. Após este ato, o grupo das EDE's passou a ser composto pelas seis empresas: CEAL, CEPISA, CERON, ELETROACRE, Manaus Energia e Boa Vista Energia.

Após alguns anos de controle federal, pode-se dizer que as condições de atendimento às populações locais apresentaram melhora significativa, contudo não foi revertido o quadro financeiro negativo dessas empresas.

Diante dessa situação, a ELETROBRAS identificou como solução a reorganização da governança e centralização da gestão das EDE, estruturando-se para ter uma Diretoria comum composta por um Diretor Presidente e seis Diretores e um Conselho de Administração composto por seis membros com um núcleo comum, mantendo-se Conselhos Fiscais específicos para cada empresa. Essas medidas foram acompanhadas pela criação de uma Diretoria especializada na ELETROBRAS – a Diretoria de Distribuição, cujo Diretor assumiu concomitantemente a Presidência das EDE's. Essas mudanças direcionam no sentido de alcançar a reversão da atual situação de desequilíbrio econômico-financeiro destas empresas para, em curto prazo, passar a obter resultados positivos, visando a melhoria de qualidade de atendimento ao público, a capacidade de execução de programas de investimentos para a expansão e conservação dos seus ativos, bem como a modernização dos seus instrumentos de apoio tecnológico e de capital humano.

A ELETROBRAS, ao longo dos anos, financiou e capitalizou suas distribuidoras na expectativa de obter retorno na forma de juros e amortização ou como dividendos e juros sobre capital próprio. Porém, as condições dos financiamentos concedidos pela ELETROBRAS e a postergação do pagamento da dívida resultou em um aumento do endividamento das distribuidoras, em níveis superiores à sua efetiva capacidade de pagamento, culminando com a autorização de aumentar o capital das EDE, mediante a capitalização dos créditos da ELETROBRAS decorrente do saldo devedor dos financiamentos concedidos com recursos ordinários, num montante superior a R\$ 2,2 bilhões.

Concomitantemente foram criadas novas regras de governança corporativa mediante a celebração de um Contrato de Metas de Desempenho Empresarial - CMDE, através do qual a distribuidora se comprometeu a dar cumprimento às orientações estratégicas ali definidas, visando o atendimento de metas e resultados estabelecidos pela Holding.

Em 2010 essas empresas, como desdobramento da nova marca da ELETROBRAS, passaram a se

denominarem da seguinte forma: Eletrobras Distribuição Alagoas, Eletrobras Distribuição Piauí, Eletrobras Distribuição Rondônia, Eletrobras Distribuição Acre, Eletrobras Distribuição Roraima e Amazonas Energia.

Ressalta-se que em 2011 a ELETROBRAS conseguiu recuperar R\$ 455 milhões dos clientes inadimplentes das suas seis distribuidoras e vem aumentando suas ações para reduzir o máximo as ligações clandestinas, investindo na blindagem de parte de sua rede de distribuição, bem como no monitoramento do consumo de grandes clientes por meio da telemedição.

2.5.2. Comercialização de Energia Elétrica

Em 2011 o mercado consumidor das seis empresas de distribuição foi constituído por um total de 3.489.736 unidades consumidoras, sendo 2.967.306 residenciais, 254.694 comerciais e 13.639 industriais; os demais consumidores das outras classes totalizaram 254.096.

Estes consumidores foram responsáveis por uma energia faturada da ordem de 13.660 GWh, sendo que o consumo residencial representou 36 % do total, as unidades comerciais 21 %, as unidades industriais 22 % e os demais consumidores 21 %.

Relativamente ao consumo de 2010, o consumo de 2011 foi 6,1 % superior, sendo um crescimento bastante significativo, levando-se em consideração que a estimativa do PIB brasileiro ficará bem aquém do referido desempenho. O consumo das residências e das unidades comerciais cresceu significativamente, representando, respectivamente, 7,3 e 8,0 %. As unidades consumidoras industriais, refletindo o comportamento da economia nacional, apresentaram menor evolução no consumo, 5,8 %. Todas as empresas tiveram crescimentos positivos com o fornecimento de energia elétrica, sendo que as concessionárias que mais se destacaram foram a ED Rondônia e a ED Roraima, com de 8,9 % cada uma.

Deve-se destacar que o consumo de energia elétrica das residências foi influenciado pelo aumento de novas unidades consumidoras, foram adicionadas ao mercado 187.256 novas unidades, representando uma evolução de 5,6 % quando comparado a 2010. Esse significativo crescimento foi influenciado, em parte, pelo programa Luz para Todos do Governo Federal.

XVI) Fornecimento Consolidado

Fornecimento Consolidado de Energia Elétrica - (GWh)					
Classe	2007	2008	2009	2010	2011
Residencial	3.331	3.753	4.030	4.574	4.906
Comercial	2.009	2.226	2.378	2.662	2.874
Industrial	2.465	2.628	2.443	2.814	2.978
Rural	400	490	508	539	586
Outras Classes	1.561	2.061	2.159	3.746	2.316
Total	9.766	11.158	11.518	14.335	13.660

XVII) Fornecimento por Empresa e por Classe de Consumo 2011:

ED - Roraima	
Classe de consumo	Em MW por Classe
Residencial	265.785
Comercial	120.779
Industrial	12.530
Rural	7.441
Outros	116.184
Total	522.718

ED - Alagoas	
Classe de consumo	Em MW por Classe
Residencial	1.018.464
Comercial	563.924
Industrial	474.217
Rural	153.175
Outros	444.761
Total	2.654.541

ED - Piauí	
Classe de consumo	Em MW por Classe
Residencial	1.028.674
Comercial	491.320
Industrial	245.273
Rural	102.054
Outros	434.340
Total	2.301.661

ED - Rondônia	
Classe de consumo	Em MW por Classe
Residencial	875.463
Comercial	527.468
Industrial	432.205
Rural	229.591
Outros	306.401
Total	2.371.128

ED - Acre	
Classe de consumo	Em MW por Classe
Residencial	331.922
Comercial	159.860
Industrial	37.941
Rural	35.418
Outros	159.154
Total	724.297

Amazonas Energia	
Classe de consumo	Em MW por Classe
Residencial	1.385.603
Comercial	1.010.473
Industrial	1.775.360
Rural	58.696
Outros	855.214
Total	5.085.346

2.5.3. Revisão Tarifária:

Os índices de reajuste das tarifas das Empresas Distribuidoras de Energia Elétrica estabelecidos pela ANEEL em 2011 encontram-se na tabela abaixo.

XVIII) Índice de Reajuste Tarifário

Índice de Reajuste Tarifário IRT	Amazonas Energia	ED Acre	ED Alagoas	ED Piauí	ED Rondônia	Ed Roraima
IRT Econômico	11,96%	8,83%	5,74%	7,89%	3,51%	12,21%
Componentes Financeiros	3,47%	13,03%	-0,58%	2,71%	6,06%	-1,53%
IRT Total	15,43%	21,86%	5,16%	10,60%	9,57%	10,68%
Efeito Médio Consumidor Cativo - preliminar	11,24%	29,25%	1,15%	12,23%	10,10%	12,92%
Diferimento (1)	-	R\$ 46,5mi	-	-	-	-
Efeito Médio Consumidor Cativo -final	11,24%	11,72%	1,15%	12,23%	10,10%	12,92%

(1) A ser considerado como componente financeiro no cálculo do próximo reajuste tarifário da ED Acre, em 2012, atualizado pela variação do IGP-M.

2.5.4. Controle de Perdas Comerciais

Durante o ano de 2011 as seis Empresas de Distribuição da Eletrobras - EDE apresentaram redução dos níveis percentuais de Perdas Totais de forma consolidada, o índice foi reduzido em 0,88 pontos percentuais, registrando 34,28% em dezembro de 2011, conforme quadro analítico.

As principais ações foram o incremento nas fiscalizações das unidades consumidoras, a renovação do parque de medidores, a regularização de clandestinos e a implantação do Centro de Monitoramento de Grandes Clientes desenvolvido pela Amazonas Energia, o qual já conta com cerca de 2.200 unidades consumidoras monitoradas. Um incremento dessas ações, com o apoio de financiamento do Banco Mundial - Projeto Energia+ está previsto para iniciar em 2012.

XIX) Perdas Técnicas e Não Técnicas

Empresas	Perdas Técnicas sobre Energia Injetada (%)		Perdas Não Técnicas sobre Energia Injetada (%)		Perdas Totais sobre Energia Injetada (%)	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011
ED Amazonas	7,71%	7,71%	34,66%	34,13%	42,37%	41,84%
ED Acre	11,87%	11,87%	12,61%	11,55%	24,48%	23,42%
ED Alagoas	8,42%	8,42%	23,03%	21,53%	31,45%	29,95%
ED Piauí	12,45%	12,45%	21,06%	20,58%	33,51%	33,03%
ED Rondônia	12,74%	12,74%	16,34%	15,04%	29,08%	27,78%
ED Roraima	6,62%	6,62%	9,52%	9,16%	16,14%	15,78%

2.5.5. DEC/FEC

Em 2011, as Empresas de Distribuição da Eletrobras não conseguiram atender de modo satisfatório a qualidade de energia, finalizando o ano com mais de 70% de seus clientes afetados por algum tipo de violação das metas por conjuntos (mensais, trimestrais e anuais) estabelecidas pela ANEEL.

Contudo, ressalva-se que a ED Amazonas obteve índices menores que os considerados pelo agente regulador, onde o DEC apurado foi de 55 horas e o FEC realizado foi 51 interrupções, enquanto que os admitidos são 58 e 59, respectivamente.

A ED Acre teve um pequeno aumento nos seus índices em comparação com o ano anterior, passando os valores de DEC de 45 para 46 e os de FEC de 44 para 45.

Já ED Alagoas obteve o índice de DEC de 25 horas e FEC de 17 interrupções, com aumento em relação aos 20 e 14 realizados, respectivamente, no ano anterior.

De 2010 para 2011, o indicador de DEC da ED Piauí aumentou de 41 para 42. Entretanto, com relação ao FEC houve uma melhora, passando de 32 para 30.

Na ED Rondônia verificou-se um aumento no índice de DEC, elevando de 32 para 39. Com relação ao FEC o indicador diminuiu de 30 para 29.

Por último, a ED Roraima finalizou o ano sem violar nenhum de seus indicadores. Nota-se ainda uma redução de seus índices, onde o DEC passou 17 para 13 e o FEC de 22 para 21.

De uma maneira geral, as maiores dificuldades enfrentadas pelas distribuidoras, além das intempéries regionais, foi a qualidade do sistema elétrico existente..

Com o intuito de melhorar os índices de qualidade, estão sendo desenvolvidos os seguintes trabalhos: Automação de subestações, substituição e instalação de novos religadores e transformadores, realização de novos contratos para o aumento das equipes de serviços de podas de árvores, de manutenção de redes e de linha viva.

XX) DEC/FEC

Interrupções de Fornecimento por Consumidor (DEC) - Hora/Ano							
Ano	ED Acre	ED Alagoas	ED Amazonas		ED Piauí	ED Rondônia	ED Roraima
			Capital	Interior			
2010	45	20	72		41	32	17
2011	46	25	55		42	39	13

Frequência de Interrupções por Consumidor (FEC) - nº Interrupções/Ano							
Ano	ED Acre	ED Alagoas	ED Amazonas		ED Piauí	ED Rondônia	ED Roraima
			Capital	Interior			
2010	44	14	60		32	30	22
2011	45	17	51		30	29	21

2.5.6. Inadimplência

Em 2011 houve um crescimento de 9,6% no estoque nominal dos débitos em atraso, passando para R\$ 1,041 bilhão contra R\$ 950,5 milhões em 2010, sendo que o crescimento da inadimplência do setor privado aumentou em 19,3% comparado ao ano anterior e o setor público decresceu em 4,1%.

O aumento do débito do setor privado se deu, principalmente, pela ausência de contrato com equipes de interrupção de fornecimento de energia elétrica provocados por dificuldades na

efetivação de novas licitações. Já o bom desempenho no setor público se deu principalmente pelas negociações com as prefeituras do Estado do Piauí e Alagoas. A ED-Piauí negociou em julho de 2011 cerca de R\$ 137 milhões com mais de 192 municípios para parcelamento de dívidas no fornecimento de energia elétrica, reduzindo em 41,1% a inadimplência com esse setor. Já a ED-Alagoas negociou em dezembro de 2011 com suas prefeituras inadimplentes e conseguiu reduzir a inadimplência desse setor em R\$ 12,9 milhões (redução de 46,7% em relação ao ano anterior).

Com o objetivo de melhorar o desempenho em 2012 todas as Empresas de Distribuição da ELETROBRAS adotarão iniciativas a fim de reduzir o nível de inadimplência. Dentre as principais ações estão: centralizar na sede da empresa a gestão do corte (emissão e controle de execução das ordens de serviços de corte, recorte e religação) para toda a área de concessão da empresa; implantar os serviços do SERASA para higienização de cadastro e negativação de clientes inadimplentes; implantar acompanhamento específico e viabilizar estrutura exclusiva de suspensão do fornecimento de clientes com parcelamentos que se tornem inadimplentes; implantar a visita de cobrança, a suspensão do fornecimento, a cobrança administrativa e a cobrança judicial de clientes inadimplentes, conforme Régua de Cobrança; negociar débitos emblemáticos de hospitais públicos e privados; negociar dívidas de poder público e serviço público e desenvolver campanha de marketing institucional corporativa que estimulem a adimplência.

XXI) Inadimplência Consolidada

Inadimplência Consolidada das Distribuidoras – R\$ mil					
Classe	2007	2008	2009	2010	2011
Residencial	264.645	246.026	268.284	190.263	232.059
Comercial	117.080	119.908	127.318	113.286	134.395
Industrial	150.021	171.969	203.012	194.757	230.392
Rural	40.819	46.457	53.356	60.258	69.317
Poder Público	102.489	98.997	125.093	118.444	111.757
Serviço Público	349.308	276.020	203.979	221.374	226.225
Iluminação Pública	35.269	64.843	52.449	52.147	37.732
Total	1.059.631	1.024.220	1.033.491	950.529	1.041.877

XXII) Inadimplência por Distribuidora

ED-Roraima	
Classe de Consumo	Em R\$ mil
Residencial	12.548
Comercial	2.288
Industrial	690
Rural	522
Poder Público	25.377
Serviço Público	7.421
Iluminação Pública	2
TOTAL	48.848

ED-Alagoas	
Classe de Consumo	Em R\$ mil
Residencial	38.256
Comercial	29.767
Industrial	73.180
Rural	38.685
Poder Público	9.403
Serviço Público	12.856
Iluminação Pública	8.960
TOTAL	211.107

ED-Piauí	
Classe de Consumo	Em R\$ mil
Residencial	68.140
Comercial	44.543
Industrial	41.984
Rural	15.810
Poder Público	18.429
Serviço Público	103.623
Iluminação Pública	6.197
TOTAL	298.726

ED-Rondônia	
Classe de Consumo	Em R\$ mil
Residencial	38.613
Comercial	14.743
Industrial	14.519
Rural	7.671
Poder Público	10.341
Serviço Público	81.379
Iluminação Pública	15.617
TOTAL	182.883

ED-Acre	
Classe de Consumo	Em R\$ mil
Residencial	26.750
Comercial	10.697
Industrial	3.198
Rural	4.313
Poder Público	8.892
Serviço Público	43
Iluminação Pública	4.324
TOTAL	58.217

Amazonas Energia	
Classe de Consumo	Em R\$ mil
Residencial	47.752
Comercial	32.357
Industrial	96.821
Rural	2.316
Poder Público	39.314
Serviço Público	20.903
Iluminação Pública	2.633
TOTAL	242.096

2.5.7. Atendimento aos Clientes

Distribuição de Postos de Atendimento

Atualmente os canais utilizados pelas Empresas de Distribuição da Eletrobras estão disponibilizados aos clientes através do Callcenter e webservice, tal como o Ajuri Web, que possibilita ao cliente informações da sua leitura mensal, emitir faturas para pagamento e consulta de histórico de consumo, solicitar serviços de religação, de suspensão de energia elétrica, confirmação de leituras entre outros.

Há também que se relatar a existência de websites que possibilitam aos clientes informações importantes sobre a concessionária, tais como: licitações realizadas e a realizar, serviços e obras em andamento na área de concessão, divulgação dos desligamentos semanais para as manutenções programadas, etc.

Com relação à melhoria no atendimento, foram adquiridos Terminais de Auto Atendimento para as todas EDE, elevando para 54 o número de terminais de autoatendimento. Essa implantação possibilitou a ampliação do serviço de emissão de 2ª via para pagamento de faturas, influenciando significativamente a redução do tempo de espera junto à mesa de atendimento. Esses investimentos registram o montante de R\$400.000,00. Cabe ressaltar que, com relação ao Callcenter, há um processo em andamento para centralizar e otimizar o processo de atendimento para todas as Empresas de Distribuição da Eletrobrás.

XXIII) Distribuição de Postos de Atendimento

Descrição	2011	2010
Total de Consumidores	3.489.736	3.292.599
Total de Municípios Atendidos	463	463
Quantidade de Agência de Atendimento/Postos de Atendimento	526	351
Total de atendimentos Realizados (Agência e Postos)	2.569.731	2.750
Quantidade de Pontos de Atendimentos	526	162
Total de Ligações Atendidas (CTA's)	6.327.783	4.237.033

2.5.8. Investimentos

O investimento em 2011 reduziu em 1,4% em relação a 2010. Contudo, em relação ao orçamento aprovado, o investimento em 2011 teve um desempenho melhor. Enquanto em 2011 as Distribuidoras da Eletrobras realizaram 65,7% do orçamento aprovado, em 2010, essa relação foi de 48,3%. As empresas que obtiveram melhor resultado foram, respectivamente, a ED-Piauí que realizou 82,6% do orçamento aprovado, a ED-Roraima (75,3%), ED-Rondônia (70,1%) e Amazonas Energia (68,2%).

Para 2012 estão previstos investimentos da ordem de R\$ 2,3 bilhões concentrados principalmente em melhorias do sistema de transmissão e distribuição, combate às perdas e programa Luz para Todos.

Os investimentos em 2011 se concentraram, principalmente, no Programa Luz para Todos (44,8% do orçamento de investimento realizado), seguida pela Distribuição (25,0%) e Transmissão (15,1%).

XXIV) Investimento por Distribuidora

INVESTIMENTOS (R\$ milhões)						
	Roraima	Alagoas	Piauí	Rondônia	Acre	Amazonas Energia
2010	10,3	138,0	275,9	154,5	58,1	489,8
2011	32,7	86,1	300,0	148,3	39,8	503,8

2.5.9. Ebitda

XXV) Ebitda por Distribuidora

EBITDA (R\$ milhões)						
	Roraima	Alagoas	Piauí	Rondônia	Acre	Amazonas Energia
2010	-81,1	-35,1	-5,5	33,2	ND	-751,9
2011	-127,3	-47,9	99,1	-79,7	ND	11,1

2.5.10. Receita Operacional Líquida

XXVI) Receita Operacional Líquida por Distribuidora

Receita Operacional Líquida (R\$ milhões)						
	Roraima	Alagoas	Piauí	Rondônia	Acre	Amazonas Energia
2010	127,3	706,0	877,8	638,7	ND	1.519,9
2011	159,1	752,8	812,7	734,0	ND	1.611,7

2.5.11. Evolução do Lucro Líquido / Prejuízo Líquido

XXVII) Evolução do Lucro Líquido/Prejuízo Líquido por Distribuidora

Evolução do Lucro Líquido / Prejuízo (R\$ milhões)						
	Roraima	Alagoas	Piauí	Rondônia	Acre	Amazonas Energia
2010	-113,3	-44,1	-68,6	4,7	ND	-1.353,3
2011	-174,1	-45,3	41,6	-128,5	ND	-625,5

3. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Este item não se aplica nem a Eletrobras e nem ao Cepel.

4. Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Este item não se aplica nem a Eletrobras e nem ao Cepel.

5. Recursos Humanos

5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

ELETROBRAS

5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada

Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12 /2011

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	-	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)				
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	1.212	77	48
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	198	12	25
1.3. Servidores sem vínculo		30	10	4
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
3. Total de Servidores (1+2)	-	1.440	99	77

Fonte: Cadastro

Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12/2011

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro/2011
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	141
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	-
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	-
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	-
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	-
3.1. De ofício, no interesse da Administração	-
3.2. A pedido, a critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	-
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	94
4.1. Doença em pessoa da família	94
4.2. Capacitação	-
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	2
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	-
5.2. Serviço militar	-
5.3. Atividade política	-
5.4. Interesses particulares	2
5.5. Mandato classista	-
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	-
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	237

Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro 2011)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	-	-	-	-
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	-	-	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem vínculo	-	30	10	4
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções gratificadas	-	-	-	-
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	158	-	-
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	75	6	1
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	-	263	16	5

Fonte: Cadastro

Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12/11

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	214	332	251	338	77
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	0	0	2	9	11
3. Totais (1+2)	214	332	253	347	88

Fonte: Cadastro

Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	-	57	193	543	303	102	14
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	1	20	-	-	1
3. Totais (1+2)	-	-	-	57	194	563	303	102	15

LEGENDA
Nível de Escolaridade
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Cadastro

5.2. Composição do Quadro de Serviços Inativos e Presidente

Este item não se aplica a Eletrobras.

5.3. Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.8 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS – 2011

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes/2011				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior					
1.1 Área Fim					
1.2 Área Meio	218	222	221	212	2.075.411,81
2. Nível Médio					
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio	26	27	26	2	163.777,01
3. Total (1+2)	244	249	247	214	2.239.188,82

Fonte:

5.4 Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada

Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores											
Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	69.310.765,50	2.080.530,03	7.175.131,66	11.378.524,12	14.501.515,99	(*)	16.674.009,64	-	-	121.120.476,94
	2010	59.831.962,41	1.511.418,98	5.904.930,02	5.567.772,88	448.285,20	(*)	14.030.998,29	-	-	87.295.367,78
	2009	59.021.707,31	1.806.342,52	4.780.461,64	5.275.008,92	374.245,42	(*)	12.702.038,75	-	-	83.959.804,56
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011	11.617.875,88	431.180,04	1.019.218,41	1.103.088,57	2.422.334,91	(*)	2.226.427,27	-	-	18.820.125,08
	2010	6.483.719,49	630.571,76	454.981,79	526.301,13	309.489,63	(*)	1.607.828,56	-	-	10.012.892,36
	2009	6.855.368,05	686.466,16	378.088,94	477.515,30	313.469,61	(*)	1.304.189,26	-	-	10.015.097,32
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2011	10.074.693,34	-	894.675,34	743.025,47	1.114.092,19	(*)	1.233.454,56	-	-	14.059.940,90
	2010	8.675.227,04	-	27.750,93	672.161,79	232.318,13	(*)	1.112.053,34	-	-	10.719.511,23
	2009	7.044.488,47	-	20.901,98	465.026,96	133.146,14	(*)	712.959,11	-	-	8.376.522,66
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2011	23.487.053,83	7.789.995,67	2.957.636,92	3.325.528,17	2.745.196,65	(*)	5.513.033,87	-	-	45.818.445,11
	2010	20.874.349,78	6.065.437,11	2.043.477,33	1.885.522,43	250.090,52	(*)	5.380.134,69	-	-	36.499.011,86
	2009	19.390.087,63	4.726.849,46	1.910.986,04	1.728.145,93	114.684,76	(*)	4.832.028,96	-	-	32.702.782,78

Fonte:

Observações:

1 - Os requisitados não estão sendo contemplados, exceto nos casos de diretores;

2 - Os cedidos não apresentam ônus para a Eletrobras;

3 - Vínculos utilizados:

Membros de poder e agentes políticos

Não se aplica

Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão

Empregados

Servidores com Contratos Temporários

Não se aplica

Servidores Cedidos com ônus ou em Licença

Cedidos e/ou empregados de licença recebendo complementação pela Eletrobras

Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial

Não se aplica

Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior

Dirigentes da alta administração e cargos em comissão

Servidores ocupantes de Funções gratificadas

Empregados com funções gratificadas

(*) Benefícios Assistenciais e Previdenciários - Nos controles disponíveis

2009 - R\$ 11.384.306,30

2010 - R\$ 11.042.847,38

2011 - R\$ 10.642.454,51

Quadro A.5.9 – Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos da Unidade Jurisdicionada

Este item não se aplica a Eletrobras.

Quadro A.5.10 – Relação dos Empregados Terceirizados Substituídos em Decorrência da Realização de Concurso Público ou de Provimento Adicional Autorizados

Este item não se aplica a Eletrobras.

Quadro A.5.11 – Autorizações para Realização de Concursos Públicos ou Provimento Adicional para Substituição de Terceirizados

Este item não se aplica a Eletrobras.

QUADRO A.5.12 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS													
UG/Gestão:							CNPJ: 00.001.180/0002-07						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	V	O	ECE-448/2009	42.146.902/0001-80	12/02/2009	16/01/2012	129	129					E - Encerrado
2006	L	O	ECE-156/2005	04.737.058/0001-73	16/02/2006	10/07/2011	90	90	8	8	2	2	E - Encerrado
2011	L	O	ECE-DAC-671/2011	07.592.889/0001-92	11/07/2011	11/07/2013	85	85	03	03	01	01	A – Ativo Normal
Observações: Empresa Contratada: Vise Vigilância e Segurança Ltda - 42.146.902/0001-80 Área requisitante Departamento de Administração Geral - DAA Total de Contratados baseado no último Aditivo Contratual ECE-DAC-448-D-2011. ----- Empresa Contratada: Metta Up Serviços Gerais Ltda - 04.737.058/0001-73 Área requisitante Departamento de Administração Geral - DAA Total de Contratados baseado no último Aditivo Contratual ECE-156-J-2011. ----- Empresa Contratada: Habitual Higienização Ltda - 07.592.889/0001-92 Área requisitante Departamento de Administração Geral - DAA Total de Contratados baseado no Contrato ECE-DAC-671/2011.													
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte:

QUADRO A.5.13 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante																
Nome: Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS											CNPJ:					
UG/Gestão:																
Informações sobre os contratos																
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit			
					Início	Fim	F		M		S					
							P	C	P	C	P	C				
2010	PGB → (4)	Prestação de Serviços Terceirizados de Condução de Veículos Executivos de Diretoria por Profissionais Especializados a Serem Executados na Cidade de Brasília - DF →(O)	ECE-556/2010	PAULISTA SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA 04.248.842/0001-18	17/03/10	16/03/12					X					A
2010	DAA G → (7)	Prestação de Serviços de Recepcionistas, telefonistas, ajudante de armazém, supervisor de recepcionista/ telefonista e preposto do contrato, na Eletrobras, na cidade do Rio de Janeiro. → (O)	ECE-DAC-617/2010	UNIRIO MANUTENÇÃO E SERVIÇOS LTDA 36.529.998/0001-63	26/11/2010	25/11/2012					X					P
2010	DAG B → (14)	Contratação de Serviços de Contínuos → (O)	ECE-577/2010	EIMS EMPRESA IGUAÇU DE MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS LTDA 02.630.719/0001-31	05/05/2010	04/05/2012					X					P
2010	DAGS → (14)	Prestação de serviços especializados de regência de coral → (O)	ECE-600/2010	RIOACAPPELLA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA 04.130.335/0001-85	26/08/2010	25/08/2012					X					P
2010	DAA G → (14)	Prestação de serviços de agenciamento de viagens corporativas → (O)	ECE-DAC-605/2010	PROMOTIONAL TRAVEL VIAGENS E TURISMO LTDA 40.434.458/0001-73	14/09/2010	13/09/2012					X					P
2010	DAG	Prestação de serviços de	ECE-551/2010	CNS - NACIONAL DE	19/01/2010	18/01/2013							X			P

	B →(14)	secretariado executivo nas unidades organizacionais da Eletrobras na cidade do Rio de Janeiro → (O)		SERVIÇOS LTDA 33.285.255/0001-05											
2009	PGB →(14)	Prestação de serviços de secretariado executivo nas unidades organizacionais da Eletrobras em Brasília → (O)	ECE-471/2009	PLANALTO SERVICE LTDA 02.843.359/0001-56	08/06/2009	07/06/2012								X	P
2009	DAA G → (6)	Prestação de serviços de copa. Cozinha e restaurante nas dependências da Eletrobras, no Rio de Janeiro → (O)	ECE-459/2009	GUELLI COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE ALIMENTAÇÃO LTDA 73.416.083/0001-78	30/04/2009	29/04/2012							X		P
2009	PGU →(14)	Prestação de Serviços de Zeladoria nas Dependências da MCH Quebradentes → (O)	ECE-514/2009	JOB RECURSOS HUMANOS LTDA 02.095.393/0001-90	10/11/2009	09/11/2012							X		P
2008	DAA A → (11)	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de instalações prediais e equipamentos nas dependências da Eletrobras, no Rio de Janeiro. → (O)	ECE-411/2008	AIR TIME ENGENHARIA E INSTALAÇÕES LTDA 04.198.061/0001-66	04/11/2008	03/05/2012							X		P
2008	DAA G → (8)	Prestação de serviços de operação de equipamentos de reprografia nas dependências da Eletrobras, no Rio de Janeiro → (O)	ECE-398/2008	EIMS EMPRESA IGUAÇU DE MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS LTDA 02.630.719/0001-31	10/11/2008	09/11/2012							X		P
2010	DAÍ → (5)	Serviço de atendimento de Primeiro Nível para Service Desk → (O)	ECE-DAC-629/2010	PC SERVICE TECNOLOGIA LTDA 30.161.814/0001-79	11/01/2011	10/01/2013							X		P
2009	DAÍ → (5)	Prestação de serviços terceirizados de manutenção de hardware e software e suporte técnico de hardware e software em equipamentos de informática, com fornecimento de peças e componentes de reposição. → (O)	ECE-528/2009	PC SERVICE TECNOLOGIA LTDA 30.161.814/0001-79	27/11/2009	26/11/2012							X		P
2009	DAA	Prestação de serviços terceirizados	ECE-484/2009	EIMS EMPRESA	10/08/2009	09/08/2013							X		P

	G → (4)	de condução de veículos de diretoria por profissionais especializados → (O)		IGUAÇU DE MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS LTDA 02.630.719/0001-31											
2010	DAA G →(14)	Prestação de serviços de expedição e circulação de documentos → (O)	ECE-DAC-606/2010	EIMS EMPRESA IGUAÇU DE MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS LTDA 02.630.719/0001-31	01/10/2010	30/09/2012							X		P
2009	PGB →(1,4,6,7,14)	Prestação de serviços de limpeza e conservação, de copeiragem, de motorista, de recepção e serviços de tramitação de documentos, nas dependências da Eletrobrás, em Brasília, situadas no SCN- quadra 4 - bloco b - pétala c - salas 203 e 703. → (O)	ECE-485/2009	PLANALTO SERVICE LTDA 02.843.359/0001-56	01/08/2009	31/07/2012							X		P
2008	DAAT → (14)	Contratação de serviços de massagem, para contratação de serviços de desenvolvimento e execução de ginástica laboral a serem prestados na Eletrobras. → (O)	ECE-394/2008	ESTAÇÃO SERVIÇOS DE MASSAGEM LTDA ME 05.877.704/0001-60	15/09/2008	14/09/2012							X		P
2009	DAÍ →(5)	Prestação de Serviços Técnicos de Consultoria para Implantação do Sistema de Gestão Integrada Sap-Erp Versão Ecc 6.0 na Eletrobras. → (E)	ECE-483/2009	POLITEC TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A 01.645.738/0001-79	03/08/2009	02/12/2011							X		P
2007	DAÍ →(5)	Serviços De Help-Desk De Informática Nas Dependências Da Eletrobrás. → (O)	ECE-266/07	Calma Informática Ltda. 00.869.125/0001-52	01/02/2007	31/01/2011							X		E
2009	DAA G →(14)	Serviços de expedição e circulação de documentos a serem prestados nas dependências da Eletrobrás, na cidade do Rio de Janeiro. → (O)	ECE-444/09	Fatta Prestação De Serviços Gerais Sc Ltda 02.295.226/0001-92	10/02/2009	12/02/2011							X		E
Observações:															

LEGENDA

Área:

1. Conservação e Limpeza;
2. Segurança;
3. Vigilância;
4. Transportes;
5. Informática;
6. Copeiragem;
7. Recepção;
8. Reprografia;
9. Telecomunicações;
10. Manutenção de bens móveis
11. Manutenção de bens imóveis
12. Brigadistas
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
14. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte:

5.6. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

- Rotatividade (*turnover*);

O índice de turnover na Eletrobras em 2011 foi de 5,16%.

- Absenteísmo

O índice de absenteísmo na Eletrobras em 2011 foi de 20,67%.

- Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais;

Aconteceram 3 (três) Acidentes de Trabalho com afastamento em 2011 e nenhuma doença ocupacional.

- Aposentadoria *versus* reposição do quadro.

Não houve reposição do quadro de pessoal em função de aposentadoria.

CEPEL

A) COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	570	501		7
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	570	501		7
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	570	495		7
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		6		
2. Servidores com Contratos Temporários				
2. Cargo em Comissão (sem Vínculo)	5	5	1	
4. Total de Servidores (1+2+3)	575	506	1	7

Fonte: RELATÓRIO GERENCIAL – DGP

Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	29
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	
1.2. Exercício de Função de Confiança	29
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-graduação Stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	
3.1. De ofício, no interesse da Administração	
3.2. A pedido, a critério da Administração	
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	2
4.1. Doença em pessoa da família	
4.2. Capacitação	2
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	
5.2. Serviço military	
5.3. Atividade política	
5.4. Interesses particulares	
5.5. Mandato classista	
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	31

Fonte: RELATÓRIO GERENCIAL – DGP

Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	5	5	1	
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior				
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão				
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
1.2.4. Sem vínculo	5	5	1	
1.2.5. Aposentados				
2. Funções gratificadas				
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão				
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	5	5	1	

Fonte: RELATÓRIO GERENCIAL – DGP

Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	21	80	132	215	47
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	21	80	132	215	47
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provimento de cargo em comissão			1	2	2
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior			1	2	2
2.3. Funções gratificadas					
3. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	1	3	1	
4. Totais (1+2+3)	22	81	136	218	49

Fonte: RELATÓRIO GERENCIAL – DGP

Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo			3	50	151	139		90	62
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira			3	50	151	139		90	62
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provimento de cargo em comissão						3			2
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior						3			2
2.3. Funções gratificadas									
3. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas					2		3	1	
4. Totais (1+2+4)			3	50	153	142	3	91	64

LEGENDA**Nível de Escolaridade**

1 – Analfabeto; 2 – Alfabetizado sem cursos regulares; 3 – Primeiro grau incompleto; 4 – Primeiro grau; 5 – Segundo grau ou técnico; 6 – Superior; 7 – Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 – Não Classificada.

B) COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS**Quadro A.5.6 – Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação apurada em 31/12**

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	8	
1.1 Voluntária		
1.2 Compulsória		
1.3 Invalidez Permanente	8	
1.4 Outras		
2. Proporcional		
2.1 Voluntária		
2.2 Compulsória		
2.3 Invalidez Permanente		
2.4 Outras		
3. Totais (1+2)	8	

Fonte: RELATÓRIO GERENCIAL – DGP

Quadro A.5.7 – Composição do Quadro de Instituidores de Pensão – Situação apurada em 31/12

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	N/A	
1.1. Integral		
1.2. Proporcional		
2. Em Atividade		
3. Total (1+2)		

Fonte:

C) COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	105	103	109	99	1.063.342
1.1 Área Fim	43	44	48	41	
1.2 Área Meio	62	59	61	58	
2. Nível Médio	9	9	8	7	84.352
2.1 Área Fim	8	7	7	6	
2.2 Área Meio	1	2	1	1	
3. Total (1+2)	114	112	117	106	1.147.694

Fonte: RELATÓRIO GERENCIAL – DGP

D) CUSTOS ASSOCIADOS À MANUTENÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimen- tos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despe- sas de Exercí- cios Ante- riores	Decisões Judiciais	Total	
		Retri- buiões	Grati- ficações	Adicionai- s	Inde- niza- ções	Benefícios Assistenci- ais e previdenci- ários	Demais despesas variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	2010	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	2009	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	38.148.998	N/A	N/A	8.905.989	N/A	5.937.913	14.932.880	N/A	0	67.925.780,00
	2010	36.080.167	N/A	N/A	8.208.813	N/A	4.757.228	13.925.414	N/A	226.900,31	63.198.522,31
	2009	31.864.000	N/A	N/A	7.401.000	N/A	5.296.718	11.767.662	N/A	54.646,60	56.384.026,60
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	2010	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	2009	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011	146.539	N/A	N/A	62.660	N/A	1.697	56.267	N/A	N/A	267.163,00
	2010	118.025	N/A	N/A	69.625	N/A	8.499	71.334	N/A	N/A	267.483,00
	2009	110.945	N/A	N/A	73.135	N/A	418	25.485	N/A	N/A	209.983,00
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	2010	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	2009	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2011	969.117	N/A	N/A	42.881	N/A	2.538	113.473	N/A	N/A	1.128.009,00
	2010	826.400	N/A	N/A	42.763	N/A	9.902	184.987	N/A	N/A	1.064.052,00
	2009	810.000	N/A	N/A	34.000	N/A	9.970	160.471	N/A	N/A	1.014.441,00
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2011	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	2010	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	2009	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Fonte: RELATÓRIO GERENCIAL – DGP e Pastas de Reclamações Trabalhistas de Ações Encerradas

E) LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA MEDIANTE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA PELA UJ

Quadro A.5.9 – Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano De Cargos Da Unidade Jurisdicionada

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
Profissional de Nível Superior Analista de Contratos - Elaborar editais, contratos e termos aditivos; Elaborar pesquisa de mercado, justificativa técnica e especificações de serviço; Acompanhamento dos contratos; Efetuar publicações de editais, contratos e termos aditivos na imprensa oficial	2	2	1	-	-
Assessor Especializado - Elaboração de documentação para cotação de material; Tomada de Cotação; Pedido e atualização de Invoice; Análise de valores RCP/Invoice de acordo com os procedimentos internos; Emissão de PO e ; Cadastro de fornecedores internacionais; Elaboração de documentação para cotação de Frete Interno e Internacional; Enquadramento dos equipamentos no Sistema Harmonizado (NCM); Utilização do SISCOMEX para elaboração de LI s; Solicitação de embarque de material; Instrução para fechamento de câmbio e abertura de Carta de Credito. Tradução e interpretação de documentos, cartas, telefonemas. Tradução, conferência e ajuste de editais e contratos de Concorrência Internacional. (Inglês - Português, Português - Inglês); Elaboração e conferência de relatórios de RCP's (RCPs FINEP; Acompanhamento de Verba CNPq; Projetos CNPq X RCP's...); Conferência e ajuste dos Cadernos de Projeto a serem submetidos ao Conselho; Acompanhamento e controle da verba concedida pelo CNPq destinada para importações com isenção fiscal	1	1	1	-	-
Assistente Administrativo - Elaborar correspondências internas e externas, gráficos demonstrativos e relatórios gerenciais diversos, referentes à sua área de atuação; utilizar sistemas e bancos de dados internos; realizar contato e atendimento a empregados, representantes de outras empresas e/ou fornecedores, visando a contratação de serviços, fornecendo e colhendo informações e/ou esclarecendo dúvidas	2	2	2	-	-
Supervisor Administrativo - Coordenar e supervisionar as atividades dos demais contratados, conforme orientação do CEPTEL; coordenar a elaboração de relatórios gerenciais; participar no planejamento e controle dos cronogramas de atividades de sua área de atuação; participar na elaboração de especificações para a contratação de serviços	0	1	1	-	1
Supervisor de Fiscalização - Coordenar e supervisionar as atividades de fiscalização de contratos, zelando pelo cumprimento das obrigações trabalhistas e tributárias; Analisar e conferir os processos de pagamentos das empresas terceirizadas; Participar de reuniões com representantes das contratadas; Emitir relatórios, Termos de Referência e Justificativas Técnicas para licitações	1	1	1	-	-
Análise crítica da situação da terceirização no órgão					
Os Prestadores de Serviços relacionados acima estão no Termo de Ajuste de Conduta-TAC nº 279/2005, e serão substituídos a partir da realização de seleção pública, conforme programado com o Ministério Público do Trabalho.					

Fonte: Contrato 02/043/06 com a empresa VP Serviços Terceirizados Ltda.

Quadro A.5.10 – Relação dos Empregados Terceirizados Substituídos em Decorrência da Realização de Concurso Público ou de Provedimento Adicional Autorizados

Não houve admissão de empregados no exercício de 2011 e 2010.

Quadro A.5.11 – Autorizações para Realização de Concursos Públicos ou Provedimento Adicional para Substituição de Terceirizados

Tendo em vista a natureza jurídica do cepel, uma associação civil sem fins lucrativos, regida pelo seu estatuto e pelo código civil brasileiro, entendemos que o item não é aplicável ao cepel. Outrossim, informamos que não houve seleção pública no exercício de 2011.

Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPTEL													
UG/Gestão: DLO							CNPJ: 42.288.886/0001-60						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2008	V	O	02/058/08	02.060.306/0001-69	22/10/2008	21/10/2012	62	36	-	25	-	1	P
2010	L	O	02/046/10	08.901.884/0001-67	05/07/2010	04/07/2012	50	49	-	1	-	-	A
2010	L	O	02/076/10	02.182.621/0001-69	15/12/2010	14/12/2012	11	9	-	1	-	-	A

Observação: Esta planilha contempla os contratos de serviço de manutenção de áreas verdes.

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado
Quantidade de Trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Controle de Contratos (Fiscalização)

Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPEL													
UG/Gestão: DLO							CNPJ: 42.288.886/0001-60						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	1	O	02/043/06	04.607.444/0001-40	13/01/2007	22/03/2012	31	5	-	20	-	5	P
2007	6	O	02/050/07	33.621.319/0001-93	01/10/2007	30/09/2012	16	16	-	-	-	-	P
2009	1	O	02/077/09	00.491.542/0001-04	01/11/2009	31/10/2011	-	-	-	-	8	6	E
2010	7	O	02/042/10	02.566.106/0001-82	01/08/2010	29/02/2012	14	9	1	6	1	1	P
2010	7	O	02/045/10	02.566.106/0001-82	01/09/2010	31/08/2011	13	9	-	4	-	-	E
2010	1	O	02/034/10	09.060.537/0001-11	01/06/2010	31/05/2012	5	4	-	1	-	-	P
2011	7	O	02/057/11	02.566.106/0001-82	01/09/2011	31/08/2012	13	9	-	4	-	-	A
2011	1	O	02/059/11	07.579.905/0001-07	01/11/2011	31/10/2012	-	-	-	-	8	5	A

Observação:

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo - Menores Aprendizizes;
7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado

Quantidade de Trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Controle de Contratos (Fiscalização)

F) INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

O Departamento de Gestão de Pessoas – DGP é a Unidade do Cepel que registra e disponibiliza os indicadores sobre Recursos Humanos.

Esclarecemos que o Cepel faz parte do Sistema Eletrobrás e que há um estudo em andamento para unificação dos indicadores de Recursos Humanos no âmbito deste Sistema, visando seus monitoramentos e aplicações de ações em relação aos resultados dos mesmos.

A seguir, apresentamos as informações dos indicadores solicitados para integrarem o Relatório de Gestão 2011, com registro no DGP:

● **Absenteísmo:**

O indicador utilizado para gerenciar este aspecto é o Índice de Absenteísmo – IDA. Tem como objetivo medir a taxa de ausência ao trabalho no período a partir da fórmula $[(\text{N}^\circ \text{ de horas de ausência ao trabalho no período} / \text{N}^\circ \text{ de horas potenciais de trabalho}^{(1)} \text{ no período}) * 100]$, através dos parâmetros Total de horas de ausência ao trabalho no período e Total de horas potenciais de trabalho no período.

⁽¹⁾ Horas Potenciais de Trabalho: $\{\text{Total de empregados} \times \text{Hora diária de trabalho} \times \text{dias úteis de trabalho (ano, mês)}\}$.

● **Acidentes de Trabalho:**

O indicador utilizado para gerenciar este aspecto é o Índice de Acidentes de Trabalho com Afastamento - IAT.

Tem como objetivo medir a frequência com que ocorrem acidentes de trabalho em relação ao número de horas trabalhadas no período a partir da fórmula $(\Sigma \text{ de Acidentes de Trabalho com afastamento} / \text{N}^\circ \text{ de horas trabalhadas})$, através dos parâmetros Total de Acidentes de Trabalho com Afastamento e Total de Horas Trabalhadas no período.

● **Doenças Ocupacionais:**

Não se utiliza indicador relacionado a esse aspecto.

● **Rotatividade (*turnover*):**

O indicador utilizado para gerenciar este aspecto é o Índice de Saída de Empregados - ISE. Tem como objetivo medir e acompanhar a saída dos empregados efetivos, a fim de estabelecer políticas adequadas para o gerenciamento desta categoria de colaborador a partir da fórmula $[(\Sigma \text{ de Saídas de Empregados no Ano} / \text{Média Anual de Empregados}) * 100]$, através dos parâmetros Número total de desligamentos de empregados efetivos no ano de referência e Média anual do quadro de empregados efetivos do Cepel no ano de referência.

● **Educação Continuada:**

O indicador utilizado para gerenciar este aspecto é o Índice de Treinamento - IT. Tem como objetivo medir o número de horas em treinamento, considerando a participação em cursos, seminários e congressos, estágios e intercâmbios, comprovadamente em registros formais,

com exceção das horas referentes à pós-graduação a partir da fórmula (Σ de Horas de Educação e Treinamento no Ano / Média de Empregados Efetivos no Ano), através dos parâmetros N°. total de horas de treinamento investidas em cursos, seminários e congressos, estágios e intercâmbios, comprovadamente em registros formais, com exceção das horas referentes à pós-graduação no período e Média de empregados efetivos no ano.

- **Satisfação e Motivação:**

Não se utiliza indicador relacionado a esse aspecto.

- **Disciplina:**

Não se utiliza indicador relacionado a esse aspecto.

- **Desempenho Funcional:**

Não se utiliza indicador relacionado a esse aspecto.

- **Demandas Trabalhistas:**

Não se utiliza indicador relacionado a esse aspecto

- **Níveis Salariais:**

Para gerenciar este aspecto são utilizados os seguintes Indicadores:

→ Amplitude Salarial – AS

Tem como objetivo medir o quanto a remuneração mais elevada é superior à remuneração mais baixa a partir da fórmula (Remuneração Individual Bruta mais Elevada/Remuneração Individual Bruta mais Baixa), através dos parâmetros Remuneração bruta fixa mais elevada e Remuneração bruta fixa mais baixa.

→ Amplitude Salarial dos Empregados (exceto Diretores, Gerentes e Supervisores) – ASE

Tem como objetivo medir o quanto a remuneração mais elevada dos empregados (exceto Diretores, Gerentes e Supervisores) é superior à remuneração mais baixa dos empregados (exceto Diretores, Gerentes e Supervisores), a partir da fórmula {Remuneração Individual Bruta mais Elevada dos Empregados (exceto Diretores, Gerentes e Supervisores)/ Remuneração Individual Bruta mais Baixa dos Empregados (exceto Diretores, Gerentes e Supervisores)}, através dos parâmetros Remuneração bruta fixa ⁽²⁾ mais elevada dos Empregados (exceto Diretores, Gerentes e Supervisores e Remuneração bruta fixa mais baixa dos Empregados (exceto Diretores, Gerentes e Supervisores).

→ Amplitude Salarial da Categoria de Gerentes e Supervisores – ASG

Tem como objetivo Medir o quanto a remuneração mais elevada da categoria de Gerentes e Supervisores é superior à remuneração mais baixa da categoria de Gerentes e Supervisores a partir da fórmula (Remuneração Individual Bruta mais Elevada da categoria de Gerentes e Supervisores / Remuneração Individual Bruta mais Baixa da categoria de Gerentes e Supervisores), através dos

parâmetros Remuneração bruta fixa ⁽²⁾ mais elevada da categoria de Gerentes e supervisores e Remuneração bruta fixa mais baixa da categoria de Gerentes e Supervisores.

→ Amplitude Salarial da Categoria de Diretores – ASD

Tem como objetivo medir o quanto a remuneração mais elevada da categoria de Diretores é superior à remuneração mais baixa da categoria de Diretores a partir da fórmula (Remuneração Individual Bruta mais Elevada da categoria de Diretores / Remuneração Individual Bruta mais Baixa da categoria de Diretores), através dos parâmetros Remuneração bruta fixa ⁽²⁾ mais elevada da categoria de Diretores e Remuneração bruta fixa mais baixa da categoria de Diretores.

⁽²⁾ Remuneração Bruta Fixa: Salário Base + ATS + Periculosidade + Insalubridade + Penosidade + NC/RH-025 + NC/RH-028. (Não levar em consideração PR + Férias)

6. Transferências mediante convênio, contrato de repasse e outros acordos

6.1. Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício

ELETRORBRAS

PGR – Departamento de Responsabilidade Social

QUADRO A.6.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETRORBRAS									
CNPJ: 00.001.180/0002-07				UG/GESTÃO: PGR					
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício (antes 2011)	Início	Fim	
1	ECV-235/2007	72.060.999/0001-75	R\$ 352.800,00	R\$ 120.400,00	R\$ 17.640,00	R\$ 352.800,00	06.02.07	05.02.11	4
1	ECV- 290/2009 / ECV-290-A/2010 / ECV-290-B/2010	08.783.132/0001-49	R\$ 238.000,00	R\$ 42.000,00	R\$ 0,00	R\$ 166.600,00	05.06.09	04.03.11	2
1	ECV- 305/2009 / ECV-305-A/2010	05.420.357/0001-42	R\$ 200.000,00	R\$ 39.385,21	R\$ 874,66	R\$ 190.874,66	27.10.09	26.04.11	4
1	ECV-310/2009	06.154.380/0001-03	R\$ 352.825,86	R\$ 60.000,00	R\$ 73.284,50	R\$ 379.571,44	02.01.10	29.02.12	4
1	ECV-313/2010	07.880.257/0001-24	R\$ 200.000,00	R\$ 24.000,00	R\$ 9.196,92	R\$ 199.196,92	08.02.10	07.04.11	4
1	ECV-318/2010	02.287.214/0001-16	R\$ 399.501,00	R\$ 70.188,32	R\$ 63.157,45	R\$ 222.957,45	01.06.10	30.09.11	4
1	ECV-319/2010 / ECV-319-A-2011	73.316.457/0001-83	R\$ 332.956,00	R\$ 40.888,00	R\$ 157.353,10	R\$ 328.569,10	31.05.10	30.05.11	4
1	ECV 320/2010 / ECV-320-A/2010	39.259.098/0001-31	R\$ 467.070,00	R\$ 23.111,41	R\$ 246.492,21	R\$ 466.015,11	26.06.10	25.08.11	4
1	ECV-321/2010	06.085.782.0001-95	R\$ 277.738,00	R\$ 111.336,00	R\$ 122.232,87	R\$ 261.102,87	02.08.10	01.10.11	1
1	ECV-323/2010	09.304.106/0001-53	R\$ 249.996,90	R\$ 30.000,00	R\$ 76.526,02	R\$ 216.256,42	11.08.10	10.11.11	4
1	ECV-235/2007	72.060.999/0001-75	R\$ 352.800,00	R\$ 120.400,00	R\$ 17.640,00	R\$ 352.800,00	06.02.07	05.02.11	4
1	ECV- 290/2009 / ECV-290-A/2010 / ECV-290-B/2010	08.783.132/0001-49	R\$ 238.000,00	R\$ 42.000,00	R\$ 0,00	R\$ 166.600,00	05.06.09	04.03.11	2

1	ECV- 305/2009 / ECV-305-A/2010	05.420.357/0001-42	R\$ 200.000,00	R\$ 39.385,21	R\$ 874,66	R\$ 190.874,66	27.10.09	26.04.11	4
1	ECV-310/2009	06.154.380/0001-03	R\$ 352.825,86	R\$ 60.000,00	R\$ 73.284,50	R\$ 379.571,44	02.01.10	29.02.12	4
1	ECV-313/2010	07.880.257/0001-24	R\$ 200.000,00	R\$ 24.000,00	R\$ 9.196,92	R\$ 199.196,92	08.02.10	07.04.11	4
1	ECV-318/2010	02.287.214/0001-16	R\$ 399.501,00	R\$ 70.188,32	R\$ 63.157,45	R\$ 222.957,45	01.06.10	30.09.11	4
1	ECV-319/2010 / ECV-319-A-2011	73.316.457/0001-83	R\$ 332.956,00	R\$ 40.888,00	R\$ 157.353,10	R\$ 328.569,10	31.05.10	30.05.11	4
1	ECV 320/2010 / ECV-320-A/2010	39.259.098/0001-31	R\$ 467.070,00	R\$ 23.111,41	R\$ 246.492,21	R\$ 466.015,11	26.06.10	25.08.11	4
1	ECV-321/2010	06.085.782.0001-95	R\$ 277.738,00	R\$ 111.336,00	R\$ 122.232,87	R\$ 261.102,87	02.08.10	01.10.11	1
1	ECV-323/2010	09.304.106/0001-53	R\$ 249.996,90	R\$ 30.000,00	R\$ 76.526,02	R\$ 216.256,42	11.08.10	10.11.11	4
1	ECV-324/2010 ECV-324-A/2011	07.005.221/0001-00	R\$ 54.821,52	R\$ 48.897,91	R\$ 0,00	R\$ 0,00	10.08.10	08.04.12	1
1	ECV-326/2010	04.132.132/0001-28	R\$ 378.840,00	R\$ 28.760,00	R\$ 227.070,28	R\$ 378.606,28	20.08.10	19.10.11	4
1	ECV-322/2010	05.647.308/0001-47	R\$ 70.067,82	R\$ 28.800,00	R\$ 66.564,43	R\$ 66.564,43	12.08.10	11.04.11	4
1	ECV-325/2010	27.219.757/0001-27	R\$ 103.419,00	R\$ 63.690,28	R\$ 48.089,41	R\$ 99.798,41	10.08.10	09.11.11	4
1	ECV-327/2010	07.349.595/0001-34	R\$ 298.328,38	R\$ 64.000,00	R\$ 130.410,45	R\$ 282.557,92	03.09.10	02.02.12	4
1	ECV-328/2010	07.644.312/0001-87	R\$ 31.913,25	R\$ 15.423,10	R\$ 30.489,68	R\$ 30.489,68	08.09.10	07.04.11	4
1	ECV-330/2010	06.248.775/0001-67	R\$ 281.405,85	R\$ 83.859,00	R\$ 100.166,52	R\$ 240.869,45	28.08.10	27.08.11	1
1	ECV-331/2010	04.819.623/0001-47	R\$ 36.413,91	R\$ 15.423,10	R\$ 36.413,91	R\$ 36.413,91	14.10.10	13.05.11	4
1	ECV-329/2010 ECV-329-A/2011	07.932.357/0001-57	R\$ 195.730,90	R\$ 62.538,60	R\$ 188.212,70	R\$ 188.212,70	01.09.10	30.09.11	1
1	ECV-334/2010	10.896.246/0001-47	R\$ 86.569,16	R\$ 88.060,25	R\$ 83.134,16	R\$ 83.134,16	08.11.10	07.01.12	1
1	ECV- PGR 002/2010	09.115.652/0001-46	R\$ 368.688,47	R\$ 96.502,32	R\$ 65.996,78	R\$ 284.810,90	17.12.10	16.02.12	1
1	ECV- PGR 001/2010	04.089.250/0001-09	R\$ 100.073,20	R\$ 51.096,00	R\$ 33.208,26	R\$ 66.565,99	04.11.10	03.01.12	1
1	ECV- PGR 003/2010 ECV-PGR 003A/2011	07.492.504/0001-15	R\$ 74.141,65	R\$ 16.995,61	R\$ 73.846,35	R\$ 73.846,35	30.12.10	29.06.11	1
1	ECV-PGR- 001/2011	05.534.343/0001-50	R\$ 530.000,00	R\$ 84.000,00	R\$ 495.602,14	R\$ 495.602,14	07.02.11	06.04.12	1
1	ECV-PGR- 002/2011	04.189.038/0001-05	R\$ 277.580,16	R\$46.410,40	R\$ 232.217,16	R\$ 232.217,16	11.04.11	10.04.12	1
1	ECV-PGR- 003/2011	11.310.332/0001-99	R\$ 44.713,00	R\$3.303,10	R\$ 44.173,09	R\$ 44.173,09	28.04.11	26.11.12	4

1	ECV-PGR-004/2011	02.045.184/0001-31	R\$ 77.599,99	R\$ 70.279,00	0,00	0,00	26.08.11	25.05.12	1
1	ECV-PGR-005/2011	05.138.730/0001-77	R\$530.000,00	R\$183.800,00	R\$ 494.000,00	R\$ 494.000,00	18.07.11	17.10.12	1
1	ECV-PGR-006/2011	42.181.172/0001-59	R\$ 317.980,00	R\$ 42.494,00	R\$ 317.980,00	R\$ 317.980,00	10.08.11	09.08.12	1
1	ECV-PGR-007/2011	08.513.151/0001-55	R\$ 189.802,14	R\$ 95.000,00	R\$ 92.525,76	R\$ 92.525,76	14.11.11	13.03.12	1
1	ECV-PGR-008/2011	39.259.098/0001-31	R\$ 299.332,30	R\$ 79.732,83	R\$ 119.732,92	R\$ 119.732,92	12.12.11	11.03.13	1

Fonte:

Observações:

A – O montante total repassado ao conveniente foi de R\$11.201.220,50. Entretanto, na prestação de contas final houve a devolução de R\$6.661.890,64 ao concedente.

Quadro A.6.2 – Resumo Dos Instrumentos Celebrados Pela Uj Nos Três Últimos Exercícios.

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Centrais Elétricas Brasileiras S.A. Eletrobras						
CNPJ: 00.001.180/0002-07				UG/GESTÃO: PGR		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2009	2010	2011	2009	2010	2011
Convênio	14	20	8	3.780.811,81	2.975.464,08	3.646.591,73
Contrato de Repasse	0	0	0		0,00	0,00
Termo de Parceria	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Termo de Cooperação	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Termo de Compromisso	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Totais	14	20	8	3.780.811,81	2.975.464,08	3.646.591,73

Fonte: Eletrobras – Departamento de Responsabilidade Social e Projetos com a Sociedade

Quadro A.6.3 – Resumo dos Instrumentos de Transferência que Vigerão em 2012 e Exercícios Seguintes.

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Centrais Elétricas Brasileiras S.A. Eletrobras					
CNPJ: 00.001.180/0002-07			UG/GESTÃO: PGR		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	14	3.528.314,18	2.892.871,48	662.188,28	81,4%
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	14	3.528.314,18	2.892.871,48	635.442,70	81,4%

Fonte: Eletrobras – Departamento de Responsabilidade Social e Projetos com a Sociedade

Quadro A.6.4 – Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas Pela UJ na Modalidade de Convênio e de Contratos de Repasse.

Unidade Concedente						
Nome: Centrais Elétricas Brasileiras S. A. Eletrobras						
CNPJ: 00.001.180/0002-07			UG/GESTÃO: PGR			
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)			
			Convênios	Contratos de Repasse		
2011	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		3	-	
		Montante Repassado		1.066.741,00	-	
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade		15	-
			Montante Repassado (R\$)		2.944.311,73	-
		Contas NÃO prestadas	Quantidade		5	-
			Montante Repassado (R\$)		625.919,02	-
2010	Contas prestadas	Quantidade		19	-	
		Montante Repassado (R\$)		3.324.237,17	-	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		3	-	
		Montante Repassado (R\$)		370.930,00	-	
2009	Contas prestadas	Quantidade		20	-	
		Montante Repassado (R\$)		2.975.767,19	-	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		2	-	
		Montante Repassado (R\$)		230.030,29	-	
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade		-	-	
		Montante Repassado (R\$)		-	-	

Fonte: Eletrobras – Departamento de Responsabilidade Social e Projetos com a Sociedade

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Centrais Elétricas Brasileiras S.A. Eletrobras					
CNPJ: 00.001.180/0002-07			UG/GESTÃO: PGR		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas			38	-
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas	-	-
			Contas Não analisadas	-	-
		Montante repassado (R\$)		-	-
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	31	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
Contas NÃO analisadas		Quantidade	6	-	
Montante repassado (R\$)		128.809,57	-		
2010	Quantidade de contas prestadas			32	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		31	-
		Quantidade Reprovada		1	-
		Quantidade de TCE		-	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-
Montante repassado (R\$)		-	-		
2009	Quantidade de contas prestadas			27	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		26	-
		Quantidade Reprovada		1	-
		Quantidade de TCE		-	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-
Montante repassado		-	-		
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-
		Montante repassado		-	-

Fonte: Eletrobras – Departamento de Responsabilidade Social e Projetos com a Sociedade

6.3.1 Análise Crítica

- Diante de não conformidades de despesas ou sua comprovação irregular, são realizadas glosas de valores para repasse, com vistas à regularização da situação. Diante de situação de inadimplência em razão de débitos fiscais, é imediatamente suspenso o repasse de valores firmados no âmbito do convênio. Se a inadimplência for relacionada ao atraso na entrega da prestação de contas, são tomadas providências com vistas à advertência verbal e escrita para que seja justificado o atraso. Não obstante a prestação de contas, sempre é aferida, mesmo com atraso. Para o caso de não ser apresentada a prestação de contas, a Eletrobras possui uma rotina formal de abertura de processo administrativo e também a propositura de ação judicial, se necessário, para a recuperação do débito.
- Referente Art. 35 do Decreto 93.872/86 e do Art. 12 do Decreto 7.445/2011, não são aplicáveis a Eletrobras.
- Observando o Quadro A.6.2 é possível afirmar que o número de convênios celebrados em 2009 foi de 14. Em 2010 foram firmados 20 convênios. Já em 2011, a Eletrobras firmou 8 Convênios de Responsabilidade Social. E sobre o valor repassado, é importante esclarecer que

muitas vezes ocorrem transferências de valores referidos a convênios celebrados nos anos anteriores.

- Desde fevereiro de 2009 foi criada a Divisão de Acompanhamento de Contratos e Convênios de responsabilidade do Departamento de Responsabilidade Social e Projetos com a Sociedade. A criação desta Divisão teve como objetivo, dentre outros, segregar as funções de gestão e prestação de contas dos contratos e convênios, garantindo maior controle e confiabilidade das informações. Esta Divisão conta com profissionais formados em administração e em técnicas contábeis. Mesmo antes desta reestruturação, a área gestora de convênios sempre realizou prestação de contas e manteve o procedimento de visitar in loco todos os convênios celebrados, pelo menos uma vez, durante sua execução, de forma a constatar a regularidade da aplicação dos recursos, do cronograma previsto e das contrapartidas negociadas.
- Em relação às prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2011, e observando os Quadros A.6.4 e A.6.5. (Em 2009/2010 a análise da planilha 6.4 levou em consideração o nº de parcelas pagas referente aos Convênios celebrados. Esta informação encaminhada em 2011 foi mantida). Já os dados referidos a 2011 obedecem ao somatório do nº de Convênios firmados pela Companhia. Verifica-se uma pequena quantidade de contas não prestadas – duas em 2009 e três em 2010. Já em 2011, ocorreu que 5 convênios tiveram prestação de contas vencidas e ainda não finalizadas antes de 31/12/2011, porém 4 já foram prestadas e não encontram-se mais pendentes, estão em análise. Em relação ao processo de análise da prestação de contas, foi possível verificar que de todas as contas que foram analisadas somente duas contas distribuídas nos anos de 2009 e 2010 foram reprovadas, de um total de 97 contas prestadas (vide formulário A.6.5). Com relação a essas contas não aprovadas, está em andamento a abertura de processo administrativo para recuperação de valores.
- Foi percebido pelo Eletrobras ao considerar as atividades relacionadas aos convênios, e volume de recursos, a necessidade de implantação de um sistema, formato plataforma única e operacional, de acesso aos usuários da Unidade Gestora (PGR) com vistas a uma obtenção de maior confiabilidade para registro e controle de dados.
- Sobre a Fiscalização in loco, é feita por meio de visitas técnicas realizadas com certa regularidade e periodicidade pelos gestores e fiscais dos respectivos convênios. É importante frisar, que a UJ possui formulários padronizados que são utilizados para cada ação informada.

DG – Diretoria de Geração

QUADRO A.6.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS									
CNPJ: 00.001.180/0002-07				UG/GESTÃO: DG					
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício (antes 2011)	Início	Fim	
1	ECV- 250/2007 (Aditivo ECV-250-A/2009)	Centrais Elétricas do Norte do Brasil - ELETRONORTE (00.357.038/0001-16)	13.502.820,50	11.201.220,50	0,00	11.201.220,50 ^(A)	19/12/07	19/12/10	4
1	ECV- 277/2008 (Aditivos ECV-277-A/2010, ECV-277-B/2010)	IGJ: 1.346, código argentino	R\$58.521.470,00 Composto por R\$27.604.500,00 (taxa de câmbio vigente em 06/08/2008 – DEL-104/2008) + R\$30.916.970,00 (taxa de câmbio vigente em 18/06/2010 – RES-744/2010)	R\$29.260.735,00 Composto por R\$13.802.250,00 (taxa de câmbio vigente em 06/08/2008 – DEL-104/2008) + R\$15.458.485,00 (taxa de câmbio vigente em 18/06/2010 – RES-744/2010)	1.443.302,14	2.710.842,82	01/09/08	01/09/14	1
1	ECV- 303/2009 (Aditivos ECV-303-A/2010, ECV-303-B/2010)	IGJ: 1.346, código argentino	R\$53.998.570,00 Composto por R\$25.208.000,00 (taxa de câmbio vigente em 19/08/2009 – RES-943/2009) + R\$28.790.570,00 (taxa de câmbio vigente em 18/06/2010 – RES-745/2010)	R\$26.999.285,00 Composto por R\$12.604.000,00 (taxa de câmbio vigente em 19/08/2009 – RES-943/2009) + R\$14.395.285,00 (taxa de câmbio vigente em 18/06/2010 – RES-745/2010)	0,00	0,00	22/10/09	22/09/13	1
1	ECV-316/2010	Centrais Elétricas do	16.000.000,00	14.500.000,00	-	4.376.565,44	29/04/10	16/07/14	1

	(Aditivo ECV-316-A/2011)	Norte do Brasil - ELETRONORTE (00.357.038/0001-16)							
1	ECV-205/2006	00.624.964/0001-00	115.855.990,95	30.483.172,74	0,00	85.372.818,21	11/12/2006	11/06/2011	4
3	BRA/IICA/09/001	IICA	9.534.030,00	0,00	0,00	2.713.530,00	18/03/2009	17/03/2014	1

LEGENDA

Modalidade:

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Cooperação
- 4 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte:

Observações:

A – O montante total repassado ao conveniente foi de R\$11.201.220,50. Entretanto, na prestação de contas final houve a devolução de R\$6.661.890,64 ao concedente.

QUADRO A.6.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS					
CNPJ:	00.001.180/0002-07					
UG/GESTÃO:	DG					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	-	2	1	1.443.302,14	25.007.181,06	45.931.833,55
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	1	-	1.833.465,00	880.065,00
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	0	2	2	1.443.302,14	26.840.646,06	46.811.898,55

Fonte:

QUADRO A.6.3 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTE

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS					
CNPJ: 00.001.180/0002-07			UG/GESTÃO:		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	3 ⁽¹⁾	213.342.858,21	93.353.528,61	16.096.644,99 ^D	44%
Contrato de Repasse					
Termo de Cooperação	1	9.534.030,00	2.713.530,00	4.500.000,00	28%
Termo de Compromisso					
Totais	4	222.876.888,21	96.067.058,61	20.596.644,99	43%

Fonte: Termo de Cooperação Técnica Internacional PCT BRA/IICA/09/001 – acordo com o IICA

Observações:

1.- Instrumentos Vigentes

- A- ECV-277/2008 (Aditivos ECV-277-A/2010, ECV-277-B/2010)
- B- ECV-303/2009 (Aditivos ECV-303-A/2010, ECV-303-B/2010)
- C- ECV-316/2010 (Aditivo ECV-316-A/2011)

2.- Previsto para 2012:

R\$9.010.240,80 do montante apresentado (R\$16.096.644,99) é composto por US\$5.287.700,00 aplicado à taxa de câmbio do Banco Central R\$/US\$ vigente em 24/02/2012. Convênio celebrado em dólar americano.

QUADRO A.6.4 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.

Unidade Concedente					
Nome: Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras					
CNPJ: 00.001.180/0001-07		UG/GESTÃO: -			
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade	1	1	
		Montante Repassado	R\$11.201.220,50 ⁽¹⁾		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2010	Contas prestadas	Quantidade	4	1	
		Montante Repassado	R\$ 19.164.785,93	1.833.465,00	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2009	Contas prestadas	Quantidade	5	1	
		Montante Repassado	R\$ 38.979.351,42	880.065,00	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0		
		Montante Repassado	R\$ 26.678.680,86		

Fonte: Fonte: Termo de Cooperação Técnica Internacional PCT BRA/IICA/09/001 – acordo com o IICA

QUADRO A.6.5 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras					
CNPJ: 00.001.180/0001-07			UG/GESTÃO: -		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas			1	
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas	1	
			Contas Não analisadas		
		Montante repassado (R\$)		R\$11.201.220,50 ⁽¹⁾	
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
Contas NÃO analisadas		Quantidade			
		Montante repassado (R\$)	0,00		
2010	Quantidade de contas prestadas			4	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		4	
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
Montante repassado (R\$)		19.164.785,93			
2009	Quantidade de contas prestadas			5	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		5	
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
Montante repassado (R\$)		38.979.351,42			
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
		Montante repassado (R\$)		26.678.680,86	

Fonte:

PGI – Assessoria Parlamentar

QUADRO A.6.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A										
CNPJ: 00.357.038/0001-16					UG/GESTÃO: PGI					
Informações sobre as transferências										
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.	
			Global	Contra partida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim		
Convênio	ECV 307/2009	000011800001-26	769.120,10					01/03/10	28/02/14	1
<p>LEGENDA</p> <p>Modalidade:</p> <p>1 - Convênio 2 - Contrato de Repasse 3 - Termo de Cooperação 4 - Termo de Compromisso</p> <p>Situação da Transferência:</p> <p>1 - Adimplente 2 - Inadimplente 3 - Inadimplência Suspensa 4 - Concluído 5 - Excluído 6 - Rescindido 7 - Arquivado</p>										

Fonte:

PGO - Ouvidoria

Quadro A.6.1 – Caracterização Dos Instrumentos De Transferências Vigentes No Exercício De Referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS									
CNPJ: 00.000118/0001-26					UG/GESTÃO: PGO				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	ECV- 245/2007	00.357038/0001-16	246.667,44	33.000,00	76.167,84	76.167,84	2007	2011	4
<p>LEGENDA</p> <p>Modalidade:</p> <p>1 - Convênio 2 - Contrato de Repasse 3 - Termo de Cooperação 4 - Termo de Compromisso</p> <p>Situação da Transferência:</p> <p>1 - Adimplente 2 - Inadimplente 3 - Inadimplência Suspensa 4 - Concluído 5 - Excluído 6 - Rescindido 7 - Arquivado</p>									

Fonte:

Quadro A.6.2 – Resumo Dos Instrumentos Celebrados Pela Uj Nos Três Últimos Exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS					
CNPJ:	00.000118/0001-26					
UG/GESTÃO:	PGO					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	1	1	1	76.167,84	0	0
Contrato de Repasse	0	0	0	0	0	0
Termo de Cooperação	0	0	0	0	0	0
Termo de Compromisso	0	0	0	0	0	0
Totais	1	1	1	76.167,84	0	0

Fonte:

Quadro A.6.3 – Resumo Dos Instrumentos De Transferência Que Vigerão Em 2011 E Exercícios Seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS					
CNPJ: 00.000118/0001-26			UG/GESTÃO: PGO		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	1	61.235,04	0	61.235,04	0
Contrato de Repasse	0				
Termo de Cooperação	0				
Termo de Compromisso	0				
Totais	1	61.235,04	0	61.235,04	0

Fonte:

Quadro A.6.4 – Resumo Da Prestação De Contas Sobre Transferências Concedidas Pela Uj Na Modalidade De Convênio, Termo De Cooperação E De Contratos De Repasse. Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS					
CNPJ: 00.000118/0001-26			UG/GESTÃO: PGO		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade	1	0	0
		Montante Repassado	76.167,84	0	0
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0
2010	Contas prestadas	Quantidade	1	0	0
		Montante Repassado	0	0	0
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0
2009	Contas prestadas	Quantidade	1	0	0
		Montante Repassado	0	0	0
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	1	0	0
		Montante Repassado	0	0	0

QUADRO A.6.5 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE
CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS					
CNPJ: 00.000118/0001-26			UG/GESTÃO: PGO		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas			1	0
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas	1	0
			Contas Não analisadas	0	0
		Montante repassado (R\$)		76.167,84	0
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	1	0
			Quantidade Reprovada	0	0
			Quantidade de TCE	0	0
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	0	0
		Montante repassado (R\$)	0	0	
2010	Quantidade de contas prestadas			1	0
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		1	0
		Quantidade Reprovada		0	0
		Quantidade de TCE		0	0
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		0	0
Montante repassado (R\$)		0	0		
2009	Quantidade de contas prestadas			1	0
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		1	0
		Quantidade Reprovada		0	0
		Quantidade de TCE		0	0
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		0	0
		Montante repassado		0	0
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade		0	0
		Montante repassado		0	0

Fonte:

DT – Diretoria de Transmissão

Quadro A.6.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS									
CNPJ: 00.001.180/0002-07					UG/GESTÃO: DT				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	ECV 238-B/09* ¹	06.272.793/0001-84	1.282.480,21*	264.999,84	353.754,49	353.754,49	8/10/09	13/08/12	1
1	ECV 240/07	88.630.413/0002-81	256.323,80	313.858,60	33.955,80	256.323,80	25/09/07	24/09/12	1
1	ECV 254/07	09.261.843/0001-16	1.227.972,24	489.155,61	0,00	1.227.972,24	26/12/07	25/06/11	1
1	ECV 274/08	04.025.536/0001-12	710.708,00	200.000,00	0,00	710.708,00	11/09/08	10/09/11	1
1	ECV 275/08	21.040.001/0001-30	729.546,72	146.400,00	0,00	729.546,72	11/09/08	10/09/11	1
1	ECV 276/08	21.040.001/0001-30	1.662.082,00	199.296,00	0,00	1.372.815,00	11/09/08	10/09/12	1
1	ECV 291/09	48.031.918/0003-96	3.259.690,84	1.947.448,96	0,00	2.727.320,84	16/07/09	15/07/14	1
1	ECV DTD 001/10	07.749.605/0001-29	2.945.141,00	1.030.905,60	1.449.440,00	1.449.440,00	30/12/10	30/12/15	1
1	ECV DTD 002/11	05.055.128/0001-76	5.000.870,90	915.070,76	739.771,90	739.771,90	16/02/11	16/02/16	1

Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	ECV 234-07	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Estado do Rio de Janeiro CNPJ 29.737.103/0001-10	1.660.585,00	474.535,00	408.422,00	1.045.180,00	29/3/2007	28/3/2011	1
1	ECV 279-08	Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul – FIERGS- CNPJ 92.953.983/0001-07	1.038.000,00	261.000,00	160.000,00	407.000,00	30/12/2008	29/12/2011	1
1	ECV 283-08	Associação Paranaense de Cultura – APC – (PUC/PR) CNPJ 76.659.820/0001-51	1.354.009,28	250.000,00	368.003,08	1.104.009,28	5/1/2009	4/1/2012	1
1	ECV 294-09	Instituto Brasileiro de Administração Municipal – -- IBAM – CNPJ 33.645.482/0001-96	606.883,00	111.243,00	160.654,00	368.672,00	5/8/2009	4/8/2011	1
1	ECV 302-09	Centrais Elétricas do Norte do Brasil – ELETRONORTE – CNPJ 00.357.038/0001-16	662.183,41	166695,41	346.841,60	495.488,00	2/12/2009	1/12/2012	1
1	ECV 271A-08	FEESC – Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina CNPJ 82.895.327/0001-33	2.000.130,98	362.934,56	0,00	1.637.196,42	20/08/2008	19/01/2012	1
1	ECV 308-09	Universidade de São Paulo / Fundação da Universidade de SP CNPJ 68.314.830/0001-27	2.075.262	589.060	208.484,70	1.397.446,30	18/12/2009	17/12/2011	1
1	ECV 311-09	Faculdades Católicas / Fundação “Padre Leonel Franca” – PUC/Rio – CNPJ 28.019.214/0001-29	228.530,00	79.920,00	148.610,00	228.530,00	30/12/2009	29/12/2011	1

1	ECV 312-09	Universidade Federal de Juiz de Fora / FADEPE CNPJ 00.703.697/0001-67 Fundação Norte Rio Grandense de Pesquisa e Cultura – FUNPEC	1.162.763,28	424.800,00	0,00	737.963,28	28/12/2009	27/12/2012	1
1	ECV 314-10	CNPJ 08.469.280/0001-93	6.746.569,23	1.147.143,00	757.748,71	3.326.180,10	15/4/2010	14/4/2015	1
1	ECV DTP - 001-10	Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras – CERTI CNPJ 78.626.363/0001-24	1.799.077,00	715.400,00	354.459,00	1.083.677,00	21/10/2010	20/3/2012	1
1	ECV DTP – 002- 10	Centrais Elétricas do Norte do Brasil – ELETRONORTE – CNPJ 00.357.038/0001-16	3.053.343,00	622.418,00	159.543,73	159.543,73	24/02/11	23/02/13	1
1	ECV DTP 004-10	UFPB / Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão – FUNAPE – CNPJ 09.185.398/0001-52	1.603.772,49	320.754,64	160.377,24	320.754,47	30/12/10	29/12/2013	1
1	ECV DTP 001-11	Centrais Elétricas do Norte do Brasil – ELETRONORTE – CNPJ 00.357.038/0001-16	693.810,00	113.610,00	48.350,00	48.350,00	25/02/11	24/08/13	1
1	ECV DTP 002-11	UFMG / FUNDEPE CNPJ 18.720.938/0001-41	776.292,55	125.600,00	0,00	0,00	16/12/2011	15/12/2014	1
1	ECV DTP 004-11	UFMS / FAPEC CNPJ 15.513.690/0001-50	4.723.340,66	1.245.935,04	0,00	0,00	22/12/2011	21/12/2014	1

<u>LEGENDA</u>	
Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Observações: * O valor global deste Convênio se refere a valores da Eletrobrás (R\$ 674.758,76) e Eletronorte (R\$ 607.721,45) totalizando o valor de 1.282.480,21.

Quadro A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS					
CNPJ:	00.001.180/0002-07					
UG/GESTÃO:	DT					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	8	8	11	9.988.292,24	10.217,37	12.762.496,57
Contrato de Repasse	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Termo de Cooperação	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Termo de Compromisso	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Totais	8	8	11	9.988.292,24	10.217,37	12.762.496,57

Fonte:

Quadro A.6.3 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigorão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS					
CNPJ: 00.001.180/0002-07			UG/GESTÃO: DT		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	33	65.794.131,17	36.097.814,85	16.194.602,76	54,86 %
Contrato de Repasse	0	0,00	0,00	0,00	0,00%
Termo de Cooperação	0	0,00	0,00	0,00	0,00%
Termo de Compromisso	0	0,00	0,00	0,00	0,00%
Totais	33	65.794.131,17	36.097.814,85	16.194.602,76	54,86 %

Fonte:

Quadro A.6.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Valores em R\$
1,00

Unidade Concedente					
Nome: CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS					
CNPJ: 00.001.180/0002-07			UG/GESTÃO: DT		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade	55		
		Montante Repassado	13.734.702,58		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	2		
		Montante Repassado	806.098,00		
2010	Contas prestadas	Quantidade	25		
		Montante Repassado	8.977.551,53		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	11		
		Montante Repassado	3.810.119,00		
2009	Contas prestadas	Quantidade	34		
		Montante Repassado	17.348.799,95		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	8		
		Montante Repassado	1.828.060,00		
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0		
		Montante Repassado	0,00		
Fonte:					

Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS					
CNPJ: 00.001.180/0002-07			UG/GESTÃO: DT		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas			57	
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas	9	
			Contas Não analisadas	0	
		Montante repassado (R\$)		2.184.414,00	
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	45	
			Quantidade Reprovada	1	
			Quantidade de TCE	0	
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	2	
Montante repassado (R\$)			8.009.574,62		
2010	Quantidade de contas prestadas			28	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		23	
		Quantidade Reprovada		3	
		Quantidade de TCE		0	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		2	
Montante repassado (R\$)		2.117.532,14			
2009	Quantidade de contas prestadas			31	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		27	
		Quantidade Reprovada		1	
		Quantidade de TCE		0	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		3	
Montante repassado		6.802.988,15			
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade		0	
		Montante repassado		0,00	
Fonte:					

6.3 Análise Crítica

Análise Crítica DTD:

Durante o planejamento de orçamento anual são considerados, após as devidas aprovações das Diretorias da empresa, os empenhos relativos às transferências de verbas dos convênios/contratos que estão vigentes e/ou que possuem instrumentos de celebração com repasses, já firmados, de acordo com os cronogramas de pagamentos previstos. Tendo por base o orçamento, é feito o máximo de esforço para que as transferências ocorram dentro do previsto e, caso haja algum atraso ou ocorrência de situação que impeça a transferência de verba no devido ano, seu empenho é anulado em 31 de dezembro. Dessa forma, a verba necessária para o andamento dos instrumentos celebrados, precisará de novos empenhos para os anos posteriores, após a aprovação do novo orçamento anual.

Considerando os três últimos exercícios, o total de transferências efetuadas ao final de cada ano não teve grandes flutuações, uma vez que este foi um período destacado por encerramentos e inícios de convênios, não havendo concentração de convênios vigentes e de liberações de verbas em determinado ano.

Não houve no DTD, até Dezembro de 2011, alguma convenente que estivesse inadimplente. Com relação às contas analisadas, objetivando a conformidade em todas as informações prestadas, são considerados como “reprovadas” aquelas que possuem qualquer tipo de inconsistência, seja por erro no preenchimento dos dados de notas fiscais, seja por depósitos de glosas de tarifas bancárias, descrição de equipamentos incorreta, entre outras. Dessa forma, a concedente ao identificar essas inconsistências, envia uma carta à convenente com a prestação de contas analisada e solicita a mesma um prazo para providências e esclarecimentos dos itens assinalados, sendo considerada “aprovada” somente quando todas as pendências, por menor que seja, forem sanadas.

Para 2012 e anos posteriores, as transferências de verba estão sendo planejadas a fim de evitar que seus pagamentos/liberações não fiquem concentrados no final do ano, pois, caso haja algum atraso no cronograma ou pendências por parte da convenente, os empenhos não sejam anulados.

Para as análises de prestações de contas pela concedente, foram criados procedimentos internos padrões e também planilhas padrões de apresentação de contas, que estão sempre em melhoria contínua, a fim de facilitar a convenente no preenchimento das informações e a concedente na análise dessas. Os responsáveis pelas análises participam ativamente nas revisões dos procedimentos e das planilhas, a fim de estarem familiarizados com as atividades em vigor. Com procedimentos padrões adotados para o preenchimento das informações e envio de documentações pela convenente, os resultados das análises têm sido satisfatórios, uma vez que se tem uma maior velocidade na identificação de erros, falta de documentações, conflito de informações enviadas *versus* informações dispostas nas minutas de convênio, providências, glosas, entre outros, além de uma facilidade e orientação aos convenentes para encaminharem os relatórios que são solicitados.

Um dos procedimentos utilizados é o prazo, em dias, para apresentação das prestações de contas por parte da convenente, após o fim do período a ser analisado. Outro controle existente é o envio de e-mails às convenentes próximos aos períodos que antecedem a apresentação da documentação física à concedente, além da solicitação de preenchimento de uma planilha base de pré-verificação de dados. Esses são alguns instrumentos que ajudam a concedente a ter um melhor controle dos prazos regulamentares para a apresentação da prestação de contas.

Finalizando, para o gerenciamento das transferências, é realizada, no início da celebração dos instrumentos uma reunião de abertura de convênios, *in loco*, coordenada pelos responsáveis pelas

análises de prestações de contas das áreas financeiras do Departamento com as convenentes, a fim de apresentar algumas informações a respeito de transferências de verba, condições para essas transferências, utilização de rendimentos de aplicação financeira, apresentação de cronograma de prazos para prestação de contas, informações a respeito de licitação, aquisição de equipamentos, entre outros, onde há um contato entre as partes a fim de dar uma maior transparência ao processo e também satisfazer dúvidas e informar procedimentos a serem seguidos.

Para o médio e longo prazo, tendo as informações citadas como gestão do processo de transferências de verba e prestações de contas, com a realização de uma melhoria contínua e estreitamento no contato com as convenentes, são esperados que os repasses ocorram sempre na data firmada, evitando assim o descumprimento do cronograma de desembolsos e, por conseqüência, o plano de trabalho. Com isso, teremos as prestações de contas ágeis, corretas e em conformidade com as leis e normas aplicáveis.

CEPEL**Quadro A.6.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência**

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Ministério de Minas e Energia									
CNPJ: 37.115.383/0001-53					UG/GESTÃO: 320002 / 00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	037/2005	Cepel	935.000	85.000	0	850.000	23/12/05	26/12/12	1

LEGENDA

Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Quadro A.6.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Ministério de Minas e Energia									
CNPJ: 37.115.383/0001-53					UG/GESTÃO: 320013 / 00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	018/2004	Cepel	5.309.700	1.152.000	0	4.157.700	22/12/04	28/11/11	1
1	004/2007	Cepel	1.600.000	800.000	0	800.000	24/12/07	24/12/11	1

LEGENDA

Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Quadro A.6.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Ministério de Minas e Energia									
CNPJ: 37.115.383/0001-53					UG/GESTÃO: 320010 / 00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	721906/2009	Cepel	2.068.000	768.000	0	1.300.000	14/12/09	28/06/13	1
1	706321/2009	Cepel	1.200.000	570.000	0	630.000	23/12/05	22/11/11	1
<p>LEGENDA</p> <p>Modalidade:</p> <p>1 - Convênio 2 - Contrato de Repasse 3 - Termo de Cooperação 4 - Termo de Compromisso</p> <p>Situação da Transferência:</p> <p>1 - Adimplente 2 - Inadimplente 3 - Inadimplência Suspensa 4 - Concluído 5 - Excluído 6 - Rescindido 7 - Arquivado</p>									

Quadro A.6.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos									
CNPJ: 08.804.832/0001-72					UG/GESTÃO:				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	01.09.0539.00	Cepel	1.858.996	959.900	0	413.000	16/11/09	19/05/12	1
1	01.10.0513.00	Cepel	664.829	123.929	0	270.000	25/10/10	25/10/12	1
1	01.10.0617.00	Cepel	4.736.378	1.503.653	2.710.925	2.710.925	30/11/10	31/12/12	1
<p>LEGENDA</p> <p>Modalidade:</p> <p>1 - Convênio 2 - Contrato de Repasse 3 - Termo de Cooperação 4 - Termo de Compromisso</p> <p>Situação da Transferência:</p> <p>1 - Adimplente 2 - Inadimplente 3 - Inadimplência Suspensa 4 - Concluído 5 - Excluído 6 - Rescindido 7 - Arquivado</p>									

Quadro A.6.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos									
CNPJ: 33.749.086/0001-09					UG/GESTÃO:				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	01.06.0962.00	Cepel	41.753.729	26.753.729	0	15.000.000	16/12/06	16/12/11	1

LEGENDA

Modalidade:

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Cooperação
- 4 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Quadro A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Ministério de Minas e Energia					
CNPJ:	37.115.383/0001-53					
UG/GESTÃO:	320010 / 00001					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	0	0	2	0	1.930.000	0
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais	0	0	2	0	1.930.000	0

Fonte: Convênios 721906/2009 e 706321/2009

Quadro A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos					
CNPJ:	08.804.832/0001/72					
UG/GESTÃO:						
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	1	1	1	2.710.925	683.000	0
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais	1	1	1	2.710.925	683.000	0

Fonte: Convênios 09.0539, 10.0513 e 10.617

Quadro A.6.3 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigorão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Ministério de Minas e Energia					
CNPJ: 37.115.383/0001-53			UG/GESTÃO: 320002 / 0001		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	1	850.000	850.000	0	100%
Contrato de Repasse					
Termo de Cooperação					
Termo de Compromisso					
Totais	1	850.000	850.000	0	100%

Fonte: Convênio 037/2005

Quadro A.6.3 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigorão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Ministério de Minas e Energia					
CNPJ: 37.115.383/0001-53			UG/GESTÃO: 320010 / 00001		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	1	630.000	630.000	0	100%
Contrato de Repasse					
Termo de Cooperação					
Termo de Compromisso					
Totais	1	630.000	630.000	0	100%

Fonte: Convênio 706321/2009

Quadro A.6.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Unidade Concedente					
Nome: Ministério das Minas e Energia					
CNPJ: 37.115.383/0001-53			UG/GESTÃO: 320013 / 00001		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade	2		
		Montante Repassado	4.957.700		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2010	Contas prestadas	Quantidade	1		
		Montante Repassado	774.000		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2009	Contas prestadas	Quantidade	0		
		Montante Repassado	0		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0		
		Montante Repassado	0		

Fonte: Convênio 018/2004 e 004/2007(2011) - 028/2004(2010)

Quadro A.6.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse. Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Ministério das Minas e Energia					
CNPJ: 37.115.383/0001-53			UG/GESTÃO: 320013 / 00001		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade	1		
		Montante Repassado	630.000		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2010	Contas prestadas	Quantidade	0		
		Montante Repassado	0		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2009	Contas prestadas	Quantidade	0		
		Montante Repassado	0		
	Contas NÃO prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0		
		Montante Repassado	0		

Fonte: Convênio 706.321/2009 (2011)

Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse
Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Ministério das Minas e Energia					
CNPJ: 37.115.383/0001-53			UG/GESTÃO: 320013 / 00001		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas			2	
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas		
			Contas Não analisadas	1	
		Montante repassado (R\$)	800.000		
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
Contas NÃO analisadas		Quantidade	1		
Montante repassado (R\$)	4.157.700				
2010	Quantidade de contas prestadas			1	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		774.000	
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
Montante repassado (R\$)					
2009	Quantidade de contas prestadas			0	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
Montante repassado					
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade		5	
		Montante repassado		3.988.000	

Fonte: Convênios: 018/04 e 004/07 (2011) – 028/04 (2010) – 026/99, 025/04, 026/04, 027/04 e 029/04 (2009 anteriores)

Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse
Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Ministério das Minas e Energia					
CNPJ: 37.115.383/0001-53			UG/GESTÃO: 320001 / 00001		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas			1	
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas	1	
			Contas Não analisadas	630.000	
		Montante repassado (R\$)			
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
Contas NÃO analisadas		Quantidade			
Montante repassado (R\$)					
2010	Quantidade de contas prestadas			0	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
Montante repassado (R\$)					
2009	Quantidade de contas prestadas			0	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
Montante repassado					
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade		0	
		Montante repassado		0	

Fonte: Convênio 706321/2009 (2011)

Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse
Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos					
CNPJ: 33.749.086/0001-09			UG/GESTÃO:		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas			1	
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas	1	
			Contas Não analisadas		
		Montante repassado (R\$)		15.000.000	
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
Contas NÃO analisadas		Quantidade			
Montante repassado (R\$)					
2010	Quantidade de contas prestadas			0	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
Montante repassado (R\$)					
2009	Quantidade de contas prestadas			0	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
Montante repassado					
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas	Quantidade		2	
		Montante repassado		7.359.232	

Fonte: Convênio 0962 (2011) – 0560 e 1014 (anteriores 2009)

6.2. ANÁLISE CRÍTICA

Os convênios do Cepel com as entidades (MME e FINEP) não têm nenhuma inadimplência, portanto, não temos nenhuma medida a ser adotada para sanear as transferências nesta situação, ou seja, de inadimplente, conforme demonstrados nos quadros anteriores.

7. Declaração SIASG/SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Marluci da Conceição Costa, CPF 627.469.367-04, Gerente de Divisão, exercido na DACS-Divisão de Suprimentos/DAC-Departamento de Contratações, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade, estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o artigo 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2012.

Marluci da Conceição Costa
CPF: 627.469.367-04
Gerente da Divisão de Suprimentos-DACS
Departamento de Contratações-DAC
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS

No que tange do SICONV, ainda persistem incompatibilidades entre o sistema de informática da Eletrobras e do SERPRO.

Este item não se aplica ao Cepel.

8. Cumprimentos das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10/11/93

ELETROBRAS

QUADRO A.8.1 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores Da UJ, da Obrigação de Entregar s DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	11	-	262
	Entregaram a DBR	11	-	262
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

CEPEL

Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	18	21	69
	Entregaram a DBR	17	16	58
	Não cumpriram a obrigação	01	05	11

Fonte: Controle na secretaria dos Conselhos e Secretaria da DVPR.

ANÁLISE CRÍTICA:

DBR – CONSELHOS FISCAL E DELIBERATIVO

É enviada correspondência aos Conselheiros solicitando a DBR, citando as devidas leis/decretos responsáveis por tal obrigatoriedade, no início de dezembro do ano do Exercício, solicitando o envio até final de fevereiro do ano seguinte, para àqueles que se encontram em débito de entrega das mesmas.

É recebida em papel pela Profissional de Nível Médio Suporte IV, Virginia Vieira de Camargo, da Diretoria Geral, que dá baixa na pendência em banco de dados, arquivada lacrada, devidamente identificada, em lugar específico.

Conforme Estatuto do Centro de Pesquisa de Energia Elétrica – Cepel, o exercício das funções de membro dos Conselhos não é remunerado, a qualquer título, pois é uma associação, nos termos do Código Civil, sem fins lucrativos. Desta forma, não é realizada nenhuma análise das DBR com o intuito de identificar eventuais incompatibilidade de patrimônio com a remuneração recebida, pois a mesma não existe.

Aqueles que não cumprem a obrigação de entrega recebem correspondência informando que a prestação de contas anual do Centro foi entregue sem a contabilização de sua DBR.

DBR – EMPREGADOS EFETIVOS

Em cumprimento das obrigações impostas pela legislação vigente, no que diz respeito à entrega da DBR pelo conjunto de titulares de função de confiança, informamos que todos fizeram a entrega referente ao exercício 2011, ano calendário 2010.

Caso algum titular não entregue a DBR no prazo solicitado, esta DVPR encaminha novos pedidos até a efetiva entrega.

- . A Unidade incumbida de gerenciar a recepção das DBR's é a Divisão de Provisão e Remuneração.
- . Existe um gerenciamento para acompanhamento da entrega das DBR's através de planilha excell.
- . A forma de recepção das DBR's é em papel, colocado pelo empregado em envelope lacrado.
- . Não há análise das DBR's com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades.
- . As DBR's lacradas são guardadas em local específico.

9. Funcionamento do Sistema de Controle Interno.

ELETRONBRAS

QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4.					
5. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
6.					
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X		
7. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
8.					
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			X		
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			X		

25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais: Pontualmente, alguns itens desta avaliação tiveram sua nota reduzida, na comparação com o exercício anterior, devido a melhorias operacionais advindas de atualizações do sistema de gestão SAP ERP e da incorporação do acompanhamento de novos riscos corporativos à atual carteira de controles internos. Desta forma, com base em um maior conjunto de informações, foi possível fazer uma análise mais detalhada dos fatores de risco. Optou-se, então, por uma visão mais conservadora nas avaliações.					
<u>LEGENDA</u>					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			X		
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento					
	1	2	3	4	5

28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais:					
<p><u>LEGENDA</u></p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

10. Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental

ELETROBRAS

QUADRO A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? Redução de produção de resíduos sólidos, materiais recicláveis, poluição sonora, saneantes domissanitários, uso racional de energia elétrica e uso racional da água.		X			
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		X			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? Certificação FSC e Certificação EPA		X			
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?			X		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Papel reciclado, produtos personalizados ecológicos tais como: caneta bambu, caneta biodegradável, sacola ecológica, lixeiras isoflex.				X	
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			X		
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.		X			
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.			X		
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?. Campanha interna por meio da área de comunicação da empresa		X			
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade					

<p>de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</p> <p>▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i>, comunicações oficiais, etc.)? Campanha interna por meio da área de comunicação da empresa</p>		X			
Considerações Gerais:					
<p><u>LEGENDA</u> Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

QUADRO A.10.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? Exigência de coleta seletiva dos resíduos provenientes dos processos dos serviços de Alimentação, Limpeza e Jardinagem.		X			
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		X			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? Os impactos não são monitorados					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Artigos de papelaria.		X			
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? Exigência de carros Flex.					X
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? 1º Semana de Sustentabilidade					X
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? 1º Semana de Sustentabilidade					X
Considerações Gerais:					

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

- (1) Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

11. Gestão do Patrimônio Imobiliário – “Bens de Uso Especial”

Este item não se aplica nem à Eletrobras e nem ao Cepel.

12. Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

ELETRONBRAS

QUADRO A.12.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.				X	
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	Servidores: 100 Terceirizados: 22				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					X
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.				X	
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.				X	
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.			X		
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.				X	
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	27%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.			X		
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.				X	
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					X
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

Quadro A.12.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.		X			
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.		X			
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.		X			
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	13 Efetivos e em média 04 Contratados de empresa de Prestação de Serviços *				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					X
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.		X			
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.		X			
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.		X			
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.		X			
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	90 %				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.		X			
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.			X		
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	
Considerações Gerais:					
LEGENDA Níveis de avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

* Nota: O contrato não estabelece número de profissionais, a medição é feita por entrega de serviço/produto. Este número pode variar em função da necessidade da contratada para atendimento adequado dos serviços relativo ao objeto do contrato.

13. Utilização de Cartões de Pagamento do Governo Federal

Este item não se aplica nem a Eletrobras e nem ao Cepel.

14. Renúncia Tributária

Este item não se aplica nem a Eletrobras e nem ao Cepel.

15. Providências Adotadas para Atender às Deliberações Exaradas em Acórdãos do TCU

ELETROBRAS

DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.					226
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	026.828/2007-7	120/2009 2ª Câmara	1.6	DE	Ofício nº 169/2009/TCU/SECEX-RJ-DT2
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS – Centrais Elétricas Brasileira S/A.					226
Descrição da Deliberação:					
“1.6. Determinações à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás: 1.6.1. encaminhar o resultado dos trabalhos a serem conduzidos em Furnas Centrais Elétricas S.A., por força da recomendação expedida pelo Ministério das Minas e Energia - MME (Ofício nº 1712/2008/GM-MM);”					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Presidência Comissões PAD					
Síntese da providência adotada:					
Em dezembro de 2008 foram iniciados os trabalhos determinados pelo MME, com a designação de Comissões de Processo Administrativo Disciplinar - CPAD. Foram concluídos e apresentados à Diretoria Executiva da Eletrobras todos os Relatórios emitidos pelas CPADs instituídas, totalizando 15, os quais já foram encaminhados à Corregedoria Setorial da CGU junto ao MME, bem como ao Tribunal de Contas da União, em cumprimento ao determinado no citado Acórdão. O último Relatório foi enviado à Corregedoria Setorial da CGU junto ao MME pela carta CA-87/2011 e ao Tribunal de Contas da União pela carta CA-88/2011, ambas de 15/7/2011.					
Síntese dos resultados obtidos					
Atendimento à determinação contida no item 1.6.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Necessidade de estrita observância à Lei 8.112/90, o que impactou os prazos de execução dos trabalhos.					

DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.					226
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	028.440/2010-2	860/2011 1ª Câmara	1.6.1.	DE	Ofício nº 73/2011-TCU/SECEX-9
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS – Centrais Elétricas Brasileira S/A.					226
Descrição da Deliberação:					
<p>“1.6.1. à Eletrobrás que providencie, se já não o fez, a imediata recuperação dos valores pagos indevidamente a título de CPMF, com respeito aos contratos relacionados e apresentados por ela à CGU em 28/7/2009, nos quais ocorreram pagamentos indevidos a título de CPMF, tendo em vista que a extinção do tributo ocorreu em 31/12/2007, apresentando a este Tribunal, na próxima prestação de contas, as medidas adotadas;”</p>					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria de Administração					
Síntese da providência adotada:					
<p>Das 9 contratações com valores de CPMF a recuperar, até 29/4/2011 foram finalizadas 8, permanecendo ainda pendente de solução, em razão da empresa não ter sido encontrada, a recuperação referente ao contrato ECE-254/2006, do Instituto Terceiro Setor, cujo valor do débito remonta em R\$ 169,96.</p> <p>Foi verificado que em 3/5/2010 a empresa Instituto Terceiro Setor havia emitido a Nota Fiscal nº 0604, referente ao mês de abril de 2010, mas que em virtude de não ter apresentado demonstração de regularidade fiscal, não recebeu o pagamento de R\$ 4.285,38, valor este bastante superior ao débito de R\$ 169,96 correspondente ao CPMF. Desde então, a citada empresa não foi mais localizada. No caso de vir a demonstrar sua regularidade e solicitar o pagamento daquela Nota Fiscal, será realizada a glosa de R\$ 169,96. Esta justificativa constou do Plano de Providências Permanente da Eletrobras e foi aceita pela CGU, que considerou encerrada a pendência.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
Atendimento à determinação contida no item 1.6.1.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Impossibilidade de localizar a empresa Instituto Terceiro Setor para efetuar-se a recuperação de R\$ 169,96, apesar de todos os esforços empreendidos.					

DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.					226
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	028.492/2007-5	371/2011 Plenário	9.1.	DE	Ofício nº 34/2011-TCU/SEFID-2
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS – Centrais Elétricas Brasileira S/A.					226
Descrição da Deliberação:					
<p>“9.1. com fulcro no art. 43, I, da Lei nº 8.443, de 1992, no art. 250, II, do Regimento Interno do TCU e nos normativos das Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobras intitulados “Manual de Operacionalização Técnica” e “Plano de amostragem para inspeção física dos projetos do Programa Luz para Todos”, determinar àquela Empresa que, com o acompanhamento e manifestação da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel e do Ministério de Minas e Energia - MME, elabore e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, Plano de Ação de ajuste da operacionalização da metodologia estatística atualmente empregada nas inspeções físicas das obras do aludido Programa, especificamente quanto à necessidade de:</p> <p>9.1.1. ponderação das inconsistências verificadas in loco em relação aos estratos em que elas se encontram;</p> <p>9.1.2. criação de sistemática que incorpore soluções estatísticas para os casos de impossibilidade de inspeção integral da amostra de obras selecionadas, com vistas a não perder a totalidade da informação referente a essas obras e dar maior precisão aos resultados encontrados;</p> <p>9.1.3. comprovação, por meio de análises estatísticas, de que a referida metodologia de amostragem gera estimativas adequadas do avanço físico, tendo em vista a utilização de uma variável na geração da amostra e da combinação de duas quando da extrapolação dos resultados para o universo fiscalizado;</p> <p>9.1.4. reedição do Manual de Operacionalização Técnica, inserindo informações a respeito do passo a passo a ser seguido por cada área da Eletrobras, detalhando os processos desde a seleção da amostra até a estimativa final do avanço físico, incorporando o plano amostral definido para as inspeções físicas;”</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria de Geração					
Síntese da providência adotada:					
<p>Em 6/4/2011 a Eletrobras, pela carta PR-3185/2011, enviou ao Tribunal de Contas da União - 2ª Secretaria de Fiscalização de Desestatização e Regulação – SEFID – 2, o Plano de Ação requerido no item 9.1 do citado Acórdão. Cópias destas cartas foram encaminhadas ao Ministério de Minas e Energia - MME e à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
Atendimento à determinação contida no item 9.1.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve fatores positivos / negativos relevantes para fins de providências.					

DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.					226
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	017.225/2006-5	761/2011 Plenário	9.5.	DE	Ofício nº 526/2011-TCU/SECEX -AM
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS – Centrais Elétricas Brasileira S/A.					226
Descrição da Deliberação:					
<p>“9.5 determinar às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás que:</p> <p>a) nos pagamentos efetuados à Petrobrás Distribuidora, relativo ao fornecimento de óleo diesel à Manaus Energia S/A, tenha por parâmetro a quantidade do produto efetivamente entregue nas usinas termelétricas, atestada nas notas fiscais, de sorte a evitar que recursos da Conta Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC-Isol sejam despendidos na quitação de combustível não recebido pela destinatária;</p> <p>b) mantenha este Tribunal informado acerca do resultado final das tratativas realizadas para a solução da questão atinente à diferença de 954.968 litros de combustíveis, verificada nos exercícios de 2004, 2005 e 2006, decorrente do pagamento de óleo diesel à Petrobrás Distribuidora pelo valor de face da nota fiscal e não pelo valor efetivamente recebido nas usinas termelétricas da Companhia Energética do Amazonas – CEAM;”</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria Financeira e de Relações com Investimentos					
Síntese da providência adotada:					
Em 21/9/2011, a Eletrobras, por intermédio da carta CTA-CA-116/2011, encaminhou à Secretaria de Controle Externo - AM do TCU informações demonstrativas sobre as ações empreendidas pela Eletrobras com relação ao item 9.5 do Acórdão TCU 761/2011 Plenário.					
Síntese dos resultados obtidos					
Atendimento à determinação contida no item 9.5.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve fatores positivos / negativos relevantes para fins de providências.					

DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.					226
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	033.654/2010-7	1092/2011 Plenário	1.5.	RE	Ofício nº 168/2011-TCU / SECEX-9
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS – Centrais Elétricas Brasileira S/A.					226
Descrição da Deliberação:					
<p>“1.5. Recomendar à Eletrobras S.A., nos termos do art. 250, III, do RITCU, que se certifique da exequibilidade e da coerência entre os preços unitários apresentados e os preços de mercado para cada um dos 952 itens constantes da planilha de preços do Anexo II, previamente à assinatura da Ata de Registro de Preço e em atendimento ao item 8.4 do Edital, bem como corrija o erro material relativo à unidade de referência para brigadistas na planilha de preços unitários;”</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria de Administração					
Síntese da providência adotada:					
<p>Verificou-se que a ata referente ao Registro de Preços foi assinada em janeiro de 2011, 3 meses antes da recomendação do TCU ser prolatada e, ainda que o erro material aludido na citada recomendação foi devidamente corrigido. A recomendação foi acatada.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
<p>Atendimento à recomendação contida no item 1.5.</p>					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
<p>Não houve fatores positivos / negativos relevantes para fins de providências.</p>					

DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.					226
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	028.424/2010-7	1382/2011 Plenário	9.3.	DE	Ofício nº 95/2011-TCU/SEFID-2
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS – Centrais Elétricas Brasileira S/A.					226
Descrição da Deliberação:					
“9.3 - determinar à Eletrobras que, no prazo de cento e oitenta dias, apresente ao TCU estudo que avalie a razoabilidade dos preços dos combustíveis primários e secundários subsidiados pela CDE, como exigido pelo inciso II do art. 43, inciso II, do Decreto nº 4.541/2002 c/c o art. 7º, inciso V, da Resolução Normativa Aneel nº 129/2004, de modo a contemplar os critérios considerados na avaliação do custo desses combustíveis;”					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria Financeira e de Relações com Investidores					
Síntese da providência adotada:					
Em 9/12/2011 a Eletrobras, por intermédio da carta CTA-CA-155/2011, encaminhou ao TCU o estudo de razoabilidade dos preços dos combustíveis primários e secundários da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, atendendo o item 9.3 do Acórdão nº 1382/2011-TCU-Plenário.					
Síntese dos resultados obtidos					
Atendimento à determinação contida no item 9.3.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve fatores positivos / negativos relevantes para fins de providências.					

DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.					226
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	024.193/2010-0	2612/2011 Plenário	9.4	DE	Ofício nº 1680/2011-TCU/SECEX-AM
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS – Centrais Elétricas Brasileira S/A.					226
Descrição da Deliberação:					
<p>“9.4. encaminhar cópia deste acórdão, do relatório e do voto que o fundamentaram e do relatório de auditoria à Eletrobrás, a fim de que tome conhecimento e adote providências para subsidiar os trabalhos do Comitê de Tecnologia da Informação, Telecomunicação e Automação do Sistema Eletrobrás na aplicação das determinações, recomendações e alertas contidos neste acórdão, no que couberem, a todas as empresas do Sistema.”</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria de Administração					
Síntese da providência adotada:					
<p>Em 30/11/2011 a Superintendência de Auditoria - CA, por intermédio do memorando CA-174/2011, encaminhou o Ofício nº 1680/2011-TCU/SECEX-AM, de 14/11/2011, à Diretoria de Administração, para cientificação com vistas a subsidiar o Comitê e ao atendimento do item 9.4 do Acórdão citado.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
Atendimento à determinação contida no item 9.4.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve fatores positivos / negativos relevantes para fins de providências.					

DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.					226
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
8	016.336/2010-0	3145/2011 Plenário	9.3.	DE	Ofício nº 431/2011 -TCU/SEMAG
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS – Centrais Elétricas Brasileira S/A.					226
Descrição da Deliberação:					
“9.3. dar ciência às estatais dos grupos Eletrobras e Petrobras, por intermédio das empresas holding, da necessidade de registrarem os valores correspondentes às Inversões Financeiras nos itens orçamentários específicos discriminados no MTO-PDG-SPE, notadamente quanto aos aportes direcionados às SPEs;”					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria Financeira e de Relações com Investidores					
Síntese da providência adotada:					
Em 21/12/2011 a Superintendência de Auditoria, por intermédio do memorando 192/2011, encaminhou à Diretoria Financeira e de Relação com Investidores, para conhecimento e adoção de medidas, o Acórdão citado, em especial no que se refere ao item 9.3.					
Em 27/12/2011 o Presidente da Eletrobras enviou às empresas do Sistema, para conhecimento e adoção de medidas cabíveis, a carta CTA-PR-11594/2011-Circular.					
Síntese dos resultados obtidos					
Atendimento à determinação contida no Acórdão.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve fatores positivos / negativos relevantes para fins de providências.					

DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.					226
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	010.112/2003-5	1802/2003-Plenário	9.2	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS – Centrais Elétricas Brasileira S/A.					226
Descrição da Deliberação:					
“9.2. determinar à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás que informe nas contas anuais, em título específico, os desembolsos realizados em cumprimento ao disposto na Cláusula Terceira do Contrato Econômico-Financeiro para Implantação e uso da Estação Conversora de Rivera e de Intercâmbio de Energia Elétrica entre Brasil e Uruguai, de 30/01/1997, em favor da Administración Nacional de Usinas y Transmisiones Electricas - UTE, e junte ao respectivo processo cópia de pareceres técnicos que comprovem a exatidão dos valores a serem ressarcidos, da ata da reunião de diretoria que vier a aprovar esses ressarcimentos e dos elementos relacionados no item 6 da cláusula terceira do referido contrato;”					
Justificativas apresentadas pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria Financeira e de Relação com Investidores					
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Determinação que implica em ação continuada. A determinação está sendo observada na atual prestação de contas.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve fatores positivos / negativos relevantes para fins de providências, no que tange à inclusão no processo de contas.					

DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.					226
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	015.096/2008-3	1477/2008-Plenário	9.1	DE	Ofício nº 240/2008/TCU/SECEX-1
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileira S/A.					226
Descrição da Deliberação:					
"9.1. determinar às Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás que mantenham o TCU informado acerca de eventuais negociações envolvendo mudanças no Tratado de Itaipu ou em seus Anexos;"					
Justificativas apresentadas pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria de Geração					
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Determinação que implica em ação continuada. Em 30/5/2011 a Superintendência de Auditoria, pela carta CA-62/2011, encaminhou ao TCU informações acerca de negociações envolvendo alterações no Tratado de Itaipu.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve fatores positivos / negativos relevantes para fins de providências.					

DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.					226
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	028.624/2009-2	217/2010-Plenário	1.6	DE	Ofício nº 103/2010/TCU/SECEX-9
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileira S/A.					226
Descrição da Deliberação:					
“1.6. determinar à Centrais Elétricas Brasileiras S/A. – Eletrobrás que informe, nas próximas contas, os pagamentos efetuados ao Clube de Regatas do Vasco da Gama, bem como encaminhe cópias da documentação comprobatória da regularidade do clube junto à seguridade Social e ao FGTS, referente ao contrato de patrocínio assinado em 14/7/2009;”					
Justificativas apresentadas pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Presidência					
Justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>Em agosto de 2009 foi desembolsada diretamente ao Club de Regatas Vasco da Gama parte da primeira parcela, no total de R\$ 5.689.822,11, tendo já sido demonstrada a regularidade naquela ocasião. O restante desta primeira parcela foi desembolsado também em 2009, a fim de atender Ofícios Judiciais recebidos pela Eletrobras, a saber: Mandado de Notificação 1924/2009, Processo Judicial nº 2007.001.030639-3, expedido pela 6ª Vara Cível do Rio de Janeiro, no valor total de R\$ 700.000,00; Ofício nº 0553/2009, expedido pela 14ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro (1ª Região), referente ao Processo 01576.2008.014.01.00.7 / RTOrd, no valor total de R\$ 140.061,39; Ofício nº 0665/2009, expedido pela 68ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro (1ª Região), referente ao Processo 00190.2009.068.01.00.0 / RTOrd, no valor total de R\$ 470.116,50. Os gestores encaminharam a carta PRE 5448/2010, de 27/05/2010, informando a direção do Club de Regatas Vasco da Gama da impossibilidade do repasse da parcela acordada em contrato em face da ausência das certidões fiscais exigidas em contrato. Após a 1ª parcela, não foi feito qualquer desembolso ao Clube de Regatas do Vasco da Gama. Foram, sim, cumpridas determinações judiciais.</p> <p>2010: Mandado de Penhora e Avaliação nº 0105/2010, expedido pela 36ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, no valor total de R\$ 8.079.498,37; Mandados de Notificação nº 223/2009 e 238/2009, alusivos ao Ato da Presidência nº 37/09, expedido pelo TRT/RJ, Ofício 0225/09, referente ao Processo 02165.2009.000.01.00.7-Pet, no valor total de R\$ 2.800.000,00; Processo Judicial nº 2002.001.072.645.0, expedido pela 40ª Vara Civil da Justiça do Rio de Janeiro, no valor total de R\$ 193.776,75; Mandado de Penhora e Avaliação nº 0138/2010, expedido 36ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, referente ao Processo nº 0000617.48.2010.5.01.0036 - RTOrd, com desembolso parcial de R\$ 787.613,43; Mandado de Notificação nº 0274/2009, expedido pelo Juízo Auxiliar de Conciliação e Centralizador de Execução, da Justiça Regional do Trabalho/RJ (1ª Região), referente ao Processo 02165.2009.000.01.00.7 Pet, parcela fixa adicional ao processo citado no valor total de R\$ 2.500.799,18.</p> <p>2011: Mandado de Penhora nº 138/2010, expedido pelo Juiz da 36ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, no valor total de R\$ 2.088.821,77; Mandados de Notificação nº 617-48/2010, expedido pelo Juiz da 36ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, no valor total de R\$ 3.800.528,41; Ofício nº 893/2011, expedido pelo Juiz da 36ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, no valor total de R\$ 72.337,59; Mandado de Notificação nº 0116/2011, expedido pelo Juiz da 36ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, no valor total de R\$ 5.760.000,00; e Ofício nº 138/2010, expedido pela 36ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, no valor total de R\$ 3.551.753,39.</p>					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A documentação comprobatória de regularidade não está juntada ao processo de contas uma vez que o Clube de Regatas do Vasco da Gama não está regular com estas obrigações.					

DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.					226
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	005.359/2009-0	387/2010-Plenário	1.6	DE	Ofício nº 366/2010/TCU/SECEX-GO
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS – Centrais Elétricas Brasileira S/A.					226
Descrição da Deliberação:					
“1.6. Determinar à Eletrobrás que encaminhe prontamente cópia da legislação, atos normativos e análise que vierem a autorizar a aquisição, pela Eletrobrás, de ações da Companhia Celg de Participações S.A. - Celgpar (cuja subsidiária integral é a Celg Distribuição S.A. - Celg D);”					
Justificativas apresentadas pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria Financeira e de Relações com Investidores					
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Até o momento não ocorreu a autorização. Tão logo ocorra a publicação da autorização legislativa federal e a operação seja submetida à provação do Conselho de Administração da Eletrobras, a documentação será enviada.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve fatores positivos / negativos relevantes para fins de providências.					

DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.					226
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	030.641/2008-2	948/2010-Plenário	9.2	RE	Ofício nº 635/2010/TCU/SECEX-TO
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS – Centrais Elétricas Brasileira S/A.					226
Descrição da Deliberação:					
<p>“9.2. recomendar às Centrais Elétricas Brasileiras S/A (Eletrobrás) que exija, previamente à liberação de recursos, a apresentação dos instrumentos jurídicos apropriados, devidamente formalizados, firmados entre os agentes executores e outros órgãos e entes que tenham assumido compromissos de participação econômico-financeira para a realização de ações e metas contratadas e vinculadas ao Programa "Luz para Todos";”</p>					
Justificativas apresentadas pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria Financeira e de Relações com Investidores Diretoria de Geração					
Justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>A Eletrobras solicitou que o Coordenador do Programa Luz para Todos do MME indique as providências e procedimentos que devem ser tomados pela Eletrobras, como órgão executor, em relação ao Acórdão 948/2010, a fim de evitar impactos nas liberações dos financiamentos e, por consequência, na condução das obras do Programa Luz para Todos.</p>					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
<p>Trata-se de acompanhamento das metas do Programa Luz para Todos, relativas aos Estados (entes que assumiram compromissos), de responsabilidade daquele MME, conforme prevê o Manual de Operacionalização do Programa Luz para Todos. Salienta-se que com o Decreto 7520/2011, que trata do Luz para Todos do período de 2011-2014, bem como do novo Manual de Operacionalização do MME (aprovado pela Portaria Minsiterial MME-628/2011), não existe mais a participação de outros órgãos ou entes com compromissos de participação econômica-financeira, ficando apenas a Eletrobras e as Concessionárias como agentes do Programa.</p>					

DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.					226
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	017.384/2008-8	1172/2011 2ª Câmara	1.5.2	DE	Ofício Nº 470/2011 – TCU/SECEX-PI
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS – Centrais Elétricas Brasileira S/A.					226
Descrição da Deliberação:					
“1.5.2. determinar às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás, na qualidade de controladora da Cepisa, que adote as providências que estiverem ao seu alcance para que a referida companhia logre êxito na implementação dos planos de ação para redução da inadimplência e das perdas de energia elétrica, ora determinados.”					
Justificativas apresentadas pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria de Distribuição					
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Ação em andamento. A Eletrobras está acompanhando a implementação do plano de ação para redução da inadimplência e das perdas de energia elétrica.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve fatores positivos / negativos relevantes para fins de providências.					

DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.					226
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	117.517/2010-9	1752/2011 Plenário	9.4 . a 9.7.	RE	Ofício 570/2011 – TCU/SECEX-8
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS – Centrais Elétricas Brasileira S/A.					226
Descrição da Deliberação:					
<p>“9.4. recomendar ao Ministério do Meio Ambiente, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e à Eletrobras, no que lhe competem, que:</p> <p>9.4.1. ampliem a divulgação de seus respectivos programas – A3P, PEG e Procel EPP – perante a Administração Pública Federal, informando sobre o apoio prestado e sobre a existência de banco de dados contendo boas práticas bem como disponibilizem links de acesso, em suas respectivas páginas na internet, dos outros dois programas de apoio e de outros sites com informações sobre práticas sustentáveis;</p> <p>9.4.2. retomem as iniciativas visando implementar o Projeto Eficiência e Sustentabilidade na Esplanada dos Ministérios, tendo em vista sua importância na criação de bases para a implementação de uma política coordenada, mais abrangente e de longo prazo voltada para sustentabilidade e eficiência em toda a Administração Pública Federal;</p> <p>9.4.3. avaliem a estrutura, respectivamente, da Agenda Ambiental da Administração Pública, do Programa de Eficiência do Gasto e do Subprograma Procel Eficiência Energética em Prédios Públicos, visando dotá-los das condições necessárias para fomentar a adoção de ações voltadas para o uso racional de recursos naturais na Administração Pública Federal;</p> <p>9.4.4. atuando de forma conjunta e coordenada, disponibilizem na internet relação organizada de todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal, contendo indicadores de consumo de água, energia e papel per capita, com a apresentação detalhada de casos de sucesso na implementação de medidas que geraram economias no uso racional de recursos e a publicação de parâmetros de consumo de energia, água e papel per capita, específico por natureza de edificação pública federal;</p> <p>9.5. recomendar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, à Eletrobras e à Secretaria do Tesouro Nacional que se articulem para buscar compatibilizar as iniciativas de desenvolvimento de seus respectivos softwares de acompanhamento de gestão, de forma a não duplicar esforços, analisando a possibilidade de unificar suas funcionalidades;</p> <p>9.6. recomendar à Eletrobras que promova a divulgação, no âmbito do Procel EPP, da Reserva Global de Reversão e da parcela de recursos oriundos da Lei nº 9.991, de 2000, como fontes de financiamento para ações de eficiência energética para o Poder Público;</p> <p>9.7. recomendar à Eletrobras e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que busquem soluções para que os recursos da Reserva Global de Reversão possam ser utilizados para financiar ações de eficiência energética nos prédios públicos federais;”</p>					
Justificativas apresentadas pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria de Administração Diretoria Financeira e de Relações com Investidores Diretoria de Transmissão					
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Em 12/7/2011 a Superintendência de Auditoria, por meio do memorando nº CA-102/2011, enviou às Diretorias Financeira e de Relações com Investidores, Diretoria de Administração e Diretoria de Transmissão, o Ofício 570/2011 – TCU/SECEX-8, de 4/7/2011, com o Acórdão 1752/2011-TCU – Plenário, de 29/6/2011, para conhecimento e providências, no que coubesse.					

Em 10/8/2011 a Diretoria de Transmissão enviou à Superintendência de Auditoria o memorando GDT-038/2011, com plano de ação pertinente ao atendimento das recomendações constantes do citado Acórdão.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não houve fatores positivos / negativos relevantes para fins de providências.

DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.					226
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
8	005.215/2011-0	2707/2011 Plenário	9.6	RE	Ofício nº 479/2011-TCU/SECEX-9
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS – Centrais Elétricas Brasileira S/A.					226
Descrição da Deliberação:					
“9.6. recomendar, com fundamento no art. 250, III, do Regimento Interno/TCU, às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) que, considerando os regramentos a serem estabelecidos pela Cnen em virtude da determinação contida no item 9.1.1. acima, institua, mediante a edição de normas, mecanismos de controle e acompanhamento sobre a movimentação da conta bancária destinada a abrigar os recursos do fundo de descomissionamento das usinas nucleares, de forma que seja proibida a realização de saques para finalidades diversas às atividades para as quais foi instituído;”					
Justificativas apresentadas pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria Financeira e de Relações com Investidores					
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Encontra-se em fase de elaboração a norma de procedimentos que visa ao acompanhamento da movimentação bancária destinada a abrigar os recursos do fundo de descomissionamento das usinas nucleares com a finalidade de proibir a utilização desses recursos em atividade diversa daquela para a qual foi instituído.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A conclusão da norma está condicionada à publicação das normas reguladoras sobre a gestão da reserva financeira para o descomissionamento das usinas nucleares brasileiras a ser realizada pela Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN.					

DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.					226
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
9	031.592/2011-2	3071/2011 Plenário	9.2	DE	Ofício N° 544/2011-TCU/SECEX-9
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS – Centrais Elétricas Brasileira S/A.					226
Descrição da Deliberação:					
<p>“9.2. determinar às Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobras, que:</p> <p>9.2.1. não promova a prorrogação do prazo de vigência do contrato decorrente da Tomada Preços DAC 02/2011, ao final do período de 12 (doze) meses, previsto em sua Cláusula Dez;</p> <p>9.2.2. em futuras licitações para a contratação de serviços advocatícios, preceda o certame licitatório de justificativa fundamentada, demonstrando que os serviços são específicos, de natureza não continuada e com características singulares e complexas, que evidenciem a impossibilidade de serem prestados por profissionais do próprio quadro da Entidade;</p> <p>9.2.3. abstenha-se de incluir nos editais de licitação exigências dispensáveis à garantia da normalidade da execução do futuro contrato, como verificado no item 5.1.1 do Anexo I do edital da Tomada Preços DAC 02/2011, em desacordo com os arts. 3º, 27 e 30 da Lei 8.666/93 e art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal;”</p>					
Justificativas apresentadas pelo seu não cumprimento					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria de Administração					
Justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>A Eletrobras apresentou ao TCU pedido de reexame da matéria a fim de tornar insubsistente a determinação inserida no subitem 9.2.1 do citado Acórdão, em 15/12/2011.</p> <p>As determinações 9.2.2 e 9.2.3 serão observadas nas futuras licitações.</p>					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
<p>Não houve fatores positivos / negativos relevantes para fins de providências, no que tange aos itens 9.2.2 e 9.2.3.</p>					

DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.					226
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10	030.500/2011-7	9271/2011 2ª Câmara	b, c	DE	Controle nº 42249-TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
ELETROBRAS – Centrais Elétricas Brasileira S/A.					226
Descrição da Deliberação:					
<p>“a) considerar prejudicados por inépcia os atos constantes deste processo, pela impossibilidade de formulação de juízo sobre sua legalidade, seja pela existência de inconsistência entre informações prestadas, seja pela falta de esclarecimentos pelo órgão gestor de pessoal dessas inconsistências;</p> <p>b) Determinar ao Órgão de Pessoal que cadastre novos atos no sistema Sisac, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da notificação, e encaminhe-os via Controle Interno, corrigindo as falhas apontadas por esse Tribunal ou preenchendo o campo de “Esclarecimentos do Gestor de Pessoal”, detalhando a situação concreta, caso as falhas aqui apontadas sejam confirmadas pelo gestor de pessoal;</p> <p>c) orientar ao Órgão de Pessoal no sentido de que o encaminhamento de atos Sisac a este Tribunal com omissões e inconsistências injustificadas pode ensejar a aplicação de multa ao responsável, nos termos do inciso II, art. 58, da Lei nº 8443, de 1992.”</p>					
Justificativas apresentadas pelo seu não cumprimento					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Diretoria de Administração					
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Em 1/12/2011 a Eletrobras, pela carta CTA-CA-151/2011, solicitou ao TCU informações complementares que possibilitassem a ação determinada, bem como a fixação de novo prazo.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não foi possível identificar as falhas citadas no Acórdão.					

RECOMENDAÇÕES DA CGU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.			226
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	245314/2009	4.2.1.1	Ofício nº 35502/2010/NAC6/CGU-Regional/RJ/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.			226
Descrição da Recomendação:			
“Providenciar a imediata recuperação dos valores pagos indevidamente a título de CPMF.”			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Administração			
Síntese da providência adotada:			
<p>Das 9 contratações com valores de CPMF a recuperar, até 29/4/2011 foram finalizadas 8, permanecendo ainda pendente de solução, em razão da empresa não ter sido encontrada, a recuperação referente ao contrato ECE-254/2006, do Instituto Terceiro Setor, cujo valor do débito remonta em R\$ 169,96.</p> <p>Foi verificado que em 3/5/2010 a empresa Instituto Terceiro Setor havia emitido a Nota Fiscal nº 0604, referente ao mês de abril de 2010, mas que em virtude de não ter apresentado demonstração de regularidade fiscal, não recebeu o pagamento de R\$ 4.285,38, valor este bastante superior ao débito de R\$ 169,96 correspondente ao CPMF. Desde então, a citada empresa não foi mais localizada. No caso de vir a demonstrar sua regularidade e solicitar o pagamento daquela Nota Fiscal, será realizada a glosa de R\$ 169,96. Esta justificativa constou do Plano de Providências Permanente da Eletrobras e foi aceita pela CGU, que considerou a pendência encerrada.</p>			
Síntese dos resultados obtidos			
Atendimento à recomendação.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Impossibilidade de localizar a empresa Instituto Terceiro Setor para efetuar-se a recuperação de R\$ 169,96, apesar de todos os esforços empreendidos.			

RECOMENDAÇÕES DA CGU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.			226
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	245314/2009	4.3.1.4	Ofício nº 35502/2010/NAC6/CGU-Regional/RJ/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.			226
Descrição da Recomendação:			
“Providencie normatização interna de forma a definir as regras para a celebração de instrumentos de transferência de recursos para o Sistema Eletrobrás, bem como mecanismos de controle.”			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Administração			
Síntese da providência adotada:			
A Norma de Convênios foi concluída e aprovada pela Resolução de Diretoria nº 392/2011, de 5/5/2011.			
Síntese dos resultados obtidos			
Atendimento à recomendação.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve fatores positivos / negativos relevantes para fins de providências.			

RECOMENDAÇÕES DA CGU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.			226
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	Nota Técnica nº 3149/2010		Ofício nº 2819/2011/DIENE/DI/SFC/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.			226
Descrição da Recomendação:			
“Reveja os métodos empregados para aferir os ganhos publicitários obtidos em função dos patrocínios, a fim de verificar se o objetivo pretendido com o projeto foi alcançado, verificando a exposição obtida na mídia, tais como, os canais que transmitiram os eventos e inserções em programas de televisão”.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Presidência			
Síntese da providência adotada:			
A recomendação vem sendo observada nos contratos de patrocínio firmados. Além disto, está sendo incluído na nova norma de patrocínios, em elaboração, item específico sobre análise da comprovação da exposição de mídia realizada no projeto;			
Síntese dos resultados obtidos			
Atendimento à recomendação.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve fatores positivos / negativos relevantes para fins de providências.			

RECOMENDAÇÕES DA CGU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.			226
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	254674	4.1.1.2	Ofício nº 5621/2011/NAC-6/CGU-Regional/RJ/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.			226
Descrição da Recomendação:			
<p>“A Eletrobras não deve, na fase de verificação da conformidade das propostas de futuros procedimentos licitatórios, considerar erros ou omissões no preenchimento da planilha de custos e formação de preços prevista na IN SLTI/MP Nº 02/2008 como critério único de desclassificação de licitantes, em razão do caráter instrumental da planilha de preços, dos princípios expostos no art. 3º da Lei 8.666/93 e a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (Acórdãos Nº 2.104/2004, 1.791/2006 e 1.179/2008, todos Plenário, e Acórdão Nº 4.621/2009, da 2ª Câmara).”.</p>			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Administração			
Síntese da providência adotada:			
A recomendação foi divulgada, para que seja observada nos futuros processos licitatórios.			
Síntese dos resultados obtidos			
Atendimento à recomendação.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve fatores positivos / negativos relevantes para fins de providências.			

RECOMENDAÇÕES DA CGU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.			226
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	Nota Técnica nº 345/2011		Ofício nº 7409/2011/DIENE/DI/SFC/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.			226
Descrição da Recomendação:			
“Reveja os métodos empregados para aferir os ganhos publicitários obtidos em função dos patrocínios, a fim de verificar se o objetivo pretendido com o projeto foi alcançado, verificando a exposição obtida na mídia, tais como, os canais que transmitiram os eventos e inserções em programas de televisão”.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Presidência			
Síntese da providência adotada:			
A recomendação vem sendo observada nos contratos de patrocínio firmados. Além disto, está sendo incluído na nova norma de patrocínios, em elaboração, item específico sobre análise da comprovação da exposição de mídia realizada no projeto;			
Síntese dos resultados obtidos			
Atendimento à recomendação.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve fatores positivos / negativos relevantes para fins de providências.			

RECOMENDAÇÕES DA CGU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.			226
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	Nota de Auditoria nº 201110885-01	2 - 001	E-mail
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.			226
Descrição da Recomendação:			
“Adotar prazos mais adequados para oferta de preços, notadamente quando o objeto da licitação se tratar de implantação de software em ambiente empresarial”.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Administração			
Síntese da providência adotada:			
A recomendação será observada nas licitações futuras.			
Síntese dos resultados obtidos			
Atendimento à recomendação.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve fatores positivos / negativos relevantes para fins de providências.			

RECOMENDAÇÕES DA CGU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.			226
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	201109440	3.1.1.1-4	Ofício nº 28374/2011/NAC-6/CGU-Regional/RJ/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.			226
Descrição da Recomendação:			
“Providenciar o restabelecimento da transmissão das informações dos dados relativos aos contratos vinculados ao orçamento de investimento regularizando o cadastramento das informações dos mesmos no sistema SIASG.”.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Administração			
Síntese da providência adotada:			
Foi restabelecida a referida transmissão.			
Síntese dos resultados obtidos			
Atendimento à recomendação.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve fatores positivos / negativos relevantes para fins de providências.			

RECOMENDAÇÕES DA CGU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.			226
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Nota Técnica 2.823/2011	1	Ofício nº 32098/2011/NAC-6/CGU/Regional/RJ/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.			226
Descrição da Recomendação:			
“Adotar medidas com vistas à regularização do ressarcimento dos débitos dos órgãos cessionários, até 31/1/2012”.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria Financeira e de Relação com Investidores			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Foram regularizadas todas as pendências, a menos do débito de R\$ 388.063,19, pertinente ao Ministério das Minas e Energia, ainda em controvérsia.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Divergências relativas aos débitos.			

RECOMENDAÇÕES DA CGU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.			226
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	Nota de Auditoria nº 201110885-01	1 - 001	e-mail
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.			226
Descrição da Recomendação:			
“Aprimorar a verificação dos vouchers listados nas faturas, de forma a evitar pagamento de corridas sem a correspondente rubrica (confirmação da viagem) do usuário do serviço”.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Administração			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
O novo Sistema de administração de Viagens corporativas que será implantado na atualização do SAP, ora em curso, contempla a condição de que os vouchers de táxi solicitados serão disponibilizados por meio de senha eletrônica, pessoal e intransferível, somente para o viajante ou solicitante da viagem, mediante assinatura eletrônica. Sua implementação está prevista para 17/2/2012.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve fatores positivos / negativos relevantes para fins de providências.			

RECOMENDAÇÕES DA CGU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.			226
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	Nota de Auditoria nº 201110885-01	2 - 002	e-mail
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.			226
Descrição da Recomendação:			
“Normatizar prazos médios de oferta de preços em licitações conforme a natureza do objeto”.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Administração			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Está sendo analisada com as áreas envolvidas. O prazo de atendimento é 30/3/2012.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não foram registrados fatores positivos / negativos relevantes para fins de providências.			

RECOMENDAÇÕES DA CGU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.			226
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	Nota de Auditoria nº 201110885-02	1 - 001	e-mail
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.			226
Descrição da Recomendação:			
‘Elaborar termo aditivo visando à alteração da forma de pagamento, efetuando a inclusão de acordo de níveis de serviço’.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Administração			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Está em andamento. Prazo para atendimento 30/3/2012.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não foram registrados fatores positivos / negativos relevantes para fins de providências.			

RECOMENDAÇÕES DA CGU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.			226
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	Nota de Auditoria nº 201110885-02	2 - 002	e-mail
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.			226
Descrição da Recomendação:			
‘Quando da celebração de contratos para prestação de serviços, efetuar os pagamentos e mensurar a execução contratual por resultados segundo especificações previamente estabelecidas em cláusula de acordos de níveis de serviço’.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Administração			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Em andamento. Prazo para atendimento 30/3/2012.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não foram registrados fatores positivos / negativos relevantes para fins de providências.			

RECOMENDAÇÕES DA CGU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.			226
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	201109440	1.1.1.1-1	Ofício nº 28374/2011/NAC-6/CGU-Regional/RJ/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.			226
Descrição da Recomendação:			
‘Implementar indicadores de desempenho que avaliem a gestão da ELETROBRAS na execução de seu objeto social.’.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Presidência			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Em andamento. Prazo para atendimento 30/6/2012.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não foram registrados fatores positivos / negativos relevantes para fins de providências.			

RECOMENDAÇÕES DA CGU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.			226
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	201109440	1.1.1.1-1-2	Ofício nº 28374/2011/NAC-6/CGU-Regional/RJ/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.			226
Descrição da Recomendação:			
“Implementar indicadores de desempenho que avaliem a gestão da ELETROBRAS na administração dos recursos dos Fundos Setoriais..”.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Presidência – Diretoria Financeira e de Relação com Investidores			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Em andamento. Prazo para atendimento 30/12/2012.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não foram registrados fatores positivos / negativos relevantes para fins de providências.			

RECOMENDAÇÕES DA CGU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.			226
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	201109440	1.1.2.1-1-1	Ofício nº 28374/2011/NAC-6/CGU-Regional/RJ/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.			226
Descrição da Recomendação:			
“Elaborar Planejamento Estratégico de TI de forma a ordenar a alocação dos recursos e definir prioridades entre as atividades finalísticas da organização para as aquisições relacionadas a TI.”.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Presidência – Diretoria de Administração			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Em andamento. Prazo para atendimento 30/6/2012.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não foram registrados fatores positivos / negativos relevantes para fins de providências.			

RECOMENDAÇÕES DA CGU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.			226
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	201109440	2.1.1.1-1-1	Ofício nº 28374/2011/NAC-6/CGU-Regional/RJ/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.			226
Descrição da Recomendação:			
“Utilizar os mecanismos de gerenciamento e controle, de modo a promover a restrição da realização de horas extras no âmbito da ELETROBRAS, observando o comando constante do art. 59 do DECRETO-LEI n.º 5.452 - CLT.”.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Administração			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Em andamento. Ação contínua.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Há dificuldades decorrente da necessidade de executar-se manutenções nos finais de semana e em outros horários fora do normal de expediente.			

RECOMENDAÇÕES DA CGU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.			226
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	201109440	3.1.1.1-1-2	Ofício nº 28374/2011/NAC-6/CGU-Regional/RJ/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
ELETROBRAS - Centrais Elétricas Brasileiras S/A.			226
Descrição da Recomendação:			
“Fazer gestões junto ao Departamento de Logística e Serviços Gerais - DLSG da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão visando a viabilizar o cadastramento dos convênios vinculados ao orçamento de investimento no SICONV.”.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Diretoria de Administração			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Em andamento. Prazo para atendimento 30/4/2012.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
É necessário implantar uma funcionalidade de TI, que está em desenvolvimento..			

CEPEL**QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPEL					60381
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	TC-030.608/2011-2	9277/2011-TCU-2		DE	Ofício nº 42517/TCU/Sefip, de 03/11/2011
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPEL					60381
Descrição da Deliberação:					
<p>Determinar ao CEPEL que:</p> <p>b) <i>Cadastre novos atos no sistema SISAC, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da notificação, e encaminhe-os via Controle Interno, corrigindo as falhas apontadas por este Tribunal ou preenchendo o campo de "Esclarecimentos do Gestor de Pessoal" detalhando a situação concreta, caso as falhas aqui apontadas sejam confirmadas pelo gestor de pessoal.</i></p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Departamento de Gestão de Pessoas – DGP					
Síntese da providência adotada:					
<p>Conforme Carta DG-39.376/2011, de 25 de novembro de 2011, encaminhada ao Secretário de Fiscalização de Pessoal do Tribunal de Contas da União, Sr. Alessandro Giuberti:</p> <p><i>"Informamos que no dia 24/11/2011 foram cadastrados novos Atos de Admissão dos 10 (dez) empregados relacionados pelo TCU, com os esclarecimentos do Gestor de Pessoal, e encaminhada a documentação comprobatória ao Controle Interno para emissão de Parecer."</i></p> <p>Foram os esclarecimentos do Gestor de Pessoal para cada um dos empregados constantes no Acórdão do TCU, diferenciando somente a data de admissão. O exemplo abaixo foi do empregado de matrícula nº 1205:</p> <p><i>Em atendimento ao Acórdão 9277/2011-TCU-Segunda Câmara, que considerou prejudicados por inépcia os atos de admissão constantes do processo TC-030.608/2011-2, procedemos ao cadastramento de novo ato e esclarecemos que não houve irregularidade na data de admissão do empregado, haja vista que a convocação ocorreu dentro do prazo de validade estipulado pelo edital da seleção pública (conforme Ficha de Cadastro assinada pelo empregado em 10/06/2008 e documentação comprobatória encaminhada para o Controle Interno). A assinatura do contrato de trabalho foi realizada após o cumprimento de todas as etapas previstas no edital para a conclusão do processo admissional (apresentação de documentação, exames médicos e psicológicos, comprovação de experiência etc), motivo pelo qual a data de admissão (data de assinatura do contrato) é posterior ao encerramento da validade da seleção.</i></p>					
Síntese dos resultados obtidos					
A efetividade dos resultados será verificada nos próximos trabalhos de auditoria.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve fatores positivos/negativos relevantes.					

Quadro A.15.2 - Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Não há deliberações pendentes.

Quadro A.15.3 - Recomendações da Controladoria Geral da União-CGU Atendidas no Exercício –

Não houve recomendação por parte da cgu no ano de 2011.

16. Tratamento das Recomendações Realizadas pela Unidade de Controle Interno

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	2/2011
Data do Relatório de Auditoria	7/2/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.1
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 22/2011, de 7/2/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Contratações – DAC
Descrição da Recomendação	I.a) Ausência de justificativa adequada para a realização de certame na modalidade Convite, diversa da prevista na legislação – Pregão Eletrônico.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Contratações – DAC	
Síntese das providências adotadas	
O Chefe da DACL reforçou a orientação aos seus técnicos.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	2/2011
Data do Relatório de Auditoria	7/2/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.2
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 22/2011, de 7/2/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Contratações – DAC
Descrição da Recomendação	II.a) Observar, como condição para realização das licitações, o disposto no Acórdão nº 980/2005 – Plenário, TCU, no sentido de que a pesquisa de preços no mercado seja ampla, além de fazer constar do processo toda a documentação comprobatória.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Contratações – DAC	
Síntese das providências adotadas	
O Chefe da DACL reforçou a orientação aos seus técnicos.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	2/2011
Data do Relatório de Auditoria	7/2/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.3
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 22/2011, de 7/2/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Contratações – DAC
Descrição da Recomendação	III.a) Providenciar para que, nas sessões de pregão eletrônico, os pregoeiros não estabeleçam tempo inferior a 30 minutos para a apresentação de intenção de recursos pelos licitantes interessados, em consonância com o disposto no Acórdão nº 1.990/2008 – Plenário - TCU.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Contratações – DAC	
Síntese das providências adotadas	
O Chefe da DACL reforçou a orientação aos técnicos.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	2/2011
Data do Relatório de Auditoria	7/2/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.4
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 22/2011, de 7/2/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Contratações – DAC
Descrição da Recomendação	IV.a) Abster-se de fundamentar a realização de novo procedimento licitatório na justificativa de intenção de melhoria dos valores pagos aos profissionais terceirizados.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Contratações – DAC	
Síntese das providências adotadas	
O DAC explicou que a licitação não foi realizada com esta intenção e sim, para adequação da especificação dos serviços que estavam sendo realizados; no entanto, o DAC orientou aos técnicos da área para observar justificativas apresentadas que possam causar interpretação dúbia.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	2/2011
Data do Relatório de Auditoria	7/2/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.5
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 22/2011, de 7/2/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Contratações – DAC
Descrição da Recomendação	V.a) Abster-se de fixar remuneração mínima a ser paga aos profissionais prestadores dos serviços a serem contratados, quando houver convenção coletiva de trabalho amparando a categoria profissional requerida, em consonância com o disposto no Acórdão nº 614/2008 – Plenário - TCU.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Contratações – DAC	
Síntese das providências adotadas	
A área requisitante já foi informada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	4/2011
Data do Relatório de Auditoria	1/4/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.1
Comunicação Expedida/Data	Carta nº 39/2011, de 1/4/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Fundação Eletrobras de Seguridade Social – Eletros
Descrição da Recomendação	I.a) Zelar para que todos os documentos inerentes à concessão de benefício sejam previamente analisados e, em ato contínuo, assinados por profissionais habilitados visando à legitimidade do processo.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Fundação Eletrobras de Seguridade Social – Eletros	
Síntese das providências adotadas	
Os documentos estão sendo assinados conforme recomendação.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	5/2011
Data do Relatório de Auditoria	9/5/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.2
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 62/2011, de 9/5/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Gestão de Pessoas - DAG
Descrição da Recomendação	II.a) Abster-se de realizar movimentação salarial sob o pretexto de revisão de paradigma, uma vez que não há previsão normativa que ampare o referido reajuste.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Gestão de Pessoas – DAG	
Síntese das providências adotadas	
A implantação do Plano de Carreira e Remuneração – PCR e do Sistema de Gestão do Desempenho – SGD padronizou nas empresas Eletrobras as políticas e diretrizes de cargos, carreira, remuneração e desempenho. Sendo assim, todos os empregados do Sistema Eletrobras passaram a ser regidos por um mesmo conjunto de regras e critérios para ascensão em sua carreira, bem como para as progressões salariais.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	7/2011
Data do Relatório de Auditoria	21/6/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.1
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 81/2011, de 21/6/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Contratações – DAC
Descrição da Recomendação	I.a) Abster-se de realizar repactuações com alteração do percentual do lucro originariamente contratado, acatando apenas a majoração dos custos que contenham a demonstração analítica da sua variação, conforme preconiza o Decreto Nº 2.271/97.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Contratações – DAC	
Síntese das providências adotadas	
A área nos informou que a chefe da DACL instruiu seu pessoal a considerar, nas repactuações, como padrão, o percentual de lucro indicado na proposta original, conforme recomendação da auditoria.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	7/2011
Data do Relatório de Auditoria	21/6/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.2
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 81/2011, de 21/6/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Administração Geral – DAA
Descrição da Recomendação	II.a) Abster-se de aprovar pagamentos de mão de obra à Contratada quando as folhas de ponto não estiverem devidamente assinadas pelos empregados e com o “de acordo” dos supervisores designados pela empresa contratada.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Administração Geral – DAA	
Síntese das providências adotadas	
A área informou que foi implantado procedimento de conferência e assinatura pelos supervisores (VISE), fiscal do contrato (Auxiliar de Segurança Patrimonial - empregado da ELETROBRAS) e “de acordo” pelo preposto (VISE), nas folhas de frequência dos postos de trabalho preenchidos por empregados da contratada (VISE).	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	7/2011
Data do Relatório de Auditoria	21/6/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.5
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 81/2011, de 21/6/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Administração Geral – DAA
Descrição da Recomendação	V.a) Zelar para que as pastas de processos estejam adequadamente organizadas e contenham todos os documentos pertinentes à gestão dos contratos, evitando arquivar documentos estranhos ao processo, conforme preconiza o Artigo 22, § 4º, da Lei nº 9.784/99.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Administração Geral – DAA	
Síntese das providências adotadas	
A área informou que o documento indevidamente arquivado no referido processo foi prontamente retirado quando da identificação do ocorrido.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	7/2011
Data do Relatório de Auditoria	21/6/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.5
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 81/2011, de 21/6/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Administração Geral – DAA
Descrição da Recomendação	V.b) Juntar à pasta do Contrato ECE-478/2009, referente a locação de imóvel, o Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Obrigações do Contrato de Locação.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Administração Geral – DAA	
Síntese das providências adotadas	
A área informou que já anexou o referido documento ao processo.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	7/2011
Data do Relatório de Auditoria	21/6/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.5
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 81/2011, de 21/6/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Administração Geral – DAA
Descrição da Recomendação	V.c) Juntar à pasta do Contrato ECE-DAC-605/2010, referente a prestação de serviços de emissão de passagens aéreas, as respectivas faturas.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DAA	
Síntese das providências adotadas	
A área informou que o procedimento já está sendo adotado.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	7/2011
Data do Relatório de Auditoria	21/6/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.5
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 81/2011, de 21/6/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Administração Geral – DAA
Descrição da Recomendação	V.d) Juntar às pastas correspondentes aos Contratos ECE-156/2005 (limpeza e conservação), ECE-411/2008 (manutenção predial), ECE-475/2009 (telefonias de longa distância), ECE-DAC-605/2010 (emissão de passagens aéreas) e ECE-311/2007 (reprografia e impressão) os documentos comprobatórios de regularidade fiscal e com a seguridade social válido à época das liberações de faturas.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	Departamento de Administração Geral – DAA
Síntese das providências adotadas	A área informou que o procedimento de manter as referidas cópias de regularidade fiscal nas pastas já está sendo adotado.
Síntese dos resultados obtidos	Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	Não houve fatores positivos e negativos relevantes.

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	7/2011
Data do Relatório de Auditoria	21/6/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.5
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 81/2011, de 21/6/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Administração Geral – DAA
Descrição da Recomendação	V.e) Juntar à pasta do Contrato ECE-311/2007, referente à prestação de serviços de reprografia, os relatórios com o demonstrativo dos faturamentos desde fevereiro de 2010, comprovando o ateste mensal pela Eletrobras.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Administração Geral – DAA	
Síntese das providências adotadas	
A área informou que os relatórios foram juntados.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	7/2011
Data do Relatório de Auditoria	21/6/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.5
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 81/2011, de 21/6/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Administração Geral – DAA
Descrição da Recomendação	V.f) Juntar ao processo do Pedido de Compras nº 4500052974, referente à prestação de serviços de telefonia fixa, as faturas emitidas para pagamento correspondente aos meses de novembro de 2010 a fevereiro de 2011.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Administração Geral – DAA	
Síntese das providências adotadas	
A área informou que já anexou as faturas referentes aos serviços de telefonia fixa aos respectivos Pedidos de Compra.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	7/2011
Data do Relatório de Auditoria	21/6/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.7
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 81/2011, de 21/6/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Administração Geral – DAA
Descrição da Recomendação	VII.a) Abster-se de realizar contratações de serviços de telefonia fixa sem a devida observância à Lei 8.666/93.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	Departamento de Administração Geral – DAA
Síntese das providências adotadas	
A área informou que a recomendação será acatada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	8/2011
Data do Relatório de Auditoria	22/6/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.1
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 85/2011, de 28/6/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Administração de Recursos de Terceiros – DFT
Descrição da Recomendação	I.a) Adotar medidas para sanar a duplicidade de lançamentos correspondentes às dívidas de ICMS, no mês de outubro de 2010, referentes às empresas Eletrobras Eletronorte e Eletrobras Distribuição Rondônia.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Administração de Recursos de Terceiros – DFT	
Síntese das providências adotadas	
Os lançamentos em duplicidade foram estornados pelo DFG da base de dados. O lançamento em duplicidade não gerou nenhuma liberação de recursos em duplicidade.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	8/2011
Data do Relatório de Auditoria	22/6/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.2
Comunicação Expedida/Data	Memorando-085/2011, de 28/jun/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Administração de Recursos de Terceiros – DFT
Descrição da Recomendação	II.a) Realizar trabalho de inserção das informações inerentes aos reembolsos, na listagem do SAP, com vistas a melhorar a identificação dos registros relativos à CCC.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Administração de Recursos de Terceiros – DFT	
Síntese das providências adotadas	
O DFT passou a registrar no SAP as informações solicitadas. Nenhum reembolso deixou de ser identificado em função dessa falta de informação.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	9/2011
Data do Relatório de Auditoria	11/7/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.1
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 100/2011, de 12/7/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE
Descrição da Recomendação	I.a) Efetuar a organização dos processos referentes aos contratos ECP-0001/2009 e ECP-0048/2009 para adequá-los à Lei 9.784/99.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE	
Síntese das providências adotadas	
A área informou que será feita revisão da documentação com vistas a adequação pertinente.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	9/2011
Data do Relatório de Auditoria	11/7/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.1
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 100/2011, de 12/7/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE
Descrição da Recomendação	I.b) Zelar para que, nos procedimentos de contratação e gestão de patrocínios, os processos tenham suas páginas devidamente rubricadas e numeradas, e sejam instruídos, tempestivamente, com todos os documentos comprobatórios dos atos praticados, inclusive a parte relativa à execução contratual, em atendimento ao disposto na Lei 9.784/99.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE	
Síntese das providências adotadas	
A área informou que a recomendação foi acatada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	9/2011
Data do Relatório de Auditoria	11/7/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.2
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 100/2011, de 12/7/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE
Descrição da Recomendação	II.a) Observar, como condição para contratações de patrocínios, as exigências legais pertinentes à existência de orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os valores unitários, além de fazer constar dos processos a referida documentação.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE	
Síntese das providências adotadas	
A área informou que esta recomendação esta sendo observada nas contratações de patrocínio.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	9/2011
Data do Relatório de Auditoria	11/7/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.3
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 100/2011, de 12/7/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE
Descrição da Recomendação	III.a) Proceder, de imediato, a alteração da designação formal do gestor do Contrato ECP-0001/2009, visto que o profissional inicialmente indicado para o desempenho da função não tem a responsabilidade da gestão, além de fazer constar dos processos o referido documento.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE	
Síntese das providências adotadas	
A área informou que a indicação foi formalizada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	9/2011
Data do Relatório de Auditoria	11/7/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.3
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 100/2011, de 12/7/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE
Descrição da Recomendação	III.b) Instruir o gestor do contrato com a informação de que ele é o representante da Administração, pessoa física, especialmente designada, responsável pelo acompanhamento e controle da execução do contrato, e assim, por registrar todas as ocorrências relacionadas ao contrato, determinando, de forma tempestiva, o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, conforme estabelece o art. 67, caput, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93 e Acórdão 216/2007 do TCU - Plenário.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE	
Síntese das providências adotadas	
A área informou que os gestores foram instruídos de suas responsabilidades.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	9/2011
Data do Relatório de Auditoria	11/7/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.4
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 100/2011, de 12/7/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE
Descrição da Recomendação	IV.a) Abster-se de delegar à Confederação Brasileira de Basketball – CBB a responsabilidade pelo atendimento aos questionamentos da Auditoria Interna.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE	
Síntese das providências adotadas	
A área informou que a os questionamentos da Auditoria Interna sempre foram respondidos pelos profissionais da PRE.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	9/2011
Data do Relatório de Auditoria	11/7/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.4
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 100/2011, de 12/7/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE
Descrição da Recomendação	IV.b) Zelar para que a manutenção dos controles internos necessários à eficiência da gestão do contrato seja exercida efetivamente pelo seu gestor, conforme preconiza o art. 67, caput, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE	
Síntese das providências adotadas	
A área informou que a os gestores já estão cientes.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	9/2011
Data do Relatório de Auditoria	11/7/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.5
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 100/2011, de 12/7/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE
Descrição da Recomendação	V.b) Exigir que as beneficiárias abstenham-se de incluir despesas com tributos e contribuições em seus cronogramas financeiros de projetos.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE	
Síntese das providências adotadas	
Informou que esta recomendação esta sendo observada nas contratações de patrocínio	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	9/2011
Data do Relatório de Auditoria	11/7/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.6
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 100/2011, de 12/7/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE
Descrição da Recomendação	VI.b) Apurar se as despesas inclusas na rubrica de material gráfico são passíveis de cobertura contratual, providenciando, em caso negativo, o ressarcimento do valor de R\$3.500,00.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE	
Síntese das providências adotadas	
Informou que a despesa foi prevista.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	9/2011
Data do Relatório de Auditoria	11/7/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.6
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 100/2011, de 12/7/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE
Descrição da Recomendação	VI.c) Exigir que as beneficiárias de contratos de patrocínios abstenham-se de incluir despesas com material publicitário e de merchandising em seus cronogramas financeiros de projetos.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE	
Síntese das providências adotadas	
A área informou que a recomendação já foi feita.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	9/2011
Data do Relatório de Auditoria	12/7/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.7
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 100/2011, de 12/7/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE
Descrição da Recomendação	VII.a) Exigir da beneficiária, Contrato ECP-0001/2009, quando da utilização de recursos do patrocínio para despesas com viagens, a relação de atletas e funcionários autorizados a viajar a serviço da CBB nos eventos, e que seja informado na prestação de contas, o número do contrato, o nome do evento e a cidade para justificar os gastos incorridos, de modo a evitar dúvidas quanto à transparência e credibilidade da documentação apresentada.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE	
Síntese das providências adotadas	
A área informou que a modificação do procedimento já foi solicitada à contratada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	9/2011
Data do Relatório de Auditoria	11/7/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.8
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 100/2011, de 12/7/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE
Descrição da Recomendação	VIII.a) Adotar critérios mais rigorosos ao analisar a documentação de prestação de contas, expurgando as despesas em desacordo com o contrato de patrocínio.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE	
Síntese das providências adotadas	
A área informou que a contratada sempre foi orientada a não utilizar os recursos do patrocínio com despesas particulares. Internamente os profissionais foram orientados a ter mais atenção e rigor com a prestação de contas da contratada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	9/2011
Data do Relatório de Auditoria	12/7/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.9
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 100/2011, de 12/7/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE
Descrição da Recomendação	IX.a) Adotar critérios mais rigorosos ao analisar a documentação de prestação de contas, expurgando as despesas que extrapolam o objeto do contrato de patrocínio.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE	
Síntese das providências adotadas	
A área informou que a contratada sempre foi orientada a não utilizar os recursos do patrocínio com despesas particulares. Os técnicos da PRE foram orientados a ter redobrada atenção com a prestação de contas bem como realizar as glosas devidas.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	9/2011
Data do Relatório de Auditoria	11/7/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.10
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 100/2011, de 12/7/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE
Descrição da Recomendação	X.b) Zelar pela boa e regular gestão dos recursos destinados ao patrocinado, realizando, periodicamente, conciliação bancária com o fito de identificar as saídas de valores não condizentes com objeto do contrato.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE	
Síntese das providências adotadas	
A área respondeu como acatada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	9/2011
Data do Relatório de Auditoria	11/7/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.11
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 100/2011, de 12/7/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE
Descrição da Recomendação	XI.a) Glosar e solicitar o ressarcimento das despesas, relativas às despesas pagas em duplicidade no Contrato ECP 0001/2009, no montante de R\$ 5.725,13, encaminhando para a Auditoria Interna os correspondentes comprovantes de depósito.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE	
Síntese das providências adotadas	
Foi identificado que as referidas notas não estão em duplicidade.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação finalizada.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	9/2011
Data do Relatório de Auditoria	11/7/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.11
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 100/2011, de 12/7/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE
Descrição da Recomendação	XI.b) Adotar critérios mais rigorosos ao analisar a documentação de prestação de contas, expurgando as despesas que estejam em duplicidade.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE	
Síntese das providências adotadas	
A área informou que os técnicos da PRE já foram orientados a redobram a atenção na conferência.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	9/2011
Data do Relatório de Auditoria	11/7/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.12
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 100/2011, de 12/7/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE
Descrição da Recomendação	XII.a) Exigir nas prestações de contas das patrocinadas, a apresentação de comprovantes de despesas com os itens discriminados e claramente identificados. Estes deverão conter a data de emissão, a descrição dos itens de consumo ou serviços prestados e o valor da operação, além de fazer referência ao número do contrato de patrocínio.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE	
Síntese das providências adotadas	
A área informou que a recomendação foi acatada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	9/2011
Data do Relatório de Auditoria	11/7/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.13
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 100/2011, de 12/7/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE
Descrição da Recomendação	XIII.a) Instruir a beneficiária, Contrato ECP 001/2009, para que a movimentação da conta específica do projeto inclua, somente, recursos oriundos do patrocínio feitos pela Eletrobras.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE	
Síntese das providências adotadas	
A área informou que a contratada foi multada e orientada a não mais movimentar na conta específica do projeto outro recursos que não sejam os oriundos do patrocínio da Eletrobras, salvo com prévia autorização da Eletrobras.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	9/2011
Data do Relatório de Auditoria	11/7/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.14
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 100/2011, de 12/7/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE
Descrição da Recomendação	XIV.a) Implementar ações de controle dos valores depositados em conta específica, visando assegurar-se de que os recursos aportados pela Eletrobras sejam utilizados, especificamente, para fins de cobertura de despesas decorrentes dos eventos patrocinados.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE	
Síntese das providências adotadas	
A área informou que o procedimento já foi realizado	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	9/2011
Data do Relatório de Auditoria	12/7/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.15
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 100/2011, de 12/7/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE
Descrição da Recomendação	XV.a) Adotar critérios mais rigorosos ao analisar a documentação de prestação de contas, realizando periodicamente a conciliação bancária, com vistas a certificar-se de que as saídas dos recursos correspondem às despesas apresentadas.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE	
Síntese das providências adotadas	
Informou que os técnicos da PRE foram orientados a reforçarem a conferência.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	9/2011
Data do Relatório de Auditoria	12/7/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.16
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 100/2011, de 12/7/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE
Descrição da Recomendação	XVI.a) Manter a Auditoria Interna informada, com vistas ao atendimento do Acórdão TCU 217/2010 – Plenário, que determinou informar, nas próximas contas, os pagamentos efetuados ao Clube de Regatas do Vasco da Gama, bem como encaminhar cópias da documentação comprobatória da regularidade do clube junto à Seguridade Social e ao FGTS, referente ao contrato de patrocínio ECP-0048/2009.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE	
Síntese das providências adotadas	
A PRE informou que está ciente e acatará a recomendação, informando sempre que houver decisão judicial que determine penhora de valores contratuais.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	9/2011
Data do Relatório de Auditoria	11/7/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.17
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 100/2011, de 12/7/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE
Descrição da Recomendação	XVII.a) Exigir da beneficiária como justificativa das despesas efetuadas, a realização de cotação de preços no mercado, previamente à contratação de obras e serviços necessários ao projeto, além de juntar ao processo a documentação comprobatória.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE	
Síntese das providências adotadas	
A PRE informou que a recomendação foi acatada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	9/2011
Data do Relatório de Auditoria	11/7/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.18
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 100/2011, de 12/7/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE
Descrição da Recomendação	XVIII.a) Observar, nos processos de contratação de patrocínio, a obrigatoriedade de verificação e comprovação de regularidade fiscal com a Fazenda Federal e com a Seguridade Social (INSS e FGTS) à data da assinatura do contrato, bem como à data de liberação de recursos, em conformidade com o art. 55, inciso XIII, da Lei 8.666/93 e o art. 195, § 3º, da Constituição Federal, além de fazer constar dos processos os respectivos documentos comprobatórios.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE	
Síntese das providências adotadas	
A PRE informou que tem acatado as ordens judiciais no que tange ao ECP 48/2009.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	9/2011
Data do Relatório de Auditoria	11/7/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.19
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 100/2011, de 12/7/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE
Descrição da Recomendação	XIX.a) Observar, nos contratos de patrocínios, a obrigatoriedade da apresentação de declaração formal do patrocinado de cumprimento dos procedimentos exigidos em prestações de contas de patrocínios anteriores, mediante recursos públicos, em atendimento a Instrução Normativa IN SECOM-PR nº 01 de 08.05.2009.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE	
Síntese das providências adotadas	
A PRE informou a recomendação foi acatada	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	9/2011
Data do Relatório de Auditoria	12/7/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.20
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 100/2011, de 12/7/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE
Descrição da Recomendação	XX.a) Registrar as ocorrências relacionadas com a execução do contrato e determinar o que for necessário à regularização de situações de desconformidade, sendo indispensável que todos os documentos inerentes à gestão sejam acostados ao processo, de forma tempestiva, conforme jurisprudência pacífica do TCU, através do Acórdão 221/2006 – Plenário.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE	
Síntese das providências adotadas	
A PRE informou a recomendação foi acatada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	9/2011
Data do Relatório de Auditoria	12/7/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.21
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 100/2011, de 12/7/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE
Descrição da Recomendação	XXI.a) Fazer constar dos processos de Patrocínio toda documentação relacionada à análise do custo/benefício dos patrocínios, com base em critérios claros e objetivos para a seleção das ações de marketing mercadológico, na forma estabelecida no Ofício Circular nº 39/2007/SECOM-PR.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE	
Síntese das providências adotadas	
A PRE informou a recomendação foi acatada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	13/2011
Data do Relatório de Auditoria	8/8/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.2
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 116/2011, de 9/8/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Responsabilidade Social e Projetos com a Sociedade - PGR
Descrição da Recomendação	II.a) Cadastrar os contratos de patrocínios firmados pela Eletrobras no Portal de Transparência tempestivamente, permitindo seu conhecimento e acompanhamento pelos órgãos de controle, bem como a sociedade, em conformidade com o Acórdão nº 3.426/2010 – Plenário.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Responsabilidade Social e Projetos com a Sociedade - PGR	
Síntese das providências adotadas	
O processo de atualização do Portal da Transparência vem sendo implementado de forma a garantir uma efetiva atualização. Os projetos que não constavam e que foram apontados dizem respeito ao ano de 2011 e foram inseridos.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	13/2011
Data do Relatório de Auditoria	08/08/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.4
Comunicação Expedida/Data	m-116/2011 de 9/8/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Responsabilidade Social e Projetos com a Sociedade - PGR
Descrição da Recomendação	IV.a) Atentar para que os projetos básicos encaminhados à Eletrobras contenham a assinatura do representante legal do proponente, dando, com isto, eficácia jurídica ao documento, conforme determina o Acórdão nº 1.159/2008 – Plenário.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Responsabilidade Social e Projetos com a Sociedade - PGR	
Síntese das providências adotadas	
A área informou que reiterou o uso de <i>checklist</i> e monitoramento do processo de conferência de documentação em cada fase do processo de gestão.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	13/2011
Data do Relatório de Auditoria	8/8/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.4
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 116/2011, de 9/8/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Responsabilidade Social e Projetos com a Sociedade - PGR
Descrição da Recomendação	IV.b) Atentar para que os projetos básicos encaminhados à Eletrobras possuam as folhas numeradas e rubricadas em conformidade com a Política de Patrocínio da Eletrobras.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Responsabilidade Social e Projetos com a Sociedade - PGR	
Síntese das providências adotadas	
Utilização do <i>checklist</i> com especial recomendação para que o projeto básico (formulário enviado para preenchimento de dados), independentemente das trocas de informações iniciais com o proponente do projeto, esteja sempre devidamente numerado, assinado e rubricado.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	13/2011
Data do Relatório de Auditoria	8/8/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.5
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 116/2011, de 9/8/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Responsabilidade Social e Projetos com a Sociedade - PGR
Descrição da Recomendação	V.a) Cumprir os prazos legais definidos para as publicações, de forma a evitar possíveis questionamentos da fiscalização, conforme estabelece o parágrafo único, artigo 61 da Lei 8.666/93.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Responsabilidade Social e Projetos com a Sociedade - PGR	
Síntese das providências adotadas	
Reiteração do uso de <i>checklist</i> e monitoramento do processo de conferência de documentação em cada fase do processo de gestão. Os prazos de publicação serão monitorados de forma rigorosa a partir do próprio <i>checklist</i> .	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	13/2011
Data do Relatório de Auditoria	8/8/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.6
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 116/2011, de 9/8/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Responsabilidade Social e Projetos com a Sociedade - PGR
Descrição da Recomendação	VI.a) Efetuar a organização dos processos referentes ao contrato ECP-0007/2009, conforme determina à Lei 9.784/99, em seu parágrafo 4º, do artigo 22.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Responsabilidade Social e Projetos com a Sociedade - PGR	
Síntese das providências adotadas	
A área informou que foi acostada ao processo termo de esclarecimento sobre a numeração do projeto.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	13/2011
Data do Relatório de Auditoria	8/8/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.6
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 116/2011, de 9/8/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Responsabilidade Social e Projetos com a Sociedade - PGR
Descrição da Recomendação	VI.b) Zelar para que, nos procedimentos de contratação e gestão de patrocínios, os processos tenham suas páginas devidamente rubricadas e numeradas, e sejam instruídos, tempestivamente, com todos os documentos comprobatórios dos atos praticados, inclusive a parte relativa à execução contratual, em atendimento ao disposto na Lei 9.784/99.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Responsabilidade Social e Projetos com a Sociedade - PGR	
Síntese das providências adotadas	
A área informou que foi acostado ao processo termo de esclarecimento sobre a numeração do projeto, e o mesmo está sendo reavaliado em relação à numeração e demais procedimentos antes de sua finalização.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	13/2011
Data do Relatório de Auditoria	8/8/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.7
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 116/2011, de 9/8/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Responsabilidade Social e Projetos com a Sociedade - PGR
Descrição da Recomendação	VII.a) Fazer constar do processo a relação de todas as notas fiscais/recibos com seus respectivos valores glosados e/ou indicativo de glosa nos próprios documentos fiscais.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Responsabilidade Social e Projetos com a Sociedade - PGR	
Síntese das providências adotadas	
A área informou que está fazendo parte da metodologia de prestação de contas a indicação em formulário próprio das notas fiscais glosadas e justificativas correspondentes.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	13/2011
Data do Relatório de Auditoria	8/8/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.8
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 116/2011, de 9/8/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Responsabilidade Social e Projetos com a Sociedade - PGR
Descrição da Recomendação	VIII.a) Abster-se de aprovar despesas ocorridas anteriores à assinatura do contrato, o que contraria o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 8.666/93.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Responsabilidade Social e Projetos com a Sociedade - PGR	
Síntese das providências adotadas	
A área informou que está fazendo parte da metodologia de prestação de contas a glosa de notas fiscais emitidas anteriormente à assinatura do contrato de patrocínio.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	13/2011
Data do Relatório de Auditoria	8/8/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.8
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 116/2011, de 9/8/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Responsabilidade Social e Projetos com a Sociedade - PGR
Descrição da Recomendação	VIII.b) Elaborar melhor planejamento para cobertura de projetos de curto, médio e longo prazo.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Responsabilidade Social e Projetos com a Sociedade - PGR	
Síntese das providências adotadas	
A área informou que acatou a recomendação para realizar estudo de prazos, que sejam previstos na política de patrocínios da Eletrobras.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	13/2011
Data do Relatório de Auditoria	8/8/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.9
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 116/2011, de 9/8/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Responsabilidade Social e Projetos com a Sociedade - PGR
Descrição da Recomendação	IX.a) Cumprir e fazer cumprir as Cláusulas contratuais estabelecidas entre as partes no contrato ECP-0007/2010, mais precisamente as relativas aos itens 4.1 e 7.10.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Responsabilidade Social e Projetos com a Sociedade - PGR	
Síntese das providências adotadas	
A área informou que acataram a recomendação de Cumprir e fazer cumprir as Cláusulas contratuais estabelecidas entre as partes no contrato.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	13/2011
Data do Relatório de Auditoria	8/8/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.10
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 116/2011, de 9/8/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Responsabilidade Social e Projetos com a Sociedade - PGR
Descrição da Recomendação	X.a) Interagir com a SECOM com vistas a regularizar a ressalva/pendência que consta no SISAC.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Responsabilidade Social e Projetos com a Sociedade - PGR	
Síntese das providências adotadas	
A área informou que o contato com SECOM foi estabelecido. Enviaram comunicação e a resposta já foi obtida e acostada ao processo.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	13/2011
Data do Relatório de Auditoria	8/8/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.10
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 116/2011, de 9/8/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Responsabilidade Social e Projetos com a Sociedade - PGR
Descrição da Recomendação	X.b) Observar, nos contratos de patrocínios de que vier a participar, a obrigatoriedade de apresentação do documento comprobatório de aprovação do projeto pela SECOM, como pré-requisito à oficialização do patrocínio, além de fazer constar do processo a referida documentação.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Responsabilidade Social e Projetos com a Sociedade - PGR	
Síntese das providências adotadas	
<p>A área informou que a IN-01/2009 da SECOM norteia o processo de aprovação no âmbito daquele órgão e que cumprem todos os trâmites ao fiel cumprimento de prazos. A implementação, em 2009, do sistema Sisac, gerou algumas ocorrências técnicas e que tiveram da SECOM todo apoio para os casos em que solicitaram os projetos em caráter de excepcionalidade. O maior rigor no <i>checklist</i> igualmente colaborará para a otimização do processo em médio prazo.</p>	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	13/2011
Data do Relatório de Auditoria	8/8/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.11
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 116/2011, de 9/8/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Responsabilidade Social e Projetos com a Sociedade - PGR
Descrição da Recomendação	XI.a) Cumprir e fazer cumprir os prazos previstos nas Cláusulas contratuais estabelecidas entre as partes no contrato ECP-047/2010, mais precisamente a relativa ao item 6.10.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Responsabilidade Social e Projetos com a Sociedade - PGR	
Síntese das providências adotadas	
A área informou que acataram a recomendação e informaram que nos próximos projetos de patrocínio observarão o cumprimento da referida cláusula.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	13/2011
Data do Relatório de Auditoria	8/8/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.12
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 116/2011, de 9/8/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Responsabilidade Social e Projetos com a Sociedade - PGR
Descrição da Recomendação	XII.a) Observar, nos processos de contratação de patrocínio, a obrigatoriedade de verificação e comprovação de regularidade fiscal com a Fazenda Federal e com a Seguridade Social (INSS e FGTS) à data da assinatura do contrato, bem como à data de liberação de recursos, em conformidade com o art. 55, inciso XIII, da Lei 8.666/93 e o art. 195, § 3º, da Constituição Federal, além de fazer constar dos processos os respectivos documentos comprobatórios.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Responsabilidade Social e Projetos com a Sociedade - PGR	
Síntese das providências adotadas	
Reiteração do uso de <i>checklist</i> e monitoramento do processo de conferência de documentação em cada fase do processo de gestão. Os contratos ECP-0092/2010, ECP-0002/2011 e ECP—037/2011 constam no relatório, porém não possuíam pendências após resposta anterior do PGR. A documentação exigida e enviada ao departamento financeiro no ato do pagamento foi solicitada para conferência adicional e possíveis correções.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	13/2011
Data do Relatório de Auditoria	8/8/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.13
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 116/2011, de 9/8/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Responsabilidade Social e Projetos com a Sociedade - PGR
Descrição da Recomendação	XIII.a) Zelar para que todos os documentos inerentes à contratação e à gestão do contrato ECP-049/2010 sejam acostados ao processo de forma tempestiva, conforme jurisprudência do TCU, manifestada através do Acórdão 221/2006 – Plenário.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Responsabilidade Social e Projetos com a Sociedade - PGR	
Síntese das providências adotadas	
A área informou que acata a recomendação.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	13/2011
Data do Relatório de Auditoria	8/8/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.14
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 116/2011, de 9/8/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Responsabilidade Social e Projetos com a Sociedade - PGR
Descrição da Recomendação	XIV.a) Providenciar e apor na pasta do processo relativo ao contrato ECP-049/2010, a declaração formal do patrocinado de cumprimento dos procedimentos exigidos em prestações de contas de patrocínios anteriores mediante recursos públicos, em atendimento a IN SECOM-PR nº 01 de 8/5/2009.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Responsabilidade Social e Projetos com a Sociedade - PGR	
Síntese das providências adotadas	
A área informou que a cópia do referido documento foi acostada ao processo.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	13/2011
Data do Relatório de Auditoria	8/8/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.14
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 116/2011, de 9/8/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Responsabilidade Social e Projetos com a Sociedade - PGR
Descrição da Recomendação	XIV.b) Observar, nos contratos de patrocínios de que vier a participar a obrigatoriedade da apresentação de declaração formal do patrocinado de cumprimento dos procedimentos exigidos em prestações de contas de patrocínios anteriores mediante recursos públicos, em atendimento a IN SECOM-PR nº 01 de 8/5/2009.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Responsabilidade Social e Projetos com a Sociedade - PGR	
Síntese das providências adotadas	
A área informou que faz parte do <i>checklist</i> da PGRP/PGR a obrigatoriedade da declaração formal do patrocinado a cumprimento dos procedimentos exigidos em prestações de contas de patrocínios anteriores, conforme IN-01/2009 da SECOM. Maior rigor no <i>checklist</i> já está sendo observado pela PGRP/PGR para a otimização do processo em curto prazo.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	13/2011
Data do Relatório de Auditoria	8/8/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.15
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 116/2011, de 9/8/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Responsabilidade Social e Projetos com a Sociedade - PGR
Descrição da Recomendação	XV.a) Zelar para que todos os documentos inerentes à contratação e à gestão, do contrato ECP-049/2010, sejam acostados ao processo de forma tempestiva, conforme jurisprudência do TCU, manifestada através do Acórdão 221/2006 – Plenário.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Responsabilidade Social e Projetos com a Sociedade - PGR	
Síntese das providências adotadas	
A área acata a recomendação e informa que o referido extrato já se encontra acostado ao processo e que a PGRP já adota medidas preventivas de controle para evitar tal situação (formulário <i>checklist</i>).	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	13/2011
Data do Relatório de Auditoria	8/8/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.16
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 116/2011, de 9/8/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Responsabilidade Social e Projetos com a Sociedade - PGR
Descrição da Recomendação	XVI.a) Zelar para que todos os documentos inerentes à contratação e à gestão dos contratos ECP-049/2010, ECP-092/2010 e ECP-0002/2011, sejam acostados ao processo de forma tempestiva, conforme jurisprudência do TCU, manifestada através do Acórdão 221/2006 – Plenário.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Responsabilidade Social e Projetos com a Sociedade - PGR	
Síntese das providências adotadas	
A área acata a recomendação e informa que o referido extrato de inexigibilidade no DOU, já se encontra acostado ao processo e a PGRP já adota medidas preventivas de controle para evitar tal situação (formulário <i>checklist</i>).	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	13/2011
Data do Relatório de Auditoria	8/8/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.17
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 116/2011, de 9/8/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Responsabilidade Social e Projetos com a Sociedade - PGR
Descrição da Recomendação	XVII.a) Zelar para que todos os documentos inerentes à contratação e à gestão dos contratos ECP-049/2010, ECP-092/2010 e ECP-0002/2011, sejam acostados ao processo de forma tempestiva, conforme jurisprudência do TCU, manifestada através do Acórdão 221/2006 – Plenário.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Responsabilidade Social e Projetos com a Sociedade - PGR	
Síntese das providências adotadas	
A área acata a recomendação e informa que o referido extrato de inexigibilidade no DOU, já se encontra acostado ao processo e a PGRP já adota medidas preventivas de controle para evitar tal situação (formulário <i>checklist</i>).	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	13/2011
Data do Relatório de Auditoria	8/8/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.18
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 116/2011, de 9/8/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Responsabilidade Social e Projetos com a Sociedade - PGR
Descrição da Recomendação	XVIII.a) Zelar para que todos os documentos inerentes à contratação e à gestão do contrato ECP-092/2010, sejam acostados ao processo de forma tempestiva, conforme jurisprudência do TCU, manifestada através do Acórdão 221/2006 – Plenário.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Responsabilidade Social e Projetos com a Sociedade - PGR	
Síntese das providências adotadas	
A área acata a recomendação e informa que o referido parecer jurídico já se encontra acostado ao processo.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	13/2011
Data do Relatório de Auditoria	8/8/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.19
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 116/2011, de 9/8/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Responsabilidade Social e Projetos com a Sociedade - PGR
Descrição da Recomendação	XIX.a) Zelar para que todos os documentos inerentes à contratação e à gestão do contrato ECP-092/2010, sejam acostados ao processo de forma tempestiva, conforme jurisprudência do TCU, manifestada através do Acórdão 221/2006 – Plenário.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Responsabilidade Social e Projetos com a Sociedade - PGR	
Síntese das providências adotadas	
A área acata a recomendação e informa que a documentação da seleção pública de projetos - Edital do Programa Eletrobras de Cultura 2010 já se encontra acostado ao referido processo.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	13/2011
Data do Relatório de Auditoria	8/8/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.20
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 116/2011, de 9/8/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Responsabilidade Social e Projetos com a Sociedade - PGR
Descrição da Recomendação	XX. a) Retificar, de forma imediata, o número do ECP-0002/2010 que consta nas páginas do contrato para ECP-0002/2011, evitando assim dúvidas quanto à sua validade.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Responsabilidade Social e Projetos com a Sociedade - PGR	
Síntese das providências adotadas	
A área acatou a recomendação e informa que já foi corrigido.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	13/2011
Data do Relatório de Auditoria	8/8/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.21
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 116/2011, de 9/8/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Responsabilidade Social e Projetos com a Sociedade - PGR
Descrição da Recomendação	XXI.a) Zelar pela adequada organização do processo relativo ao ECP-0002/2011, conforme estabelece a Lei 9.784/99, em seu artigo 22, parágrafo 4º.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Responsabilidade Social e Projetos com a Sociedade - PGR	
Síntese das providências adotadas	
A área acatou a recomendação e informa que já foi corrigido.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	15/2011
Data do Relatório de Auditoria	15/8/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.1
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 119/2011, de 15/8/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Contratação - DAC
Descrição da Recomendação	I.b) Observar, nos processos de contratação direta de que vier a participar, a obrigatoriedade de publicação dos avisos de ratificação de dispensa ou inexigibilidade de licitação, em conformidade com o art. 26, Caput, da Lei 8.666/93 e com o item 3.5.22 da norma EAG – 10 da Eletrobras.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Contratação - DAC	
Síntese das providências adotadas	
A Área implementou rotina de antecipar o Check List para verificar este tipo de ocorrência (obrigatoriedade de publicação dos avisos de ratificação de dispensa ou inexigibilidade de licitação) . Com esta modificação acredita-se que não mais acontecerá a inconformidade detectada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	15/2011
Data do Relatório de Auditoria	15/8/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.2
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 119/2011, de 15/8/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Contratação - DAC
Descrição da Recomendação	II.a) Providenciar e juntar à pasta do processo do Contrato ECE-636/2011, o documento considerado como ANEXO III da Nota Técnica ETG-002/2010.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Contratação - DAC	
Síntese das providências adotadas	
<p>A área informou que no processo em referência não existe pendência de anexos na Nota Técnica ETG-005/2010, única Nota Técnica no processo, com dois anexos que constam do mesmo.</p> <p>Por divergência na resposta prestada ao questionamento, analisaremos o ponto na próxima auditoria.</p>	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	15/2011
Data do Relatório de Auditoria	15/8/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.2
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 119/2011, de 15/8/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Contratação - DAC
Descrição da Recomendação	II.b) Zelar para que as pastas de processos estejam adequadamente organizadas e contenham todos os documentos pertinentes à contratação, conforme preconiza o Acórdão 216/2007 - Plenário e o § 4º, do Artigo 22, da Lei nº 9.784/99.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Contratação - DAC	
Síntese das providências adotadas	
A área está redistribuindo os processos para sua finalização para que não haja acúmulo e evitar qualquer falha na organização dos processos.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	15/2011
Data do Relatório de Auditoria	15/8/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.3
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 119/2011, de 15/8/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Contratação - DAC
Descrição da Recomendação	III.a) Providenciar e juntar às pastas dos processos dos contratos ECE-613/2010 e ECE-623/2010 os Relatórios Prévios sobre Contratações Diretas.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Contratação - DAC	
Síntese das providências adotadas	
A área informou que os relatórios mencionados já estão nos processos.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	15/2011
Data do Relatório de Auditoria	15/8/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.3
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 119/2011, de 15/8/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Contratação - DAC
Descrição da Recomendação	III.b) Zelar para que as pastas de processos estejam adequadamente organizadas e contenham todos os documentos pertinentes à contratação, conforme preconiza o Acórdão 216/2007 - Plenário e o § 4º, do Artigo 22, da Lei nº 9.784/99.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Contratação - DAC	
Síntese das providências adotadas	
A área está redistribuindo os processos para sua finalização para que não haja acúmulo e evitar qualquer falha na organização dos processos.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	16/2011
Data do Relatório de Auditoria	25/8/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.1
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 125/2011, de 25/8/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Assessoria de Publicidade e Gestão de Eventos – PGE
Descrição da Recomendação	I.a) Proceder, de imediato, a solicitação dos contratos ECE-DAC-685/2011, ECE-DAC-686/2011 e ECE-DAC-687/2011 ao Departamento de Contratações - DAC, visto que o acompanhamento da execução e a fiscalização do contrato são de responsabilidade do representante da Administração especialmente designado, conforme preconiza o art. 67, caput, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Assessoria de Publicidade e Gestão de Eventos – PGE	
Síntese das providências adotadas	
As cópias dos contratos ECE-DAC-685/2011, ECE-DAC-686/2011 e ECE-DAC-687/2011 foram solicitadas ao DAC e encontram-se sob a responsabilidade do Gestor na PGE.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	16/2011
Data do Relatório de Auditoria	25/8/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.1
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 125/2011, de 25/8/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Assessoria de Publicidade e Gestão de Eventos – PGE
Descrição da Recomendação	I.b) Zelar para que a manutenção dos controles internos necessários à eficiência da gestão de contratos seja exercida efetivamente pelos respectivos gestores, conforme preconiza o art. 67, caput, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Assessoria de Publicidade e Gestão de Eventos – PGE	
Síntese das providências adotadas	
Melhoria no processo de controle.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	16/2011
Data do Relatório de Auditoria	25/8/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.1
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 125/2011, de 25/8/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Assessoria de Publicidade e Gestão de Eventos – PGE
Descrição da Recomendação	I.c) Instruir o gestor dos contratos ECE-DAC-685/2011, ECE-DAC-686/2011 e ECE-DAC-687/2011 com a informação de que ele é o representante da Administração, pessoa física, especialmente designada, responsável pelo acompanhamento e controle da execução do contrato, e assim, por registrar todas as ocorrências relacionadas ao contrato, determinando, de forma tempestiva, o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, conforme estabelece o art. 67, caput, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93 e Acórdão 216/2007 do TCU – Plenário.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Assessoria de Publicidade e Gestão de Eventos – PGE	
Síntese das providências adotadas	
Os gestores foram instruídos sobre sua responsabilidade no acompanhamento e controle dos respectivos contratos.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	16/2011
Data do Relatório de Auditoria	25/8/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.2
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 125/2011, de 25/8/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Assessoria de Publicidade e Gestão de Eventos – PGE
Descrição da Recomendação	II.a) Abster-se de aprovar pagamentos de Notas Fiscais sem identificação dos respectivos contratos a que se referem.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	Assessoria de Publicidade e Gestão de Eventos – PGE
Síntese das providências adotadas	
Os gestores dos contratos foram orientados com relação a esta exigência. Ação concluída.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	16/2011
Data do Relatório de Auditoria	25/8/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.2
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 125/2011, de 25/8/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Assessoria de Publicidade e Gestão de Eventos – PGE
Descrição da Recomendação	II.b) Interagir junto ao Departamento de Contratações – DAC de modo que as cópias dos instrumentos contratuais estejam disponíveis para os respectivos gestores de contratos antes do recebimento de qualquer documento fiscal para pagamento.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Assessoria de Publicidade e Gestão de Eventos – PGE	
Síntese das providências adotadas	
Os gestores dos contratos foram orientados com relação a esta exigência. Ação concluída.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	16/2011
Data do Relatório de Auditoria	25/8/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.3
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 125/2011, de 25/8/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Assessoria de Publicidade e Gestão de Eventos – PGE
Descrição da Recomendação	Abster-se de aprovar pagamentos de Notas Fiscais sem a formalização do Termo de Recebimento Definitivo, assinado por representante da Eletrobras.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Assessoria de Publicidade e Gestão de Eventos – PGE	
Síntese das providências adotadas	
Os gestores dos contratos estão sendo orientados com relação a esta exigência.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	16/2011
Data do Relatório de Auditoria	25/8/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.4
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 125/2011, de 25/8/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Assessoria de Publicidade e Gestão de Eventos – PGE
Descrição da Recomendação	IV.a) Organizar, imediatamente, os documentos relativos aos contratos ECE-DAC-641/2011, ECE-DAC-650/2011, ECE-DAC-652/2011, ECE-DAC-682/2011, ECE 661/2011, ECE 602/2010 e ECE 603/2010, em pastas separadas para cada contrato, cumprindo o que estabelece o § 4º, do artigo, 22 da Lei 9.784/99.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Assessoria de Publicidade e Gestão de Eventos – PGE	
Síntese das providências adotadas	
Os documentos foram organizados em pastas separadas para cada contrato.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	16/2011
Data do Relatório de Auditoria	25/8/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.4
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 125/2011, de 25/8/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Assessoria de Publicidade e Gestão de Eventos – PGE
Descrição da Recomendação	IV.b) Providenciar e acostar na pasta dos processos relativos aos contratos ECE-DAC-682/2011 e ECE 602/2010, as Notas Fiscais que comprovam o pagamento dos serviços contratados.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Assessoria de Publicidade e Gestão de Eventos – PGE	
Síntese das providências adotadas	
A devida documentação comprobatória foi organizada nas respectivas pastas dos contratos.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	16/2011
Data do Relatório de Auditoria	25/8/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.4
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 125/2011, de 25/8/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Assessoria de Publicidade e Gestão de Eventos – PGE
Descrição da Recomendação	IV.c) Zelar para que os processos tenham suas páginas devidamente rubricadas e numeradas e sejam instruídos, tempestivamente, com todos os documentos comprobatórios dos atos praticados, em ordem cronológica, conforme estabelece o § 4º, art. 22, da Lei 9.784/99.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Assessoria de Publicidade e Gestão de Eventos – PGE	
Síntese das providências adotadas	
As devidas providências já estão sendo implementadas.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	16/2011
Data do Relatório de Auditoria	25/8/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.5
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 125/2011, de 25/8/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Assessoria de Publicidade e Gestão de Eventos – PGE
Descrição da Recomendação	V.a) Providenciar, imediatamente, a designação formal dos gestores e suplentes para os contratos ECE 652/2011, ECE 661/2011, ECE 602/2010 e ECE 603/2010, em atendimento ao artigo 67 da Lei 8.666/93.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Assessoria de Publicidade e Gestão de Eventos – PGE	
Síntese das providências adotadas	
Esta orientação foi tomada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	16/2011
Data do Relatório de Auditoria	25/8/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.6
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 125/2011, de 25/8/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Assessoria de Publicidade e Gestão de Eventos – PGE
Descrição da Recomendação	VI.a) Exigir que a contratada apresente o Relatório de Checagem de Veiculação, para o contrato ECE-DAC-338/2007, a cargo de empresa independente, para o pagamento das despesas com veiculação, ou em caso de impossibilidade, apresentar justificativa concreta, conforme determina o art. 15 da Lei 12.232/2010 e Notas Técnicas nº 04/2010 e nº 10/2010 SECOM.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Assessoria de Publicidade e Gestão de Eventos – PGE	
Síntese das providências adotadas	
Os Relatórios de Checagem de Veiculação foram exigidos à empresa contratada. Em caso de impossibilidade, estão sendo exigidas justificativas concretas.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	16/2011
Data do Relatório de Auditoria	25/8/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.9
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 125/2011, de 25/8/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Assessoria de Publicidade e Gestão de Eventos – PGE
Descrição da Recomendação	IX.a) Abster-se de realizar depósito bancário em contas divergentes das estipuladas em instrumento contratual.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Assessoria de Publicidade e Gestão de Eventos – PGE	
Síntese das providências adotadas	
Esta orientação está sendo seguida.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	17/2011
Data do Relatório de Auditoria	5/9/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.2
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 130/2011, de 5/9/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Contratações – DAC
Descrição da Recomendação	II.a) Providenciar a correção imediata do item de estoque código 164 - envelopes pardos médios ECI-2 - no Sistema SAP/R3.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Contratações – DAC	
Síntese das providências adotadas	
A área informou que enviou o memorando DAC/DACS-872/2011 ao DA para autorização da execução do movimento no sistema SAP de inventário.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	17/2011
Data do Relatório de Auditoria	5/9/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.3
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 130/2011, de 5/9/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Contratações – DAC
Descrição da Recomendação	III.a) Realizar, imediatamente, o devido ajuste da quantidade do item de estoque de código 211, referente a caixa de papel para reprografia duplo carta, no módulo de materiais do Sistema SAP R/3.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Contratações – DAC	
Síntese das providências adotadas	
A área informou que enviou o memorando DAC/DACS-872/2011 ao DA para autorização da execução do movimento no sistema SAP de inventário.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	17/2011
Data do Relatório de Auditoria	5/9/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.4
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 130/2011, de 5/9/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Contratações – DAC
Descrição da Recomendação	IV.b) Realizar com maior frequência a contagem de materiais em estoque e que apresentam maior risco de furto.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Contratações – DAC	
Síntese das providências adotadas	
A área informou que o aumento da frequência nas contagens foi iniciado em 1/9/2011.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	17/2011
Data do Relatório de Auditoria	5/9/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.5
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 130/2011, de 5/9/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Contratações – DAC
Descrição da Recomendação	V.a) Implantar rotina periódica com base no consumo dos últimos meses, com a finalidade de verificar a validade dos materiais em estoque, objetivando uma consequente economia.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
DAC	
Síntese das providências adotadas	
A área informou que a verificação está sendo realizada periodicamente.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	17/2011
Data do Relatório de Auditoria	5/9/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.8
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 130/2011, de 5/9/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Contratações – DAC
Descrição da Recomendação	VIII.a) Planejar as aquisições de materiais em consonância com a necessidade de demanda da sua unidade organizacional, evitando custos desnecessários e possíveis perdas.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Contratações – DAC	
Síntese das providências adotadas	
A área informou que a demanda não foi do DAC e sim do DAA; memorando DAC/DACS-862/11 enviado ao DAA solicitando providências.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	17/2011
Data do Relatório de Auditoria	5/9/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.9
Comunicação Expedida/Data	Memorando-130/2011, de 5/9/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Contratações – DAC
Descrição da Recomendação	IX.a) Providenciar a imediata retirada do motor não pertencente aos itens de estoque de materiais do almoxarifado da Eletrobras
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Contratações – DAC	
Síntese das providências adotadas	
A área informou que enviou memorando DAC/DACS-862/11 ao DAA solicitando providências.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	17/2011
Data do Relatório de Auditoria	5/9/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.10
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 130/2011, de 5/9/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Contratações – DAC
Descrição da Recomendação	X.a) Providenciar novos meios de armazenagem dos materiais adquiridos e de uso exclusivo da gráfica que se encontram estocados no subsolo do almoxarifado.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Contratações – DAC	
Síntese das providências adotadas	
A área informou que foi providenciada a aquisição de paletes para melhor acomodação e armazenamento dos materiais.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	17/2011
Data do Relatório de Auditoria	5/9/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.12
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 130/2011, de 5/9/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Contratações – DAC
Descrição da Recomendação	XII.a) Providenciar, de imediato, a retirada dos materiais que estão obstruindo a porta de acesso à sala de refrigeração, em especial, os pedaços de madeira com pontas de prego expostas.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Contratações – DAC	
Síntese das providências adotadas	
A área informou que foi providenciada a aquisição de paletes para melhor acomodação e armazenamento dos materiais.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	17/2011
Data do Relatório de Auditoria	5/9/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.13
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 130/2011, de 5/9/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Contratações – DAC
Descrição da Recomendação	XIII.a) Interagir com a Divisão de Engenharia e Segurança do Trabalho, com vistas a providenciar a instalação dos equipamentos necessários - extintores de incêndio manuais - em número adequado à área a ser protegida.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Contratações – DAC	
Síntese das providências adotadas	
A área informou que foi enviado memorando DAC/DACS-862/11 ao DAA solicitando providências.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	17/2011
Data do Relatório de Auditoria	5/9/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.14
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 130/2011, de 5/9/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Contratações – DAC
Descrição da Recomendação	XIV.a) Interagir com a Divisão de Administração de Instalações Prediais, com vistas a instalar adequadamente o painel de disjuntores.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Contratações – DAC	
Síntese das providências adotadas	
A área informou que foi enviado memorando DAC/DACS-862/11 ao DAA solicitando providências.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	17/2011
Data do Relatório de Auditoria	5/9/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.15
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 130/2011, de 5/9/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Contratações – DAC
Descrição da Recomendação	XV.a) Interagir com a Divisão de Administração de Instalações Prediais, com vistas a providenciar iluminação adequada para o ambiente objetivando evitar possíveis perdas de materiais e, também, facilitar o acesso de profissionais ao local.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Contratações – DAC	
Síntese das providências adotadas	
A área informou que foi enviado memorando DAC/DACS-862/11 ao DAA solicitando providências.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	18/2011
Data do Relatório de Auditoria	5/10/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.2
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 146/2011, de 7/10/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento Jurídico - PGJ
Descrição da Recomendação	II.a) Promover levantamento das descrições das ações cadastradas no Sistema Projurid e proceder, de imediato, aos ajustes necessários à padronização das informações.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento Jurídico - PGJ	
Síntese das providências adotadas	
Levantamento das descrições das ações, como solicitado, e ajustes necessários à padronização das informações.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	18/2011
Data do Relatório de Auditoria	5/10/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.2
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 146/2011, de 7/10/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento Jurídico - PGJ
Descrição da Recomendação	II.b) Apresentar documentação comprobatória dos ajustes realizados.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento Jurídico - PGJ	
Síntese das providências adotadas	
O Departamento Jurídico enviou a documentação solicitada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	18/2011
Data do Relatório de Auditoria	5/10/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.3
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 146/2011, de 7/10/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento Jurídico - PGJ
Descrição da Recomendação	III.a) Elaborar plano de trabalho com vistas a demonstrar acompanhamento periódico da possibilidade de êxito das ações do contencioso da Empresa.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento Jurídico - PGJ	
Síntese das providências adotadas	
A possibilidade de êxito das ações é avaliada periodicamente pelos advogados internos e contratados e pelos gerentes das Divisões responsáveis pelo contencioso judicial e administrativo da Eletrobras, mediante relatórios trimestrais encaminhados ao DFC, dos quais consta o relatório da totalidade das ações em curso e a avaliação de probabilidade de êxito das mesmas.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	18/2011
Data do Relatório de Auditoria	5/10/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.4
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 146/2011, de 7/10/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento Jurídico - PGJ
Descrição da Recomendação	IV.a) Interagir com o Departamento de Administração de Capital de Giro – DFG, com vista a resolver a pendência do lançamento de estorno no Sistema SAP, referente ao PDP 1900003614, no valor de R\$ 342.926,91 (trezentos e quarenta e dois mil novecentos e vinte e seis reais e noventa e um centavos).
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento Jurídico - PGJ	
Síntese das providências adotadas	
Envio do Memorando PGJP-0039/2012, de 4/1/2012 ao DFG, solicitando a exclusão do lançamento em duplicidade. Segue cópia do Memorando supracitado.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	18/2011
Data do Relatório de Auditoria	5/10/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.6
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 145/2011, de 7/10/11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Contabilidade - DFC
Descrição da Recomendação	VI.a) Realizar, de imediato, o provisionamento das ações trabalhistas classificadas como de perda Provável, conforme estabelece a Deliberação CVM nº 594/09.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento Jurídico - PGJ	
Síntese das providências adotadas	
A ação de reconhecimento da provisão para contingências trabalhistas foi acertada no ITR de setembro de 2011, sendo o procedimento de comunicação das áreas ajustados, para que o DFC tenha plenas condições de apurar o valor a ser reconhecido.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	18/2011
Data do Relatório de Auditoria	5/10/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.7
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 146/2011, de 7/10/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento Jurídico - PGJ
Descrição da Recomendação	VII.a) Atentar para o número de processos sob a responsabilidade dos advogados do Departamento Jurídico – PGJ da Eletrobras, o que pode acarretar possíveis prejuízos à Empresa.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento Jurídico - PGJ	
Síntese das providências adotadas	
Envio do Memorando PGJ nº 067/2012 ao PG, solicitando encaminhamento à Presidência para aprovação de abertura de edital de concurso público para a contratação de advogados.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo e da estrutura.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	19/2011
Data do Relatório de Auditoria	7/10/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.1
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 147/2011, de 10/10/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Planejamento Orçamentário- DFO
Descrição da Recomendação	I.a) Interagir com a Divisão de Planejamento e Acompanhamento da Gestão de Pessoas – DAGA e com o Departamento de Contabilidade - DFC no intuito de melhorar o processo de comunicação para que o fluxo das informações orçamentárias ocorra de forma oportuna, uniforme e eficaz.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Planejamento Orçamentário - DFO	
Síntese das providências adotadas	
A análise dos dados mencionados foi iniciada em Julho/2011 onde se verificou a inconsistência dos dados, tendo a DFOC solicitado à DAGA uma justificativa para a inconsistência, essa justificativa foi apresentada à DFOC em meados de Agosto/2011, tendo sido implementada seu acerto no envio do PDG, mês de referência Agosto/2011, na data de 20/9/2011, respeitando os prazos legais (data de envio do PDG de agosto ao DEST – 20/9/2011).	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	19/2011
Data do Relatório de Auditoria	07/10/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.1.
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 147/2011, de 10/10/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Planejamento Orçamentário - DFO
Descrição da Recomendação	I.b) Aprimorar a rotina de conferência mensal de todos os valores apresentados no Programa de Dispêndios Globais, possibilitando que sejam tempestivamente identificadas quaisquer variações atípicas.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Planejamento Orçamentário - DFO	
Síntese das providências adotadas	
Desde o fato ocorrido no PDG mês de referência Junho/2011 a DFO vem aprimorando os “checks” de controle dos diversos itens orçamentários visando minimizar qualquer divergência na realização de valores. Entretanto, entendemos que essa tarefa se apresenta de forma constante na rotina de trabalho executada na DFO.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	20/2011
Data do Relatório de Auditoria	10/10/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.2
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 150/2011, de 11/10/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Contratação - DAC
Descrição da Recomendação	III.a) Providenciar e juntar à pasta do processo do Contrato ECE-675/2011, o Ato de Homologação do procedimento licitatório e adjudicação do objeto da licitação.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Contratação - DAC	
Síntese das providências adotadas	
A área informou que o memorando de homologação encontra-se na pasta do processo, folha nº 1454.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	20/2011
Data do Relatório de Auditoria	10/10/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.4
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 150/2011, de 11/10/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Contratação - DAC
Descrição da Recomendação	IV.a) Interagir com o Departamento de Desenvolvimento Organizacional – DAO, com vistas a providenciar a adequação da norma EAG-10, em especial os itens 3.1.1 e 3.2.1, visando o atendimento de situações de aquisição onde não há requisitante específico.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Contratação - DAC	
Síntese das providências adotadas	
A área informou que a recomendação foi contemplada na revisão de norma e que está tramitando com vistas à aprovação.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº 20/2011
Data do Relatório de Auditoria	10/10/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.5
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 150/2011, de 11/10/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Contratação - DAC
Descrição da Recomendação	V.a) Acostar à pasta do processo do contrato ECE-630/2010, a solicitação de compras nº 52908, já liberada pela autoridade competente.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Contratação - DAC	
Síntese das providências adotadas	
A área informou que a solicitação de compras acima referida, já se encontra na pasta do processo na folha de nº 61, devidamente aprovada e liberada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria Nº 21/2011
Data do Relatório de Auditoria	25/10/2011
Item do Relatório de Auditoria	Item 5.1
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 155/2011, de 25/10/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Gestão de Projetos Setoriais – EPS
Descrição da Recomendação	I.a) Zelar para que a documentação pertinente aos contratos de financiamento e subvenção do Programa Luz Para Todos, sob responsabilidade do Departamento de Gestão de Projetos Setoriais – EPS seja organizada em ordem cronológica dos fatos.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Gestão de Projetos Setoriais – EPS	
Síntese das providências adotadas	
A área justificou que os documentos são ordenados cronologicamente, segundo seu recebimento, o que lhe permitiria melhor acompanhamento dos processos. Esta justificativa foi acatada pela Auditoria, que retirou o ponto.	
Síntese dos resultados obtidos	
A justificativa apresentada pela área foi acatada pela Auditoria, que retirou o ponto.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	22/2011
Data do Relatório de Auditoria	17/11/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.1
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 167/2011, de 18/11/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Projetos Corporativos – DTC
Descrição da Recomendação	I.a) Providenciar a numeração sequencial, bem como as rubricas nas folhas das pastas dos processos relativos ao convênio ECV-DTC-001/2011, conforme estabelece a Legislação.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Projetos Corporativos – DTC	
Síntese das providências adotadas	
A pasta foi organizada conforme recomendado.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	22/2011
Data do Relatório de Auditoria	17/11/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.1
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 167/2011, de 18/11/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Projetos Corporativos – DTC
Descrição da Recomendação	I.b) Zelar para que os processos de convênio tenham seus documentos adequadamente organizados, em pastas, e que tenham suas páginas numeradas e rubricadas de forma sequencial, conforme preconiza o § 4º, do Artigo 22, da Lei nº 9.784/99.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	Departamento de Projetos Corporativos – DTC
Síntese das providências adotadas	A pasta foi organizada conforme recomendado.
Síntese dos resultados obtidos	Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	Não houve fatores positivos e negativos relevantes.

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	22/2011
Data do Relatório de Auditoria	17/11/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.2
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 167/2011, de 18/11/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Projetos Corporativos – DTC
Descrição da Recomendação	II.a) Observar nos processos de convênios, a obrigatoriedade da verificação e comprovação da regularidade fiscal com a Fazenda Federal e com a Seguridade Social (INSS e FGTS) por ocasião da assinatura do convênio, em conformidade com o art. 55, inciso XIII, da Lei 8.666/93 e o art. 195, § 3º, da Constituição Federal, além de fazer constar dos processos os respectivos documentos comprobatórios, o que preconiza o artigo 22, § 4º, da Lei 9.784/99.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	Departamento de Projetos Corporativos – DTC
Síntese das providências adotadas	
O Departamento se comprometeu a verificar a comprovação da regularidade fiscal com a Fazenda Federal e com a Seguridade Social (INSS e FGTS) na data da assinatura do convênio.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	22/2011
Data do Relatório de Auditoria	17/11/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.3
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 167/2011, de 18/11/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Desenvolvimento da Eficiência Energética – DTD
Descrição da Recomendação	III.a) Providenciar a aprovação dos Planos de Trabalho referentes aos convênios ECV-275/2008 e ECV-DTD 001/2010 e acostá-los nas respectivas pastas dos processos.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Desenvolvimento da Eficiência Energética – DTD	
Síntese das providências adotadas	
A inclusão dos Planos de Trabalho dos convênios supracitados, devidamente assinados, foi providenciada.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	22/2011
Data do Relatório de Auditoria	17/11/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.3
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 167/2011, de 18/11/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Desenvolvimento da Eficiência Energética – DTD
Descrição da Recomendação	III.b) Abster-se de celebrar convênios sem a prévia aprovação de competente Plano de Trabalho proposto pela organização interessada, conforme estabelece o Art. 116, § 1º, da Lei 8.666.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Desenvolvimento da Eficiência Energética – DTD	
Síntese das providências adotadas	
<p>Foi enviado o Bilhete DTDP – 007/2011 às áreas gestoras dos convênios do DTD. Neste bilhete estão enumeradas as não-conformidades encontradas pela Auditoria e são feitas recomendações para que tais problemas não se tornem recorrentes. Além disso, outra providência tomada foi o aprimoramento do controle de documentos utilizado para celebração de convênios. Este aprimoramento resultou num checklist pelo qual passam todos os convênios novos, a fim de certificar que toda documentação pertinente se encontra no processo. Neste checklist, constam todos os documentos necessários à celebração de convênios, conforme a Norma EAE-002/2010 – Norma de Celebração de Convênios – 2ª Edição.</p>	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	22/2011
Data do Relatório de Auditoria	17/11/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.4
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 167/2011, de 18/11/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Desenvolvimento da Eficiência Energética – DTD
Descrição da Recomendação	IV.a) Providenciar a documentação jurídica referente ao convênio ECV-254/2007 e acostá-la à pasta do processo, conforme preconiza a Lei 9.784/99, em seu artigo 22, § 4º.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Desenvolvimento da Eficiência Energética – DTD	
Síntese das providências adotadas	
O Estatuto Social da UEPB, conveniente do ECV-254/2007, já foi devidamente arquivado.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	22/2011
Data do Relatório de Auditoria	17/11/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.4
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 167/2011, de 18/11/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Desenvolvimento da Eficiência Energética – DTD
Descrição da Recomendação	IV.b) Abster-se de celebrar convênios sem a documentação que comprove a capacidade jurídica da conveniente (ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor), conforme estabelece o inciso III, do art. 28, da Lei 8.666/93..
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Desenvolvimento da Eficiência Energética – DTD	
Síntese das providências adotadas	
<p>Foi enviado o Bilhete DTDP – 007/2011 às áreas gestoras dos convênios do DTD. Neste bilhete estão enumeradas as não-conformidades encontradas pela Auditoria e são feitas recomendações para que tais problemas não se tornem recorrentes. Além disso, outra providência tomada foi o aprimoramento do controle de documentos utilizado para celebração de convênios. Este aprimoramento resultou num checklist pelo qual passam todos os convênios novos, a fim de certificar que toda documentação pertinente se encontra no processo. Neste checklist, constam todos os documentos necessários à celebração de convênios, conforme a Norma EAE-002/2010 – Norma de Celebração de Convênios – 2ª Edição.</p>	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	22/2011
Data do Relatório de Auditoria	17/11/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.5
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 167/2011, de 18/11/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Desenvolvimento da Eficiência Energética – DTD
Descrição da Recomendação	V.a) Zelar para que os processos de convênio tenham seus documentos adequadamente organizados, em pastas, e que tenham suas páginas numeradas e rubricadas de forma sequencial, conforme preconiza o § 4º, do Artigo 22, da Lei nº 9.784/99.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Desenvolvimento da Eficiência Energética – DTD	
Síntese das providências adotadas	
Foi arquivado na pasta do Convênio o Currículo Lattes do Professor Augusto Nelson Carvalho Viana, responsável pelo trabalho da convenente. Ainda, foi anexada a página do Inmetro onde o referido professor é apresentado como responsável pelos trabalhos referentes a “Bombas Centrífugas” no âmbito do Programa Brasileiro de Etiquetagem, coordenado por aquela instituição.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	22/2011
Data do Relatório de Auditoria	17/11/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.6
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 167/2011, de 18/11/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Projetos de Eficiência Energética - DTP
Descrição da Recomendação	VI.a) Abster-se de realizar contratações sem a devida pesquisa de mercado, conforme manifesto do TCU – Plenário, em seu Acórdão 763/2011.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Projetos de Eficiência Energética - DTP	
Síntese das providências adotadas	
Os gestores e suplentes estão cientes do procedimento a ser adotado, conforme legislação vigente, para o fiel cumprimento da cotação prévia de preços no mercado fornecedor de materiais e serviços de projeto.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	22/2011
Data do Relatório de Auditoria	17/11/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.7
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 167/2011, de 18/11/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Projetos de Eficiência Energética - DTP
Descrição da Recomendação	VII.a) Abster-se de aprovar Plano de Trabalho com previsão de despesas vedadas por lei, tais como: taxa de administração, de gerência ou similar, conforme prevê o art. 39, inciso I, da Portaria Interministerial 127/2008.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Projetos de Eficiência Energética - DTP	
Síntese das providências adotadas	
Os gestores e suplentes estão cientes do procedimento a ser adotado, conforme legislação vigente, no que concerne às despesas administrativas e operacionais em consonância ao que prevê o art. 39, inciso I, da Portaria Interministerial 127/2008.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação, com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	25/2011
Data do Relatório de Auditoria	26/12/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.1
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 198/2011, de 27/12/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Responsabilidade e Projetos com a Sociedade – PGR
Descrição da Recomendação	I.a) Cadastrar no Site da Eletrobras os convênios celebrados, tempestivamente, visando permitir que o ato torne-se mais transparente, dando conhecimento à sociedade e, também, possibilitando um melhor acompanhamento pelos órgãos de controle.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Responsabilidade e Projetos com a Sociedade – PGR	
Síntese das providências adotadas	
<p>A área justificou dizendo que já estão cadastrados e homologados todos os convênios vigentes em 2010 e 2011 no sistema da Eletrobras, no entanto, os convênios não apareciam no site do Portal da Eletrobras. Este problema foi comunicado à Divisão de Suprimentos - DACS e ao Departamento de Tecnologia da Informação - DAI. Em 24/02 a Divisão de Suprimentos - DACS e o Departamento de Tecnologia da Informação - DAI informaram que as entidades estavam procurando os convênios no lugar (site) errado, inclusive os técnicos da Auditoria. O certo é acessando o endereço: http://www.eletrobras.com.br/EM_Servicos_ContasPublicas/default.asp.</p>	
Síntese dos resultados obtidos	
A justificativa apresentada pela área foi acatada pela Auditoria.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	25/2011
Data do Relatório de Auditoria	26/12/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.2
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 198/2011, de 27/12/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Responsabilidade e Projetos com a Sociedade – PGR
Descrição da Recomendação	II.a) Cadastrar os convênios firmados pela Eletrobras na Página de Transparência, tempestivamente, permitindo seu conhecimento e acompanhamento pelos órgãos de controle, bem como a sociedade, em conformidade com o Decreto n.º 5.482, de 30 de junho de 2005 e pela Portaria Interministerial n.º 140, de 16 de março de 2006, que determinam a divulgação de dados e informações pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal na Internet.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Responsabilidade e Projetos com a Sociedade – PGR	
Síntese das providências adotadas	
Os cadastros dos convênios vigentes em 2010 e 2011 foram efetuados e homologados pelo Departamento de Responsabilidade e Projetos com a Sociedade – PGR no Portal da Eletrobras, sendo transmitidos pela Divisão de Suprimentos - DACS para o Portal de Transparência. Este cadastramento faz parte da rotina de cada gestor de convênios.	
Síntese dos resultados obtidos	
A justificativa apresentada pela área foi acatada pela Auditoria.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	25/2011
Data do Relatório de Auditoria	26/12/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.4
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 198/2011, de 27/12/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Responsabilidade e Projetos com a Sociedade - PGR
Descrição da Recomendação	IV.a) Incluir no procedimento interno da Unidade um modelo de declaração no qual informe que a entidade conveniada não possui em seu quadro diretivo agente público, conforme estabelece o item 3.1.3.3. da Norma EAE-02, de 5/5/2011.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Responsabilidade e Projetos com a Sociedade - PGR	
Síntese das providências adotadas	
Foi criado um termo de responsabilidade / Declaração conforme estabelece a Norma EAE-02, de 5/5/2011 e disponibilizado na internet (Página principal > Sustentabilidade > Responsabilidade Social > Projetos Sociais). Da mesma forma, a declaração foi incluída no modelo de Plano de Trabalho utilizado pela Eletrobras.	
Síntese dos resultados obtidos	
A justificativa apresentada pela área foi acatada pela Auditoria.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	25/2011
Data do Relatório de Auditoria	26/12/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.5
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 198/2011, de 27/12/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Responsabilidade e Projetos com a Sociedade - PGR
Descrição da Recomendação	V.a) Atentar para que o cronograma físico-financeiro não especifique características exclusivas de determinada marca/produto, por configurar preferência e direcionamento, pois fere o que preconiza o § 5º, art. 7º da Lei n.º 8.666/1993.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Responsabilidade e Projetos com a Sociedade - PGR	
Síntese das providências adotadas	
Esta observação foi repassada para todos os técnicos gestores de convênios. A área considerou que o problema foi pontual e está providenciando mais capacitação em legislação e gestão de convênios para toda a equipe de forma evitar novamente esta falha.	
Síntese dos resultados obtidos	
A justificativa apresentada pela área foi acatada pela Auditoria.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	25/2011
Data do Relatório de Auditoria	26/12/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.6
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 198/2011, de 27/12/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Responsabilidade e Projetos com a Sociedade - PGR
Descrição da Recomendação	VI.a) Observar a obrigatoriedade de verificação e comprovação de regularidade fiscal com a Fazenda Federal e com a Seguridade Social (INSS e FGTS) à data da assinatura do contrato, bem como à data de liberação de recursos, em conformidade com o art. 55, inciso XIII, da Lei 8.666/93 e o art. 195, § 3º, da Constituição Federal, além de fazer constar dos processos os respectivos documentos comprobatórios, conforme prevê o § 4º, do art. 22, da Lei 9.784/99.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Responsabilidade e Projetos com a Sociedade - PGR	
Síntese das providências adotadas	
Consideramos que já existem instrumentos de controle internos e externos à área que garantem que qualquer liberação de recurso e assinatura seja feita mediante verificação e apresentação das certidões citadas. Os técnicos já foram alertados para a importância de fazer constar dos processos os respectivos documentos.	
Síntese dos resultados obtidos	
A justificativa apresentada pela área foi acatada pela Auditoria.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	25/2011
Data do Relatório de Auditoria	26/12/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.7
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 198/2011, de 27/12/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Responsabilidade e Projetos da Sociedade - PGR
Descrição da Recomendação	VII.a) Fazer constar nos documentos fiscais as informações identificadoras dos convênios para que possa ser demonstrado o nexo de causalidade entre os recursos recebidos pelo conveniente e os comprovantes de despesas apresentados, conforme determina o Acórdão nº 1.580/2007 do Tribunal de Contas da União – TCU, Segunda Câmara.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Responsabilidade e Projetos da Sociedade - PGR	
Síntese das providências adotadas	
<p>Foi criado um documento chamado “ORIENTAÇÕES BÁSICAS PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONVÊNIOS”, o qual é enviado para os proponentes após assinatura dos convênios, onde se encontra, dentre outras, a seguinte orientação:</p> <p>“As notas fiscais deverão ser preenchidas item a item, descrevendo o valor unitário, a quantidade, o produto e/ou o serviço prestado, e fazer menção ao convênio. A Nota fiscal Eletrônica possui um campo "informações complementares" onde, no momento da compra, deverá ser solicitado o preenchimento com o nome da Eletrobras, do Nº do ECV e do Projeto, conforme nota anexa.</p> <p>Obs: Caso esta informação não seja colocada na nota fiscal a mesma só poderá ser solicitado no prazo de 72 horas, se o executor perder este prazo, deverá solicitar uma declaração ao fornecedor e anexar a nota fiscal na prestação de contas, mas isso deve ser evitado ao máximo. Caso o Estado ou o município ainda não emitam Nota Fiscal Eletrônica, deverá ser solicitado e apresentado a Eletrobras, na prestação de contas, uma declaração da Secretaria Estadual ou Municipal da Fazenda informando que ainda não emite Nota fiscal eletrônica.</p>	
Síntese dos resultados obtidos	
A justificativa apresentada pela área foi acatada pela Auditoria.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	25/2011
Data do Relatório de Auditoria	26/12/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.8
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 198/2011, de 27/12/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Responsabilidade e Projetos com a Sociedade - PGR
Descrição da Recomendação	VIII.a) Atentar para que nas prestações de contas de convênios não sejam aceitos recibos de pagamento sem a devida assinatura.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Responsabilidade e Projetos com a Sociedade - PGR	
Síntese das providências adotadas	
Foi criado um documento chamado “ORIENTAÇÕES BÁSICAS PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONVÊNIOS”, o qual é enviado para os proponentes após assinatura dos convênios, onde se encontra, dentre outras, a seguinte orientação: “Recibos de pagamento somente para pessoa física e com assinatura do recebedor. Para pessoa jurídica somente serão aceitas Notas Fiscais.	
Síntese dos resultados obtidos	
A justificativa apresentada pela área foi acatada pela Auditoria.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	25/2011
Data do Relatório de Auditoria	26/12/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.9
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 198/2011, de 27/12/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Responsabilidade e Projetos com a Sociedade - PGR
Descrição da Recomendação	IX.b) Zelar para que as contas específicas dos convênios sejam associadas a uma poupança ou a um fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado lastreada em títulos da dívida pública.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Responsabilidade e Projetos com a Sociedade - PGR	
Síntese das providências adotadas	
<p>Foi criado um documento chamado “ORIENTAÇÕES BÁSICAS PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONVÊNIOS”, o qual é enviado para os proponentes após assinatura dos convênios, onde se encontra, dentre outras, a seguinte orientação: “Os recursos não poderão ficar parados em conta corrente sem a aplicação dos mesmos. O saldo dos recursos, enquanto não utilizados, devem ser aplicados em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação de mercado aberto lastreado em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês”. Da mesma forma, esta informação consta nos modelos de convênios, em cláusula específica à liberação dos recursos.</p>	
Síntese dos resultados obtidos	
A justificativa apresentada pela área foi acatada pela Auditoria.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	25/2011
Data do Relatório de Auditoria	26/12/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.10
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 198/2011, de 27/12/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Responsabilidade e Projetos com a Sociedade - PGR
Descrição da Recomendação	X.a) Juntar à pasta do processo o recibo referente à segunda parcela no valor de R\$36.371,86, visando reunir toda a documentação inerente ao ECV-318/2010, de forma a atender o que preconiza o § 4º, do art. 22, da Lei 9.784/99.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Responsabilidade e Projetos com a Sociedade - PGR	
Síntese das providências adotadas	
Foi providenciado em 17/12/11 o acostamento do recibo citado na pasta do processo.	
Síntese dos resultados obtidos	
A justificativa apresentada pela área foi acatada pela Auditoria.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	25/2011
Data do Relatório de Auditoria	26/12/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.11
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 198/2011, de 27/12/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Responsabilidade e Projetos com a Sociedade - PGR
Descrição da Recomendação	XI.a) Zelar para que todos os documentos inerentes à celebração e à gestão de convênio sejam acostados ao processo de forma tempestiva, conforme mandamento jurisprudencial do TCU, manifestada através do Acórdão 221/2006 – Plenário e da Lei 9.784/99, artigo 22, parágrafo 4º.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Responsabilidade e Projetos com a Sociedade - PGR	
Síntese das providências adotadas	
Consideramos que este foi um problema pontual. Salientamos que existe a formalização dos “Procedimentos para Encaminhamento de Projetos Sociais”, disponibilizado na internet, contemplando a formatação necessária.	
Síntese dos resultados obtidos	
A justificativa apresentada pela área foi acatada pela Auditoria.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	25/2011
Data do Relatório de Auditoria	26/12/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.13
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 198/2011, de 27/12/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Responsabilidade e Projetos com a Sociedade - PGR
Descrição da Recomendação	XIII.a) Cumprir os prazos legais definidos para as publicações, de forma a atender o que estabelece o parágrafo único, artigo 61 da Lei n.º 8.666/1993.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Responsabilidade e Projetos com a Sociedade - PGR	
Síntese das providências adotadas	
<p>Já existem controles no processo de gestão que exigem a publicação no DOU do contrato/convênio/aditivo celebrado. O caso pontual que suscitou tal recomendação deveu-se à ausência do Presidente da Eletrobras naquele momento específico. A Presidência - PR já informou que na ausência do presidente, seu substituto assinará os ajustes.</p>	
Síntese dos resultados obtidos	
A justificativa apresentada pela área foi acatada pela Auditoria.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	25/2011
Data do Relatório de Auditoria	26/12/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.14
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 198/2011, de 27/12/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Responsabilidade e Projetos com a Sociedade - PGR
Descrição da Recomendação	XIV.a) Atentar para que os aditivos contenham as assinaturas das testemunhas devidamente qualificadas, dando assim, eficácia jurídica ao documento, em cumprimento ao que estabelece o item 3.7.3. da norma EAE-02 de 5/5/2011.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Responsabilidade e Projetos com a Sociedade - PGR	
Síntese das providências adotadas	
Foi enviado e-mail para os gestores sobre a importância de coletar as assinaturas das testemunhas no ato das assinaturas dos representantes das entidades signatárias do convênio.	
Síntese dos resultados obtidos	
A justificativa apresentada pela área foi acatada pela Auditoria.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	25/2011
Data do Relatório de Auditoria	26/12/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.16
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 198/2011, de 27/12/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Responsabilidade e Projetos com a Sociedade - PGR
Descrição da Recomendação	XVI.a) Orientar os proponentes interessados em firmar convênios com a Eletrobras a realizarem cotação prévia de preços no mercado fornecedor de materiais e serviços para que possa servir de base à elaboração do orçamento que fará parte do plano de trabalho a ser apresentado.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Responsabilidade e Projetos com a Sociedade - PGR	
Síntese das providências adotadas	
<p>A cotação prévia de preços é requisito indispensável para a aprovação dos projetos na análise técnica e na análise jurídica dos projetos.</p> <p>Salientamos que no documento, Anexo 4, “Procedimentos para Encaminhamento de Projetos Sociais”, disponibilizado na internet, encontra-se a seguinte orientação:</p> <p>“5. Ao orçamento previsto para realização do projeto deverão ser anexadas três pesquisas de mercado dos preços unitários dos materiais, serviços e equipamentos a serem utilizados, a fim de se dar suporte ao valor orçado. Os valores pagos aos profissionais deverão estar na média do mercado.”</p> <p>“7. A entidade sem fins lucrativos deverá contratar empresas/fornecedores que tenham participado da cotação prévia de preços, ressalvados os casos em que não acudirem interessados à cotação, quando será exigida pesquisa ao mercado prévia à contratação, e deverá conter, no mínimo, orçamentos de três fornecedores.”</p>	
Síntese dos resultados obtidos	
A justificativa apresentada pela área foi acatada pela Auditoria.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendações da auditoria interna atendidas no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	25/2011
Data do Relatório de Auditoria	26/12/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.17
Comunicação Expedida/Data	Memorando nº 198/2011, de 27/12/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Responsabilidade e Projetos com a Sociedade - PGR
Descrição da Recomendação	XVII.a) Abster-se de aceitar Plano de Trabalho que contenha preços acima dos praticados no mercado.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Responsabilidade e Projetos com a Sociedade - PGR	
Síntese das providências adotadas	
Os técnicos são orientados a realizar pesquisa de preço no mercado local de forma a confrontar e comprovar os orçamentos e o plano de trabalho apresentados. Será enviado e-mail interno alertando para este procedimento.	
Síntese dos resultados obtidos	
A justificativa apresentada pela área foi acatada pela Auditoria.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos e negativos relevantes.	

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendações de unidade de auditoria interna pendentes de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	5/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.1
Comunicação Expedida	Memorando nº 62/2011, de 9/5/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Gestão de Pessoas - DAG
Descrição da Recomendação	I.a) Fazer gestão com o Departamento de Tecnologia da Informação – DAI, com vistas à conclusão em sistema do Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho – TRCT e do Termo de Homologação contratual, visto que se trata de exigência legal, nos termos da Portaria nº 1621 de 14 de Julho de 2010, do Ministério do Trabalho e Emprego que passou a vigor em 1/1/2011.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Gestão de Pessoas - DAG	
Justificativas para o não atendimento	
<p>O DAG está interagindo com o Departamento de Informática visando à correção dos problemas identificados na validação do novo modelo.</p> <p>Tendo em vista que a até a presente data não houve solução para a questão apresentada e que o Sistema RHU será descontinuado, aguardaremos a implantação do Sistema SAP, previsto para o primeiro semestre de 2012, a fim de corrigirmos a situação, já que o novo sistema possui o módulo de rescisão de contrato.</p>	

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendações de unidade de auditoria interna pendentes de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	7/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.3
Comunicação Expedida	Memorando nº 81/2011, de 21/6/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Administração Geral – DAA
Descrição da Recomendação	III.a) Realizar estudos com vistas à adoção de limites à utilização de serviços de telefonia celular corporativa.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Administração Geral – DAA	
Justificativas para o não atendimento	
O DAA realizou estudos e já apresentou à Diretoria uma proposição de implementação de limites de valores de uso por parte dos empregados portadores de aparelhos de telefonia móvel fornecidos pela ELETROBRAS. Esta proposição continua em análise na Diretoria.	

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendações de unidade de auditoria interna pendentes de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	7/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.4
Comunicação Expedida	Memorando nº 81/2011, de 21/6/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Administração Geral – DAA
Descrição da Recomendação	IV.a) Implementar relatórios mensais de ligações realizadas de telefones celulares, encaminhando-os aos usuários para sua ciência e validação.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Administração Geral – DAA	
Justificativas para o não atendimento	
<p>A área nos informou que após estudo detalhado em parceria com a operadora Vivo S.A., constatou-se que o sistema atualmente disponibilizado pela operadora para gestão das linhas celulares contratadas não permite o acesso para múltiplos usuários dentro de um mesmo contrato. Esta inviabilidade técnica (não prevista no Edital e não passível de exigência por parte da ELETROBRAS) é uma grande barreira para a implementação de um sistema de monitoramento personalizado das próprias contas, por parte dos usuários, conforme os moldes pretendidos pela ELETROBRAS. A alternativa mais viável para que se consiga efetuar um controle individualizado das contas é a de se criar uma rotina de trabalho, na qual seriam geradas contas detalhadas, individualizadas por linha móvel, as quais teriam sua destinação definida pela Diretoria da ELETROBRAS.</p>	

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendações de unidade de auditoria interna pendentes de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	7/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.6
Comunicação Expedida	Memorando nº 81/2011, de 21/6/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Administração Geral – DAA
Descrição da Recomendação	VI.a) Interagir com o Departamento de Tecnologia da Informação - DAI com vistas à disponibilização de equipamento específico para possibilitar o funcionamento do sistema tarifador.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Administração Geral – DAA	
Justificativas para o não atendimento	
<p>A área informou que o tarifador, equipamento chave do sistema de tarifação, foi entregue e sua instalação concluída. Atualmente, o sistema de tarifação se encontra em fase final de configuração de software. Após o término desta etapa de implantação será realizado, no sistema, um planilhamento completo dos ramais, onde serão informados seus respectivos usuários, por nome completo, endereço de e-mail, áreas onde estão lotados, perfis de ramal, etc. A partir de então passarão à fase de testes de todo o sistema e configuração dos relatórios pretendidos.</p>	

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendações de unidade de auditoria interna pendentes de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	7/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.6
Comunicação Expedida	Memorando nº 81/2011, de 21/6/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Administração Geral – DAA
Descrição da Recomendação	VI.b) Implementar procedimentos para a emissão de relatórios gerenciais de gastos individuais e disponibilizá-los às Unidades Administrativas responsáveis pelos ramais, tão logo possível.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Administração Geral – DAA	
Justificativas para o não atendimento	
<p>A área respondeu que findada a etapa anterior de lançamento de dados, estará iniciando a fase de testes do sistema de tarifação, com vistas à obtenção dos pretendidos relatórios detalhados. Será necessário o acompanhamento do funcionamento geral do sistema por alguns dias, para assim obter um volume de dados suficiente para análise dos relatórios, recursos operacionais e funcionamento do sistema, assim como a avaliação de eventual ocorrência de falhas e respectivas soluções. Finalmente, será possível criar os procedimentos para análise destes dados e, a partir de então, subsidiar a Diretoria da ELETROBRAS com as informações necessárias para que a mesma decida a destinação / procedimentos relativa aos relatórios disponibilizados.</p>	

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendações de unidade de auditoria interna pendentes de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	8/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.3
Comunicação Expedida	Memorando nº 85/2011, de 28/6/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Administração de Recursos de Terceiros – DFT
Descrição da Recomendação	III.a) Implementar procedimentos para pagamentos de reembolso de combustível em conformidade com a Resolução Normativa 427, de 22/2/2011, da ANEEL.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Administração de Recursos de Terceiros – DFT	
Justificativas para o não atendimento	
O DFT já providenciou a Contratação de um Sistema de Gestão Integrada e vem participando de todas as reuniões necessárias com a ANEEL e os demais participantes. Faltando a ANEEL concluir a regulamentação e a ELETROBRAS investir os recursos necessários (pessoal/físico/tecnológico/treinamento).	

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendações de unidade de auditoria interna pendentes de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	9/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.5
Comunicação Expedida	Memorando nº 100/2011 de 12/7/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE
Descrição da Recomendação	V.a) Glosar e solicitar o ressarcimento dos valores relativos às rubricas de tributos e contribuições, que montam em R\$825.707,48, por não serem passíveis de cobertura, conforme estabelece o item 6.14 da Cláusula Sexta do Contrato ECP-0001/2009.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE	
Justificativas para o não atendimento	
A área informou que a análise pelo PGJ acaba de ser concluída e será repassada à Beneficiária para providências cabíveis	

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendações de unidade de auditoria interna pendentes de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	9/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.6
Comunicação Expedida	Memorando nº 100/2011 de 12/7/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE
Descrição da Recomendação	VI.a) Glosar e solicitar o ressarcimento dos valores repassados à CBB, Contrato ECP-0001/2009, a título de despesas de marketing (material promocional), que montam R\$5.000,00.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE	
Justificativas para o não atendimento	
A área informou que esta questão fazia parte do processo administrativo, objeto da defesa prévia da Beneficiária. E como acabamos de receber a análise do PGJ sobre a questão estamos acatando para as providências cabíveis.	

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendações de unidade de auditoria interna pendentes de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	9/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.8
Comunicação Expedida	Memorando nº 100/2011 de 12/7/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE
Descrição da Recomendação	VIII.b) Glosar e solicitar o ressarcimento dos valores pertinentes às despesas particulares relativos ao Contrato ECP-0001/2009, no montante de R\$46.312,14, por não serem passíveis de cobertura contratual, encaminhando para a Auditoria Interna os correspondentes comprovantes de depósitos.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE	
Justificativas para o não atendimento	
A Beneficiária, por meio do Ofício CBB 843/2011, informou o depósito de parte do valor cobrado no total de R\$ 16.093,43. Com o recebimento da análise do PGJ que acaba de ser concluído, encaminharemos as providências cabíveis para que a Beneficiária deposite a diferença “ <i>in controversa</i> ” na conta específica do contrato.	

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendações de unidade de auditoria interna pendentes de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	9/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.9
Comunicação Expedida	Memorando nº 100/2011 de 12/7/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE
Descrição da Recomendação	IX.b) Glosar e solicitar o ressarcimento dos valores pertinentes às despesas com locação de imóvel residencial, IPTU e condomínio, relativos ao Contrato ECP-0001/2009, no valor de R\$5.983,06 mensais que totaliza, em 5/5/2011, o montante de R\$71.796,72, encaminhando para a Auditoria Interna os correspondentes comprovantes de depósitos.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE	
Justificativas para o não atendimento	
<p>A área informou que o Departamento Jurídico acata esta despesa como passível de aceitação pelo contrato, uma vez que está ligado diretamente a execução do objeto do contrato e de ser uma prática do mercado desportivo de âmbito internacional. A PRE solicitará formalmente esta posição do PGJ.</p>	

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendações de unidade de auditoria interna pendentes de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	9/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.10
Comunicação Expedida	Memorando nº 100/2011 de 12/7/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE
Descrição da Recomendação	X.a) Exigir da beneficiária a devolução do valor pertinente à despesa com a compra de prêmio de seguro de vida, ECP-0001/2009, no valor de R\$805,26, encaminhando para a Auditoria Interna o correspondente comprovante de depósito.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE	
Justificativas para o não atendimento	
A área informou que o Jurídico acaba de exarar o parecer a cerca da defesa prévia da CBB e remete esta matéria para questão de prova, o que será cobrado da Beneficiária.	

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendações de unidade de auditoria interna pendentes de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	9/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.22
Comunicação Expedida	Memorando nº 100/2011 de 12/7/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE
Descrição da Recomendação	XXII.a) Interagir com o Departamento de Desenvolvimento Organizacional – DAO e o Departamento Jurídico – PGJ, com vistas a providenciar a conclusão da referida norma.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Assessoria Especial de Assuntos Institucionais – PRE	
Justificativas para o não atendimento	
A área informou que fará uma nova cobrança junto ao Departamento Jurídico.	

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendações de unidade de auditoria interna pendentes de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	11/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.1
Comunicação Expedida	Memorando nº 113/2011, de 5/8/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Administração de Capital de Giro - DFG
Descrição da Recomendação	I.a) Ultime as análises dos documentos cedidos pelo Departamento de Desenvolvimento Organizacional - DAO para conclusão do normativo interno da Eletrobras.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Administração de Capital de Giro - DFG	
Justificativas para o não atendimento	
<p>Representantes do DFG e do DAO se reuniram, em 21/9/2011, com o objetivo de esclarecer pontos relevantes na criação da nova norma de Contas a Pagar. Na citada reunião o DAO informou o DFG quanto aos principais aspectos a serem considerados na elaboração das normas, quais sejam, objetivos, abrangência, conceitos, referências, diretrizes e responsabilidades. A elaboração do normativo depende da finalização da modelagem do processo de recebimento físico e fiscal, serviço e material. Terá andamento no decorrer de 2012.</p>	

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendações de unidade de auditoria interna pendentes de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	12/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.1
Comunicação Expedida	Memorando nº 114/2011, de 5/8/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Administração de Capital de Giro - DFG
Descrição da Recomendação	I.a) Interagir com o Departamento de Desenvolvimento Organizacional - DAO, com vistas a elaboração de norma do Contas a Receber.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Administração de Capital de Giro - DFG	
Justificativas para o não atendimento	
<p>O Departamento de Administração de Capital de Giro - DFG encaminhou ao Departamento de Desenvolvimento Organizacional - DAO, em 10/10/2011, Memorando DFGC 436/2011 solicitando elaboração de Normas do Contas a Receber.</p> <p>Em 16/11/2011, o Departamento de Administração de Capital de Giro - DFG e o Departamento de Desenvolvimento Organizacional - DAO se reuniram para dar início à elaboração de uma Norma de Contas a Receber. Posteriormente, em 23/11/2011, nova reunião foi realizada com vistas à orientação do Departamento de Desenvolvimento Organizacional - DAO ao Departamento de Administração do Capital de Giro - DFG quanto a formatação de uma norma interna.</p> <p>Em 07/12/2011, o Departamento de Administração do Capital de Giro - DFG enviou para análise do Departamento de Desenvolvimento Organizacional - DAO, minuta da 1ª versão da Norma de Contas a Receber. Tal minuta encontra-se, atualmente, em análise no Departamento de Desenvolvimento Organizacional - DAO.</p>	

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendações de unidade de auditoria interna pendentes de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	12/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.2
Comunicação Expedida	Memorando nº 114/2011, de 5/8/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Administração de Capital de Giro - DFG
Descrição da Recomendação	II.a) Intensificar os esforços de cobrança das empresas inadimplentes, principalmente as de longo prazo como Eletropaulo, Celg e Global Energia
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Administração de Capital de Giro - DFG	
Justificativas para o não atendimento	
<p>O Departamento de Administração de Capital de Giro - DFG encaminhou ao Departamento Jurídico - PGJ, em 10/10/2011, Memorando DFGC 440/2011 solicitando posição atualizada do andamento da ação judicial relacionada aos recebíveis de empréstimos e financiamento / Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A;</p> <p>O Departamento Jurídico - PGJ respondeu ao Departamento de Administração de Capital de Giro - DFG pelo Memorando PGJC – 3742/2011, de 17/10/2011, que em se tratando da Ação Judicial movida pela Eletrobras contra a Global Energia, o Superior Tribunal de Justiça, em 8/8/2011, negou provimento ao Agravo de Instrumento em decisão denegatória de Recurso Especial. Sendo assim, apesar de todos os esforços da Eletrobras em reformar a decisão e prosseguir com a tentativa de encontrar a ré, a decisão transitou em julgado em 25/8/2011;</p> <p>Considerando os termos do parágrafo acima, a Divisão de Administração de Contratos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos - DFIC encaminhou e-mail, em 24/11/2011, ao Departamento de Contabilidade - DFC, solicitando orientação sobre os procedimentos a serem adotados.</p> <p>O Departamento Jurídico - PGJ respondeu ao Departamento de Administração de Capital de Giro - DFG pelo Memorando PGJC – 3871/2011, 24/10/2011, que em se tratando da posição atualizada inerente à Ação Judicial movida pela Eletrobras contra a Eletropaulo, o processo está em fase de defesa na execução.</p> <p>A renegociação com a CELG está sendo tratada diretamente pela DF.</p>	

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendações de unidade de auditoria interna pendentes de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	13/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.1
Comunicação Expedida	Memorando nº 116/2011, de 9/8/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Responsabilidade Social e Projetos com a Sociedade - PGR
Descrição da Recomendação	I.a) Interagir com o Departamento de Desenvolvimento Organizacional – DAO e o Departamento Jurídico – PGJ, com vistas a providenciar a conclusão da referida norma.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Responsabilidade Social e Projetos com a Sociedade - PGR	
Justificativas para o não atendimento	
A área informou que a minuta da Norma de Patrocínios se encontra finalizada e esperamos aprovação final do PGJ.	

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendações de unidade de auditoria interna pendentes de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	13/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.3
Comunicação Expedida	Memorando nº 116/2011, de 9/8/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Responsabilidade Social e Projetos com a Sociedade - PGR
Descrição da Recomendação	III.a) Fazer constar dos processos de Patrocínio toda documentação relacionada à análise do custo/benefício dos patrocínios, com base em critérios claros e objetivos para a seleção das ações de marketing mercadológico, na forma estabelecida no Ofício Circular nº 39/2007/SECOM-PR.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Responsabilidade Social e Projetos com a Sociedade - PGR	
Justificativas para o não atendimento	
A área informou que o formulário de avaliação de custo-benefício está em fase final de formatação e implementação, e que a aplicação do formulário está em fase de testes, para utilização o mais breve possível.	

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendações de unidade de auditoria interna pendentes de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	15/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.1
Comunicação Expedida	Memorando nº 119/2011, de 15/8/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Contratação - DAC
Descrição da Recomendação	I.a) Providenciar a publicação da decisão no D.O.U. e acostar cópia da referida publicação na pasta do processo relativo ao Contrato ECE-618/2010.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Contratação - DAC	
Justificativas para o não atendimento	
A área informou que o contrato não estando mais em vigor e o seu extrato tendo sido publicado, a publicação da decisão da autoridade superior, neste momento, seria um custo para a Eletrobras que poderia ser evitado.	

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendações de unidade de auditoria interna pendentes de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	16/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.8
Comunicação Expedida	Memorando nº 125/2011, de 25/8/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Assessoria de Publicidade e Gestão de Eventos – PGE
Descrição da Recomendação	VIII.a) Providenciar e acostar, na pasta do processo do contrato ECE-338/2007, os comprovantes de que as inserções programadas relativas à veiculação de anúncio foram efetivamente realizadas, em atendimento ao item 11.2.3 do contrato ECE-338/2007.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Assessoria de Publicidade e Gestão de Eventos – PGE	
Justificativas para o não atendimento	
<p>A PGE já providenciou os comprovantes e está realizando a organização das pastas do processo. A ação continua em andamento, pois ainda não recebemos as faturas e checagens de algumas das últimas ações de publicidade realizadas em dezembro/2011.</p>	

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendações de unidade de auditoria interna pendentes de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	17/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.1
Comunicação Expedida	Memorando nº 130/2011, de 5/9/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Contratações – DAC
Descrição da Recomendação	I.a) Interagir com o Departamento de Desenvolvimento Organizacional – DAO, com vistas a providenciar norma que discipline os procedimentos operacionais e de gestão do almoxarifado da Eletrobras.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Contratações – DAC	
Justificativas para o não atendimento	
Após o envio do memorando DAC/DACS-863/2011, foi iniciado com o DAO o projeto de Gestão de Suprimentos com melhoria de processos afins. Dentre eles, existe o processo de Administração de Material, que a partir do desenvolvimento dos trabalhos serão gerados alguns documentos, entre os quais, a Norma do Estoque. O prazo é dependente do Projeto, o qual já está sendo executado para melhoria de outro processo da lista.	

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendações de unidade de auditoria interna pendentes de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	17/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.4
Comunicação Expedida	Memorando nº 130/2011, de 5/9/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Contratações – DAC
Descrição da Recomendação	IV.a) Ajuste dos itens extraviados no SAP/R3
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Contratações – DAC	
Justificativas para o não atendimento	
Documentação levantada para elaboração do relatório à DEE. Minuta sendo elaborada.	

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendações de unidade de auditoria interna pendentes de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	17/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.5
Comunicação Expedida	Memorando nº 130/2011, de 5/9/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Contratações – DAC
Descrição da Recomendação	V.b) Adotar medidas apropriadas junto às áreas competentes, relativas aos itens de estoque de códigos 1741, 1801, 1941, 2022 e 2031, que montam R\$11.945,06 (onze mil, novecentos e quarenta e cinco reais e seis centavos), com o fito de eliminar os referidos materiais que já possuem seus prazos de validade expirados e, ato contínuo, providenciar os necessários ajustes no Sistema SAP R/3.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Contratações – DAC	
Justificativas para o não atendimento	
<p>A área informou que está em fase de testes no sistema SAP, com o DAIP, DFCG e DAA, pois ainda não utilizam esta transação (de saída de materiais, movimento de saída para sucata) na nova versão.</p> <p>Foi criada a Solicitação de Serviços de Sistema (SSE-55631, em 13.12.2011) e o assunto continua sendo trabalhado pelos analistas e consultores do sistema SAP.</p>	

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendações de unidade de auditoria interna pendentes de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	17/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.6
Comunicação Expedida	Memorando nº 130/2011, de 5/9/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Contratações – DAC
Descrição da Recomendação	VI.a) Cumprir o determinado pela RES 476/2011, de 2/6/2011, que autoriza a doação dos kits de micro-lâmpadas natalinas à Mitra Arquiepiscopal do RJ, no valor de R\$95.466,61 (noventa e cinco mil quatrocentos e sessenta e seis reais e sessenta e um centavos), bem como a consequente reserva de material para baixa contábil.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Contratações – DAC	
Justificativas para o não atendimento	
<p>A área informou que em maio/2011, foi encaminhado o Termo de Doação nº ETD-DAC-001/2011 à Arquidiocese do Rio de Janeiro, sem retorno. Recentemente, a Arquidiocese solicitou outra via, por ter extraviado a que foi enviada e, agora, solicitou a mudança do nome do signatário do Termo. A área está providenciando a alteração do Termo de Doação.</p>	

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendações de unidade de auditoria interna pendentes de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	17/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.7
Comunicação Expedida	Memorando nº 130/2011, de 5/9/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Contratações – DAC
Descrição da Recomendação	VII.a) Apresentar estudo sobre a real necessidade de manutenção dos 34 itens/materiais que somam R\$111.078,29 (cento e onze mil, setenta e oito reais e vinte nove centavos), em estoque, pois os mesmos não apresentaram movimentação nos últimos dois anos.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Contratações – DAC	
Justificativas para o não atendimento	
A área informou que enviou o memorando DAC/DACS-862/2011 para o DAA, área requisitante destes materiais, questionando a sua real necessidade.	

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendações de unidade de auditoria interna pendentes de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	17/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.11
Comunicação Expedida	Memorando nº 130/2011, de 5/9/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Contratações – DAC
Descrição da Recomendação	XI.a) Proceder a imediata devolução dos 4.300 milheiros de envelopes, referentes às notas fiscais nº 69, emitida em 17/3/2011, no valor de R\$18.092,00 e nº 74, emitida em 21/3/2011, no valor de R\$6.335,00.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Contratações – DAC	
Justificativas para o não atendimento	
<p>A área informou que pela cláusula sétima do contrato ECE-DAC-624/2011, item 7.1.1, a Eletrobras deve reter o material rejeitado, até que seja substituído por outro, o que ainda não ocorreu; tal fato impossibilita a devolução recomendada pela Auditoria. O assunto está sendo tratado com o fornecedor.</p>	

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendações de unidade de auditoria interna pendentes de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	18/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.1
Comunicação Expedida	Memorando nº 146/2011, de 7/10/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento Jurídico - PGJ
Descrição da Recomendação	I.a) Preencher, necessariamente, todos os campos existentes no Sistema Projurid, com vistas a refletirem a real situação da ação, explicitando, dentre outros, os valores e a possibilidade de êxito da referida ação.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento Jurídico - PGJ	
Justificativas para o não atendimento	
<p>O Departamento Jurídico possui um roteiro de preenchimento do Sistema Projurid concebido de acordo com o conceito jurídico das respectivas ações. Nesse sentido o preenchimento dos campos considerados essenciais é conferido periodicamente.</p> <p>Há que se considerar, por outro lado, a maior importância dada aos processos ativos.</p> <p>Ressalta-se, por oportuno, que a metodologia de utilização do Sistema Projurid vem sendo aprimorada continuamente.</p>	

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendações de unidade de auditoria interna pendentes de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	20/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.1
Comunicação Expedida	Memorando nº 150/2011, de 11/10/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Contratações - DAC
Descrição da Recomendação	I.a) Providenciar a numeração sequencial, bem como as rubricas nas folhas das pastas dos processos relativos aos Contratos ECE-675/2011, ECE-671/2011, ECE-682/2011 e ECE-665/2011, conforme estabelece à Legislação.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Contratações - DAC	
Justificativas para o não atendimento	
A área informou que o processo está com a área de Apoio para finalização.	

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendações de unidade de auditoria interna pendentes de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	20/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.1
Comunicação Expedida	Memorando nº 150/2011, de 11/10/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Contratações - DAC
Descrição da Recomendação	I.b) Zelar para que os processos de Licitação tenham seus documentos adequadamente organizados, em pastas, e que tenham suas páginas numeradas e rubricadas de forma sequencial, conforme preconiza o § 4º, do Artigo 22, da Lei nº 9.784/99.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Contratações - DAC	
Justificativas para o não atendimento	
A área informou que todos os processos com contratos assinados estão passando pela equipe de Apoio para finalização e preenchimento de check-list.	

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendações de unidade de auditoria interna pendentes de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	20/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.3
Comunicação Expedida	Memorando nº 150/2011, de 11/10/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Contratações - DAC
Descrição da Recomendação	III.a) Providenciar e juntar às pastas dos processos dos contratos ECE-675/2011 e ECE-671/2011 os Termos de Abertura e de Encerramento.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Contratações - DAC	
Justificativas para o não atendimento	
A área informou que os processos estão com a área de apoio para fazer check-list, finalização e envia-los para arquivo.	

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendações de unidade de auditoria interna pendentes de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	21/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.2
Comunicação Expedida	Memorando nº 156/2011, de 25/10/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Administração de Investimentos - DFI
Descrição da Recomendação	II.a) Interagir com o Departamento de Tecnologia da Informação - DAI visando dar prosseguimento ao projeto apresentado, objetivando a melhoria de elaboração de informações técnicas, documentos de embasamento das liberações financeiras, incorporando-as num projeto de modernização no sistema AFI para que os pagamentos eventuais feitos pelas mutuarias, a título de recursos liberados, também sejam registrados no sistema.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Administração de Investimentos - DFI	
Justificativas para o não atendimento	
Processo em discussão junto ao DAI.	

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendações de unidade de auditoria interna pendentes de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	21/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.3
Comunicação Expedida	Memorando nº 156/2011, de 25/10/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Administração do Capital de Giro - DFG
Descrição da Recomendação	III.a) Providenciar de imediato, um cofre com a capacidade suficiente para a guarda do volume atual dos documentos garantidores do recebimento de valores referentes ao fundo setorial Reserva Global de Reversão – RGR pela Eletrobras. É indispensável, ainda, que o mesmo seja utilizado apenas para documentos que careçam de guarda diferenciada.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Administração do Capital de Giro - DFG	
Justificativas para o não atendimento	
<p>Foi encaminhado email em 1/11/2011 para o chefe do Departamento de Administração Geral - DAA, solicitando apoio para preparação de arquivo cofre a ser instalado nas dependências do Departamento de Administração do Capital de Giro - DFG.</p> <p>O Colaborador do Departamento de Administração Geral - DAA já esteve no Departamento de Administração do Capital de Giro - DFG fazendo as medições, mas ainda não nos deu retorno sobre o projeto.</p>	

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendações de unidade de auditoria interna pendentes de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	23/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.1
Comunicação Expedida	Memorando nº 190/2011, de 19/12/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Administração de Capital de Giro – DFG
Descrição da Recomendação	I.a) Ao DFG: Adotar medidas de solução para os lançamentos em aberto na conta contábil 1110120102, tais como os documentos da amostra nos 100001806, 100049687, 2000010975 e 2000011051, de valores R\$2.824,16, R\$60,60, R\$876,32 e R\$2.652.037,95, respectivamente, e os documentos nos 100001595, 100030534 e 2000042228, de valores R\$4.982,58, R\$350,00 e R\$2.622,49, respectivamente, da conta contábil 1110120103.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Administração de Capital de Giro – DFG	
Justificativas para o não atendimento	
Status da implementação: em andamento.	

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendações de unidade de auditoria interna pendentes de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	23/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.1
Comunicação Expedida	Memorando nº 191/2011, de 19/12/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento Jurídico - PGJ
Descrição da Recomendação	I.b) Ao PGJ: Levantar e identificar os respectivos depósitos judiciais pendentes de identificação, em setembro de 2011, da conta contábil nº 1110120102 relativa ao Banco do Brasil e, ato contínuo, encaminhar a respectiva documentação ao Departamento de Administração de Capital de Giro - DFG para as providências cabíveis.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento Jurídico - PGJ	
Justificativas para o não atendimento	
<p>O Departamento Jurídico informou que uma vez realizados depósitos que não tenham qualquer tipo de informação, como autor do depósito, CNPJ do mesmo ou, no caso de depósitos judiciais, o número do processo, é impossível fazer a sua identificação. E que existem duas providências cabíveis para esse momento: I) encontrar com o Departamento de Administração e Capital de Giro – DFG e o Departamento de Contabilidade uma solução para o passado; II) adotar, junto ao DFG, ações preventivas para melhor identificar os depósitos nas instituições nas quais a Eletrobras possui conta corrente. Não obstante, o Departamento Jurídico dará continuidade ao levantamento, identificação e ao conseqüente encaminhamento da respectiva documentação para o Departamento de Administração de Capital de Giro no que concerne aos depósitos que tenham elementos que possibilitem sua identificação, sendo assim, tanto os advogados internos como os advogados externos foram devidamente orientados sobre as providências a serem adotadas nos casos de levantamento de alvarás judiciais.</p>	

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendações de unidade de auditoria interna pendentes de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	23/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.1
Comunicação Expedida	Memorando nº 191/2011, de 19/12/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento Jurídico - PGJ
Descrição da Recomendação	I.c) Ao PGJ: Dar continuidade ao levantamento e a conseqüente identificação dos valores dos depósitos judiciais que continuam em aberto na conta contábil nº 1110122002 relativa à Caixa Econômica Federal – CEF e, ato contínuo encaminhá-la ao Departamento de Administração de Capital de Giro - DFG para as providências cabíveis (Relatórios de Auditoria nº 1/2009 e nº 8/2010).
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento Jurídico - PGJ	
Justificativas para o não atendimento	
<p>O Departamento Jurídico informou que uma vez realizados depósitos que não tenham qualquer tipo de informação, como autor do depósito, CNPJ do mesmo ou, no caso de depósitos judiciais, o número do processo, é impossível fazer a sua identificação. E que existem duas providencias cabíveis para esse momento: I) encontrar com o Departamento de Administração e Capital de Giro – DFG e o Departamento de Contabilidade uma solução para o passado; II) adotar, junto ao DFG, ações preventivas para melhor identificar os depósitos nas instituições nas quais a Eletrobras possui conta corrente. Não obstante, o Departamento Jurídico dará continuidade ao levantamento, identificação e ao conseqüente encaminhamento da respectiva documentação para o Departamento de Administração de Capital de Giro no que concerne aos depósitos que tenham elementos que possibilitem sua identificação, sendo assim, tanto os advogados internos como os advogados externos foram devidamente orientados sobre as providências a serem adotadas nos casos de levantamento de alvarás judiciais.</p>	

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendações de unidade de auditoria interna pendentes de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	23/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.2
Comunicação Expedida	Memorando nº 190/2011, de 19/12/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Contabilidade – DFC
Descrição da Recomendação	II.a) Proceder aos necessários ajustes nas 157 partidas em aberto nas contas contábeis 1110131402 e 1110131403 relativas ao Banco Santander – Montevideú e nas 232 referentes às contas contábeis 1110150602 e 1110150603 do Banco HSBC - Lima, até a completa solução das pendências.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Contabilidade – DFC	
Justificativas para o não atendimento	
Status da implementação: em andamento.	

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendações de unidade de auditoria interna pendentes de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	23/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.3
Comunicação Expedida	Memorando nº 190/2011, de 19/12/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Contabilidade – DFC
Descrição da Recomendação	III.a) Interagir com o Departamento de Tecnologia da Informação, com vistas a viabilizar a integração dos escritórios de Montevideú, Lima e Brasília ao Sistema SAP ECC para que os mesmos desempenhem suas atividades de compensação dos documentos de caixa e respectivos registros contábeis.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Contabilidade – DFC	
Justificativas para o não atendimento	
Status de implementação: em andamento.	

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendações de unidade de auditoria interna pendentes de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	25/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.3
Comunicação Expedida	Memorando nº 198/2011, de 27/12/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Responsabilidade e Projetos com a Sociedade - PGR
Descrição da Recomendação	III.a) Avaliar a oportunidade e a conveniência de instituir processo de chamamento e seleção públicos, previamente à celebração de convênios com entidades privadas sem fins lucrativos, em situações que se apresente viável e adequada à natureza dos programas da área de responsabilidade social.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Responsabilidade e Projetos com a Sociedade - PGR	
Justificativas para o não atendimento	
<p>Informa-se que um grupo de trabalho na Divisão de Projetos Sócio-Ambientais - PGRS elaborou uma minuta de Edital de Projetos Sociais concluída em 31/12/2011, sendo tal ação uma das metas de equipe do Departamento de Responsabilidade e Projetos com a Sociedade - PGR no Sistema de Gestão de Desempenho - SGD. Em 16/02/12 foi realizada uma reunião na Eletrobras Furnas para tratar deste assunto. Pretende-se ainda visitar a Eletrobras Eletrosul e a Petrobras a fim de juntar mais informações de todo o processo de implementação de edital.</p>	

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendações de unidade de auditoria interna pendentes de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	25/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.12
Comunicação Expedida	Memorando nº 198/2011, de 27/12/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Responsabilidade e Projetos com a Sociedade - PGR
Descrição da Recomendação	XVII.a) Atentar para a necessidade de adoção de medidas com vistas a obter uma avaliação real e fidedigna do preço de mercado dos cargos constantes na rubrica de pessoal dos convênios, realizando estimativas de valores que considerem além da pesquisa nas agências de empregos, outras fontes, como contratações em órgãos e entidades da Administração Pública, ou mesmo em convênios celebrados pela própria Eletrobras.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Responsabilidade e Projetos com a Sociedade – PGR	
Justificativas para o não atendimento	
Será criada uma tabela que sirva de base para todos os projetos de acordo com a região do país em que estes projetos sejam realizados. Utilizaremos dois sites como fonte de pesquisa de mercado. O site www.empregos.com.br foi indicado pela Auditoria realizada em 2011 e o site www.bne.com.br foi indicado pelos próprios gestores da Divisão de Projetos Sócio-Ambientais - PGRS.	

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendações de unidade de auditoria interna pendentes de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	25/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.15
Comunicação Expedida	Memorando nº 198/2011, de 27/12/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Responsabilidade e Projetos com a Sociedade - PGR
Descrição da Recomendação	XV.a) Exigir, como condição de aprovação do Plano de Trabalho, a explicitação das metas quantitativas e qualitativas a serem alcançadas.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Responsabilidade e Projetos com a Sociedade – PGR	
Justificativas para o não atendimento	
Através da contratação de uma consultoria no âmbito do PCT BRA/09/001, o manual de implantação de CCPs está sendo revisto e o plano de trabalho poderá ser adequado, inclusive neste ponto sobre as metas. Desta forma, paralelamente, os proponentes serão orientados sobre a necessidade de estabelecerem metas mais detalhadas de todo o processo de implantação do CCP.	

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendações de unidade de auditoria interna pendentes de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	25/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.18
Comunicação Expedida	Memorando nº 198/2011, de 27/12/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Responsabilidade e Projetos com a Sociedade - PGR
Descrição da Recomendação	XVIII.a) Abster-se de aceitar Planos de Trabalho baseados em propostas de cotação de preços que não contenham os elementos de identificação da proponente tais como nome, endereço, CNPJ, nome completo do responsável pela proposta, data e assinatura, conforme estabelece o Acórdão 521/2007 – Plenário do TCU
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Responsabilidade e Projetos com a Sociedade - PGR	
Justificativas para o não atendimento	
Será inserido no documento, Anexo 4, “Procedimentos para Encaminhamento de Projetos Sociais”, disponibilizado na internet, a orientação de que os orçamentos dos fornecedores deverão ser apresentados por meio de ofícios com papel timbrado, com o CNPJ da empresa e assinados pelo responsável do estabelecimento. Paralelamente, os técnicos serão orientados a somente aceitar orçamentos com esta exigência.	

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendações de unidade de auditoria interna pendentes de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	25/2011
Item do Relatório de Auditoria	5.19
Comunicação Expedida	Memorando nº 198/2011, de 27/12/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Responsabilidade e Projetos com a Sociedade - PGR
Descrição da Recomendação	XIX.a) Examinar criteriosamente a validade de comprovantes de regularidade emitidos pelos órgãos competentes, em consonância com a legislação vigente, em especial o artigo 91 da Lei nº 8.069/1990 e o artigo 29 da Lei nº 8.666/93.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento de Responsabilidade e Projetos com a Sociedade - PGR	
Justificativas para o não atendimento	
O proponente do projeto que suscitou tal recomendação já foi comunicado do vencimento do comprovante citado. Os gestores de projetos foram comunicados, via e-mail, sobre a necessidade de verificarem a validade das certidões, inclusive do registro CMDA..	

CEPEL**Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício**

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	REL 002/2011 – Auditoria DIRF e DCTF
Data do Relatório de Auditoria	15/03/2011
Item do Relatório de Auditoria	1. Divergência entre os valores lançados no Mapa Demonstrativo do Imposto de Renda Retido na Fonte com os valores informados nos DARF's do ano de 2009. MAPA: R\$ 607.060,27 DARF: R\$ 605.424,95 DIF.: R\$ 1.635,32
Comunicação Expedida/Data	CI-AUDI nº 10956/2011, de 05/04/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Gestão de Pessoas – DGP
Descrição da Recomendação	Recomendamos à área recolher os valores devidos à Receita Federal e aprimorar seus controles internos, evitando dessa forma, o pagamento de juros e multas, e principalmente questionamento por parte da Receita Federal.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Provisão e Remuneração – DVPR	
Síntese das providências adotadas	
Conforme Email do Chefe da DVPR, de 27/05/11 e documentação apresentada à AUDI "A diferença de R\$ 1.635,32 foi recolhida no dia 15/04/2011, através da SP nº11657/2011".	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	REL 002/2011 – Auditoria DIRF e DCTF
Data do Relatório de Auditoria	15/03/2011
Item do Relatório de Auditoria	2. Divergência entre os valores lançados no Mapa Demonstrativo do Imposto de Renda Retido na Fonte e a Folha de Pagamento do ano de 2010. FP: R\$ 66.936,30 MAPA: R\$ 60.285,21 DIF: R\$ 6.651,09
Comunicação Expedida/Data	CI-AUDI nº 10956/2011, de 05/04/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Gestão de Pessoas – DGP
Descrição da Recomendação	Recomendamos à área recolher os valores devidos à Receita Federal e aprimorar seus controles internos, evitando dessa forma, o pagamento de juros e multas, e principalmente questionamento por parte da Receita Federal.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Provisão e Remuneração – DVPR	
Síntese das providências adotadas	
Conforme Email do Chefe da DVPR, de 27/05/11 e documentação apresentada à AUDI "A diferença de R\$ 6.651,09 foi recolhida no dia 15/04/2011, através da SP nº11658/2011".	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	REL 002/2011 – Auditoria DIRF e DCTF
Data do Relatório de Auditoria	15/03/2011
Item do Relatório de Auditoria	3. Divergências de informações referentes ao IRRF de Autônomos do ano de 2010: Mapa Demonstrativo X DARF
Comunicação Expedida/Data	CI-AUDI nº 10956/2011, de 05/04/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Gestão de Pessoas – DGP
Descrição da Recomendação	Recomendamos aprimorar seus controles internos e compensar junto à Receita Federal o valor de R\$ 5.648,03.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Provisão e Remuneração – DVPR	
Síntese das providências adotadas	
Conforme CI-DVPR 22774/2011, de 14/07/2011 “O valor de R\$ 5.648,03, referente ao Imposto de Renda de Autônomo recolhido a maior (mês caixa 01/2010), foi compensado no dia 20/07/2011. Valor original: R\$ 5.648,03, valor corrigido: R\$ 6.468,69, conforme Recibo de Entrega da Declaração de Compensação PER/DCOMP documento nº 1565228588, de 12/07/2011.”	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	REL 003/2011 – Auditoria em Convênios MME e FINEP
Data do Relatório de Auditoria	31/03/2011
Item do Relatório de Auditoria	<p>1. Divergência na utilização do Relatório de Dias Trabalhados – RDT (horas/dias) na Prestação de Contas do Convênio nº. 01.09.0539.00. (Contrapartida do Cepel)</p> <p>INFORMADO: R\$ 3.964,99 CORRETO: R\$ 9.339,52</p>
Comunicação Expedida/Data	CI-AUDI nº 10557/2011, de 05/04/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento Econômico Financeiro – DPF
Descrição da Recomendação	Recomendamos a área que retifique junto à FINEP as informações/valores divergentes encaminhados na Prestação de Contas do período de 28/10/09 a 31/12/2010.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Departamento Econômico Financeiro – DPF	
Síntese das providências adotadas	
Conforme CI-DPF 12099/11, de 15/04/2011 foi realizada a correção e o formulário da Prestação de Contas da FINEP foi atualizado com o valor de R\$ 9.339,52.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	REL 004/2011 – Auditoria em Processos de Licitação de Bens e Serviços
Data do Relatório de Auditoria	13/06/2011
Item do Relatório de Auditoria	1. Processos não estão totalmente numerados
Comunicação Expedida/Data	CI-AUDI nº 20623/2011, de 29/06/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Logística e Operações – DLO
Descrição da Recomendação	Recomendamos que a área observe o art. 38 da Lei 8666/93 que determina que os documentos que compõem o processo licitatório devem ser juntados e numerados oportunamente.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Suprimentos – DVSU	
Síntese das providências adotadas	
Conforme CI-DVSU nº 18668/11, de 13/06/2011 <i>“Todos os processos apontados tiveram sua numeração completada.”</i>	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	REL 004/2011 – Auditoria em Processos de Licitação de Bens e Serviços
Data do Relatório de Auditoria	13/06/2011
Item do Relatório de Auditoria	2. Publicação do extrato da inexigibilidade excedeu o prazo estipulado no artigo 26 da Lei 8666/93. (1 processo)
Comunicação Expedida/Data	CI-AUDI nº 20623/2011, de 29/06/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Logística e Operações – DLO
Descrição da Recomendação	Recomendamos que a área observe o disposto no art. 26 da Lei 8666/93 quanto aos prazos estipulados na lei e aprimore seus controles internos.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Suprimentos – DVSU	
Síntese das providências adotadas	
Embora não tenha acarretado prejuízo à efetividade do processo, o prazo será acompanhado nas próximas auditorias.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	REL 004/2011 – Auditoria em Processos de Licitação de Bens e Serviços
Data do Relatório de Auditoria	13/06/2011
Item do Relatório de Auditoria	3. Divergência entre o valor publicado/autorizado no DOU e o PFN.
Comunicação Expedida/Data	CI-AUDI nº 20623/2011, de 29/06/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Logística e Operações – DLO
Descrição da Recomendação	Recomendamos que a área observe as publicações, e façam as retificações necessárias na época da publicação. Recomendamos ainda que aprimore seus controles internos para que fatos como este não mais ocorram.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Suprimentos – DVSU	
Síntese das providências adotadas	
Conforme CI-DVSU nº 18668/11, de 13/06/2011: <i>“As erratas foram providenciadas”.</i>	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	REL 004/2011 – Auditoria em Processos de Licitação de Bens e Serviços
Data do Relatório de Auditoria	13/06/2011
Item do Relatório de Auditoria	4. Erro na publicação do Contrato no DOU.
Comunicação Expedida/Data	CI-AUDI nº 20623/2011, de 29/06/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Logística e Operações – DLO
Descrição da Recomendação	Recomendamos que a área observe as publicações, e façam as retificações necessárias na época da publicação. Recomendamos ainda que aprimore seus controles internos para que fatos como este não mais ocorram.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Suprimentos – DVSU	
Síntese das providências adotadas	
Conforme CI-DVSU nº 18668/11, de 13/06/2011: <i>“As erratas foram providenciadas”.</i>	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	REL 005/2011 – Auditoria na Folha de Pagamento
Data do Relatório de Auditoria	12/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	1. Adicional Tempo de Serviço – ATS superior ao limite estabelecido.
Comunicação Expedida/Data	CI-AUDI nº 24983/2011, de 02/08/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Gestão de Pessoas – DGP
Descrição da Recomendação	Recomendamos que a área observe os limites estabelecidos no Acordo Coletivo e Resolução de Diretoria, atualize o sistema de Folha de Pagamento limitando o cálculo do ATS em 35% e efetue os descontos dos empregados que perceberam o ATS indevidamente.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Provisão e Remuneração – DVPR	
Síntese das providências adotadas	
Conforme CI-DVPR nº 22500/11, de 12/07/2011: <i>“Os valores recebidos a maior pelos empregados serão descontados a partir da folha de julho/2011, no mesmo número de meses recebidos indevidamente. Essa não conformidade encontra-se corrigida.”</i>	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	REL 006/2011 – Auditoria – RPA/GFIP/RAIS
Data do Relatório de Auditoria	19/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	1. Empregados não relacionados na RAIS ano base 2010 (2 empregados)
Comunicação Expedida/Data	CI-AUDI nº 24985/2011, de 02/08/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Gestão de Pessoas – DGP
Descrição da Recomendação	Recomendamos que a área adote procedimentos de conferência da RAIS para que este tipo de falha não ocorra, evitando assim possíveis penalidades para o Centro e seus Empregados, perante os órgãos fiscalizadores.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Provisão e Remuneração – DVPR	
Síntese das providências adotadas	
Conforme CI-DVPR nº 23435/11, de 19/07/2011 :	
<i>“A RAIS retificadora foi enviada em 19/07/11 com a inclusão dos 2 empregados que não estavam relacionados.”</i>	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	REL 006/2011 – Auditoria – RPA/GFIP/RAIS
Data do Relatório de Auditoria	19/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	2. Autônomos inseridos indevidamente na RAIS
Comunicação Expedida/Data	CI-AUDI nº 24985/2011, de 02/08/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Gestão de Pessoas – DGP
Descrição da Recomendação	Recomendamos que a área atente para as instruções do manual da RAIS, evitando assim que tais falhas ocorram, bem como adote procedimentos de conferência, evitando possíveis penalidades para o Centro perante os órgãos fiscalizadores.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Provisão e Remuneração – DVPR	
Síntese das providências adotadas	
Conforme CI-DVPR nº 23435/11, de 19/07/2011 :	
<i>“Por erro na digitação cadastral, os autônomos foram incluídos indevidamente na RAIS ano base 2010. Os mesmos foram excluídos e a RAIS retificadora enviada.”</i>	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	REL 006/2011 – Auditoria – RPA/GFIP/RAIS
Data do Relatório de Auditoria	19/07/2011
Item do Relatório de Auditoria	3. Autônomos não relacionado na GFIP
Comunicação Expedida/Data	CI-AUDI nº 24985/2011, de 02/08/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Gestão de Pessoas – DGP
Descrição da Recomendação	Recomendamos que a área adote procedimentos de conferência da GFIP para que este tipo de falha não ocorra, evitando assim possíveis penalidades para o Centro e seus empregados, perante os órgãos fiscalizadores.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Provisão e Remuneração – DVPR	
Síntese das providências adotadas	
Conforme CI-DVPR nº 23435/11, de 19/07/2011 : <i>“De fato, o prestador de serviço Luiz de Souza Fontes Arruda não foi incluído na GFIP de Junho/2010, pois estava com o cadastro incompleto.”</i> <i>“Nesta data foi feita a GFIP retificadora do citado mês com a inclusão do referido prestador...”</i>	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	REL 010/2011 – Auditoria no Sistema de Avaliação e Registro de Admissão e Concessão – SISAC
Data do Relatório de Auditoria	28/12/2011
Item do Relatório de Auditoria	1. Advertências registradas no Sistema SISAC do TCU – Processos autuados pelo TCU
Comunicação Expedida/Data	CI-AUDI nº 3581/2012, de 02/01/2012
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Gestão de Pessoas – DGP
Descrição da Recomendação	Recomendamos que a área cadastre novos atos no sistema SISAC, corrigindo as falhas apontadas pelo TCU.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Provisão e Remuneração – DVPR	
Síntese das providências adotadas	
Conforme Carta DG-39376/2011, de 25/11/2011: <i>“Informamos que no dia 24/11/2011 foram cadastrados novos Atos de Admissão dos 10 (dez) empregados relacionados pelo TCU, com os esclarecimentos do Gestor de Pessoal, e encaminhada a documentação comprobatória ao Controle Interno para emissão de Parecer.”</i>	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	REL 010/2011 – Auditoria no Sistema de Avaliação e Registro de Admissão e Concessão – SISAC
Data do Relatório de Auditoria	28/12/2011
Item do Relatório de Auditoria	2. Empregados cadastrados no SISAC – Desligamento, que não estavam cadastradas as admissões.
Comunicação Expedida/Data	CI-AUDI nº 3581/2012, de 02/01/2012
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Gestão de Pessoas – DGP
Descrição da Recomendação	Recomendamos a área enviar esforços junto à equipe do SISAC para a regularização das pendências.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Provisão e Remuneração – DVPR	
Síntese das providências adotadas	
Conforme email do TCU, equipe SISAC, de 19/01/2012: <i>“para casos em que houve o desligamento, por entendimento atual do TCU em reconhecer a perda de objeto, para essas admissões excepcionalmente não precisam ser cadastradas.”</i>	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	REL 010/2011 – Auditoria no Sistema de Avaliação e Registro de Admissão e Concessão – SISAC
Data do Relatório de Auditoria	28/12/2011
Item do Relatório de Auditoria	3. Descumprimento do prazo de 30 dias para encaminhamento das informações de desligamento ao TCU, através do SISAC.
Comunicação Expedida/Data	CI-AUDI nº 3581/2012, de 02/01/2012
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Departamento de Gestão de Pessoas – DGP
Descrição da Recomendação	Recomendamos que sejam criadas rotinas para cadastrar no SISAC as informações pertinentes aos atos de admissão, concessão e desligamento dentro do prazo definido pela IN/TCU nº 55/07.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Provisão e Remuneração – DVPR	
Síntese das providências adotadas	
Conforme CI-DVPR 42420/11, de 20/12/2011: <i>“De fato o descumprimento ocorreu. Estamos envidando esforços para aprimorar os controles dos processos internos a fim de evitar novas ocorrências.”</i>	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da recomendação com melhoria do processo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes	

16.2 Recomendações da Unidade de Auditoria Interna Pendentes de Atendimento. – Não há.

17. Outras Informações Consideradas Relevantes

Este item não se aplica nem à Eletrobras nem ao Cepel

II - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

1. Demonstrações Contábeis Previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo as notas explicativas da Eletrobras e do Cepel.

As demonstrações Contábeis da Eletrobras e do Cepel encontram-se anexas.

2. Composição Acionária do Capital Social

ELETRORAS

QUADRO B.4.1 - COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL

UJ COMO INVESTIDA				
Denominação completa:				
Texto				
Ações Ordinárias (%)				
ACIONISTAS		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
Governo	Tesouro Nacional	50,87	52,00	52,00
	Outras Entidades Governamentais	28,74	26,23	26,22
	Fundos de Pensão	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	-
	% Governo	79,61	78,23	78,22
Free Float	Pessoas Físicas	1,91	1,93	1,72
	Pessoas Jurídicas	3,30	4,99	5,25
	Capital Estrangeiro	15,18	14,85	14,81
	% free float	20,39	21,77	21,78
Subtotal Ordinárias (%)		80,37	79,92	79,92
Ações Preferenciais (%)				
ACIONISTAS		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
Governo	Tesouro Nacional	0,00	0,00	0,00
	Outras Entidades Governamentais	17,36	12,52	14,64
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos	-	-	-
	Ações em Tesouraria	-	-	0,02
	% Governo	17,36	12,52	14,66
Free Float	Pessoas Físicas	9,88	12,80	12,41
	Pessoas Jurídicas	17,40	21,21	25,12
	Capital Estrangeiro	55,36	53,47	47,81
	% free float	82,64	87,48	85,34
Subtotal Preferenciais (%)		19,63	20,08	20,08
Total		100%	100%	100%

Quadro B.4.2 - Investimentos Permanentes em Outras Sociedades

INVESTIMENTOS PERMANENTES EM OUTRAS SOCIEDADES

UJ COMO INVESTIDORA

Denominação completa:

Texto

Ações Ordinárias - %

Investida	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011
CDSA	0,36%	0,36%	0,36%
CENTRALES HIDRELÉTRICAS CENTROAM.	-	50,00%	50,00%
CEA	0,03%	0,03%	0,03%
CEAL	74,84%	74,84%	100,00%
CEPISA	99,98%	99,98%	100,00%
CERON	99,96%	99,96%	100,00%
CGTEE	99,94%	99,96%	99,96%
CHESF	100,00%	100,00%	100,00%
EEB	0,13%	0,13%	0,13%
ELETROACRE	95,34	95,34	96,02%
ELETROBRAS AMAZONAS ENERGIA	100,00%	100,00%	100,00%
ELETRONORTE	99,03%	99,41%	99,41%
ELETRONUCLEAR	99,93	99,93%	99,97%
ELETROSUL	99,71%	99,75%	99,75%
EÓLICA MANGUE SECO 2	-	49,00%	49,00%
FURNAS	99,82%	99,82%	99,82%
INAMBARI GERAÇÃO de ENERGIA S.A.	29,40%	29,40%	29,40%
ENERGISA	-	1,26%	1,26%
AES TIETE	0,08	0,08	0,08%
CEEE-D	32,23%	32,23%	32,23%
CEEE-GT	32,23%	32,23%	32,23%
CELESC	0,03%	0,03%	0,03%
CELGPAR	0,07%	0,07%	0,07%
CELPA	34,79%	34,79%	34,79%
CELPE	0,03%	0,03%	0,03%
CEMAR	33,50%	33,50%	33,48%
CELPA	34,79%	34,79%	34,79%
CESP	0,03%	0,03%	0,03%
COPEL	1,06%	1,06%	1,06%
CTEEP	9,95%	9,85%	7,15%

ELETROPAR	81,61%	83,71%	83,71%
NORTE ENERGIA S.A.	-	15,00%	15,00%
CELTINS	0,000026%	0,000026%	0,000026%

Ações Preferenciais - %			
Investida	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011
CEAL	94,02%	94,02%	100,00%
CEPISA	68,33%	68,33%	100,00%
CER	100,00%	100,00%	100,00%
CHESF	81,35%	84,37%	84,37%
DUKE ENERGY PARANAPANEMA S.A.	0,74%	0,70%	0,70%
ELETROACRE	87,86	87,86	89,62%
ELETRONUCLEAR	99,41	99,41	99,72%
ENERGISA	-	4,55%	4,55%
FURNAS	98,56%	98,56%	98,57%
PAULISTA LAJEADO	100,00%	100,00%	100,00%
CEB LAJEADO	100,00%	100,00%	100,00%
LAJEADO ENERGIA	90,78%	90,78%	90,78%
TANGARÁ	25,47%	25,47%	25,47%
AES TIETE	16,38%	16,38%	16,38%
CEB	6,56%	6,56%	6,56%
CEEE-D	53,43%	53,43%	53,43%
CEEE-GT	53,43%	53,43%	53,43%
CELESC	17,98%	17,98%	17,98%
CELPA	26,86%	26,86%	26,86%
CELPE	13,79%	13,79%	13,79%
CEMAR	37,29	37,29	37,29%
CEMAT	59,78%	59,78%	59,77%
CER	100,00%	100,00%	100,00%
CESP	3,05%	3,05%	3,05%
COELCE	18,46%	18,46%	18,46%
CTEEP	54,19%	53,99%	53,99%
EMAE	64,82%	64,82%	64,82%
ETEP	23,75%	0,00%	0,00%
EATE	32,40%	0,00%	0,00%
GUASCOR LTDA - (Sociedade por Quotas)	6,34%	4,41%	4,41%

CEPEL

Informamos que este item não se aplica ao CEPEL, pois se trata de uma Associação sem Fins Lucrativos, não possuindo a composição acionária de Capital Social.

3. Parecer da Auditoria Independente Sobre as Demonstrações Contábeis

Os Pareceres da Eletrobras e do Cepel encontram-se anexos.

III - INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS A CONSTAR DO RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Demonstrativo Analítico das Despesas com Ações de Publicidade e Propaganda

ELETROBRAS

No exercício de 2011, a Eletrobras foi atendida somente pela agência de publicidade Agência 3, através do contrato nº 338-D/2010, no valor de R\$32.750.00,00.

Assim sendo, os gastos no exercício de 2011 totalizaram **R\$ 32.701.725,45** assim distribuídos:

XXVIII) Despesas com Publicidade e Propaganda

Produto	Total (em R\$)
Campanha Sustentabilidade	18.053.817,66
Divulgação de Esportes Patrocinados	5.388.218,86
Divulgações Institucionais	3.908.111,75
Edital Cultural 2011	2.839.190,23
Edital Cultural 2012	1.982.277,57
Pesquisa	239.163,74
Comunicação Interna	170.679,85
Outros	120.265,79
TOTAL:	32.701.725,45

1.1. Despesas com Ações de Patrocínios

ELETRORBRAS

XXIX) Projetos Esportivos

Nº Contrato ECP	RES.	PROJETO	CONTRATADO	Conta Orçamentária	Valor Patrocínio (R\$)	Liberado (R\$)	A Liberar	Observações
0001/2009	1239/2008	Patrocínio, com exclusividade, das Seleções Brasileiras de Basquete Masculino e Feminino, nas categorias: Adulto, Sub20, Juvenil (17, 18 e 19 anos), e Cadete (15, 16 e 17 anos), bem como a manutenção de “Centros de Basquete Integrados – CBI’s”, a realização de Clínicas Técnicas e Capacitação de Treinadores de Basquete para Categorias de Base, Clínicas de Capacitação para Árbitros e Campeonatos Brasileiros de Base, Cadete e Juvenil	Confederação Brasileira de Basketball - CBB	615.94.1.07.00 Doações e Contribuições Diversas - do Centro Financeiro 10.033 da Divisão PRE Este item orçamentário e centro de custo foram adaptados no SAP R3 para: 615.94.1.15.00 - 10.052 - CF	47.000.000,00 Com reajuste anual pelo IGPM	34.844.037,69	13.953.240,13 (+ IGPM)	Período do Projeto (Ciclo Olímpico: 2009/2012) de 05/01/09 a 31/12/2012. Valor inicial do contrato era R\$ 44.000.000,00; acrescido para R\$ 47.000.000,00 com o Termo Aditivo ECP-0001-A/2010 mais R\$1.000.000,00 ao ano restante do contrato por conta da escolha do Rio/2016. Sobre o valor total do projeto incide reajuste pelo IGPM anual, data jan/ano, sendo que dos valores do aditivo a anualidade é 25/08/ano. Sobre o valor total do projeto, incide reajuste contratual.

0048/2009	582/2009	Patrocínio ao Club de Regatas Vasco da Gama nas seguintes modalidades esportivas (Masculina e Feminina) e de Responsabilidade Social: Futebol Profissional e Amador; Remo; Modalidades esportivas Olímpicas e não-Olímpicas; Esportes	Club de Regatas Vasco da Gama	615.94.1.07.00 Doações e Contribuições Diversas - do Centro Financeiro 10.033 da Divisão PRE Este item orçamentário e centro de custo foram adaptados no SAP R3 para: 615.94.1.15.00 - 10.052 - CF	56.000.000,00 Com reajuste anual pelo IGPM	36.441.352,14	23.992.224,00 (+ IGPM)	Período do projeto: de 14/07/09 a 31/12/2013. Em 2008 foram pagos R\$ 7.000.000,00 ao Vasco. Colocar pagamento realizado em 2010 retirando o valor de 2011. Em 2011 foram pagos em juízo a quantia de R\$ 15.273.441,16. Sobre o valor total do projeto, incide reajuste contratual.
0138/2009	704/2009	Revitalização da Fonte Luminosa de Brasília	Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP	615.94.1.07.00 Doações e Contribuições Diversas - do Centro Financeiro 10.033 da Divisão PRE Este item orçamentário e centro de custo foram adaptados no SAP R3 para: 615.94.1.15.00 - 10.052 - CF	8.834.307,28	8.834.307,28	-	Período de 28/08/09 a 31/12/2014. Prestação de Contas encerrada (as contrapartidas serão devidas pela BENEFICIÁRIA até 05 (cinco) anos da data de assinatura deste contrato).
0073/2010	1104/2010	Novo Basquete Brasil - Temporada 2010/2011 do Campeonato Brasileiro de Basquetebol Masculino Adulto (Clubes da LNB/NBB)	Liga Nacional de Basquete - LNB	615.94.1.15.00 - Doações e Contribuições Esportivas do Centro Financeiro 10.052 - PRE	1.800.000,00	1760512,31	-	Período do Projeto: de 28/10/10 a 31/05/11. Foram deduzidos R\$ 39.487,69 referentes a multas e glosas

0113/2010	1284/2010	Campeonato Nacional Feminino de Basquete Projeto incentivado previsto no âmbito do Contrato ECP-001/2009 e seu Termo Aditivo ECP-001-A/2010	Confederação Brasileira de Basketball - CBB	615.94.1.11.00 - Doações e Contribuições Esportivas do Centro Financeiro 10.052 - PRE	500.000,00	500.000,00	-	Projeto Encerrado Período de execução: de 30/10/2010 a 2/2/2011 Projeto Incentivado. Prestação de Contas junto ao Ministério do Esporte.
0034/2011	0498/2011	XI Campeonato Mundial de Basquetebol Máster - Natal - RN	Federação Brasileira de Basquetebol Máster - FBBM	615.94.1.15.00 - Doações e Contribuições Esportivas do Centro Financeiro 10.052 - PRE	249.975,00	249.975,00	-	Projeto Encerrado (Prestação de Contas por reembolso finalizada pela PRE)
038/2011	465/2011	Projeto LIIBRA – Basquete de Rua Circuito Nacional 2011	Central Única das Favelas – CUFA	615.94.1.15.00 - Doações e Contribuições Esportivas, do Centro Financeiro 10.052 - PRE	300.000,00	300.000,00	-	Projeto Encerrado (Prestação de Contas por reembolso finalizada pela PRE)
084/2011	882/2011	Programa de Preparação da Seleção Brasileira Masculina e Feminina de Basquete em Cadeira de Rodas 2011 e do Campeonato Brasileiro de Basquete em Cadeira de Rodas 2011, da 3ª, 2ª e 1ª divisão. Projeto incentivado	Confederação Brasileira de Basquetebol em Cadeira de Rodas - CBBC	615.94.1.11.00 - Doações e Contribuições Esportivas do Centro Financeiro 10.052 - PRE	499.573,08	499.573,08	-	Aguardando Prestação de Contas.junto ao Ministério do Esporte.

097/2011	978/2011	Campeonato Brasileiro de Base de Basquetebol 2011 II. Projeto incentivado previsto no âmbito do Contrato ECP-001/2009 e seu Termo Aditivo ECP-001-A/2010	Confederação Brasileira de Basketball - CBB	615.94.1.11.00 - Patrocínio Esportivo, do Centro Financeiro 10.052 - PRE	541.780,92	541.780,92	-	Projeto incentivado no âmbito do contrato ECP-001/2009e seu Termo Aditivo ECP-001-A/2010. Aguardando finalização da Prestação de Contas.junto ao Ministério do Esporte.
104/2011	993/2011	Novo Basquete Brasil – Temporada 2011/2012 do Campeonato Brasileiro de Basquetebol Masculino Adulto (Clubes da LNB/NBB)	Liga Nacional de Basquete - LNB	615.94.1.15.00 - Doações e Contribuições Esportivas, do Centro Financeiro 10.052 - PRE	2.150.000,00	250.000,00	1.900.00,00	Período do Projeto: de 30/11/2011 a 30/7/2012.
106/2011	1000/2011	Campeonato Nacional Feminino de Basquete 2011-2012. Projeto Incentivado	Liga de Basquete Feminino - LBF	615.94.1.11.00 - Doações e Contribuições Esportivas do Centro Financeiro 10.052 - PRE	1.492.971,69	500.000,00	992.971,69	Período de Projeto: de 10/12/2011 a 16/4/2012. Em andamento (prestação de contas via Ministério do Esporte).

XXX) Projetos Incentivados

Nº Contrato	Nº PRONAC / SALIC	PROJETO	CONTRATADO	Conta Orçamentária	Valor Patrocínio (R\$)	Liberado (R\$)	A liberar (R\$)
ECP-0002/2011	105959	Mama África 2	BSB Serviços Cine Video LTDA.	615.94.1.08.00	R\$ 303.000,00	R\$ 302.300,00	R\$ 0,00
ECP-0003/2011	100032	Amazônia - A Última Fronteira	MPC Meios de Produção e Comunicação & Associados	615.94.1.08.00	R\$ 260.000,00	R\$ 260.000,00	R\$ 0,00
ECP-0004/2011	10 2853	Porto de Itajaí - Sua História	Associação dos Amigos do Museu Histórico e Arquivo Público de Itajaí	615.94.1.08.00	R\$ 130.550,00	R\$ 130.550,00	R\$ 0,00
ECP-0006/2011	1010989	Clube do Choro do Brasil	Clube do Choro de Brasília	615.94.1.08.00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 0,00
ECP-0008/2011	1010627	Roda Gigante - 2ª edição	Bocanera Produções Artísticas LTDA.	615.94.1.09.00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 0,00
ECP-0009/2011	100359	Flávio Tavares - (Livro)	Flávio Tavares de Melo	615.94.1.08.00	R\$ 150.000,00	R\$ 150.000,00	R\$ 0,00
ECP-0010/2011	107108	Rio - Pena e Pincel	Casa da Palavra Produção Editorial LTDA.	615.94.1.08.00	R\$ 232.942,60	R\$ 232.942,60	R\$ 0,00
ECP-0016/2011	108362	Maldição e fé	Alexandre José Ferreira dos Santos	615.94.1.08.00	R\$ 110.620,59	R\$ 110.620,59	R\$ 0,00
ECP-0022/2011	0711120	Restauração Patrimônio Histórico: Prédio da Diocese de Ponta de Pedras	Diocese de Ponta de Pedras	615.94.1.09.00	R\$ 400.000,00	R\$ 400.000,00	R\$ 0,00
ECP-0023/2011	087521	Concertos Riograndenses	BG Produtora	615.94.1.08.00	R\$ 150.000,00	R\$ 150.000,00	R\$ 0,00
ECP-0024/2011	105318	V Bienal Internacional do Livro de Alagoas	Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa - FUNDEPES	615.94.1.09.00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 0,00
ECP-0028/2011	097257	III Festival Nacional de Humor de Maranguape	Fundação Viva Maranguape de Turismo, Esporte e Cultura – FITEC	615.94.1.09.00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00

ECP-0029/2011	063893	O Rei Está Nú	PAES - PROMOÇÕES, ADMINISTRAÇÃO, EVENTOS E SERVIÇOS LTDA	615.94.1.08.00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00
ECP-0030/2011	111102	Lê pra mim? Lonas Culturais	Associação Cultural Somar Idéias	615.94.1.08.00	R\$ 120.000,00	R\$ 120.000,00	R\$ 0,00
ECP-0036/2011	1010627	Reponte da Canção Nativa 2011	Tabla Produções Artísticas LTDA	615.94.1.09.00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 0,00
ECP-0037/2011	100533	A Lenda da Água Grande - Ballet Nacional de Cuba - Módulo 1	Cooperativa Cultural Brasileira	615.94.1.08.00	R\$ 299.980,00	R\$ 299.980,00	R\$ 0,00
ECP-0040/2011	096865	Do Jequitinhonha ao Planalto Central	JK Cultural LTDA.	615.94.1.08.00	R\$ 109.999,90	R\$ 109.999,90	R\$ 0,00
ECP-0042/2011	108996	Plano Anual de Atividades 2011 Instituto Baccarelli	Sociedade de Concertos de São Paulo	615.94.1.08.00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 0,00
ECP-0044/2011	09 4419	Plantas Brasileiras - A Ilustração Botânica de Dulce Nascimento	Trombone Editoração Eletrônica LTDA	615.94.1.08.00	R\$ 163.996,00	R\$ 163.996,00	R\$ 0,00
ECP-0045/2011	103753	Flores de Pilões	Voglia Produções Artísticas LTDA	615.94.1.08.00	R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00	R\$ 0,00
ECP-0048/2011	104144	Teatro Jovem 2011	Estamos Aqui Prod.Artísticas LTDA	615.94.1.08.00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 0,00
ECP-0049/2011	1010957	41º Festival Nacional da Cultura	FENAC Promoções e Eventos LTDA	615.94.1.09.00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00
ECP-0054/2011	108927	A Ilusão Cômica	Razões Inversas Marketing Cultural LTDA	615.94.1.08.00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00
ECP-0056/2011	087588	Mitos na Literatura Infanto-	Via Social Projetos Culturais e	615.94.1.08.00	R\$ 243.560,00	R\$ 243.560,00	R\$ 0,00

		juvenil	Sociais LTDA				
ECP-0057/2011	100901	A Aurora da Minha Vida - O Musical	Lúdico Produções Artísticas LTDA	615.94.1.08.00	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 0,00
ECP-0058/2011	1011794	Julia	Axis Produções Artísticas LTDA	615.94.1.08.00	R\$ 270.000,00	R\$ 270.000,00	R\$ 0,00
ECP-0059/2011	087521	Circuito Instrumental Riograndense	Friske &Friske LTDA	615.94.1.08.00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 0,00
ECP-0061/2011	105504	Orquestra Sinfônica Brasileira Temporada 2010/2011	Fundação Orquestra Sinfônica Brasileira	615.94.1.08.00	R\$ 199.800,00	R\$ 199.800,00	R\$ 0,00
ECP-0063/2011	11 2785	Negra Felicidade	Urbana Produções LTDA.	615.94.1.08.00	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 0,00
ECP-0064/2011	094997	Biblioteca AEAEEUUFMG	Arte e Cultura LTDA.	615.94.1.08.00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00
ECP-0065/2011	11-2671	Zerois: Ziraldo na Tela Grande	Lumen Produções LTDA.	615.94.1.08.00	R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00	R\$ 0,00
ECP-0067/2011	091099	Jornal da Década de 70	Pro Texto Comunicação e Cultural LTDA	615.94.1.08.00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00
ECP-0071/2011	08.6425	Núcleos Sinfônicos de Campos	Sociedade Artística Villa Lobos	615.94.1.08.00	R\$ 600.000,00	R\$ 600.000,00	R\$ 0,00
ECP-0072/2011	112537	Nem Um Dia se Passa Sem Notícias suas	Cinelari Produções Artísticas LTDA	615.94.1.08.00	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 0,00
ECP-0073/2011	088778	Paisagismo e Irrigação dos Jardins do Museu Histórico Abílio Barreto	Associação dos Amigos do Museu Histórico Abílio Barreto	615.94.1.08.00	R\$ 89.183,60	R\$ 88.283,60	R\$ 0,00
ECP-0074/2011	1011607	Cena contemporânea - Festival de Teatro de Brasília 2011	Cena promoções Culturais LTDA	615.94.1.08.00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 0,00

ECP-0075/2011	1010916	14ª Jornada Nacional de Literatura	Fundação Universidade de Passo Fundo	615.94.1.08.00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 0,00
ECP-0076/2011	106196	Marcos Klassmann 1976 - Vote contra o Governo	Luiz Carlos Vergara Menin Netto	615.94.1.08.00	R\$ 112.000,00	R\$ 112.000,00	R\$ 0,00
ECP-0077/2011	112214	Europalia Brasil	Associação Cultural Funarte	615.94.1.08.00	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 0,00
ECP-0080/2011	105661	6ª Bienal Ventosul	Instituto Paranaense de Arte	615.94.1.08.00	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 0,00
ECP-0081/2011	096099	Circuito para a Cidadania	Lume Organização de Eventos LTDA.	615.94.1.08.00	R\$ 150.000,00	R\$ 150.000,00	R\$ 0,00
ECP-0082/2011	105213	Outros Tempos	Jurubeba Produções Artísticas	615.94.1.08.00	R\$ 249.900,00	R\$ 249.900,00	R\$ 0,00
ECP-0088/2011	112855	Mulheres Sonharam Cavalos	Tárik Puggina Produções Artísticas e Culturais LTDA	615.94.1.08.00	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 0,00
ECP-0090/2011	104782	Encontro De Mulher Dá Samba	Viva Brasil	615.94.1.09.00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 0,00
ECP-0091/2011	080006	O Menino No Espelho	Camisa Listrada LTDA.	615.94.1.08.00	R\$ 500.000,00	R\$ 300.000,00	200.000,00
ECP-0099/2011	113602	Festa Nacional da Música 2011	VF Promoções e Publicidade LTDA	615.94.1.09.00	R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00	R\$ 0,00
ECP-0101/2011	112940	15ª Mostra Internacional do Filme Etnográfico	Interior Produções LTDA.	615.94.1.08.00	R\$ 125.000,00	R\$ 125.000,00	R\$ 0,00
ECP-0107/2011	063821	Epopéia Imigrante	Sociedade Amigos de Ana Rech - SAMAR	615.94.1.08.00	R\$ 110.000,00	R\$ 110.000,00	R\$ 0,00
ECP-0108/2011	114613	Musicanto - Clássico e Instrumental	Friske &Friske LTDA ME	615.94.1.08.00	R\$ 150.000,00	R\$ 150.000,00	R\$ 0,00
ECP-0112/2011	10 0007	Alfabetização Cultural	Raquel Romano	615.94.1.08.00	R\$ 50.510,00	R\$ 50.510,00	R\$ 0,00
ECP-0114/2011	111973	Acervos Históricos MHAB: Coleção Clóvis Salgado e Coleção Lia Salgado	Associação dos Amigos do Museu Histórico Abílio Barreto	615.94.1.08.00	R\$ 120.220,00	R\$ 120.200,00	R\$ 0,00

ECP-0116/2011	1011708	De Tudo Se Faz Canção	Organização Não Governamental Dançar a Vida	615.94.1.08.00	R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00	R\$ 0,00
ECP-0118/2011	1011737	Festival Internacional de Cinema de Arquivo - RECINE 10 anos	Rio Cinema Produções Culturais	615.94.1.08.00	R\$ 120.000,00	R\$ 120.000,00	R\$ 0,00
ECP-0128/2011	105127	A Peça do Casamento	Primeira Página Jornalismo e Com. LTDA.	615.94.1.08.00	R\$ 400.000,00	R\$ 400.000,00	R\$ 0,00
ECP-0131/2011	101516	Don Juan de Mollière	Eduardo Estrela Adamos Produções LTDA	615.94.1.08.00	R\$ 600.000,00	R\$ 600.000,00	R\$ 0,00
ECP-0132/2011	110433	JT Leroy	Ágapa Criação e Produção Cultural LTDA	615.94.1.08.00	R\$ 549.970,00	R\$ 549.970,00	R\$ 0,00
TOTAL					R\$ 13.391.232,69	R\$ 13.189.612,69	R\$ 200.000,00

XXXI) Projetos Não Incentivados

Nº Contrato	PROJETO	CONTRATADO	Conta Orçamentária	Valor Patrocínio (R\$)	Liberado (R\$)	A liberar (R\$)
ECP-0005/2011	Primeira Feira e Festa da Agricultura e Agroindústria Camponesa	Cooperfumos do Brasil	615.94.1.07.00	R\$ 100.000,00	R\$ 99.100,00	R\$ 0,00
ECP-0007/2011	Circuito das estações RJ 2011 (4 etapas)	FTTX Participações LTDA	615.94.1.07.00	R\$ 333.333,33	R\$ 328.333,32	R\$ 0,00
ECP-0011/2011	VII Fórum Brasileiro sobre as Agências Reguladoras	Instituto Brasileiro de Direito Público - IBDP	615.94.1.07.00	R\$ 90.000,00	R\$ 87.473,00	R\$ 0,00
ECP-0012/2011	ABINEE TEC 2011	Associação Brasileira da Indústria Elétrica E Eletrônica	615.94.1.07.00	R\$ 50.000,00	R\$ 30.542,50	R\$ 0,00
ECP-0013/2011	Cursos do Programa ABES de Aperfeiçoamento Profissional - PAAP	Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES	615.94.1.07.00	R\$ 74.400,00	R\$ 0,00	R\$ 74.400,00
ECP-0014/2011	Ceilândia, a História é Esta	Nasa Produções E Eventos	615.94.1.07.00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00
ECP-0015/2011	Seminário Internacional de Direito e Administração Pública	Instituto Brasiliense de Direito Público	615.94.1.07.00	R\$ 150.000,00	R\$ 118.357,69	R\$ 0,00
ECP-0017/2011	Advocacia Pública na Tv Justiça	Associação dos Procuradores Do Estado De São Paulo - APESP	615.94.1.07.00	R\$ 158.000,00	R\$ 105.200,00	R\$ 52.800,00
ECP-0018/2011	XVI Seminario de Planejamento Econômico-Financeiro do Setor Elétrico - SEPEF	Fundação Comitê de Gestão Empresarial	615.94.1.07.00	R\$ 134.522,12	R\$ 122.058,85	R\$ 0,00
ECP-0019/2011	1º de Maio - Dia do Trabalhador	On Promoções Artísticas LTDA	615.94.1.07.00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00
ECP-0020/2011	1º de Maio 2011 Brasil & África	Mídia Consulting Marketing, Comunicação E Assessoria De Imprensa LTDA	615.94.1.07.00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00
ECP-0021/2011	9º SALIMP - Salão do Livro de Imperatriz	Academia Imperatrizense De Letras	615.94.1.07.00	R\$ 400.000,00	R\$ 199.600,00	R\$ 0,00
ECP-0025/2011	TOP DF - O Prêmio de Qualidade	Magalhães International LTDA	615.94.1.07.00	R\$ 450.000,00	R\$ 450.000,00	R\$ 0,00
ECP-0026/2011	XI Conferência Anpei de Inovação Tecnológica – Redes de Inovação e Cadeias Produtivas	ANPEI – Associação Nacional de P&D das Empresas Inovadoras	615.94.1.07.00	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 0,00
ECP-0027/2011	26ª Expoagro de Rolim de Moura	Associação Rural, Comercial, Industrial e Ambiental de Rolim de Moura - “ASROLIM”	615.94.1.07.00	R\$ 150.000,00	R\$ 149.850,00	R\$ 0,00
ECP-0031/2011	Indumóveis Noroeste 2011	Assinmóveis Ass. das Indústrias	615.94.1.07.00	R\$ 150.000,00	R\$ 150.000,00	R\$ 0,00

		Movleiras do Noroeste do Estado do RS				
ECP-0033/2011	XXIII Fórum Nacional	Instituto Nacional de Altos Estudos - INAE	615.94.1.07.00	R\$ 48.000,00	R\$ 47.946,79	R\$ 0,00
ECP-0039/2011	IHA 2011 World Congress	International Hydropower Association	615.94.1.07.00	R\$ 150.000,00	R\$ 150.000,00	R\$ 0,00
ECP-0041/2011	19ª FENADOCE – Projeto Desfiles Temáticos	Câmara de Dirigentes Lojistas de Pelotas	615.94.1.07.00	R\$ 200.000,00	R\$ 0,00	R\$ 200.000,00
ECP-0043/2011	Seminário Sobre Energia Elétrica	Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais – APIMEC	615.94.1.07.00	R\$ 15.000,00	R\$ 0,00	R\$ 15.000,00
ECP-0047/2011	Seminário Brasileiro sobre Tecnologias Para Veículos Elétricos - TEC-VE 2011	Instituto Besc de Humanidade e Economia	615.94.1.07.00	R\$ 60.000,00	R\$ 59.024,40	R\$ 0,00
ECP-0051/2011	33ª Jornada Giulio Massarani de Iniciação Científica, Artística e Cultural	Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisa e Tecnológicos – COPPETEC	615.94.1.07.00	R\$ 59.640,00	R\$ 0,00	R\$ 59.640,00
ECP-0052/2011	8º Prêmio Engenho e Comunicação	Tarefa editoração eletrônica LTDA	615.94.1.07.00	R\$ 50.000,00	R\$ 44.165,00	R\$ 0,00
ECP-0053/2011	11ª Expomauá	Exposição de porto mauá - Expomauá	615.94.1.07.00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 0,00
ECP-0055/2011	VII Conferência de Centrais Hidrelétricas, Mercado & Meio Ambiente	Fundação Theodomiro Santiago	615.94.1.07.00	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 0,00
ECP-0060/2011	XII Encontro Latino-Americano de Líderes	Confederação Latino-Americana do Comércio Lojista	615.94.1.07.00	R\$ 100.000,00	R\$ 94.997,00	R\$ 0,00
ECP-0062/2011	Conferência Ethos 2011	Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social	615.94.1.07.00	R\$ 180.000,00	R\$ 176.896,66	R\$ 0,00
ECP-0066/2011	II Seminário Internacional de Interconexões: Matriz Energética Limpa para a América Latina	C&M Congresses Metting Eventos LTDA	615.94.1.07.00	R\$ 43.349,00	R\$ 42.021,10	R\$ 0,00
ECP-0068/2011	XI ENCAC e VII ELACAC	Fundação Universitária José Bonifácio	615.94.1.07.00	R\$ 25.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 0,00
ECP-0069/2011	Sustentar 2011	SCDC Desen. Sustentável e Comunicação LTDA.	615.94.1.07.00	R\$ 50.000,00	R\$ 49.955,04	R\$ 0,00
ECP-0070/2011	Futebol Social 2011	Associação Brasileira de Futebol Social	615.94.1.07.00	R\$ 100.000,00	R\$ 98.982,60	R\$ 0,00
ECP-0078/2011	Conferência e Exposição Brazil Energy Frontiers 2011	Instituto Acende Brasil	615.94.1.07.00	R\$ 180.000,00	R\$ 0,00	R\$ 180.000,00

ECP-0079/2011	IV Congresso Brasileiro de Eficiência Energética – CBEE	Fundação Centro Tecnológico de Juiz de Fora-MG	615.94.1.07.00	R\$ 60.000,00	R\$ 58.706,14	R\$ 0,00
ECP-0083/2011	CRIO 2011 - Crie Suas Próprias Oportunidades	Associação Comercial e Empresarial de Minas - ACMinas	615.94.1.07.00	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00	R\$ 100.000,00
ECP-0085/2011	XIX Congresso Brasileiro de Economia - CBE 2011	Conselho Regional de Economia da 20ª Região Mato Grosso do Sul	615.94.1.07.00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 0,00
ECP-0087/2011	1º Fórum Multilateral de Negócios no Mercosul	Federação de Câmaras de Comércio e Indústria Venezuela - Brasil	615.94.1.07.00	R\$ 50.000,00	R\$ 47.450,00	R\$ 0,00
ECP-0089/2011	Metrologia 2011	Sociedade Brasileira de Metrologia	615.94.1.07.00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 0,00
ECP-0092/2011	XIV Congresso Mundial da Água	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade de Pernambuco	615.94.1.07.00	R\$ 200.000,00	R\$ 188.000,00	R\$ 0,00
ECP-0093/2011	Viva a Arte	CEU – Centro de Estudos Universais (Fênix Brasil)	615.94.1.07.00	R\$ 150.000,00	R\$ 0,00	R\$ 150.000,00
ECP-0094/2011	XI Encontro Verde das Américas	Paliber Organização Pacifista e Ecológica	615.94.1.07.00	R\$ 198.000,00	R\$ 198.000,00	R\$ 0,00
ECP-0095/2011	6º Encontro de Negócios Brasil-Portugal	Agência Brasileira de Imprensa	615.94.1.07.00	R\$ 50.000,00	R\$ 0,00	R\$ 50.000,00
ECP-0096/2011	ADVB MG Prefácio Brasil por Otávio Marques de Azevedo"	Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing de Minas Gerais - ADVB-MG	615.94.1.07.00	R\$ 25.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 0,00
ECP-0100/2011	Livro sobre os 50 Anos da Escola Técnica Monteiro Lobato - CIMOL	Associação dos Técnicos de Nível Médio das Companhias e Empresas de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul – ATCEEE	615.94.1.07.00	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 0,00
ECP-0102/2011	Encontro ibero-americano sobre Desenvolvimento Sustentável - eima8	Fundación Conama	615.94.1.07.00	R\$ 120.455,00	R\$ 0,00	R\$ 120.455,00
ECP-0103/2011	II Olimpíada dos Servidores do Mercosul dos Tribunais de Contas	Associação Beneficente e Recreativa Tribunal e Contas	615.94.1.07.00	R\$ 50.000,00	R\$ 0,00	R\$ 50.000,00
ECP-0105/2011	Exponorma 2011 – Congresso e Exposição - Normas Técnicas Trazendo Confiança	Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT	615.94.1.07.00	R\$ 30.000,00	R\$ 0,00	R\$ 30.000,00
ECP-0109/2011	XXI Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia	Comitê Nacional Brasileiro de Produção e Transmissão de Energia Elétrica – CIGRÉ-BRASIL	615.94.1.07.00	R\$ 200.000,00	R\$ 0,00	R\$ 200.000,00
ECP-0110/2011	XII CONPAF - Congresso Nacional dos Procuradores Federais e o XIII Curso Especial de Advocacia do Estado	Associação Nacional dos Procuradores Federais - ANPAF	615.94.1.07.00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 0,00
ECP-0111/2011	5º Encontro Nacional dos Advogados	União dos Advogados Públicos	615.94.1.07.00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00

	Públicos Federais do Brasil - V ENAFE.	federais do Brasil – UNAFE				
ECP-0115/2011	III Feira INOVATEC - Feira de Negócios em Inovação Tecnológica entre Empresas e Centros de Pesquisa	CIESP - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo	615.94.1.07.00	R\$ 30.000,00	R\$ 29.156,00	R\$ 0,00
ECP-0117/2011	2ª Aquapescabrazil - Feira Internacional da Pesca e Aquicultura	UP TREND Promoções e Eventos LTDA	615.94.1.07.00	R\$ 70.000,00	R\$ 70.000,00	R\$ 0,00
ECP-0119/2011	VII CIERTEC – Seminário Internacional sobre Novas Práticas e Tecnologias para um Futuro Sustentável do Setor Elétrico: Qualidade de Energia e Gestão Comercial	Rimoli Associados Promoções & Eventos LTDA.	615.94.1.07.00	R\$ 49.990,00	R\$ 48.552,37	R\$ 0,00
ECP-0120/2011	Quem Ama Abraça	Rede de Desenvolvimento Humano	615.94.1.07.00	R\$ 150.000,00	R\$ 75.000,00	R\$ 0,00
ECP-0121/2011	Seminários da 9ª Bienal Internacional de Arquitetos	Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento São Paulo	615.94.1.07.00	R\$ 250.000,00	R\$ 249.750,00	R\$ 0,00
ECP-0122/2011	IX Seminário Internacional de Sustentabilidade e X Prêmio Ecoturismo e Justiça Climática	H.J.Jornais e Revistas de Turismo LTDA Me	615.94.1.07.00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00
ECP-0124/2011	Cultivando Água Boa Rumo à Rio +20	Celebra Administração de Eventos LTDA.	615.94.1.07.00	R\$ 400.000,00	R\$ 0,00	R\$ 400.000,00
ECP-0125/2011	4ª Conf..Nac. de Seg. Alimentar e Nutricional	CESE-Coordenadoria Ecumênica De Serviço	615.94.1.07.00	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00	R\$ 100.000,00
ECP-0126/2011	XXII Encontro Nac. dos Advogados da União e VIII Seminário de Advocacia de Estado	ANAUNI	615.94.1.07.00	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00	R\$ 100.000,00
ECP-0127/2011	XIX Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos	Associação Brasileira de Recursos Hídricos	615.94.1.07.00	R\$ 90.000,00	R\$ 90.000,00	R\$ 0,00
ECP-0129/2011	IV Congresso Brasileiro do Municipalismo	Academia Brasileira de Filosofia	615.94.1.07.00	R\$ 208.770,00	R\$ 208.770,00	R\$ 0,00
ECP-0133/2011	20ª Edição do Prêmio SME de Ciência e Tecnologia	Sociedade Mineira de Engenheiros	615.94.1.07.00	R\$ 16.747,00	R\$ 0,00	R\$ 16.747,00
ECP-0134/2011	I Feira de Artesanato e Renda. Renda-se	IECAP-Instituto de Educação, Esporte, Cultura e Artes Populares	615.94.1.07.00	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00	R\$ 100.000,00
TOTAL				R\$ 7.105.206,45	R\$ 4.722.888,46	R\$ 1.999.042,00

CEPEL

XXXII) Despesas com Publicidade e Propaganda

Dados Econômicos até 31/12/2011	2011		
PROPAGANDA PUBLICIDADE E PUBLICAÇÕES	ORÇADO	REALIZADO	%
Publicidade Legal	R\$ 86.638,00	R\$ 104.664,00	120,81
Publicidade Mercadológica	R\$ 232.708,00	R\$ 231.359,00	99,48
Publicidade Institucional			
Publicidade Utilidade Pública			
Patrocínio			
TOTAL	R\$ 319.346,	R\$ 336.023	105,22

2. Remuneração Paga aos Membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal

1) objetivos da política ou prática de remuneração;

Diretoria estatutária

A prática de remuneração adotada pela Eletrobras tem como principal finalidade promover o alinhamento dos interesses dos administradores com os interesses dos acionistas da Companhia. Para tal, a remuneração dos administradores da Eletrobras é fixada utilizando como parâmetros os seguintes fatores: (a) a responsabilidade, o tempo dedicado à função, a competência e reputação profissional dos administradores, bem como (b) as práticas de remuneração aplicadas pelo mercado para empresas de porte semelhante ao da Eletrobras.

Conselho de Administração

A referida remuneração tem como objetivo remunerar os serviços de cada conselheiro, dentro do escopo de responsabilidade atribuído ao Conselho de Administração da Companhia.

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a (i) benefícios diretos e indiretos, exceto seguro funeral, e fazem jus a remuneração por participação em comitês.

Conselho Fiscal

A referida remuneração tem como objetivo remunerar os serviços de cada conselheiro, dentro do escopo de responsabilidade atribuído ao Conselho Fiscal da Companhia.

Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus a (i) benefícios diretos e indiretos, exceto seguro funeral, e fazem jus a remuneração por participação em comitês.

2) composição da remuneração, indicando:

a) a descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles;

Remuneração Fixa Anual.

- Os membros da Diretoria Estatutária da Eletrobras fazem jus a uma remuneração fixa mensal correspondente aos honorários atribuídos ao exercício da função acrescidos dos seguintes benefícios: gratificação de férias, previdência privada complementar, ajuda de custo de transferência, seguro de vida em grupo, seguro funeral, despesas médicas, auxílio refeição e auxílio

moradia e abono especial.

O abono especial refere-se à gratificação natalina paga a todos os membros da Diretoria Executiva. Toda a Diretoria da Eletrobras é Estatutária.

-A referida remuneração tem como objetivo remunerar os serviços de cada Diretor Estatutário, dentro do escopo de responsabilidade atribuído à sua função.

Remuneração Variável

- Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus a participação nos lucros e resultados da Companhia, com a finalidade de reconhecer a participação do Diretor no desempenho da Companhia.

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é fixada em [um décimo da remuneração média mensal dos membros da [Diretoria Executiva (Presidente e Diretores)] (excluídos os valores referentes aos benefícios diretos e indiretos concedidos aos referidos diretores) acrescida de valores destinados ao custeio pelos conselheiros de despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é fixada em um décimo da remuneração média mensal dos membros da [Diretoria Executiva (Presidente e Diretores) (excluídos os valores referentes aos benefícios diretos e indiretos concedidos aos referidos diretores) acrescida de valores destinados ao custeio pelos conselheiros de despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função

b) A proporção de cada elemento na remuneração total

XXXIII) A proporção de cada elemento na remuneração total

Composição da Remuneração	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria Não-estatutária	Comitês
Remuneração Fixa Mensal					
Salário ou pró-labore	0%	0%	64%	N.A	N.A
Benefícios Diretos ou Indiretos	0%	0%	9%	N.A	N.A
Participação em Comitês	100%	100%	0%	N.A	N.A
Outros	0%	0%	19%	N.A	N.A
Remuneração Variável					
Bônus	0%	0%	0%	N.A	N.A
Participação nos Resultados	0%	0%	8%	N.A	N.A
Participações em Reuniões	0%	0%	0%	N.A	N.A
Comissões	0%	0%	0%	N.A	N.A
Outros	0%	0%	0%	N.A	N.A
Benefícios Pós-Emprego	0%	0%	0%	N.A	N.A
Cessação do Exercício do Cargo	0%	0%	0%	N.A	N.A
Total	100%	100%	100%	N.A	N.A

*Exercício Social 2011***c) A metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração;**

O montante referente à remuneração dos administradores acima mencionados é previamente definido pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST) do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, que define os valores individuais de remuneração de cada órgão de administração da Eletrobras;

O Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST) encaminha o valor proposto para a remuneração dos administradores para aprovação da Secretaria do Tesouro Nacional;

A Secretaria do Tesouro Nacional, após a aprovação do montante proposto, encaminha o referido montante, sob a forma de sugestão, para aprovação em Assembléia Geral Ordinária de Acionista da Eletrobras.

O reajuste da remuneração dos administradores é limitado ao IPCA de abril do exercício anterior a março do ano corrente.

d) as razões que justificam a composição da remuneração.

A composição da remuneração dos administradores da Eletrobras acompanha um alinhamento às práticas de remuneração aplicadas pelo mercado para empresas de porte semelhante ao da Eletrobras.

A composição é estabelecida pelos acionistas majoritários com a participação do órgão controlador (MPGO/DEST) levando-se em consideração o índice inflacionário, bem como a responsabilidade

do cargo a eles atribuído.

3) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração;

Remuneração fixa sem indicador vinculado.

4) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho;

Remuneração sem indicador de desempenho vinculado.

5) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da unidade jurisdicionada;

A remuneração dos administradores da Eletrobras se baseia no desempenho e evolução da Companhia, de acordo com o planejamento estratégico estabelecido, tanto no curto como no médio e longo prazo e de modo alinhado com o retorno aos acionistas.

6) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos;

Não há qualquer remuneração ou benefício para os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretores Estatutários, Diretores Não Estatutários e membros dos Comitês de Assessoramento suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

7) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da companhia;

Não há qualquer remuneração ou benefício para os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretores Estatutários, Diretores Não Estatutários e membros dos Comitês de Assessoramento vinculados à ocorrência de determinado evento societário.

8) Caso exista plano de remuneração dos membros da diretoria estatutária e do conselho de administração baseado em ações, descrever:

Não existe plano de remuneração dos membros da diretoria estatutária e do conselho de administração baseado em ações.

- a) termos e condições gerais;
- b) objetivos do plano;
- c) número máximo de ações abrangidas;
- d) condições de aquisições de ações;
- e) forma de liquidação;
- f) efeitos sobre os direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações, quando o administrador sair do órgão.

9) Em relação à remuneração variável, comentar sobre:

- a) os mecanismos de remuneração variável (% lucros, bônus, ações, opções de ações, etc.);

Participação nos Lucros e Resultados: Os membros da Diretoria Estatutária da Eletrobras recebem como remuneração variável somente a participação nos lucros ou resultados (PLR). A referida remuneração é estruturada para refletir o atendimento da Empresa a indicadores de desempenho negociados com o Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST) e por ocasião das negociações de Acordo Coletivo de Trabalho entre a Eletrobras e as entidades sindicais tais como: Sindicato dos Engenheiros, Sindicato dos Administradores, Sindicato das Secretárias, Sindicato dos trabalhadores nas empresas de energia elétrica do Rio de Janeiro e Região, Sindicato dos economistas e Associação dos Empregados, dentre outros. Os referidos indicadores também estão alinhados com os resultados financeiros apresentados pela Eletrobras no exercício social.

b) Os indicadores/métricas de desempenho usados no programa de remuneração variável;

Indicadores para pagamento de Participação nos Lucros ou Resultados:

- Liquidez Corrente
- Liquidez Geral
- Despesa de PMS/REC de OP. com energia Elétrica.

c) Os níveis de premiação-alvo (pagos em caso de cumprimento de 100% das metas);

O valor pago a título de Participação nos Lucros ou Resultados, está vinculado aos indicadores acima mencionados, limitado a duas folhas de pagamento do mês de dezembro, sendo realizada a distribuição na seguinte proporção::

- 30% (trinta por cento) do montante, distribuídos igualmente entre os empregados, dirigentes e requisitados.
- 70% (setenta por cento) restantes, distribuídos proporcionalmente a remuneração de cada empregado.

d) A descrição dos benefícios oferecidos.

O único benefício oferecido em remuneração variável é a Participação nos Lucros ou Resultados, descritos nos itens “a”, “b” e “c”.

Quadro C.12.1 Remuneração dos Conselheiros de Administração e Fiscal

Conselho de Administração															
Nome do Conselheiro(a)	Período		Remuneração												
	Início	Fim	jan	fev	mar	abr	mai	jun	Jul	ago	set	out	nov	dez	Total
ARLINDO MAGNO DE OLIVEIRA	30.04.2007	-	3.675,00	3.675,00	3.675,00	3.906,52	3.906,52	3.906,52	3.906,52	3.906,52	3.906,52	3.906,52	3.906,52	7.813,04	50.090,20
BETO FERREIRA M VASCONCELOS	19.08.2011	-									1.562,60	3.906,52	3.906,52	3.906,52	18.490,85
JOSE ANTONIO CORREA COIMBRA	30.04.2008	-	3.675,00	3.675,00	3.675,00	3.906,52	3.906,52	3.906,52	3.906,52	3.906,52	3.906,52	3.906,52	3.906,52	7.813,04	50.090,20
JOSE ANTONIO MUNIZ LOPES	04.03.2008	-	3.675,00												3.675,00
JOSE DA COSTA CARVALHO NETO	25.02.2011	24.02.2011		735,00	3.675,00	3.906,52	3.906,52	3.906,52	3.906,52	3.906,52	3.906,52	3.906,52	3.906,52	6.901,52	42.563,68
LINDEMBERG DE LIMA BEZERRA	29.05.2009	-	3.675,00	3.675,00	3.675,00	3.906,52	3.906,52	3.906,52	3.906,52	3.906,52	3.906,52	3.906,52	3.906,52	7.813,04	50.090,20
LUIZ SOARES DULCI	16.07.2007	-	3.675,00	3.675,00	3.675,00	3.675,00									18.375,00
MARCIO PEREIRA ZIMMERMANN	13.02.2008	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MAURICIO MUNIZ B DE CARVALHO	16.06.2011	-							1.953,25	3.906,52	3.906,52	3.906,52	3.906,52	6.185,35	27.671,20
VIRGINIA PARENTE DE BARROS	07.08.2009	-	3.675,00	3.675,00	3.675,00	3.906,52	3.906,52	3.906,52	3.906,52	3.906,52	3.906,52	3.906,52	3.906,52	7.813,04	50.090,20
WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA	30.04.2008	-							3.906,52	3.906,52	3.906,52	3.906,52	3.906,52	7.810,05	39.062,21

Conselho Fiscal																
Nome do Conselheiro(a)	Período		Remuneração													
	(T/S)	Início	Fim	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	ou	nov	dez	Total
ANA LUCIA DE P LORENA FREITAS	30.04.2008	-	3.675,00	3.675,00	3.675,00	3.906,52	3.906,52	3.906,52	3.906,52	3.906,52	3.906,52	3.906,52	3.906,52	3.906,52	7.813,04	50.090,20
CHARLES CARVALHO GUEDES	30.04.2010	-	3.675,00	3.675,00	3.675,00	3.906,52	3.906,52	3.906,52	3.906,52	3.906,52	3.906,52	3.906,52	3.906,52	3.906,52	7.813,04	50.090,20
DANILO DE JESUS VIEIRA FURTADO	01.10.2008	-	3.675,00	3.675,00	3.675,00	3.906,52	3.906,52	3.906,52	3.906,52	3.906,52	3.906,52	3.906,52	3.906,52	7.813,04	50.090,20	
EDISON FREITAS DE OLIVEIRA	25.04.2006	-	3.675,00	3.675,00	3.675,00	3.675,00	3.675,00								18.375,00	
JARBAS RAIMUNDO DE A MATO	16.06.2011	-							1.953,25	3.906,52	3.906,52	3.906,52	3.906,52	6.185,32	27.671,17	

Quadro C.12.2 - Síntese da remuneração dos administradores

Valores em R\$ 1,00

Identificação do Órgão			
<i>Órgão: Diretoria Estatutária</i>			
Remuneração dos Administradores	EXERCÍCIO		
	2009	2010	2011
Número de membros:	6	6	6
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	3.043.355,89	3.802.024,89	4.120.256,21
a) salário ou pró-labore	2.331.138,72	2.765.303,82	2.857.300,05
b) benefícios diretos e indiretos	148.263,63	200.155,96	416.819,35
c) remuneração por participação em comitês	-	-	-
d) outros	563.953,54	836.565,11	846.136,81
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	242.244,72	444.800,44	376.899,75
a) bonus	-	-	-
b) participação nos resultados	242.244,72	444.800,44	376.899,75
c) remuneração por participação em reuniões	-	-	-
d) comissões	-	-	-
e) outros	-	-	-
III – Total da Remuneração (I + II)	3.285.600,61	4.246.825,33	4.497.155,96
IV – Benefícios pós-emprego	-	-	-
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
VI – Remuneração baseada em ações	-	-	-

Órgão: Conselho de Administração			
Remuneração dos Administradores	EXERCÍCIO		
	2009	2010	2011
Número de membros:	8	8	8
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	305.407,84	322.297,50	350.198,74
a) salário ou pró-labore			
b) benefícios diretos e indiretos			
c) remuneração por participação em comitês	305.407,84	322.297,50	350.198,74
d) outros			
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	0,00	0,00	0,00
a) bonus	-	-	-
b) participação nos resultados	-	-	-
c) remuneração por participação em reuniões	-	-	-
d) comissões	-	-	-
e) outros	-	-	-
III – Total da Remuneração (I + II)	305.407,84	322.297,50	350.198,74
IV – Benefícios pós-emprego	-	-	-
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
VI – Remuneração baseada em ações	-	-	-

Órgão: Conselho Fiscal			
Remuneração dos Administradores	EXERCÍCIO		
	2009	2010	2011
Número de membros:	4	4	4
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	180.781,96	187.500,00	196.316,77
a) salário ou pró-labore			
b) benefícios diretos e indiretos			
c) remuneração por participação em comitês	180.781,96	187.500,00	196.316,77
d) outros			
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	0,00	0,00	0,00
a) bonus	-	-	-
b) participação nos resultados	-	-	-
c) remuneração por participação em reuniões	-	-	-
d) comissões	-	-	-
e) outros	-	-	-
III – Total da Remuneração (I + II)	180.781,96	187.500,00	196.316,77
IV – Benefícios pós-emprego	-	-	-
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
VI – Remuneração baseada em ações	-	-	-

QUADRO C.12.3 - DETALHAMENTO DE ITENS DA REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DOS ADMINISTRADORES

Valores em
R\$ 1,00

Identificação do Órgão			
Órgão: <i>Diretoria Estatutária</i>			
Reconhecimento de Bônus e Participação de Resultados	EXERCÍCIO		
	2011	2010	2009
I – Bônus (a+b+c+d)	0,00	0,00	0,00
valor mínimo previsto no plano de remuneração			
valor máximo previsto no plano de remuneração			
valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas			
valor efetivamente reconhecido no resultado			
II – Participação no Resultado (e+f+g+h)	376.899,75	444.800,44	242.244,72
valor mínimo previsto no plano de remuneração			
valor máximo previsto no plano de remuneração			
valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas			
valor efetivamente reconhecido no resultado	376.899,75	444.800,44	242.244,72
III – Total (I + II)	376.899,75	444.800,44	242.244,72

* Conselheiros não recebem PLR.

* Conselheiros e Diretores não recebem Bônus.

* A Eletrobras não pratica previsão de valores mínimo e máximo para PLR.

CEPEL

Declaramos, para fazer prova junto ao Tribunal de Contas da União – TCU, que os membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, arrolados no Rol de Responsáveis, não são remunerados pelo CEPEL.

Em relação à remuneração dos Diretores, informamos que nossos Diretores fazem parte do nosso quadro de empregados e não se licenciam para exercer o cargo Diretivo. Logo suas remunerações fazem parte do quadro da remuneração dos empregados de carreira do Centro.

3. Entidades Fechadas de Previdência Complementar

D) Quanto à Identificação da Entidade:

a) Nome: Eletros;

b) Razão Social: Fundação Eletrobrás de Seguridade Social – ELETROS;

c) CNPJ: 34.268.789/0001-88.

d) Demonstrativo anual contendo:

1 - Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes:

Conforme arquivo (**Item D.I...**). Ressaltamos que o valor a que temos acesso de cada participante empregado da Eletrobras trata-se do salário de participação, o que não compõe o valor total da folha de pagamentos, apenas para efeito da previdência complementar.

XXXIV) Totais dos Salários de Participação dos empregados da Patrocinadora Eletrobras participantes

Eletrobras						
Mês/Ano	Plano BD	Data do Crédito	Mês/Ano	Plano CD	Data do Crédito	Total
dez/10	1.680.363,90	3/1/2011	dez/10	7.573.489,74	3/1/2011	9.253.853,64
jan/11	1.883.386,37	1/2/2011	jan/11	8.273.457,05	1/2/2011	10.156.843,42
fev/11	1.885.821,85	1/3/2011	fev/11	8.043.891,11	1/3/2011	9.929.712,96
mar/11	1.740.621,18	1/4/2011	mar/11	7.912.655,11	1/4/2011	9.653.276,29
abr/11	1.699.017,18	2/5/2011	abr/11	7.778.112,05	2/5/2011	9.477.129,23
mai/11	1.751.227,26	1/6/2011	mai/11	8.002.352,31	1/6/2011	9.753.579,57
jun/11	1.749.102,90	1/7/2011	jun/11	8.003.766,34	1/7/2011	9.752.869,24
jul/11	1.741.261,13	1/8/2011	jul/11	8.170.881,47	1/8/2011	9.912.142,60
ago/11	1.399.325,18	1/9/2011	ago/11	10.273.150,26	1/9/2011	11.672.475,44
set/11	1.820.436,90	3/10/2011	set/11	8.595.242,05	3/10/2011	10.415.678,95
out/11	1.847.215,37	1/11/2011	out/11	8.436.266,81	1/11/2011	10.283.482,18
nov/11	1.783.439,09	1/12/2011	nov/11	8.502.047,80	1/12/2011	10.285.486,89
dez/11	1.834.879,78	2/1/2012	dez/11	8.739.333,40	2/1/2012	10.574.213,18
13° sal/11	1.941.293,38	16/12/2011	13° sal/11	8.557.519,46	16/12/2011	10.498.812,84
Total	24.757.391,47		Total	116.862.164,96		141.619.556,43

2 – Valor total das Contribuições pagas pelos empregados participantes; 3 – Valor das contribuições pagas pela patrocinadora; 4 – Valor total dos recursos repassados pela patrocinadora; e 5 – Discriminação da razão ou motivo de repasse de recursos que não sejam contribuições: (ItensD.II-III-IV-V).

**XXXV) Demonstrativo das Demonstrações Previdenciárias -
2011 (BD)**

Mês	Contribuição Patrocinadora	Contribuição Participantes	Sobrecarga Patrocinadora	Sobrecarga Participantes	Jóia	Total
	31.11.01.01.01/ 31.16.01.01.01.01	31.13.01.0.01.01/ 31.16.01.02.01.01	31.11.01.02.01/ 31.16.01.01.02.01	31.13.01.0.03.01/ 31.16.01.02.02.01	31.13.01.01.05.01	
Jan	281.710,07	281.710,07	8.712,69	8.050,40	1.861,62	582.044,85
Fev	275.730,60	275.730,60	8.527,75	7.879,69	1.066,75	568.935,39
Mar	239.756,47	239.756,43	7.415,15	6.852,67	1.066,75	494.847,47
Abr	235.692,61	235.692,61	7.288,47	9.161,29	26.836,09	514.671,07
Mai	241.111,11	241.111,11	7.458,04	7.458,05	1.444,31	498.582,62
Jun	243.364,60	243.364,60	7.526,74	7.526,74	1.447,91	503.230,59
Jul	242.493,00	243.286,33	7.499,79	7.524,33	1.447,91	502.251,36
Ago	314.986,28	314.192,94	9.741,83	9.717,29	1.408,36	650.046,70
Set	259.687,87	259.687,87	8.031,58	8.031,58	1.886,97	537.325,87
Out	267.408,33	267.408,33	8.270,36	8.270,36	1.548,28	552.905,66
Nov	253.814,20	253.814,20	7.849,92	7.909,85	1.595,53	524.983,70
Dez e 13º sal	271.842,97	271.842,97	7.845,02	8.910,05	1.548,52	561.989,53
Total	3.127.598,11	3.127.598,06	96.167,34	97.292,30	43.159,00	6.491.814,81

**XXXVI) Demonstrativo das Demonstrações
Previdenciárias - 2011 (CD)**

Mês	Contribuição Patrocinadora	Contribuição Participantes	Sobrecarga Patrocinadora	Sobrecarga Participantes	Contrib. Adicional Participantes	Sobrec. Adicional Participantes	Total
	31.11.01.01.01/ 31.16.01.01.01.01	31.13.01.01.01.01/ 31.16.01.02.01.01	31.11.01.02.01/ 31.16.01.01.02.01	31.13.01.01.03.01/ 31.16.01.02.02.01	31.13.01.01.02.01	31.13.01.01.04.01	
Jan	792.676,49	790.486,92	24.515,95	24.448,23	5.631,44	174,18	1.637.933,21
Fev	883.816,46	883.816,46	27.334,71	27.510,57	5.686,43	0,00	1.828.164,63
Mar	932.298,96	851.042,84	28.834,07	26.321,00	7.150,48	221,15	1.845.868,50
Abr	825.457,46	827.555,79	25.529,66	25.594,56	5.490,31	169,82	1.709.797,60
Mai	802.461,68	802.472,17	24.818,40	24.818,73	6.025,03	186,34	1.660.782,35
Jun	834.384,76	836.511,61	25.805,69	25.767,35	7.279,78	225,16	1.729.974,35
Jul	813.408,07	815.546,70	25.156,91	25.223,05	7.239,22	223,90	1.686.797,85
Ago	832.274,31	831.944,14	25.740,61	25.730,40	6.674,27	206,42	1.722.570,15
Set	1.125.459,17	1.125.459,17	34.808,07	34.632,21	7.928,84	421,06	2.328.708,52
Out	891.453,20	891.216,96	27.570,33	27.563,02	5.930,13	183,41	1.843.917,05
Nov	866.035,75	863.960,83	26.784,29	26.720,11	5.888,80	182,13	1.789.571,91
Dez e 13º sal	1.762.823,51	1.762.823,51	54.519,71	54.519,71	12.182,08	376,74	3.647.245,26
Total	11.362.549,82	11.282.837,10	351.418,40	348.848,94	83.106,81	2.570,31	23.431.331,38

**XXXVII) Demonstrativo dos Repasses
Eletrobras - 2011**

Mês	Convênio c/INSS	Convênio c/Eletros Saúde	Renda Mínima Global	Fatura Encontro de Contas	Total
	ECV-333/10	ECV-249-B/09 - ECV-249-C/10	RES. DEE-879/89	RES.DEE-737/88 e 409/93	
Jan	86.178,00	153.490,95	107.123,62	38.780,80	385.573,37
Fev	86.178,00	153.490,95	121.289,56	39.234,30	400.192,81
Mar	86.178,00	153.490,95	130.601,84	39.254,75	409.525,54
Abr	86.178,00	153.490,95	140.670,34	38.521,55	418.860,84
Mai	86.178,00	153.490,95	158.433,26	48.622,23	446.724,44
Jun	86.178,00	153.490,95	166.674,93	48.698,24	455.042,12
Jul	86.178,00	153.490,95	166.445,53	41.251,30	447.365,78
Ago	86.178,00	153.490,95	166.445,53	36.706,43	442.820,91
Set	86.178,00	153.490,95	173.102,98	37.077,37	449.849,30
Out	86.178,00	153.490,95	180.833,99	36.786,94	457.289,88
Nov	86.178,00	174.302,94	185.471,90	36.747,21	482.700,05
Dez e 13º sal	86.178,00	174.302,94	388.378,69	69.393,20	718.252,83
Total	1.034.136,00	1.883.515,38	2.085.472,17	511.074,32	5.514.197,87

Convênio c/INSS
ECV-333/10

Regula a participação da Eletros na qualidade de interveniente executora, nos Convênios que a Eletrobrás mantém com o INSS, relativos ao processamento de benefícios previdenciários e acidentários concedidos a seus empregados, aposentados e respectivos dependente-beneficiários.
Objeto: processamento dos serviços citados no Convênio, conforme citado acima.

Convênio c/Eletros Saúde
ECV-249-B/09 - ECV- 249-C/10

Objeto: administração e supervisão pela Eletros de serviços relativos à assistência à saúde prestada pela Eletrobrás aos seus empregados e dependentes.

Renda Mínima Global
RES. DEE-879/89

Objeto: Ressarcimento da garantia dada pela Eletrobras de 90% da Renda mensal Global inicial da aposentadoria, do mês de concessão do benefício de aposentadoria.

Fatura Encontro de Contas
RES.DEE-737/88 e 409/93

Objeto: Ressarcimento das despesas concernentes à administração dos serviços de natureza não previdenciária.

CEPEL

XXXIII) Demonstrativo Previdenciário do Cepel 2011

Os itens 6, 7, 8, “e” e “f” relacionados abaixo referem-se ao desempenho da Fundação

FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL - ELETROS - CNPJ nº 34.268.789/0001-88	
Demonstrativo Anual: 2011	
1. Valor total da Folha de pagamento dos empregados participantes:	63.529.628,58
2. Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes:	7.196.939,96
3. Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora:	7.196.939,96
4. Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora:	3.309.666,17
Conclusões Inseridas no parecer da auditoria independente;	
Conclusões do último estudo atuarial;	
Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício com base no disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001, demonstrando o tipo de fiscalização efetuada, a data em que ocorreu, as principais constatações e as providências adotadas para sanar as irregularidades verificadas.	
A fiscalização é realizada pela ELETROBRAS, o CEPEL mantém representantes junto à ELETROS com vistas a supervisão e acompanhamento das suas atividades, atuando nos órgãos de deliberação e fiscalização da entidade.	

Eletros, portanto, comuns à Eletrobras e ao Cepel.

6 – Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal:

Conforme Relatórios de Alocação e Rentabilidade, de Composição de Renda Fixa, Composição de Renda Variável, Enquadramento dos Investimentos, Composição da Carteira Imobiliária, Composição da Carteira de Empréstimos e Composição das Taxas dos Empréstimos a pagar e disponível, através dos quais são demonstrados os Recursos Garantidores que compunham a carteira da ELETROS em 31/12/2011, relativamente aos Planos BD e CD Eletrobrás, bem como o enquadramento legal dos mesmos, de acordo com o previsto no art. 9º., parágrafo 1º da Lei Complementar 109/01, regulamentado através da Resolução CMN 3.792/2009, que revogou as Resoluções 3.456/2007, 3.558/2008 e 3.652/2008. Esta Resolução dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar e estabelece limites máximos de aplicação em cada segmento e vedações. Arquivo (ItensDVI...)

Ressaltamos que estes demonstrativos englobam os recursos dos citados Planos em sua totalidade, compostos também por Cepel e ELETROS.

7 – Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar:

Informamos que, de acordo com a legislação vigente, que dispõem que a entidade fechada de previdência complementar deve enviar à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, na forma estabelecida, até o dia 31 de março do exercício subsequente, as Demonstrações Contábeis Consolidadas do exercício juntamente com os Pareceres de envio obrigatório já submetidos aos Órgãos de Administração e Fiscalização da ELETROS e enviados àquela Superintendência, via Portal de sistemas, o que já ocorreu dentro do prazo legal, que findou em 30/03/2012, motivo por que ainda não possuímos a Manifestação da SPC respectiva, que acreditamos fora derrogada.

Aproveitamos para enviar cópia do Parecer do Conselho Fiscal e da Ata do Conselho Deliberativo que aprovou as Demonstrações Contábeis Consolidadas da ELETROS do exercício de 2011 e individuais por Plano (arquivo **ItensE-F...**), bem como das Demonstrações Atuariais – DAs transmitidas dos Planos BD e CD Eletrobrás que abrangem os Pareceres Atuariais respectivos citados adiante.

A respeito, considerando a mudança na legislação de regência, este documento substitui o antigo DRAA, é enviado via Portal de Sistemas da PREVIC pelo Presidente, dirigente máximo da ELETROS, assinado pelo atuário responsável, não sendo mais obrigatória assinatura do representante da Patrocinadora.

8 – Avaliação da Política de Investimentos da Entidade Fechada de Previdência Complementar, evidenciando o retorno das aplicações, bem como sua conformidade com a Resolução 3.792/2009 do Conselho Monetário Nacional:

Anexamos a Política de Investimentos consolidada para o exercício de 2011, aprovada pelo Conselho Deliberativo (vide fls. 10 a 16 referente ao Planos BD, e fls. 17 a 27, referente ao Plano CD Eletrobrás, consoante a Resolução 3.792/2009 (**DVIII-parte...**) e demonstrativo evidenciando a rentabilidade dos investimentos realizados nestes Planos, em consonância a essa Resolução (contida no **arquivo DVI e DVIII...**).

Da mesma forma que informamos no item d.6 acima, ressaltamos que a Política de Investimentos para os Planos BD e CD Eletrobras englobam os recursos dos citados Planos em sua totalidade, compostos também por Cepel e ELETROS.

e) Conclusões contidas no Parecer da Auditoria Independente:

Anexamos o Relatório da Auditoria Independente sobre as Demonstrações Contábeis (Financeiras) Consolidadas de 2011, e individual por Plano de Benefícios Previdenciários (arquivo ItemE..).

f) Conclusões do Último Estudo Atuarial:

Segue cópia das Demonstrações Atuariais dos Planos BD (Plano Complementar à Previdência Social) e CD Eletrobrás referentes ao exercício de 2011 e respectivos Pareceres Atuariais (ItemF..).

Ressaltamos que estas Demonstrações Atuariais versam sobre os citados Planos em sua totalidade, compostos também por Cepel e ELETROS.

II) Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício com base no disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001, demonstrando tipo de fiscalização efetuada, a data em que ocorreu, as principais constatações e as providências adotadas para sanar as irregularidades verificadas:

Exercida através de Auditorias Internas periódicas, promovidas pela Patrocinadora-Instituidora através do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna, com base numa avaliação de risco calculada pela própria Patrocinadora-Instituidora. Durante o exercício de 2011 foi executada Auditoria da Eletrobras na concessão de empréstimos financeiros relativos aos Planos BD e CD Eletrobrás, conforme Relatório de Auditoria nº 4/2011 versando sobre a Folha de Benefícios, remetido através da Carta CA-39, de 01/04/2011. **(ItemII...)**.

4. Relação de Arquivos Anexos

- 1- Demonstrações Financeiras - Eletrobras
- 2- Parecer dos Auditores Independentes
- 3- Balanço Patrimonial - Cepel
- 4- Relatório Auditores Independentes – Cepel
- 5- Relatório Auditoria Eletrobras
- 6- Investimentos - Eletrobras
- 7- Aprovação Balanço – Eletros
- 8- Parecer Atuarial BD – Eletrobras
- 9- Parecer Atuarial CD – Eletrobras
- 10- Relatório Auditoria Indep.+ Demonstrações Financeiras Eletros
- 11- Fundos CDE
- 12- Fundos RGR

José da Costa Carvalho Neto
Presidente da Eletrobras



Eletrobras

ANEXOS

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A - ELETROBRAS
BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(em milhares de Reais)

ATIVO	NOTA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
CIRCULANTE					
Caixa e equivalente de caixa	5	1.396.729	5.598.702	4.959.787	9.220.169
Caixa restrito		3.034.638	2.058.218	3.034.638	2.058.218
Títulos e valores mobiliários	6	8.499.178	5.811.767	11.252.504	6.774.073
Clientes	7	579.433	428.633	4.352.024	3.779.930
Ativo financeiro - Concessões de serviço público	16	310.960	413.423	2.017.949	1.723.522
Financiamentos e empréstimos	8	3.848.043	2.644.139	2.082.054	1.359.269
Conta de Consumo de Combustível - CCC		1.184.936	1.428.256	1.184.936	1.428.256
Remuneração de participações societárias	9	633.832	684.073	197.863	178.604
Impostos e Contribuições Sociais	10	1.594.227	1.370.133	1.947.344	1.825.905
Direito de ressarcimento	11	-	-	3.083.157	1.704.239
Almoxarifado		729	607	358.724	378.637
Estoque de combustível nuclear	12	-	-	388.663	297.972
Despesas pagas antecipadamente		-	-	46.322	40.418
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	195.536	283.220
Outros		300.188	401.404	1.561.171	1.517.439
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		21.382.893	20.839.355	36.662.672	32.569.871
NÃO CIRCULANTE					
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					
Direito de ressarcimento	11	-	-	500.333	371.599
Financiamentos e empréstimos	8	23.878.099	22.117.783	7.651.336	8.300.171
Clientes	7	-	-	1.478.994	1.706.292
Títulos e valores mobiliários	6	379.707	761.750	398.358	769.905
Estoque de combustível nuclear	12	-	-	435.633	523.957
Almoxarifado		-	-	80.909	275.599
Impostos e Contribuições Sociais	10	2.044.513	1.835.272	5.774.286	4.338.682
Cauções e depósitos vinculados		715.189	562.665	2.316.324	1.750.678
Conta de Consumo de Combustível - CCC		727.136	785.327	727.136	785.327
Ativo financeiro - Concessões de serviço público	16	1.724.009	824.574	46.149.379	40.643.712
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	185.031	297.020
Adiantamentos para futuro aumento de Capital	13	5.673.361	5.548.884	4.000	7.141
Outros		282.399	199.908	620.854	889.930
		35.424.413	32.636.163	66.322.573	60.660.013
INVESTIMENTOS	14	54.722.656	52.035.980	4.570.959	4.724.647
IMOBILIZADO	15	112.397	101.848	53.214.861	46.682.498
INTANGÍVEL	17	48.150	50.003	2.371.367	2.263.972
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		90.307.616	84.823.994	126.479.760	114.331.130
TOTAL DO ATIVO		111.690.509	105.663.349	163.142.432	146.901.001

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A - ELETROBRAS
BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
CIRCULANTE					
Financiamentos e empréstimos	21	488.120	275.908	4.005.326	1.868.465
Debêntures	22	-	-	739.237	-
Empréstimo compulsório	23	15.620	16.191	16.331	16.925
Fornecedores	19	384.676	365.965	6.338.102	5.165.765
Adiantamento de clientes	20	368.943	302.100	413.041	341.462
Impostos e contribuições sociais	25	40.190	76.680	1.032.521	1.102.672
Conta de Consumo de Combustível - CCC	24	3.079.796	2.579.546	3.079.796	2.579.546
Remuneração aos acionistas	27	4.323.713	3.340.024	4.373.773	3.424.520
Créditos do Tesouro Nacional	28	109.050	92.770	109.050	92.770
Obrigações estimadas		21.128	28.983	802.864	772.071
Obrigações de Ressarcimento		710.308	759.214	1.955.966	759.214
Benefício pós-emprego	29	4.375	-	451.801	330.828
Provisões para contingências	30	-	-	240.190	257.580
Encargos Setoriais	26	-	-	901.692	584.240
Arrendamento mercantil		-	-	142.997	120.485
Concessões a pagar - Uso do bem Público	32	-	-	35.233	25.098
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	269.718	237.209
Incentivo ao desligamento de pessoal		-	-	93.137	-
Pesquisa e desenvolvimento		-	-	274.722	219.538
Participação nos lucros ou resultados		37.800	35.000	296.547	227.563
Outros		52.277	30.484	552.765	243.560
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		9.635.996	7.902.865	26.124.809	18.369.511
NÃO CIRCULANTE					
Financiamentos e empréstimos	21	17.806.158	13.429.818	38.408.352	31.269.971
Créditos do Tesouro Nacional	28	155.676	250.485	155.676	250.485
Debêntures	22	-	-	279.410	710.536
Adiantamento de clientes	20	-	-	879.452	928.653
Empréstimo compulsório	23	211.554	141.425	211.554	141.425
Obrigações para desmobilização de ativos	31	-	-	408.712	375.968
Conta de Consumo de Combustível - CCC		954.013	785.327	954.013	785.327
Provisões para contingências	30	1.446.397	1.290.567	4.652.176	3.901.289
Benefício pós-emprego	29	161.408	30.617	2.256.132	2.066.702
Provisão para passivo a descoberto em controladas		472.148	201.827	-	-
Obrigações de ressarcimento		-	-	1.475.262	1.091.271
Arrendamento mercantil		-	-	1.775.544	1.694.547
Remuneração aos acionistas	27	3.143.222	5.601.077	3.143.222	5.601.077
Concessões a pagar - Uso do bem Público	32	-	-	1.234.426	1.089.726
Adiantamentos para futuro aumento de capital	33	148.695	5.173.856	148.695	5.173.856
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	197.965	303.331
Incentivo ao desligamento de pessoal		-	-	726.291	273.671
Pesquisa e desenvolvimento		-	-	370.714	284.820
Impostos e contribuições sociais	25	383.682	-	1.902.522	1.217.649
Outros		328.051	551.371	635.184	840.776
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		25.211.004	27.456.370	59.815.302	58.001.080
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	35	31.305.331	26.156.567	31.305.331	26.156.567
Reservas de capital		26.048.342	26.048.342	26.048.342	26.048.342
Reservas de lucros		18.571.011	17.329.661	18.571.011	17.329.661
Ajustes de avaliação patrimonial		220.915	163.335	220.915	163.335
Dividendo Adicional Proposto		706.018	753.201	706.018	753.201
Outros resultados abrangentes		(8.108)	(146.992)	(8.108)	(146.992)
Participação de acionistas não controladores		-	-	358.812	226.296
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		76.843.509	70.304.114,00	77.202.321,00	70.530.410,00
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		111.690.509	105.663.349	163.142.432	146.901.001

CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(em milhares de Reais)

	NOTA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2011	30/12/2010	31/12/2011	30/12/2010
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	37	2.606.807	1.990.120	29.532.744	26.832.085
DESPESAS OPERACIONAIS					
Pessoal, Material e Serviços	39	470.269	472.332	7.670.716	7.370.713
Participação de empregados e administradores nos resultados		37.800	35.031	317.035	296.270
Energia comprada para revenda	40	1.944.449	1.960.532	3.386.289	4.315.084
Combustível para produção de energia elétrica		-	-	162.673	252.502
Uso da rede elétrica	40	-	-	1.420.934	1.353.839
Remuneração e ressarcimento		-	-	1.328.994	1.087.341
Depreciação e amortização		6.392	7.210	1.723.885	1.592.476
Construção		-	-	4.279.608	2.953.484
Provisões operacionais	41	936.390	730.269	2.848.749	2.497.262
Resultado a compensar de Itaipu		-	-	655.290	441.057
Doações e contribuições		207.196	191.774	289.964	261.006
Outras		238.802	150.801	1.305.765	669.434
		3.841.298	3.547.949	25.389.902	23.090.468
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(1.234.491)	(1.557.829)	4.142.842	3.741.617
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas Financeiras					
Receitas de juros, comissões e taxas		1.795.324	2.157.684	757.450	781.872
Receita de aplicações financeiras		1.166.300	1.261.856	1.664.517	1.537.435
Acréscimo moratório sobre energia elétrica		35.614	24.829	359.208	393.987
Atualizações monetárias		1.015.752	717.912	652.949	616.141
Variações cambiais ativas		749.167	-	669.731	-
Outras receitas financeiras		17.520	60.377	158.471	394.890
Despesas Financeiras					
Encargos de dívidas		(682.668)	(656.096)	(1.708.670)	(1.675.821)
Encargos de arrendamento mercantil		-	-	(350.861)	(332.449)
Encargos sobre recursos de acionistas		(990.887)	(1.263.501)	(1.178.989)	(1.298.647)
Variações cambiais passivas		-	(469.677)	-	(431.497)
Outras despesas financeiras		-	-	(789.353)	(350.033)
		3.106.122	1.833.384	234.453	(364.122)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS		1.871.631	275.555	4.377.295	3.377.495
RESULTADO DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	38	2.049.302	2.177.646	482.785	669.755
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		3.920.933	2.453.201	4.860.080	4.047.250
Imposto de renda		(136.081)	(149.381)	(796.252)	(1.074.606)
Contribuição social sobre o lucro líquido		(52.287)	(55.907)	(301.809)	(419.659)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		3.732.565	2.247.913	3.762.019	2.552.985
PARCELA ATRIBUÍDA AOS CONTROLADORES		3.732.565	2.247.913	3.732.565	2.247.913
PARCELA ATRIBUÍDA AOS NÃO CONTROLADORES		-	-	29.454	305.072
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO	36	R\$2,76	R\$1,99	R\$2,78	R\$2,25

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A - ELETROBRAS
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(em milhares de Reais)

	CAPITAL SOCIAL	AÇÕES EM TESOURARIA	RESERVAS DE LUCROS			AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL REFLEXO	LUCRO / PREJUÍZOS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTROLADORA	PATRIMÔNIO LÍQUIDO NÃO CONTROLADORES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO	
			RESERVAS DE CAPITAL	LEGAL	ESTATUTÁRIAS							DIVIDENDOS ADICIONAIS
Em 31 de dezembro de 2009	26.156.567	(879)	26.048.342	2.046.388	16.964.157	370.755	179.427	(3.345.743)	827.491	69.246.506	132.543	69.379.049
Dividendos Adicionais						(370.755)				(370.755)		(370.755)
Ações em tesouraria		879								879		879
Ajustes acumulados de conversão								(6.747)	(6,747)			(6,747)
Ajuste Benefício pós-emprego								55.300	55,300			55,300
Valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda								158.697	158,697			158,697
IR/CS diferido sobre outros resultados abrangentes								231.650	231,650			231,650
Outros resultados abrangentes reflexos								(888.574)	(888,574)			(888,574)
Ajustes de avaliação patrimonial						(16.092)			(16,092)			(16,092)
Realização de reservas							16.092		16,092			16,092
Reversão de reservas					(2.205.694)		2.205.694		-			-
Lucro líquido do exercício							2.247.913		2,247,913		305,072	2,552,985
Remuneração aos acionistas						753.201	(370.755)		(370,755)		(211,319)	(582,074)
Aprovação do dividendo adicional pela AGO							(753.201)		-			-
Em 31 de dezembro de 2010	26.156.567	-	26.048.342	2.046.388	14.758.463	753.201	163.335	-	377.817	70.304.114	226.296	70.530.410
Integralização de capital	5.148.764									5.148.764	103.062	5.251.826
Dividendos Adicionais					(213.862)	(753.200)				(967.061)		(967,061)
Ajustes acumulados de conversão								15.878	15,878			15,878
Ajuste Benefício pós-emprego								(280.256)	(280,256)			(280,256)
Valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda								152.385	152,385			152,385
IR/CS diferido sobre outros resultados abrangentes								198.813	198,813			198,813
Ajuste de Controladas / Coligadas								78.004	(78,004)			(394,741)
Ajustes de avaliação patrimonial							(20.424)		(20,424)			(20,423)
Realização de reservas								20.424	20,425			20,425
Lucro líquido do exercício								3.732.565	3,732,566		29,453	3,762,020
Constituição de reservas				186.629	1.793.393			(1.980.021)	-			-
Remuneração aos acionistas						706.018	(706.018)		(1,066,955)			(1,066,955)
Aprovação do dividendo adicional pela AGO							(706.018)		-			-
Em 31 de dezembro de 2011	31.305.331	-	26.048.342	2.233.017	16.337.994	706.018	220.915	-	(8.108)	76.843.509	358.811	77.202.321

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010
(em milhares de Reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
1 - RECEITAS (DESPESAS)				
Venda de mercadorias, produtos e serviços	2.763.701	2.040.641	33.061.356	29.814.652
Não operacionais	-	-	1.187.135	1.200.655
	<u>2.763.701</u>	<u>2.040.641</u>	<u>34.248.491</u>	<u>31.015.307</u>
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Materiais, serviços e outros	(352.358)	(182.675)	(11.442.512)	(9.359.773)
Encargos setoriais	-	-	(1.712.669)	(1.514.504)
Energia comprada para revenda	(1.944.449)	(1.960.532)	(3.386.289)	(4.315.084)
Combustível para produção de energia elétrica	-	-	(162.673)	(743.761)
Provisões operacionais	(936.390)	(730.269)	(2.848.749)	(1.529.549)
	<u>(3.233.197)</u>	<u>(2.873.476)</u>	<u>(19.552.892)</u>	<u>(17.462.671)</u>
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>(469.496)</u>	<u>(102.566)</u>	<u>14.695.599</u>	<u>13.552.635</u>
4 - RETENÇÕES				
Depreciação, amortização e exaustão	(6.392)	(7.210)	(1.723.885)	(1.592.476)
	<u>(6.392)</u>	<u>(7.210)</u>	<u>(1.723.885)</u>	<u>(1.592.476)</u>
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	<u>(475.888)</u>	<u>(840.045)</u>	<u>12.971.714</u>	<u>11.960.159</u>
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Participações societárias	2.049.302	2.177.646	482.785	669.755
Receitas financeiras	4.779.677	4.222.658	4.262.326	3.374.291
	<u>6.828.979</u>	<u>6.400.304</u>	<u>4.745.111</u>	<u>4.044.046</u>
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>6.353.091</u>	<u>5.560.259</u>	<u>17.716.825</u>	<u>16.004.205</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
PESSOAL				
. Pessoal , encargos e honorários	329.093	322.091	5.206.206	4.877.556
. Participação de empregados nos lucros	37.800	35.031	317.035	296.270
. Plano de aposentadoria e pensão	27.620	35.684	27.620	32.309
	<u>394.513</u>	<u>392.806</u>	<u>5.550.861</u>	<u>5.206.135</u>
TRIBUTOS				
. Impostos, taxas e contribuições	345.262	338.492	4.086.108	4.245.666
	<u>345.262</u>	<u>338.492</u>	<u>4.086.108</u>	<u>4.245.666</u>
TERCEIROS				
. Encargos financeiros e aluguéis	1.673.555	2.389.274	4.027.873	3.738.414
. Doações e contribuições	207.196	191.774	289.964	261.006
	<u>1.880.751</u>	<u>2.581.048</u>	<u>4.317.837</u>	<u>3.999.420</u>
ACIONISTAS				
. Dividendos e juros sobre capital próprio	360.933	370.755	360.933	370.755
. Participação de acionistas não controladores	-	-	29.454	305.072
. Lucros retidos	3.371.632	1.877.158	3.371.632	1.877.158
	<u>3.732.565</u>	<u>2.247.913</u>	<u>3.762.019</u>	<u>2.552.985</u>
	<u>6.353.091</u>	<u>5.560.259</u>	<u>17.716.825</u>	<u>16.004.205</u>

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em 31 de dezembro		Exercício findo em 31 de dezembro	
	2011	2010 (reclassificado)	2011	2010 (reclassificado)
Participação no resultado abrangente das subsidiárias				
Lucro líquido do exercício	3.732.565	2.247.913	3.762.018	2.552.985
Outros componentes do resultado abrangente				
Ajustes acumulados de conversão	15.878	(6.747)	15.878	(6.848)
Ajuste ganhos e perdas atuariais	(280.256)	36.498	(280.256)	(522.779)
Valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda	152.385	104.740	152.385	(75.974)
Ajuste de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	12.862
Participação no resultado abrangente das subsidiárias, coligadas e sociedades de controle compartilhado	(472.745)	(815.815)	(472.745)	(88.585)
IR / CSSL diferidos	198.813	231.650	198.813	231.650
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	(385.926)	(449.674)	(385.926)	(449.674)
Total do resultado abrangente do exercício	3.346.639	1.798.239	3.376.092	2.103.311
Atribuível				
Acionistas da Companhia			3.346.639	1.798.239
Participação dos não controladores			29.453	305.072
			3.376.092	2.103.311

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A - ELETROBRÁS
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	3.920.933	2.453.201	4.860.080	4.047.250
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações:				
Depreciação e amortização	6.392	7.210	1.606.368	1.589.345
Amortização do intangível - distribuição	-	-	117.591	3.131
Variações monetárias/cambiais líquidas	(1.473.265)	(275.152)	(1.029.290)	(387.617)
Encargos financeiros	(1.465.225)	327.171	774.140	2.008.270
Receita de ativo financeiro	-	-	(2.774.166)	(2.525.754)
Resultado da equivalência patrimonial	(2.049.302)	(2.177.646)	(482.785)	(669.755)
Provisão para passivo a descoberto	294.375	148.167	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	297.131	36.245	808.487	600.251
Provisão para contingências	155.830	(27.008)	677.998	287.821
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	-	-	434.538	379.048
Provisão para plano de benefício pós emprego	-	-	172.246	280.965
Provisão para perda com investimentos	91.989	582.062	91.989	421.629
Encargos da reserva global de reversão	351.997	328.925	403.903	395.756
Ajuste a valor presente	(17.658)	(36.532)	7.954	314.518
Participação minoritária no resultado	-	-	(44.627)	(462.230)
Encargos sobre recursos de acionistas	990.887	1.263.501	1.178.989	1.298.647
Perda/ganho na alienação de ativos	-	-	223	(49.286)
Instrumentos financeiros - derivativos	-	-	124.770	(55.200)
Outras	(71.809)	266.033	(149.992)	(741.404)
	<u>(2.888.657)</u>	<u>442.976</u>	<u>1.918.336</u>	<u>2.688.136</u>
(Acréscimos)/decréscimos nos ativos operacionais				
Contas a receber	(25.234)	(24.648)	(219.230)	(569.962)
Títulos e valores mobiliários	(2.305.368)	1.028.286	(4.106.884)	805.850
Direito de ressarcimento	-	-	(1.507.652)	(1.213.885)
Almoxarifado	(122)	1.353	214.603	(36.463)
Estoque de combustível nuclear	-	-	(2.367)	(9.164)
Despesas pagas antecipadamente	-	-	(5.904)	18.347
Ativo financeiro - concessões de serviço público	(946.673)	(67.145)	(946.673)	(67.145)
Outros	50.788	111.890	257.407	(268.035)
	<u>(3.226.609)</u>	<u>1.049.737</u>	<u>(6.316.700)</u>	<u>(1.340.456)</u>
Acréscimos/(decréscimos) nos passivos operacionais				
Empréstimo compulsório	-	-	-	-
Fornecedores	18.711	58.956	1.172.337	2.086.151
Adiantamento de clientes	-	-	(44.465)	70
Arrendamento mercantil	-	-	103.509	66.757
Obrigações estimadas	(7.855)	19.535	30.793	99.857
Obrigações de ressarcimento	-	-	1.629.649	655.723
Encargos setoriais	-	-	317.452	(5.193)
Outros	(201.527)	(17.235)	111.938	(481.282)
	<u>(190.671)</u>	<u>61.256</u>	<u>3.321.213</u>	<u>2.422.083</u>
Caixa proveniente das atividades operacionais	(2.385.003)	4.007.170	3.782.930	7.817.013
Pagamento de encargos financeiros	(287.913)	(319.609)	(1.368.245)	(1.453.344)
Pagamento de encargos da reserva global de reversão	(259.846)	(864.871)	(465.318)	(864.871)
Recebimento de receita anual permitida	-	-	2.315.642	2.712.474
Recebimento de encargos financeiros	1.706.231	1.741.418	739.709	468.975
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(512.383)	(292.857)	(1.132.758)	(890.205)
Recebimento de remuneração de investimentos em participações societárias	1.773.762	1.456.313	689.371	600.869
Depósitos judiciais	(25.023)	(51.956)	(274.462)	(146.131)
Caixa líquido das atividades operacionais	9.824	5.675.608	4.286.868	8.244.780
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Empréstimos e financiamentos obtidos a longo prazo	3.036.226	866.811	7.273.908	3.829.260
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(1.079.661)	(287.820)	(2.258.040)	(1.202.294)
Pagamento de remuneração aos acionistas	(4.040.549)	(3.118.071)	(4.062.839)	(3.143.565)
Pagamento de refinanciamento de impostos e contribuições - principal	-	-	(92.375)	(92.115)
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-
Empréstimo compulsório e reserva global de reversão	1.376.452	1.049.035	1.376.452	1.049.035
Outros	-	-	119.755	(346.434)
Caixa líquido das atividades de financiamento	(707.533)	(1.490.045)	2.356.861	93.887
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Concessão de empréstimos e financiamentos	(3.472.118)	(2.338.198)	(347.796)	(641.078)
Recebimento de empréstimos e financiamentos	2.137.031	3.912.725	1.123.886	2.871.385
Créditos de energia reneociados recebidos	-	-	277.728	342.745
Aquisição de ativo imobilizado	(15.024)	(74.566)	(8.017.774)	(6.256.197)
Aquisição de ativo intangível	-	-	(139.612)	(359.219)
Aquisição de ativos de concessão	-	-	(3.411.497)	(3.105.522)
Aquisição/aporte de capital em participações societárias	(216.330)	(67.241)	-	-
Concessão de adiantamento para futuro aumento de capital	(1.937.824)	(5.596.121)	-	-
Outros	-	-	(389.045)	(587.907)
Caixa líquido das atividades de investimento	(3.504.265)	(4.163.401)	(10.904.111)	(7.735.792)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(4.201.974)	22.162	(4.260.382)	602.875
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.598.702	5.576.540	9.220.169	8.617.294
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.396.729	5.598.702	4.959.787	9.220.169
	<u>(4.201.973)</u>	<u>22.162</u>	<u>(4.260.382)</u>	<u>602.875</u>

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.

Eletrobras

(COMPANHIA ABERTA)
CNPJ 00.001.180/0001-26

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 de dezembro de 2011 e de 2010 (CONTROLADORA E CONSOLIDADO) (Em milhares de Reais)

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

As Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras ou Companhia) é uma companhia de capital aberto, com sede em Brasília - DF - Setor Comercial Norte, Quadra 4, Bloco B, 100, sala 203 - Asa Norte, registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM e na Securities and Exchange Commission - SEC, com ações negociadas nas bolsas de valores de São Paulo (BOVESPA) - Brasil, Madri (LATIBEX) - Espanha e Nova York (NYSE) - Estados Unidos da América. Tem como objeto social realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas geradoras, de linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades. Tem como objeto, também, conceder financiamentos, prestar garantias, no País e no exterior, a empresas do serviço público de energia elétrica e que estejam sob seu controle acionário e em favor de entidades técnico-científicas de pesquisa; promover e apoiar a pesquisa de interesse do setor de energia elétrica, em especial ligadas às atividades de geração, transmissão e distribuição, bem como realizar estudos de aproveitamento de bacias hidrográficas para fins múltiplos; contribuir na formação do pessoal técnico necessário ao setor elétrico brasileiro, bem como na preparação de operários qualificados, mediante cursos especializados, podendo, também, conceder auxílio aos estabelecimentos de ensino do País ou bolsas de estudo no exterior e firmar convênios com entidades que colaborem na formação de pessoal técnico especializado; colaborar, técnica e administrativamente, com as empresas das quais participa acionariamente e com o Ministério de Minas e Energia.

A Companhia exerce a função de holding, gerindo investimentos em participações societárias, detendo o controle acionário direto em seis empresas de geração e/ou transmissão de energia elétrica (Furnas Centrais Elétricas S.A. - FURNAS, Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE, Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF, Centrais Elétricas S.A. - ELETROSUL, Eletrobras Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR, e Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE) e em quatro empresas distribuidoras de energia elétrica Companhia de Eletricidade do Acre - Eletroacre, Centrais Elétricas de Rondônia - Ceron, Companhia Energética de Alagoas - Ceal e Companhia Energética do Piauí - Cepisa, além da Amazonas Energia - AME, não desverticalizada, atuando em Geração e Distribuição.

A Companhia é controladora, também, da Eletrobras Participações S.A - Eletropar e, em regime de controle conjunto, da Itaipu Binacional - Itaipu, nos termos do Tratado Internacional firmado entre os Governos do Brasil e do Paraguai, da Inambari Geração de Energia S.A. e da Centrales Hidroelectricas de Centroamerica S.A.- CHC.

A Companhia é controladora indireta da empresa Boa Vista Energia, controlada integral da Eletronorte, que atua na geração e distribuição de energia elétrica em Boa Vista, no Estado de Roraima e das Sociedades de Propósito Específico RS Energia, Artemis Uirapuru e Porto Velho Transmissora, controladas integrais da Eletrosul; Estação Transmissora de Energia e Rio Branco Transmissora de energia, controladas integrais da Eletronorte.

A Companhia participa, também, de forma minoritária, em diversas sociedades nos segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, com participação direta e/ou indireta, por meio de suas controladas. (Nota 14)

A Eletrobras é autorizada, diretamente ou por meio de suas subsidiárias ou controladas, a associar-se, com ou sem aporte de recursos, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, no exterior, que se destinem direta ou indiretamente à exploração da produção ou transmissão ou distribuição de energia elétrica.

A Companhia é responsável, também, pela gestão de recursos setoriais, representados pela Reserva Global de Reversão - RGR, Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, Utilização de Bem Público - UBP e Conta de Consumo de Combustível - CCC. Estes fundos financiam programas do Governo Federal de universalização de acesso à energia elétrica, de eficiência na iluminação pública, de incentivos às fontes alternativas de energia elétrica, de conservação de energia elétrica e a aquisição de combustíveis fósseis utilizados nos sistemas isolados de geração de energia elétrica, cujas movimentações financeiras não afetam o resultado da Companhia (exceto pela taxa de administração em determinados Fundos).

A Companhia atua, também, como agente de comercialização de energia elétrica da Itaipu Binacional e dos agentes participantes do Proinfa.

A emissão dessas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 16 de abril de 2012.

NOTA 2 - CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Companhia, por intermédio de empresas controladas, detém diversas concessões de serviço público de energia elétrica, cujo detalhamento, capacidade instalada e prazos de vencimento estão listados a seguir:

I - Geração de Energia Elétrica

Concessões/Permissões	Localização	Capacidade Instalada (MW) Não auditado	Ano de Vencimento
UHE Paulo Afonso I	BA	180	2015
UHE Paulo Afonso II	BA	443	2015
UHE Paulo Afonso III	BA	794,2	2015
UHE Paulo Afonso IV	BA	2.462,40	2015
UHE Apolônio Sales	BA	400	2015
UHE Luiz Gonzaga	BA	1.479,60	2015
UHE Xingó	AL / SE	3.162,00	2015
UHE Piloto	PE	2	2015
UHE Araras	CE	4	2015
UHE Funil	BA	30	2015
UHE Pedra	BA	20,01	2015
UHE Boa Esperança	PI	237,3	2015
UHE Sobradinho	BA / PE	1.050,30	2022
UHE Curemas	PA	3,52	2024
UTE Camaçari	BA	346,8	2027
UHE Belo Monte	PA	11.233,10	2045
EOL São Pedro do Lago	BA	28,8	2046
EOL Pedra Branca	BA	28,8	2046
EOL Sete Gameleiras	BA	28,8	2046
UHE Tucuruí	PA	8.370,00	2024
UHE Curuá-Uma	PA	30,3	2028
UHE Samuel	RO	216,75	2029
UHE Coaracy Nunes	AP	76,95	2015
UTE Rio Madeira	RO	119,35	Indeterminado
UTE Rio Acre	AC	45,49	Indeterminado
UTE Rio Branco I	AC	18,65	Indeterminado
UTE Rio Branco II	AC	31,8	Indeterminado
UTE Santana	AP	60	Indeterminado
UTE Electron	AM	120	Indeterminado
UTE- Senador Arnon Afonso Farias	RR	85,99	Indeterminado
UHE Dardanelos	MT	261	2042
UTE Serra do Navio	SE	23,3	2037
UTE Capivara	SE	29,8	2037
Parque Eólico Miassaba 3	RN	50,4	2045
Parque Eólico Rei dos Ventos 3	RN	48,6	2045
UHE Passo São João	RS	77	2041
UHE Mauá	PR	361	2042
UHE São Domingos	MS	48	2037
PCH Barra do Rio Chapéu	SC	15	2035
PCH João Borges	SC	19	2035
EOI Coxilha Negra V	RS	30	2045
EOI Coxilha Negra VI	RS	30	2045
EOI Coxilha Negra VII	RS	30	2045
UHE Jirau	RO	3.300,00	2043

UTE Presidente Médici – Candiota I e II	RS	446	2015
UTE Candiota III	RS	350	2041
UTE São Jerônimo	RS	20	2015
UTE Nutepa	RS	24	2015
UHE Balbina	AM	277,5	2027
UHE Aparecida	AM	251,5	2015
UHE Aparecida	AM	251,5	2015
UTE Mauá	AM	711,4	2015
UTE Mauá	AM	711,4	2015
UTE Mauá	AM	711,4	2015
UTE Mauá	AM	711,4	2015
Outras	AM	597,1	2015
UTE FLORES	AM	80	2015
UTE Cidade Nova	AM	20	2015
UTE Iranduba	AM	50	2015
UTE Distrito	AM	40	2015
UTE Santa Cruz	RJ	932	2015
UTE São Jorge	AM	50	2015
UHE Furnas	MG	1.216,00	2015
UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho	SP / MG	1.050,00	2015
UHE Marimondo	SP / MG	1.440,00	2017
UHE Porto Clômbia	SP / MG	320	2017
UHE Mascarenhas de Moraes	MG	476	2023
UHE Funi	MG	216	2015
UHE Itumbiara	MG / GO	2.082,00	2020
UHE Corumbá I	GO	375	2014
UHE Manso	MG	212	2035
UHE Serra da Mesa	GO	1.275,00	2011
UTE Roberto Silveira	GO	30	concedida
UHE Batalha	MG / GO	52,5	2041
UHE Simplício/Anta	RJ / MG	333,7	2041
UHE Peixe Angical	TO	452	2036
UHE Baguari	MG	140	2041
UHE Foz do Chapecó	RS	855	2036
UHE Serra do Facão	GO	212,58	2036
UHE Retiro Baixo	MG	82	2041
UTN			Indeterminado
Angra I	RJ	640	Indeterminado
UTN Angra II	RJ	1.350,00	Indeterminado
UTN Angra III	RJ	1.405,00	Indeterminado
UHE Santo Antônio	RO	3.150,10	2043

A geração de energia elétrica considera as seguintes premissas:

- existência de períodos, tanto ao longo do dia, como no horizonte anual, em que ocorre maior ou menor demanda de energia no sistema para o qual a usina, ou sistema de geração, estão dimensionado;
- existência, também, de períodos em que máquinas são retiradas da operação para a execução de manutenção, seja preventiva ou corretiva, e
- disponibilidade hídrica do rio onde está localizada.

A produção de energia elétrica das usinas é função do Planejamento e Programação da Operação Eletroenergética, com horizontes e detalhamentos que vão desde o nível anual até os diários e horários, elaborados, atualmente, pelo Operador Nacional do

Sistema Elétrico - ONS, que define os montantes e a origem da geração necessária para o atendimento à demanda do País de forma otimizada, baseado na disponibilidade hídrica nas bacias hidrográficas e de máquinas em operação, bem como o custo da geração e a viabilidade de transmissão dessa energia através do sistema interligado de transmissão de energia elétrica.

II - Transmissão de Energia Elétrica

Concessões/Permissões	Localização	Extensão (km) Não auditado	Ano de Vencimento
LT 230 kV - SE Ribeiro Gonçalves / SE Balsas	MA/TO/PI	95	2039
LT Coxipó-Cuiabá-Rondonópolis (MT), 230 Kv	MT	193	2034
LT Colinas, Miracema,gurupi, Peixe Nova da Serra 2 (TO/GO) em 500 kv	TO/GO	695	2036
LT Jauru-Juba-C2 (MT) e Maggi - Nova Mutum (MT), 230 kv, 30/138 kv	MT	402	2008
LT Oriximiná - Itacoatiara -Cariri (PA/AM), em 500kv	PA/AM	586	2038
LT Coletora Porto Velho (RO) - Araraquara (SP), 600kv	RO/SP	2375	2039
LT Porto Velho - Samuel Ariqueemes - Ji-Paraná -Pimenta Bueno - Vilhena (RO), Jaurú (MT), com , 230 kv	RO/MT	987	2039
LT Porto Velho - Abunã (RO) - Rio Branco (AC),230 kv	RO/AC	487	2039
LT Jaurú - Cuiabá (MT), e SE Jaurú,com 500 kv	MT/SE	348	2039
LT 525 kv Campos Novos/Biguaçu/Blumenau	SC	359	2035
LT 525 kv Itá/Nova Santa Rita	SC, RS	314,8	2015
LT 525 kv Caxias/Itá	RS, SC	256	2015
LT 525 kv Areia/Curitiba I	PR	235,2	2015
LT 525 kv Areia/Bateias	PR	220,3	2015
LT 525 kv Campos Novos/Caxias	SC, RS	203,3	2015
LT 525 kv Itá/Salto Santiago	SC, PR	186,8	2015
LT 525 kv Areia/Campos Novos	PR, SC	176,3	2015
LT 525 kv Areia/Ivaiporã	PR	173,2	2015
LT 525 kv Ivaiporã/Salto Santiago	PR	167	2015
LT 525 kv Blumenau/Curitiba	SC, PR	136,3	2015
LT 525 kv Ivaiporã/Londrina	PR	121,9	2015
Outras LT de 525 kv	-	395,4	2015
LT 230 kv Presidente Médice/Santa Cruz 1	RS	237,4	2038
LT 230 kv Dourados/Guaíra	MS, PR	226,5	2015
LT 230 kv Monte Claro/Passo Fundo	RS	211,5	2015
LT 230 kv Anastácio/Dourados	MS	210,9	2015
LT 230 kv Passo Fundo/Nova Prata 2	RS	199,1	2015
LT 230 kv Areia/Ponta Grossa	PR	181,6	2015
LT 230 kv Campo Mourão/Salto Osório 2	PR	181,3	2015
LT 230 kv Campo Mourão/Salto Osório 1	PR	181,2	2015
LT 230 kv Salto Osório/Xanxerê	PR, SC	162	2015
LT 230 kv Areia/Salto Osório 1	PR	160,5	2015
LT 230 kv Areia/Salto Osório 2	PR	160,3	2015
LT 230 kv Londrina/Assis 1	PR, SP	156,6	2015
LT 230 kv Blumenau/Palhoça	SC	133,9	2015
LT 230 kv Biguaçu/Blumenau 2	SC	129,5	2015
LT 230 kv Areia/São Mateus do Sul	PR	129	2015
LT 230 kv Cascavel/Guaíra	PR	126,2	2015
LT 230 kv Lageado Grande/Siderópolis	RS, SC	121,9	2015
LT 230 kv Jorge Lacerda "B"/Palhoça	SC	121,3	2015
LT 230 kv Curitiba/São Mateus do Sul	PR	116,7	2015
LT 230 kv Blumenau/Jorge Lacerda "B"	SC	116,4	2015
LT 230 kv Campo Mourão/Apucarana	PR	114,5	2015
LT 230 kv Assis/Londrina	SP, PR	114,3	2015
LT 230 kv Atlântida 2/Gravataí 3	RS	102	2015
Outras LT de 230 kv	-	1556	2015
LT 138 kv Jupia/Mimoso 1	SP, MS	218,7	2015
LT 138 kv Jupia/Mimoso 3	SP, MS	218,7	2015
LT 138 kv Jupia/Mimoso 4	SP, MS	218,7	2015
LT 138 kv Jorge Lacerda "A"/Palhoça 1	SC	108,6	2015
LT 138 kv Campo Grande/Mimoso 1	MS	108,3	2015
LT 138 kv Campo Grande/Mimoso 3	MS	108,3	2015
LT 138 kv Campo Grande/Mimoso 4	MS	108,3	2015
LT 138 kv Dourados das Nações/Ivinhema	MS	94,7	2015
Outras LT de 138 kv	-	657	2015
LT 132 kv Conversora de frequência de Uruguaiana/Paso de Los Libres	RS	12,5	2015
LT 69 kv Salto Osório/Salto Santiago	PR	56,2	2015
LT 345 kv Furnas - Pimenta II	MG	66	2035
LT 500 kv Rio Verde Norte - Trindade ; ; LT 500/230 kv - 1200 MVA Subestação Trindade	GO	193	2040
LT 230 kv Trindade - Xavantes	GO	37	2040
LT 230 kv Trindade - Carajás	GO	29	2040
LT Coletora Porto Velho - Araraquara 2; LT 500/±600 kv - 3.150 MW, Subestação Estação retificadora 2 CA/CC e LT ±600/500 kv - 2.950 MW, Subestação Estação Inversora 02 CC/CA	RO	2375	2038
LT 500 kv Mesquita - Viana 2 ; LT 500/345kv 900 MVA - Viana 2	MG / ES	248	2040
LT 345 kv Viana 2 - Viana	MG / ES	10	2040
2 LT 138 kv Unidade Geradora - Sistema Interligado Nacional; LT 138 kv, Subestação Elevadora		33	2035
LT 230 kv Serra da Mesa - Niquelândia; LT 230 kv, Subestação Serra da Mesa	TO	105	2015
LT 230 kv Niquelândia - Barro Alto; LT 230 kv, Subestação Niquelândia e LT 230 kv, Subestação Barro Alto	TO	88	2015
LT 230 kv CS Barra dos Coqueiros - Quirinópolis	MS , GO , MT	ND	2039
LT 230 kv CD Chapadão - Jataí Taquari	MS , GO , MT	ND	2039

LT 230 kV CS Palmeiras – Edéia	MS , GO , MT	ND	2039
2 LT 500 kV no seccionamento da LT Campinas – Ibiúna e a SE Itatiba 500/138 kV; LT 500/138 kV, Subestação Itatiba e LT 500 kV, Subestação Campinas e SE Ibiúna	SP	1	2039
LT 345 kV Montes Claros – Irapé	MG	138	2034
LT 345 kV Itutinga – Juiz de Fora	MG	144	2035
LT 230 kV Milagres/Tauá (CE); LT 230 kV Subestação Tauá (CE)	CE	208	2035
LT 230 kV Milagres/Coremas (CE/PB)	CE/PB	120	2035
LT 230 kV Paraíso/Açu II (RN)	RN	135	2037
LT 230 kV Funi/Itapebi (BA)	BA	197,8	2015
LT 230 kV Ibiocoara/Brumado (BA); LT 500/230 kV Subestação Ibiocoara (PE)	BA/PE	95	2037
LT 230 kV Eunápolis/Teixeira de Freitas II (BA); LT 230/138 kV Subestação Teixeira de Freitas II (BA)	BA	152	2038
LT 230 kV Picos/Tauá (PI/CE)	PI/CE	183,2	2037
LT 230 kV Jardim/Penedo (SE/AL)	SE/AL	110	2038
LT 500/230 kV Subestações Suape II(PE); LT 230/69 kV Suape III (PE)	PE	24	2039
LT 230 kV Pau Ferro/Santa Rita II (PE/PB)	PE/PB	96,7	2039
LT 230 kV Paulo Afonso III/Zebu (AL); LT 230/69 kV Subestações Santa Rita II; LT 230/69 kV Zebu (AL); LT 230/69 kV Natal III (RN)	AL/PB/RN	6	2039
LT 230 kV Eunápolis/Teixeira de Freitas II (BA)	BA	152	2038
LT 500/230 kV Subestação Camaçari IV	BA	80,84	2040
LT 230/69 kV Subestação Arapiraca III; LT 230kV Circuito duplo rio LargoII/Penedo	AL	45	2040
LT 230 kV Paraíso/Açu (RN), circuito 3	RN	123	2040
LT 230 kV Açu/Mossoró II (RN), circuito 2	RN	69	2040
LT 230 kV João Câmara / Extremoz II; LT 230 kV Subestação João Câmara (RN); LT 230 kV Subestação Extremoz II (RN)	RN	82	2040
LT 230 kV Igarorã/Bom Jesus da Lapa II (BA); LT 230 kV Subestação Igarorã (BA)	BA	115	2040
LT 230 kV Sobral III/Acaraú II (CE); LT 230 kV Subestação Acaraú (CE)	CE	97	2040
83 subestações de transmissão; 15 subestações elevadoras		18.260	2015
LT 500 kV Teresina(PI)/Sobral/Fortaleza(CE)	PI/CE	546	2034
LT 500 kV Colinas/Miracema/ Urupi/ Peixe 2/Serra da Mesa (TO/GO)	TO/GO	695	2036
LT 500 kV Oriximiná/Itacoatiara CD		375	2038
LT 500 kV Itacoatiara/Cariri (PA/AM); LT 500/138 kV subestações Itacoatiara e LT 500/230 kV Cariri	PA/AM	212	2038
LT +/- 600 kV Coletora Porto Velho (RO)/ Araraquara 2 (SP), 01 em CC; LT 500 kV/+/- 600kV – 3.150 MW Estação Retificadora 02 CA/CC; LT , +/- 600 kV/500kV – 2.950 MW Estação Inversora 02 CC/CA.	RO/SP	2.375	2039
LT 230 kV São Luiz II/ São Luiz III (MA); LT 500 kV Subestação Pecém II (CE) e LT 230 kV Aquiraz II (CE)	MA/ CE	96	2040
SE - Campos Novos	SC	2.466,00	2015
SE - Caxias	RS	2.016,00	2015
SE - Gravataí	RS	2.016,00	2015
SE - Nova Santa Rita	RS	2.016,00	2015
SE - Blumenau	SC	1.962,00	2015
SE - Curitiba	PR	1.344,00	2015
SE - Londrina	PR	1.344,00	2015
SE - Santo Ângelo	RS	1.344,00	2015
SE - Biguaçu	SC	300	2015
SE - Biguaçu	SC	672	2035
SE - Joinville	SC	691	2015
SE - Areia	PR	672	2015
SE - Itajaí	SC	525	2015
SE - Xanxerê	SC	450	2015
SE - Jorge Lacerda "A"	SC	399,8	2015
SE - Palhoça	SC	384	2015
SE - Siderópolis	SC	364	2015
SE - Assis	SP	336	2015
SE - Joinville Norte	SC	300	2015
SE - Atlântida 2	RS	249	2015
SE - Canoinhas	SC	225	2015
SE - Dourados	MS	225	2015
SE - Caxias 5	RS	215	2015
SE - Passo Fundo	RS	168	2015
SE - Tapera 2	RS	166	2015
SE - Gravataí 3	RS	165	2015
SE - Desterro	SC	150	2015
SE - Missões	RS	150	2039
SE - Anastácio	MS	150	2015
SE - Ilhota	SC	100	2015
Outras subestações	-	404,5	2015

III - Distribuição de Energia Elétrica

Companhia	Região Geográfica	Municípios Atendidos	Ano de Vencimento da Concessão
		Não auditado	
Distribuição Acre	Estado do Acre	25	2015
Distribuição Rondônia	Estado de Rondônia	52	2015
Distribuição Alagoas	Estado de Alagoas	102	2015
Distribuição Piauí	Estado do Piauí	224	2015
Amazonas Energia	Estado do Amazonas	62	2015
Distribuição Roraima	Estado de Roraima	1	2015

O prazo de concessão nas tabelas acima representa a média da data de vencimento das concessões adquiridas para cada companhia.

Caso as concessões das controladas da Companhia, não sejam renovadas ou venham a ocorrer mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1. Base de preparação

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 4.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

(a) demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

(b) demonstrações financeiras individuais

As Demonstrações Financeiras individuais da controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de

Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso das demonstrações financeiras individuais, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável as demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo ou valor justo.

(c) mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As alterações e interpretações a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis iniciados após 1º de janeiro de 2012, e não houve adoção antecipada dessas normas por parte da Companhia.

<u>Norma</u>	<u>Exigências-chave</u>	<u>Data de vigência</u>
Alteração ao IAS 12 - "Impostos sobre a Renda" sobre tributos diferidos	<p>Atualmente, o IAS 12 - "Impostos sobre a Renda" requer que os tributos diferidos sejam mensurados com base na expectativa de recuperação do valor contábil do ativo, pelo seu uso ou venda.</p> <p>No entanto, para as "Propriedades para Investimento" mensuradas pelo valor justo segundo o IAS 40, pode ser difícil e subjetivo avaliar se a recuperação será através de uso ou venda.</p> <p>Esta alteração, portanto, introduz uma exceção ao princípio existente para mensurar o imposto diferido ativo ou passivo sobre propriedade para investimento mensurada ao valor justo. A alteração ao IAS 12 resultou na incorporação do SIC 21 - "Impostos sobre Renda - Recuperação de ativos não depreciáveis reavaliados" não mais será aplicável a propriedades para investimento</p>	1º de janeiro de 2012

Norma	Exigências-chave	Data de vigência
Alteração ao IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras" com relação a outros resultados abrangentes	lançadas a valor justo. As alterações também incorporam ao IAS 12 as orientações anteriormente contidas no SIC 21, que foi eliminado.	1º de julho de 2012
Alteração ao IAS 19 - "Benefícios a Empregados"	Estas alterações eliminam a abordagem do corredor e requerem que se calcule os custos financeiros com base na captação líquida.	1º de janeiro de 2013
IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"	O IFRS 9 é a primeira norma emitida como parte de um projeto maior para substituir o IAS 39. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece duas principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A orientação do IAS 39 sobre redução do valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de hedge continua aplicável.	1º de janeiro de 2013
IFRS 10 - "Demonstrações	O objetivo do IFRS 10 é estabelecer princípios para a	1º de janeiro de 2013

Norma	Exigências-chave	Data de vigência
Financeiras Consolidadas"	apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas, quando houver pelo menos uma relação controlada-controladora. Define os princípios e estabelece conceito de controle como base da consolidação. Estabelece como aplicar o princípio de controle para identificar se uma empresa investida deve ser considerada controlada e, portanto, consolidada. Define as exigências na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.	
IFRS 11 - "Acordos Conjuntos"	<p>O IFRS 11 prevê uma abordagem mais realista para acordos conjuntos, com foco maior nos direitos e obrigações de acordo, ao invés de em sua forma jurídica. Os acordos conjuntos são classificados em dois tipos: operações conjuntas e <i>joint ventures</i>.</p> <p>Operações conjuntas são aquelas em que os operadores em conjunto, têm direitos sobre os ativos e obrigações relacionados a esse acordo e, portanto, contabilizam sua parcela dos ativos, passivos, receitas e despesas. <i>Joint ventures</i> existem quando os operadores em conjunto têm direitos sobre o ativo líquido do acordo e, portanto, contabilizam sua participação de acordo com o método de equivalência patrimonial. A consolidação proporcional de <i>joint ventures</i> não é mais permitida.</p>	1º de janeiro de 2013
IFRS 12 - "Divulgações sobre Participações em Outras Entidades"	O IFRS 12 trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações,	1º de janeiro de 2013

Norma	Exigências-chave	Data de vigência
	participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente.	
IFRS 13 - "Mensuração do Valor Justo"	<p>O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS.</p> <p>As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP.</p>	1º de janeiro de 2013
IAS 27 (revisado em 2011) - "Demonstrações Financeiras Separadas"	O IAS 27 (revisado em 2011) inclui outras considerações sobre demonstrações financeiras separadas, além das disposições sobre controle do IAS 27 incluídas no novo IFRS 10.	1º de janeiro de 2013
IAS 28 (revisado em 2011) - "Coligadas e Controladas em Conjunto (<i>Joint Ventures</i>)"	O IAS 28 (revisado em 2011) requer que controladas em conjunto e coligadas sejam avaliadas pelo método de equivalência patrimonial a partir da emissão do IFRS 11.	1º de janeiro de 2013

A Companhia esta avaliando o impacto sobre suas Demonstrações Financeiras, não tendo sido, ainda, editadas normas correspondentes no Brasil.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

3.2. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, inclusive entidades de propósitos específicos. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. As Demonstrações Financeiras das controladas em conjunto (controle compartilhado) são consolidadas proporcionalmente à participação societária detida.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Nas demonstrações contábeis individuais, a Companhia aplica os requisitos da Interpretação Técnica ICPC 09, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição é reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos são mensurados utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis as demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das investidas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas adotadas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas da Companhia são eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas refletem os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, e das operações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, da controladora, de suas controladas diretas e indiretas e de controle compartilhado. As demonstrações financeiras elaboradas em moeda funcional distinta da controladora são convertidas para a moeda de apresentação no Brasil, para fins de equivalência patrimonial e consolidação das demonstrações financeiras, as diferenças na taxa de câmbio são reconhecidas em ajustes acumulados de conversão.

A Companhia adota as seguintes principais práticas de consolidação:

a) Eliminação dos investimentos da investidora nas empresas investidas, em contrapartida à sua participação nos respectivos patrimônios líquidos;

b) Eliminação de saldos a receber e a pagar intercompanhias;

c) Eliminação das receitas e despesas intercompanhias;

d) Destaque da participação dos demais acionistas minoritários no Patrimônio Líquido e na Demonstração do Resultado das empresas investidas consolidadas; e

A companhia utiliza os critérios de consolidação integral e proporcional, conforme descrito no quadro abaixo. A participação é dada sobre o capital total da controlada:

	31/12/2011		31/12/2010	
	Participação		Participação	
Controladas (Consolidação integral)	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Amazonas Energia	100%	-	100%	-
Ceal	100%	-	75%	-
Cepisa	100%	-	99%	-
Ceron	100%	-	100%	-
CGTEE	100%	-	100%	-
Chesf	100%	-	99%	-
Eletoacre	93%	-	93%	-
Eletronorte	99%	-	99%	-
Eletronuclear	100%	-	100%	-
Eletropar	84%	-	82%	-
Eletrosul	100%	-	100%	-
Furnas	100%	-	100%	-
RS Energia	-	100%	-	100%
Porto Velho Transmissora	-	100%	-	49%
Boa Vista Energia	-	100%	-	100%
Estação Transmissora	-	100%	-	49%
Artemis	-	100%	-	49%
Rio Branco Transmissora	-	100%	-	49%
Uirapuru	-	75%	-	75%
	Participação		Participação	
Controladas em Conjunto (Consolidação proporcional)	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Itaipu	50%	-	50%	-
Inambari	29%	49%	29%	49%
Norte Energia	15%	49%	-	-
CHC	50%	-	50%	-
Amazônia Eletronorte	-	49%	-	49%
Baguari	-	31%	-	31%
Brasnorte	-	50%	-	50%
Brasventos Eolo Geradora de Energia	-	25%	-	25%
Brasventos Miassaba 3	-	25%	-	25%
Caldas Novas Transmissão	-	50%	-	50%
Centro Oeste de Minas	-	49%	-	49%
Chapecoense	-	40%	-	40%
Cia de Transm. Centroeste de Minas	-	49%	-	49%
Construtora Integração	-	49%	-	49%

Costa Oeste	-	49%	-	49%
Cerro dos Trindades	-	49%	-	49%
Chui	-	49%	-	49%
Chui I	-	49%	-	49%
Chui II	-	49%	-	49%
Chui IV	-	49%	-	49%
Chui V	-	49%	-	49%
Enerpeixe	-	40%	-	40%
Cerro Chato I	-	90%	-	-
Cerro Chato II	-	90%	-	-
Cerro Chato III	-	90%	-	-
Cerro Chato IV	-	49%	-	49%
Cerro Chato V	-	49%	-	49%
Cerro Chato VI	-	49%	-	49%
Ibirapuitã	-	49%	-	49%
Integração Transmissora	-	49%	-	49%
Interligação Elétrica Garanhuns	-	49%	-	49%
Energia Sustentável do Brasil	-	40%	-	40%
Interligação Elétrica do Madeira	-	49%	-	49%
Empresa de Transm. do Alto Uruguai	-	27%	-	27%
Goiás Transmissão	-	49%	-	49%
Linha Verde Transmissora	-	49%	-	49%
Livramento Holding	-	49%	-	49%
Madeira Energia	-	39%	-	39%
Manaus Construtora	-	20%	-	20%
Manaus Transmissora	-	50%	-	50%
Marumbi	-	20%	-	20%
MGE Transmissão	-	49%	-	-
Minuano I	-	49%	-	49%
Minuano II	-	49%	-	49%
Norte Brasil Transmissora	-	49%	-	49%
Pedra Branca	-	49%	-	-
Rei dos Ventos 3 Geradora	-	25%	-	25%
Retiro Baixo	-	49%	-	49%
São Pedro do Lago	-	49%	-	-
Serra do Facão	-	50%	-	50%
Santa Vitória do Palmar Holding	-	49%	-	49%
Sete Gameleiras	-	49%	-	-
Sistema de Transmissão Nordeste	-	49%	-	49%
Sul Brasileira	-	80%	-	80%
Teles Pires	-	49%	-	49%
Transleste de Transmissão	-	24%	-	24%
Transmissão Delmiro Gouveia	-	49%	-	49%
Transenergia Goiás	-	49%	-	49%
Transenergia Renovável	-	49%	-	49%
Transenergia São Paulo	-	49%	-	49%
Transirapé de Transmissão	-	25%	-	25%
Transudeste	-	25%	-	25%

Verace I	-	49%	-	49%
Verace II	-	49%	-	49%
Verace III	-	49%	-	49%
Verace IV	-	49%	-	49%
Verace V	-	49%	-	49%
Verace VI	-	49%	-	49%
Verace VII	-	49%	-	49%
Verace VIII	-	49%	-	49%
Verace IX	-	49%	-	49%
Verace X	-	49%	-	49%

As demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos e as transações dos fundos exclusivos cujos únicos quotistas são a companhia e suas controladas, composto de títulos públicos, privados e debêntures de empresas com classificação de risco baixo e alta liquidez dos papéis.

Os fundos exclusivos, cujas demonstrações financeiras são regularmente revisadas/auditadas, estão sujeitos às obrigações restritas aos pagamentos de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuídas às operações dos investimentos, inexistindo obrigações financeiras relevantes.

(b) Investimentos em coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre os quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Controladas em conjunto são todas as entidades sobre os quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo. O investimento em coligadas e controladas em conjunto inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

Os investimentos em coligadas são ajustados proporcionalmente a participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada. Quando a parcela da Companhia no prejuízo de uma coligada excede a participação da Companhia naquela coligada (incluindo qualquer participação de longo prazo que, na essência, esteja incluída no investimento líquido da Companhia na coligada), a Companhia deixa de reconhecer a sua participação em prejuízos adicionais. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a Companhia tiver incorrido em obrigações legais ou construtivas ou tiver efetuado pagamentos em nome da coligada.

(c) Participações em empreendimentos em conjunto (*joint venture*).

Uma *joint venture* é um acordo contratual através do qual a Companhia e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as

decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da *joint venture* requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

Quando uma controlada da Companhia exerce diretamente suas atividades por meio de uma *joint venture*, a participação da Companhia nos ativos controlados em conjunto e quaisquer passivos incorridos em conjunto com os demais controladores é reconhecida nas Demonstrações Financeiras da respectiva controlada e classificada de acordo com sua natureza. Os passivos e gastos incorridos diretamente relacionados a participações nos ativos controlados em conjunto são contabilizados pelo regime de competência. Qualquer ganho proveniente da venda ou do uso da participação da Companhia nos rendimentos dos ativos controlados em conjunto e sua participação em quaisquer despesas incorridas pela *joint venture* são reconhecidos quando for provável que os benefícios econômicos associados às transações serão transferidos para a/da Companhia e seu valor puder ser mensurado de forma confiável.

A Companhia apresenta suas participações em entidades controladas em conjunto, nas suas demonstrações financeiras consolidadas, usando o método de consolidação proporcional. As participações da Companhia nos ativos, passivos e resultados das controladas em conjunto são combinadas com os correspondentes itens nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia linha a linha.

3.3 Empresas do grupo com moeda funcional diferente

a) Procedimentos de consolidação proporcional da controlada em conjunto Itaipu Binacional

As Demonstrações Financeiras da controlada em conjunto com Itaipu Binacional são originalmente elaboradas em dólares norte-americanos (moeda funcional). Os ativos e passivos foram convertidos para reais, à taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2011 - US\$ 1.00 - R\$ 1,8758, divulgada pelo Banco Central do Brasil (31 de dezembro de 2010 - US\$ 1.00 - R\$ 1,6662), e as contas de resultado, pela taxa média mensal;

O resultado a compensar de Itaipu Binacional é apresentado como ativo financeiro.

A remuneração sobre o capital (em forma de dividendos estipulados pelo Tratado Binacional Brasil – Paraguai) paga por Itaipu Binacional é registrada como receita na controladora e é eliminada no consolidado; e

Todo o resultado gerado por Itaipu Binacional no consolidado na proporção da participação da Companhia (50%) é eliminado na consolidação em contrapartida a rubrica Resultado a Compensar de Itaipu Binacional.

b) Conversão de moeda estrangeira

(b.1) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (“a moeda funcional”).

A moeda funcional de controlada em conjunto Itaipu Binacional, formada entre o Brasil e o Paraguai é o dólar norte-americano.

A moeda funcional de Sociedade de Propósito Específico que atua em ambiente econômico internacional é geralmente a moeda do país em que a referida SPE possui operações.

As demonstrações do resultado e do fluxo de caixa das investidas que operam com moeda funcional distinta da controladora, são convertidas para reais pela taxa de câmbio média mensal, os ativos e passivos são convertidos pela taxa final e os demais itens de patrimônio líquido são convertidos pela taxa histórica.

As variações cambiais sobre os investimentos com moeda funcional distinta da controladora, são registradas no patrimônio líquido, como ajuste acumulado de conversão, sendo transferidas para o resultado do exercício quando da realização dos investimentos.

(b.2) Transações e saldos

Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada exercício, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

Os ganhos e perdas cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no exercício em que ocorrerem, exceto variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão inclusas no custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, os ativos e passivos das operações da Companhia no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o exercício; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido, sendo atribuídas as participações não controladoras conforme apropriado.

3.4. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

3.5. Clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes (consumidores e revendedores) são compostas por créditos provenientes do fornecimento e suprimento de energia elétrica, incluídos aqueles decorrentes de energia transacionada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, e são reconhecidas inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

As contas a receber são normalmente liquidadas em um período de até 45 dias, motivo pelo qual os valores contábeis representam substancialmente os valores justos nas datas de encerramento contábil.

Inclui ainda o fornecimento de energia ainda não faturado, originado substancialmente da atividade de distribuição e que é mensurado com base em estimativas, tendo como base o histórico de consumo de MW/h.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante (Nota 8).

3.6. Conta de Consumo de Combustível – CCC

Nos termos da Lei 8.631, de 04 de março de 1993, a Companhia administra os valores relativos aos recolhimentos efetuados pelos concessionários do serviço público de energia elétrica, para crédito na Conta de Consumo de Combustíveis – CCC, correspondentes às quotas anuais destinadas aos dispêndios com combustíveis para geração de energia elétrica. Os valores registrados no ativo circulante, em contrapartida ao passivo circulante, correspondem às disponibilidades de recursos, mantidos em conta bancária vinculada, e às quotas não quitadas pelos concessionários. Os valores registrados no ativo são corrigidos pela rentabilidade da aplicação e representam um caixa restrito, não podendo ser utilizado para outros propósitos.

As operações com a CCC não afetam o resultado do exercício da Companhia.

3.7. Cauções e Depósitos Vinculados

Os montantes registrados destinam-se ao atendimento legal e/ou contratual. Estão avaliados pelo custo de aquisição acrescido de juros e correção monetária com base nos dispositivos legais e ajustados por provisão para perda na realização quando aplicável. Tais ativos são considerados como empréstimos e recebíveis, sendo que o resgate dos mesmos encontra-se condicionado a finalização dos processos judiciais a que esses depósitos se encontram vinculados.

3.8. Almoxarifado

Os materiais em almoxarifado, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio das aquisições, que não excede ao custo de reposição ou ao valor líquido de realização.

3.9. Estoque de combustível nuclear

Composto pelo concentrado de urânio em estoque, os serviços correspondentes e os elementos de combustível nuclear utilizados nas usinas termonucleares Angra I e Angra II, e são registrados pelo custo de aquisição.

Na sua etapa inicial de formação, são adquiridos o minério de urânio e os serviços necessários à sua fabricação, classificados contabilmente no ativo não circulante - realizável a longo prazo, apresentado na rubrica Estoque de Combustível Nuclear. Depois de concluído o processo de fabricação, a parcela relativa à previsão do consumo para os 12 meses subsequentes é classificada no ativo circulante.

O consumo dos elementos de combustível nuclear é apropriado ao resultado do exercício de forma proporcional, considerando a energia mensal efetivamente gerada em relação à energia total prevista para cada elemento do combustível. Periodicamente são realizados inventários e avaliações dos elementos de combustível nuclear que passaram pelo processo de geração de energia elétrica e encontram-se armazenados no depósito de combustível usado.

3.10. Imobilizado

A Companhia avaliou que os ativos de geração, incluindo a geração nuclear e determinados ativos de uso corporativo não são qualificáveis como estando no escopo do ICPC 01 – Contratos de Concessão (Nota 3.13), que deste modo estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e pela perda por redução ao valor recuperável acumuladas. São registrados no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A Companhia considera que a vida útil estimada de cada ativo é semelhante às taxas de depreciação determinadas pela ANEEL, as quais são tidas pelo mercado como aceitáveis por expressa adequadamente o tempo de vida útil dos Bens. Adicionalmente, em conexão com o entendimento da Companhia sobre o atual arcabouço regulatório de concessões e com base em parecer de consultor jurídico independente, foi considerada a indenização ao fim da concessão com base no valor residual contábil, sendo esse fator considerado na mensuração do ativo imobilizado (vide detalhes na Nota 15).

Ativos mantidos por meio de arrendamento mercantil financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado do exercício.

3.10.1. Custos de empréstimos

Mensalmente são agregados ao custo de aquisição do imobilizado em formação os juros e quando aplicável, a variação cambial incorrida sobre os empréstimos e financiamentos considerando os seguintes critérios para capitalização:

- a) Período de capitalização ocorre quando o ativo qualificável encontra-se em fase de construção, sendo encerrada a capitalização de juros quando o item encontra-se disponível para utilização;
- b) Os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos e financiamentos vigentes na data da capitalização ou as taxas dos empréstimos específicos;
- c) Os juros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização;
- d) Os juros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil estimada determinados para o item ao qual foram incorporados.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos e financiamentos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos e financiamentos elegíveis para capitalização, quando o efeito é material.

Todos os demais custos com empréstimos e financiamentos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

3.11. Contratos de concessão

A Companhia possui contratos de concessão nos segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, firmados com o poder concedente em nível de governo federal brasileiro, por períodos que variam entre 20 anos e 35 anos, sendo todos os contratos, por segmento, bastante similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente. Os prazos das principais concessões estão descritas na Nota 2.

I – Sistema de Tarifação

- a) O sistema de tarifação da distribuição de energia elétrica é controlado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e tais tarifas são reajustadas anualmente e revisadas a cada período de quatro anos, tendo como base a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, considerando os investimentos prudentes efetuados e a estrutura de custos e despesas da empresa de referência. A cobrança pelos serviços ocorre diretamente aos usuários, tendo como base o volume de energia consumido e a tarifa autorizada.
- b) O sistema de tarifação da transmissão de energia elétrica dos contratos antigos é regulado pela ANEEL e são efetuadas revisões tarifárias periódicas, sendo que

para os novos os contratos de transmissão é estabelecida uma Receita Anual Permitida – RAP, que vigora por todo o prazo de concessão, sendo atualizada anualmente por um índice de inflação e sujeita a revisões periódicas para cobertura de novos investimentos e eventuais aspectos de equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão.

- c) O sistema de tarifação da geração de energia elétrica foi baseado de forma geral, em tarifa regulada até 2004 e após essa data, em conexão com as mudanças na regulamentação do setor foi alterada de base tarifária para um sistema de preços, sendo que as geradoras de energia elétrica podem ter a liberdade de participar em leilões de energia elétrica destinados ao mercado regulado, havendo nesse caso um preço-base, sendo o preço final determinado através de competição entre os participantes do leilão. Adicionalmente as geradoras de energia elétrica podem efetuar contratos bilaterais de venda com os consumidores que se enquadrem na categoria de consumidores livres (definição com base na potência demandada em MW)
- d)

II – Concessões de Transmissão e Distribuição

Os contratos de concessão regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição e de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

1) Distribuição de energia elétrica

- a) O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- b) O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o concessionário tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infra-estrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- c) Ao final da concessão os ativos vinculados à infra-estrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização;

2) Transmissão de energia elétrica

- a) O preço (tarifa) é regulado e denominado Receita Anual Permitida (RAP). A transmissora de energia elétrica não pode negociar preços com usuários. Para alguns contratos, a RAP é fixa e atualizada monetariamente por índice de preços uma vez por ano. Para os demais contratos, a RAP é atualizada monetariamente por índice de preços uma vez ao ano e revisada a cada cinco anos. Geralmente, a RAP de qualquer empresa de transmissão de energia elétrica está sujeita a revisão anual devido ao aumento do ativo e de despesas operacionais decorrentes de modificações, reforços e ampliações de instalações;

b) Os bens são reversíveis no final da concessão, com direito a recebimento de indenização (caixa) do poder concedente, sobre os investimentos ainda não amortizados.

II.1 Aplicação do ICPC 01 (IFRIC 12) – Contratos de Concessão de Serviços, Aplicável aos contratos de concessão público-privados nos quais a entidade pública:

a) Controla ou regula o tipo de serviços que podem ser fornecidos com recurso às infraestruturas subjacentes;

b) Controla ou regula o preço ao qual os serviços são fornecidos;

c) Controla/detém um interesse significativo na infraestrutura no final da concessão.

Uma concessão pública-privada apresenta, tipicamente, as seguintes características:

a) Uma infraestrutura subjacente à concessão a qual é utilizada para prestar serviços;

b) Um acordo/contrato entre o concedente e o operador;

c) O operador presta um conjunto de serviços durante a concessão;

d) O operador recebe uma remuneração ao longo de todo o contrato de concessão, quer diretamente do concedente, quer dos utilizadores da infraestruturas, ou de ambos;

e) As infraestruturas são transferidas para o poder concedente no final da concessão, tipicamente de forma gratuita ou também de forma onerosa.

De acordo com a ICPC 01, as infraestruturas de concessão enquadradas na norma não são reconhecidas pelo concessionário como ativo imobilizado, uma vez que se considera que o operador não controla tais ativos, passando a ser reconhecidas de acordo com um dos seguintes modelos contábeis, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo poder concedente no âmbito do contrato:

1) Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual foi classificado como empréstimos e recebíveis.

2) Modelo do ativo intangível

Este modelo é aplicável quando o concessionário, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização das infraestruturas (risco de crédito e demanda) em relação à concessão e resulta no registro de um ativo intangível.

3) Modelo Misto

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui simultaneamente compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão.

Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia e suas controladas e nos requerimentos da norma, os seguintes ativos são reconhecidos sobre o negócio de distribuição elétrica:

- a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) será classificada como um ativo intangível em virtude de sua recuperação estar sujeita à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infra-estrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- a) Parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia e potência consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e
- b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do poder concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

As concessões de distribuição de energia elétrica da Companhia e suas controladas não são onerosas. Desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

Para a atividade de transmissão de energia elétrica a Receita Anual Permitida -RAP é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários de transmissão de alguns valores específicos; (i) a RAP de todas as transmissoras; (II) os serviços prestados pelo Operador Nacional do Sistema - ONS; e (iii) os encargos regulatórios.

O poder concedente delegou às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, deste modo o risco de crédito é baixo.

Considerando que a Companhia não se encontra exposta a riscos de crédito e demanda e que a receita é auferida com base na disponibilidade da linha de transmissão, toda infraestrutura foi registrada como ativo financeiro.

O ativo financeiro inclui ainda a indenização que será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

No negócio de geração de energia, com exceção de Itaipu e da Amazonas Energia, a ICPC 01 não é aplicável, mantendo a infraestrutura classificada no ativo imobilizado. Contudo, a norma é aplicável à distribuição e transmissão de energia elétrica, e esses negócios se enquadram no modelo misto (bifurcado) e no modelo financeiro, respectivamente.

III. Concessões de Geração

- a) Geração hidráulica e térmica – não aplicável tendo em vista as características de preço e não de tarifa regulada. A única exceção refere-se a geração da Amazonas Energia que é destinada exclusivamente para a operação de distribuição e que possui um mecanismo tarifário específico;
- b) Geração nuclear – Possui um sistema de tarifação definido, porém difere dos demais contratos de geração por ser uma autorização e não uma concessão, não havendo prazo definido para o fim da autorização bem como as características de controle significativo dos bens por parte do poder concedente ao final do período de autorização.
- c) Itaipu Binacional - a infraestrutura foi classificada como estando no escopo ICPC 01 (IFRIC 12) em função dos seguintes fatos específicos.

IV. Itaipu Binacional

- a) Itaipu Binacional é regida por um Tratado Binacional de 1973 em que foram estabelecidas as condições tarifárias, sendo a base de formação da tarifa determinada exclusivamente para cobrir as despesas e o serviço da dívida dessa Companhia;
- b) A base tarifária e os termos de comercialização estarão vigentes até 2023, o que corresponde a parte significativa da vida-útil da planta.

A infraestrutura foi classificada como um ativo financeiro levando-se em consideração os seguintes aspectos:

- c) O fluxo financeiro foi estabelecido de forma preponderante a permitir o pagamento do serviço da dívida, que tem vencimento final em 2023;
- d) A comercialização de energia de Itaipu foi sub-rogada a Companhia porém foi originada de contratos previamente assinados com as distribuidoras em que foram previamente definidas as condições de pagamento.
- e) Através da lei 10.438 de 26 de abril de 2002 foram sub-rogados à Companhia os compromissos de aquisição e repasse às concessionárias de distribuição dos serviços de eletricidade de Itaipu Binacional firmados até então por Furnas e Eletrosul, subsidiárias da Eletrobras, com as concessionárias de distribuição de energia elétrica. Dívidas oriundas de comercialização de energia de Itaipu Binacional foram renegociadas junto à Companhia dando origem a contratos de financiamento. Tais contratos foram inicialmente registrado a valor justo, e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos.
- f) Os termos do tratado garantem o reembolso a Companhia mesmo nos casos de falta de capacidade de geração de energia ou problemas operacionais com a planta.

V. Ativo financeiro – Concessões de Serviço Público

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (ou de quem o poder concedente tenha outorgado) quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados pelas distribuidoras e transmissoras de energia elétrica e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base na parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão. Os ativos de distribuição de energia elétrica são remunerados com base na remuneração WACC regulatório, sendo esse fator incluído na base tarifária e os de transmissão são remunerados com base na taxa interna de retorno do empreendimento.

Estas contas a receber são classificadas entre circulante e não circulante considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

3.12. Intangível

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de distribuição de energia elétrica (para a geração a infraestrutura da Amazonas Energia que possui vínculo exclusivo com a atividade de distribuição dessa mesma Companhia também é classificado como intangível). O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizados pela Companhia e o valor do ativo financeiro referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização.

O ativo é apresentado líquido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia. A amortização é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

A Companhia efetua anualmente o teste de recuperabilidade dos seus ativos utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos (vide Nota 18).

Os ativos intangíveis compreendem basicamente os direitos de uso da concessão, mas incluem, também, ágio na aquisição de investimentos e gastos específicos associados à

aquisição de direitos, acrescidos dos respectivos custos de implantação, quando aplicável.

Ativos intangíveis, com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

3.12.1. Concessões Onerosas

A Companhia e algumas controladas possuem contratos de concessão onerosa com a União para a utilização do bem público para a geração de energia elétrica em determinadas usinas.

Os valores identificados nos contratos estão a preços futuros e, portanto, a Companhia e essas controladas ajustaram a valor presente esses contratos com base na taxa de desconto apurada na data da obrigação.

A atualização da obrigação em função da taxa de desconto e da variação monetária está sendo capitalizada no ativo durante a construção das Usinas e será, a partir da data da entrada em operação comercial, reconhecida diretamente no resultado.

Esses ativos estão registrados no ativo intangível em contrapartida do passivo não circulante.

3.12.2 Gastos com Estudos e Projetos

Os gastos efetuados com estudos e projetos, inclusive de viabilidade e inventários de aproveitamento hidroelétricos e de linhas de transmissão, são reconhecidos como despesa operacional quando incorridos até que se tenha a comprovação efetiva da viabilidade econômica de sua exploração ou a outorga da concessão ou autorização. A partir da concessão e/ou autorização para exploração do serviço público de energia elétrica ou, da comprovação da viabilidade econômica do projeto, os gastos incorridos passam a ser capitalizados como custo do desenvolvimento do projeto. Atualmente a Companhia não possui valores capitalizados referentes a gastos com estudos e projetos.

3.13. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, excluindo o ágio

Ao fim de cada exercício, a Companhia avalia se há alguma indicação de que seus ativos não financeiros sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Em função do histórico de prejuízos operacionais das empresas de distribuição da Eletrobras, a Companhia efetua anualmente o teste de recuperabilidade utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos resultando um valor inferior àquele registrado contabilmente para algumas distribuidoras (vide nota explicativa 18). Adicionalmente, considerando o fato do valor patrimonial da companhia ser superior ao valor de mercado, para as demais unidades de negócio também anualmente é efetuado o teste de recuperabilidade através do fluxo de caixa descontado.

3.14. Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se aplicável.

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

Considerando que as operações de investimento da Companhia estão atreladas a operações que possuem contratos de concessão, o ágio decorrente da aquisição de tais entidades representa o direito de concessão com vida útil definida, sendo reconhecido como ativo intangível da concessão, e a amortização efetuada de acordo com o prazo de concessão.

3.15. Combinações de negócios

As combinações de negócios ocorridas até 31 de dezembro de 2008 foram contabilizadas de acordo com a instrução CVM 247/1996. Os ágios e deságios apurados

nas aquisições de participações de acionistas não controladores após 01 de janeiro de 2009 são alocados integralmente ao contrato de concessão e reconhecidos no ativo intangível.

3.16. Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos e a opção de apuração dos impostos sobre o resultado da Companhia é pelo método do lucro real

3.16.1. Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social (IRPJ e CSLL) está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa da Companhia com base nas alíquotas vigentes ao final do exercício.

3.16.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em Outros Resultados Abrangentes, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em Outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

3.17. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade da Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

3.17.1. Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação com o propósito de venda no curto prazo ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro, sendo incluídos na rubrica outras receitas e de despesas financeiras, na demonstração do resultado.

(b) Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

(c) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive contas a receber de clientes e outras, caixa e equivalentes de caixa, e outros) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva.

(d) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como disponíveis para venda, ou não, são classificados como:

- 1) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado,
- 2) investimentos mantidos até o vencimento, ou
- 3) empréstimos e recebíveis, os quais são inicialmente registrados pelo seu valor de aquisição, que é o valor justo do preço pago, incluindo as despesas de transação. Após o reconhecimento inicial, são reavaliados pelos valores justos por referência ao seu valor de mercado, sem qualquer dedução relativa a custo de transação que possa ocorrer até a sua venda.

3.17.2. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

No caso de investimentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo (medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado) será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Perdas por *impairment* reconhecidas na demonstração do resultado em instrumentos patrimoniais não são revertidas por meio da demonstração consolidada do resultado. Se, em um período subsequente, o valor justo de um instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecido no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado.

3.17.3. Baixa de ativos financeiros

A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou são transferidos juntamente com os riscos e benefícios da propriedade. Se a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida.

Na baixa de um ativo financeiro, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber e o ganho ou a perda acumulado que foi

reconhecido em Outros resultados abrangentes e acumulado no patrimônio é reconhecida no resultado.

3.17.4. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou empréstimos e financiamentos.

(a) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação no curto prazo ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado.

(b) Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.17.5. Contratos de garantia financeira

Contrato de garantia financeira consiste em contrato que requer que o emitente efetue pagamentos especificados a fim de reembolsar o detentor por perda que incorrer devido ao fato de o devedor especificado não efetuar o pagamento na data prevista, de acordo com as condições iniciais ou alteradas de instrumento de dívida.

Garantias financeiras são inicialmente reconhecidas nas demonstrações Financeiras pelo valor justo na data de emissão da garantia. Subsequentemente as obrigações em relação a garantias são mensuradas pelo maior valor inicial menos a amortização das taxas reconhecidas, e melhor estimativa do valor requerido para liquidar a garantia.

Essas estimativas são definidas com base na experiência de transações similares e no histórico de perdas passadas junto com o julgamento da administração da Companhia. As taxas recebidas são reconhecidas com base no método linear ao longo da vida da garantia. Qualquer aumento de obrigações em relação as garantias são apresentadas quando ocorridas nas despesas operacionais (vide nota 21).

3.17.6. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo, swaps de taxa de juros e de moedas. A Nota 42 inclui informações mais detalhadas

sobre os instrumentos financeiros derivativos. Determinadas controladas em conjunto contrataram operações de derivativos, sendo que em alguns casos foi aplicado a política de *hedge accounting*.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de *hedge*; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de *hedge*.

3.17.7. Derivativos embutidos

Os derivativos embutidos em contratos principais não derivativos são tratados como um derivativo separadamente quando seus riscos e suas características não forem estreitamente relacionados aos dos contratos principais e estes não forem mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

3.17.8. Contabilização de *hedge*

A Companhia possui política de contabilização de *hedge*, porém, atualmente com exceção das operações de determinadas SPEs, não possui transações classificadas como tal. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *hedge*. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*.

Para os fins de contabilidade de *hedge*, a Companhia utiliza as seguintes classificações:

(a) *hedges* de valor justo

Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas no resultado com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de *hedge* atribuíveis ao risco protegido. As mudanças no valor justo dos instrumentos de *hedge* e no item objeto de *hedge* atribuível ao risco de *hedge* são reconhecidas na demonstração do resultado.

(b) *hedges* de fluxo de caixa

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes. Os ganhos ou as perdas relacionados à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio são reclassificados para o resultado no exercício em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado.

3.18. Benefícios pós-emprego

3.18.1. Obrigações de aposentadoria

A Companhia e suas controladas operam vários planos de pensão, os quais são geralmente financiados por pagamentos a seguradoras ou fundos fiduciários determinados por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui planos de benefício definido e, também, de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com os serviços dos empregados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida, visto que em tais planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no Balanço Patrimonial com relação aos planos de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível. A Companhia adota a prática de reconhecer integralmente os ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes.

3.18.2 Outras obrigações pós-emprego

Algumas empresas da Companhia oferecem benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados, além de seguro de vida para ativos e inativos. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que é usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes no período esperado de serviço remanescente dos funcionários. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

3.18.3 Participação nos lucros ou resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação dos empregados e administradores nos lucros ou resultados com base no lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (obrigação construtiva).

3.19. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

3.19.1. Provisão para desmobilização de ativos

Conforme previsto nos pronunciamentos CPC 25 e IAS 37, é constituída provisão ao longo do tempo de vida útil econômica de usinas termoeletricas, com o objetivo de alocar ao respectivo período de operação os custos a serem incorridos com sua desativação técnico-operacional, ao término da sua vida útil, estimada em quarenta anos.

Os valores são apropriados ao resultado do exercício a valor presente, com base em quotas anuais fixadas em dólares norte americanos, a razão de 1/40 dos gastos estimados, registrados imediatamente e convertidos pela taxa de câmbio do final de cada período de competência. (vide Nota 31).

3.19.2. Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais

As provisões para contingências judiciais são constituídas sempre que a perda for avaliada como provável, que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais.

3.19.3. Contratos onerosos

Obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato.

3.20. Adiantamento para futuro aumento de capital

Adiantamentos de recursos recebidos do acionista controlador e destinados a aporte de capital, são concedidos em caráter irrevogável. São classificados como passivo não circulante e reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente atualizados pela taxa SELIC.

3.21. Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando a Companhia compra suas próprias ações (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do capital atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no capital atribuível aos acionistas da Companhia.

3.22. Juros sobre o capital próprio e dividendos

O JCP é imputado aos dividendos do exercício, sendo calculado tendo como limite uma porcentagem sobre o patrimônio líquido, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP estabelecida pelo Governo Brasileiro, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% das reservas de lucro, antes de incluir o lucro do próprio exercício, o que for maior.

O valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido em Lei ou outro instrumento legal, ainda não aprovado em Assembleia Geral, são apresentados no Patrimônio Líquido, em conta específica denominada dividendos adicionais propostos.

3.23. Outros resultados abrangentes

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa que não são reconhecidos na demonstração do resultado. Os componentes dos outros resultados abrangentes incluem:

- Ganhos e perdas atuariais em planos de pensão com benefício definido;
- Ganhos e perdas derivados de conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior;

- Ajuste de avaliação patrimonial relativo aos ganhos e perdas na remensuração de ativos financeiros disponíveis para venda; e
- Ajuste de avaliação patrimonial relativo à efetiva parcela de ganhos ou perdas de instrumentos de *hedge* em *hedge* de fluxo de caixa.

3.24. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções concedidos ao comprador e outras deduções similares.

3.24.1. Venda de energia e serviços

a) Geração e Distribuição

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre a mesma. A receita de venda de energia e serviços é reconhecida quando é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia; o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; os riscos e os benefícios relacionados à venda foram transferidos para o comprador; os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação pode ser mensurados com confiabilidade; e a Companhia não detém mais o controle e a responsabilidade sobre a energia vendida. Inclui também a receita de construção vinculada ao segmento de distribuição de energia elétrica e de parte da geração abrangida no escopo do ICPC 01/IFRIC 12.

b) Transmissão

- 1) Receita financeira decorrente da remuneração do ativo financeiro até o final do período da concessão auferida de modo pró-rata e que leva em consideração a taxa média de retorno dos investimentos.
- 2) Receita para cobertura dos gastos de operação e manutenção com base no custo incorrido.
- 3) Receita de construção para as expansões que gerem receita adicional. Considerando que esses serviços são realizados por terceiros a Companhia não apura margem de construção.

3.24.2. Receita de dividendos e juros

A receita de dividendos proveniente de investimentos em controladas e coligadas é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido e desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

3.25. Arrendamento

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os demais contratos de arrendamento são classificados como operacionais.

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

Os ativos adquiridos através de contrato de arrendamento financeiro são depreciados com base na vida útil dos ativos.

3.26. Subvenções governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os exercícios nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar. As subvenções governamentais recebíveis como compensação por despesas já incorridas com a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato à Companhia, sem custos futuros correspondentes, são reconhecidas no resultado do período em que forem recebidas e apropriadas à reserva de lucros e não são destinadas a distribuição de dividendos.

3.27. Paradas programadas

Os custos incorridos antes e durante as paradas programadas de usinas e linhas de transmissão são apropriados ao resultado no período em que forem incorridos.

3.28. Apuração do resultado do exercício

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência dos exercícios.

3.29. Lucro básico e lucro diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações em circulação (total de ações menos as ações em tesouraria). O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas, de acordo com o CPC 41 (IAS 33).

3.30. Apresentação de relatórios por segmentos de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos relatórios operacionais são fornecidos para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho

dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia, que adota os seguintes segmentos:

- (I) Geração;
- (II) Transmissão;
- (III) Distribuição; e
- (IV) Administração.

Os resultados decorrentes das atividades de Comercialização são apresentados juntamente com a segmento de geração.

3.31. Demonstração do valor adicionado - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

NOTA 4 – ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Estimativas contábeis são aquelas decorrentes da aplicação de julgamentos subjetivos e complexos, por parte da Administração da Companhia e de suas controladas, frequentemente como decorrentes da necessidade de reconhecer impactos importantes para demonstrar adequadamente a posição patrimonial e de resultado das entidades. As estimativas contábeis tornam-se críticas à medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a condição futura dessas incertezas, tornando os julgamentos ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das presentes Demonstrações Financeiras da Companhia e de suas controladas a Administração adotou estimativas e premissas baseada na experiência histórica e outros fatores que entendem como razoáveis e relevantes para a sua adequada apresentação. Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da Companhia e de suas controladas, a materialização sobre o valor contábil de ativos e passivos e de resultado das operações são inerentemente incertos, por decorrer do uso de julgamento.

No que se refere às estimativas contábeis avaliadas como sendo as mais críticas, a Administração da Companhia e de suas controladas formam seus julgamentos sobre eventos futuros, variáveis e premissas, como a seguir:

I) Ativo Fiscal Diferido – o método para apuração e contabilização do IRPJ e CSLL passivos é aplicado para determinação do IRPJ e CSLL diferidos gerados por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais e para compensação com prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL acumulados. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados e reconhecidos utilizando-se as alíquotas aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior

ou menor que as estimativas consideradas pela administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido (vide nota 10).

II) Provisão para redução do valor recuperável de ativos de longa duração – A Administração da Companhia e de suas controladas adotam variáveis e premissas em teste de determinação de recuperação de ativos de longa duração para determinação do valor recuperável de ativos e reconhecimento de *impairment*, quando necessário. Nesta prática são aplicados julgamentos baseados na experiência histórica na gestão do ativo, conjunto de ativos ou unidade geradora de caixa que podem eventualmente não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada, que representa as práticas determinadas pela ANEEL aplicáveis sobre os ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens, em vigor. Também impactam na determinação das variáveis e premissas utilizadas pela Administração na determinação dos fluxos de caixa futuro descontados, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos inerentemente incertos. Dentre estes eventos destacam-se a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica, taxa de crescimento da atividade econômica no país, disponibilidade de recursos hídricos, além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica detidas pelas empresas controladas da Companhia, em especial quanto ao valor de sua reversão ao final do prazo de concessão. Neste ponto, foi adotada pela Administração a premissa de indenização contratualmente prevista, quando aplicável, pelo valor contábil residual existente ao final do prazo das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica (vide nota 18).

III) Provisão para desmobilização de ativos - A Companhia reconhece provisão para obrigações com a desativação de ativos relativos às suas usinas termoeletricas. Para determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo esperado para a desativação e remoção de toda a usina do local e à época esperada dos referidos custos (vide nota 31).

IV) Base de determinação de indenização pelo poder concedente sobre concessões de serviço público - A Companhia adota a premissa de que os bens são reversíveis no final os contratos de concessão, com direito de recebimento integral de indenização do poder concedente sobre os investimentos ainda não amortizados. Existe discussão de interpretação legal e regulatória sobre a base de determinação do valor indenizável, havendo diferentes interpretações. Com base nas disposições contratuais e nas interpretações dos aspectos legais e regulatórios, a Companhia baseada em parecer de consultor jurídico independente adotou a premissa de que será indenizada pelo valor residual contábil ao final da concessão. Essa determinação impactou a base de formação dos ativos de geração que possuem cláusula de indenização prevista nos contratos e das operações de transmissão e distribuição de energia elétrica que foram classificadas no escopo da ICPC-01/IFRIC-12 (vide nota 16).

V) Obrigações atuariais - As obrigações atuariais são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes e os resultados reais futuros das estimativas contábeis utilizadas nestas demonstrações financeiras podem ser distintos,

sob variáveis, premissas e condições diferentes daquelas existentes e utilizadas à época do julgamento efetuado para estabelecimento das premissas (vide nota 29).

VI) Vida útil dos bens do imobilizado - A administração da Eletrobrás e suas controladas utilizam os critérios definidos na resolução ANEEL 367, de 02 de junho de 2009, na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, por entender que elas representam adequadamente a referida vida útil (vide nota 115).

NOTA 5 – CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E CAIXA RESTRITO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
I - Caixa e Equivalente de Caixa:				
Caixa e Bancos	1.819	-	389.191	762.332
Aplicações Financeiras	1.394.910	5.598.702	4.570.596	8.457.837
	<u>1.396.729</u>	<u>5.598.702</u>	<u>4.959.787</u>	<u>9.220.169</u>
II - Caixa Restrito:				
Recursos da CCC	2.194.946	1.287.256	2.194.946	1.287.255
Comercialização - Itaipu	176.940	13.175	176.940	13.175
Comercialização - PROINFA	662.751	757.787	662.752	757.788
	<u>3.034.638</u>	<u>2.058.218</u>	<u>3.034.638</u>	<u>2.058.218</u>
	<u>4.431.367</u>	<u>7.656.920</u>	<u>7.994.425</u>	<u>11.278.387</u>

As disponibilidades financeiras são mantidas no Banco do Brasil S.A., nos termos da legislação específica para as Sociedades de Economia Mista sob controle do Governo Federal, emanada do Decreto-Lei 1.290, de 03 de dezembro de 1973, com as alterações decorrentes da Resolução 2.917, de 19 de dezembro de 2001, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu novos mecanismos para as aplicações das empresas integrantes da Administração Federal Indireta.

As aplicações financeiras, de liquidez imediata, encontram-se em fundos de investimento financeiro - extramercado, que têm como meta a rentabilidade em função da taxa média da SELIC.

NOTA 6 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A Companhia e suas controladas classificam os títulos de longo prazo como mantidos até o vencimento e apesar dos vencimentos serem de longo prazo a Companhia possui programa de investimento de curto prazo que indica a necessidade de utilização desses recursos antes do vencimento classificando esses ativos como circulante.

Os títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento estão registrados pelo custo de aquisição, acrescido por juros e atualização monetária, com impactos no resultado, e sua classificação em circulante e não circulante considera o fato dos títulos classificados no curto prazo serem mantidos para negociação ativa e freqüente, possuindo liquidez imediata e intenção de aplicação no plano de investimentos da Companhia.

Em relação às partes beneficiárias, é feito o ajuste a valor presente.

Os títulos CFT-E1 e os certificados de investimentos decorrentes de incentivos fiscais FINOR e FINAN, estão ajustados por provisões para perdas na sua realização, e portanto, apresentados líquidos:

O detalhamento dos títulos e valores mobiliário se dá como se segue:

CONTROLADORA

CIRCULANTE					
Titulos	Agente Financeiro Custodiante	Vencimento	Indexador	31/12/2011	31/12/2010
LFT	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	7.549.911	5.325.193
LTN	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	429.992	420.233
NTN- B	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	69.762	51.616
NTN- F	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	19.751	14.912
CFT-E1	Banco do Brasil	01/08/12	IGP-M	263.450	-
NTN-P: 741536	Banco do Brasil	01/03/12	TR	86.583	-
NTN-P: 741566	Banco do Brasil	01/06/12	TR	62.708	-
NTN-P: 741806	Banco do Brasil	26/02/12	TR	17.032	-
NTN-P: 741806	Banco do Brasil	09/07/12	TR	30	-
OUTROS				(41)	(187)
				8.499.178	5.811.767

NÃO CIRCULANTE					
Titulos	Agente Financeiro Custodiante	Vencimento	Indexador	31/12/2011	31/12/2010
CFT-E1	Banco do Brasil	01/08/12	IGP-M	-	248.950
NTN-P: 741536	Banco do Brasil	01/03/12	TR	-	80.733
NTN-P: 741566	Banco do Brasil	01/06/12	TR	-	58.471
NTN-P: 741806	Banco do Brasil	26/02/12	TR	-	15.865
NTN-P: 741806	Banco do Brasil	09/07/12	TR	-	28
FINOR/FINAM				3.064	3.565
RENDIMENTOS DE PARCERIAS				163.740	158.884
PARTES BENEFICIÁRIAS				212.419	194.761
OUTROS				484	493
				379.707	761.750

CONSOLIDADO

CIRCULANTE					
Titulos	Agente Financeiro Custodiante	Vencimento	Indexador	31/12/2011	31/12/2010
LFT	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	9.751.563	6.281.655
LTN	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	563.120	426.077
NTN- B	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	69.762	51.616
NTN- F	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pre-fixado	19.751	14.912
CFT- E1	Banco do Brasil	01/08/12	IGP-M	263.450	-
NTN-P: 741536	Banco do Brasil	01/03/12	TR	86.583	-
NTN-P: 741566	Banco do Brasil	01/06/12	TR	62.708	-
NTN-P: 741806	Banco do Brasil	26/02/12	TR	17.032	-
OUTROS				418.535	(187)
				11.252.504	6.774.073

NÃO CIRCULANTE					
Titulos	Agente Financeiro	Vencimento	Indexador	31/12/2011	31/12/2010
CFT- E1	Banco do Brasil	01/08/12	IGP-M	-	248.950
NTN- P	Banco do Brasil	28/12/15	TR	332	318
NTN- P	Banco do Brasil	09/07/14	TR	178	170
NTN- P	Banco do Brasil	09/07/12	TR	-	358
NTN-P: 741806	Banco do Brasil	09/07/12	TR	-	744
NTN-P: 741806	Banco do Brasil	09/07/12	TR	-	610
NTN-P: 740100	Banco do Brasil	01/01/25	TR	41	38
NTN-P: 740100	Banco do Brasil	01/01/24	TR	7	7
NTN-P: 740100	Banco do Brasil	01/01/21	TR	-	1
NTN-P: 740100	Banco do Brasil	01/01/20	TR	-	1
NTN-P: 740100	Banco do Brasil	28/12/15	TR	-	772
NTN-P: 741536	Banco do Brasil	21/03/18	TR	2	2
NTN-P: 741536	Banco do Brasil	01/03/12	TR	-	80.733
NTN-P: 741566	Banco do Brasil	28/12/15	TR	92	126
NTN-P: 741566	Banco do Brasil	01/06/12	TR	-	58.471
NTN-P: 741806	Banco do Brasil	16/06/15	TR	-	27
NTN-P: 741806	Banco do Brasil	22/07/13	TR	-	3
NTN-P: 741806	Banco do Brasil	09/07/12	TR	-	28
NTN-P: 741806	Banco do Brasil	26/02/12	TR	-	15.865
NTN-P: 741806	Banco do Brasil	28/12/04	TR	3	3
NTN-P: 760199	Banco do Brasil	15/05/17	TR	127	116
FINOR/FINAM				3.064	3.565
PARTES BENEFICIÁRIAS				163.740	158.884
RENDIMENTOS DE PARCERIAS				212.419	194.761
OUTROS				18.353	5.352
				398.358	769.905

a) CFT- E1 - Títulos públicos com remuneração equivalente à variação do IGP-M, sem juros, com data de resgate fixada em de agosto de 2012. A controladora mantém provisão para ajuste a valor de mercado na data base de 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$ 99.129 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 93.673), apurada com base em deságios praticados no mercado de capitais, apresentada como redutora do respectivo ativo.

b) NTN-P - Títulos públicos recebidos em pagamento por alienação de investimentos societários no âmbito do Programa Nacional de Desestatização - PND. Estes títulos possuem remuneração equivalente à variação da Taxa Referencial - TR, divulgada pelo Banco Central do Brasil, com juros de 6% a.a. incidentes sobre o valor atualizado com data de resgate fixada a partir de fevereiro de 2012.

c) RENDIMENTOS DE PARCERIAS - Referem-se aos rendimentos decorrentes dos investimentos em regime de parcerias, correspondente a uma remuneração média equivalente à variação do IGP-M acrescido de juros de 12% a 13% a.a. sobre o capital aportado, como demonstrado a seguir:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2011	31/12/2010
EATE	-	23.214
Tangará	117.770	96.782
Guascor	45.970	38.187
Outras	-	701
	<u>163.740</u>	<u>158.884</u>

d) PARTES BENEFICIÁRIAS - Títulos adquiridos em decorrência da reestruturação do investimento da Companhia na controlada INVESTCO S.A. Estes ativos garantem rendimentos anuais equivalentes a 10% do lucro das empresas citadas abaixo, pagos juntamente com os dividendos, e serão resgatados no vencimento previsto para outubro de 2032, mediante sua conversão em ações preferenciais do capital social das referidas empresas, conforme a seguir demonstrado:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2011	31/12/2010
Lajeado Energia	451.375	451.375
Paulista Lajeado	49.975	49.975
Ceb Lajeado	151.225	151.225
Valor de face	652.575	652.575
Ajuste a valor presente	(440.156)	(457.815)
Valor justo	<u>212.419</u>	<u>194.760</u>

e) Finor/Finan - Referem-se substancialmente a certificados de investimentos decorrentes de incentivos fiscais destinados à projetos nas áreas de atuação das controladas Chesf e Eletronorte. A Companhia mantém provisão para perdas na sua realização, constituída com base em valor de mercado, no montante de R\$ 292.456 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 291.772), sendo apresentada como redutora do respectivo ativo.

NOTA 7 – CLIENTES

	CONSOLIDADO				
	31/12/2011			31/12/2010	
	A vencer	Vencidos até 90 dias	+ de 90 dias	Total	Total
CIRCULANTE					
AES ELETROPAULO	104.400	-	-	104.400	117.182
AES SUL	12.974	-	37	13.011	28.064
AMPLA	41.908	-	-	41.908	42.731
ANDE	52.115	-	-	52.115	42.224
EBE	25.574	-	46	25.620	15.147
CEA	16.383	33.541	1.043.717	1.093.641	926.366
CEB	14.913	-	12	14.925	11.650
CEEE-D	37.325	-	41	37.366	37.890
CELESC	37.422	-	-	37.422	50.436
CELG	43.575	-	55.393	98.968	95.964
CELPA	46.032	24.887	9.845	80.764	47.125
CELPE	39.465	438	-	39.903	44.451
CEMAR	32.021	-	-	32.021	32.427
CEMIG	78.205	17.401	17.475	113.081	85.137
CESP	3.524	-	-	3.524	2.799
COELCE	34.437	-	-	34.437	31.451
COELBA	72.858	-	-	72.858	77.398
COPEL	102.247	-	-	102.247	101.704
CPFL	64.826	-	-	64.826	19.400
ELEKTRO	52.614	-	-	52.614	55.185
ENERSUL	20.534	-	-	20.534	14.587
ESCELSA	26.395	-	-	26.395	27.298
LIGHT	89.994	-	-	89.994	84.798
PIRATININGA	8.538	-	-	8.538	3.379
RGE	7.698	-	-	7.698	3.907
Comercialização CCEE	136.433	1.577	295.430	433.440	568.950
Uso da Rede Elétrica	508.667	4.993	94.755	608.415	468.639
PROINFA	405.305	21.760	152.363	579.428	428.629
Consumidores	450.660	247.182	474.632	1.172.474	1.027.149
Poder público	82.923	50.281	332.131	465.335	454.334
Rolagem da dívida dos Estados	-	-	187.625	187.625	128.635
(-) PCLD	(16.383)	(33.541)	(2.373.095)	(2.423.019)	(2.130.896)
Outros	511.772	2.871	544.803	1.059.516	835.790
	<u>3.145.354</u>	<u>371.390</u>	<u>835.210</u>	<u>4.352.024</u>	<u>3.779.930</u>
NÃO CIRCULANTE					
Celg	66.368	-	-	66.368	141.037
Rolagem da dívida dos Estados	1.005.383	-	-	1.005.383	1.096.291
Outros	-	-	407.243	407.243	468.964
	<u>1.071.751</u>	<u>-</u>	<u>407.243</u>	<u>1.478.994</u>	<u>1.706.292</u>
	<u>4.217.105</u>	<u>371.390</u>	<u>1.242.452</u>	<u>5.831.018</u>	<u>5.486.222</u>

I - Comercialização de energia elétrica - PROINFA

As operações de comercialização de energia elétrica no âmbito do PROINFA geraram um resultado líquido negativo no exercício de 2011 de R\$ 128.681 (31 de dezembro de 2010 – positivo em R\$ 97.787), não produzindo efeito no resultado líquido do exercício da Companhia, sendo este valor incluído na rubrica Obrigações de Ressarcimento. No saldo de consumidores revendedores está registrado o valor de R\$ 579.428 do Proinfa referente a Controladora.

II - Operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os valores relativos às operações praticadas no âmbito da CCEE são registrados com base nas informações disponibilizadas pela Câmara.

A controlada Furnas mantém registrados créditos no montante de R\$ 293.560, relativos à comercialização de energia no âmbito do extinto MAE, referentes ao período de setembro de 2000 a setembro de 2002, cuja liquidação financeira está suspensa em função da concessão de liminares em ações judiciais propostas por concessionárias de distribuição de energia elétrica, contra a ANEEL e o MAE, hoje CCEE. Dada à incerteza de sua realização, a controlada Furnas mantém Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, em valor equivalente à totalidade do crédito, constituída em 2007.

De acordo com as normas estabelecidas no Acordo Geral do Setor Elétrico, a resolução dessas pendências implicaria em uma nova apuração, que seria objeto de liquidação entre as partes sem a interveniência da CCEE. Nesse sentido, é intenção da Administração manter negociações, com a participação da ANEEL e CCEE, visando o equacionamento dos créditos, de forma a viabilizar uma solução negociada para a sua liquidação.

III – Créditos Renegociados

Os créditos renegociados formalizam-se por contratos de parcelamentos de débitos acumulados pelos devedores, preveem juros e atualizações monetárias, com prazos fixados para a amortização do principal e dos encargos, e são considerados recuperáveis pela Administração da Companhia, onde cabe destaque os saldos provenientes das operações com a CELG no montante de R\$ 165.336 (R\$ 237.001 em 31 de dezembro de 2010) e a rolagem da dívida com os estados no montante de R\$ 1.193.008 (R\$ 672.678 em 31 de dezembro de 2010).

IV - Rolagem da dívida dos Estados

Mediante o Instrumento Particular de Confissão de Dívidas e Outras Avenças, firmado em 12 de dezembro de 2003 entre a controlada FURNAS e Celg, no montante de R\$ 378.938 mil, tendo como interveniente e anuente o Banco do Brasil S.A., a Celg reconheceu um débito referente ao faturamento de energia própria, sendo estabelecidas as seguintes cláusulas financeiras para liquidação dos compromissos:

- (i) O prazo estimado de pagamento é de 216 meses, sendo o saldo devedor corrigido mensalmente pelo IGP-M, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, acrescido de juros pro rata die à taxa de 1% a.m.
- (ii) Os pagamentos mensais são liquidados mediante o produto da cobrança da tarifa de distribuição de energia elétrica no valor equivalente a 2,56% do faturamento bruto mensal disponibilizado pela Celg. A fim de assegurar esses pagamentos, foi criada uma conta vinculada no banco interveniente, de movimentação exclusiva para esse contrato, na qual a Celg autoriza, em caráter irrevogável e irretroatável, a transferência destes valores mensais a controlada FURNAS.

A controlada Eletrosul detém créditos à União, atualizados pelo IGP-M e acrescidos de juros de 12,68 % a.a., no montante de R\$ 607.391, em 31 de dezembro de 2011 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 672.678), sendo R\$ 479.752 no ativo não circulante (31 de dezembro de 2010 - R\$ 544.043) decorrentes da assunção dos haveres que a Companhia possuía nas concessionárias estaduais de energia elétrica. Sob a égide da Lei nº 8.727/93, a União assumiu, refinanciou e reescalou a dívida em 240 parcelas, vencíveis a partir de abril de 1994. Vencido o prazo de 20 anos e remanescendo saldo

a pagar, uma vez que a União repassa somente os recursos recebidos dos estados que, por sua vez, estão limitados por lei em níveis de comprometimento de receitas, o parcelamento será estendido por mais 120 meses.

V - Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD

As Controladas constituem e mantém provisões, adotando os critérios das normas da ANEEL, a partir de análise dos valores constantes das contas a receber vencidos e do histórico de perdas, cujo montante é considerado pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. O saldo é composto como segue:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
CLIENTES		
Consumidores e Revendedores	1.093.641	912.041
Créditos Renegociados	130.347	20.356
Outros Créditos	135.914	188.859
Outros Consumidores e Revendedores	769.557	716.080
CCEE - Energia de Curto Prazo	293.560	293.560
	<u>2.423.019</u>	<u>2.130.896</u>

As movimentações na PCLD de contas de clientes de energia elétrica no consolidado são as seguintes:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>2.130.896</u>
(+) Constituição	<u>511.356</u>
(-) Reversão	<u>(219.233)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>2.423.019</u>

A constituição e a reversão da PCLD foram registradas no resultado do exercício como Provisões Operacionais (Nota 41). Os valores reconhecidos como PCLD são reconhecidos como perda definitiva quando não há mais expectativa de recuperação dos recursos. A reversão ocorrida no exercício, refere-se basicamente ao programa de parcelamento junto às prefeituras e órgãos públicos pelas empresas de distribuição.

Para fins fiscais, o excesso de provisão constituída, em relação ao disposto na Lei 9.430/1996, está sendo adicionado a apuração do Lucro Real, para efeito de apuração do IRPJ devido e, também, à base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

NOTA 8 - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

	31/12/2011							
	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL NÃO		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL NÃO	
	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	CIRCULANTE	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	CIRCULANTE
Controladas e Controlada em conjunto								
FURNAS	6,78	18.074	168.250	2.958.897	-	-	-	-
CHESF	6,95	-	21.276	121.729	-	-	-	-
ELETROSUL	6,84	5.465	58.861	918.555	-	-	-	-
ELETRONORTE	7,34	11.724	273.752	3.783.553	-	-	-	-
ELETRONUCLEAR	6,60	3.381	85.882	1.089.087	-	-	-	-
CGTEE	11,55	1.577	157.144	841.793	-	-	-	-
CEAL	8,70	2.006	105.295	204.011	-	-	-	-
CERON	6,65	662	20.916	94.926	-	-	-	-
CEPISA	8,05	3.161	85.423	375.314	-	-	-	-
ELETROACRE	11,97	1.071	32.944	73.528	-	-	-	-
AMAZONAS	7,82	3.734	170.465	448.894	-	-	-	-
ITAIPU	7,45	-	1.080.499	10.684.686	7,45	-	540.249	5.342.343
		50.855	2.260.707	21.594.973		-	540.249	5.342.343
OUTRAS								
CEMIG	7,12	2.352	78.124	373.241	7,12	2.352	78.124	373.241
COPEL	8,39	1.616	49.164	215.900	8,39	1.616	49.164	215.900
CEEE	6,57	865	21.990	127.568	6,57	865	21.990	127.568
AES ELETROPAULO	10,39	311.636	108.851	2.329	10,39	311.636	108.851	2.329
CELPE	6,13	292	11.035	43.676	6,13	292	11.035	43.676
CEMAT	6,27	1.875	358.578	-	6,27	1.875	358.578	-
CELTINS	6,26	617	100.918	-	6,26	617	100.918	-
ENERSUL	6,17	461	13.413	71.360	6,17	461	13.413	71.360
CELPA	6,68	11.279	408.629	-	6,68	11.279	408.629	-
CEMAR	5,89	1.995	62.289	414.612	5,89	1.995	62.289	414.612
CESP	9,36	233	41.190	149.636	9,36	233	41.190	149.636
OUTRAS	6,36	138.701	335.985	884.805	6,36	138.708	341.303	910.672
(-) PCLD		(130.475)	(395.133)	-		(130.475)	(395.133)	-
		341.447	1.195.033	2.283.126		341.454	1.200.351	2.308.993
		392.302	3.455.741	23.878.099		341.454	1.740.600	7.651.336

	31/12/2010							
	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL NÃO		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL NÃO	
	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	CIRCULANTE	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	CIRCULANTE
Controladas e Controlada em conjunto								
FURNAS	7,13	9.389	100.681	1.803.612	-	-	-	-
CHESF	7,17	44	24.454	131.747	-	-	-	-
ELETROSUL	6,86	4.147	42.613	733.562	-	-	-	-
ELETRONORTE	7,45	12.591	237.971	3.568.778	-	-	-	-
ELETRONUCLEAR	8,99	7.351	52.823	546.904	-	-	-	-
CGTEE	3,57	1.284	85.666	834.738	-	-	-	-
CEAL	7,63	1.024	55.353	152.730	-	-	-	-
CERON	6,72	630	15.736	93.108	-	-	-	-
CEPISA	7,06	2.074	39.776	313.137	-	-	-	-
ELETROACRE	10,40	451	46.904	17.390	-	-	-	-
AMAZONAS	7,37	2.631	95.743	418.339	-	-	-	-
ITAIPU	7,09	-	897.087	10.446.168	7,09	-	448.544	5.223.083
		41.615	1.694.809	19.060.212		-	448.544	5.223.083
OUTRAS								
CEMIG	6,44	2.140	74.962	340.569	6,44	2.140	74.962	340.569
COPEL	7,40	1.882	47.497	258.771	7,40	1.882	47.497	258.771
CEEE	6,44	736	8.130	99.471	6,44	736	8.130	99.471
AES ELETROPAULO	10,38	299.218	108.840	2.639	10,38	299.218	108.840	2.639
CELPE	6,10	1.070	16.976	53.350	6,10	1.070	16.976	53.350
CELPA	6,15	1.771	33.647	297.046	6,15	1.771	33.647	297.046
CEMAR	5,85	1.654	48.214	367.187	5,85	1.654	48.214	367.187
CESP	9,38	958	33.406	185.709	9,38	958	33.406	185.709
OUTRAS	6,36	119.079	336.002	1.452.829	6,36	119.110	338.991	1.472.346
(-) PCLD		(101.124)	(127.341)	-		(101.124)	(127.353)	-
		327.384	580.333	3.057.571		327.415	583.310	3.077.088
		368.999	2.275.142	22.117.783		327.415	1.031.854	8.300.171

A parcela do longo prazo dos financiamentos e empréstimos concedidos com recursos ordinários e setoriais, inclusive os repasses, vencem em parcelas variáveis, conforme demonstrado abaixo:

	2013	2014	2015	2016	2017	Após 2017	Total
Controladora	3.200.291	3.110.048	2.797.795	2.462.378	2.444.302	9.863.284	23.878.099
Consolidado	1.025.480	996.563	896.506	789.028	783.236	3.160.524	7.651.336

Os financiamentos e empréstimos concedidos são efetuados com recursos próprios da Companhia, além dos recursos setoriais, além de recursos externos captados através de agências internacionais de desenvolvimento, instituições financeiras, decorrentes do lançamento de títulos no mercado financeiro internacional.

Todos os financiamentos e empréstimos concedidos estão respaldados por contratos formais firmados com as mutuárias. Os recebimentos destes valores, em sua maioria, estão previstos em parcelas mensais, amortizáveis em um prazo médio de 10 anos, sendo a taxa média de juros, ponderada pelo saldo da carteira, de 6,21% a.a..

Os financiamentos e empréstimos concedidos, com cláusula de atualização cambial, representam cerca de 48,27% do total da carteira. Já os que preveem atualização com base em índices que representam o nível de preços internos no Brasil atingem a 51,73% do saldo da carteira.

Os valores de mercado desses ativos são equivalentes aos seus valores contábeis, visto serem operações específicas do setor e formadas em parte através de recursos de Fundos Setoriais e que não encontram condições semelhantes como parâmetro de avaliação.

A parcela do longo prazo dos financiamentos e empréstimos concedidos com recursos ordinários e setoriais, inclusive os repasses, vencem em parcelas variáveis, conforme demonstrado abaixo:

A parcela do longo prazo dos financiamentos e empréstimos concedidos com recursos ordinários e setoriais, inclusive os repasses, vencem em parcelas variáveis, conforme demonstrado abaixo:

	2013	2014	2015	2016	2017	Após 2017	Total
Controladora	3.200.291	3.110.048	2.797.795	2.462.378	2.444.302	9.863.284	23.878.099
Consolidado	1.025.479	996.563	896.506	789.028	783.235	3.160.524	7.651.335

I – AES Eletropaulo/CTEEP – Ação Judicial

Em novembro de 1986 a Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A., obteve através do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986 empréstimo junto a Eletrobrás.

No decorrer da execução do contrato surgiram questionamentos por parte do devedor acerca da periodicidade da correção monetária incidente sobre o valor financiado, tendo a Eletropaulo proposto Ação de Consignação em Pagamento contra a Eletrobrás, em dezembro de 1988.

Ao propor a demanda acima mencionada, a Eletropaulo realizou depósito judicial do valor que apurou como representativo do saldo devedor, qual seja, aquele que era composto pelo valor principal acrescido de correção monetária anual.

Após apresentar a sua defesa na Ação de Consignação em Pagamento, em abril de 1989 a Eletrobrás ajuizou Ação de Cobrança contra a Eletropaulo perante a 5ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro, fundamentando seu pedido de cobrança na alegação de que os valores depositados na Ação de Consignação não estavam de acordo com os termos do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986, já que este previa correção monetária mensal do valor principal e não anual conforme sustentado pela Eletropaulo.

Durante o andamento de ambas as ações, foi firmado o Protocolo de Cisão em 22 de dezembro de 1997, onde a Eletropaulo foi cindida em 4 empresas, quais sejam:

Eletropaulo Metropolitana - Eletricidade de São Paulo S.A. – AES Eletropaulo, Bandeirante Energia S.A., Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE e Empresa Paulista de Transmissão de Energia S.A., hoje denominada Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP.

Em abril de 1999, a 5ª Vara Cível, em decisão de primeira instância, julgou tanto a Ação de Cobrança como a Ação de Consignação em Pagamento em favor da Eletrobrás, reconhecendo, na primeira ação, que a correção monetária do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986 é mensal e, na segunda ação, que o valor depositado pela então Eletropaulo não estava de acordo com os termos do mencionado Contrato, reconhecendo que a mesma estava em mora com a Eletrobrás.

Em setembro de 2001, a Eletrobrás iniciou Ação de Execução, também na 5ª Vara Cível e, com base no seu entendimento dos termos constantes do Protocolo de Cisão da Eletropaulo, o fez em termos proporcionais das atuais AES Eletropaulo (90,11%) e CTEEP (9,89%).

Em setembro de 2003 o Tribunal acolheu os argumentos levados pela AES Eletropaulo, acabando por reconhecer, com base no Protocolo de Cisão da Eletropaulo, que a Companhia não seria responsável pela quitação do Contrato de Financiamento ECF 1046/1986, já que o passivo por ele representado teria sido vertido à EPTE, hoje CTEEP.

Tendo em vista a decisão que lhes foi desfavorável a Eletrobrás, em dezembro de 2003, e a CTEEP em março de 2004, apresentaram Recursos ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal com vistas à cassação da decisão do TJRJ.

Em junho de 2006, o STJ reverteu a decisão que eximia a AES Eletropaulo de qualquer responsabilidade pelos débitos discutidos no processo e a excluía da relação litigiosa.

Contra esta decisão perante o STJ foram apresentados, em dezembro de 2006, Embargos de Declaração e, em abril de 2007, Embargos de Divergência e Recurso Extraordinário, sendo que todos os recursos foram decididos contra a AES Eletropaulo.

Paralelamente, em fevereiro de 2008, a CTEEP ajuizou Ação Ordinária contra a AES Eletropaulo e a Eletrobrás perante a 5ª Vara Cível, sendo que o processo visa à obtenção de decisão que reconheça a CTEEP como não responsável pelo pagamento de qualquer quantia que esteja sendo cobrada pela Eletrobrás.

Em abril de 2009, a Eletrobrás solicitou Liquidação de Sentença por Arbitramento perante a 5ª Vara Cível, procedimento este que visa auferir o valor em discussão através de trabalho a ser realizado por perito judicial.

Em fevereiro de 2010 a 5ª Vara Cível acolheu o pedido de Liquidação de sentença por Arbitramento, sendo que em vista dos termos da mencionada decisão, a AES Eletropaulo apresentou Embargos de Declaração postulando a modalidade de Artigos, e a Eletrobrás apresentou impugnação à nomeação do perito, sendo que ambos foram rejeitados pela 5ª Vara Cível, em março de 2010.

Contra a rejeição de seu recurso, em março de 2010, a AES Eletropaulo apresentou Agravo de Instrumento perante o TJRJ, o qual foi acolhido em abril de 2010, para determinar a produção de provas acerca dos fatos que norteiam a responsabilidade

pelo pagamento do débito, restando decidido que a Liquidação de Sentença seja processada na modalidade de Artigos.

Em dezembro de 2010, a Eletrobrás solicitou a iniciação do processo de liquidação e que por tal motivo, o processo foi submetido à análise da 5ª Vara Cível. Em julho de 2011 a 5ª Vara Cível determinou que a AES Eletropaulo e a CTEEP apresentassem suas respostas ao pedido de início da liquidação por artigos, o que foi respondido por ambas as empresas. A 5ª Vara Cível deverá determinar que a Eletrobrás apresente suas considerações sobre o referido material.

Desta forma, pelo atual fase do processo e pelos motivos expostos, estima-se que os trabalhos periciais se iniciem durante o segundo trimestre de 2012 e que o procedimento judicial de Liquidação de Sentença por Artigos não se encerre em um prazo inferior a 6 meses a ser contado do início dos trabalhos periciais, sendo certo que, ao final dos trabalhos, caberá ao perito apontar o montante da dívida e o(s) responsável(is) pelo pagamento.

Encerrado o Procedimento Judicial de Liquidação de Sentença, e sendo apurados valores a serem pagos pela AES Eletropaulo e CTEEP, a Eletrobrás irá reiniciar o processo de execução contra as referidas empresas.

Ainda de acordo com o disposto no Código do Processo Civil Brasileiro, a Eletrobrás terá o direito de solicitar ao juízo da causa o levantamento da garantia ofertada pela Companhia, mesmo antes da decisão final.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável à AES Eletropaulo e/ou à CTEEP, a Companhia passa a ter um crédito de R\$ 1.735.861, atualizado até 31 de dezembro de 2011, sendo R\$ 419.171 (R\$ 410.017, em 31 de dezembro de 2010) já reconhecidos em seu ativo, na rubrica empréstimos e financiamentos, correspondente à parte considerada como incontroversa pela companhia.

II - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

A Companhia reconhece provisões para créditos de liquidação duvidosa, no valor de R\$ 525.608 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 228.477) correspondente ao principal e ao serviço da dívida de devedores em inadimplência.

Tal volume de provisão é julgado suficiente pela administração da Companhia para fazer face a eventuais perdas nestes ativos, com base em análise do comportamento da carteira.

A Eletrobras reconheceu provisão sobre os créditos junto à Celpa controlada da Rede Energia, no montante de R\$ 120.199. Tal provisão foi considerada necessária considerando o processo de recuperação judicial, que envolve a existência de incerteza significativa quanto à capacidade de continuidade da Celpa e, portanto, ela pode não ser capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios (Nota 14.2, item IV).

Adicionalmente, a Companhia reconheceu neste exercício provisão sobre os créditos junto à Cemat e Celtins, também, controladas pela Rede Energia, no montante de R\$ 94.821 e 24.756. Tais provisões foram consideradas necessárias considerando o cenário atual de ambas que vêm apresentado dificuldades significativas econômico-financeira para a liquidação de suas dívidas de curtíssimo prazo e como um possível

equacionamento depende de eventos futuros alheios ao controle da administração da Companhia, tais situações indicam a existência de incerteza significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia de liquidar seus passivos no curso normal dos negócios (Nota 14.1, item IV).

As movimentações na PCLD dos financiamentos e empréstimos concedidos da Companhia são as seguintes:

Saldo em 31 de dezembro de 2009	192.232
(+) Complemento	50.409
(-) Reversões	-14.164
Saldo em 31 de dezembro de 2010	228.477
(+) Complemento	358.984
(-) Reversões	-61.853
Saldo em 31 de dezembro de 2011	525.608

A constituição e a baixa da PCLD foram registradas no resultado do exercício como Provisões Operacionais (Nota 41). Os valores reconhecidos como PCLD são os quais suscitam dúvida quanto à sua realização, quando não há mais expectativa de recuperação dos recursos, são reconhecidos como perdas definitivas .

NOTA 9 - REMUNERAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Os valores apresentados referem-se a dividendos e juros sobre o capital próprio a receber, líquidos de Imposto de Renda Retido na Fonte, quando aplicável, decorrentes de investimentos de caráter permanente mantidos pela Eletrobras.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Furnas	64.200	17.846	-	-
Chesf	297.947	429.325	-	-
Eletrosul	24.490	19.282	-	-
Eletronorte	13.773	32.998	-	-
Eletropar	4.703	2.277	-	-
CGTEE	37.263	8.240	-	-
Itaipu	469	417	-	-
CTEEP	79.644	114.061	79.644	114.061
Outros	111.343	59.627	118.219	64.543
	<u>633.832</u>	<u>684.073</u>	<u>197.863</u>	<u>178.604</u>

NOTA 10 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - ATIVO

Os tributos a recuperar ou compensar estão demonstrados pelo valor líquido de eventuais perdas de realização e assim representados:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
ATIVO CIRCULANTE				
Imposto de renda - fonte	828.864	745.504	893.706	815.873
Antecipações de IRPJ e CSLL	736.588	603.622	843.022	644.740
PIS/PASEP/COFINS compensáveis	28.775	21.007	80.433	236.835
ICMS a recuperar	-	-	17.150	21.683
Outros	-	-	113.033	106.774
	1.594.227	1.370.133	1.947.344	1.825.905
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
ICMS a recuperar	-	-	1.655.413	1.124.202
PIS/COFINS a recuperar	-	-	775.348	401.439
Ativos Fiscais Diferidos Líquidos	2.044.513	1.835.272	3.343.525	2.813.041
	2.044.513	1.835.272	5.774.286	4.338.682
	3.638.740	3.205.405	7.721.630	6.164.587

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Diferenças temporárias de IRPJ/CSLL				
Variação Cambial Passiva	530.647	805.859	530.647	805.859
Provisão de JCP	331.290	126.057	331.290	126.057
Provisão para Contingências	540.708	526.371	782.587	752.841
PCLD	195.577	-	191.824	200.616
Provisão p/ ajuste ao valor de mercado	187.617	131.114	187.617	131.114
Ajuste da Lei 11.638/2007- RTT (IFRS)	258.674	245.871	840.372	245.070
Outros	-	-	479.188	551.484
Composição Outros	2.044.513	1.835.272	3.343.525	2.813.041

I – Ativos Fiscais Diferidos

Os Ativos Fiscais Diferidos têm seu aproveitamento em função da realização dos eventos que lhe deram origem. Considerando o histórico de rentabilidade da Companhia, bem como a expectativa de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios, o reconhecimento desses ativos está fundamentado na capacidade de realização do ativo, identificada a partir de análises de tendências futuras, fundamentada em estudo técnico elaborado com base em premissas e cenários macroeconômicos, comerciais e tributários, que podem sofrer alterações no futuro.

II – ICMS, PIS/PASEP E COFINS a Recuperar Sobre Aquisição de Combustível

Através da Resolução Normativa 303/2008, a ANEEL estabeleceu metodologia e procedimentos para apuração, demonstração e validação do montante do ICMS reconhecido como custo decorrente da aquisição de combustíveis, bem como a apuração, demonstração, fiscalização e pagamento do passivo a ser restituído à CCC-

ISOL pelos agentes beneficiários que receberam reembolso de ICMS, em montante superior ao efetivo custo incorrido com esse imposto.

O Ofício Circular 2.775/2008 - SFF/ANEEL passou a regular a devolução à Conta de Consumo de Combustível - CCC dos valores equivalentes aos créditos de PIS/PASEP e COFINS tomados sobre o combustível adquirido para geração de energia elétrica no regime da não cumulatividade, no período de 2004 a 2008. A administração da controlada Amazonas Energia entendia, até o exercício de 2007, que o combustível comprado para fins de geração de energia elétrica, subsidiado pela CCC, não dava direito a créditos na apuração do PIS/PASEP e da COFINS. Diante dos novos fatos, a administração da controlada, amparada na opinião de seus consultores jurídicos, registrou, em 2008, o crédito tributário sobre as aquisições de óleo no período determinado pela ANEEL, tendo sido apurado o montante de R\$ 498.171.

A utilização dos créditos fiscais reconhecidos é condicionada a operações futuras que originem débitos fato esse que, na opinião da administração da controlada, ocorrerá mesmo na hipótese prevista de substituição do óleo combustível pelo gás natural, como insumo na geração de energia elétrica e a entrada da região de Manaus no Sistema Interligado Nacional - SIN.

A Lei 12.111/09 estabelece mecanismos que evitam o acúmulo de impostos a recuperar sobre a compra de combustível nas operações de distribuição. Não obstante em 2010, o montante de R\$ 269.046, correspondente à créditos apurados nos anos de 2006, 2007 e 2008 foram julgados como não sendo passíveis de recuperabilidade por prescrição e, desta forma, ficaram sujeitos a *impairment* - reconhecido em atendimento ao CPC 01.

A Companhia procedeu à apuração, bem como à atualização destes passivos, cujos valores estão demonstrados no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	31.12.2011	31.12.2010
PIS/PASEP pago pela CCC (a)	43.041	40.954
COFINS pago pela CCC (a)	198.251	188.635
Ressarcimento CCC - ISOL - Lei 12.111/09 (b)	1.159.875	790.663
Total	1.401.167	1.020.252

Os saldos dos impostos e contribuições sociais estão atualizados monetariamente para a data-base de 31 de dezembro de 2011.

- a) Ressarcimento do PIS/PASEP e COFINS incidente sobre aquisição de combustíveis por conta da CCC

A ANEEL através do Despacho nº. 4.722/2009 - SFF/ANEEL, que trata do encerramento do exercício de 2009, em seu item nº. 30, determinou que fosse reconhecido contabilmente o montante do PIS/PASEP e COFINS a ser restituído à Conta de Consumo de Combustível - CCC referente ao período de janeiro de 2004 até dezembro de 2008.

Em 11 de agosto de 2008, a ANEEL emitiu a Nota Técnica nº. 359-SFF, a qual expõe de forma detalhada a evolução da legislação a respeito da metodologia de contabilização dos PIS/PASEP e COFINS na forma da apuração não cumulativa, recomendando a adoção dos seguintes procedimentos:

Apuração do Passivo a ser ressarcido ao fundo CCC-ISOL – imputando aos agentes que apurem mensal e anualmente o montante reembolsado pela CCC-ISOL a título de combustível e os créditos de PIS/PASEP e COFINS, sendo que este último deverá ser imputado como Passivo Regulatório.

- Forma da Atualização e restituição – orientando que o Passivo seja devidamente atualizado até a data de sua consolidação, sendo facultada sua restituição ao fundo CCC-ISOL mediante parcelamento em até 36 parcelas mensais remuneradas pela Taxa Selic.

b) Ressarcimento CCC – ISOL – Lei nº 12.111/09

O saldo de R\$ 1.159.875 refere-se aos impostos compensáveis (ICMS) que deverão ser ressarcidos à CCC quando realizados, de acordo com o § 8º da Lei nº. 12.111/2009. Por esta razão a controlada mantém passivo de igual valor ao registrado no ativo.

III – Inconstitucionalidade do PIS/PASEP e COFINS

O Supremo Tribunal Federal - STF declarou a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei 9.718/98, que ampliou a base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS e deu, naquela época, novo conceito ao faturamento, que passou a abranger a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, independente do tipo de atividade exercida e a classificação contábil adotada. Tal dispositivo não possuía previsão constitucional que o amparasse, tendo sido objeto de emenda constitucional posterior.

Com base no Código Tributário Nacional - CTN, as empresas do Sistema Eletrobras buscam o reconhecimento de seu direito ao crédito e a restituição do valor pago a maior em decorrência da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo dessas contribuições, sendo que, até a conclusão destas Demonstrações Financeiras, não havia decisão final sobre a questão.

As empresas do Sistema Eletrobras possuem, portanto, créditos fiscais em potencial de PIS/PASEP e de COFINS, que estão em fase de determinação e, portanto, não reconhecidos nestas Demonstrações Financeiras, uma vez que a referida declaração de inconstitucionalidade somente beneficia as empresas autoras dos recursos extraordinários julgados.

NOTA 11 – DIREITO DE RESSARCIMENTO

I - Reembolso da CCC-Isol

Com o advento da Lei 12.111/2009 e do Decreto 7.246/2010 foi alterada a sistemática de subvenção de geração de energia nos sistemas isolados. A subvenção pela CCC que até então subsidiava somente os custos com combustíveis, passa a reembolsar a diferença entre o custo total de geração da energia elétrica e a valoração da quantidade correspondente de energia elétrica pelo custo médio da potência e energia comercializadas no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, do Sistema Interligado Nacional - SIN.

No custo total de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, são incluídos os custos relativos a:

- contratação de energia e de potência associada;
- geração própria para atendimento da distribuição de energia elétrica;
- encargos e impostos; e
- investimentos realizados.

Incluem-se, também, no custo total de geração os demais custos associados à prestação do serviço de energia elétrica em regiões remotas dos Sistemas Isolados, caracterizadas por grande dispersão de consumidores e ausência de economia de escala.

	31/12/2011	31/12/2010
1 - Saldo anterior	2.075.838	576.370
2 - Custo da geração própria	4.027.649	3.427.636
3 - Custo Energia Comprada (com ICMS)	904.812	1.129.981
4 - Custo total	4.932.461	4.557.617
5 - (-) Custo do ACR *	(1.413.309)	(1.223.585)
6 - Valor a receber da Lei 12.111/09 (4 + 5)	3.519.152	3.334.032
7 - (-) Valor recebido da CCC - ISOL	(2.090.085)	(1.934.903)
8 - Diferença a receber da CCC - ISOL (1 + 6 + 7)	3.504.905	1.975.499
9 - Atualização monetária	78.585	100.339
Saldo atual	3.583.490	2.075.838

* ACR – Ambiente de Contratação Regulada

II -12.111 para Energia nuclear

Após gestões junto à sua Controladora Eletrobras, à Aneel e ao Ministério de Minas e Energia, foi editada, em 09 de dezembro de 2009, a Lei nº 12.111, estabelecendo que, a partir de 2010, será adotado um critério para reduzir o impacto financeiro decorrente da comercialização, por FURNAS, da energia proveniente da Eletronuclear. De acordo com o referido ditame legal, fica autorizada a Eletronuclear a repassar para FURNAS, entre 2013 e 2015, o diferencial verificado, entre 2010 e

2012, entre a variação da tarifa a ser praticada pela Eletronuclear e a da tarifa de referência.

A tarifa de referência de 2010 será igual à tarifa da Eletronuclear homologada pela Aneel em dezembro de 2004, atualizada pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) para dezembro de 2009, a qual será reajustada pelo IPCA em dezembro de 2010 e 2011.

O montante a ser repassado para FURNAS será rateado pelas concessionárias de serviço público de distribuição atendidas pelo Leilão de Compra de Energia Proveniente de Empreendimentos Existentes, de 7 de dezembro de 2004, na proporção das quantidades atendidas no contrato com início de suprimento em 2005.

A partir de 1º de janeiro de 2013, o pagamento à Eletronuclear da receita decorrente da geração da energia de Angra 1 e 2 será rateado entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional (SIN).

Desta forma, o impacto referente comercialização da energia proveniente da Eletronuclear terá uma redução significativa, a partir de 2013, quando se dará a realização financeira das diferenças apuradas entre os preços praticados nos contratos de venda de energia no ambiente regulado e os estabelecidos pela Aneel para a Eletronuclear no período de 2010 a 2012.

Em 16 de novembro de 2011, a Aneel divulgou a Nota Técnica nº 308/2011, que estabeleceu, entre outros, os critérios, a forma de distribuição e os montantes estimados dos valores a serem ressarcidos a FURNAS pela Eletronuclear e a esta pelas concessionárias de distribuição que adquiriram energia no 1º Leilão de Energia Existente (Produto 2005/2008).

A proposta da Aneel prevê que, no exercício de 2012, deverão ser estabelecidas, por meio de Audiência Pública, as regras de comercialização da energia da Eletronuclear, provenientes das usinas Angra I e II, a partir de 2013, quando todos os agentes de distribuição passarão a ser "quotistas" desta energia. Além da metodologia de cálculo da tarifa de comercialização entre os referidos agentes e a Eletronuclear, será submetido à consulta pública o critério do rateio do diferencial entre as tarifas praticadas e a tarifa de referencia entre os exercícios de 2010 a 2012.

De acordo com a estimativa da Aneel, os valores a serem ressarcidos a Controlada Furnas estariam assim representados:

Descrição	2010	2011	2012
1 - Tarifa de Referencia (R\$/MWh)	115,68	121,79	130,29
2 - Tarifa Praticada(R\$/MWh)	137,66	145,48	148,79
3 - Diferencial de Tarifa (R\$/MWh)(2-1)	21,98	23,69	18,5
4 - Energia Assegurada Anual(GWh)	12.921	12.921	12.921
5 - Diferencial Verificado (R\$Mil) (3x4)	284.004	306.098	239.039
6 - Diferencial Acumulado (R\$ Mil)	284.004	590.102	829.141

Tendo em vista que a confirmação desses montantes depende de audiência pública e posterior homologação, pela Aneel, das tarifas de comercialização da energia proveniente da Eletronuclear, a partir de 2013, a controlada Furnas não registrou em

suas demonstrações financeiras o ressarcimento relativo ao diferencial entre as tarifas de referência e a efetivamente praticada, entre os exercícios de 2010 e 2011, no valor de R\$ 590.102 mil (R\$ 353.442 mil, líquido dos efeitos tributários).

NOTA 12 - ESTOQUE DE COMBUSTÍVEL NUCLEAR

Abaixo, está apresentada a composição do estoque de longo prazo de combustível nuclear destinado à operação da UTN Angra I e UTN Angra II:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2011	31/12/2010
CIRCULANTE		
Elementos prontos	388.663	297.972
	<u>388.663</u>	<u>297.972</u>
NÃO CIRCULANTE		
Elementos prontos	133.894	392.133
Concentrado de urânio	130.575	65.179
Em curso - combustível nuclear	171.164	66.645
	<u>435.633</u>	<u>523.957</u>
	<u>824.296</u>	<u>821.929</u>

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, segregado da seguinte forma:

- Concentrado de urânio e serviços em curso (para a transformação do concentrado de urânio em elementos de combustível nuclear) estão registrados pelos seus custos de aquisição;
- Elementos de combustível nuclear – estão disponíveis no núcleo do reator e no estoque da Piscina de Combustível Usado – PCU, sendo apropriado ao resultado do exercício em função da sua utilização no processo da geração de energia elétrica;
- Almoxarifado, classificado no ativo circulante e está registrado ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado.

NOTA 13 - ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

A Companhia apresenta, no ativo não circulante, valores correspondentes a adiantamentos para futuro aumento de capital nas seguintes investidas:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2011	31/12/2010	11	31/12/2010
Controladas				
Furnas	300.000	-	-	-
Chesf	1.293.000	-	-	-
Eletrosul	1.810.793	735.905	-	-
Eletronorte	1.125.949	631.793	-	-
Eletronuclear	-	3.309.744	-	-
Cgtee	452.704	324.000	-	-
Ceal	97.354	7.485	-	-
Ceron	88.837	72.671	-	-
Cepisa	275.984	183.953	-	-
Eletroacre	160.822	218.925	-	-
Amazonas	63.918	57.267	-	-
	<u>5.669.361</u>	<u>5.541.743</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
investimentos	<u>4.000</u>	<u>7.141</u>	<u>4.000</u>	<u>7.141</u>
	<u>5.673.361</u>	<u>5.548.884</u>	<u>4.000</u>	<u>7.141</u>

Em 3 de novembro de 2011, a totalidade dos créditos em AFAC junto à controlada Eletronuclear foram capitalizados.

NOTA 14 – INVESTIMENTOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Avaliados por Equivalência Patrimonial				
a) Controladas e Controladas em conjunto				
Furnas	13.237.136	13.273.623	-	-
Chesf	16.742.953	17.138.688	-	-
Eletrosul	2.624.730	2.629.792	-	-
Eletronorte	10.199.453	10.255.947	-	-
Eletropar	169.135	172.418	-	-
Eletronuclear	6.520.292	2.940.641	-	-
CGTEE	334.348	353.907	-	-
Distribuidora Alagoas	217.375	274.006	-	-
Distribuidora Rondônia	135.118	272.772	-	-
Distribuidora Acre	85.563	-	-	-
Amazonas Energia	-	372.013	-	-
Itaipu	93.790	83.310	-	-
Mangue Seco II	17.166	3.318	-	-
CHC	19.090	8.139,0	-	-
Norte Energia	217.135	24.779	-	-
Inambari	9.738	8.491	-	-
	<u>50.623.022</u>	<u>47.811.844</u>	-	-
b) Coligadas				
Celipa	171.370	240.112	171.370	240.112
CEEE-GT	701.628	627.300	701.628	627.300
Cemat	436.150	431.732	436.150	431.732
Emae	301.190	317.116	312.150	328.656
CTEEP	641.618	878.793	653.280	895.126
Cemar	323.433	302.263	323.433	302.263
Lajeado Energia	532.459	539.588	532.459	539.588
Ceb Lajeado	76.155	72.907	76.155	72.907
Paulista Lajeado	27.654	26.900	27.654	26.900
CEEE-D	391.988	377.518	391.988	377.518
Brasventos Eolo	-	-	-	2.232
Rei Dos Ventos 3	-	-	-	2.196
Brasventos Miassaba 3	-	-	-	3.335
Baguari	-	-	-	82.172
Águas da Pedra	-	-	157.112	125.089
Chapecoense	-	-	-	57
Amapari	-	-	34.105	27.997
Outros	-	-	-	25
	<u>3.603.645</u>	<u>3.814.230</u>	<u>3.817.484</u>	<u>4.085.206</u>
	SUBTOTAL	54.226.667	51.626.074	3.817.484
				4.085.206
Mantidos a Valor Justo				
Celesc	150.432	165.711	150.432	165.711
Cesp	203.580	161.439	203.580	161.439
Coelce	182.640	153.430	182.640	153.430
AES Tietê	812.853	725.821	812.853	725.821
CGEEP	22.607	17.657	22.607	17.657
Energisa	77.215	68.966	77.215	68.966
CELGP/AR	322	322	322	322
CELPE	54.854	51.321	54.854	51.321
COPEL	50.546	58.169	50.546	58.169
CEB	6.485	3.528	6.485	3.528
AES Eletropaulo	-	-	76.491	67.291
Energias do Brasil	-	-	20.552	19.170
CPFL Energia	-	-	44.327	35.094
Guascor	3.300	3.300	3.300	3.300
EATE	-	5.344	-	5.344
Tangara	21.738	21.738	21.738	21.738
CDSA	11.802	11.800	11.802	11.800
CEA	20	20	20	20
CER	102	102	102	102
Outros	8.095	6.576	124.214	114.556
	<u>1.606.591</u>	<u>1.455.244</u>	<u>1.864.078</u>	<u>1.684.779</u>
	SUBTOTAL	55.833.259	53.081.318	5.681.562
				5.769.984
Provisão para perdas em investimentos	(1.110.603)	(1.045.337)	(1.110.603)	(1.045.337)
TOTAL	54.722.656	52.035.980	4.570.959	4.724.647

Tendo em vista o processo de recuperação judicial da investida Celpa e consequente incerteza de continuidade de suas operações divulgado em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, a Companhia reconheceu como provisão para perdas a totalidade do investimento na Celpa no montante de R\$ 170.370 e perda dos montantes de dividendos declarados e não pagos até 31 de dezembro de 2011 no montante de R\$ 27.513, ambas provisões limitadas a participação da Companhia no capital social da Celpa de 34,24%.

14.2 – Provisão para perdas em investimentos

CONTROLADORA E CONSOLIDADO

	31/12/2011	31/12/2010
Amazonas	843.029	802.138
Eletronorte	-	93.499
CERON	96.204	149.700
CELPA	171.370	-
	<u>1.110.603</u>	<u>1.045.337</u>

14.3 – Ajustes de políticas contábeis em coligadas

CONTROLADORA E CONSOLIDADO

	31/12/2011	31/12/2010
CEMAT	86.464	48.918
CTEEP	956.630	737.480
CEEE-GT	4.961	128.300
CEEE-D	7.539	191.775
	<u>1.055.594</u>	<u>1.106.473</u>

A Companhia quando da preparação de suas demonstrações financeiras consolidadas efetuou ajustes nos resultados das empresas investidas, a fim de padronizar as políticas contábeis dessas empresas com as da Companhia .

14.4 - Muta o dos investimentos – Controladora

	Saldo em 31/12/2010	Integraliza�o de capital	Equivalência	Outros Resultados Abrangentes	Ganho/Perda de Capital	Dividendos	Juros sobre capital próprio	Saldo em 31/12/2011
Controladas e coligadas								
Chesf	17.138.688	-	1.547.151	(189.530)	-	(1.753.356)	-	16.742.953
Eletronorte	10.255.947	-	67.180	(9.830)	-	(113.844)	-	10.199.453
Eletr�sul	2.629.792	-	103.174	(25.900)	-	(82.336)	-	2.624.730
Furnas	13.273.623	-	258.680	(177.431)	-	(117.736)	-	13.237.136
CGTEE	353.907	-	18.025	(8.778)	-	(28.806)	-	334.348
Eletronuclear	2.940.641	3.311.226	215.120	52.979	326	-	-	6.520.292
Eletropar	172.418	-	19.802	(11.551)	-	(11.534)	-	169.135
Itaipu	83.310	-	-	10.480	-	-	-	93.790
Distribuidora Rondônia	272.772	-	(137.654)	-	-	-	-	135.118
Ditribuidora Alagoas	274.006	-	(87.457)	30.826	-	-	-	217.375
Amazonas Energia	372.013	-	(371.220)	(793)	-	-	-	-
Ditribui�o Acre	-	107.977	(16.216)	-	(6.198)	-	-	85.563
Mangue Seco II	3.318	11.186	2.662	-	-	-	-	17.166
CHC	8.139	10.904	(2.519)	2.566	-	-	-	19.090
Norte Energia	24.779	192.000	(1.537)	-	1.893	-	-	217.135
Inambari	8.491	2.696	(1.770)	321	-	-	-	9.738
Celipa	240.112	-	(68.742)	-	-	-	-	171.370
CEEE-GT	627.300	-	87.890	-	-	(13.562)	-	701.628
Cemat	431.732	-	20.105	-	-	(6.275)	(9.412)	436.150
EMAE	317.116	-	(15.926)	-	-	-	-	301.190
CTEEP	878.793	-	101.185	-	-	(248.243)	(90.117)	641.618
Cemar	302.263	-	85.429	-	-	(64.259)	-	323.433
Lajeado Energia	539.588	-	70.718	(50)	-	(42.816)	(34.981)	532.459
CEB lajeado	72.907	-	20.033	-	-	(10.559)	(6.226)	76.155
Paulista Lajeado	26.900	-	7.453	-	-	(6.699)	-	27.654
CEEE-D	377.518	-	14.470	-	-	-	-	391.988
	51.626.073	3.635.989	1.936.035	(326.691)	(3.979)	(2.500.025)	(140.736)	54.226.666

14.5 Informação do valor de mercado e de receita das investidas

EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO

EMPRESAS	Método de Avaliação	Valor de Mercado		Receita operacional Líquida	
		2011	2010	2011	2010
CEEE D	Equivalência Patrimonial	315.468	354.761	2.028.501	1.821.539
CEEE-GT	Equivalência Patrimonial	329.138	402.572	762.484	738.519
CELPA	Equivalência Patrimonial	177.667	196.757	2.433.800	2.110.961
CEMAR	Equivalência Patrimonial	140.094	495.916	1.912.105	1.756.353
CEMAT	Equivalência Patrimonial	290.582	267.014	2.009.768	1.956.588
CTEEP	Equivalência Patrimonial	3.093.881	3.001.277	2.900.805	2.256.286
EMAE	Equivalência Patrimonial	99.040	112.159	164.093	142.781
CELESC	Valor de mercado	150.431	165.711	4.191.414	4.036.765
CESP	Valor de mercado	203.581	161.439	2.957.525	2.905.327
COELCE	Valor de mercado	182.639	153.430	2.627.212	2.849.706
AES Tiete	Valor de mercado	812.853	725.821	1.878.997	1.747.032
CGEEP - DUKE	Valor de mercado	22.607	17.658	958.003	862.303
ENERGISA S.A.	Valor de mercado	77.215	68.966	2.426.600	2.154.300
CELGPAR	Valor de mercado	322	322	Não Divulgado	2.210.362
CELPE	Valor de mercado	54.853	51.322	2.914.113	2.860.067
COPEL	Valor de mercado	50.546	58.169	7.776.165	6.901.113
CEB	Valor de mercado	6.485	3.528	1.377.619	1.284.394
AES Eletropaulo	Valor de mercado	76.491	67.291	9.835.578	9.697.157
CPFL Energia	Valor de mercado	44.327	70.188	12.764.028	12.023.079
Energias do Brasil	Valor de mercado	20.552	19.170	5.401.662	5.034.316

EMPRESAS DE CAPITAL FECHADO

EMPRESAS		Valor de Mercado		Receita operacional Líquida	
		2011	2010	2011	2010
Guascor	Valor de mercado	3.300	3.300	Não Disponível	Não Disponível
EATE	Valor de mercado	-	5.344	378.373	422.894
TANGARÁ	Valor de mercado	21.738	21.738	Não Divulgado	Não Divulgado
CDSA	Valor de mercado	11.802	11.800	Não Divulgado	Não Divulgado
CEA	Valor de mercado	20	20	Não Divulgado	Não Divulgado
CERR	Valor de mercado	102	102	Não Divulgado	Não Divulgado
Ceb Lajeado	Equivalência Patrimonial	58.364	58.364	97.114	90.860
Lajeado Energia	Equivalência Patrimonial	303.276	303.276	485.622	442.740
Paulista Lajeado	Equivalência Patrimonial	22.532	22.532	42.207	38.013
Brasventos Eolo	Equivalência Patrimonial	2.232	-	-	Não Divulgado
Rei Dos Ventos 3	Equivalência Patrimonial	2.196	-	-	Não Divulgado
Brasventos Miassaba 3	Equivalência Patrimonial	3.335	-	-	Não Divulgado
Baguari	Equivalência Patrimonial	82.172	-	12.308	Não Divulgado
Águas da Pedra	Equivalência Patrimonial	125.089	-	171.012	Não Divulgado
Chapecoense	Equivalência Patrimonial	57	-	453.825	87.892
Amapari	Equivalência Patrimonial	27.997	-	37.924	Não Divulgado

I - Empresas de Distribuição:

a) Distribuição Alagoas - detém a concessão para distribuição de energia elétrica em todos os municípios do Estado de Alagoas mediante o Contrato de Concessão 07/2001-ANEEL, e seu primeiro termo aditivo celebrados, respectivamente, em 15 de maio de 2005 e em 08 de junho de 2010 com vigência até 07 de julho de 2015. Seu principal objetivo é projetar, construir e explorar o serviço público de distribuição aos consumidores finais de energia elétrica. A investida apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 71.195 e prejuízos acumulados de R\$ 287.084 e depende do suporte financeiro da Eletrobras.

b) Distribuição Rondônia - detém a concessão para distribuição de energia elétrica em todos os municípios do Estado de Rondônia mediante o Contrato de Concessão 05/2001-ANEEL e seus aditivos celebrados, respectivamente, em 12 de fevereiro de 2001 e de 11 de novembro de 2005, com vencimento em 07 de julho de 2015. Seu principal objetivo é projetar, construir e explorar o serviço público de distribuição aos consumidores finais de energia elétrica. A investida apresenta capital circulante líquido

de R\$ 112.650 e prejuízos acumulados de R\$ 982.742 e depende do suporte financeiro da Eletrobras.

c) Distribuição Piauí –detém a concessão para distribuição de energia elétrica em todos os municípios do Estado do Piauí, mediante Contrato de Concessão nº 04/2001 de 12 de fevereiro de 2001, com a ANEEL, com vencimento em 07 de julho de 2015. A principal atividade é a distribuição de energia elétrica. A investida apresenta capital circulante líquido de R\$ 8.322 e prejuízos acumulados de R\$ 962.683 e depende do suporte financeiro da Eletrobras.

d) Amazonas Energia – tem como atividades principais a geração, distribuição e comercialização de energia elétrica no Estado do Amazonas. A Amazonas Energia tem geração própria (1.600,60 MW) e complementa a sua necessidade para atendimento aos consumidores comprando energia de produtores independentes. A investida apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 1.000.238 e prejuízos acumulados de R\$ 4.616.265 e depende do suporte financeiro da Eletrobras.

e) Distribuição Roraima - Controlada integralmente pela Eletronorte, com atuação na cidade de Boa Vista, suas funções principais são explorar os serviços de energia elétrica. A Distribuição Roraima detém concessão pelo Contrato 21/2001 – ANEEL, de 21 de março de 2001 e Termo Aditivo de quatorze de outubro de 2005, para distribuição de energia elétrica no município de Boa Vista, válida até o ano de 2015. A investida apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 294.906 e prejuízos acumulados de R\$ 589.782 e depende do suporte financeiro da Eletrobras.

f) Distribuição Acre – detém a concessão para distribuição e comercialização para todo o Estado do Acre, mediante contrato de concessão nº 06/2001, firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 12 de fevereiro de 2001, com prazo de vigência até 07 de julho de 2015. O suprimento de energia elétrica da capital, Rio Branco, e às seis localidades interligadas ao Sistema Rio Branco, é feita pela ELETRONORTE. O interior do Estado, desde 1999, através de um contrato de Comodato, vem sendo suprido pela GUASCOR do Brasil Ltda, na forma de Produtor Independente de Energia- PIE, por intermédio de Sistemas Isolados de Geração. Destaque-se que, o suprimento de energia elétrica a todo o Estado, é feito através de Termoelétricas a Diesel (100%) e depende do suporte financeiro da Eletrobras.

II – Empresas de Geração e Transmissão:

a) Eletrobras Termonuclear S.A. - controlada integral da ELETROBRAS, tem como atividade principal a construção e operação de usinas nucleares, e a realização de serviços de engenharia correlatos, sendo essas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. A Companhia vem exercendo basicamente as atividades de exploração das usinas Angra 1 e Angra 2, com potência nominal de 1.990 MW, bem como a usina Angra 3. A energia elétrica gerada pela Companhia é fornecida exclusivamente para a controlada FURNAS, mediante contrato de compra e venda de energia elétrica.

b) Eletrosul Centrais Elétricas S.A. - tem como objetivo principal a transmissão e a geração de energia elétrica diretamente ou através da participação em Sociedades de Propósito Específicos. A Companhia realiza estudos, projetos, construção, operação e manutenção das instalações dos sistemas de transmissão e de geração de energia elétrica, estando essas atividades regulamentadas. A Companhia detém o controle

acionário das subsidiárias integrais Artemis, RS Energia e Porto Velho Transmissora e o controle da Uirapuru.

c) Itaipu Binacional - entidade binacional criada e regida, em igualdade de direitos e obrigações, pelo Tratado internacional assinado em 26 de abril de 1973, entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, sendo seu capital pertencente em partes iguais às Eletrobras e à ANDE.

Seu objetivo é o aproveitamento dos recursos hídricos do rio Paraná, pertencentes em condomínio aos dois países, desde o Salto de Guaíra até a foz do rio Iguazu, mediante a construção e operação de Central Hidrelétrica, com capacidade total disponibilizada de 12,6 milhões de kW.

d) Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - concessionária de serviço público de energia elétrica que tem por finalidade gerar, transmitir e comercializar energia elétrica. O seu sistema de geração é hidrotérmico, com predominância de usinas hidrelétricas, responsáveis por percentual superior a 97% da produção total. O sistema de transmissão da Chesf é composto por 18.723 km de linhas de transmissão em operação, sendo 5.122 km de circuitos de transmissão em 500 kV, 12.792 km de circuitos de transmissão em 230 kV, 809 km de circuitos de transmissão em tensões inferiores, 100 subestações com tensão maior que 69 kV e 762 transformadores efetivamente em operação em todos os níveis de tensão, totalizando uma capacidade de transformação de 44.181 MVA, além de 5.683 km de cabos de fibra óptica.

e) Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada pela Eletrobras, com atuação predominante nos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. As operações da Companhia com a geração de energia elétrica contam com 4 usinas hidrelétricas, com capacidade instalada de 8.694,00 MW e 7 usinas termelétricas, com capacidade de 600,33 MW, perfazendo uma capacidade instalada de 9.294,33 MW. A transmissão de energia é efetuada por um sistema composto de 9.192,13 Km de linhas de transmissão, 43 subestações no Sistema Interligado Nacional - SIN, 695,89 Km de linhas de transmissão, 10 subestações no sistema isolado, perfazendo um total de 9.888,02 Km de linhas de transmissão e 53 subestações.

A Companhia detém o controle acionário das subsidiárias integrais Boa Vista Energia S.A., da Estação Transmissora de Energia S.A. e da Rio Branco Transmissora, além de participação societária em diversas Sociedades de Propósito Específico - SPE, de geração e transmissão de energia elétrica.

f) Furnas Centrais Elétricas S.A. - controlada pela Eletrobras, atua na geração, transmissão e comercialização predominantemente na região abrangida pelo Distrito Federal e os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso e Tocantins, além de participar de Sociedade de Propósitos Específicos. Atua, também, como agente de comercialização de energia, gerada pelas Usinas de Angra I e Angra II. O sistema de produção de energia elétrica de FURNAS é composto por 8 usinas hidrelétricas de propriedade exclusiva, 2 em parceria com a iniciativa privada com uma potência instalada de 8.662 MW, e 2 usinas termelétricas com 796 MW de capacidade, totalizando 9.458 MW.

III - Demais Empresas

a) Companhia Energética do Maranhão - concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a projetar, construir e explorar os sistemas de sub-transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica.

A companhia detém a concessão para a distribuição de energia elétrica em 217 municípios do Estado do Maranhão, regulada pelo Contrato de Concessão nº 60, de 28 de agosto de 2000, celebrado com a ANEEL, o qual permanece com o seu termo de vigência até agosto de 2030, podendo ser prorrogado por mais um período de 30 anos.

b) Eletrobras Participações S.A. - controlada pela Eletrobras, e tem por objeto social a participação no capital social de outras sociedades.

c) Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – sociedade anônima de capital aberto sendo seu acionista controlador o Estado do Rio Grande do Sul através da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE-Par, empresa detentora de 65,92% do seu capital total. A Concessionária tem por objeto explorar sistemas de produção e transmissão de energia elétrica.

d) Companhia Transmissão de Energia Elétrica Paulista - sociedade de capital aberto, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de transmissão de energia elétrica.

e) Centrais Elétricas do Pará S.A.(em recuperação judicial) – sociedade de capital aberto, sob o controle acionário da QMRA Participações S.A., que atua na distribuição e geração de energia elétrica no Estado do Pará, atendendo consumidores em 143 municípios, conforme Contrato de Concessão 182/1998, assinado em 28 de julho de 1998, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 28 de julho de 2028, renovável por igual período. Além do contrato de distribuição, a Companhia possui Contrato de Concessão de Geração 181/98 de 34 Usinas Termelétricas, sendo 11 próprias e 23 terceirizadas, para a exploração de geração de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 28 de julho de 2028, renovável por igual período. A investida apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 1.191.873.

Conforme comunicado ao mercado em anúncio de Fato Relevante publicado em 28 de fevereiro de 2012, a Investida, nos termos da Instrução CVM 358/2002, informou que ajuizou, perante a Comarca da Capital do Estado do Pará, pedido de recuperação judicial, nos termos dos artigos 47 e seguintes da Lei nº 11.101/2005, com o objetivo de viabilizar a superação de sua situação de crise econômico-financeira, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

Todos os créditos existentes contra a Investida até a data do ajuizamento do pedido, ainda que não vencidos, ressalvadas as exceções legais, estão sujeitos à recuperação judicial, nos termos do artigo 49 da Lei nº 11.101/2005, e deverão ser pagos nos termos do plano de recuperação judicial.

Durante o procedimento de recuperação judicial, a Investida permanece na condução da sua atividade empresarial, nos termos do artigo 64 da Lei nº 11.101/2005.O impacto da recuperação judicial nas demonstrações financeiras da Investida somente

serão conhecidos após a aprovação do plano de recuperação judicial previsto na legislação.

A situação acima descrita, indica a existência de incerteza significativa que levanta dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade da Investida e, portanto, ela pode não ser capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios, conforme parecer de seus auditores independentes (vide nota 8).

f) Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - a concessionária de um complexo hidroenergético localizado no Alto Tietê, centrado na Usina Hidroelétrica Henry Borden. A EMAE dispõe, ainda da UHE Rasgão e a UHE Porto Góes, ambas no Rio Tietê. No Vale do Paraíba, município de Pindamonhangaba, está instalada a UHE Isabel, atualmente fora de operação.

g) Lajeado Energia S.A. - companhia de capital fechado, controlada da EDP Energias do Brasil S.A., tem como principal objeto social a geração e comercialização de energia elétrica. A Companhia detém 73% do capital total da Investco S.A., que tem como objeto principal a exploração da UHE Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público 05/97 – ANEEL, com vigência até 2033.

Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - sociedade por ações de capital aberto, sob o controle acionário da Rede Energia S.A., atuando na área de distribuição de energia elétrica, além da geração própria através de usinas térmicas para o atendimento a sistemas isolados em sua área de concessão que abrange o Estado de Mato Grosso, atendendo consumidores em 141 municípios. Conforme Contrato de Concessão de 03/1997, assinado em 11 de dezembro de 1997, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 11 de dezembro de 2027, renovável por igual período. Além do contrato de distribuição, a Companhia possui Contrato de Concessão de Geração 04/1997, de 7 Usinas Termelétricas com suas respectivas subestações associadas, com vencimento em 10 de dezembro de 2027 (vide Nota 2). A investida apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 82.136.

Conforme apresentado no parecer de seus auditores independentes a investida tem apresentado dificuldades de captação e renovação de seus empréstimos e financiamentos o que vem resultando em dificuldades de liquidar o serviço da dívida, a sua amortização e liquidação de outros compromissos operacionais de curtíssimo prazo. Adicionalmente, a Investida é controlada da Rede Energia S.A. a qual possui investimento em sua controlada Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – Em Recuperação Judicial que está em processo de Recuperação Judicial, cujo pedido foi deferido em 29 de fevereiro de 2012. A administração da Investida está em curso de negociação com seus credores - instituições financeiras - com o objetivo de alongar o perfil do seu endividamento.

IV – Sociedades de Propósito Específico

Ao longo dos últimos anos, as Empresas do Sistema Eletrobras firmou investimentos em parcerias em projetos com a iniciativa privada, onde a Companhia figura como acionista não controlador, detendo ações preferenciais. Estes empreendimentos têm como objeto a atuação na área de geração e transmissão de energia elétrica, cujos valores aportados estão classificados no Ativo – Investimentos.

No mesmo sentido, tendo em vista as necessidades de expansão dos investimentos no Setor Elétrico, as empresas controladas pela Eletrobras participam, também de forma minoritária, com ações ordinárias, em empresas de concessão de serviços de energia elétrica, classificados em Ativo – Investimentos:

1 – Sistema de Transmissão Nordeste – STN

Parceiros – 1 – Chesf 49%; 2 – Alusa 51%

Objeto – LT 500 Hv, 546 vKm – Teresina/Fortaleza – em operação

2 – Artemis Transmissora de Energia

Parceiro – Eletrosul 100%

Objeto- LT 525 Km – Salto Santiago /Cascavel – em operação

3 – Empresa Transmissora do Alto Uruguai – ETAU

Parceiros – 1 – Eletrosul 24,4%; 2 – Terna Participações 52,6%; 3 – DME Energética 10%; 4 – CEEE-GT 10%

Objeto – LT 230 Kv, 187 Km – Campos Novos /Santa Marte – em operação

4 – Enerpeixe S.A.

Parceiros – 1 – Furnas 40%; 2 – EDP 60%

Objeto – UHE Peixe Angical 452 MW – em operação

5 - Manaus Construtora Ltda.

Parceiros – 1 – Eletronorte 30,0%; 2 – Chesf 19,5; 3 - Abengoa Holding 50,5%

Objeto – LT 500KV Oriximá/Cariri, SE Itacoatiara 500/138KV e SE 500/230KV – em operação

6 - Uirapuru Transmissora de Energia

Parceiros – 1 – Eletrosul 75%; 2 – Elos 25%

Objeto – LT 525KV, Ivaioirã/Londrina

7 - Energia Sustentável do Brasil

Parceiros – 1 – Chesf 20%; 2 – Eletrosul 20%; 3 – Energy South America Participações LTDA 10,1%; 4 – Camargo Correa Investimentos em Infraestrutura S.A. 9,9%

Objeto – UHE Jirau, com 3.300 MW – entrada em operação prevista para 2013

8 - Norte Brasil Transmissora de Energia

Parceiros – 1 – Eletrosul – 24,5%; 2 – Eletronorte 24,5%; 3 – Andrade Gutierrez Participações 25,5%; Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. – 25,5%

Objeto – LT Porto Velho/Araraquara, trecho 02, 600KV

9 – Estação Transmissora de Energia

Parceiro – Eletronorte 100%

Objeto - Estação Retificadora - corrente alternada/corrente contínua, e Estação Inversora - corrente contínua/corrente alternada, 600/500 KV - 2950 MW

10 - Porto Velho Transmissora de Energia

Parceiro – Eletrosul 100%

Objeto – LT Porto Velho (RO), Subestação Coletora Porto Velho (RO), em 500/230 KV, e duas estações Conversoras CA/CC/CA Back-to-Back, em 400 MW

11 - Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia

Parceiros – 1 – Eletronorte 49%; 2 – Bimetal 24,50%; 3 – Alubar 13,25%; 4 – Linear 13,25%

Objeto - 2 linhas de transmissão em 230 KV, Coxipó / Cuiabá , com extensão de 25 km e Cuiabá / Rondonópolis, com extensão de 168 km – em construção

12 - Intesa - Integração Transmissora de Energia

Parceiros – 1 – Chesf 12%; 2 – Eletronorte 37%; 3 – FIP 51%

Objeto - LT 500kV, no trecho Colinas/ Serra da Mesa 2, 3º circuito – em construção

13 – Energética Águas da Pedra

Parceiros – 1 – Chesf 24,5%; 2 – Eletronorte 24,5%; 3 – Neoenergia S.A. 51%

Objeto – UHE Rio Aripuanã 261KW – em operação

14 – Amapari Energia

Parceiros – 1 – Eletronorte 49%; 2 – MPX Energia 51%

Objeto – UTE Serra do Navio 23,33MW

15 - Brasnorte Transmissora de Energia

Parceiros - 1 – Eletronorte 49,71%; 2 – Terna Participações 38,70%; 3 – Bimetal Ind e Com. de Produtos Metalúrgicos LTDA 11,62%

Objeto – LT Juba/Jauru 230 KV, com 129 Km de extensão; LT Maggi/Nova Mutum 230 KV, com 273 Km de extensão; SE Juba, 230/130 KV e SE Maggi, 230/138 KV

16 - Manaus Transmissora de Energia

Parceiros – 1 – Eletronorte 30%; 2 – Chesf 19,50%; 3- Abengoa Concessões Brasil Holding 50,50%

Objeto - LT Oriximiná/Itacoatiara, circuito duplo, 500KV, com extensão de 374 KM, LT Itacoatiara/Cariri, circuito duplo 500KV, com extensão de 212 Km, Subestação Itacoatiara em 500/230 KV, 1.800MVA.

17 – Transleste

Parceiros – 1 - Furnas 24%; 2 – Alusa 41%; 3 – Cemig 25%; 4 – Orteng 10%

Objeto LT Montes Claros/Irapé , 345 kV – em operação

18 - Transudeste

Parceiros – 1 – Furnas 25%; 2 – Alusa 41%; 3 – Cemig 24%; 4 – Orteng 10%

Objeto - LT Itutinga/ Juiz de Fora, 345 kV – em operação

19 – Transirapé

Parceiros – 1 – Furnas 24,50%; 2 – Alusa 41%; 3 – Cemig 24,50%; 4 – Orteng 10%

Objeto - LT Irapé / Araçuaí, 230 kV – em operação

20 – Chapecoense

Parceiros – 1 – Furnas 49%; 2 - CPFL 51% (Consócio Chapecoense 40% e CEEE-GT 9%)

Objeto – UHE Foz do Chapecó, Rio Uruguai, 855MW – em operação

21 - Serra do Facão Energia

Parceiros - 1 – Furnas 49,47%; 2 - Alcoa Alumínio S.A. 34,97%, 3 -DME Energética S.A 10,09% e 4- Camargo Corrêa Energia S.A. 5,46%.

Objeto - UHE Serra do Facão, 212,58 MW – em operação

22 - Retiro Baixo

Parceiros – 1 - Furnas 49%; 2 – Orteng 25,5%; 3 – Logos 15,5%; 3 – Arcadis Logos 10%

Objeto - UHE Retiro Baixo, 82 MW – em operação

23 - Baguari Energia

Parceiros – 1 – Furnas 30,61%; 2- Cemig 69,39%

Objeto - UHE Baguari, 140 MW – em operação

24 - Centroeste de Minas

Parceiros – 1 – Furnas 49%; 2 – Cemig 51%

Objeto - LT Furnas/Pimenta (MG), 345 kV – em operação

25 – Santo Antonio Energia

Parceiros – 1 - Furnas 39%; 2 - Odebrecht Investimentos 17,6%; 3 - Andrade Gutierrez Participações 12,4%; 4 – Cemig 10%; 5 - Fundos de Investimentos e Participações da Amazônia 20%; 6 - Construtora Norberto Odebrecht (1%).

Objeto - UHE Santo Antônio

26 - IE Madeira

Parceiros – 1 – Furnas 24,50%; 2 – Chesf 24,50%; 3 – CTEEP 31%

Objeto - LT Coletora Porto Velho/Araraquara, trecho 01, com 2.950 Km

27 - Inambari

Parceiros – 1 – Furnas 19,60%; 2 – Eletrobras 29,40%; 3 – OAS 51%

Objeto – Construção UHE Inambari (Peru), e do sistema de Transmissão de uso exclusivo, interligando o Peru e Brasil, bem como a importação e exportação de bens e serviços – em fase pré-operacional

28 – Transenergia

Parceiros – 1 – Furnas 49%; 2 – Delta 25,5%; 3 – J.Malucelli 25,5%

Objeto - construção, implantação, operação e manutenção de linha de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado Nacional Lote C

29 - Norte Energia S.A.

Parceiros – 1 – Eletrobras 15,00%; 2 – Chesf 15%; 3 - Eletronorte 19,98%; 4 -Petros 10%; 5 - Bolzano 10%; 6 – Outros 30,02%

Objeto – UHE Belo Monte, no rio Xingu

Tendo em vista a Companhia ter diversas ações no âmbito do judiciário, onde figura como ré (vide Nota 30), são oferecidos em garantia, nos recursos dessas ações judiciais, ativos que representam 9,02% (5,25% em 2010) do total da carteira de investimentos, conforme abaixo descrito:

CONTROLADORA

31/12/2011			
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	VALOR DO INVESTIMENTO	PERCENTUAL DE BLOQUEIO	INVESTIMENTO BLOQUEADO
CTEEP	1.598.248	98,76%	1.578.507
EMAE	320.434	100,00%	320.434
CESP	203.581	95,88%	195.201
AES TIETE	812.853	88,94%	722.923
COELCE	182.639	58,09%	106.090
DUKE(CGEEP)	22.607	63,25%	14.300
CEMAT	522.614	86,66%	452.878
CEB	3.528	50,00%	1.764
CELPA	171.370	96,99%	166.218
CELPE	54.853	71,55%	39.249
CEEE	1.341.763	85,93%	1.152.945
CEMAR	323.433	57,62%	186.357
SUBTOTAL	5.557.923		4.936.865
Outros Investimentos	49.203.960		-
TOTAL	54.761.883	9,02%	4.936.865

14.5 Combinação de negócios

A controlada Eletrosul,, em 11 de agosto de 2011, após obter as autorizações necessárias (CADE, ANEEL e BNDES), adquiriu o controle acionário da Artemis Transmissora de Energia S/A e Uirapuru Transmissora de Energia S/A. Foi utilizado o método de aquisição para a contabilização dos ativos identificáveis adquiridos, passivos assumidos e participação de não controladores.

Conforme dispõe o parágrafo nº 42 do pronunciamento técnico CPC 15 (IFRS 3 – *Business Combination*), a Companhia reavaliou sua participação anterior de 49% na Artemis e 49% na Uirapuru pelo valor justo da data da aquisição e reconheceu no resultado do período o ganho resultante, conforme a seguir demonstrado.

(a) Artemis Transmissora de Energia S/A

O valor da transação total foi de R\$ 145.692, correspondentes a diferença da contraprestação transferida em caixa no valor de R\$ 154.362 e o valor do direito aos dividendos não pagos à Cymi Holding no valor de R\$ 8.670, e decorreu do exercício do direito de preferência para a aquisição das ações.

A aquisição da participação acionária proporcionou à Eletrosul, através do exercício do direito de preferência, deter o controle da Artemis e apresentará como vantagem, a sinergia dos fluxos financeiros, posto que o montante dos dividendos relativos a parcela adquirida passará a integrar o fluxo de caixa, bem como implicará em benefícios de centralização da administração e redução dos custos de transação, quando da efetivação da incorporação.

Contraprestação

Em 11 de agosto de 2011

Contraprestação efetivamente transferida (caixa)	154.362
Créditos referente dividendos da Cymi Holding (vendedora)	(8.670)
Valor justo da participação acionária na Artemis mantida antes da combinação de negócios	139.978
	285.670
Valores reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	
Caixa e equivalentes de caixa	14.031
Concessionárias e permissionárias	8.422
Ativo financeiro amortizável pela RAP	166.109
Ativo financeiro indenizável	85.636
Ativos ao valor justo por meio do resultado	8.161
Demais contas a receber	2.851
Empréstimos e financiamentos	(99.138)
Impostos a recolher e taxas regulamentares	(7.226)
Dividendos a pagar	(17.000)
Demais contas a pagar	(4.772)
Total de ativos líquidos identificáveis	157.074
Ágio (<i>Goodwill</i>)	65.584
Ganho na participação anterior na Artemis a valor justo	63.012
	285.670

A redução da contraprestação no montante de R\$ 8.670 decorre do contrato de compra e venda das ações, no qual a vendedora abriu o direito de recebimento a compradora.

O ágio (*Goodwill*) no montante de R\$ 65.584 é atribuído à expectativa de rentabilidade futura do negócio pelo direito de exploração da concessão outorgada pela ANEEL para exploração do serviço público de transmissão de energia elétrica, conforme avaliação econômico-financeira. Este ágio tem vida útil definida e esta sendo amortizável de acordo com o período de concessão.

O ágio pago resultante da aquisição da participação acionária no montante de R\$ 65.584 será utilizado para fins fiscais, conforme autoriza a legislação do imposto de renda.

(b) Uirapuru Transmissora de Energia S/A

O valor da transação total foi de R\$ 19.429, correspondentes a diferença da contraprestação transferida em caixa no valor de R\$ 20.859 e o valor do direito aos dividendos não pagos à Cymi Holding no valor de R\$ 1.430, e decorreu do exercício do direito de preferência para a aquisição das ações

A aquisição da participação acionária proporcionou à Eletrosul, através do exercício do direito de preferência, deter o controle da Uirapuru e apresentará como vantagem, a sinergia dos fluxos financeiros, posto que o montante dos dividendos relativos a parcela adquirida passará a integrar o fluxo de caixa, bem como implicará em benefícios de centralização da administração e redução dos custos de transação.

Contraprestação

Em 11 de agosto de 2011

Contraprestação efetivamente transferida (caixa)	20.859
Créditos referente dividendos da Cymi Holding (vendedor)	(1.430)
Valor justo da participação acionária na Uirapuru mantida antes da combinação de negócios	36.616
	56.045
Valores reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	
Caixa e equivalentes de caixa	6.963
Concessionárias e permissionárias	2.689
Ativo financeiro amortizável pela RAP	63.395
Ativo financeiro indenizável	28.145
Ativos ao valor justo por meio do resultado	3.167
Demais contas a receber	95
Empréstimos e financiamentos	(41.946)
Impostos a recolher e taxas regulamentares	(642)
Dividendos a pagar	(5.500)
Demais contas a pagar	(4.402)
Total de ativos líquidos identificáveis	51.964
Participação não controladora	(12.991)
Ágio (<i>Goodwill</i>)	5.918
Ganho na participação anterior na Uirapuru a valor justo	11.154
	56.045

A redução da contraprestação no montante de R\$ 1.430 decorre do contrato de compra e venda das ações, no qual a vendedora abriu o direito de recebimento a compradora.

O ágio (*Goodwill*) no montante de R\$ 5.918 é atribuído à expectativa de rentabilidade futura do negócio pelo direito de exploração da concessão outorgada pela ANEEL para exploração do serviço público de transmissão de energia elétrica, conforme avaliação econômico-financeira. Este ágio tem vida útil definida e esta sendo amortizável de acordo com o período de concessão.

No momento, a Eletrosul não tem intenção de utilizar o valor do ágio para fins fiscais.

(c) Valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

A Eletrosul adotou como valor justo dos ativos e passivos como sendo o valor registrado em seus livros, visto que:

Os caixas e equivalentes de caixas adquiridos são depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, avaliadas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial, e seu valor aproxima-se o valor justo.

Concessionárias e permissionárias engloba as contas a receber por transmissão de energia faturada, acrescidas das variações monetárias, quando contratadas.

Ativos financeiros amortizáveis pela RAP estão reconhecidos os direitos de cobrar os usuários pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão de energia elétrica em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão, que representa o valor justo do referido ativo financeiro.

Ativos ao valor justo por meio do resultado referem-se à aplicação financeira no fundo de investimento corrigido por CDI, vinculada ao financiamento com o BNDES, como parte da garantia concedida à instituição financeira.

Empréstimos e financiamentos estão sujeitos a juros com taxas usuais de mercado para operações com as mesmas características. Os valores de mercado dos financiamentos são muito próximos dos valores contabilizados, considerando os valores, prazos e linhas específicas de financiamentos contratados

NOTA 15 – IMOBILIZADO

Os itens do ativo imobilizado referem-se à infraestrutura para geração de energia elétrica. A infraestrutura destinada aos segmentos de transmissão e distribuição são tratados nos termos do estabelecido no ICPC 01 (IFRIC 12).

CONSOLIDADO				
31/12/2011				
	Custo	Depreciação acumulada	(-) Obrigações vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço				
Geração	59.688.026	(24.385.487)	(349.052)	34.953.487
Administração	2.272.380	(1.353.630)	(32.712)	886.038
	<u>61.960.406</u>	<u>(25.739.117)</u>	<u>(381.764)</u>	<u>35.839.525</u>
Em curso				
Geração	16.906.190	-	-	16.906.190
Administração	469.146	-	-	469.146
	<u>17.375.336</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>17.375.336</u>
	<u>79.335.742</u>	<u>(25.739.117)</u>	<u>(381.764)</u>	<u>53.214.861</u>

CONSOLIDADO				
31/12/2010				
	Custo	Depreciação acumulada	(-) Obrigações vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço				
Geração	57.188.232	(22.998.388)	(327.977)	33.861.867
Administração	2.210.771	(1.248.170)	(35.591)	927.010
	<u>59.399.003</u>	<u>(24.246.558)</u>	<u>(363.568)</u>	<u>34.788.877</u>
Em curso				
Geração	11.538.959	-	-	11.538.959
Administração	354.662	-	-	354.662
	<u>11.893.621</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>11.893.621</u>
	<u>71.292.624</u>	<u>(24.246.558)</u>	<u>(363.568)</u>	<u>46.682.498</u>

Os bens que compõe o ativo imobilizado da Companhia, associados e identificados como ativos da concessão de serviço público, não podem ser vendidos nem dados em garantias à terceiros.

As Obrigações Especiais correspondem à recursos recebidos de consumidores com o objetivo de contribuir na execução de projetos de expansão necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica e são alocadas aos empreendimentos correspondentes. Os ativos adquiridos com os correspondentes recursos são registrados no imobilizado da Companhia, conforme disposições

estabelecidas pela ANEEL. Em virtude de sua natureza essas contribuições não representam obrigações financeiras efetivas, uma vez que não serão devolvidas aos consumidores.

Movimentação do Imobilizado

	CONSOLIDADO				Saldo em 31/12/2011
	Saldo em 31/12/2010	Adições	Transferência curso/serviço	Depreciação	
Geração / Comercialização					
Em serviço	55.976.229	3.136.868	(590.458)	-	58.522.639
Depreciação acumulada	(22.998.388)	-	-	(1.387.099)	(24.385.487)
Em curso	11.538.959	4.776.939	590.458	(166)	16.906.190
Arrendamento Mercantil - Leasing	1.212.003	-	-	(46.616)	1.165.387
	<u>45.728.803</u>	<u>7.913.807</u>	<u>-</u>	<u>(1.433.881)</u>	<u>52.208.729</u>
Administração					
Em serviço	2.210.771	55.939	37.068	(31.398)	2.272.380
Depreciação acumulada	(1.248.170)	-	-	(105.460)	(1.353.630)
Em curso	354.662	151.552	(37.068)	-	469.146
	<u>1.317.263</u>	<u>207.491</u>	<u>-</u>	<u>(136.858)</u>	<u>1.387.897</u>
(-) Obrigações Especiais Vinculadas à concessão					
Uso do Bem Público - UBP	-	-	-	-	-
Reintegração Acumulada	14.053	-	-	-	14.053
Contribuições do Consumidor	(147.894)	-	-	-	(147.894)
Participação da União Federal	(47.584)	-	-	-	(47.584)
Outros	(182.143)	(18.196)	-	-	(200.339)
	<u>(363.568)</u>	<u>(18.196)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(381.764)</u>
TOTAL	<u>46.682.498</u>	<u>8.103.102</u>	<u>-</u>	<u>(1.570.739)</u>	<u>53.214.861</u>

	CONSOLIDADO				Saldo em 31/12/2010
	Saldo em 31/12/2009	Adições	Transferência curso/serviço	Depreciação	
Geração / Comercialização					
Em serviço	52.801.218	116.947	3.079.229	(21.165)	55.976.229
Depreciação acumulada	(21.685.079)	-	-	(1.313.309)	(22.998.388)
Em curso	8.342.934	6.269.048	(3.079.229)	6.206	11.538.959
Arrendamento Mercantil - Leasing	1.258.619	-	-	(46.616)	1.212.003
	<u>40.717.692</u>	<u>6.385.995</u>	<u>-</u>	<u>(1.374.884)</u>	<u>45.728.803</u>
Administração					
Em serviço	1.865.281	299.702	45.788	-	2.210.771
Depreciação acumulada	(1.008.374)	-	-	(239.796)	(1.248.170)
Em curso	400.450	-	(45.788)	-	354.662
	<u>1.257.357</u>	<u>299.702</u>	<u>-</u>	<u>(239.796)</u>	<u>1.317.263</u>
(-) Obrigações Especiais Vinculadas à concessão					
Uso do Bem Público - UBP	-	-	-	-	-
Reintegração Acumulada	14.053	-	-	-	14.053
Contribuições do Consumidor	(147.894)	-	-	-	(147.894)
Participação da União Federal	(47.584)	-	-	-	(47.584)
Outros	(196.019)	13.876	-	-	(182.143)
	<u>(377.444)</u>	<u>13.876</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(363.568)</u>
TOTAL	<u>41.597.605</u>	<u>6.699.573</u>	<u>-</u>	<u>(1.614.680)</u>	<u>46.682.498</u>

Taxa Média e Depreciação Acumulada:

Geração	CONSOLIDADO			
	31/12/2011		31/12/2010	
	Taxa média de depreciação	Depreciação acumulada	Taxa média de depreciação	Depreciação acumulada
Hidráulica	2,44%	19.856.370	2,46%	18.646.869
Nuclear	3,30%	2.501.816	3,30%	2.264.774
Térmica	5,77%	2.027.301	5,64%	2.086.745
		<u>24.385.487</u>		<u>22.998.388</u>
Administração	7,46%	1.353.630	7,45%	1.248.170
		<u>1.353.630</u>		<u>1.248.170</u>
Total		<u><u>25.739.117</u></u>		<u><u>24.246.558</u></u>

NOTA 16 – ATIVO FINANCEIRO

I - Itaipu Binacional

Considerando as características do empreendimento Itaipu Binacional, o qual se traduz, como um fluxo de caixa, o investimento foi enquadrado como ativo financeiro, conforme abaixo:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2011	31/12/2010
Contas a Receber	2.278.404	1.891.564
Direito de Ressarcimento	611.508	290.704
Fornecedores de Energia - Itaipu	(586.994)	(588.983)
Obrigações de ressarcimento	(1.404.965)	(596.270)
Outros	-	-
Total ativo circulante	897.953	997.015
Contas a Receber	139.563	35.715
Direito de Ressarcimento	3.936.511	1.910.996
Obrigações de ressarcimento	(2.352.065)	(1.122.137)
	1.724.009	824.574
Imobilizado Itaipu		
Geração		
Em serviço	14.931.693	13.916.577
Em curso	50.557	42.762
	14.982.250	13.959.339
Administração		
Em serviço	797.093	718.508
Em curso	190.847	145.665
	987.940	864.173
Total ativo não circulante	17.694.199	15.648.086
Total do ativo financeiro de Itaipu consolidado	18.592.152	16.645.101

Os efeitos da constituição do ativo financeiro Itaipu estão listados acima e são detalhados a seguir:

a - Valores Decorrentes da Comercialização da Energia Elétrica de Itaipu Binacional

Ao amparo da Lei 11.480/2007, foi retirado o fator de ajuste dos contratos de financiamento celebrados com Itaipu Binacional, e dos contratos de cessão de créditos firmados com o Tesouro Nacional, a partir de 2007, ficando assegurada à Companhia a manutenção integral de seu fluxo de recebimentos.

Como decorrência, foi editado o Decreto 6.265, de 22 de novembro de 2007, regulamentando a comercialização da energia elétrica de Itaipu Binacional, definindo o

diferencial a ser aplicado na tarifa de repasse, criando um ativo referente à parte do diferencial anual apurado, equivalente ao fator anual de ajuste retirado dos financiamentos, a ser incluído anualmente na tarifa de repasse, a partir de 2008, praticado pela Eletrobras, preservando o fluxo de recursos, originalmente estabelecido.

Dessa forma, passou a ser incluído na tarifa de repasse da potência proveniente da Itaipu Binacional, a partir de 2008, o diferencial decorrente da retirada do fator anual de reajuste, cujos valores são definidos anualmente através de portaria interministerial dos Ministérios da Fazenda e de Minas e Energia. Na tarifa de repasse em vigor em 2011, encontra-se incluído o montante equivalente a US\$ 214,989, o qual será recebido pela Companhia através de cobranças aos consumidores, homologado pela portaria MME/MF 398/2008.

O saldo decorrente da comercialização da energia elétrica de Itaipu Binacional, representado pela rubrica Direito de Ressarcimento, apresentada no Ativo Não Circulante, monta a R\$ 3.936.511 em 31 de dezembro de 2011, equivalentes a US\$ 2,098,577 (31 de dezembro de 2010 – R\$ 1.910.996, equivalentes a US\$ 1,146,919), dos quais R\$ 2.352.065, equivalente a US\$ 1,253,900, serão repassados ao Tesouro Nacional até 2023 representado em obrigações de ressarcimento, como decorrência da operação de cessão de crédito realizada entre a Companhia e o Tesouro Nacional, em 1999.

Tais valores serão realizados mediante a sua inclusão na tarifa de repasse a ser praticada até 2023.

b - Comercialização de energia elétrica - Itaipu Binacional

A Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, atribuiu à Companhia a responsabilidade pela aquisição da totalidade da energia elétrica produzida por Itaipu Binacional a ser consumida no Brasil, passando a ser a comercializadora dessa energia elétrica.

Desta forma, foram comercializados no exercício de 2011 o equivalente a 83.847 GWh, sendo a tarifa de suprimento de energia (compra), praticada por Itaipu Binacional, de US\$ 22.60/kW e a tarifa de repasse (venda), US\$ 24.88/kW.

O resultado da comercialização da energia elétrica da Itaipu Binacional, nos termos do Decreto 4.550, de 27 de dezembro de 2002, observadas as alterações introduzidas pelo Decreto 6.265, de 22 de novembro de 2007, tem a seguinte destinação:

- 1) se positivo, deverá ser destinado, mediante rateio proporcional ao consumo individual, a crédito de bônus nas contas de energia dos consumidores do Sistema Elétrico Nacional Interligado, integrantes das classes residencial e rural, com consumo mensal inferior a 350 kWh.
- 2) se negativo, é incorporado pela ANEEL no cálculo da tarifa de repasse de potência contratada no ano subsequente à formação do resultado.

Essa operação de comercialização não impacta o resultado da Companhia, sendo que nos termos da atual regulamentação o resultado negativo representa um direito incondicional de recebimento e se negativo uma obrigação efetiva.

No exercício de 2011, a atividade foi superavitária em R\$ 639.977 (R\$ 225.128 em 31 de dezembro de 2010), sendo a obrigação decorrente incluída na rubrica de Obrigações de Ressarcimento

II - Ativo Financeiro – Concessão de serviço público de energia elétrica

A rubrica ativo financeiro - concessão, no montante de R\$ 29.575.176 refere-se ao ativo financeiro a realizar, detido pelas empresas do Sistema Eletrobras, sendo nas concessões de distribuição, apurado pela aplicação do modelo misto, e nas concessões de transmissão pela aplicação do modelo financeiro, ambos previstos no ICPC 01 (IFRIC 12).

O total do ativo financeiro está demonstrado no Balanço Patrimonial consolidado conforme quadro abaixo:

	31/12/2011	31/12/2010
Concessões de Transmissão		
Ativo Financeiro Receita Anual Permitida	9.276.285	7.444.868
Ativo Financeiro - Concessões Indenizáveis	17.273.525	15.935.225
	<u>26.549.810</u>	<u>23.380.093</u>
Concessões de Distribuição		
Ativo Financeiro - Concessões Indenizáveis	3.025.366	2.342.039
	<u>3.025.366</u>	<u>2.342.039</u>
Ativo Financeiro Itaipu		
	18.592.152	16.645.101
	<u>18.592.152</u>	<u>16.645.101</u>
Total do ativo financeiro		
	<u>48.167.328</u>	<u>42.367.234</u>
Ativo Financeiro – Circulante		
	2.017.949	1.723.522
Ativo Financeiro – Não Circulante		
	46.149.379	40.643.712
Total do ativo financeiro		
	<u>48.167.328</u>	<u>42.367.234</u>

NOTA 17 – ATIVO INTANGÍVEL

		CONTROLADORA				
		31/12/2010	Adições	Amortizações	Transferências	31/12/2011
Não vinculados à Concessão						
Em serviço		61.114	-	-	-	61.114
Amortização Acumulada (-)		(11.111)	-	(1.853)	-	(12.964)
Total		50.003	-	(1.853)	-	48.150
Total		50.003	-	(1.853)	-	48.150
CONSOLIDADO						
		31/12/2010	Adições	Amortizações	Transferências	31/12/2011
Vinculados à Concessão						
Geração						
Serviço						
Saldo		909.952			60.604	970.556
Amortização Acumulada (-)		(19.791)		(19.998)		(39.789)
Curso						
Saldo		156.026	16.007		(60.604)	111.429
		1.046.187	16.007	(19.998)	-	1.042.196
Distribuição						
Serviço						
Saldo		1.995.293	22.244	-	58.538	2.076.075
Amortização Acumulada (-)		(814.659)	(50.315)	(67.269)	584	(931.659)
Obrigações especiais		(364.863)	(62.766)	7.800	(35.218)	(455.047)
Curso						
Saldo		180.093	85.854	-	(56.471)	209.476
Obrigações especiais		(99.223)	(37.569)	(472)	32.567	(104.697)
		896.641	(42.552)	(59.941)	-	794.148
Transmissão						
Curso						
Saldo		35.868	22.548	-	-	58.416
		35.868	22.548	-	-	58.416
Não vinculados à Concessão						
Em serviço		366.948	189.229	-	15.327	571.504
Amortização Acumulada (-)		(144.834)	(10.693)	(39.686)	1.283	(193.930)
Em curso		63.162	52.481	-	(16.610)	99.033
Total		285.276	231.017	(39.686)	-	476.607
Total		2.263.972	227.020	(119.625)	-	2.371.367
CONTROLADORA						
		31/12/2009	Adições	Amortizações	Transferências	31/12/2010
Não vinculados à Concessão						
Em serviço		61.114	-	-	-	61.114
Amortização Acumulada (-)		(9.260)	-	(1.851)	-	(11.111)
Total		51.854	-	(1.851)	-	50.003
Total		51.854	-	(1.851)	-	50.003
CONSOLIDADO						
		31/12/2009	Adições	Amortizações	Transferências	31/12/2010
Vinculados à Concessão						
Geração						
Serviço						
Saldo		645.678	264.274			909.952
Amortização Acumulada (-)				(19.791)		(19.791)
Curso						
Saldo		107.030	48.996			156.026
Impairment						-
		752.708	313.270	(19.791)	-	1.046.187
Distribuição						
Serviço						
Saldo		1.923.390	10.647	-	61.256	1.995.293
Amortização Acumulada (-)		(682.095)	(57.232)	(75.332)	-	(814.659)
Obrigações especiais		(322.852)	(16.289)	4.999	(30.721)	(364.863)
Curso						
Saldo		118.486	122.861	-	(61.254)	180.093
Obrigações especiais		(79.530)	(50.412)	-	30.719	(99.223)
		957.399	9.575	(70.333)	-	896.641
Transmissão						
Curso						
Saldo		30.644	5.224	-	-	35.868
		30.644	5.224	-	-	35.868
Não vinculados à Concessão						
Em serviço		332.517	24.133	-	10.298	366.948
Amortização Acumulada (-)		(101.306)	(7.414)	(37.037)	923	(144.834)
Em curso		52.721	22.032	-	(11.591)	63.162
Total		283.932	38.751	(37.037)	(370)	285.276
Total		2.024.683	366.820	(127.161)	(370)	2.263.972

O Ativo Intangível é apropriado durante o seu prazo de concessão.

NOTA 18 – VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS DE LONGO PRAZO

A companhia definiu o valor recuperável de seus ativos de longo prazo com base em valor em uso tendo em vista não haver mercado ativo para a infraestrutura vinculada à concessão. O valor em uso é avaliado com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração da companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos. O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- a) Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira;
- b) Taxa média de desconto (5,49% para geração, 5,28% para transmissão e 5,45% distribuição) obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital;
- c) A taxa de crescimento não inclui inflação.

A análise determinou a necessidade de constituição de provisão para perdas nos seguintes empreendimentos no ano de 2011:

a) Eletrosul – Face ao atraso da entrada em operação da UHE Passo São João, os fluxos de caixa futuros serão insuficientes para cobrir os custos. Portanto, a Companhia reconheceu *impairment* no montante de R\$ 107.664 (R\$ 142.870 em 2010).

b) Amazonas Energia (segmento de distribuição) – No ano de 2010 a ANEEL determinou uma nova metodologia de reajuste tarifário que inclui, entre outros fatores, a redução na remuneração dos ativos (WACC regulatório). Esses fatores levaram a necessidade de se reconhecer *impairment* sobre os ativos de distribuição no valor de R\$ 573.731, sendo R\$ 69.546, neste exercício.

c) Furnas – A Companhia reconheceu *impairment* sobre as UHE Batalha e UHE Simplício, no montante de R\$ 693.339, sobre a recuperação de ativos, sendo de R\$ 349.444 neste exercício, tendo em vista um aumento na estrutura de custos impostas pelo atraso nas obras de construção das usinas hidrelétricas.

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2009	886.305
(+) Provisão	388.666
(-) Reversões	(285.446)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	989.525
(+) Provisão	438.484
(-) Reversão	(27.474)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.400.535
Imobilizado	830.370
Intangível	558.488
Outros	11.677
	1.400.535

NOTA 19 – FORNECEDORES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
CIRCULANTE				
Bens, Materiais e Serviços	68.544	102.260	1.972.176	1.314.871
Energia Comprada para Revenda	316.132	263.705	4.312.692	3.850.379
CCEE - Energia de curto prazo	-	-	53.234	515
	<u>384.676</u>	<u>365.965</u>	<u>6.338.102</u>	<u>5.165.765</u>

NOTA 20 - ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES				
CIRCULANTE				
Venda antecipada de energia - ALBRAS	-	-	44.098	39.362
Adiantamentos de clientes - PROINFA	368.943	302.100	368.943	302.100
	<u>368.943</u>	<u>302.100</u>	<u>413.041</u>	<u>341.462</u>
NÃO CIRCULANTE				
Venda antecipada de energia - ALBRAS	-	-	879.452	928.653
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>879.452</u>	<u>928.653</u>
TOTAL	<u>368.943</u>	<u>302.100</u>	<u>1.292.493</u>	<u>1.270.115</u>

I – ALBRÁS

A controlada Eletronorte celebrou venda de energia elétrica com a ALBRÁS, em 2004, para fornecimento por um período de 20 anos, sendo 750 MW médios/mês, até dezembro de 2006 e 800 MW médios/mês, de janeiro de 2007 a dezembro de 2024, tendo como parâmetro a tarifa de equilíbrio da UHE Tucuruí, acrescido de um prêmio, calculado em função da cotação do alumínio na *London Metal Exchange (LME)* - Inglaterra. Essa constituição de preço se constitui em um derivativo embutido (vide Nota 42).

Com base nestas condições, a ALBRÁS, fez uma oferta de pré-compra de energia elétrica com pagamento antecipado, que se constitui em créditos de energia que serão amortizados durante o período de fornecimento, em parcelas fixas mensais expressas em MW médios, de acordo com a tarifa vigente no mês do faturamento, como detalhado a seguir:

CLIENTE	Data do Contrato		CONTROLADORA
	Inical	Final	Volume em Magawatts Médios (MW)
Albrás	01/07/2004	31/12/2024	750 até 31/12/2006 e 800 a partir de 01/01/2007
Alcoa	01/07/2004	01/01/2024	de 304 a 328
BHP	01/07/2004	02/01/2024	de 353, 08 a 492

II - PROINFA

O PROINFA, instituído pela Lei 10.438/2002, e suas alterações, tem como objetivo a diversificação da matriz energética brasileira com a utilização de fontes renováveis de energia, mediante o aproveitamento econômico dos insumos disponíveis e das tecnologias aplicáveis.

A Companhia assegura a compra da energia elétrica produzida, pelo período de 20 anos, contados a partir de 2006, e repassa esta energia às concessionárias de distribuição, consumidores livres e autoprodutores, excluídos os consumidores de baixa renda, na proporção de seus consumos.

As concessionárias de distribuição e de transmissão pagam à Companhia o valor de energia em quotas, equipamento ao custo correspondente à participação dos consumidores cativos, dos consumidores livres e dos autoprodutores conectados às suas instalações, em duodécimos, no mês anterior ao de competência do consumo da energia.

As operações relativas à compra e venda de energia no âmbito do PROINFA não afetam o resultado da Companhia.

NOTA 21 - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

I - Contratos obtidos pela Eletrobras – Instituições Financeiras e Bônus

a) A Companhia possui empréstimos celebrados com agências multilaterais, tais como BID, BIRD, KFW e EXIMBANK/JBIC, nos quais há garantia da União. Tais contratos seguem ao padrão de cláusulas aplicáveis aos contratos com agências multilaterais, que são as usualmente acordadas em negociações com esse tipo de organismo. Em 2011 foi celebrado contrato com o BIRD no valor de US\$ 495,000,000 destinados a investimentos nas empresas de distribuição do Sistema Eletrobras, principalmente com o objetivo de redução do nível de perdas. Desse valor só foram sacados US\$ 1.237.500, em maio de 2011, para pagamento de taxa do próprio empréstimo, ficando o saldo restante a ser sacado.

Nos contratos tipo A/B Loan, de empréstimo sindicalizado entre a CAF e bancos comerciais, a Companhia possui cláusulas usualmente praticadas no mercado, dentre as quais, existência de garantias corporativas, alteração de controle societário, conformidades às licenças e autorizações e limitação à venda significativa de ativos. Ainda, de acordo com as práticas de mercado há dois contratos de financiamento coordenados pelo BNP e CDB.

Além dos bônus emitidos em 2005 com o antigo Dresdner Bank AG e com o Credit Suisse em 2009, a Eletrobras adquiriu recursos pela emissão do bônus de US\$

1,750,000,000 em operação conjunta do Santander e Credit Suisse, em outubro de 2011. Os recursos obtidos no mercado internacional destinam-se ao Programa de Investimento com Parceria.

B) Contratos obtidos pela Eletrobras - Reserva Global de Reversão (RGR)

A Companhia é autorizada a sacar recursos da RGR enquanto não são utilizados para os fins a que se destinam, aplicando-os na concessão de financiamentos destinados à expansão do setor elétrico brasileiro, melhoria do serviço e na realização dos programas do Governo Federal.

Desta forma, a Eletrobras toma recursos junto à RGR, reconhecendo uma dívida para com este Fundo, e aplica em projetos específicos de investimento, por ela financiados, que tenham por objetivo:

- a) expansão dos serviços de distribuição de energia elétrica;
- b) incentivo às fontes alternativas de energia elétrica;
- c) estudos de inventário e viabilidade de aproveitamento de potenciais hidráulicos;
- d) implantação de centrais geradoras de potência até 5.000 kW, destinadas exclusivamente ao serviço público em comunidades populacionais atendidas por sistema elétrico isolado;
- e) iluminação pública eficiente;
- f) conservação de energia elétrica através da melhoria da qualidade de produtos e serviços;
- g) universalização de acesso à energia elétrica;

A Eletrobras remunera os recursos sacados da RGR e utilizados na concessão de financiamentos às empresas do setor elétrico brasileiro, com juros de 5% a.a. . Em 31 de dezembro de 2011, o saldo dos recursos sacados junto ao fundo, totaliza R\$ 8.931.891 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 8.159.038), incluídos na rubrica Financiamentos e empréstimos, do passivo.

Os recursos que compõem o Fundo RGR não fazem parte destas demonstrações, constituindo-se em entidade distinta da Eletrobras.

31/12/2011								
CONTROLADORA					CONSOLIDADO			
ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL NÃO		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL NÃO		
Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	CIRCULANTE	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	CIRCULANTE	
Moeda Estrangeira								
Instituições financeiras								
Banco Interamericano de Desenvolvimento	4,40%	2.400	34.901	191.957	4,40%	2.400	34.901	191.957
Corporación Andino de Fomento - CAF	2,40%	11.763	165.997	2.012.817	2,40%	11.763	165.997	2.012.817
Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW	3,87%	39	23.116	32.631	3,87%	39	23.116	32.631
Dresdner Bank	6,25%	41	23.385	-	6,25%	41	23.386	-
Eximbank	2,15%	1.635	53.362	293.487	2,15%	1.635	53.362	293.487
BNP Paribas	1,82%	269	64.962	611.709	1,82%	269	64.962	611.709
Outras		166	1.897	10.476		1.244	12.088	17.367
		16.313	367.620	3.153.077		17.391	377.812	3.159.968
Bônus								
Bônus - Dresdner Bank	7,75%	4.292	-	562.740	7,75%	4.292	-	562.740
SANTANDER 1.75 BI	5,75%	36.845	-	3.282.650	5,75%	36.845	-	3.282.650
Credit Suisse	6,87%	63.050	-	1.875.800	6,87%	63.050	-	1.875.800
		104.187	-	5.721.190		104.187	-	5.721.190
Outros								
Tesouro Nacional - ITAIPU		-	-	-		3.922	416.325	8.561.657
CAJUBI - Fundação Prev ITAIPU PY		-	-	-		389	566	26.860
		-	-	-		4.311	416.891	8.588.517
		120.500	367.620	8.874.267		125.889	794.703	17.469.675
Moeda Nacional								
Reserva Global de Reversão		-	-	8.931.891		-	-	8.946.901
Outras Instituições Financeiras		-	-	-		79.291	1.728.195	3.654.832
BNDES		-	-	-		49.126	1.228.122	8.336.944
		-	-	8.931.891		128.417	2.956.317	20.938.677
		120.500	367.620	17.806.158		254.306	3.751.020	38.408.352

31/12/2010								
CONTROLADORA					CONSOLIDADO			
ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL NÃO		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL NÃO		
Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	CIRCULANTE	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	CIRCULANTE	
Moeda Estrangeira								
Instituições financeiras								
Banco Interamericano de Desenvolvimento	4,16%	2.202	31.001	201.509	4,16%	2.202	31.001	201.509
Corporación Andino de Fomento - CAF	2,29%	9.886	25.634	1.935.355	2,29%	9.886	25.634	1.935.355
Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW	3,86%	70	21.158	43.556	3,86%	70	21.158	43.556
Dresdner Bank	6,25%	88	21.405	21.406	6,25%	88	21.405	21.406
Eximbank	2,15%	1.591	44.999	292.490	2,15%	1.591	44.999	292.490
BNP Paribas	1,48%	338	57.703	601.060	1,48%	338	57.703	601.060
Outras		175	1.684	9.344		721	11.784	12.477
		14.350	203.584	3.104.720		14.896	213.684	3.107.853
Bônus								
Bônus - Dresdner Bank	7,75%	3.812	-	499.860	7,75%	3.812	-	499.860
CREDIT SUISSE	6,87%	54.162	-	1.666.200	6,87%	54.162	-	1.666.200
		57.974	-	2.166.060		57.974	-	2.166.060
Outros								
Tesouro Nacional - ITAIPU		-	-	-		2.412	349.744	7.978.640
		-	-	-		2.412	349.744	7.978.640
		72.324	203.584	5.270.780		75.282	563.428	13.252.553
Moeda Nacional								
Reserva Global de Reversão		-	-	8.159.038		-	-	8.159.038
BNDES		-	-	-		10.786	330.338	2.703.781
Outras Instituições Financeiras		-	-	-		54.252	834.379	7.154.599
		-	-	8.159.038		65.038	1.164.717	18.017.418
		72.324	203.584	13.429.818		140.320	1.728.145	31.269.971

a) As dívidas são garantidas pela União e/ ou pela Eletrobras.

b) O total devido em moeda estrangeira, inclusive encargos corresponde na controladora a R\$ 9.362.387mil, equivalente a US\$ 4,991,144 mil e no consolidado a R\$ 18.390.267 mil, equivalente a US\$ 9,803,959 mil. A distribuição percentual por tipo de moeda é a seguinte:

	US\$	EURO	YEN
Controladora	95,43%	0,85%	3,72%
Consolidado	97,67%	0,43%	1,89%

c) Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos a encargos, cuja taxa média em 2011, é de 4,97% e 2010 foi de 4,19%.

d) A parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos expressa em milhares de Dólares Norte-Americanos, tem seu vencimento assim programado:

	2013	2014	2015	2016	2017	Após 2017	Total
Controladora	267.762	298.337	493.590	271.287	267.784	7.893.807	9.492.567
Consolidado	577.571	643.521	1.064.687	585.172	577.618	17.027.149	20.475.718

II – Operação de arrendamento financeiro:

Na controlada Amazonas Energia os arrendamentos são classificados como financeiros quando os termos dos respectivos contratos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacional.

Os ativos adquiridos através do arrendamento financeiro são depreciados com base a vida útil dos ativos.

O valor nominal utilizado no cálculo dos ativos e passivos originados pelos referidos contratos foi encontrado tomando como referência o valor fixado para a contratação de potencia mensal contratada, multiplicada pela capacidade instalada (60 a 65 MW) e pela quantidade de meses de vigência do contrato.

A conciliação entre o total dos pagamentos mínimos futuros do arrendamento financeiro da Companhia e o seu valor presente, esta demonstradas no quadro abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Menos de um ano	283.831	244.098
Mais de um ano e menos de cinco anos	1.419.154	1.220.493
Mais de cinco anos	2.105.079	2.213.161
Encargos de financiamentos futuros sobre os arrendamentos financeiros	202.636	416.322
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento	4.010.700	4.094.074
Ajuste a valor presente	(2.092.159)	(2.279.042)
Total de pagamentos mínimos de arrendamento financeiros	<u>1.918.541</u>	<u>1.815.032</u>
Menos de um ano	142.997	120.485
Mais de um ano e menos de cinco anos	714.984	602.315
Mais de cinco anos	1.060.560	1.092.232
Valor presente dos pagamentos	<u>1.918.541</u>	<u>1.815.032</u>

III - GARANTIAS

A Companhia participa na qualidade de interveniente garantidora de diversos empreendimentos cujos montantes garantidos, projeções e valores já pagos estão demonstrados nos quadros abaixo.

Controlada	Ano	Ano2	Empreendimento	Banco Financiador	Modalidade (corporativa/SPE)	Participação da Controlada	Valor do Financiamento (Quota Parte da Controlada)	Saldo Devedor em 31/12/2011	Saldo Garantidor Eletrobras	Projeção de Saldo Devedor - Fim do Exercício			a Liberar Após 2014	Término da Garantia			
										2012	2013	2014					
Chief	2009	2009	UHE Jirau	BNDES 09.2.0097.1 e Banco do Brasil/Caixa Econômica Federal/Bradesco/Itaú BBA e Banco do Nordeste 21.00398-X	Energia Sustentável do Brasil S.A. - ESRB	20,0%	1.444.000	1.329.848	13.298	1.664.995	1.606.545	1.524.168	-	15/01/2034			
Chief	2010	2010	Implantação da Linha de Transmissão e das Estações Conversoras referentes aos Lotes "D" e "E" do Vão ANEL nº 007/2008	BNDES	Interligação Elétrica do Madeira S.A. - IE Made	24,5%	98.336	108.203	1.082	-	-	-	-	17/09/2012			
Chief	2011	2011	Lote C - Leilão 004/2008 - LT Onimema - Silves - Eng. Lechuga e Sés Itacoatiara e Silves (antigas Itacoatiara e Carri)	BASA (FNO)	Manaus Transmissora de Energia S A	19,5%	48.750	49.230	492	54.225	59.726	65.786	-	31/12/2031			
Chief	2011	2011	Lote C - Leilão 004/2008 - LT Onimema - Silves - Eng. Lechuga e Sés Itacoatiara e Silves (antigas Itacoatiara e Carri)	BNDES	Manaus Transmissora de Energia S A	19,5%	74.100	74.930	749	81.847	89.402	97.654	-	31/12/2026			
Eletrosul	2009	2009	UHE Jirau	BNDES 09.2.0097.1 e BNDES/BB/CEF/Bradesco/Itaú BBA e Banco do Nordeste 21.00398-X	Energia Sustentável do Brasil S.A.	20,00%	1.444.000	1.329.848	13.298	1.664.995	1.606.545	1.524.168	-	15/01/2034			
Eletrosul	2010	2010	Usina Elétrica Cerro Chato I	Banco do Brasil 40/00508-9	Elétrica Cerro Chato I S.A.	90,00%	67.026	57.428	574	63.644	55.258	46.870	-	15/07/2020			
Eletrosul	2010	2010	Usina Elétrica Cerro Chato II	Banco do Brasil 40/00509-7	Elétrica Cerro Chato II S.A.	90,00%	67.026	57.474	575	63.644	55.258	46.870	-	15/07/2020			
Eletrosul	2010	2010	Usina Elétrica Cerro Chato III	Banco do Brasil 40/00510-0	Elétrica Cerro Chato III S.A.	90,00%	67.026	67.026	670	63.644	55.258	46.870	-	15/07/2020			
Eletrosul	2008	2008	250 km, entre a SE de Campos Novos e a SE Nova Santa Rita	BNDES 07.2.0663.1	Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul S.A.	100,00%	126.221	112.422	1.124	100.337	88.408	76.536	-	15/05/2021			
Eletrosul	2010	2010	LT Coletores Porto Velho Arapaguá 2, nº 2, em CC, +/- 600 kV	BNDES 10.2.0453.1	Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	24,50%	295.000	75.208	752	-	-	-	-	15/04/2012			
Eletrosul	2011	2011	SE Coletores Porto Velho em 500/230	BNDES 10.2.2072.1	Porto Velho Transmissora de Energia S.A.	100,00%	283.411	274.982	2.750	273.058	255.614	238.177	-	15/08/2028			
Eletrosul	2009	2009	UHE Mauá - Direto	BNDES 08.2.0988.1	Consórcio Cruzeiro do Sul	49,00%	182.417	89.732	897	84.552	78.963	73.372	-	15/01/2028			
Eletrosul	2009	2009	UHE Mauá - Indireto	BNDES/Banco do Brasil 21/00406-4	Consórcio Cruzeiro do Sul	49,00%	182.417	89.764	898	84.581	78.990	73.397	-	15/01/2028			
Eletrosul	2008	2008	UHE Passo São João	BNDES 07.2.1061.1	Projeto corporativo	100,00%	183.330	186.856	1.869	177.913	164.950	151.781	-	15/07/2026			
Eletrosul	2006	2006	LT, segundo circuito, entre as SE's de Campos Novos e Blumenau, extensão 359 km, 525 kV	BNDES/Banco do Brasil 20/00039-1	Projeto corporativo	100,00%	50.000	31.547	315	27.048	22.860	18.666	-	15/05/2019			
Eletrosul	2006	2006	LT, segundo circuito, entre as SE's de Campos Novos e Blumenau, extensão 359 km, 525 kV	BNDES/BRDE 20/00039-1	Projeto corporativo	100,00%	50.000	31.497	315	27.007	22.804	18.599	-	15/05/2019			
Eletrosul	2006	2006	LT 525 kV, extensão 359 km, Campos Novos - Blumenau	BNDES 06.2.0057.1	Projeto corporativo	100,00%	103.180	63.867	639	54.798	46.270	37.738	-	15/05/2019			
Eletrosul	2008	2008	Reforços (expansão) da LT Campos Novos - Blumenau (Circuito 2), mediante construção da SE Bgaçuá de 525 kV	BNDES 08.2.1026.1	Projeto corporativo	100,00%	67.017	52.572	526	46.868	41.196	35.522	-	15/03/2021			
Eletrosul	2011	2011	UHE São Domingos	BNDES 10.2.1860.1	Projeto corporativo	100,00%	207.000	102.003	1.020	207	193	180	-	15/06/2028			
Fumas	2010	2010	Santo Antônio Energia S.A	BNDES	SPE	39,0%	2.392.717	2.746.723	27.467	3.006.832	3.268.608	3.297.985	8.221	15/03/2034			
Fumas	2009	2009	Santo Antônio Energia S.A	BNDES	SPE	39,0%	196.334	213.746	2.137	223.279	234.199	244.057	-	30/03/2034			
Fumas	2010	2010	Foz do Chapeço Energia S.A.	BNDES	SPE	40,0%	662.335	819.068	8.191	737.854	686.967	636.081	-	15/09/2027			
Fumas	2011	2011	Cia. De Transmissão Centroeste de Minas	BNDES	SPE	49,0%	13.827	13.347	133	11.856	10.539	9.221	-	15/04/2023			
Fumas	(*)	??	Serra do Facão Energia S.A.	BNDES	SPE	49,5%	257.357	293.998	2.940	268.950	250.294	231.639	-	15/06/2027			
Fumas	2010 (**)	2010	Interligação do Madeira S.A.	BNDES	SPE	24,5%	98.336	108.203	1.082	-	-	-	-	17/09/2012			
Fumas	2011 (***)	2011	Interligação do Madeira S.A.	BNDES	SPE	24,5%	58.600	34.535	345	-	-	-	-	17/09/2012			
Fumas	2011 (***)	2011	Interligação do Madeira S.A.	DEBENTURES - ITAÚ	SPE	24,5%	102.900	106.459	1.055	-	-	-	-	15/09/2012			
Fumas	1011 (***)	2011	Goás Transmissão S.A.	BNDES	SPE	49,0%	25.480	15.880	157	-	-	-	-	27/02/2012			
Fumas	1011 (***)	2011	Goás Transmissão S.A.	BANCO DO BRASIL - CP	SPE	49,0%	49.000	5.800	98	-	-	-	-	01/12/2031			
Fumas	1011 (***)	2011	MGE Transmissão S.A.	BANCO DO BRASIL - CP	SPE	49,0%	13.700	18.801	108	-	-	-	-	27/02/2012			
Fumas	2011	2011	Transenergia São Paulo S.A.	BNDES	SPE	49,0%	18.963	12.390	124	19.420	17.999	16.578	-	15/08/2026			
Fumas	1010 (***)	2010	Transenergia Renovável S.A.	BES	SPE	49,0%	60.270	60.612	606	-	-	-	-	15/06/2012			
Fumas	1011 (***)	2011	Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	Banco Votorantim	SPE	24,5%	12.936	12.936	129	-	-	-	-	30/05/2012			
Fumas	1011 (***)	2011	Brasventos Massaba Geradora de Energia S.A.	Banco Votorantim	SPE	24,5%	13.713	13.713	137	-	-	-	-	30/05/2012			
Fumas	1011 (***)	2011	Rel dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	Banco Votorantim	SPE	24,5%	5.691	5.691	57	-	-	-	-	30/05/2012			
Eletrobrasil	2011	2011	Angia 3	BNDES	-	-	6.146.256	552.440	5.524	3.561.738	5.516.695	6.728.887	344.766	15/06/2036			
Eletrobrasil	2004	2004	UHE Itaipu	BNDES	Corporativo	100%	931.000	485.281	4.853	383.542	281.803	180.064	-	15/09/2016			
Eletrobrasil	2009	2009	SE Miranda II	BNDES	Corporativo	100%	47.531	38.773	388	34.994	31.215	27.436	-	15/11/2024			
Eletrobrasil	2010	2010	LT e SE São Luis II/São Luis III	BNDES	Corporativo	100%	13.653	12.644	126	11.741	10.837	9.934	-	15/11/2024			
Eletrobrasil	2011	2011	LT Ribeiro Gonçalves/Baixas	BIB (FHE)	Corporativo	100%	70.000	69.534	695	69.534	67.610	67.676	-	03/06/2031			
Eletrobrasil	2011	2011	LT Lechuga/Jorge Teixeira	BASA(FNO)	Corporativo	100%	25.720	-	-	25.720	24.246	22.639	-	10/01/2029			
Eletrobrasil	2010	2010	Norte Brasil Transm. Energ. S.A.	BNDES	SPE	24,50%	72.275	295.000	2.950	-	-	-	-	15/04/2012			
Eletrobrasil	2011	2011	Estação Transm Energia S.A.	BNDES	SPE	100%	505.477	365.000	3.650	505.477	-	-	-	30/11/2028			
Eletrobrasil	2011	2011	Estação Transm Energia S A	BASA (FNO)	SPE	100%	221.789	145.405	1.454	221.789	-	-	-	30/07/2031			
Eletrobrasil	2011	2011	Estação Transm Energia S A	BASA (FNO)	SPE	100%	221.789	-	-	221.789	-	-	-	30/05/2031			
Eletrobrasil	2011	2011	Brasventos Eolo - Elétrica	Votorantim	SPE	24,5%	12.936	52.800	528	52.800	-	-	-	28/05/2012			
Eletrobrasil	2011	2011	Rel dos Ventos 3 - Elétrica	Votorantim	SPE	24,5%	5.691	23.230	232	23.230	-	-	-	28/05/2012			
Eletrobrasil	2011	2011	Brasventos Massaba 3 - Elétrica	Votorantim	SPE	24,5%	13.713	55.970	560	55.970	-	-	-	28/05/2012			
Eletrobrasil	2012	2012	UHE Belo Monte	BNDES	SPE	19,98%	225	1.127.742	11.277	-	-	-	-	15/05/2012			
Eletrobrasil	2012	2012	UHE Belo Monte	Notas Promissórias	SPE	19,98%	150	752.010	7.520	-	-	-	-	09/06/2012			
Eletrobrasil	2012	2012	Manaus Transm. Energia S A	BASA (FNO)	SPE	30%	250.000	252.462	2.525	278.077	306.289	337.365	320.591	31/12/2031			
Eletrobrasil	2012	2012	Manaus Transm. Energia S A	BNDES	SPE	30%	400.000	384.258	3.843	439.062	407.700	376.339	344.977	31/12/2026			
Eletrobrasil	2011	2011	Integração Transmissão Energ. S.A.	BNDES	SPE	37%	100	271.283	2.713	240.688	210.093	179.498	148.903	31/10/2020			
Eletrobrasil	2011	2011	Integração Transmissão Energ. S.A. ITAÚ	BNDES	SPE	37%	9	25.212	252	10.000	-	-	-	05/07/1905			
Eletrobrasil	2011	2011	Rio Branco Transmissora Energ. S.A.	BASA	SPE	100%	100.000	-	-	-	-	-	-	18/07/2012			
Eletrobrasil	2011	2011	Rio Branco Transmissora Energ. S.A.	BNDES	SPE	100%	138	-	-	138.000	-	-	-	31/12/2026			
Eletrobrasil	2011	2011	Linha Verde Transmissora S.A.	BTG Pactual	SPE	49%	147	300.000	3.000	-	-	-	-	27/06/2012			
Eletrobrasil	2011	2011	Transmissora Matogrossense Energ. S.A.	Banco do Brasil	SPE	49%	17	35.000	350	35.000	35.000	-	-	22/05/2012			
Eletrobrasil	2011	2011	Transmissora Matogrossense Energ. S.A.	BASA (FCO)	SPE	49%	39	80.000	800	80.000	-	-	-	01/02/2025			
Eletrobrasil	2011	2011	Mangas Saco 2	BNB	SPE	49%	40.951	-	-	41	40.951	-	-	-			
Eletrobrasil	2011	2011	Belo Monte Fiel Cumprimento	ANEL	SPE	15%	156.915	156.915	1.569	109.841	109.841	109.841	109.841	30/04/2019			
Eletrobrasil	2011	2011	Norte Brasil Transm. Energ. S.A.	BNDES	SPE	15%	169	1.127.742	11.277	-	-	-	-	15/05/2012			
Eletrobrasil	2011	2011	Norte Brasil Transm. Energ. S.A.	Notas Promissórias	SPE	15%	113	752.010	7.520	-	-	-	-	09/06/2012			
Total											18.269.237	16.022.854	160.229	15.300.583	15.839.026	16.551.791	1.277.298

A Companhia provisionou na rubrica provisões no passivo não circulante o valor justo referente aos montantes garantidos pela Eletrobras sobre recursos já liberados pelos bancos financiadores. A provisão é efetuada com base no valor justo da garantia da Eletrobras, conforme demonstrado abaixo:

	<u>Valor Provisionado</u>
Garantia devida em 31/12/2010	79.776
Movimentação em 2011	80.452
Garantia devida em 31/12/2011	<u>160.228</u>

- a) UHE Simplício - empreendimento da controlada Furnas, com capacidade instalada de geração de 337,7 MW. O empreendimento tem 100% de participação de Furnas. Assim, a garantia da Eletrobras é de 100% do financiamento.
- b) UHE Mauá - empreendimento com capacidade instalada de 361 MW, em parceria entre a controladora Eletrosul (49%) e a Copel (51%). Nesta UHE há dois contratos com o BNDES, o direto e o indireto, sendo a Eletrobras interveniente garantidora de 49% dos dois contratos.
- c) UHE Jirau - SPE Energia Sustentável do Brasil, formada pelas controladas Eletrosul, CHESF, GDF Suez Energy e Camargo Corrêa, com capacidade instalada de 3.450MW. Para o empreendimento foram contratados dois financiamentos junto ao BNDES, sendo um direto e outro indireto, via bancos repassadores, a serem pagos em 240 meses. A Eletrobras é interveniente garantidora da participação de cada uma das suas controladas - Eletrosul (20%) e CHESF (20%).
- d) UHE Santo Antônio - SPE Santo Antônio Energia, formada por Furnas, CEMIG, Fundo de Investimentos em Participação Amazônica Energia - FIP, Construtora Norberto Odebrecht S/A, Odebrecht Investimentos em Infraestrutura Ltda e Andrade Gutierrez Participações S/A, com capacidade instalada de 3.150 MW. A Eletrobras é interveniente anuente em financiamentos junto ao BNDES e ao Banco da Amazônia, limitada a interveniência à participação de Furnas (39%).
- e) UHE Foz do Chapecó - SPE Foz do Chapecó Energia, cuja usina tem capacidade instalada de 855MW, tem a Eletrobras como garantidora dos instrumentos contratuais junto ao BNDES, que totalizam, em substituição às Fianças Bancárias anteriormente contratadas, limitadas ao percentual de Furnas na SPE (40%).
- f) UHE Baguari - Projeto corporativo de Furnas, com 140MW de capacidade instalada. A Eletrobras é garantidora de 15% do contrato de financiamento junto ao BNDES.
- g) UHE Serra do Facão - SPE Serra do Facão, formada por Furnas (49.5%), Alcoa Alumínio S.A.(30,5%), DME Energética (10%) e Camargo Corrêa Energia S.A (10%), com capacidade instalada de 210MW. A prestação de garantia pela Eletrobras no financiamento junto ao BNDES é referente à participação de Furnas no empreendimento.

- h) Eólicas Cerro Chato I, II e III – SPE's Eólicas Cerro Chato I, II e III são formadas pela Eletrosul (90%) e Wobben (10%), com capacidade instalada de 30MW cada. Possui 80% de financiamento com prazo de pagamento de 10 anos, sendo 2 anos de carência. O aval da Eletrobras é de 90% do financiamento.
- i) Norte Brasil Transmissora de Energia – SPE, com participação da Eletronorte (24,5%) e Eletrosul (24,5%) tem como objetivo a implantação, operação e manutenção da LT Porto Velho/Araraquara, com extensão de 2.375 km.
- j) Manaus Transmissora de Energia – SPE, que tem participação da Eletronorte (30%) e Chesf (19,5%) tem como objetivo implementar e operar 4 subestações e uma linha de transmissão de 586 km (LT Oriximiná/Itacoatiara/Cariri). A Eletrobras presta garantias em dois financiamentos neste empreendimento (BASA e BNDES).
- k) Mangue Seco 2 – SPE com participação de 49% da Eletrobras e 51% da Petrobras para construção e operação de três usinas eólicas em Guararé, no Rio Grande do Norte. Neste empreendimento há prestação de garantia pela Eletrobras, proporcional a sua participação no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNB.
- l) UHE Batalha – Empreendimento corporativo de Furnas com capacidade de gerar 52,5MW, com financiamento junto ao BNDES . A Eletrobras figura como garantidora do referido contrato.
- m) RS Energia – Garantia à Eletrosul no financiamento junto ao BNDES e Bancos repassadores quando da compra da participação acionária das empresas Schahin Engenharia S/A e Engevix Engenharia S/A nas transmissoras. A Eletrosul tem 100% de participação na RS.
- n) IE Madeira - SPE Interligação Elétrica do Madeira, com participações de Furnas (24,5%) e Chesf (24,5%). Neste empreendimento, há contra garantia da Eletrobras nos Contratos de Fiança Bancária, em garantia ao empréstimo de curto prazo junto ao BNDES, no limite de participação de suas controladas. Há ainda um empréstimo de curto prazo junto ao BNDES, no qual a Eletrobras figura como interveniente, na proporção de suas controladas.
- o) UHE Belo Monte – SPE Norte Energia, com capacidade instalada de 11.233 MW, de Chesf (15%), Eletronorte (19,98%) e Eletrobras (15%), além de outros sócios. Prestação de garantia da Eletrobras em favor da SPE para as obrigações junto à seguradora JMALUCELLI, no âmbito do contrato de seguro garantia. A Eletrobras é também interveniente em um empréstimo de curto prazo firmado junto ao BNDES.
- p) Angra III – A Eletrobras é garantidora no financiamento da Eletronuclear junto ao BNDES, para a construção do empreendimento corporativo da UTN Angra III.

NOTA 22 – DEBÊNTURES

Em 31 de dezembro de 2011, a composição de saldo da rubrica de debêntures a pagar está assim apresentada:

<u>Tx de juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
106,5% CDI	15/09/2012	210.984	-
IPCA +6,5% aa	30/09/2012	279.387	245.802
IPCA +6,5% aa	30/12/2012	248.866	218.932
IPCA +6,5% aa	30/09/2013	279.410	245.802
		<u>1.018.647</u>	<u>710.536</u>

O montante de R\$ 210.984 refere-se a emissão de 420 debêntures, Série Única, com vencimento em 15 de setembro de 2012, com taxa de juros de 106,5% do CDI, com valor unitário de R\$ 1.000 cada, efetuada pela SPE Interligação Elétrica do Madeira S.A, sendo, 400 debêntures emitidas em 15 de setembro de 2011 e sendo as restantes 20 debêntures em 03 de outubro de 2011. Estas debêntures estão previstas para serem resgatadas em sua totalidade com recursos provenientes da contratação de financiamento de longo prazo junto ao BNDES.

O montante de R\$ 807.663 refere-se a emissão de 1.500.000.000 debêntures não conversíveis em ações pela investida SPE Madeira Energia, tendo o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FI-FGTS) como debenturista e OPI, CNO, Andrade Gutierrez Participações S.A., Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia, FURNAS e Cemig Geração e Transmissão S.A. como intervenientes e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, como agente fiduciária e agente do debenturista. A emissão deste título tem por objetivo captar recursos destinados à construção da UHE Santo Antônio e de seu sistema de transmissão associado.

NOTA 23 - EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

O Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica, instituído pela Lei 4.156/1962 com o objetivo de gerar recursos destinados à expansão do setor elétrico brasileiro, foi extinto pela Lei 7.181, de 20 de dezembro de 1983, que fixou a data de 31 de dezembro de 1993 como o prazo final de arrecadação.

Na primeira fase desse Empréstimo Compulsório, encerrada com o advento do Decreto-Lei 1.512/1976, a cobrança do tributo alcançou diversas classes de consumidores de energia, e os créditos dos contribuintes foram representados por Obrigações ao Portador emitidas pela Eletrobras.

No segundo momento, iniciado com as disposições contidas no referido Decreto-Lei, o Empréstimo Compulsório em questão passou a ser cobrado somente de indústrias com consumo mensal de energia superior a 2.000 kwh, e os créditos dos contribuintes

deixaram de ser representados por títulos, passando a ser simplesmente escriturados pela Eletrobras.

O saldo do Empréstimo Compulsório remanescente, após a 4ª conversão em ações, ocorrida em 30 de abril de 2008, relativa aos créditos constituídos de 1988 à 2004, estão registrados no passivo circulante e não circulante, vencíveis a partir de 2008, e remunerados à taxa de 6% ao ano, acrescidos de atualização monetária com base na variação do IPCA-E, e correspondem, em 31 de dezembro de 2011, a R\$ 227.174 (31 de dezembro de 2010- R\$ 157.616), dos quais R\$ 211.554 no não circulante (31 de dezembro de 2010 - R\$ 141.425).

I - Obrigações ao Portador emitidas pela Eletrobras

As Obrigações ao Portador, emitidas em decorrência do Empréstimo Compulsório, não constituem títulos mobiliários, não são negociáveis em Bolsa de Valores, não têm cotação e são inexigíveis. Desta forma, a Administração da Eletrobras esclarece que a Companhia não possui debêntures em circulação.

A emissão desses títulos decorreu de uma imposição legal e não de uma decisão empresarial da Eletrobras. Do mesmo modo, sua tomada pelos obrigacionistas não emanou de um ato de vontade, mas de um dever legal, por força da Lei 4.156/1962.

A CVM, em decisão de seu Colegiado proferida no processo administrativo CVM RJ 2005/7230, movido por detentores das mencionadas obrigações, afirma textualmente que "as obrigações emitidas pela Eletrobras em decorrência da Lei 4.156/1962 não podem ser consideradas como valores mobiliários".

Entendeu ainda a CVM que não há qualquer irregularidade nos procedimentos adotados pela Eletrobras em suas Demonstrações Financeiras, no que se refere às citadas obrigações, tampouco na divulgação quanto à existência de ações judiciais.

A inexigibilidade dessas Obrigações ao Portador foi reforçada por decisões do Superior Tribunal de Justiça, que corroboram o entendimento de que esses títulos estão prescritos e que não se prestam para garantir execuções fiscais.

Portanto, as Obrigações ao Portador emitidas na primeira fase desse empréstimo compulsório, tal como decidido pela CVM, não se confundem com debêntures. Além disso, por força do disposto no artigo 4º, § 11 da Lei 4.156/1962 e no artigo 1º do Decreto 20.910/1932, são inexigíveis, condição confirmada no Informativo 344 do Superior Tribunal de Justiça - STJ, de onde consta que essas Obrigações não podem ser utilizadas como garantia de execuções fiscais, por não terem liquidez e não serem debêntures.

Desta forma, o passivo relativo ao Empréstimo Compulsório refere-se aos créditos residuais, constituídos de 1988 a 1994, dos consumidores industriais com consumo superior a 2.000 kW/h, referentes à segunda fase desse Empréstimo Compulsório, bem como aos juros não reclamados relativos a esses créditos, conforme demonstrado:

CONTROLADORA

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
CIRCULANTE		
Juros a Pagar	<u>15.620</u>	<u>16.191</u>
NÃO CIRCULANTE		
Créditos Arrecadados	<u>211.554</u>	<u>141.425</u>
	<u>227.174</u>	<u>157.616</u>

NOTA 24 - CONTA DE CONSUMO DE COMBUSTÍVEL - CCC

A Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), criada pelo Decreto 73.102, de 7 de novembro de 1973, tem a finalidade aglutinar o rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoelétrica, especialmente na Região Norte do país.

Nos termos da Lei 8.631, de 04 de março de 1993, a Eletrobras administra os valores relativos aos recolhimentos efetuados pelos concessionários do serviço público de energia elétrica, para crédito na Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, correspondentes às quotas anuais destinadas aos dispêndios com combustíveis para geração de energia elétrica. Os valores registrados no ativo circulante, em contrapartida ao passivo circulante, correspondem às disponibilidades de recursos, mantidos em caixa restrito, e às quotas não quitadas pelas concessionárias.

A Lei 12.111, de 9 de dezembro de 2009, reforma as premissas para contratação de energia elétrica e recebimento de subsídios, inclusive para localidades isoladas, a serem interligadas em futuro próximo. Sendo assim, os dispositivos nela contidos possuem eficácia a partir de 30 de junho de 2009, nos termos da Resolução normativa ANEEL 427, de 22 de fevereiro de 2011, de modo a permitir às Concessionárias, durante o período de transição para o Sistema Interligado Nacional - (SIN), a manutenção dos subsídios. Com isso, dar-se-á a estas empresas tratamento isonômico ao concedido às concessionárias do SIN, quando da criação do modelo vigente.

O objetivo da Lei 12.111/2009 é reembolsar os custos de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, incluindo os custos relativos à contratação de energia e de potência associada à geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica, aos encargos do setor elétrico e impostos e, ainda, aos investimentos realizados, que deverá ocorrer através da Conta de Consumo de Combustíveis Fosseis - CCC.

NOTA 25 - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - PASSIVO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Imposto de Renda	-	-	329.024	400.167
Contribuição Social	-	-	187.928	252.752
IR / CS diferidos	397.980	76.597	1.161.598	513.327
PASEP e COFINS	25.379	83	219.257	153.256
ICMS	183	-	124.662	70.267
PAES / REFIS	-	-	833.469	930.552
INSS	330	-	79.105	-
Total	423.872	76.680	2.935.043	2.320.321
Passivo circulante	40.190	76.680	1.032.521	1.102.672
Passivo não circulante	383.682	-	1.902.522	1.217.649

a) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

	CONTROLADORA			
	31/12/2011		31/12/2010	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	3.920.933	3.920.933	2.453.201	2.453.201
Total do IRPJ e CSLL calculado às alíquotas de	980.233	352.884	613.300	220.788
Efeitos de adições e (exclusões):				
Receita de Dividendos	(34.932)	(12.576)	(25.462)	(9.166)
Equivalência patrimonial	(401.090)	(144.392)	(456.054)	(164.179)
Prejuízo Fiscal	-	-	-	-
Provisão de JCP	(485.361)	(174.729)	(92.689)	(33.368)
Provisão p/ Redução ao Valor de Mercado	67.964	24.467	165.410	59.548
Demais adições (exclusões)	9.267	6.633	(55.124)	(17.716)
Total da despesa (Receita)de IRPJ e CSLL	136.081	52.287	149.381	55.907

c) Incentivos Fiscais - SUDENE

A Medida Provisória 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, alterada pela Lei 11.196, de 21 de novembro de 2005, possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, que possuam empreendimentos no setor de infraestrutura considerado, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação.

A controlada Chesf obteve, em 2008, o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, calculados com base no lucro da exploração. Tal incentivo foi concedido até o exercício de 2017.

Neste exercício, o incentivo fiscal mencionado totalizou R\$ 317.812 (R\$ 385.809, em 31 de dezembro de 2010), com registro no resultado do período como redução do imposto de renda apurado, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07.

d) Parcelamento Especial - PAES

As controladas Furnas, Eletrosul, Eletronorte, Amazonas Energia e Distribuição Alagoas optaram pelo refinanciamento de débitos tributários. O prazo de financiamento é limitado a 180 meses e o saldo devedor é corrigido pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP e SELIC.

NOTA 26 – ENCARGOS SETORIAIS

CIRCULANTE	CONSOLIDADO	
	31/12/2011	31/12/2010
a) Reserva Global de Reversão - RGR	181.868	113.103
b) CCC/CDE	63.249	53.896
c) Compensação Financeira - Recursos Hídricos	584.816	390.792
d) Taxa de Fiscalização ANEEL	11.116	5.547
e) PROINFA	60.643	20.902
	<u>901.692</u>	<u>584.240</u>

a) Reserva global de Reversão - RGR

A contribuição para a formação da RGR é de responsabilidade das Empresas Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, mediante uma quota denominada Reversão e Encampação de Serviços de Energia Elétrica, de até 2,5% do valor dos investimentos dos concessionários e permissionários, limitado a 3% da receita anual. O valor da quota é computado como componente do custo do serviço das concessionárias.

As concessionárias recolhem suas quotas anuais ao Fundo, não controlada pela Eletrobras, em conta bancária vinculada, administrada pela Eletrobras, que movimenta a conta nos limites previstos na Lei 5.655/1971 e alterações posteriores, também não refletida nas Demonstrações Financeiras da Companhia, posto tratar-se de entidade autônoma em relação à Eletrobras.

b) Conta de Consumo de Combustível - CCC

Fundo setorial alterado pela Lei nº 12.111/2009, criado na década de 70, tem a finalidade de reembolsar parte do custo total de geração para atendimento ao serviço público de energia elétrica nos Sistemas Isolados, tendo sido mantida a cobertura para os empreendimentos sub-rogados.

Esse custo total de geração de energia elétrica para atender aos Sistemas Isolados abrange os custos relativos ao preço da energia e da potência associada contratada pelos agentes de distribuição, à geração própria desses agentes, inclusive aluguel de máquinas, e às importações de energia e potência associada, incluindo o custo da respectiva transmissão. Também estão compreendidos os encargos e impostos não recuperados, os investimentos realizados em geração própria, o preço da prestação do serviço de energia elétrica em regiões remotas, incluindo instalação, operação e manutenção de sistemas de geração descentralizada com redes associadas, e, ainda, a

contratação de reserva de capacidade para garantir a segurança do suprimento de energia elétrica.

Do custo apurado, a CCC reembolsará a diferença em relação ao custo médio da potência e energia comercializadas no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Os recursos da CCC são provenientes do recolhimento de cotas pelas empresas distribuidoras, permissionárias e transmissoras de todo o país, na proporção e em valores determinados pela ANEEL. A partir da promulgação da Lei nº 12.111/2009, não há mais previsão de data para o encerramento das atividades desse fundo setorial e sua gestão não afeta o resultado da Companhia.

c) Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) é destinada a promover o desenvolvimento energético dos estados, a projetos de universalização dos serviços de energia elétrica, ao programa subvenção aos consumidores de baixa renda e à expansão da malha de gás natural para o atendimento dos estados que ainda não possuem rede canalizada.

Criada em 26 de abril de 2002, a CDE tem duração de 25 anos e é gerida pela Eletrobras, cumprindo programação determinada pelo Ministério de Minas e Energia, não afetando o resultado da Companhia.

A CDE também é utilizada para garantir a competitividade da energia produzida a partir de fontes alternativas (eólica, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa) e do carvão mineral nacional.

d) PROINFA

Programa do Governo Federal para o desenvolvimento de projetos para a diversificação da matriz energética brasileira e incentivo às fontes alternativas de energia elétrica, instituído pela Lei 10.438, de abril de 2002, é gerenciado pela companhia e busca soluções de cunho regional para o uso de fontes renováveis de energia.

O PROINFA prevê a operação de 144 usinas, totalizando 3.299,40 MW de capacidade instalada. As usinas do programa respondem pela geração de aproximadamente 12.000 GWh/ano - quantidade capaz de abastecer cerca de 6,9 milhões de residências e equivalente a 3,2% do consumo total anual do país. Os 3.299,40 MW contratados estão divididos em 1.191,24 MW provenientes de 63 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), 1.422,92 MW de 54 usinas eólicas, e 685,24 MW de 27 usinas a base de biomassa. Essa energia tem garantia de contratação por 20 anos pela Eletrobras. As operações no âmbito do PROINFA não afetam o resultado da Companhia.

O Proinfa também proporciona a redução da emissão de gases de efeitos estufa da ordem de 2,8 milhões de toneladas de CO₂/ano ao incluir as fontes limpas na produção de energia elétrica do país.

e) Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos

A Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para fins de geração de energia elétrica foi instituída pela Constituição Federal de 1988 e trata-se de um percentual que as concessionárias de geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos. A ANEEL gerencia a arrecadação e a distribuição dos recursos entre os beneficiários: Estados, Municípios e órgãos da administração direta da União.

Conforme estabelecido na Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, com modificações dadas pelas Leis nº 9.433/97, nº 9.984/00 e nº 9.993/00, são destinados 45% dos recursos aos Municípios atingidos pelos reservatórios das UHE's, enquanto que os Estados têm direito a outros 45%. A União fica com 10% do total. Geradoras caracterizadas como Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's), são dispensadas do pagamento da compensação financeira.

As concessionárias pagam 6,75% do valor da energia produzida a título de Compensação Financeira.

f) Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica

A Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica foi criada, pela Lei nº. 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e regulamentada pelo Decreto nº. 2.410, de 28 de novembro de 1997, com a finalidade de constituir a receita da Agência Nacional de Energia Elétrica cobertura das suas despesas administrativas e operacionais.

A TFSEE equivale a 0,5% do valor econômico agregado pelo concessionário, permissionário ou autorizado, inclusive no caso de produção independente e autoprodução, na exploração de serviços e instalações de energia elétrica.

A TFSEE é devida desde 1º de janeiro de 1997, sendo fixada anualmente pela ANEEL e paga em doze cotas mensais.

NOTA 27 - REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2011	31/12/2010
Circulante		
JCP exercício	1.066.951	370.755
Dividendos não reclamados	109.398	167.211
Dividendos retidos exercícios anteriores	3.147.364	2.802.058
	<u>4.323.713</u>	<u>3.340.024</u>
Não circulante		
Dividendos retidos exercícios anteriores	3.143.222	5.601.077
Total	<u>7.466.935</u>	<u>8.941.101</u>

I – Relativas ao Exercício

O estatuto da Companhia estabelece como dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, respeitada a remuneração mínima para as ações preferenciais das classes A e B, de 8% e 6%, respectivamente, do valor nominal do capital social relativo a essas espécies e classes de ações, prevendo a possibilidade de pagamento de juros sobre capital próprio.

A seguir, está demonstrado o lucro líquido ajustado e o valor da remuneração mínima obrigatória, na forma de JCP imputados aos dividendos mínimos, nos termos da legislação aplicável, bem como o valor total da remuneração proposta aos acionistas, a ser deliberada em Assembléia Geral Ordinária:

	<u>31/12/2011</u>
Lucro líquido do exercício	3.732.565
(-) Reserva Legal	<u>(186.628)</u>
=Base de cálculo	3.545.936
Dividendo mínimo estatutário (25%)	886.484
(+) Realização de Reserva de Reavaliação	<u>20.423</u>
= Dividendos mínimos	906.907
Remuneração proposta aos acionistas	
JCP (imputado aos dividendos)	906.907
Compensação IR fonte	<u>160.044</u>
	1.066.951
Dividendos adicionais	<u>706.017</u>
Remuneração total aos acionistas	1.772.968

Em 2011 a Eletrobras atribuiu remuneração aos acionistas, na forma de juros sobre o capital próprio - JCP no valor de R\$ 1.066.951 (R\$ 370.755 em 2010), imputados aos dividendos do exercício, de acordo com as disposições estatutárias, cuja remuneração por ação é a que segue:

Remuneração por ação – Expressa em R\$		<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Ações ordinárias	2,5160% do capital (2010 -3,60%)	0,58	0,83
Ações preferenciais da classe A	9,4118 % do capital (2010 - 9,41%)	2,17	2,17
Ações preferenciais da classe B	7,0588% do capital (2010 -7,06%)	1,63	1,63

De acordo com a legislação tributária vigente, sobre o valor da remuneração proposta aos acionistas, a título de JCP, incide Imposto de Renda na Fonte – IRRF.

Sobre a remuneração proposta incide atualização monetária incide a partir de 1º de janeiro de 2012 até a data do efetivo início do pagamento, data esta a ser deliberada pela Assembleia Geral Ordinária, que apreciará às presentes Demonstrações Financeiras e a proposta de destinação do resultado deste exercício. Sobre a parcela referente à atualização monetária pela taxa SELIC incide IRRF, nos termos da legislação vigente.

Em cumprimento ao deliberado na 51ª Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2011, o pagamento da remuneração aos acionistas relativa ao exercício de 2010, na forma de JCP, teve início em 18 de maio de 2010.

II – Dividendos Retidos de Exercícios Anteriores

O Conselho de Administração da Companhia deliberou, dividendos retidos, em janeiro de 2010, pelo pagamento do saldo da Reserva Especial de Dividendos não Distribuídos, em quatro parcelas anuais, a partir do exercício de 2010, inclusive.

Fazem jus ao referido recebimento as pessoas físicas e jurídicas que integram o quadro de Acionistas da Eletrobras em 29 de janeiro de 2010, restando ser liquidadas as parcelas de junho de 2012 e junho de 2013, no total de R\$ 6.290.586 (R\$ 8.403.135 em 31 de dezembro de 2010).

Os créditos são remunerados pela variação da Taxa SELIC, até a data do efetivo pagamento de cada parcela, incidindo, sobre essa remuneração, retenção de IRRF, nos termos da legislação vigente.

III – Dividendos Prescritos

O saldo da remuneração aos acionistas, demonstrado no passivo circulante, contém a parcela de R\$ 109.398 (R\$ 167.211 em 31 de dezembro de 2010), referente a remunerações não reclamadas dos exercícios de 2008, 2009 e 2010. A remuneração relativa ao exercício de 2007, e anteriores, está prescrita, nos termos do Estatuto da Companhia.

NOTA 28 - CRÉDITOS DO TESOURO NACIONAL

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO			
	CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Aquisição de ações da CEEE-GT e CEEE-D	101.448	85.904	144.753	234.313
Outros	7.602	6.866	10.923	16.172
	<u>109.050</u>	<u>92.770</u>	<u>155.676</u>	<u>250.485</u>

NOTA 29 - BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

As empresas do Sistema Eletrobras patrocinam planos de previdência aos seus empregados, bem como planos de assistência médica e seguro de vida pós-emprego em determinados casos. Esses benefícios são classificados como benefícios definidos (BD) e de contribuição definida (CD).

Devido à estrutura descentralizada do Sistema Eletrobras, cada segmento patrocina seu próprio pacote de benefícios a empregados. De forma geral, o Grupo oferece aos seus atuais e futuros aposentados e aos seus dependentes benefícios do tipo previdenciário, de assistência à saúde e seguro de vida pós-emprego, conforme apresentado na tabela a seguir:

Tipos de benefícios pós-emprego patrocinados pelas empresas do Sistema Eletrobras

Empresa	Planos de benefícios previdenciários			Outros benefícios pós-emprego	
	Plano BD	Plano Saldado	Plano CD	Seguro de Vida	Plano de Saúde
Eletrobras	X		X	X	
Amazonas	X		X		
Boa Vista	X		X		X
Ceal	X		X		X
Cepisa	X				
Ceron			X		
CGTEE	X				
Chesf	X	X	X	X	
Eletroacre			X		
Eletronorte	X		X	X	X
Eletronuclear	X			X	X
Eletrosul	X		X		X
Furnas	X		X	X	X
Itaipu BR	X			X	X
Itaipu PY	X			X	X

Com a adoção dos padrões estabelecidos pelo CPC 33/IAS 19, a Administração da Companhia decidiu pela alteração da política contábil de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais, tendo adotado, a partir de 1º de janeiro de 2009, a política de reconhecimento imediato, no período em que ocorrerem os ganhos e perdas atuariais diretamente em Outros Resultados Abrangentes, conforme permitido pelo item 93A do CPC 33/IAS 19.

As tabelas abaixo apresentam a conciliação do valor presente das obrigações de benefício definido e do valor justo dos ativos com os valores registrados no balanço patrimonial para os benefícios previdenciários e para os demais benefícios pós-emprego. A seguir estão apresentados os resultados consolidados do grupo Eletrobras. A data de avaliação para cada ano é 31 de dezembro.

a) Conciliação dos passivos dos planos de previdência e outros benefícios.

Tabela 1.a - Planos de benefícios previdenciários - Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Valor presente das obrigações atuariais parcial ou totalmente cobertas	2.822.199	2.327.808	21.094.165	18.435.641
Valor justo dos ativos do plano (-)	(2.701.570)	(2.587.788)	(22.091.512)	(20.382.068)
Quotas a compensar - Plano CD	26.823	129.847	283.863	362.950
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	147.451	(130.133)	(713.484)	(1.583.477)
Valor máximo de ativo atuarial passível de reconhecimento no fim do exercício (-)	-	-	-	-
Dívida atuarial contratada entre patrocinador e plano	22.550	-	815.598	1.172.135
Dívida financeira contratada entre patrocinador e plano	-	-	111.006	119.833
Valor de passivo/(ativo) de benefícios pós-emprego	147.451	-	1.838.409	1.656.415
Custo de serviço corrente	21.719	31.439	235.694	313.682
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	236.456	216.809	1.788.036	1.436.169
Contribuições esperadas de participante (-)	(28.058)	(25.416)	(317.876)	(234.853)
Rendimento esperado dos ativos (-)	(258.981)	(192.040)	(2.116.135)	(1.494.994)
Despesa/(Receita) atuarial reconhecida no exercício	(28.863)	30.793	(410.281)	20.004
Atualização do saldo devedor da dívida financeira ao longo do exercício	-	-	10.431	25.563
Amortização da dívida financeira ao longo do exercício	-	-	(21.172)	(22.135)
Despesa/(Receita) financeira reconhecida no exercício	-	-	(10.741)	3.428

Tabela 1.b - Outros benefícios pós-emprego - Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	18.332	30.617	869.525	741.116
Valor justo dos ativos do plano (-)	-	-	-	-
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	18.332	30.617	869.525	741.116
Valor máximo de ativo atuarial passível de reconhecimento no fim do exercício	-	-	-	-
Dívida atuarial contratada entre patrocinador e plano	-	-	-	-
Dívida financeira contratada entre patrocinador e plano	-	-	-	-
Valor de passivo/(ativo) de benefícios pós-emprego	18.332	30.617	869.525	741.116
Custo de serviço corrente	21.719	31.439	235.694	313.682
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	236.456	216.809	1.788.036	1.436.169
Contribuições esperadas de participante (-)	(28.058)	(25.416)	(317.876)	(234.853)
Rendimento esperado dos ativos (-)	(258.981)	(192.040)	(2.116.135)	(1.494.994)
Despesa/(Receita) atuarial reconhecida no exercício	(28.863)	30.793	(410.281)	20.004
Atualização do saldo devedor da dívida financeira ao longo do exercício	-	-	-	-
Amortização da dívida financeira ao longo do exercício	-	-	-	-
Despesa/(Receita) financeira reconhecida no exercício	-	-	-	-

b) Divulgação de Benefícios Previdenciários

Resultados consolidados de benefícios previdenciários - conciliação do valor presente das obrigações de benefício definido:

Tabela 2.a - Planos de benefícios previdenciários - Movimentação do valor presente das obrigações atuariais

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Valor das obrigações atuariais no início do ano	2.327.808	2.250.502	18.435.641	15.673.398
Custo de serviço corrente	21.719	31.439	235.694	313.682
Juros sobre a obrigação atuarial	236.456	216.809	1.788.036	1.436.169
Benefícios pagos no ano (-)	(172.950)	(174.633)	(1.025.614)	(898.467)
Aquisição de quotas - Plano CD	126.806	(88.458)	602.934	1.407.574
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais	282.360	92.149	1.057.474	503.284
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	2.822.199	2.327.808	21.094.165	18.435.641

Resultados consolidados de benefícios previdenciários - conciliação do valor justo dos ativos dos planos:

Tabela 2.b - Planos de benefícios previdenciários - Movimentação e composição do valor justo dos ativos

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Valor justo dos ativos no início do ano	2.587.788	2.181.879	20.382.068	16.134.950
Benefícios pagos durante o exercício (-)	(172.950)	(174.633)	(1.025.614)	(898.467)
Contribuições de participante vertidas durante o exercício	29.142	25.416	303.565	234.853
Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	22.631	18.617	360.790	263.841
Compensação de quotas - Plano CD	6.078	99.818	230.205	1.775.258
Rendimento esperado dos ativos no ano	257.435	192.040	2.114.589	1.494.994
(Ganho)/Perda sobre os ativos do Plano	28.553	(244.652)	274.092	(1.376.639)
Valor justo dos ativos ao final do ano	2.701.570	2.587.788	22.091.512	20.382.068
Rendimento efetivo dos ativos no ano	230.428	436.691	1.842.043	2.871.634

Resultados consolidados de benefícios previdenciários - Montantes reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes:

Tabela 2.c - Planos de benefícios previdenciários - Movimentação de Outros Resultados Abrangentes - ORA

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Valor acumulado em ORA no início do exercício	(5.325)	17.045	671.839	529.992
(Ganho)/perda atuarial total apurado no exercício	309.829	(152.503)	1.351.712	(873.355)
Varição no efeito do limite para reconhecimento de ativo no período	(130.133)	130.133	(56.112)	1.283.174
Varição líquida da dívida atuarial ao longo do exercício	-	-	(585.418)	(118.575)
Efeito da adoção do CPC 33 registrado em ORA	-	-	-	-
Ajustes por reconhecimento de dívidas	-	-	(8.161)	18.849
Valor acumulado em ORA no final do exercício	174.371	(5.325)	1.373.860	840.085

c) Divulgação de Outros Benefícios Pós-Emprego

Resultados consolidados de outros benefícios pós-emprego - conciliação do valor presente das obrigações de benefício definido:

Tabela 3.a - Outros benefícios pós-emprego - Movimentação do valor presente das obrigações atuariais

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Valor das obrigações atuariais no início do ano	30.617	44.773	741.116	828.777
Custo de serviço corrente	728	708	64.433	13.273
Juros sobre a obrigação atuarial	1.287	2.017	65.865	44.474
Benefícios pagos no ano	-	-	(58.226)	(8.414)
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais	(14.299)	(16.881)	56.337	(148.573)
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	18.332	30.617	869.525	741.116

Resultados consolidados de outros benefícios pós-emprego - conciliação do valor justo dos ativos dos planos:

Tabela 3.b - Outros benefícios pós-emprego - Movimentação de Outros Resultados Abrangentes - ORA

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Valor acumulado em ORA no início do exercício	6.837	23.718	615.840	752.834
(Ganho)/perda atuarial total apurado no exercício	(14.299)	(16.881)	56.337	(148.573)
Varição no efeito do limite para reconhecimento de ativo no período	-	-	-	-
Varição líquida da dívida atuarial ao longo do exercício	-	-	-	-
Efeito da adoção do CPC 33 registrado em ORA	-	-	-	11.579
Ajustes por reconhecimento de dívidas	-	-	-	-
Valor acumulado em ORA no final do exercício	(7.463)	6.837	672.177	615.840

Tabela 4.a - Planos de benefícios previdenciários - Histórico do resultado dos planos	Controladora	
	2011	2010
Valor presente das obrigações atuariais parcial ou totalmente cobertas	2.822.199	2.327.808
Valor justo dos ativos do plano (-)	(2.701.570)	(2.587.788)
Quotas a compensar - Plano CD	26.823	129.847
Resultado do plano	147.451	(130.133)
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais	282.360	92.149
(Ganho)/Perda em % da obrigação	10,0%	4,0%
(Ganho)/Perda sobre os ativos do Plano	28.553	(244.652)
(Ganho)/Perda em % do patrimônio	-1,1%	9,5%
	Consolidado	
	2011	2010
Valor presente das obrigações atuariais parcial ou totalmente cobertas	21.094.165	18.435.641
Valor justo dos ativos do plano (-)	(22.091.512)	(20.382.068)
Quotas a compensar - Plano CD	283.863	362.950
Resultado do plano	(713.484)	(1.583.477)
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais	1.057.474	503.284
(Ganho)/Perda em % da obrigação	5,0%	2,7%
(Ganho)/Perda sobre os ativos do Plano	274.092	(1.376.639)
(Ganho)/Perda em % do patrimônio	-1,2%	6,8%

Tabela 4.b - Outros benefícios pós-emprego - Histórico do resultado dos planos	Controladora	
	2011	2010
Valor presente das obrigações atuariais parcial ou totalmente cobertas	18.332	30.617
Valor justo dos ativos do plano (-)	-	-
Resultado do plano	18.332	30.617
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais	(14.299)	(16.881)
(Ganho)/Perda em % da obrigação	-78,0%	-55,1%
	Consolidado	
	2011	2010
Valor presente das obrigações atuariais parcial ou totalmente cobertas	869.525	741.116
Valor justo dos ativos do plano (-)	-	-
Resultado do plano	869.525	741.116
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais		
(Ganho)/Perda em % da obrigação	0,0%	0,0%

d) Premissas Atuariais

As premissas atuariais apresentadas abaixo foram utilizadas na determinação da obrigação de benefício definido e da despesa do exercício.

Premissas	31/12/2011	31/12/2010
Taxa real anual de desconto atuarial	5,38% a 5,61%	5% a 6%
Taxa real anual de inflação projetada	4,50%	4,50%
Taxa real anual de retorno dos ativos (1)	10,1% a 10,4%	9,73% a 10,77%
Taxa real anual de evolução salarial	2,00%	2,00%
Taxa real anual de evolução de benefícios	0,00%	0,00%
Fator de capacidade	100%	100%
Rotatividade	0,00%	0,00%
Mortalidade geral	AT-2000	AT-83
Mortalidade de inválidos	AT-83	AT-83
Entrada em invalidez	LIGHT fraca	LIGHT fraca
Percentual de casados	95%	95%
Diferença de idade H-M	4 anos	4 anos

(1) Representa as taxas máximas e mínimas de retorno de ativos dos planos.

e) Efeitos da variação de um ponto percentual nas taxas de tendência dos custos médicos

A tabela a seguir apresenta os efeitos no valor presente da obrigação de benefício definido e nos custos do serviço corrente e de juros quando do aumento e da diminuição de um ponto percentual nas taxas de tendência dos custos médicos.

Variação nas taxas de tendência dos custos médicos em 31 de dezembro de 2011:

Variação nas taxas de custos médicos	BOA VISTA	CEAL	Eletronorte	Eletronuclear	Eletrosul	Furnas
Efeito no Custo de Serviço e de Juros - Aumento 1% (2,0%)	165	226	2.928	773	53	2.730
Efeito no Custo de Serviço e de Juros - Redução 1% (0%)	111	258	2.060	1.120	65	3.889
Efeito na obrigação de benefício definido - Aumento 1% (2,0%)	793	2.234	19.603	5.236	727	25.977
Efeito na obrigação de benefício definido - Redução 1% (0%)	535	2.553	13.793	7.584	888	36.998

Variação nas taxas de tendência dos custos médicos em 31 de dezembro de 2010:

Variação nas taxas de custos médicos	CHESF	Eletronorte	Eletronuclear	Eletrosul	Furnas
Efeito no Custo de Serviço e de Juros - Aumento 1% (2,0%)	2	6.010	2.916	623	23.985
Efeito no Custo de Serviço e de Juros - Redução 1% (0%)	1	4.526	5.569	577	17.366
Efeito na obrigação de benefício definido - Aumento 1% (2,0%)	8	40.192	19.439	4.277	163.103

Efeito na obrigação de benefício definido - Redução 1% (0%)	6	29.723	38.386	4.020	117.283
---	---	--------	--------	-------	---------

f) Montantes incluídos no valor justo dos ativos dos planos

f.1) Em 31 de dezembro de 2011

Tabela 7.a - Categoria de Ativo 2011	Controladora	Consolidado
Valores Disponíveis Imediatos	6	9.543
Realizáveis Previdenciários	60.651	1.437.941
(-) Dívidas Contratadas	(18.738)	(1.027.366)
Investimentos em Títulos Públicos	742.206	5.124.937
Investimentos em Ações	331.604	1.772.567
Investimentos em Fundos	939.127	12.474.124
Investimentos Imobiliários	215.886	805.028
Empréstimos e Financiamentos	123.010	822.764
Outros	340.274	1.332.197
(-) Exigíveis Previdenciários	(22.954)	(551.532)
(-) Exigíveis de Investimentos	(9.501)	(108.690)
Total de Ativos Garantidores	2.701.570	22.091.511

f.2) Em 31 de dezembro de 2010

Tabela 7.b - Categoria de Ativo 2010	Controladora	Consolidado
Valores Disponíveis Imediatos	2	4.362
Realizáveis Previdenciários	17.027	760.603
Investimentos em Títulos Públicos	721.794	3.902.287
Investimentos em Ações	270.507	898.740
Investimentos em Fundos	1.044.770	12.503.304
Investimentos Imobiliários	104.576	428.675
Empréstimos e Financiamentos	117.264	760.406
Créditos Privados e Depósitos	242.399	662.945
Outros	77.171	287.140
Exigíveis Previdenciários (-)	(4.627)	(870.313)
Exigíveis de Investimentos (-)	(3.095)	(137.705)
Total de Ativos Garantidores	2.587.788	19.200.445

NOTA 30 - PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Eletrobras e suas controladas são partes envolvidas em diversas ações em andamento no âmbito do judiciário, principalmente nas esferas trabalhista e cível, que se encontram em vários estágios de julgamento.

Na data de encerramento das Demonstrações Financeiras, a Companhia apresenta as seguintes provisões para obrigações legais vinculadas a processos judiciais, por natureza:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
CIRCULANTE				
Trabalhistas	-	-	67.544	80.355
Tributárias	-	-	76.477	105.013
Cíveis	-	-	95.169	63.368
Outros	-	-	1.000	8.844
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>240.190</u>	<u>257.580</u>
NÃO CIRCULANTE				
Trabalhistas	4.294	6.130	786.040	814.248
Tributárias	-	-	297.721	177.294
Cíveis	1.442.104	1.284.437	3.265.014	2.672.024
Outros	-	-	303.401	237.723
	<u>1.446.397</u>	<u>1.290.567</u>	<u>4.652.176</u>	<u>3.901.289</u>
	<u>1.446.397</u>	<u>1.290.567</u>	<u>4.892.366</u>	<u>4.158.869</u>

A administração da Companhia adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como provável, são constituídas provisões;
- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como possível, as informações correspondentes são divulgadas em Notas Explicativas, quando relevantes, e
- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como remoto, somente são divulgadas em Notas Explicativas as informações relevantes, que, a critério da administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das Demonstrações Financeiras.

Portanto, para fazer face a eventuais perdas, são constituídas as provisões para contingências, julgadas pela administração da Companhia e de suas controladas, amparadas em seus consultores jurídicos, como suficientes para cobrir eventuais perdas em processos judiciais e tiveram, neste exercício, a seguinte evolução:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2010	1.290.567	4.158.869
Constituição de provisões	595.301	1.117.846
Reversão de provisões	(437.892)	(233.757)
Pagamentos	(1.579)	(150.592)
Saldo em 31/12/2011	1.446.397	4.892.366

1 – Principais Ações judiciais movidas contra a Companhia e suas controladas e spe's com probabilidade de perda provável:

1.1 - Ações judiciais cíveis

1.1.1 – Na Controladora

A provisão para contingências cíveis, na controladora, no valor de R\$ 1.446.397 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 1.290.567), corresponde a ações judiciais que têm por objeto a aplicação, aos créditos escriturais do Empréstimo Compulsório constituídos a partir de 1978, de critérios de atualização monetária diversos daqueles estabelecidos na legislação específica.

Essas ações não se confundem com aquelas ajuizadas com a pretensão de obter o resgate das Obrigações ao Portador, atualmente inexigíveis, emitidas em decorrência do Empréstimo Compulsório.

As demandas que foram objeto de provisão impugnam a sistemática de cálculo de atualização monetária determinada pela legislação que rege o Empréstimo Compulsório, utilizada para a atualização dos créditos constituídos a partir de 1978, créditos esses que foram integralmente pagos pela Eletrobras por intermédio de conversões em ações ocorridas através da 72ª, 82ª e da 142ª Assembleias Gerais Extraordinárias da Eletrobras.

Existem atualmente cerca de 2.278 ações judiciais com esse objeto tramitando em diversas instâncias e a administração da Companhia, amparada na avaliação de seus consultores jurídicos, estima entre seis a oito anos, o prazo médio para a solução definitiva dos processos em curso.

Em julgamento ocorrido em 12 de agosto de 2009, no que diz respeito aos créditos do Empréstimo Compulsório, os recursos interpostos pela Eletrobras foram parcialmente providos pelo STJ, vez que foram considerados prescritos os créditos das 1ª e 2ª conversões. Também foi considerada não aplicável a taxa Selic sobre o principal, incidindo juros apenas a partir da data da citação. Foi confirmada a conversão dos referidos créditos pelo valor patrimonial da ação.

Em decorrência desse julgamento, as premissas de cálculo consideradas na determinação do valor da provisão, leva em consideração os impactos nos aspectos jurídicos e metodológicos decorrentes da decisão judicial.

Dessa forma a administração da companhia reconhece uma provisão no montante de R\$ 1.446.397, correspondente à totalidade das perdas esperadas.

1.1.2 - Em empresas controladas

1.1.2.1 - Na controlada Chesf:

a) A Chesf é autora de processo judicial no qual pede a declaração de nulidade parcial de aditivo (Fator K de correção analítica de preços) ao contrato de empreitada das obras civis da Usina Hidrelétrica Xingó, firmado com o Consórcio formado pela Companhia Brasileira de Projetos e Obras – CBPO, CONSTRAIN S.A. – Construções e Comércio e Mendes Júnior Engenharia S.A., e a devolução de importâncias pagas, a título de Fator K, no valor de aproximadamente R\$ 350.000, em dobro.

A ação foi ajuizada perante a Justiça Federal, sendo que a decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região determinou a sua tramitação perante a Justiça Estadual de Pernambuco. A ação ajuizada pela Companhia foi julgada improcedente. A reconvenção apresentada pelas rés foi julgada procedente pelo Juízo da 12ª Vara Cível da Comarca do Recife, sendo a decisão foi mantida pela 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

A Chesf e a União Federal, sua assistente neste processo, apresentaram recursos especiais e extraordinários, discutindo a decisão no feito principal e decisões prolatadas, que podem resultar na anulação do processo. O Superior Tribunal de Justiça, em agosto de 2010, deu provimento a recurso especial apresentado pela Chesf, reduzindo o valor da causa. O mesmo STJ negou provimento aos demais recursos especiais apresentados pela Chesf e União Federal, mantendo, portanto, a decisão do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que julgou improcedente a ação declaratória movida pela Chesf e julgou procedente a reconvenção apresentada pelas rés. Às partes ainda resta possibilidade de recursos.

O valor da condenação fixado em R\$ 842.469, havendo a Chesf interposto, embargos de declaração, considerando que a sentença deixou de se manifestar sobre diversas impugnações apresentadas pela Chesf em torno do laudo pericial oferecido pelo perito do juízo.

Julgando esses embargos de declaração, o Juiz da 12ª Vara Cível extinguiu o processo de liquidação, por considerar que a matéria ainda se encontrava sub judice no STJ. Contra essa decisão o Consórcio Xingó interpôs agravo de instrumento para o Tribunal de Justiça de Pernambuco. A 6ª Câmara Cível do TJPE ao apreciar a matéria, em 26 de maio de 2011, converteu o agravo de instrumento em apelação e julgou-a procedente. Contra essa decisão a Chesf interpôs Embargos de Declaração, ainda sub judice. Em 31 de dezembro de 2011 encontravam-se em tramitação no STJ embargos de declaração interpostos pelo Consórcio Xingó, no que se refere à decisão daquela corte em torno do valor da causa e dos honorários de sucumbência, contra-arrazoados pela Chesf.

A 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, no último dia 22 de março de 2012, julgou os embargos de declaração em que todas as partes CHESF, UNIÃO e Construtoras haviam interposto frente à sua própria decisão originária que apreciou a Ação de Liquidação Provisória, em trâmite em paralelo à Ação Principal sobre o "Fator K" e que pretende apurar o valor da condenação havida pela CHESF naquela mesma Ação Principal. Neste julgamento, essencialmente o Tribunal de Justiça de Pernambuco

acolheu os embargos de declaração das Construtoras para excluir a condenação parcial das mesmas Construtoras em honorários advocatícios, conforme havia sido originalmente fixado pela decisão originária deste processo e para a CHESF ao pagamento das custas do processo e acolheu os embargos de declaração da CHESF e da UNIÃO para excluir a incidência, de "juros legais moratórios" adicionados aos "juros contratuais moratórios", de forma a manter no cálculo de liquidação apenas a incidência, "juros contratuais moratórios". Outrossim, a controlada CHESF interpôs novos embargos de declaração para o esclarecimento de alguns pontos desta última decisão do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

A Administração, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos e baseada em cálculos que levaram em conta a suspensão do pagamento das parcelas relativas ao Fator K e suas respectivas atualizações monetárias, mantém registro de provisão, no Passivo Não Circulante, cujo montante atualizado em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 460.887, para fazer face a eventuais perdas decorrentes deste assunto. Esta provisão corresponde à glosa parcial do Fator K entre julho de 1990 e dezembro de 1993, em obediência à Lei nº 8.030/1990, e suspensão integral do pagamento do Fator K, no período de janeiro de 1994 a janeiro de 1996, inexistindo provisão de tempo para o desfecho desta lide.

b) Ação de Indenização de 14.400 ha. de terra na Fazenda Aldeia, proposta na Comarca de Santo Sé (BA), pelo Espólio de Aderson Moura de Souza e esposa. A Sentença de primeiro grau julgou procedente o pedido condenando a Chesf no valor de R\$ 50.000, correspondente a principal mais juros e correção monetária. Em 31 de março de 2009 o processo foi transferido para a Justiça Federal face intervenção da União Federal na qualidade de assistente. Em 30 de junho de 2011 foi julgado parcialmente procedente recurso de apelação interposto pela Chesf perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, sendo negado provimento à apelação do autor, conforme acórdão publicado em 24 de junho de 2011. Em 30 de setembro de 2011 foi ajuizada ação rescisória perante o Tribunal Regional Federal da Primeira Região. Em 31 de dezembro de 2011 a liminar havia sido deferida para ordenar a interrupção da execução do processo principal. A Companhia possui em seu passivo não circulante provisão para suportar eventual perda nesta Ação no valor de R\$ 100.000.

c) Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público de Pernambuco, resultante de direito de reassentamento de trabalhadores rurais afetados pela construção da UHE Itaparica. O Autor afirma ser inexistente por carência de legitimidade o acordo firmado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em 06 de dezembro de 1986, e requer a diferença das verbas de manutenções temporárias pagas no período, dando à causa o valor atualizado de aproximadamente R\$ 87.000. Recurso de Apelação da Chesf, alegando a ilegitimidade do MPPE para o feito teve provimento pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE, contudo, o STJ, em grau de recurso especial proposto pelo Autor reconheceu a legitimidade do MPPE e determinou a remessa dos autos ao TJPE. Em 19 de abril de 2010, julgando o mérito da Apelação da Chesf, o TJPE, à unanimidade, negou-lhe provimento. A Chesf interpôs conjuntamente Recurso Especial e Recurso Extraordinário e correspondentes agravos de instrumento. Em 31 de dezembro de 2011 o STJ havia concedido provimento ao agravo de instrumento da Chesf determinando a subida do Recurso Especial, o qual se encontra concluso com o relator. A Companhia possui em seu passivo não circulante, provisão para suportar eventual perda nesta Ação no valor de R\$ 87.000.

d) Ação de indenização por perdas e danos decorrente da não contratação da então Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga em virtude de licitação para a aquisição de óleo combustível para a Usina Termelétrica de Camaçari (BA), o que teria caracterizado, no entendimento da demandante, a figura dos lucros cessantes. A Chesf interpôs, sucessivamente, recurso de apelação, recurso especial e agravo regimental no agravo de instrumento em recurso especial, não obtendo êxito. Em 31 de dezembro de 2011 o processo se encontra em fase de execução na 5.ª Vara Cível da Comarca do Recife - PE, pendente de apreciação de impugnação ao cumprimento de sentença. A Companhia possui em seu passivo não circulante provisão para suportar eventual perda nessa ação no valor de R\$ 23.292.

1.1.2.2 - Na Controlada Eletronorte:

Diversas demandas cíveis de caráter indenizatório por perdas financeiras, em função de atrasos de pagamentos a fornecedores e, por desapropriações de áreas inundadas por reservatórios de usinas hidrelétricas. O montante estimado de perda, cuja probabilidade é provável, é de R\$ 703.988.

1.1.2.3. – Na Controlada Furnas

1) Ação de cobrança movida pela AES Tietê no valor estimado de R\$ 51.104 mil. FURNAS efetuou depósito no mesmo valor do qual foi liberado, pelo juízo para saque da AES, o valor de R\$ 46.458 mil. O saldo remanescente, R\$ 4.304 mil, ainda está em discussão e a probabilidade de perda é provável.

2) Ação movida pela Tractebel no valor estimado de R\$ 82.637 mil cujo objeto é correção monetária de contratos iniciais cujas faturas foram liquidadas após vencimento. Probabilidade de perda provável.

3) O valor de R\$ 105.407 mil referem-se a autos de infração lavrados pela Aneel que estão sendo contestados por FURNAS cujas ações ajuizadas possuem probabilidade de perda provável. Desta forma, foram efetuados depósitos judiciais como garantia de tais recursos impetrados, dos quais destacamos:

3.1 - R\$ 47.414 mil depositado em maio/2011 referente ao auto lavrado em decorrência do apagão de 10 de novembro de 2009;

3.2 - R\$ 35.542 mil depositado em novembro de 2011 referente a lavratura do auto de infração nº 003/2011 – SFE ANEEL;

3.3 - R\$ 20.593 mil depositado em dezembro/2011 em decorrência de auto de infração lavrado pela Aneel

1.2 - Ações judiciais trabalhistas

1.2.1 - Em empresas controladas

1.2.1.1 - Na controlada Furnas:

a) Data – base dos engenheiros

Data-base dos engenheiros – o Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro ajuizou ações trabalhistas no sentido de reaver diferenças salariais relativas à mudança de data-base dos engenheiros, estando atualmente o processo em fase de liquidação. O valor estimado deste processo é de R\$ 42.325 para a probabilidade de perda provável;

b) Periculosidade

Diversas ações promovidas, nas quais são pleiteadas o adicional de periculosidade, no entendimento de que deva ser concedido o percentual integral e não proporcional a todos os empregados que prestam serviços em atividade sujeita ao risco elétrico;

c) Complemento de aposentadoria

Refere-se ao saldo a pagar relativo à complementação de aposentadoria – paridade com os empregados ativos.

1.2.1.2 - Na Controlada Eletronorte:

Diversos processos judiciais trabalhistas, na sua grande parte, decorrentes de ações relativas à adicional de periculosidade, Plano Bresser, horas extras, cálculo de multa de FGTS e alinhamento de curva salarial. O montante estimado de perda provável é de R\$ 177.329.

1.2.1.3 – Na controlada Eletrosul

O valor de R\$ 13.362, demonstrado como passivo trabalhista foi reclassificado pela assessoria jurídica de perda provável para perda possível devido à alteração da Súmula nº 331, V, do Tribunal Superior do Trabalho.

1.2.1.4 – Na controlada Ceal

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Alagoas, na qualidade de substituto processual, aforou reclamação trabalhista em favor dos empregados da Companhia, visando o recebimento de supostas diferenças salariais ocorridas em virtude da implantação do denominado Plano Bresser (Decreto-Lei nº 2.335/87).

O pedido teve amparo perante a Egrégia Segunda Junta de Conciliação e Julgamento de Maceió-AL, decisão esta confirmada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, estando a decisão transitado em julgado.

A execução da sentença, o Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Maceió entendeu a época que não deveria haver limitação a data-base da categoria, o que oneraria extraordinariamente a execução.

A Ceal e a União apresentaram objeção de pré-executividade que foram rejeitadas pelo juízo primário.

A Ceal e a União agravaram de petição para o TRT da decisão que rejeitou a objeção de pré-executividade e paralelamente, a Ceal ajuizou no TRT medida cautelar para suspender a execução, medida que aguarda julgamento.

No agravo de petição apresentado sustenta-se que o valor da condenação deve limitar-se à data-base da categoria, conforme previsto nos DLs 2284 (arts. 20 e 21), 2334/87 (arts. 8º e 9º), 2336/87 e art, 789, parágrafo 1º da CLT, matéria já pacificada no TST pela sumária 322.

A AGU sustenta em seu agravo de petição a inexigibilidade do título executivo judicial e das parcelas acessórias, visto que a decisão agravada não acompanha a reiterada e pacífica orientação do STF, com apoio nos arts 884, parágrafo 5º da CLT e 741, parágrafo único do CPC.

O processo encontra-se em fase de execução, com homologação dos cálculos pelo juízo de primeiro grau no valor de R\$ 722.000. Os cálculos foram impugnados pela Ceal com a apresentação de duas teses: uma com a limitação à data-base e outra contestando os valores apresentados pelo sindicato, sem a limitação à data-base.

Acolhida a limitação à data-base, os cálculos serão reduzidos para R\$ 3.569, valor este provisionado pela Controlada, e avaliada pelos consultores jurídicos como perda provável limitada à data base..

1.3 – Ações Judiciais Tributárias

1.3.1 – Nas Sociedades de Propósito específico

1.3.1.1 ESBR Participações

a) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

Refere-se ao convênio ICMS nº 47/2011, que autoriza o Estado de Rondônia a dispensar o ICMS devido nas importações de máquinas, aparelhos e equipamentos industriais, suas partes e peças, sem similar no país.

Os efeitos do Convênio ICMS nº 47/2011 e da Lei RO nº 2.538/11 encontram-se suspensos por força de medida liminar concedida pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia em Ação Direta de Inconstitucionalidade movida pelo Procurador Geral de Justiça de Rondônia. Assim, a questão permanece sob avaliação da Administração da Controlada, que nas demonstrações do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, procedeu ao provisionamento do valor de R\$ 86.884, refere-se ao diferencial de alíquota e R\$ 14.870 referente ao ICMS sobre importação, gerados entre 27 de abril de 2011 e a data da promulgação do decreto nº 15.858 do Estado de Rondônia, que anulou o benefício.

1.3.2- Em empresas controladas

1.3.2.1 - Na controlada Furnas:

Autos de infração - FINSOCIAL, COFINS e PASEP

A principal ação registrada neste grupo refere-se ao questionamento de autos de infração lavrados contra FURNAS em 3 de maio de 2001, relativos ao Finsocial, Cofins e Pasep, no montante atualizado de R\$ 1.098.900 (R\$ 791.796 históricos), em decorrência de exclusões nas bases de cálculo relativas, principalmente, repasse e transporte de energia de Itaipu, por um período de dez anos. Estes autos de infração sobrepueram-se a outros emitidos em 1999, para um período de fiscalização de cinco exercícios, no montante de R\$ 615.089, que haviam sido objeto de adesão ao Refis, em 1 de março de 2000, e transferidos, em 31 de julho de 2003, para o Paes.

Em 12 de junho de 2008, com a emissão, pelo STF, da Súmula Vinculante nº 8, a cobrança dos autos de infração foi reduzida para cinco anos, passando o montante atualizado de R\$ 1.098.900 para R\$ 202.208.

A Empresa, baseada na divulgação das últimas decisões da Receita Federal, mantém provisão para riscos fiscais, no valor total de R\$ 84.890, relativas ao Pasep / Cofins incidentes sobre a exclusão das bases de cálculo da RGR no período de junho de 1996 a setembro de 2000 e outubro de 2005 a março de 2007. A diferença de R\$ 117.318 refere-se a outras exclusões das referidas bases de cálculo, ainda em fase de julgamento, no qual existem possibilidades de ganho para FURNAS, segundo o entendimento de sua área jurídica.

1.1.1.2 - Na controlada Chesf:

a) A controlada, possui questões envolvendo, basicamente, ações anulatórias de autos de infração; pleitos de ressarcimento de créditos (PIS/PASEP - COFINS) e outros tributos singulares. A companhia mantém provisão no valor de R\$ 10.853 (em 31 de dezembro de 2010 - R\$ 10.631).

1.1.1.3 - Na controlada Cepisa :

As ações fiscais provisionadas, consideradas com expectativa de perda provável, são compostas por processos referente a ICMS e ISS, que totalizam o montante de R\$ 17.152.

1.1.1.4 - Na controlada Ceron

a) Diferencial de alíquota do ICMS, no período de 2001 e 2002, objeto dos Autos de Infração nº. 01.037.884-4 e 01.037.885-2, no montante de R\$ 12.083, atualizado até 31 de dezembro de 2011.

b) Autos de infração - ANEEL

Em dezembro de 2011, após a manifestação da assessoria jurídica da Companhia com o posicionamento na alteração da probabilidade de êxito possível para provável dos autos de infração, a Companhia registrou como provisão passiva os autos de infração lavrados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em decorrência de não conformidade e procedimentos ocasionados por descumprimento às resoluções vigentes que são estabelecidas ao setor elétrico.

A seguir, elencamos o detalhamento dos autos:

AI	Origem	Período	Valor R\$		
			Principal	Atualização	Total
004/2008	DEC e FEC	2003, 2004 e 2006	15.702	2.985	18.687
038/2010-SFE	DEC e FEC	2008	1.899	376	2.275
043/2010-SFE	Índices INS, ICO e IAB		109	21	130
054/2010-SFE	Informações Perdas Técnicas		889	165	1.054
078/2010-SFE	Não conformidade nas áreas técnicas e comercial		1.171	204	1.375
089/2010-SFE	DEC e FEC	2009	4.301	710	5.011
090/2010-SFE	Índices DRP e DRC	2008 a 2009	1.472	240	1.712
128/2010-SFE	DIC, FIC e DMIC		1.689	188	1.877
039/201-SFG	Não equacionamento reposição óleo diesel a CCC		8.585	1.052	9.637
066/2011-SFE	Descumprimento item 5.4 seção 8.2 - Prodist		1.038	13	1.051
Total dos Autos			36.855	5.954	42.809

DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora
 FEC – Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora
 INS – Índice de Nível de Serviço
 ICO – Índice de Chamadas Ocupadas
 IAB – Índice de Abandono
 DRP – Duração Relativa da Transgressão de Tensão Precária
 DRC – Duração Relativa da Transgressão de Tensão Crítica
 DIC – Duração de Interrupção Individual por Unidade Consumidora
 FIC – Frequência de Interrupção Individual por Unidade Consumidora
 DMIC - Duração Máxima de Interrupção Contínua por Unidade Consumidora
 PRODIST – Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional.

Para todos os autos acima, a Companhia apresentou recursos, cujas penalidades foram mantidas pelo Órgão Regulador e os assuntos foram encerrados na esfera administrativa.

Para os autos 004/2008, 038/2010, 043/2010, 054/2010, 078/2010, 089/2010 e 090/2010, a Companhia interpôs ações judiciais efetivando os respectivos depósitos. Quanto aos demais autos a Companhia está analisando a viabilidade de ajuizar as ações.

2 - Ações judiciais movidas contra a Companhia e suas controladas com probabilidade de perda possível:

2.1 - Ações judiciais cíveis

2.1.1 - Em empresas controladas

2.1.1.1 - Na controlada Chesf:

a) Ação de indenização ajuizada pelo Consórcio formado pelas empresas CBPO/CONSTAN/Mendes Júnior, na qual pede a condenação da Companhia e o pagamento de compensação financeira adicional, em virtude de atraso no pagamento das faturas do contrato referente à Usina Hidrelétrica Xingó, ajuizada em 08 de junho de 1999, envolvendo faturas emitidas após 30 de abril de 1990. Na aludida ação, as autoras formularam pedidos genéricos, limitando-se a apontar a existência de um suposto direito a compensação financeira, remetendo a apuração dos valores para a liquidação da sentença.

A ação foi julgada procedente, sendo a Chesf condenada a pagar aos autores a importância de R\$ 23.766, a preços de setembro de 2004 (R\$ 51.568, segundo cálculos da Chesf, em 31 de março de 2010). Contra essa decisão, a Chesf interpôs recurso de apelação, a ser julgado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco.

No TJPE, o Relator do recurso proferiu decisão declarando a nulidade da sentença, admitindo a intervenção da União Federal no feito, determinando o envio dos autos à Justiça Federal, onde se encontra.

b) Ação cível pública proposta contra a Companhia pela Associação Comunitária do Povoado do Cabeço e Adjacências, no Estado de Sergipe, no valor de R\$ 100.000, perante a 2ª Vara Federal em Sergipe, tendo por objeto obter compensação financeira em decorrência de alegados danos ambientais causados aos pescadores, à jusante da UHE Xingó e provocados pela construção desta Usina.

A ação foi proposta na Justiça Federal, em 27 de junho de 2002, sendo determinante, em 31 de agosto de 2005, a inclusão do Ibama, IMA-AL, CRA-BA, União Federal e Adema-SE no pólo passivo da ação.

Por outro lado, na comarca de Brejo Grande/SE, havia também uma ação civil pública proposta contra a Chesf pela Associação Comunitária do Povoado do Cabeço e Saramém, à qual foi atribuído o valor de R\$ 100.000 mil com os mesmos propósitos da demanda anteriormente comentada.

Em 19 de fevereiro de 2009 essa ação, foi considerada processualmente conexa com a outra ação de caráter semelhante existente na justiça federal, passando ambas a tramitar conjuntamente a partir daquela data.

Em 29 de março de 2011, o juiz de primeira instância nomeou equipe de peritos para produção de laudo. Em 08 de abril de 2011 a Chesf apresentou em juízo a relação dos seus assistentes técnicos e os seus quesitos periciais. Em audiência, no dia 30 de novembro de 2011, determinou - se que a Chesf efetivasse até 31 de janeiro de 2012 um depósito de R\$ 50 em conta bancária, à disposição daquele juízo para fazer face às despesas com os peritos judiciais.

Suportada em avaliação dos advogados que patrocinam as causas pela Companhia, a expectativa da Administração sobre a possibilidade de perda dessas ações é possível, quanto ao insucesso da defesa, e remota quanto aos valores pretendidos.

c) Ação ordinária proposta pela AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia na 15ª Vara Federal-DF, visando à contabilização e liquidação pela Aneel das transações do mercado, relativa à exposição positiva verificada em razão da não opção pelo alívio (seguro) feita em dezembro de 2000. Decisão interlocutória proferida no bojo do Agravo de Instrumento da AES SUL interposto contra a Aneel, resultou num débito de aproximadamente R\$ 110.000, com pagamento estipulado para o dia 07 de novembro de 2008.

Para suspender a exigibilidade do débito, foram adotadas, em novembro de 2008, as seguintes providências jurídicas: 1) ajuizamento de Pedido de Suspensão de Liminar no STJ; 2) impetração de Mandado de Segurança perante o Tribunal de Justiça do Distrito Federal - TJDF; 3) protocolização de petição postulando o ingresso da Chesf no processo, na condição de litisconsorte passiva necessária. Foram acolhidos os procedimentos 2 e 3, com a consequente reforma da liminar e suspensão do débito em questão. A Chesf ingressou na lide como litisconsorte passiva necessária e contestou a ação. Em 31 de dezembro de 2011 o Tribunal Regional Federal da 1.ª Região havia julgado procedente o mandado de segurança interposto pela Chesf (medida 2), tendo a AES ingressado com Recurso Especial, o qual está concluso com o Ministro Relator no STJ.

d) Ação declaratória com pedido de indenização proposta pela Carbomil Química S.A. objetivando indenização em decorrência da instalação de linha de transmissão de energia elétrica em área da mina Lajedo do Mel, localizada nos municípios de Jaguaruana e Quixeré, no Ceará, e Baraúna, no Rio Grande do Norte. Foi realizada perícia e em seguida a Companhia elaborou o incidente processual, protocolizando uma exceção de incompetência, que veio a ser negada. O processo tem estimativa de perda possível no valor de R\$ 70.000.

2.1.1.2 - Na controlada Eletrosul:

O valor de R\$ 56.106 mil, demonstrado como passivo cível, classificado pela assessoria jurídica como possível, refere-se, basicamente, a processos de: indenização no valor de R\$ 3.597, nulidade de processo de licitação no valor de R\$ 5.888, revisão contratual no valor de R\$ 7.092 e anulação de contrato no valor de R\$ 27.146.

2.2 - Ações judiciais tributárias

2.2.1 - Em empresas controladas

2.2.1.1 - Na controlada Cepisa:

A Cepisa sofreu processo de fiscalização por parte da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí – SEFAZ, referente aos procedimentos fiscais adotados no registro e apuração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, relativo ao período de janeiro de 2001 a dezembro de 2007, sendo lavrados, contra a Cepisa, quatorze autos de infração, no total de R\$ 79.782. Suportada pela avaliação dos consultores jurídicos da Cepisa, este valor não foi provisionado, por ser considerado, quanto à probabilidade de perda, como perda possível.

2.2.1.2 - Na controlada Eletronuclear

Dentre essas ações de causas possíveis, destaca-se a ação de execução fiscal movida pelo Estado do Rio de Janeiro em 2009, cujo objeto é crédito de ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços supostamente incidente sobre importação de mercadorias, cujo o processo monta R\$ 47.504. Nessa execução a ELETRONUCLEAR deu em garantia em depósito judicial ações no valor de R\$ 44.601.

2.2.1.3 – Na controlada CERON

A Companhia sofreu processo de fiscalização por parte da Coordenadoria da Receita Estadual, da Secretaria de Finanças do Estado de Rondônia, referente aos procedimentos fiscais adotados no registro e apuração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, relativo ao período de janeiro de 1998 a dezembro de 2002, sendo que em dezembro de 2003 foram lavrados contra a Companhia, 26 (vinte e seis) autos de infração no total de R\$ 263.129. Destes 26 autos, 05 (cinco) já foram aditados passando o valor global para R\$ 362.266.

Em dezembro de 2008, a Companhia sofreu novo processo de fiscalização por parte da Coordenadoria da Receita Estadual, da Secretaria de Finanças do Estado de Rondônia, relativo ao exercício de 2003, e foram lavrados 02 (dois) autos de infração no valor total de R\$ 13.433.

Em dezembro de 2009, ocorreu outro processo de fiscalização referente ao estorno de créditos de ICMS de óleo diesel, relativo ao período de janeiro de 2004 a dezembro 2008, sendo lavrados 05 (cinco) autos de infração no valor total de R\$ 458.395, cujo detalhamento de todos os autos estão demonstrados a seguir:

Quant.	Origem	Período 1998 a 2009					
		Autuação	Imposto	Multa	Juros	Atualização	Total
2	Diferencial de Alíquota	dez/03	1.304	4.326	2.320	1886	9.836
4	Créditos da Aquisição de Óleo	dez/03	25.762	83.055	48.173	47.202	204.192
5	Cancelamentos de Fatura	dez/03	6.156	17.321	17.582	10.728	51.787
3	Energia Elétrica Diferimento-PIE/Eletronorte	dez/03	11.746	41.283	24.193	19.229	96.451
1	Cancelamento de Fatura	dez/08	900	2.492	1.092	625	5.109
1	Estorno de créditos nas GIAM's-2003	dez/08	1.471	4.073	1.758	1.022	8.324
5	Estorno de óleo diesel 2004 a 2008	dez/09	111.306	267.152	55.318	24.619	458.395
21	Total dos Autos		158.645	419.702	150.436	105.311	834.094

Considerando o objeto dos Autos de Infração, as justificativas apresentadas, bem como a natureza dos débitos envolvidos, a Administração da Companhia entendeu serem totalmente improcedentes as exigibilidades dos mesmos.

Diante de tal entendimento, a Companhia contratou o escritório de advocacia Ulhôa Canto, Rezende e Guerra – Advogados, para defesa dos vinte e seis autos sofridos em 2003. Os dois autos de 2008 ficaram a cargo da Assessoria Jurídica da Companhia, e para os cinco autos aplicados em 2009, foi contratado o Escritório de Advocacia Décio Freire & Advogados Associados, com fim específico de promoverem suas defesas perante a Secretaria de Finanças do Governo do Estado de Rondônia.

Considerando o estágio dos processos e os recursos apresentados, em 31 de dezembro de 2011, as posições dos julgamentos são as seguintes:

- a) 09 processos, no montante de R\$ 481.664, aguardando decisão de segunda instância;
- b) 02 processos, no montante de R\$ 67.834, aguardando decisão de primeira instância;
- c) 10 processos, no montante de R\$ 284.596, com decisão administrativa final, desfavorável à Companhia. Por entender improcedente tais decisões, a Companhia ingressou com ação judicial.

Tendo em vista o grau dos recursos apresentados, os trâmites a serem seguidos, e ainda a expectativa favorável quanto ao seu desfecho, a Administração da Companhia, suportada por parecer de seus assessores jurídicos, bem como em conformidade com os preceitos da Deliberação CVM nº. 489/2005 entende não ser necessária a constituição de provisão para fazer face às eventuais contingências.

2.3 - Ações judiciais trabalhistas

2.3.1 - Em empresas controladas

2.3.1.1 - Na controlada Cepisa

Refere-se a diversas ações movidas, por ex-empregados e empregados, envolvendo hora-extra, adicional de periculosidade, adicional de penosidade,

equiparação/reenquadramento salarial, insalubridade, diferenças de FGTS, indenização por danos morais decorrentes de acidente de trabalho e reintegração de demitidos. O montante provisionado é de R\$ 26.103, em 31 de dezembro de 2011.

NOTA 31 - OBRIGAÇÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

A Companhia reconhece obrigações para descomissionamento de usinas termonucleares, que se constituem em um programa de atividades exigidas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, que permite dismantelar com segurança e mínimo impacto ao meio ambiente essas instalações nucleares, ao final do ciclo operacional.

Dadas as características específicas de operação e manutenção de usinas termonucleares, sempre que ocorrerem alterações no valor estimado do custo de desmobilização, decorrentes de novos estudos em função de avanços tecnológicos, deverão ser alteradas as quotas de descomissionamento, de forma a ajustar o saldo da obrigação à nova realidade.

O saldo da obrigação, registrada a valor presente, em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 408.712 (31 de dezembro de 2010 – R\$ 375.968).

	<u>CONSOLIDADO</u>
Saldo do Passivo, a Valor Presente, em 31/12/2010	<u>375.968</u>
Ajuste a Valor Presente / Variação Cambial no exercício	32.744
Saldo do Passivo, a Valor Presente, em 31/12/2011	<u>408.712</u>

NOTA 32 – CONCESSÕES A PAGAR – USO DO BEM PÚBLICO

A Companhia tem contratos de concessão onerosa com a União para a utilização do bem público para a geração de energia elétrica, substancialmente em empreendimentos através das Sociedades de Propósito Específico - SPEs. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e intenção das partes de executá-los integralmente.

Buscando refletir adequadamente, no patrimônio, a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante a União, os valores das concessões de usinas hidrelétricas foram registrados no ativo intangível em contrapartida do passivo.

Os valores estabelecidos nos contratos de concessão estão a preços futuros e, portanto, a Companhia ajustou a valor presente essas obrigações.

A atualização da obrigação em função da taxa de desconto e da variação monetária foi capitalizada no ativo durante a construção das Usinas e, a partir da data da entrada em operação comercial, reconhecida diretamente no resultado.

A Companhia adota como política contábil, reconhecer a obrigação na data da obtenção da licença ambiental de instalação (LI).

Os pagamentos da UBP são realizados em parcelas mensais a partir do início da operação comercial do empreendimento até o final do prazo de concessão, e estão assim previstos:

		CONSOLIDADO			
		Circulante			
		31/12/2011	31/12/2010		
Controlada					
Furnas	UHE Foz do Chapecó	19.498	18.257		
Furnas	UHE Peixe Angical	6.627	6.428		
Furnas	UHE Retiro Baixo	123	114		
Furnas	UHE Serra do Facão	3.856	299		
Furnas	UHE Santo Antonio	5.129	-		
	Total	35.233	25.098		
			Não Circulante		
		31/12/2011	31/12/2010		
Chesf/Eletrosul	UHE Jirau	39.776	35.616		
Chesf/Eletronorte/Norte Energia	UHE Belo Monte	72.593	-		
Eletrosul	UHE Passo São João	4.069	3.515		
Eletrosul	UHE Mauá	12.357	10.498		
Eletrosul	UHE São Domingos	4.774	4.047		
Eletrosul/Furnas	UHE Teles Pires	34.928	-		
Furnas	UHE Batalha e Simplicio	42.230	40.336		
Furnas	UHE Foz do Chapecó	236.560	228.002		
Furnas	UHE Peixe Angical	77.029	73.044		
Furnas	UHE Retiro Baixo	3.563	3.389		
Furnas	UHE Serra do Facão	635.722	612.183		
Furnas	UHE Santo Antonio	70.825	51.587		
	Total	1.234.426	1.062.217		
		Valor nominal original		Valores atualizados	
		Pagamento	Pagamento	Pagamento	Pagamento
UHE	anos	anual	total	anual	total
Passo São João	29	200	5.944	270	7.988
Mauá	30	618	18.855	810	24.705
São Domingos	25	260	6.717	340	8.755
Jirau	35	3.150	96.840	3.826	117.306
Teles Pires	35	2.702	84.438	2.774	86.688
Batalha	35	298	8.725	392	7.784
Simplício	35	1.134	34.036	1.519	34.446
Foz do Chapecó	35	19.261	504.000	42.128	638.839
Peixe Angical	35	6.800	197.200	14.878	205.704
Retiro Baixo	35	238	7.117	252	7.524
Serra do Facão	35	40.618	1.073.000	81.859	1.284.286
Santo Antônio	35	11.852	379.267	14.727	471.264
Belo Monte	35	8.305	99.662	6.071	72.856
		95.436	2.515.801	169.846	2.968.145

NOTA 33 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2011	31/12/2010
Aquisição de participação acionaria CEEE / CGTEE	133.270	4.637.116
Linha de transmissão Banabuí - Fortaleza	2.250	78.280
UHE de Xingó	6.321	219.942
Linha de transmissão no Estado da Bahia	989	34.429
Fundo Federal de Eletrificação - Lei 5.073/66	5.865	204.089
	<u>148.695</u>	<u>5.173.856</u>

NOTA 34 – COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

Os compromissos de longo prazo da Companhia, relacionados, principalmente, a contratos de compra de energia elétrica e combustível são:

Empresas	2012	2013	2014	2015	Após 2015 (pagamento anual)
Amazonas	2.415.188	2.508.607	2.454.581	2.387.563	-
Distribuidora Alagoas	424.591	562.485	566.332	1.217.816	-
Distribuidora Piauí	747	763	697	15.812	-
Distribuidora Rondônia	614.471	745.591	914.260	1.115.228	-
Eletrobras	1.850.000	1.850.000	1.850.000	1.850.000	1.850.000
Eletronorte	92.763	92.763	98.792	105.214	112.052
Eletronuclear	454.927	375.519	321.884	280.353	286.582
Furnas	391.575	390.515	99.122	3.699	-
Total	<u>6.244.262</u>	<u>6.526.243</u>	<u>6.305.669</u>	<u>6.975.686</u>	<u>2.248.634</u>

1. Combustível nuclear (Eletronuclear)

Contratos assinados com as Indústrias Nucleares Brasileiras – INB para aquisição de Combustível Nuclear para produção de energia elétrica, destinadas as recargas das usinas UTN Angra I e UTN Angra II.

2. Compromissos sócio ambientais

A) Angra III

Termos de compromissos assumidos com os Municípios de Angra dos Reis, Rio Claro e Paraty, nos quais, a ELETRONUCLEAR se compromete a celebrar convênios específicos de portes socioambientais vinculados a UTN Angra III, visando à execução dos programas e projetos em consonância com as condicionantes estabelecidas pelo IBAMA.

3. Aquisição de equipamentos

Contratos assinados com fornecedores diversos para aquisição de equipamentos para substituição no ativo imobilizado das usinas Angra I e Angra II, necessários à manutenção operacional desses ativos.

4. Compra de Energia de Produtor Independente - Proinfa

A Eletrobras apoia o desenvolvimento de projetos para a diversificação da matriz energética brasileira. Através do programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica, instituído pela Lei 10.438, de abril de 2002, buscando soluções de cunho regional para o uso de fontes renováveis de energia e incentivado o crescimento da indústria nacional.

O Proinfa prevê a operação de 144 usinas, totalizando 3.299,40 MW de capacidade instalada. As usinas do programa responderão pela geração de aproximadamente 12.000GWh/ano, equivalente a 3,2% do consumo total anual do país. Os 3.299,40 MW contratados estão divididos em 1.191,24 MW provenientes de 63 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's), 1.422,92 MW de 54 usinas eólicas e 685,24 MW de 27 usinas a base de biomassa. Toda essa energia tem garantia de contratação por 20 anos pela Eletrobras.

NOTA 35 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

I - Capital Social

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 31.305.331 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 26.156.567) e suas ações não têm valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias, entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital e na distribuição de dividendos, às taxas anuais de 8% para as ações de classe "A" (subscritas até 23 de junho de 1969) e 6% para as de classe "B" (subscritas a partir de 24 de junho de 1969), calculados sobre o capital correspondente a cada classe de ações.

O Capital Social está representado por 1.352.634.100 ações escriturais e está distribuído, por principais acionistas e pelas espécies de ações, conforme a seguir:

ACIONISTA	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS			CAPITAL TOTAL	
	QUANTIDADE	%	Série A	Série B	%	QUANTIDADE	%
União	552.968.382	50,87	-	2.252	0,00	552.970.634	40,88
BNDESPAR	180.757.951	16,63	-	18.691.102	7,04	199.449.053	14,75
BNDES	76.338.832	7,02	-	18.262.671	6,88	94.601.503	6,99
FND	45.621.589	4,20	-	-	-	45.621.589	3,37
FGHAB	1.000.000	0,11	-	-	-	1.000.000	0,09
FGI	-	-	-	8.750.000	3,30	8.750.000	0,65
FGO	-	-	-	468.600	0,18	468.600	0,03
Outros	230.363.543	21,17	146.920	219.262.25	82,60	449.772.721	33,24
	<u>1.087.050.29</u>	<u>100,0</u>	<u>146.920</u>	<u>265.436.88</u>	<u>100,00</u>	<u>1.352.634.10</u>	<u>100,00</u>

Do total das 449.772.721 ações em poder dos não controladores, 311.960.738 ações, ou seja, 69,36% são de propriedade de investidores não residentes, sendo 165.001.868 ações ordinárias, e 146.958.870 de ações preferenciais da classe "B".

Da participação total de acionistas domiciliados no exterior, 75.072.329 ações ordinárias e 40.326.860 ações preferenciais da classe "B" estão custodiadas, lastreando o Programa de American Depositary Receipts - ADR's. Em 31 de dezembro de 2011, o valor patrimonial da ação é de R\$ 56,81 (31 de dezembro de 2010 - R\$ 62,29).

II - Reservas de Capital

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2011	31/12/2010
Compensação de insuficiência de remuneração - CRC	18.961.102	18.961.102
Ágio na emissão de ações	3.384.310	3.384.310
Especial - Decreto-Lei 54.936/1964	387.419	387.419
Correção monetária do balanço de abertura de 1978	309.655	309.655
Correção monetária do Empréstimo Compulsório - 1987	2.708.432	2.708.432
Doações e subvenções - FINOR, FINAM e outros	297.424	297.424
	<u>26.048.342</u>	<u>26.048.342</u>

III - Reservas de Lucros

O Estatuto Social da companhia prevê a destinação de 50% do lucro líquido do exercício para a constituição de Reserva de Investimentos e de 1% para a Reserva de Estudos e Projetos, sendo sua constituição limitada a 75% e a 2% do capital social.

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2011	31/12/2010
Legal (art. 193 - Lei 6.404/1976)	2.233.016	2.046.388
Estatutárias (art. 194 - Lei 6.404/1976)	16.337.997	14.758.463
	<u>18.571.013</u>	<u>16.804.851</u>

NOTA 36 – LUCRO POR AÇÃO

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	31/12/2011			
	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	Total
Numerador				
Lucro líquido atribuível a cada classe de ações	2.831.333	383	691.358	3.523.073
Dividendos preferenciais		116	209.375	209.491
	<u>2.831.333</u>	<u>499</u>	<u>900.733</u>	<u>3.732.565</u>
Denominador				
Média ponderada da quantidade de ações	1.087.050	147	265.437	1.352.634
% de ações em relação ao total	80%	0,01%	20%	100%
Resultado por ação básico (R\$)	2,60	3,39	3,39	

31/12/2010				
Numerador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	Total
Lucro líquido atribuível a cada classe de ações	1.544.746	251	387.775	1.932.771
Dividendos preferenciais		272	314.870	315.142
	1.544.746	522	702.645	2.247.913
Denominador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	Total
Média ponderada da quantidade de ações	905.024	147	227.187	1.132.357
% de ações em relação ao total	80%	0,01%	20%	100%
Resultado por ação básico (R\$)	1,71	3,55	3,09	

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: dívida conversível (empréstimo compulsório). Pressupõe-se que a dívida conversível foi convertida em ações ordinárias e que o lucro líquido é ajustado para eliminar a despesa financeira menos o efeito fiscal.

31/12/2011				
Numerador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	Total
Lucro líquido atribuível a cada classe de ações	2.831.333	383	691.358	3.523.073
Dividendos preferenciais		116	209.375	209.491
	2.831.333	499	900.733	3.732.565
Denominador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	Total
Média ponderada da quantidade de ações	1.087.050	147	265.437	1.352.634
% de ações em relação ao total	80%	0,01%	20%	100%
Resultado por ação diluído (R\$)	2,60	3,39	3,39	

31/12/2010				
Numerador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	Total
Lucro líquido atribuível a cada classe de ações	1.544.625	251	391.308	1.936.183
Dividendos preferenciais		272	314.870	315.142
	1.544.625	522	706.178	2.251.325

Denominador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	Total
Média ponderada da quantidade de ações	905.024	147	227.187	1.132.357
Empréstimo compulsório	-	-	2.088	2.088
	905.024	147	229.274	1.134.445
% de ações em relação ao total	80%	0%	20%	100%
Resultado por ação diluído (R\$)	1,71	3,55	3,08	

NOTA 37 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2011	30/12/2010	31/12/2011	30/12/2010
Geração				
Suprimento	1.795.910	1.824.652	15.976.884	17.358.002
Fornecimento	-	-	2.449.928	752.037
Repasse Itaipu	836.488	215.989	836.488	215.989
	<u>2.632.398</u>	<u>2.040.641</u>	<u>19.263.300</u>	<u>18.326.028</u>
Transmissão				
Atualizações da taxa de retorno - Transmissão	-	-	2.774.166	2.525.754
Receita de operação e manutenção	-	-	1.978.618	1.466.929
Receita de construção	-	-	3.603.492	2.322.937
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8.356.276</u>	<u>6.315.620</u>
Distribuição				
Fornecimento	-	-	4.147.768	3.929.481
Receita de operação e manutenção	-	-	564.948	433.048
Receita de construção	-	-	729.064	810.475
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.441.780</u>	<u>5.173.004</u>
Outras receitas	<u>131.303</u>	<u>82.683</u>	<u>1.187.135</u>	<u>1.299.817</u>
	<u>2.763.701</u>	<u>2.123.324</u>	<u>34.248.491</u>	<u>31.114.469</u>
(-) Deduções à Receita Operacional				
(-) Encargos setoriais	-	-	(1.712.669)	(1.514.504)
(-) ICMS	-	-	(1.086.209)	(1.040.163)
(-) PASEP e COFINS	(156.894)	(133.204)	(1.901.838)	(1.711.238)
(-) Outras Deduções	-	-	(15.031)	(16.479)
	<u>(156.894)</u>	<u>(133.204)</u>	<u>(4.715.747)</u>	<u>(4.282.384)</u>
Receita operacional líquida	<u>2.606.807</u>	<u>1.990.120</u>	<u>29.532.744</u>	<u>26.832.085</u>

NOTA 38 – RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Investimentos em controladas				
Equivalência patrimonial	1.612.598	1.550.254	-	-
Rendimentos de capital - ITAIPU	36.637	38.735	36.637	38.735
	<u>1.649.235</u>	<u>1.588.989</u>	<u>36.637</u>	<u>38.735</u>
Investimentos em coligadas				
Equivalência patrimonial	244.612	467.647	290.693	467.647
Juros sobre o capital próprio	19.243	16.038	19.243	16.038
Dividendos	139.728	101.847	139.728	101.847
Remuneração dos investimentos em	(3.516)	3.125	(3.516)	45.488
Outros investimentos	155.455	121.010	155.455	163.373
	<u>2.049.302</u>	<u>2.177.646</u>	<u>482.785</u>	<u>669.755</u>

NOTA 39 - PESSOAL, MATERIAL E SERVIÇOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Pessoal	356.713	357.775	5.233.826	4.845.246
Material	4.537	6.450	303.347	399.299
Serviços	109.019	108.107	2.133.543	2.126.168
	<u>470.269</u>	<u>472.332</u>	<u>7.670.716</u>	<u>7.370.713</u>

NOTA 40 - ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA E USO DA REDE ELÉTRICA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Suprimento	-	-	1.281.766	1.736.667
Uso da Rede	-	-	1.420.934	1.353.839
Comercialização CCEE	(31.095)	95.927	128.979	706.852
Proinfa	1.955.328	1.844.835	1.955.328	1.844.835
Outros	20.217	19.770	20.217	26.730
	<u>1.944.449</u>	<u>1.960.532</u>	<u>4.807.223</u>	<u>5.668.923</u>

NOTA 41 - PROVISÕES OPERACIONAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Garantias	70.596	(653)	70.596	(653)
Contingências	155.830	(27.008)	691.042	287.821
PCLD - Consumidores e Revendedores	-	-	511.356	564.006
PCLD - Financiamentos e Empréstimos	297.131	36.245	297.131	36.245
Passivo a descoberto em Controladas	294.375	148.167	-	-
Perdas em Investimentos	105.387	421.629	105.387	421.629
Plano de readequação do quadro de pessoal	-	-	498.114	-
Passivo Atuarial	(28.683)	30.793	(410.281)	20.004
Impairment	-	-	434.538	379.048
Outras	41.754	121.096	650.866	789.162
	<u>936.390</u>	<u>730.269</u>	<u>2.848.749</u>	<u>2.497.262</u>

NOTA 42 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

1 - Gestão de Recursos

1.1-Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. As aquisições e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	CONSOLIDADO	
	31/12/2011	31/12/2010
Total dos Empréstimos	42.413.678	33.138.436
(-) Caixa e Equivalente Caixa	4.959.787	9.220.169
Dívida Líquida	37.453.891	23.918.267
(+) Total do Patrimônio Líquido	77.202.321	70.530.410
Total do Capital	<u>114.656.212</u>	<u>94.448.677</u>
Índice de Alavancagem Financeira	33%	25%

2 - Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados em categorias de ativos e passivos financeiros, as quais contemplam inclusive os instrumentos derivativos.

2.1 - Ativos Financeiros - classificados nas seguintes categorias:

- a) Caixa e equivalentes de caixa: mantidos para a negociação a curto prazo e mensurados pelo valor justo, sendo os seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado.
- b) Títulos e valores mobiliários: são aqueles com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem a intenção de manter até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição acrescido por juros e atualização monetária, com impactos no resultado. Tais instrumentos são ajustados ao valor provável de realização, quando aplicável. As aplicações financeiras de longo prazo são mantidas em fundo de investimento exclusivo, conforme regulamentação em vigor.
- c) Consumidores e revendedores: são registrados pelo seu valor nominal, similar aos valores justos e prováveis de realização.
- d) Créditos renegociados: tais ativos são registrados assumindo a intenção de mantê-los até o vencimento, pelos seus valores justos e prováveis de realização.
- e) Financiamentos e empréstimos concedidos: são ativos financeiros com recebimentos fixos ou determináveis, sendo seus valores mensurados pelo custo amortizado, mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.
- f) Ativos financeiros da concessão: são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo da concessão. São classificados com empréstimos e recebíveis.

Os financiamentos concedidos estão restritos às concessionárias de serviço público de energia elétrica e, desta forma, a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital da empresa) é definida levando em conta prêmio de risco compatível com as atividades do setor. Na impossibilidade de buscar alternativas que não o próprio setor elétrico, o valor presente desses empréstimos corresponde ao seu valor contábil.

No encerramento deste exercício, a Eletrobras detinha uma carteira de empréstimos e financiamentos concedidos, totalizando R\$ 9.737.390 (R\$ 9.659.440 em 31 de dezembro de 2010), conforme demonstrado a seguir por moeda:

Moeda	US\$	%	R\$
Dólar Norte- Americano	3.211.422	61,89	6.023.985
Real	1.977.506	38,11	3.709.405
Total	<u>5.188.927</u>	<u>100,00</u>	<u>9.733.390</u>

g) Derivativos: são mensurados pelo valor justo e seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado ou no Patrimônio Líquido, de acordo com o critério do teste de eficácia (CPC 38).

3 - Política de *hedge* Financeiro

A Eletrobras apresenta exposição a riscos financeiros que causam volatilidade em suas demonstrações contábeis bem como em seu fluxo de caixa. A companhia apresenta relevante descasamento entre ativos e passivos indexados à moeda estrangeira, em especial ao dólar norte americano, proveniente principalmente dos contratos de financiamento com Itaipu Binacional. Adicionalmente, existem exposições à taxa de juros Libor, relativas a contratos de captação externa.

Nesse contexto foi aprovada a Política de *hedge* Financeiro da Eletrobras. O objetivo da atual política é perseguir a mitigação da exposição as variáveis de mercado que impactem ativos e passivos da Companhia e de suas controladas, reduzindo assim os efeitos de flutuações indesejáveis destas variáveis em suas Demonstrações Contábeis.

Com isso, a referida política visa que os resultados da Companhia reflitam fielmente o seu real desempenho operacional e que o seu fluxo de caixa projetado apresente menor volatilidade.

Junto com a política foi aprovada a criação do Comitê de *hedge* Financeiro no âmbito da Diretoria Financeira, que tem como função principal definir as estratégias e os instrumentos de *hedge* a serem apresentados à Diretoria Executiva da Eletrobras.

Levando-se em conta as diferentes formas de se realizar o *hedge* dos descasamentos apresentados pela Empresa, a política aprovada elenca uma escala de prioridades. Primeiramente, a solução estrutural, e, apenas nos casos residuais, seriam adotadas operações com instrumentos financeiros derivativos.

As operações com derivativos financeiros, quando realizadas, serão com o intuito exclusivo de proteger ativos e passivos indexados da Companhia e de suas controladas que apresentem algum descasamento, não podendo caracterizar alavancagem financeira ou operação de concessão de crédito a terceiros.

A Eletrobras vem realizando estudos e discutindo, através do Comitê de Hedge Financeiro, a realização de operações de *hedge*. Em 2011 foi ampliado o Programa de Operações com Instrumentos Derivativos, o qual passa a abranger, além dos descasamentos de moeda até o período de dezembro de 2012, também as exposições à taxa de juros existentes em tal período.

Desta forma, conforme o quadro abaixo a empresa realizou operações de trava de juros Libor com o intuito de neutralizar a volatilidade dos contratos de captação realizados à Libor de 6 meses. Além da operação de swap de Libor, estratégias de *hedge* cambial foram analisadas em 2011 e estão sendo implementadas, priorizando as soluções estruturais, em linha com a Política de Hedge Financeiro da Eletrobras. Dentro dessa estratégia tem-se levado em conta na estruturação das novas captações, não só o montante total do descasamento, mas também sua disposição ao longo do tempo, com vistas a efetuar tanto o *hedge* de balanço patrimonial da Eletrobras como o de seu fluxo de caixa.

A companhia está analisando a possibilidade de enquadramento ou não destas operações na política contábil de hedge accounting nos termos do Pronunciamento Técnico.

	Standard Bank	Standard Bank	Citibank	Santander	BAML	BAML	HSBC	Santander
MTM data base: 30/12/2011	Operação 1 2011	Operação 2 2011	Operação 3 2011	Operação 4 2011	Operação 5 2011	Operação 6 2011	Operação 7 2011	Operação 8 2011
Data de início da operação	22/05/2012	22/05/2012	08/02/2012	08/02/2012	08/02/2012	08/02/2012	08/02/2012	08/02/2012
Data de vencimento da operação	25/11/2015	25/11/2015	10/08/2020	10/08/2020	10/08/2015	10/08/2015	10/08/2015	10/08/2015
Taxa Fixa	2,44%	2,49%	3,28%	3,32%	2,15%	2,27%	2,18%	2,15%
Ponta Ativa	USD + Libor	USD + Libor	USD + Libor	USD + Libor	USD + Libor	USD + Libor	USD + Libor	USD + Libor
Ponta Passiva	USD + Taxa Fixa	USD + Taxa Fixa	USD + Taxa Fixa	USD + Taxa Fixa	USD + Taxa Fixa	USD + Taxa Fixa	USD + Taxa Fixa	USD + Taxa Fixa
Valor nominal	\$20.192.307,69	\$20.192.307,69	\$50.000.000,00	\$100.000.000,00	\$50.000.000,00	\$100.000.000,00	\$100.000.000,00	\$100.000.000,00
Valor justo	-R\$ 1.022.768,50	-R\$ 987.282,46	-R\$ 6.989.650,88	-R\$ 13.897.718,06	-R\$ 2.125.362,76	-R\$ 4.689.777,60	-R\$ 4.513.351,59	-R\$ 4.282.699,24

SWAP Libor Flut x Fixa

Operações com derivativos, quando realizadas no mercado de balcão, contêm riscos de contraparte que, diante dos problemas apresentados pelas instituições financeiras em 2008 e 2009, se mostram relevantes. Com o intuito de mitigar esse risco, a Eletrobras instituiu uma norma sobre credenciamento de instituições financeiras para fins de realização de operações com derivativos. Esta norma define critérios em relação a porte, rating e expertise no mercado de derivativos, para que sejam selecionadas as instituições que poderão realizar operações com a Eletrobras. Atualmente, a Eletrobras seleciona semestralmente as 20 melhores instituições financeiras baseadas nos critérios mencionados como instituições credenciadas a efetuarem operações de derivativos com a Companhia. Além disso, a empresa desenvolveu metodologia de controle de exposição às Instituições credenciadas que define limites ao volume de operações a serem realizadas com cada uma delas.

A Eletrobras envia esforços para que todas as operações com derivativos a serem realizadas pela Eletrobras sejam enquadradas no conceito de "hedge de proteção", ratificando, com isso, o intuito único e exclusivo de realizar hedge com tais posições. Essa medida contrapõe o risco de liquidação descasada das posições de hedge com os seus respectivos objetos, visto que os fluxos financeiros de ambos sempre estarão casados.

4 - Derivativos Embutidos

a) Eletronorte

A Controlada Eletronorte celebrou, no exercício de 2004, contratos de longo prazo para o fornecimento de energia elétrica para três de seus principais clientes. Esses contratos de longo prazo estão associados ao preço internacional do alumínio, cotado na *London Metal Exchange* (LME), como ativo básico para fins de definição dos valores mensais dos contratos.

Os detalhes dos contratos são os seguintes:

Datas do contrato

Cliente	Datas do contrato		Volumes médios de megawatts
	Inicial	Vencimento	
Albrás	01/07/2004	31/12/2024	750 MW - até 31/12/2006 800 MW - a partir de 01/01/2007
Alcoa	01/07/2004	31/12/2024	De 304,92 MW a 328 MW
BHP	01/07/2004	31/12/2024	De 353,08 MW a 492 MW

Esses contratos incluem o conceito de *cap and floor band* relacionado ao preço do alumínio cotado na LME. O preço limite máximo e mínimo da LME está limitado a US\$ 2,773.21/ton e US\$ 1,450/ton, respectivamente.

O impacto do derivativo embutido no resultado foi negativo em 2011 de R\$124.770 e de R\$ 55.200 positivo em 2010 e a posição patrimonial apresentada é ativa em R\$ 376.950 em 2011 e 580.240 em 2010..

5 - Hedge de Fluxo de caixa

a) Energia Sustentável do Brasil Participações S.A.

Em 2009, a ESBR Participações S.A, com o intuito de reduzir a exposição cambial de determinadas parcelas do contrato com a empresa chinesa Dong Fang, a controlada em conjunto firmou contratos a termo de moeda sem entrega física (NDF) com instituições financeiras. Os valores desses acordos foram de US\$ 41,000 e US\$ 16,400, com vencimentos em 17 de setembro de 2009 e 18 de dezembro de 2009, e taxas pactuadas de R\$ 2,29 e R\$ 2,18, respectivamente. Tais operações foram classificadas como hedges de fluxo de caixa. Conforme previsto nas normas contábeis brasileiras, as variações cambiais das NDF foram registradas na conta de Outros resultados abrangentes e transferidas ao ativo imobilizado quando da efetiva liquidação do passivo junto ao fornecedor.

Em 17 de setembro de 2009, a controlada liquidou a operação de NDF no valor de US\$ 41,000 com perdas apuradas de R\$ 20.360. Em relação ao contrato de NDF, no valor de US\$ 16,400, sua liquidação ocorreu na data do vencimento, com resultado negativo de R\$ 6.599, sem que houvesse cumprimento das obrigações contratuais por parte do fornecedor. As variações cambiais da NDF foram registradas no patrimônio líquido e lá mantidas até o real cumprimento das obrigações da Dong Fang, o que ocorreu ao fim do primeiro semestre de 2010.

A partir do final do exercício de 2009, a controlada alterou sua estratégia de hedge e desde então vem realizando aplicações financeiras em dólar dos Estados Unidos, com a finalidade de lastrear as garantias das cartas de crédito emitidas pelos Banco do Brasil e Banco Itaú em favor dos fornecedores chineses Dong Fang e Hyosung. Tais aplicações também são classificadas como hedge de fluxo de caixa.

A movimentação da conta de ajustes de variação patrimonial, durante os anos findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, considerando a participação indireta da Eletrobras, é descrita a seguir:

	31/12/2011	31/12/2010
Saldo no início do exercício		

	(5.111)	(2.640)
Varição cambial sobre principal de depósitos vinculados	(5.704)	(4.738)
Efeito de pagamento a fornecedores - saldos do exercício atual	2.183	2.266
Saldo no final do exercício	2.775	(5.111)

b) Madeira Energia

A Madeira Energia realiza operações com instrumentos financeiros objetivando a proteção dos riscos de mercado decorrentes, principalmente, das variações do IGP-M e da variação cambial do Euro. Os principais riscos que a investida pretende reduzir são sobre o fluxo de caixa, regulando as principais exposições de riscos financeiros oriundos do descasamento de usos e fontes, como: preço de *commodities*; indexadores de preços na composição de ativos e passivos; escolha de instrumentos de mitigação; e crédito.

A atividade de gestão de risco é regida por uma Política de Gestão de Riscos aprovada pelo Conselho de Administração e sob a responsabilidade da Diretoria Financeira. A Política define todas as características das atividades de gestão de risco, estabelecendo relatórios e sistemas de controle para o acompanhamento de riscos, metodologias para cálculo da exposição, limites e critérios para tomada de risco de contraparte e de liquidez.

O objetivo da gestão de riscos é a proteção do fluxo de caixa da investida visando, através da redução da volatilidade com instrumentos derivativos, regular as principais exposições de riscos de investimento e financeiros oriundos da operação. Para isso, os instrumentos derivativos são utilizados apenas em posições contrárias à exposição da investida.

A estratégia da investida baseia-se na utilização de instrumentos financeiros derivativos para a mitigação dos riscos de mercado considerados relevantes. A utilização destes instrumentos está sujeita a análises profundas sobre precificação, cotação competitiva, impacto contábil e outras técnicas de acompanhamento, principalmente modelos matemáticos adotados para o monitoramento contínuo das exposições.

A investida monitora e avalia seus contratos derivativos periodicamente e ajusta a sua estratégia de acordo com as condições de mercado. A contratação de instrumentos financeiros derivativos é realizada com o intuito de proteção dos ativos e patrimônio dos acionistas e, portanto, não são mantidas posições alavancadas ou especulativas com derivativos.

Atualmente, a investida está exposta ao risco de que uma variação nos Índices Gerais de Preços (IGP-M) cause aumento nos seus investimentos futuros através da correção por indexadores, no pagamento do contrato firmado para a contratação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio.

Para a proteção dos valores que impactam o fluxo de caixa de investimentos, a Administração da investida concluiu que é possível mitigar parte dos riscos de juros incluídos sobre os fluxos de pagamentos através de um swap efetuado com uma

instituição financeira de primeira linha no Brasil. Para isso, através de modelos estatísticos, verificou-se que o derivativo contratado é altamente correlacionado com a variação do IGP-M. O swap de IGP-M foi feito no montante de R\$ 1.200.000, contra taxa pré-fixada de 5,86% ao ano, compreendendo 36 fluxos mensais, iniciado em janeiro de 2010 e com vencimento em dezembro de 2012.

A investida classifica este derivativo como "hedge de fluxo de caixa" para efeito de contabilização, apresentado o valor justo no ativo ou no passivo e reconhecendo as variações de valor justo dos hedges efetivos no patrimônio líquido, na rubrica de "Ajustes de avaliação patrimonial". Na data de competência de cada fluxo protegido por hedge, os respectivos saldos nessa conta são baixados com contrapartida em um ajuste do valor de reconhecimento inicial de um ativo ou passivo não financeiro, cujo reconhecimento é causado pela transação (basis adjustment).

Em 31 de dezembro de 2011, o valor justo do contrato em aberto apresenta ganho de R\$ 2.410 (31.12.2010 – R\$ 8.718), parcela consolidada em FURNAS, registrada a débito da rubrica "Instrumentos financeiros derivativos" no ativo circulante, tendo como contrapartida a conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido e seus efeitos tributários registrados na rubrica "Imposto de renda e contribuição social diferidos".

Os contratos não designados para hedge accounting totalizaram R\$ 923, tendo como contrapartida o resultado financeiro.

Foram feitos os cálculos de efetividade retrospectivos e prospectivos, adotando para os testes prospectivos cenário de choque nas taxas de DI x IGP-M. A seguir, demonstra-se o impacto financeiro previsto conforme expectativa de desembolso:

Descrição	Total
Valor Justo	2.410
Valor Nominal	187.926

Parte dos equipamentos que serão utilizados para a montagem da planta da Usina Hidrelétrica Santo Antônio são adquiridos com base na cotação do Euro. Assim, a flutuação da cotação da moeda, frente ao Real, expõe a investida a um risco de fluxo de caixa.

Para a proteção dos valores que impactam o fluxo de caixa de investimentos, a Administração da investida optou por utilizar opções titulares de compra de Euro (call), ou seja, a investida desembolsou um prêmio inicial para ter o direito de comprar Euro nos próximos meses a um preço pré-determinado. A estratégia da compra de call compreende 16 fluxos mensais, iniciando em novembro de 2010, com vencimento em fevereiro de 2012.

A investida classifica estes derivativos como "hedge de fluxo de caixa" para efeito de contabilização, apresentando o valor justo no ativo ou no passivo e reconhecendo as variações de valor justo do valor intrínseco dos hedges efetivos no patrimônio líquido, na rubrica de "Ajustes de avaliação patrimonial".

Em 31 de dezembro de 2011, o valor justo do portfólio de opções era de R\$ 11 (31.12.2010 – R\$ 171), parcela consolidada na controlada FURNAS, sendo que nenhuma delas possuía algum valor intrínseco. Desta forma, não foi necessário testar sua efetividade. No quadro, a seguir, é possível visualizar o valor justo da opção aberto por vencimento.

Descrição	2012
Valor Justo	11
Valor Nominal	1.319

c) Norte Brasil Transmissora de Energia

Os instrumentos financeiros derivativos contratados pela controlada em conjunto, SPE Norte Brasil Transmissora de Energia S.A., são classificados como *hedge* de fluxo de caixa. O instrumento tem o propósito de proteger as operações da SPE contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio e variações no preço do alumínio no mercado internacional, que tem peso significativo no plano de investimentos. Eles não são utilizados para fins especulativos e foram contratados com instituições financeiras de primeira linha no Brasil e no exterior.

Os hedges da Norte Energia foram avaliados como efetivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e de 2011.

a) Em 25 de março de 2010, a Norte Energia contratou operação de compromisso de compra futura de alumínio (LME) junto ao Citibank, visando a reduzir a exposição ao risco de mudanças na taxa de câmbio frente ao plano de investimentos. A operação tem vencimento substancialmente no exercício de 2012.

b) Em 19 de julho de 2010, a Norte Energia contratou a operação a termo de compra de moedas na modalidade de Non-deliverable forward (NDF), junto ao Banco Societé Générale – País e Barclays Bank PLC, visando proteger-se da variação da cotação do preço dessa matéria prima no mercado internacional, decorrente da necessidade de compra de cabos para a construção da linha de transmissão. A operação tem vencimento substancialmente no exercício de 2012.

A parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações dos instrumentos financeiros enquadrados na categoria de *Hedge* de fluxo de caixa foi registrada em 2010, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada do patrimônio líquido, na rubrica "ajustes de avaliação patrimonial" até a compra do ativo relacionado, quando este valor ajustaria o custo deste ativo. Entende-se por parcela efetiva aquela que a variação no item objeto de hedge, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período. Em 2011, os saldos de hedge accounting foram reconhecidos pelo valor justo no patrimônio líquido no montante de R\$ 10.862 em 2011 e R\$ 11.826 em 2010.

6 - Passivos Financeiros - classificados nas seguintes categorias:

- a) Fornecedores: são mensurados pelo valor justo de mercado e amortizados essencialmente pelo método do custo amortizado.
- b) Empréstimos e financiamentos: são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Nessa classificação de passivo financeiro destacam-se os empréstimos e financiamentos obtidos junto às instituições financeiras, notadamente no exterior, e aos fundos setoriais, em especial a Reserva Global de Reversão – RGR. Os valores de mercado dos empréstimos e financiamentos obtidos são equivalentes aos seus valores contábeis.

Os financiamentos captados são compostos de financiamentos contratados junto a agências multilaterais internacionais (BID, BIRD, CAF), não sendo praticável descontá-los a uma taxa diferente da estabelecida no acordo da dívida brasileira. Os demais empréstimos são captados a taxas de mercado, fazendo com que o valor contábil seja próximo ao seu valor presente.

A Companhia finalizou o exercício de 2011 com contratos passivos, entre empréstimos, financiamentos e bônus, que totalizam R\$ 42.413.680 (R\$ 33.138.437 em 31 de dezembro de 2010), conforme demonstrado a seguir:

Apresentação sintética do consolidado – Empréstimos Obtidos

Moeda	U\$ (equivalentes)	%	R\$
Dólar Norte-Americano	9.575.952	42,35	17.962.570
REAL	12.807.023	56,64	24.023.413
YEN	185.779	0,82	348.484
EURO	42.229	0,19	79.213
	22.610.983	100%	42.413.680

Empréstimo Compulsório: extinto pela Lei 7.181, de 20 de dezembro de 1993, teve como prazo limite para seu recolhimento o dia 31 de dezembro de 1993. Atualmente, a Companhia gerencia o estoque residual do Empréstimo Compulsório arrecadado, atualizando-o com base no IPCA-E e remunerando-o à taxa de 6% a.a., com prazo de resgate definido.

7 - Gestão de Riscos Financeiros:

No exercício de suas atividades a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

7.1 - Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio.

A Companhia apresenta descasamento entre ativos e passivos indexados à moeda estrangeira, em especial ao dólar norte-americano, proveniente da relação entre as operações de financiamentos e empréstimos, obtidos e concedidos, o que causa volatilidade nos seus resultados e em seu fluxo de caixa proporcional à flutuação da taxa de câmbio do dólar norte-americano.

As SPEs que apresentam risco de taxa de câmbio e contrataram operações de proteção são Madeira Energia, Norte Brasil Transmissora e Energia Sustentável, conforme mencionado no item 5.

7.2 - Risco de taxa de juros

Esse risco está associado à possibilidade da Companhia contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras, relativas a contratos de captação externa, principalmente referenciados à taxa Libor.

7.3 - Risco de commodities

A controlada Eletronorte celebrou, no exercício de 2004, contratos de longo prazo para o fornecimento de energia elétrica para três de seus principais clientes. Esses contratos de longo prazo estão associados ao preço internacional do alumínio, cotado na London Metal Exchange (LME), como ativo básico para fins de definição dos valores mensais dos contratos.

Até 2004, os preços de suprimento de energia elétrica decorrentes da atividade de geração eram fixados pela ANEEL. A partir do Leilão 001/2004, realizado pela Agência Reguladora, as geradoras passaram a comercializar sua energia elétrica com um maior número de clientes, a preços definidos pelo mercado. A atividade de transmissão de energia elétrica tem sua remuneração definida pela ANEEL, mediante a fixação de Receita Anual Permitida - RAP, julgada suficiente para a cobertura dos custos operacionais e a manutenção do equilíbrio econômico financeiro da concessão.

7.4 - Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de realização de seus recebíveis de clientes, bem como da inadimplência de instituições financeiras contrapartes em operações.

A Companhia, através de suas controladas, atua nos mercados de geração e transmissão de energia elétrica amparada em contratos firmados em ambiente regulado. A Companhia busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, através de fianças bancárias. No segmento de distribuição, a Companhia, através de suas controladas, faz um acompanhamento dos níveis de inadimplência através da análise das especificidades dos seus clientes. Adicionalmente, são realizadas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos em atraso.

As disponibilidades de caixa são aplicadas em um fundo extramercado exclusivo, conforme normativo específico do Banco Central do Brasil. Esse fundo é composto na sua totalidade por títulos públicos custodiados na Selic, não havendo exposição ao risco de contraparte.

Em eventuais relações com instituições financeiras, a Companhia tem como prática a realização de operações somente com instituições de baixo risco avaliadas por agências de rating e que atendam a requisitos patrimoniais previamente definidos e formalizados. Adicionalmente, são definidos limites de crédito que são revisados periodicamente.

7.5 - Risco de liquidez

As necessidades de liquidez da Companhia são de responsabilidade das áreas de tesouraria e de captação de recursos, que atuam alinhadas no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazos, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

CONTROLADORA				
31/12/2011	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos	368.278	261.201	1.642.499	16.022.297
Fornecedores e outras obrigações	1.956.490	2.078.770	2.078.770	-
31/12/2010	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos	275.907	195.687	1.230.529	12.003.601
Fornecedores e outras obrigações	2.061.540	2.061.540	2.061.540	-

CONSOLIDADO

31/12/2011	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	4.047.972	2.416.820	6.484.413	32.196.189
Obrigações com arrendamento financeiro	142.997	259.034	388.551	1.127.959
Debêntures	210.984	-	-	-
Fornecedores	3.882.948	875	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.064.164	-	-	-
Concessões a pagar – UBP	1.427	3.472	14.246	296.508

31/12/2010

31/12/2010	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	1.868.466	455.637	2.865.163	27.949.170
Obrigações com arrendamento financeiro	120.485	240.933	361.400	1.092.214
Fornecedores	5.563.938	2.081.548	2.061.540	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	639.278	-	-	-
Concessões a pagar – UBP	-	1.313	10.118	150.133

8 – Análise de Sensibilidade

Nos quadros a seguir foram considerados cenários para índices e taxas, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade utilizou-se como cenário provável para fim de 2012 previsões e/ou estimativas baseadas fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central, e Economic Outlook 86, publicado pela OECD.

Foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos concedidos de empréstimos e financiamentos em quatro diferentes cenários: dois com elevação das moedas-indexadores do saldo devedor e dois com diminuição dessas moedas-indexadores. As análises limitaram-se aos contratos concedidos que apresentem exposição a taxa de câmbio e índice de preços.

Depreciação dos Índices - Empréstimos concedidos (em centavos e percentuais)

CONTROLADORA

Contratos Concedidos - Var. Negativa - 4º tri 2011			Indexador			Saldo R\$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo US\$ mil	Saldo R\$ mil	Provável 2012	Cenário I (-25%)	Cenário II (- 50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dólar(R\$/US\$)	6.946.516	13.030.275	1,77	1,3275	0,8850	9.221.500	6.147.667
IGP-M	7.662.145	14.372.651	5,07%	3,80%	2,54%	14.919.171	14.736.998
EURO(R\$/€)	39.556	74.200	2,4147	1,8111	1,2074	52.511	35.007
Yen(R\$/¥)	241.713	453.406	0,0230	0,0172	0,0115	320.875	213.916
TOTAL	14.889.930	27.930.532				24.514.057	21.133.588

CONSOLIDADO

Moeda (Risco)	Saldo US\$	Saldo R\$	Provável I 2012	Cenário I (-25%)	Cenário II (- 50%)	Cenário I (- 25%)	Cenário II (- 50%)
Dólar Norte-Americano	3.211.422	6.023.985	1,77	1,33	0,89	4.263.163	2.842.108
Real	1.977.506	3.709.405	5,07%	3,80%	2,54%	3.850.455	3.803.438
TOTAL	3.211.422	9.733.390				8.113.618	6.645.546

Apreciação dos Índices - Empréstimos concedidos (em centavos e percentuais)

CONTROLADORA

Contratos Concedidos - Var. Positiva - 4º tri 2011			Indexador			Saldo R\$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo US\$ mil	Saldo R\$ mil	Provável 2012	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Dolar(R\$/US\$)	6.946.516	13.030.275	1,77	2,2125	2,6550	15.369.167	18.443.000
IGP-M	7.662.145	14.372.651	5,07%	6,34%	7,61%	15.283.518	15.465.691
EURO(R\$/€)	39.556	74.200	2,4147	3,0184	3,6221	87.519	105.022
Yen(R\$/¥)	241.713	453.406	0,0230	0,0287	0,0345	534.791	641.749
TOTAL	14.889.930	27.930.532				31.274.995	34.655.462

CONSOLIDADO

Moeda (Risco)	Saldo US\$	Saldo R\$	Provável I 2012	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Dólar Norte-Americano	3.211.422	6.023.985	1,77	2,21	2,66	7.105.271	8.526.325
Real	1.977.506	3.709.405	5,07%	6,34%	7,61%	3.944.489	3.991.505
TOTAL	3.211.422	9.733.390				11.049.760	12.517.830

Foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos obtidos de empréstimos e financiamentos em quatro diferentes cenários: dois com elevação das moedas-indexadores do saldo devedor e dois com diminuição dessas moedas-indexadores. As análises limitaram-se aos contratos obtidos que apresentem exposição a taxa de câmbio e índice de preços.

Depreciação dos Índices - Empréstimos obtidos (em centavos e percentuais)

CONTROLADORA

Moeda (Risco)	Saldo US\$ mil	Saldo R\$ mil	Provável 2012	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dolar(R\$/US\$)	4.763.136	8.934.690	1,77	1,3275	0,8850	6.323.063	4.215.375
EURO(R\$/€)	42.228	79.212	2,4147	1,8111	1,2074	56.058	37.372
Yen(R\$/¥)	185.779	348.484	0,0230	0,0172	0,0115	246.621	164.414
TOTAL	4.991.143	9.362.386				6.625.742	4.417.161

CONSOLIDADO

Contratos Obtidos - Var. Negativa - 4º tri 2011			Indexador			Saldo R\$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo US\$ mil	Saldo R\$ mil	Provável 2012	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dolar(R\$/US\$)	9.575.952	17.962.570	1,77	1,3275	0,8850	12.712.076	8.474.717
EURO(R\$/€)	42.229	79.213	2,4147	1,8111	1,2074	56.059	37.373
Yen(R\$/¥)	185.779	348.484	0,0230	0,0172	0,0115	246.621	164.414
TOTAL	9.803.959	18.390.267				13.014.756	8.676.504

Apreciação dos Índices – Empréstimos obtidos (em centavos e percentuais)

CONTROLADORA

Moeda (Risco)	Saldo US\$ mil	Saldo R\$ mil	Provável 2012	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Dolar(R\$/US\$)	4.763.136	8.934.690	1,77	2,2125	2,6550	10.538.438	12.646.125
EURO(R\$/€)	42.228	79.212	2,4147	3,0184	3,6221	93.430	112.116
Yen(R\$/¥)	185.779	348.484	0,0230	0,0287	0,0345	411.036	493.243
TOTAL	4.991.143	9.362.386				11.042.904	13.251.484

CONSOLIDADO

Contratos Obtidos - Var. Positiva - 4º tri 2011			Indexador			Saldo R\$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo US\$ mil	Saldo R\$ mil	Provável 2012	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Dolar(R\$/US\$)	9.575.952	17.962.570	1,77	2,2125	2,6550	21.186.793	25.424.151
EURO(R\$/€)	42.229	79.213	2,4147	3,0184	3,6221	93.431	112.118
Yen(R\$/¥)	185.779	348.484	0,0230	0,0287	0,0345	411.036	493.243
TOTAL	9.803.959	18.390.267				21.691.260	26.029.512

Foram realizadas análises de sensibilidade do ativo financeiro decorrente da comercialização da energia elétrica de Itaipu Binacional. A análise limitou-se à variação da taxa de câmbio real por dólar, incluindo dois cenários onde há valorização cambial de 25% e 50% e dois cenários onde há desvalorização cambial de 25% e 50%.

Depreciação de Índices do Ativo Financeiro ITAIPU:

Ativo Financeiro ITAIPU			Indexador			Saldo R\$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo US\$ mil	Saldo R\$ mil	Provável 2011	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dolar(R\$/US\$)	9.911.586	18.592.152	1,77	1,3275	0,8850	13.157.630	8.771.753

Apreciação de Índices do Ativo Financeiro ITAIPU:

Ativo Financeiro ITAIPU			Indexador			Saldo R\$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo US\$ mil	Saldo R\$ mil	Provável 2011	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Dolar(R\$/US\$)	9.911.586	18.592.152	1,77	2,2125	2,6550	21.929.383	26.315.260

Foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos de fornecimento de energia dos consumidores eletrointensivos Albras e Alumar, esta subdividida em Alcoa e BHP, por possuírem cláusula contratual referente ao prêmio por variação do preço do Alumínio no mercado internacional.

Desta forma foi sensibilizado para tais contratos híbridos uma variação sobre o preço do prêmio auferido conforme Tabela 1. Os componentes de volatilidade do prêmio basicamente são: preço do Alumínio Primário na LME, câmbio e CDI. Abaixo é possível verificar o impacto de cada cenário no resultado da empresa.

Derivativo em 31/12/2011	Cenário I (-25%) Índices e preços	Cenário II (-50%) Índices e preços	Cenário I (+25%) Índices e preços	Cenário II (+50%) Índices e preços
376.950	42.796	-	853.126	1.189.289

As análises de sensibilidade foram elaboradas como estabelece a Instrução CVM 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Trata-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

9 – Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a PCLD, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

CONTROLADORA				
31/12/2011				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos Valores Mobiliários		8.666.466	-	8.666.466
Partes beneficiárias	-	-	212.419	212.419
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1.561.533	-	45.902	1.607.435
Total de ativos	<u>1.561.533</u>	<u>8.666.466</u>	<u>258.321</u>	<u>10.486.320</u>

CONTROLADORA				
31/12/2010				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos Valores Mobiliários	-	5.811.767	-	5.811.767
Investimentos mantidos a custo	-	-	52.410	52.410
Partes beneficiárias	-	-	194.761	194.761
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1.402.837	-	-	1.402.837
Total de ativos	<u>1.402.837</u>	<u>5.811.767</u>	<u>247.171</u>	<u>7.461.775</u>
Derivativos destinados para Hedge	-	540.540	-	540.540
Total de passivos	-	<u>540.540</u>	-	<u>540.540</u>

CONSOLIDADO				
31/12/2011				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos Valores Mobiliários	-	11.438.443	-	11.438.443
Derivativos designados como hedge	-	380.567	-	380.567
Partes beneficiárias	-	-	212.419	212.419
Títulos Patrimoniais	-	629.707	-	629.707
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1.561.533	-	45.902	1.607.435
Aplicações Financeiras	331.452	524.294	-	855.746
Cauções e depósitos	-	161.942	-	161.942
Total de ativos	1.892.985	13.134.953	258.321	15.286.259

CONSOLIDADO				
31/12/2010				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos Valores Mobiliários	-	7.543.978	-	7.543.978
Derivativos	(2.038)	-	540.072	538.034
Derivativos designados como hedge	-	582.404	-	582.404
Partes beneficiárias	-	-	194.761	194.761
Títulos Patrimoniais	1.548	-	-	1.548
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1.610.908	-	52.410	1.663.318
Total de ativos	1.610.418	8.126.382	787.243	10.524.043
Derivativos destinados para Hedge	-	540.540	-	540.540
Total de passivos	-	540.540	-	540.540

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo, e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais da FTSE 100 classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de

avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de swaps de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

NOTA 43 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, sobre os quais as tomadas de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

O Conselho de Administração avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na mensuração do lucro líquido.

As informações por segmento de negócios, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, são as seguintes:

	31/12/2011				
	Administração	Geração	Transmissão	Distribuição	Total
Receita Operacional Líquida	192.963	19.093.367	7.778.698	2.467.716	29.532.744
Despesas Operacionais	(2.094.716)	(13.690.743)	(7.071.445)	(2.532.998)	(25.389.902)
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro	(1.901.753)	5.402.624	707.253	(65.282)	4.142.842
Resultado Financeiro	1.909.379	(1.218.314)	(436.152)	(20.460)	234.453
Resultado de Participações Societárias	464.181	11.680	6.924	-	482.785
Irpj / Csl	(189.200)	(696.752)	(198.294)	(13.815)	(1.098.061)
Participação Minoritária	(29.454)	-	-	-	(29.454)
Lucro Líquido do Exercício	253.153	3.499.238	79.731	(99.557)	3.732.565

	31/12/2010				
	Administração	Geração	Transmissão	Distribuição	Total
Receita Operacional Líquida	126.478	18.398.128	5.894.556	2.412.923	26.832.085
Despesas Operacionais	(1.500.234)	(13.270.258)	(5.558.101)	(2.761.874)	(23.090.467)
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro	(1.373.756)	5.127.870	336.455	(348.951)	3.741.618
Resultado Financeiro	732.722	(937.998)	(109.589)	(49.258)	(364.123)
Resultado de Participações Societárias	641.740	520	27.495	-	669.755
Irpj / Csl	(215.596)	(1.096.289)	(171.673)	(10.707)	(1.494.265)
Participação Minoritária	(305.072)	-	-	-	(305.072)
Lucro Líquido do Exercício	(519.962)	3.094.103	82.688	(408.916)	2.247.913

As vendas entre os segmentos foram realizadas como vendas entre partes independentes. A receita de partes externas foi mensurada de maneira condizente com aquela apresentada na demonstração do resultado.

NOTA 44 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A controladora final da Eletrobras é a União que detém 40,88% das ações ordinárias e preferenciais da companhia (vide a Nota 35).

As transações da Eletrobras com suas subsidiárias, controladas e sociedades de propósito específico são realizadas a preços e condições compatíveis com as que seriam praticadas no mercado. Dentre as principais operações ocorridas com as partes relacionadas, destacamos os empréstimos e financiamentos concedidos estabelecidos nas mesmas condições existentes no mercado e/ou de acordo com a legislação específica sobre o assunto. As demais operações também foram estabelecidas em condições normais de mercado.

	CONTROLADORA		
	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
FURNAS			
Financiamentos e empréstimos	3.145.221	-	-
Dividendo a receber	64.200	-	-
AFAC	300.000	-	-
Receitas de participação societária	-	-	258.679
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	154.956
	3.509.421	-	413.635
CHESF			
Financiamentos e empréstimos		-	-

	143.001		
AFAC	1.293.000	-	-
Dividendo a receber	297.947	-	-
outros	-	1.355	-
Receita de juros, comissões e taxas	-	-	10.613
Receitas de participações societárias	-	-	<u>1.547.151</u>
	1.733.948	1.355	1.557.764
ELETRONORTE			
Financiamentos e empréstimos	4.069.029	-	-
Dividendo a receber	13.773	-	-
AFAC	1.125.949	-	-
outros	-	1.355	-
Receitas de participação societária	-	-	67.179
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	<u>290.526</u>
	5.208.751	1.355	357.705
ELETROSUL			
Financiamentos e empréstimos	982.881	-	-
Dividendo a receber	24.490	-	-
AFAC	1.810.793	-	-
Créditos renegociados	-	-	-
Receita de participações societárias	-	-	103.145
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	<u>56.368</u>
	2.818.164	-	159.513
CGTEE			
Financiamentos e empréstimos	1.000.511	-	-
AFAC	452.704	-	-
Dividendo a receber	37.263	-	-
Resultado em participações societárias	-	-	18.026
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	<u>36.240</u>
	1.490.478	-	54.266
ELETRONUCLEAR			
Financiamentos e empréstimos	1.178.350	-	-
Outros	-	165.361	-
Resultado de participações societárias	-	-	215.120

Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	60.445
	1.178.350	165.361	275.565
ITAIPU			
Financiamentos e empréstimos	5.882.593	-	-
Dividendo a receber	469	-	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	376.296
	5.883.062	-	376.296
CEAL			
Financiamento e empréstimos	311.312	-	-
AFAC	97.354	-	-
Resultado de participações societárias	-	-	(87.457)
Receitas de Juros, comissões e taxas	-	-	15.266
	408.666	-	(72.191)
CEPISA			
Financiamento e empréstimos	463.898	-	-
AFAC	275.984	-	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	41.714
	739.882	-	41.714
AMAZONAS ENERGIA			
Financiamentos e empréstimos	623.093	-	-
AFAC	63.918	-	-
Resultado de participações societárias	-	-	(372.013)
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	48.741
	687.011	-	(323.272)
CERON			
Financiamentos e empréstimos	116.504	-	-
Resultado de participações societárias	-	-	(137.654)
AFAC	88.837	-	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	7.729
	205.341	-	(129.925)
ELETROPAR			
Resultado de participações societárias	-	-	19.802
Dividendo a receber	4.703	-	-
		-	19.802

	4.703		
ELETROACRE			
Financiamentos e empréstimos	107.547	-	-
AFAC	160.822	-	-
Outros	-	2.605	-
Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	8.678
	268.369	2.605	8.678
TESOURO NACIONAL			
Obrigações	-	264.726	-
	-	264.726	-
INAMBARI			
Resultado de participações societárias	-	-	(1.772)
	-	-	(1.772)
BELO MONTE			
Resultado de participações societárias	-	-	(1.536)
	-	-	(1.536)
CHC			
Resultado de participações societárias	-	-	(2.518)
	-	-	(2.518)
MANGUE SECO			
Resultado de participações societárias	-	-	2.662
	-	-	2.662
ELETROS			
Contribuições Previdenciárias	-	-	14.175
	-	-	14.175

CONSOLIDADO

PODER PÚBLICO FEDERAL	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Consumidores e revendedores	9.901	-	-
Fornecimento de energia elétrica	14.801	-	-
Outras receitas	-	-	55.011
	24.702	-	55.011

BNDES

Empréstimos e financiamentos a pagar	-	8.173.793	-
	-	8.173.793	-
REAL GRANDEZA			
Contas a receber	1927	-	-
Contribuições previdenciárias	-	4.740	-
Contas a pagar	-	(438.949)	-
Contratos de dívida atuariais	-	56.762	-
Outros passivos	-	24.261	-
Contribuições normal mantenedor	-	-	(15.011)
Outras despesas	-	-	(62.048)
Provisão atuarial	-	-	40.134
Contribuições desp administrativa	-	-	(2.517)
	1.927	(353.186)	(39.442)
NUCLEOS			
Contribuições previdenciárias	-	1.788	-
Provisão atuarial / Custo Pos-emprego	-	-	(15.734)
Contribuições normal mantenedor	-	-	-11.704
	-	1.788	(27.438)
RS ENERGIA			
Contas a receber	3.503	-	-
JCP / Dividendos a receber	773	-	-
Participação societária permanente	142.046	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	3.253
Equivalência patrimonial acumulada	4.158	-	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	1.957
Outras receitas	-	-	13
	150.480	-	5.223
UIRAPURU			
Contas a receber	17	-	-
JCP / Dividendos a receber	1.382	-	-
Participação societária permanente	33.011	-	-
Equivalência patrimonial acumulada	6.238	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	3.680

Receitas de uso da rede elétrica	-	-	55
Receitas de prestação de serviços	-	-	2.091
Outras receitas	-	-	13
	<u>40.648</u>	<u>-</u>	<u>5.839</u>

ARTEMIS

Contas a receber	501	-	-
JCP / Dividendos a receber	4.863	-	-
Participação societária permanente	148.578	-	-
Equivalência patrimonial acumulada	10.402	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	11.983
Receitas de uso da rede elétrica	-	-	5.984
Outras receitas	-	-	84
	<u>164.344</u>	<u>-</u>	<u>18.051</u>

PORTO VELHO

Contas a receber	5	-	-
Participação societária permanente	190.293	-	-
Equivalência patrimonial acumulada	1.904	-	-
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(1.330)
Outras receitas	-	-	58
	<u>192.202</u>	<u>-</u>	<u>(1.272)</u>

NORTE BRASIL

Participação societária permanente	23.530	-	-
JCP / Dividendos a receber	250	-	-
Equivalência patrimonial acumulada	(7.411)	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	1.164
	<u>16.369</u>	<u>-</u>	<u>1.164</u>

ETAU

Contas a receber	55	-	-
JCP / Dividendos a receber	2.055	-	-
Participação societária permanente	9.567	-	-
Equivalência patrimonial acumulada	10.732	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	5.413
Receitas de prestação de serviços	-	-	664
Outras receitas	-	-	7
	<u>22.409</u>	<u>-</u>	<u>6.084</u>

ESBR

Participação societária permanente	-	-	-
------------------------------------	---	---	---

	562.342		
Equivalência patrimonial acumulada	(7.934)	-	-
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(3.646)
	554.408	-	(3.646)
CERRO CHATO I			
Contas a receber	5	-	-
Participação societária permanente	180	-	-
Equivalência patrimonial acumulada	2.095	-	-
Receitas de uso da rede elétrica	-	-	15
Outras receitas	-	-	7
	2.280	-	22
CERRO CHATO II			
Contas a receber	5	-	-
Participação societária permanente	180	-	-
Equivalência patrimonial acumulada	(180)	-	-
Receitas de uso da rede elétrica	-	-	23
Outras receitas	-	-	7
	5	-	30
CERRO CHATO III			
Contas a receber	5	-	-
JCP / Dividendos a receber	652	-	-
Participação societária permanente	180	-	-
Equivalência patrimonial acumulada	(180)	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	2.927
Receitas de uso da rede elétrica	-	-	30
Outras receitas	-	-	7
	657	-	2.964
TELES PIRES			
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-
Participação societária permanente	187.928	-	-
Equivalência patrimonial acumulada	(828)	-	-
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(828)
	187.100	-	(828)

INTEGRAÇÃO

JCP / Dividendos a receber	2.060	-	-
Equivalência patrimonial acumulada	8.898	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	8.646
	<u>10.958</u>	-	<u>8.646</u>

AMAPARI ENERGIA

Participação societária permanente	34.105	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	6.109
	<u>34.105</u>	-	<u>6.109</u>

ENERGÉTICA ÁGUAS

Participação societária permanente	81.474	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	20.188
	<u>81.474</u>	-	<u>20.188</u>

FACHESF

Fornecedores	-	7.181	-
Contribuições previdenciárias	-	9.317	-
Contratos de dividas atuariais	-	381.560	-
Despesas atuariais	-	-	44.101
Despesas operacionais	-	-	(16.381)
	-	<u>398.058</u>	<u>27.720</u>

NORTE ENERGIA

Participação societária permanente	217.672	-	-
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(997)
	<u>217.672</u>	-	<u>(997)</u>

TDG

Participação societária permanente	15.235	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	2.217
	<u>15.235</u>	-	<u>2.217</u>

MANAUS TRANSMISSÃO

Participação societária permanente	122.268	-	-
Contas a Pagar	-	112	-
Outros resultados abrangentes	-	(467)	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	1.722
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(8.041)
	122.268	(355)	(6.319)

IEMADEIRA

Participação societária permanente	359.756	-	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	5.028
Outros Créditos	-	-	260
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	10.872
	359.756	-	16.160

MANAUS CONSTRUÇÃO

JCP / Dividendos a receber	8.432	-	-
Participação societária permanente	6.392	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	8.874
	14.824	-	8.874

STN

Contas a receber	174	-	-
Participação societária permanente	195.267	-	-
Fornecedores	-	1.271	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	28.314
Receitas de prestação de serviços	-	-	2.055
Receitas financeiras (JCP)	-	-	5.872
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(10.869)
	195.441	1.271	25.372

INTESA

JCP / Dividendos a receber	609	-	-
Participação societária permanente	31.692	-	-
Fornecedores	-	929	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	3.095
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(8.429)

	32.301	929	(5.334)
EAPS			
Consumidores e revendedores	244	-	-
JCP / Dividendos a receber	4.252	-	-
Participação societária permanente	75.638	-	-
Receitas de equivalência patrimonial	-	-	18.604
	80.134	-	18.604
ESBR Part.			
Participação societária permanente	554.408	-	-
Outros resultados abrangentes	-	(3.253)	-
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(3.646)
	554.408	(3.253)	(3.646)
SETE GAMELEIRAS			
Participação societária permanente	1.850	-	-
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(157)
	1.850	-	(157)
S. PEDRO DO LAGO			
Participação societária permanente	1.803	-	-
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(143)
	1.803	-	(143)
PEDRA BRANCA			
Participação societária permanente	1.737	-	-
Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(179)
	1.737	-	(179)
BRASVENTO MIASSABA			
Adiantamento para futuro aumento de capital	10.685	-	-
Participação societária permanente	(352)	-	-
	10.333	-	-

BRASVENTO EOLO			
Adiantamento para futuro aumento de capital	8.112	-	-
Participação societária permanente	(550)	-	-
	7.562	-	-
ANDE			
Consumidores e revendedores	52.115	-	-
Outros ativos	18.102	-	-
Obrigações diversas	-	(33.582)	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	195.336
Receitas financeiras	-	-	2.371
Despesas financeiras	-	-	508
Outras despesas	-	-	(35.296)
	70.218	(33.582)	162.919
FIBRA			
Contas a pagar	-	(43.031)	-
Contribuições previdenciárias	-	(2.811)	-
Despesas financeiras	-	-	(4.253)
Contribuições previdenciárias	-	-	(17.336)
	-	(45.842)	(21.589)
CAJUBI			
Contas a pagar	-	(26.421)	-
Contribuições previdenciárias	-	(4.534)	-
Outros passivos	-	(686.480)	-
Despesas financeiras	-	-	(508)
Despesas atuariais	-	-	(144.970)
Contribuições previdenciárias	-	-	(19.284)
	-	(717.434)	(164.762)
ENERPEIXE			
Consumidores e revendedores	545	-	-

Participação societária permanente	536.651	-	-
Outros ativos	87	-	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	6.909
Receitas de uso da rede elétrica	-	-	4.448
	<u>537.283</u>	-	<u>11.357</u>

TRANSLESTE

Participação societária permanente	23.630	-	-
Outros ativos	375	-	-
Fornecedores	-	(132)	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	2
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(1.146)
	<u>24.005</u>	<u>(132)</u>	<u>(1.144)</u>

TRANSUDESTE

Contas a receber	11	-	-
Participação societária permanente	13.894	-	-
Outros ativos	2.830	-	-
Fornecedores	-	(81)	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	123
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(709)
	<u>16.735</u>	<u>(81)</u>	<u>(586)</u>

TRANSIRAPÉ

Participação societária permanente	10.713	-	-
Outros ativos	2.432	-	-
Fornecedores	-	(56)	-
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(492)
	<u>13.145</u>	<u>(56)</u>	<u>(492)</u>

CENTROESTE

Adiantamento para futuro aumento de capital	3.527	-	-
Contas a receber	6	-	-
Participação societária permanente	17.191	-	-

Outros ativos	44	-	-
Fornecedores	-	(55)	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	511
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(482)
	20.768	(55)	29
BAGUARI			
Consumidores e revendedores	84	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	82.632	-	-
Participação societária permanente	7.713	-	-
Outros ativos	9	-	-
Receitas de uso da rede elétrica	-	-	1.418
	90.438	-	1.418
RETIRO BAIXO			
Adiantamento para futuro aumento de capital	58	-	-
Participação societária permanente	106.010	-	-
Outros ativos	2.605	-	-
	108.673	-	-
CHAPECOENSE			
Participação societária permanente	276365	-	-
Despesas financeiras	-	-	(828)
	276.365	-	(828)
MADEIRA ENERGIA			
Participação societária permanente	645.738	-	-
Fornecedores	-	(420)	-
	645.738	(420)	-
INAMBARI			
Outros ativos	252	-	-
Participação societária permanente	6.937	-	-
	7.189	-	-

TRANSENERGIA RENOVÁVEL			
Adiantamento para futuro aumento de capital	31.360	-	-
Contas a receber	13	-	-
Participação societária permanente	39.461	-	-
Contas a pagar	-	(9)	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	1.550
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(78)
	<u>70.834</u>	<u>(9)</u>	<u>1.472</u>
MGE TRANSMISSÃO			
Participação societária permanente	10.696	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	23.520	-	-
Contas a receber	110	-	-
Outros ativos	176	-	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	1.001
	<u>34.502</u>	<u>-</u>	<u>1.001</u>
GOIÁS TRANSMISSÃO			
Participação societária permanente	16.040	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	24.500	-	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	1.848
	<u>40.540</u>	<u>-</u>	<u>1.848</u>
REI DOS VENTOS			
Adiantamento para futuro aumento de capital	10.036	-	-
Participação societária permanente	(348)	-	-
	<u>9.688</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
SEFAC ENERGIA			
Participação societária permanente	145.464	-	-
Contas a receber	(841)	-	-
Outros ativos	987	-	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	433
Compra de energia	-	-	(129.207)
	<u>145.610</u>	<u>-</u>	<u>(128.774)</u>

TRANS SÃO PAULO			
Adiantamento para futuro aumento de capital	7.987	-	-
Participação societária permanente	16.615	-	-
Outros ativos	179	-	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	604
	24.781	-	604
TRANS GOIÁS			
Participação societária permanente	2.786	-	-
Receitas de prestação de serviços	-	-	5
	2.786	-	5
CALDAS NOVAS			
Participação societária permanente	50	-	-
	50	-	-
IE GARANHUS			
Participação societária permanente	980	-	-
	980	-	-

Remuneração de Pessoal Chave

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Remuneração dos Diretores e dos Conselheiros	4.377	4.488	30.457	24.545
Salários e encargos sociais	1.528	748	6.371	4.821
Outros	620	333	4.146	3.051
	<u>6.525</u>	<u>5.569</u>	<u>40.975</u>	<u>32.417</u>

A previsão do valor a ser apropriado, referente à Participação nos Lucros e Resultados de 2011 a ser pago em 2012 aos empregados é de R\$ 37.800.000,00.

NOTA 45 - EVENTOS SUBSEQUENTES

1. Acordo de Gestão – Celg Distribuição

A Eletrobras e o Governo do Estado de Goiás estão concretizando a celebração de um Acordo de Gestão, visando à recuperação econômico-financeira da empresa Celg Distribuição S/A (Celg D) que, após implementação de todos os seus termos, prevê uma operação de compra, pela Eletrobras, de 51% das ações ordinárias com direito de voto daquela empresa, ao amparo da MP 559/12. Para isto, a Eletrobras assumiu, a partir de janeiro de 2012, a gestão executiva da Celg D, por meio da sua representação majoritária na Diretoria Executiva, indicando 4 diretores, entre eles o presidente.

O Governo do Estado de Goiás comunicou a pretensão de fomentar o fechamento do capital da Companhia Celg de Participações - Celgpar, com objetivo de promover a reorganização societária da Celg D, nos termos da Lei 6404/76. Após o cancelamento do registro de companhia aberta na CVM da Celgpar e implementação do Acordo de Gestão, a Eletrobras adquirirá o controle acionário da Celg D. Há previsão, ainda, de serem celebrados Acordo de Acionistas no âmbito da Celgpar e Acordo de Acionistas no âmbito da Celg D, estabelecendo os compromissos de governança das partes.

A operação não refletiu efeito nas presentes demonstrações financeiras, entretanto estamos avaliando o possível tratamento contábil de combinação de negócios após a assinatura do acordo.

2. Revisão do Tempo de Vida Útil de bens – novas taxas de depreciação

Em 16 de fevereiro de 2012, a Aneel publicou a Resolução Normativa nº 474/2012 que estabelece novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço outorgado do Setor Elétrico, taxas estas adotadas pela Empresa para fins societários, por representar adequadamente a vida útil dos bens.

Tais alterações passam a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2012 e trazem mudanças em relação às últimas estimativas de vida útil e taxas de depreciação adotadas até 31 de dezembro de 2011, para o ativo imobilizado em serviço.

A seguir, as principais revisões nas taxas anuais de depreciação:

UNIDADES DE CADASTRO	TAXA ANUAL DE DEPRECIAÇÃO		AUMENTO / (REDUÇÃO)
	Até 31/12/2011	A partir de 01/01/2012	
Caldeira	5,00%	4,00%	-1,00%
Condutor classe de tensão igual ou superior a 69kv	2,50%	2,70%	0,20%
Conversor de frequência	4,00%	6,67%	2,67%
Equipamento geral	10,00%	6,25%	-3,75%
Equipamento geral de informática	10,00%	16,67%	6,67%
Estrutura (torre) igual ou superior a 69kv	2,50%	2,70%	0,20%
Estrutura da tomada d'água	4,00%	2,86%	-1,14%
Estrutura suporte de equipamento e de barramento	2,50%	3,13%	0,63%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,00%	3,57%	0,57%
Sistema de aterramento	2,50%	3,03%	0,53%
Sistema de proteção, medição e automação	3,00%	6,67%	3,67%
Transformador de aterramento	2,00%	3,33%	1,33%
Transformador de força	2,50%	2,86%	0,36%
Turbina a gás	5,00%	4,00%	-1,00%
Veículos	20,00%	14,29%	-5,71%
Caldeira	5,00%	4,00%	-1,00%

Estimamos que as novas taxas de depreciação não irão gerar impactos relevantes sobre os resultados da Companhia.

3. Recuperação Judicial de Investida - Celpa

Em 28 de fevereiro último, a Celpa ajuizou um pedido de recuperação judicial nos termos da Lei 11.101/05, o qual foi deferido pelo Juiz da 6ª Vara Civil de Belém – PA no dia seguinte, em 29 de fevereiro de 2012. A recuperação judicial traz uma série de incertezas neste momento inicial, que irão diminuindo à medida que as formalidades, bem como negociações com os credores, forem avançando, o que deverá ocorrer em um prazo de 180 dias.

A Celpa é uma concessionária de distribuição de energia elétrica, controlada pela QMRA, detentora de 51,26% das ações totais da empresa, tendo a Eletrobras uma participação acionária não controladora de 34,24%.

O pedido de recuperação judicial ajuizado pela Celpa traz incertezas quanto aos resultados futuros da Companhia e sua capacidade de liquidar obrigações. Por estas razões a companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2011 provisões para créditos de liquidação duvidosa sobre os financiamentos e empréstimos concedidos tomando por base uma taxa de desconto compatível com a situação da investida e seu risco associado. Da mesma forma a companhia reconheceu como provisão para perda em investimentos a totalidade do ativo correspondente, conforme demonstrado abaixo:

	CONTROLADORA	
	31/12/2011	31/12/2010
Empréstimos e Financiamentos	419.908	328.351
(-) PCLD	(120.199)	-
	<u>299.709</u>	<u>328.351</u>
Dividendos a receber	27.513	27.513
Investimentos	171.370	305.304
	<u>198.883</u>	<u>332.817</u>
(-) Provisão para perda em investimentos	(198.883)	-
	<u>299.709</u>	<u>661.168</u>

José da Costa Carvalho Neto
Presidente

Armando Casado de Araújo
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Valter Luiz Cardeal de Souza
Diretor de Engenharia

Miguel Colasuonno
Diretor de Administração

Marcos Aurélio Madureira da Silva
Diretor de Distribuição

José Antônio Muniz Lopes
Diretor de Transmissão

João Vicente Amato Torres
Contador
CRC-RJ-057.991/O-S-DF

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras

**Demonstrações financeiras
de acordo com as práticas contábeis
adotadas no Brasil e com o IFRS
em 31 de dezembro de 2011**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras

Examinamos as demonstrações financeiras individuais das Centrais Elétricas Brasileiras S.A.- Eletrobras (a "Companhia" ou "Eletrobras") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas das Centrais Elétricas Brasileiras S.A.- Eletrobras e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais Elétricas Brasileiras S.A.- Eletrobras em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira das Centrais Elétricas Brasileiras S.A.- Eletrobras e suas controladas em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Aplicação do método de equivalência patrimonial

Conforme descrito na Nota 3, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso das Centrais Elétricas Brasileiras S.A.- Eletrobras, essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Continuidade operacional de empresas controladas e coligadas

Chamamos a atenção para a Nota 14 às demonstrações financeiras, que descreve que as empresas controladas do segmento de distribuição têm apurado prejuízos repetitivos em suas operações e apresentaram excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício no montante de R\$ 1.245.367 mil. A continuidade operacional dessas empresas depende da manutenção do suporte financeiro por parte da Controladora.

Conforme descrito na Nota 14, a empresa coligada Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante de R\$ 1.191.873 mil no encerramento do exercício e teve seu pedido de recuperação judicial deferido em 29 de fevereiro de 2012 devendo elaborar o plano de recuperação em um prazo de 60 dias. Adicionalmente, a empresa coligada Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – CEMAT apresentou excesso de passivos sobre os ativos circulantes no montante de R\$ 82.136 mil e pertencente ao mesmo grupo econômico da CELPA também está em negociação com seus credores para alongar o perfil de seu endividamento. A Companhia avaliou os ativos referentes aos empréstimos a receber e investimentos nas referidas empresas com base nos critérios e premissas descritos nas Notas 8 e 14, sendo que quando definidos os termos do plano de recuperação e os novos termos de negociação com os credores pode haver alteração nas bases de avaliação desses ativos

As situações descritas suscitam dúvida substancial sobre a continuidade operacional destas empresas controladas e coligadas.

Nossa opinião não está ressalvada em função desses assuntos.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 18 de abril de 2012.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5 "S" RJ

CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA – CEPEL

Associação Civil sem Fins Lucrativos

CNPJ: 42.288.886/0001-60

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Valores expressos em reais)

	2011	A.V. %	2010	A.V. %	A.H. %
ATIVO	153.146.404	100,0	148.098.827	100,0	3,4
CIRCULANTE	29.594.086	19,3	28.876.097	19,5	2,5
DISPONIBILIDADES (nota 3, pág. 9)	17.401.495	11,4	17.865.657	12,1	(2,6)
Caixa	2.796	0,0	1.852	0,0	51,0
Bancos Conta Movimento	334.143	0,2	612.332	0,4	(45,4)
Aplicações Financeiras	17.064.556	11,1	17.251.473	11,7	(1,1)
CRÉDITOS, BENS E VALORES REALIZÁVEIS	12.192.591	8,0	11.010.440	7,4	10,7
Recursos Vinculados (nota 4, pág. 9)	4.578.087	3,0	4.438.952	3,0	3,1
Contas a Receber (notas 5, 5.1, 5.2 e 5.3, pág. 10, 11 e 12)	4.162.469	2,7	3.552.699	2,4	17,2
Despesas Pagas Antecipadamente	595.877	0,4	529.116	0,4	12,6
Adiantamentos e Antecipações (nota 6, pág. 12)	1.699.031	1,1	1.532.997	1,0	10,8
Outros Créditos	1.157.127	0,8	956.676	0,6	20,9
NÃO CIRCULANTE	123.552.318	80,7	119.222.730	80,5	3,6
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	4.067.108	2,7	3.649.501	2,5	11,4
Despesas Pagas Antecipadamente	88.081	0,1	122.176	0,1	(27,9)
Tributos e Contribuições a Recuperar (nota 7, pág. 12)	3.979.027	2,6	3.527.325	2,4	12,8
IMOBILIZADO (nota 8, pág. 13)	116.717.679	76,2	112.930.278	76,3	3,4
Em Operação	234.007.081	152,8	224.982.482	151,9	4,0
(-) Depreciação Acumulada	(176.795.560)	(115,4)	(167.186.568)	(112,9)	5,7
Em Processamento	59.506.158	38,9	55.134.364	37,2	7,9
INTANGÍVEL (nota 9, pág. 13)	2.767.531	1,8	2.642.951	1,7	4,7
Intangíveis	22.559.890	14,7	21.685.431	14,6	4,0
(-)Amortização Acumulada	(19.792.359)	(12,9)	(19.042.480)	(12,9)	3,9
PASSIVO	153.146.404	100,0	148.098.827	100,0	3,4
CIRCULANTE	40.358.810	26,4	63.152.661	42,6	(36,1)
Obrigações a Pagar (nota 11, pág. 14)	12.467.028	8,1	36.538.777	24,7	(65,9)
Impostos e Contribuições a Recolher	2.412.725	1,6	2.415.785	1,6	(0,1)
Empréstimos e Financiamentos (nota 12, pág. 14 e 15)	1.550.129	1,0	1.451.816	1,0	6,8
Provisões s/Folha de Pagamento (nota 13, pág. 15)	23.928.928	15,6	22.746.283	15,3	5,2
NÃO CIRCULANTE	55.998.739	36,5	48.270.081	32,6	16,0
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	55.998.739	36,5	48.270.081	32,6	16,0
Empréstimos e Financiamentos (nota 12, pág. 14 e 15)	17.187.451	11,2	17.710.016	12,0	(3,0)
Obrigações de Convênio (nota 14, pág. 15, 16 e 17)	30.044.463	19,6	27.858.292	18,7	7,8
Provisões – Fundação Eletros (nota 10, pág. 14)	447.862	0,3	399.819	0,3	12,0
Provisões p/Contingências (nota 15, pág. 17)	8.318.963	5,4	2.301.954	1,6	261,4
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	56.788.855	37,1	36.676.085	24,8	54,8
Patrimônio Social	36.676.085	23,9	57.375.805	38,7	(36,1)
Superávit/Déficit do Exercício	20.112.770	13,2	(20.699.720)	(13,9)	197,2

Albert Cordeiro Geber de Melo
Diretor Geral

Paulo Tadeu Paes Alves
Contador – CRC RJ-096264/O-0

CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA – CEPEL

Associação Civil sem Fins Lucrativos

CNPJ: 42.288.886/0001-60

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Valores expressos em reais)

	2011	A V.%	2010	A V.%	A.H.%
RECEITA OPERACIONAL	203.194.777	100	149.153.237	100	39,6
CONTRIBUIÇÃO ESTATUTÁRIA	179.939.500	88,6	127.084.940	85,2	41,6
ELETOBRAS	136.894.708	67,4	93.739.060	62,8	46,0
ASSOCIADOS	41.682.114	20,5	32.054.240	21,5	30,0
PARTICIPANTES	988.038	0,5	936.530	0,6	5,5
COLABORADORES	374.640	0,2	355.110	0,2	5,5
VINCULADA A PROJETOS	4.500.000	2,2	4.200.000	2,8	7,1
SERVIÇOS PRESTADOS (ver nota 16, pág.17)	18.734.572	9,2	17.868.297	12,0	4,8
OUTRAS RECEITAS	20.705	0,0	-	0,0	0,0
DESPESAS OPERACIONAIS	183.125.033	100,0	168.037.736	100,0	9,0
PESSOAL PERMANENTE (ver nota 17, pág.18)	117.251.288	64,0	109.866.694	65,4	6,7
SERVIÇOS DE TERCEIROS	20.816.153	11,4	18.529.678	11,0	12,3
DESPESAS GERAIS (ver nota 18, pág.18)	34.189.724	18,7	27.431.229	16,3	24,6
DESPESAS TRIBUTÁRIAS (ver nota 19, pág.19)	505.320	0,3	686.456	0,4	(26,4)
DEPRECIações E AMORTIZAções	10.362.548	5,7	11.523.679	6,8	(10,1)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	20.069.744	9,9	(18.884.499)	(12,7)	206,3
RECEITAS FINANCEIRAS	2.402.643	1,3	3.187.103	2,1	(24,6)
JUROS/DESCONTOS	21.170	0,1	53.048	0,0	(60,1)
APLICAções FINANCEIRAS	1.922.258	0,9	2.681.198	1,8	(28,3)
VARIAção CAMBIAL	2.449	0,0	7.023	0,0	(65,1)
VARIAção MONETÁRIA	456.766	0,2	445.834	0,3	2,5
DESPESAS FINANCEIRAS	2.343.708	1,2	4.988.272	3,3	(53,0)
JUROS PAGOS OU INCORRIDOS	1.117.045	0,5	1.134.222	0,8	(1,5)
VARIAção CAMBIAL	15.285	0,0	22.671	0,0	(32,6)
VARIAção MONETÁRIA	1.146.233	0,6	3.800.133	2,5	(69,8)
DESPESAS BANCÁRIAS	65.145	2,8	31.246	0,0	108,1
RESULTADO FINANCEIRO	58.935	0,0	(1.801.169)	(1,2)	103,3
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS	(15.909)	0,0	(14.052)	0,0	(13,2)
SUPERAVIT/DEFICIT DO EXERCÍCIO	20.112.770	9,9	(20.699.720)	(13,9)	197,2

CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA – CEPEL
Associação Civil sem Fins Lucrativos
CNPJ: 42.288.886/0001-60
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Valores expressos em reais)

Descrição	2011	2010
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (Déficit) do Exercício	20.112.770	(20.699.721)
Ajustes p/reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas operações:		
Depreciações e Amortizações	10.362.548	11.523.679
Variações Monetárias Líquidas	689.469	3.354.299
Perda (ganho) na Baixa de Bens do Ativo	23.997	10.019
Adiantamento de caixa ref. Contribuição Eletrobras do exercício 2011	(23.000.000)	-
Provisão (reversão) para Contingências	7.879.141	383.590
Provisão (reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	109.326	(210.212)
Subtotal	16.177.251	(5.638.346)
Aumento (redução) nos Ativos Operacionais		
Recursos Vinculados	(139.134)	1.528.707
Contas a Receber	(719.096)	(265.370)
Adiantamentos e Antecipações	(166.034)	(156.761)
Despesas Pagas Antecipadamente	(32.665)	57.322
Outros Créditos	(200.452)	(305.746)
	(1.257.381)	858.152
Aumento (redução) nos Passivos Operacionais		
Obrigações a Pagar	(1.071.749)	2.478.402
Tributos e Contribuições Sociais	2.003	358.981
PLR, Férias e 13º Salário a Pagar	1.182.645	2.773.751
Empréstimos e Financiamentos	(1.522.443)	(1.347.646)
	(1.409.544)	4.263.488
Caixa Proveniente das Atividades Operacionais	13.510.326	(516.706)
Depósitos Judiciais	(1.862.132)	(794.535)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	11.648.194	(1.311.241)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Passivo de Convênios	2.186.171	1.920.438
Caixa Líquido das Atividades de Financiamentos	2.186.171	1.920.438
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de Ativo Imobilizado e Intangível	(14.298.527)	(18.768.502)
Caixa Líquido das Atividades de Investimento	(14.298.527)	(18.768.502)
Aumento (redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	(464.162)	(18.159.305)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	17.865.657	36.024.962
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	17.401.495	17.865.657
	(464.162)	(18.159.305)

CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA – CEPEL

Associação Civil sem Fins Lucrativos

CNPJ: 42.288.886/0001-60

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Valores expressos em reais)

Descrição	2011	2010
RECEITAS	203.610.030	149.684.073
CONTRIBUIÇÕES ESTATUTÁRIAS	179.939.500	127.084.940
CONTRIBUIÇÕES VINCULADAS A PROJETOS	4.500.000	4.200.000
SERVIÇOS PRESTADOS	19.251.056	18.424.829
OUTRAS RECEITAS	28.800	20.634
PROVISÃO/REVERSÃO DEVEDORES DUVIDOSOS	(109.326)	(46.330)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	45.767.176	44.182.800
SERVIÇOS DE TERCEIROS	20.816.153	18.529.678
MATERIAIS E DESPESAS DE IMPORTAÇÃO	1.962.185	1.892.149
VIAGENS	1.440.739	1.340.818
CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	1.400.264	1.299.260
SEGURANÇA	1.718.086	1.542.672
REPRODUÇÃO E CÓPIAS	65.736	73.618
TRANSPORTES	4.493.243	4.481.154
COPA E RESTAURANTE	1.763.291	1.723.362
ENERGIA ELÉTRICA, TELEFONE, ÁGUAS E OUTROS	4.738.128	7.187.307
MANUTENÇÃO E REPAROS	2.607.510	1.808.464
BIBLIOTECA	1.376.805	1.709.254
CONDUÇÃO E REFEIÇÃO	383.384	400.571
CONGRESSOS, CURSOS E SEMINÁRIOS	1.203.228	1.519.854
SALDO DE CONVÊNIO E DESPESAS LEGAIS E JUDICIAIS	1.295.273	198.497
CONTRIBUIÇÕES INSTITUCIONAIS	42.783	47.976
DESPESA COM PUBLICIDADE	336.024	303.185
DESPESAS DIVERSAS	124.344	124.981
VALOR ADICIONADO BRUTO	157.842.854	105.501.273
RETENÇÕES	18.241.689	11.907.269
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	10.362.548	11.523.679
PROVISÕES/REVERSÕES P/CONTINGÊNCIAS	7.879.141	383.590
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	139.601.165	93.594.004
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	2.402.643	3.187.103
RECEITAS FINANCEIRAS	2.402.643	3.187.103
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	142.003.807	96.781.107
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	142.003.807	96.781.107
DESPESAS COM PESSOAL	117.251.288	109.866.694
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	1.021.803	1.242.988
ALUGUÉIS E SEGUROS	1.274.238	1.382.873
DESPESAS FINANCEIRAS	2.343.708	4.988.272
SUPERAVIT/DEFICIT DO EXERCÍCIO	20.112.770	(20.699.720)

CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA – CEPEL

Associação Civil sem Fins Lucrativos

CNPJ: 42.288.886/0001-60

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO DE 2011

(Valores expressos em reais)

COMPONENTES	PATRIMÔNIO	DOAÇÃO DE BENS	SUPERAVIT/DEFICIT ACUMULADO	TOTAL
Saldo em 31/12/2008	68.511.931	-	11.292.135	79.804.066
Superávit/Déficit Incorporado ao Patrimônio	11.292.135	-	(11.292.135)	-
Reserva por Doação de Bens Incorporada ao Patrimônio	-	-	-	-
Superávit / Déficit do Exercício	-	-	(22.428.261)	(22.428.261)
Saldo em 31/12/2009	79.804.066	-	(22.428.261)	57.375.805
Superávit/Déficit Incorporado ao Patrimônio	(22.428.260)	-	22.428.260	-
Reserva por Doação de Bens Incorporada ao Patrimônio	-	-	-	-
Superávit / Déficit do Exercício	-	-	(20.699.720)	(20.699.720)
Saldo em 31/12/2010	57.375.805	-	(20.699.720)	36.676.085
Superávit/Déficit Incorporado ao Patrimônio	(20.699.720)	-	20.699.720	-
Reserva por Doação de Bens Incorporada ao Patrimônio	-	-	-	-
Superávit / Déficit do Exercício	-	-	20.112.770	20.112.770
Saldo em 31/12/2011	36.676.085	-	20.112.770	56.788.855

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010.

(Valores expressos em reais)

NOTA 1 – OBJETIVO DA SOCIEDADE

O Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL é uma Associação Civil sem Fins Lucrativos, que tem por objetivo promover uma infra-estrutura científica e de pesquisa visando ao desenvolvimento no País de tecnologia avançada no campo dos sistemas e equipamentos elétricos.

A Associação foi constituída em 17 de janeiro de 1974, respaldada na Resolução Eletrobras nº 950/73 de 27 de novembro de 1973 e Deliberação Eletrobras nº 190/73 de 14 de dezembro de 1973. A Associação tem como sede a cidade do Rio de Janeiro, sendo sua duração por tempo indeterminado.

NOTA 2 – PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

1 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE ACORDO COM AS NORMAS DA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA:

A Associação, embora sem fins lucrativos, adota os princípios de contabilidade estabelecidos na Lei nº 6404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e alterações promovidas pela Lei nº 11638/07 e pela Lei nº 11941/09. Seus principais procedimentos contábeis podem ser resumidos como se segue:

- a) As receitas e despesas são registradas com base no regime de competência;
- b) As aplicações financeiras figuram por seu valor aplicado, acrescido da remuneração auferida até a data do levantamento do Balanço;
- c) O Imobilizado está contabilizado pelo custo corrigido monetariamente até o exercício de 1995, de acordo com a legislação em vigor, deduzido da depreciação acumulada em conta específica, com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens;
- d) As provisões de férias e do 13º Salário são registradas com base nos art. 337 e 338 do Decreto nº 3000 de 26 de março de 1999;
- e) No Ativo Permanente, a conta de Projetos Tecnológicos, que fazia parte do grupo Diferido, passou a ser apresentada no grupo Intangível, em atendimento ao estabelecido na Lei nº 11638/07. Assim como passam a ser parte integrante destas Demonstrações Financeiras as Demonstrações de Fluxo de Caixa e do Valor Adicionado, conforme determina a nova redação do art. 188 da Lei nº 6404/76, alterado pela Lei nº 11638/07.

1.1 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e na Comissão de Valores Mobiliários – CVM e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11638/07 e 11941/09.

Com o advento da Lei nº 11638/07, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (“International Financial Reporting Standart – IFRS”), novas normas e pronunciamentos técnicos contábeis vêm sendo expedidos em consonância com os padrões internacionais de contabilidade pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Durante 2009 foram emitidos vinte e seis novos pronunciamentos técnicos (CPCs) e doze interpretações técnicas (ICPCs) pelo CPC, aprovadas por Deliberações da CVM, para aplicação mandatória a partir de 2010.

Informações por Segmento

A administração da Associação entendeu ser irrelevante a informação por segmento, tendo em vista que o montante das receitas oriundas da prestação de serviços de análises e ensaios (R\$ 5.923.544) representar apenas 2,91% da Receita Operacional Bruta (R\$ 203.194.777). As demais receitas estão vinculadas às Contribuições Estatutárias e à carteira de Projetos Institucionais delas derivada.

2 – ALTERAÇÕES DA LEI Nº 9249/95:

A referida Lei, em seu art. 4º, veda a utilização da correção monetária a partir de exercício de 1996, inclusive para fins societários. Sendo assim, as informações estão apresentadas pela legislação societária, comparativamente com o exercício anterior, a valores históricos.

3 – ISENÇÕES:

O Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL é beneficiado pelos seguintes dispositivos legais:

Imposto de Renda:

Ato Declaratório nº 26 de 10/03/1976 – Receita Federal:

“Declara isenta do pagamento do Imposto de Renda o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL, com endereço na Cidade Universitária – Ilha do Fundão, nesta capital, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes sob o número 42.288.886/0001-60, ficando a continuidade do favor fiscal condicionada no cumprimento das formalidades e obrigações constantes da Portaria Ministerial número GB-337 de 02 de setembro de 1969, e da Instrução Normativa número 2 de 12 de setembro de 1969 da Secretaria da Receita Federal”

Artigo 150 da Constituição Federal:

“Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: III – cobrar tributos: c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei”

Artigos 15 e 18 da Lei nº 9532/97:

“Consideram isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos”

Artigo 174 do Decreto nº 3000 de 26/03/1999:

“Estão isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos (Lei nº 9532/97, art. 15 e 18)”

Imposto sobre Importação e Produtos Industrializados:**Lei Federal nº 8010/90:**

“Art. 1º - São isentas dos impostos de importações e sobre produtos industrializados e do adicional ao frete para a renovação da Marinha Mercante as importações de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, bem como suas partes e peças de reposição, acessórios, matérias-primas e produtos intermediários, destinados a pesquisa científica e tecnológica. § 2º O disposto neste artigo aplica-se somente às importações realizadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e por entidades sem fins lucrativos no fomento, na coordenação ou na execução de programas de pesquisa científica e tecnológica ou de ensino, devidamente credenciadas pelo CNPq”

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços:**Convênio 104/89:**

“Autoriza os Estados e o Distrito Federal a conceder isenção na importação de aparelhos, máquinas, equipamentos e instrumentos médico-hospitalares ou técnico-científicos laboratoriais, sem similar nacional, por órgãos ou entidades da administração pública, direta ou indireta, bem como fundações ou entidades beneficentes ou de assistência social, que preenchem os requisitos previstos no art. 14 do Código Tributário Nacional”

4 – ALÍQUOTAS DIFERENCIADAS:

O Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL é beneficiado com alíquotas diferenciadas relativamente aos seguintes impostos e contribuições:

Imposto sobre Serviços:**Lei Complementar nº 116/2003 e Decreto Municipal nº 23753 de 02 de dezembro de 2003, do município do Rio de Janeiro:**

“Art. 19 – O imposto será calculado aplicando-se sobre a base de cálculo as seguintes alíquotas: II – Alíquota específica: item 8 – Serviços prestados por instituições que se dediquem, exclusivamente, a pesquisa e gestão de projetos científicos e tecnológicos, por empresas juniores e empresas de base tecnológica instaladas em incubadoras de empresas: 2%”

Programa de Integração Social:**Medida Provisória nº 2158-35 de 2001, Art. 13 e 14; Decreto nº 4524 de 17/12/2002, Art. 9º, IV; e Decreto nº 5442 de 09/05/2005, Art. 1º:**

“São contribuintes do PIS/PASEP incidente sobre a folha de pagamento de salários as associações civis que preenchem as condições e requisitos do art. 15 da Lei nº 9532, de 1997. Essas entidades não são contribuintes do PIS incidente sobre o faturamento”

Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social:**Lei nº 9718 de 1998, Art. 3º; Medida Provisória nº 2158-35 de 2001, Art. 13 e 14; Decreto nº 4524 de 17/12/2002, Art. 9º e 46, II; e Decreto nº 5442 de 09/05/2005, Art. 1º:**

“A contribuição não incide sobre as receitas relativas às atividades próprias das associações civis sem fins lucrativos, assim consideradas somente aquelas decorrentes de contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por lei, assembléia ou estatuto, recebidas de associados ou mantenedores, sem caráter contraprestacional direto, destinadas aos

seus custeio e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais. Há incidência sobre os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável por essas pessoas jurídicas”

NOTA 3 – DISPONIBILIDADES

As Disponibilidades estão assim compostas:

	<u>Dezembro/2011:</u>	<u>Dezembro/2010:</u>
Caixa	2.796	1.852
Bancos Conta Movimento	334.143	612.332
Aplicações Financeiras – Cepel	6.643.166	11.386.530
Aplicações Financeiras – Longdist	10.421.390	5.864.943
Total	17.401.495	17.865.657

NOTA 4 – RECURSOS VINCULADOS

Os recursos vinculados dos projetos encontram-se registrados em contas bancárias e aplicações financeiras específicas, sendo assim sua composição:

BANCOS CONTA VINCULADA

	<u>Dezembro/2011:</u>	<u>Dezembro/2010:</u>
Recursos PROCEL	-	97
Recursos MME	3	557
Recursos MME-CRESESB	-	36
Recursos FINEP	7	30
Sub-Total	10	720

APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>Dezembro/2011:</u>	<u>Dezembro/2010:</u>
Recursos PROCEL	-	306.706
Recursos MME	1.150.623	1.617.275
Recursos MME-CRESESB	-	1.396.190
Recursos FINEP	3.427.454	1.118.061
Sub-Total	4.578.077	4.438.232
Total	4.578.087	4.438.952

NOTA 5 – CONTAS A RECEBER

A composição das Contas a Receber está assim representada:

			<u>Dezembro/2011:</u>	<u>Dezembro/2010:</u>
	Contribuições	Serviços Prestados	Totais	Totais
	Societárias			
Associados	-	1.528.733	1.528.733	891.346
Eletronuclear	-	1.419.675	1.419.675	723.671
CHESF	-	73.870	73.870	54.095
Furnas	-	35.188	35.188	113.580
Colaboradores	-	527.331	527.331	435.832
Light	-	1.200	1.200	189.520
Tractebel	-	13.000	13.000	-
ONS	-	171.892	171.892	75.177
Eletronuclear	-	133.550	133.550	164.235
Petrobras-CENPES	-	207.689	207.689	6.900
Participantes	84.992	147.436	232.428	123.236
Clientes no exterior	-	291.219	291.219	220.719
Clientes nacionais	-	2.376.479	2.376.479	2.585.961
Total	84.992	4.871.198	4.956.190	4.237.094
(-) Provisão p/Perdas no Recebimento de Créditos			(793.721)	(684.395)
		Total	4.162.469	3.552.699

5.1 – CONTAS A RECEBER – PARTICIPANTES

			<u>Dezembro/2011:</u>	<u>Dezembro/2010:</u>
Setor Elétrico	Contribuições	Serviços Prestados	Totais	Totais
	Societárias			
CEB	-	38.239	38.239	35.839
COELBA	-	7.600	7.600	-
CEMIG	-	14.900	14.900	-
CERON	-	18.400	18.400	16.000
COELCE	60.642	27.000	87.642	60.642
CESP	24.350	13.000	37.350	5.475
CTEEP	-	3.158	3.158	-
CPFL	-	7.462	7.462	-
ELETROPAULO	-	5.280	5.280	5.280
CEEE	-	8.797	8.797	-
ENERGIPE	-	1.200	1.200	-
CELPE	-	2.400	2.400	-
Total	84.992	147.436	232.428	123.236

5.2 – CONTAS A RECEBER – VENCIDAS E A VENCER:

							<u>Dezembro/2011:</u>
	Até 30	De 30 a 59	De 60 a 89	De 90 a 179	A partir de		
	dias	dias	dias	dias	180 dias	A vencer	Total
CONTRIBUIÇÕES							
Associados	-	-	-	-	-	-	-
Colaboradores	-	-	-	-	-	-	-
Participantes	24.350	-	-	-	60.642	-	84.992
Subtotal	24.350	-	-	-	60.642	-	84.992
SERVIÇOS							
PRESTADOS							
Associados	-	-	-	-	869	1.527.864	1.528.733
Colaboradores	57.300	13.000	-	91.100	7.990	357.941	527.331
Participantes	39.000	13.000	-	5.063	57.119	33.254	147.436
Clientes no Exterior	97.258	-	-	39.200	127.616	27.145	291.219
Clientes Nacionais	190.274	19.400	381.962	184.616	753.386	846.841	2.376.479
Subtotal	383.832	45.400	381.962	319.979	946.980	2.793.045	4.871.198
Total	408.182	45.400	381.962	319.979	1.007.622	2.793.045	4.956.190

5.3 – PROVISÃO PARA PERDAS NO RECEBIMENTO DE CRÉDITOS:

Encontram-se registrados em conta de Provisão para Perdas no Recebimento de Créditos, os valores de R\$ 684.395 em 31/12/2010 e R\$ 793.721 em 31/12/2011. Os registros foram efetuados em conformidade com a Lei nº 9430/96, estando os valores discriminados abaixo:

	<u>Dezembro/2011:</u>	<u>Dezembro/2010:</u>
Davnar do Brasil S/A	11.039	11.039
Saturno Montagens Elétricas Ltda	5.932	5.932
Inepar S/A	95.103	95.103
Inepar Hubbel Ltda	5.780	5.780
Laelc Indústria e Comércio Ltda	143.863	143.863
Construção Remet	14.206	12.375
Telebrasil	22.864	22.864
Inepar S/A	107.857	107.857
Lemag	24.747	24.747
Rotork Skilmatic	2.600	2.600
KVA Engenharia	35.000	35.000
Atuação Engenharia	83.500	83.500
The Nature Cons.	22.429	22.429
Formatel	5.429	5.429
Roxpur Measurement	4.729	4.729
Nova las	3.412	3.412
Ingelec	428	-

Gamek-Gab	30.907	30.907
CELG	3.000	1.760
Indusoft Sistemas Ltda	12.200	12.200
CEB	35.839	35.839
Eletropaulo Metropolitana	5.280	5.280
Chalmit Lighting	-	8.750
Dresser Rand	38.927	-
Coelco SRL Engenharia	5.120	3.000
L. Bernard	14.280	-
Cia Eletricidade do Amapá	59.250	-
Total	793.721	684.395

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída pela administração da Associação sobre os créditos que se encontram em atraso há mais de 180 dias, efetuando análise individualizada sobre o saldo a receber de cada cliente. Não é constituída provisão sobre as contribuições e créditos decorrentes de prestações de serviços a sócios, vencidas há mais de 180 dias, em função da Administração entender que estes créditos serão plenamente recebidos.

NOTA 6 – ADIANTAMENTOS E ANTECIPAÇÕES

A sua composição está assim representada:

	<u>Dezembro/2011:</u>	<u>Dezembro/2010:</u>
Adiantamentos p/despesas e viagens	5.085	3.391
Adiantamentos de Férias	1.630.082	1.477.113
Outros Adiantamentos	63.864	52.493
Total	1.699.031	1.532.997

NOTA 7 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Os valores de **R\$ 3.979.027** registrados neste título do Ativo Realizável a Longo Prazo em 31/12/2011 e de **R\$ 3.527.326** em 31/12/2010, referem-se a COFINS recolhida no período de fevereiro a junho de 1999, tendo em vista decisão da SRRF/7ª RFnº 2/2/99. Tramita processo administrativo requerendo o reconhecimento do crédito. Este valor está sendo atualizado mensalmente pela variação da Taxa SELIC.

NOTA 8 – ATIVO IMOBILIZADO

	<u>Dezembro/2011:</u>	<u>Dezembro/2010:</u>
IMOBILIZADO EM OPERAÇÃO	234.007.081	224.982.482
Terrenos	409.424	409.424
Edificações	59.472.929	59.472.929
Benfeitorias	27.262.860	24.554.264
Equipamentos	131.737.569	126.076.412
Equipamentos FINEP	8.452.466	8.452.466
Equipamentos MME	1.135.794	997.765
Equipamentos PROCEL	155.997	34.597
Móveis e Utensílios	3.132.083	2.786.019
Veículos	700.970	700.970
Bens em Comodato	853.165	853.165
Outras Imobilizações	693.824	644.471
IMOBILIZADO EM ANDAMENTO	59.506.158	55.134.364
Equipamentos em Importação	48.397.871	47.682.538
Aquisições em Processamento	11.108.287	7.451.826
Total	293.513.239	280.116.846
(-) Depreciações / Amortizações	(176.795.560)	(167.186.568)
Valor Líquido	116.717.679	112.930.278

NOTA 9 – ATIVO INTANGÍVEL

	<u>Dezembro/2011:</u>	<u>Dezembro/2010:</u>
Projetos Tecnológicos	6.459.514	6.459.514
Marcas e Patentes	897.534	755.752
Logiciais (Software)	15.202.842	14.470.165
Total	22.559.890	21.685.431
(-) Amortizações Acumuladas	(19.792.358)	(19.042.480)
Valor Líquido	2.767.532	2.642.951

A conta Projetos Tecnológicos do Ativo Intangível resultou do trabalho de levantamento dos bens intangíveis, tendo seu saldo sido transferido da conta Projetos, que fazia parte do grupo de Imobilizado em Processamento do Ativo Imobilizado, em 2005. O critério para a determinação do tempo de vida útil em cinco anos para os Projetos Tecnológicos decorre da estimativa do tempo pelo qual tais projetos estarão gerando fluxo de caixa para o CEPEL. O tempo de vida útil foi utilizado para o cálculo das amortizações, a partir do exercício de 2006.

As demais contas do Ativo Intangível foram reclassificadas do Ativo Imobilizado, sendo amortizadas no prazo de dez anos, a exceção da conta Logiciais cujo saldo se amortizará em cinco anos.

NOTA 10 – PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

O Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL é patrocinador da Fundação Eletrobras de Seguridade Social – ELETROS, que assegura a seus participantes e dependentes benefícios complementares aos da previdência oficial básica. Um dos planos oferecidos através da ELETROS é de benefício definido (BD), sendo o regime de capitalização adotado conforme as reavaliações atuariais. No exercício de 2006, por força do Ofício SPC/DETEC/CGAT nº 1004 de 29/03/2006, bem como pelo seu Termo de Adesão, o CEPEL implementou o Plano de Contribuição Definida – CD ELETROBRAS, e, a partir de abril daquele ano, a adesão e migração foi aberta aos empregados participantes do Fundo.

As contribuições efetuadas pelo CEPEL a ELETROS totalizaram R\$ 6.596.059 em 2011, sendo que em 2010 as contribuições totalizaram R\$ 5.231.046.

Encontra-se provisionado no Passivo, grupo dos Exigíveis a Longo Prazo, o valor de R\$ 249.501 a título de Diferenças Matemáticas de Aposentadorias Especiais – SB40. Neste mesmo grupo, encontra-se também provisionado o valor de R\$ 198.361 a título de Dotação Adicional para Desbloqueio da Média do Salário Real de Contribuição de participante aposentado. Estas provisões basearam-se em correspondência da ELETROS, seguindo providências para a celebração de contrato para seu financiamento.

NOTA 11 – OBRIGAÇÕES A PAGAR

As Obrigações da Associação estão assim classificadas:

	<u>Dezembro/2011:</u>	<u>Dezembro/2010:</u>
Fornecedores	3.991.178	5.671.372
Salários a Pagar	2.801.181	2.646.755
Encargos Sociais	2.295.145	2.195.801
Pensões Judiciais	102.674	101.502
Contribuições e Amortização Eletros	2.995.792	2.675.687
Outras Contas a Pagar	281.058	23.247.660
Total	12.467.028	36.538.777

NOTA 12 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

O CEPEL tem celebrado com a Fundação Eletros os seguintes contratos de financiamento:

CONTRATOS	PRAZO	VALOR CONTRATADO	MOEDA
Eletros CF 011/05(atual 17A/06)	2005/2020	12.763.537	R\$
Eletros CF 012/05(atual 16A/06)	2005/2020	2.894.071	R\$
Eletros CF 015/06	2006/2021	2.774.247	R\$
Eletros CF 018/10	2010/2025	1.625.370	R\$

Todos os contratos de financiamento são atualizados por encargos e variações monetárias, conforme variação anual do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) do IBGE, mais juros de 6% ao ano. Os saldos, em 31/12/2011 e em 31/12/2010, estão assim registrados:

CONTRATOS	Dezembro/2011:		Dezembro/2010:	
	Circulante	Longo Prazo	Circulante	Longo Prazo
Eletros CF 011/05(atual 17A/06)	1.029.628	10.716.332	967.111	11.103.421
Eletros CF 012/05(atual 16A/06)	233.463	2.429.876	219.288	2.517.646
Eletros CF 015/06	201.470	2.460.981	189.236	2.515.563
Eletros CF 018/10	85.568	1.580.262	76.181	1.573.386
Total	1.550.129	17.187.451	1.451.816	17.710.016

NOTA 13 – PROVISÕES SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO

As provisões efetuadas sobre a Folha de Pagamento têm a seguinte composição:

	Dezembro/2011:	Dezembro/2010:
Provisão de Férias	13.608.183	13.134.534
Provisão de Prêmio de Metas	10.320.745	9.611.749
Total	23.928.928	22.746.283

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES DE CONVÊNIOS

O saldo das Obrigações de Convênio, registradas no Passivo Exigível a Longo Prazo, em 30/09/2011 e em 30/09/2010, tem a seguinte composição:

	Dezembro/2011:	Dezembro/2010:
Convênio FINEP – 22.01.0560-00	8.142.023	8.142.023
Convênio FINEP – AUTO AP4	908.370	908.370
Convênio MME – Matriz Energética	297.709	302.148
Convênio FINEP – LONGDIST	15.979.335	15.970.882
Convênio MME – Perdas II	7.162	9.412
Convênio Cepel – FDT – PROCEL – SMDH	168.914	473.733
Convênio FINEP/ADINPE	361.423	434.439
Convênio FINEP/CONTERAIOS	290.410	270.000
Convênio MME/EATCA	-	9.356
Convênio MME/PSTD	1.111.275	1.337.929
Convênio FINEP/GAIOLA	2.777.842	-
Total	30.044.463	27.858.292

O Convênio FINEP nº 22.01.0560-00 tem como objetivo a execução do projeto “Recapacitação da estrutura laboratorial do Cepel para atendimento de novas linhas de P&D e ensaios de eficiência energética”, tendo sido assinado em 18 de dezembro de 2001 com vigência de 24 meses, onde o Cepel fica obrigado a prestar contas anualmente até o dia 28 de fevereiro dos anos subsequentes. A homologação de seu encerramento e quitação segue pendente na FINEP.

O Convênio FINEP AUTO AP 4, de nº 2729/04, que tem como objeto a “capacitação de segurança e equipamentos eletro-eletrônicos”, foi assinado em 23 de dezembro de 2004 com vigência de até 24 meses, onde o Cepel fica obrigado a prestar contas em sessenta dias contados da data do término da vigência, conforme previsto na Instrução Normativa 01/97-STN. A prestação de contas foi efetuada em março de 2008 e sua homologação segue pendente.

O Convênio MME-Matriz Energética, de nº 037/2005-MME, que tem como objeto o “desenvolvimento de metodologia e protótipo computacional para aprimorar a representação e interação do modelo de oferta de energia elétrica com os modelos de oferta dos demais setores nos estudos de projeção da Matriz Energética Nacional”, foi assinado em 23 de dezembro de 2005 com vigência de 24 meses. O prazo para prestação de contas é de sessenta dias após o término da vigência, conforme previsto na Instrução Normativa 01/97-STN. A vigência deste Convênio foi prorrogada até dezembro de 2010 e a sua quitação segue tramitando no MME.

O Convênio FINEP-LONGDIST nº 01.06.0962.00 tem por objeto “o Desenvolvimento de Tecnologias de Linhas de Transmissão de Energia Elétrica a Longas Distâncias”, tendo sido assinado em 16 de dezembro de 2006 com vigência de 36 meses e com prazo de sessenta dias, após o término da vigência, para a prestação de contas. A vigência deste Convênio foi prorrogada até dezembro de 2011.

O Convênio MME-Perdas II nº 03/008/2007 tem por objeto “a Elaboração de Estudos para a Análise das Perdas de Potência nos Sistemas de Transmissão na Rede Básica”, tendo sido assinado em 24 de dezembro de 2007 com vigência de 24 meses. É de sessenta após término da vigência o seu prazo para prestação de contas. A vigência deste Convênio foi prorrogada até dezembro de 2011.

O Convênio FDT-PROCEL-SMDH nº ECV 256/2007, que tem como objeto “a Implementação de um Sistema Móvel para Diagnósticos Hidroenergéticos”, foi assinado em 28 de dezembro de 2007 com vigência de 36 meses, onde o seu prazo para prestação de contas é de trinta dias após o término da vigência, conforme previsto no Manual de Prestação de Contas do PROCEL.

O Convênio FINEP-ADINPE nº 03/003/2009, que tem como objeto a “Atualização do Atlas Eólico Brasileiro”, foi assinado em 27 de novembro de 2007 com vigência de trinta meses. O seu prazo para prestação de contas é de sessenta dias após o término da vigência, conforme Portaria Interministerial nº 127 de 29 de maio de 2008.

O Convênio FINEP-CONTERAIOS nº 03/004/2010 tem por objeto a execução do Projeto intitulado “Contadores de descargas atmosféricas como ferramenta auxiliar aos sistemas especialistas de localização e acompanhamento de tempestades”, e foi assinado em 25 de outubro de 2010 e o prazo de sua vigência é de 24 meses, sendo de sessenta dias contados do término da vigência, o prazo para a prestação de contas.

O Convênio MME-EATCA nº 706321/2009 tem por objeto “a análise dos problemas e possíveis soluções que permitam viabilizar tecnicamente a transmissão em Extra Alta Tensão em corrente alternada”, tendo sido assinado em 22 de dezembro de 2009 com vigência de 24 meses. O seu prazo para prestação de contas é de sessenta dias após o término da vigência, conforme Instrução Normativa 01/97-STN.

O Convênio MME-PSTD nº 03/004/2009 tem por objeto o “apoio ao desenvolvimento tecnológico do setor de energia, em particular, quanto às fontes alternativa solar e eólica e à eficiência energética”, tendo sido assinado em 22 de dezembro de 2009 com vigência de 24 meses. O seu prazo para prestação de contas é de sessenta dias após o término da vigência, conforme Instrução Normativa 01/97-STN.

O Convênio FINEP-GAIOLA nº 01.10.0617.00 tem por objeto a “Modernização da Capacidade Laboratorial da Gaiola Corona do CEPEL”. Este convênio foi firmado em 30 de novembro de 2010 com vigência de 24 meses. A prestação de contas tem prazo de sessenta dias após o término da vigência do referido Convênio, conforme Instrução Normativa 01/97-STN.

Atendendo à orientação do CFC (Conselho Federal de Contabilidade), os Convênios estão registrados em contas de Obrigações de Convênios, no Passivo Exigível a Longo Prazo.

NOTA 15 – CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS E FISCAIS

A Associação enfrenta diversos processos de ações trabalhistas em curso na Justiça do Trabalho, em variados estágios de julgamento. Com base na análise individual de tais processos e tendo como suporte os prognósticos de nossa Consultoria Jurídica, foram efetuadas as Provisões para Contingências Trabalhistas. Registradas no Passivo Exigível a Longo Prazo, elas representam o provável revés nesses processos. Os valores da Provisão estão apresentados nas Demonstrações Financeiras dos exercícios de 2010 e 2011, líquidos dos Depósitos Recursais, conforme quadro abaixo.

Apesar da interposição dos pertinentes instrumentos de recurso, estão, também, provisionadas Contingências oriundas de Ação Fiscal iniciada pela Secretaria Municipal de Fazenda do Rio de Janeiro, conforme abaixo:

	<u>Dezembro/2011:</u>	<u>Dezembro/2010:</u>
Provisão para Contingências Trabalhistas	13.189.681	5.310.540
(-) Depósitos Recursais	(5.021.840)	(3.159.708)
Contingências Trabalhistas Líquidas	8.167.841	2.150.832
Provisão para Contingências Fiscais	151.122	151.122
Total de Contingências Trabalhistas e Fiscais	8.318.963	2.301.954

A Associação enfrenta, também, processos de ações trabalhistas que apresentam grau de risco médio, de acordo com análise da Consultoria Jurídica. Os valores estimados de tais processos são:

	<u>Dezembro/2011:</u>	<u>Dezembro/2010:</u>
Contingências Trabalhistas de Grau Médio	1.000	495.452

NOTA 16 – RECEITAS OPERACIONAIS

A Receita com Prestação de Serviços está apresentada na Demonstração do Resultado do Exercício líquida de deduções, as quais têm a seguinte composição:

	<u>Dezembro/2011:</u>	<u>Dezembro/2010:</u>
Receita de Prestação de Serviços	19.252.875	18.465.320
(-) Devoluções e Abatimentos	(1.820)	(40.491)
(-) Impostos	(516.483)	(556.532)
Receita Líquida de Prestação de Serviços	18.734.572	17.868.297

NOTA 17 – DESPESAS COM PESSOAL PERMANENTE

As Despesas com Pessoal Permanente estão assim classificadas:

	<u>Dezembro/2011:</u>	<u>Dezembro/2010:</u>
Remunerações	73.501.633	69.392.193
Benefícios Sociais	18.540.942	16.680.381
Encargos Sociais	24.179.092	23.686.245
Quitações Trabalhistas	1.029.621	107.875
Total	117.251.288	109.866.694

As despesas com os Benefícios Sociais que a Associação proporciona a seus empregados têm a seguinte composição:

	<u>Dezembro/2011:</u>	<u>Dezembro/2010:</u>
Contribuições p/Fundação Eletros	6.596.059	6.112.446
Seguro de Vida	2.717.955	2.085.700
Taxa de Administração – Fundação Eletros	213.787	183.142
Plano de Garantia de Renda Mínima Global	300.641	225.003
Complementação Salarial	584.923	545.999
Despesas Médicas	7.063.619	6.405.281
Auxílio Creche	950.496	979.704
Bolsas de Estudos	85.540	61.472
Auxílio Funeral	9.421	8.296
Prorrogação da Licença Maternidade	18.501	73.338
Total	18.540.942	16.680.381

NOTA 18 – DESPESAS GERAIS

Esta rubrica está composta conforme abaixo:

	<u>Dezembro/2011:</u>	<u>Dezembro/2010:</u>
MATERIAIS	1.914.368	1.865.781
VIAGENS	1.440.739	1.340.818
ALUGUEIS E SEGUROS	1.274.238	1.382.873
SERVIÇOS PERMANENTES	9.440.620	9.120.065
Conservação e Limpeza	1.400.264	1.299.260
Segurança	1.718.086	1.542.672
Reprodução e Cópias	65.736	73.618
Transporte	4.493.243	4.481.154
Copa e Restaurante	1.763.291	1.723.361
UTILIDADES E SERVIÇOS	7.345.639	8.995.771
Energia Elétrica	3.074.979	3.143.449
Telefone, Água e Outros	1.663.150	4.043.858
Manutenção e Reparos	2.607.510	1.808.464
BIBLIOTECA	1.376.805	1.709.254

OUTROS	11.397.315	3.016.667
Condução e Refeição	383.384	400.571
Congressos, Cursos e Seminários	1.203.228	1.519.854
Despesas de Importação	47.817	26.369
Legais e Judiciais	12.475	26.318
Saldo de Convênio	1.282.798	172.179
Contribuições Institucionais	42.783	47.976
Publicidade Legal	104.664	59.318
Publicidade Mercadológica	231.359	197.997
Publicidade Institucional	-	45.870
Perdas com Títulos Incobráveis	-	256.542
Provisão Cont. Trabalhistas/Dev. Duvidosos/Fiscais	7.988.467	173.378
Despesas Diversas	100.340	90.295
Total	34.189.723	27.431.229

NOTA 19 – DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Esta rubrica está composta conforme abaixo:

	<u>Dezembro/2011:</u>	<u>Dezembro/2010:</u>
Imposto de Renda s/Aplicações Financeiras	399.585	530.230
IPTU	9.248	8.008
IPVA	10.193	10.035
IOF	8.922	2.229
COFINS	66.425	94.052
Outros Impostos e Taxas	10.947	41.902
Total	505.320	686.456

NOTA 20 – OUTROS EVENTOS

SEGUROS:

O seguro patrimonial está composto por três ramos de seguro, com as respectivas apólices:

1 – Riscos Nomeados e Operacionais - Prêmio Anual: R\$ 286.867,00

Compreende as coberturas de instalações prediais e equipamentos para os casos de Incêndio/Raio/Explosão; Danos Elétricos, Quebra de Vidros, Vendaval/Fumaça/Impactos/Queda de Aeronaves; Equipamentos Estacionários, Riscos Diversos Equipamentos em Trânsito, Bens de Terceiros, Responsabilidade Civil (Operações/Empregador/Contingentes de Veículos) e Riscos Diversos Danos Operacionais.

2 – Auto RCP – Prêmio Anual R\$ 45.577,51

Compreende a cobertura total da frota do Cepel para sinistros provenientes de colisão, incêndio, roubo, danos materiais e danos pessoais contra terceiros e propriedade.

3 – Transporte Internacional Importação – Prêmio: Averbação mensal

Compreende a cobertura de bens e equipamentos adquiridos no exterior, transportados via aérea ou marítima, até o devido desembarço alfandegário. O valor referente ao prêmio da Apólice de Segura Transporte Internacional, será averbado conforme movimentação mensal de bens/equipamentos adquiridos no exterior.

O Valor em Risco contratado através da Apólice Riscos Nomeados e Operacionais é da ordem de R\$ 230.425.279,00 e o limite máximo de indenização é da ordem de R\$ 63.366.950,00. Na composição do Valor em Risco – VR, as unidades Ilha

do Fundão e Adrianópolis respondem na proporção de 26% e 74%, respectivamente, e na composição do Limite Máximo de Indenização – LMI, o valor está unificado para ambos locais de risco.

REMUNERAÇÕES:

Conforme determinado no Art. 3º do Decreto nº 95.524/87 e Resolução nº 3 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, a Associação informa que os valores da menor e maior remuneração, praticadas em 31/12/2011, são de R\$ 2.182,14 e de R\$ 31.343,98 respectivamente, e que a remuneração média praticada nesta data é de R\$ 9.512,78. Estes valores incluem salários e adicionais.

TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO:

Além dos benefícios descritos na nota 10, a Associação vem desenvolvendo e ampliando mecanismos e recursos para garantir a melhoria contínua das competências de seus empregados. Até o dia 31 de dezembro de 2011, o valor investido em Treinamento e Desenvolvimento totalizou R\$ 1.203.228, gerando oportunidades para 207 colaboradores, que representam 41,82% do quadro, o que se traduziu em 10.333,3 horas de atividades.

NOTA 21 – PATENTES

Os processos de registros de patentes pendentes e já registradas junto ao INPI estão demonstrados a seguir:

PATENTES CONCEDIDAS:

- | | | |
|-----|--------------|---|
| 1. | PI-9303035-0 | Medidor óptico de corrente e processo de medição utilizando-se um medidor óptico de corrente |
| 2. | PI-9404101-6 | Medidor eletrônico polifásico de energia elétrica para medição direta de altas correntes |
| 3. | DI-5400018-1 | Caixa para medidor de energia elétrica |
| 4. | DI-5401129-9 | Configurações aplicadas em invólucro para um medidor de grandezas elétricas |
| 5. | PI-9202095-0 | Sistema e processo para medição do consumo de energia elétrica referente a uma pluralidade de consumidores |
| 6. | PI-9400084-0 | Processo de medição e medidor elétrico para faturamento de consumo elétrico a partir de uma rede elétrica |
| 7. | CI-9400084-0 | Medidor Elétrico para faturamento de consumo elétrico a partir de uma rede elétrica |
| 8. | PI-9502486-7 | Circuito eletrônico de sinalização apropriado para acoplamento a um circuito lógico de um equipamento energizado, processo e uso empregando referido circuito |
| 9. | PI-9611603-0 | Linha de transmissão de energia elétrica com dispositivos de proteção contra sobretensões causadas por relâmpagos |
| 10. | PI-9803178-3 | Dispositivo para proteção contra os riscos de eletrocussão ocasionados pelo abaixamento de linhas aéreas de média e baixa tensão e sistema de sustentação de linhas aéreas de distribuição de energia |

- 11. DI-6704136-1 Configuração Aplicada em Espaçador de Linhas Conductoras de Eletricidade
- 12. PI-9803488-0 Sistema de Telecomando para controle remoto de cargas elétricas

PATENTES DEPOSITADAS:

- 13. PI-9902611-2 Processo de identificação dos consumidores fraudadores em uma rede de distribuição de energia elétrica numa determinada região, e sistema e processo de determinação da existência de condutores escondidos que não passam por um medidor de energia elétrica
- 14. PI-0002430-9 Medidor de energia elétrica e alojamento para um medidor de energia elétrica
- 15. PI-0002109-1 Sistema e método de detecção de adulterações / anomalias em medidores de energia elétrica e medidor que utiliza este sistema
- 16. PI-0201927-2 Transformador de corrente resistente a intempéries e a choques mecânicos
- 17. PI-0102256-3 Método de Suporte, fixação e conexão para uma unidade de medição, constituinte de um sistema de medição centralizada instalada em postes da rede de distribuição de baixa tensão, equipamento para implementar o método, e métodos de compensação de perdas e de disponibilização de informação de consumo
- 18. PI-0602081-0 Disco Isolador Antipoluição.
- 19. PI-0703417-2 Sistema Eletrônico de Monitoração Individualizada de Consumos e Método de Monitoramento Individualizado de Consumos em um Sistema de Medição Centralizada
- 20. PI-0705108-5 Sistema e Método de Avaliação de Buchas Capacitivas
- 21. PI-0800367-0 Dispositivo para o Estabelecimento de Contato Elétrico em Circuitos de Alta Tensão
- 22. PI-0801469-8 Sistema de Automonitoramento Individualizado para Transformadores em Instalações de Medição de Energia e Método de Automonitoramento e Diagnóstico de Transformadores em Instalações de Medição de Energia
- 23. PI-0803730-2 Dispositivo Isolante de Sustentação e de Proteção de Linhas
- 24. PI-0802154-6 Sistema de Medição e Avaliação de Transformadores de Potência Energizados Através de Resposta em frequência
- 25. PI-0905866-4 Robô para inspeção de cabos condutores
- 26. PI-1002299-6 Sistema de Monitoramento de Descargas Parciais

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores do
CENTRO DE PESQUISA DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPEL
Rio de Janeiro (RJ)

Examinamos as demonstrações contábeis do Centro de Pesquisa de Energia Elétrica - CEPEL, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do Fluxo de Caixa e da Demonstração do Valor Adicionado para o exercício findo naquela data.

Responsabilidade da administração da Empresa sobre as demonstrações contábeis

A administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa.



Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centro de Pesquisa de Energia Elétrica - CEPEL, em 31 de dezembro de 2011 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

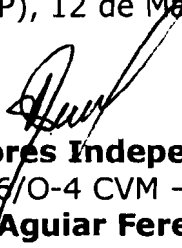
Ênfase

A entidade não cumpriu os procedimentos de convergência internacional da contabilidade, principalmente os procedimentos CPC 01 e 12, que tratam da Redução ao Valor Recuperável do Ativos e Ajuste a Valor Presente, respectivamente.

Outros

Chamamos a atenção para o fato de que as Demonstrações Contábeis do Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 foram auditadas por outra firma de auditoria independente, cujo parecer emitido não continha ressalva.

Ribeirão Preto (SP), 12 de Março de 2012.


AGUIAR FERES Auditores Independentes S/S
CRC-2SP 022486/O-4 CVM - 9555
Tanagildo Aguiar Feres
Contador - CRC-1-SP 067138/O-0

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE AUDITORIA**

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 4/2011

ELETROS – FOLHA DE BENEFÍCIOS

ABRIL DE 2011

CONFIDENCIAL

ATIVIDADE: ELETROS – FOLHA DE BENEFÍCIOS

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho de auditoria teve por objetivo verificar a adesão dos procedimentos adotados na folha de benefícios às disposições legais, ao acervo da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC e aos regulamentos da ELETROS, conforme estabelecido no item 20 do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT – 2011.

2. EQUIPE

A equipe, definida na Ordem de Serviço Nº 6/2011, foi composta pelos auditores Sergio Waissman e Márcio Lemoine Zaranza Jales.

3. ÁREA ENVOLVIDA

Fundação Eletrobras de Seguridade Social – ELETROS.

4. ABRANGÊNCIA

Este trabalho teve como escopo:

- Análise das adequações dos processos de concessão, pagamentos, pagamentos extra-folha, contabilização e elaboração da folha mensal de benefícios;
- Verificação dos controles de inclusão, exclusão e alteração da folha;
- Verificação dos controles internos adotados.

Para sua consecução foram realizados testes com vistas a verificar os procedimentos adotados e os controles internos, no que tange aos pagamentos, à habilitação da concessão de aposentadorias aos participantes, aos cálculos realizados para a concessão e, por fim, aos reajustes anuais dos referidos benefícios, como a seguir exposto.

4.1. Teste de pagamentos de benefício

Para realização dos testes foi considerada a folha de benefícios referente a novembro de 2010, que totalizou R\$11.481.573,17 e contemplou 1632 assistidos e pensionistas.

A amostra selecionada, que equivale a 4,3% dos beneficiários, contemplou 70 processos. Monta em R\$826.254,53 e representa 7,2% do valor da folha paga naquele mês.

O critério utilizado para a seleção contemplou 20 Assistidos extraídos aleatoriamente; os 15 Assistidos com maiores benefícios; os 15 Assistidos com menores benefícios e os 20 Assistidos com a Data de Início do Benefício (DIB) posterior a 01/01/2010.

Foram analisados os procedimentos adotados desde o pagamento dos benefícios até a contabilização dos valores da folha e seus reflexos nas demonstrações financeiras.

4.2. Teste da habilitação das concessões

Considerando a mesma amostra, foram examinados todos os documentos de autorização da concessão e seus respectivos cálculos, de forma a verificar o atendimento à legislação e aos regulamentos pertinentes.

4.3. Teste de cálculo das concessões

Os testes das concessões visaram verificar a confiabilidade dos processos de cálculo na data do início do benefício - DIB e dos recálculos provenientes da inclusão de adicionais nos benefícios concedidos.

Foram selecionados 40 processos de diferentes datas de Início de Benefício do Plano de Benefício Definido - BD e 40 do Plano de Contribuição Definida - CD, o que totalizou 80 assistidos e pensionistas. Os 40 processos relativos ao plano BD montam em R\$215.183,90, enquanto que os 40 do plano CD somam R\$296.006,69, totalizando R\$511.190,59.

Esta amostra representa aproximadamente 5,0% do total de assistidos e pensionistas, tomando-se como referência os pagamentos da folha de novembro de 2010.

4.4. Teste de reajuste no benefício

Para o Plano de Benefício Definido, a amostra selecionada contemplou 40 processos, sendo 20 com DIB do ano de 2008 e 20 de 2009, o que representa

cerca de 2,5% do total do número de benefícios pagos na folha de novembro de 2010 e monta em R\$271.996,88.

O teste consistiu na comparação entre o valor atualizado pelos índices de Unidade de Referência ELETROS – URE, desde a data do início do benefício até o mês de fevereiro de 2011.

Para o Plano de Contribuição Definida, a amostra selecionada contemplou os mesmos 40 processos utilizados para fins dos testes de cálculos de concessões citadas no item 4.3 deste Relatório, que monta em R\$ 296.006,69.

4.5. Testes para verificação de controles internos

Verificou-se que os processos relativos à Fundação Eletrobras de Seguridade Social – ELETROS não foram mapeados, por tratar-se de entidade independente.

5. RESULTADOS

A seguir é apresentada a não conformidade constatada e ainda pendente de solução, conforme detalhado na Ata de Encerramento, de 23/3/2011, Anexo I do presente Relatório, bem como a recomendação com vistas à implementação de medidas corretivas.

5.1. Falta de assinatura em documento autorizativo

Na verificação das pastas dos processos de concessão dos benefícios, constatou-se falta de assinaturas dos profissionais habilitados autorizando a concessão da complementação de aposentadoria/pensão (Itens II. 1 da Ata de Encerramento).

Recomendação:

Zelar para que todos os documentos inerentes à concessão sejam previamente analisados e, em ato contínuo, assinados por profissionais habilitados visando à legitimidade do processo.

6. CONCLUSÃO

Ao final dos trabalhos foi realizada reunião com representantes da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS, conforme registrado na Ata de Encerramento anexa, com vistas ao conhecimento da não conformidade encontrada.

A Superintendência de Auditoria emitirá, periodicamente, Plano de Providências no qual a ELETROS informará sobre o andamento das ações para atendimento da recomendação constante deste Relatório.

Rio de Janeiro, 1º de abril de 2011.

Sergio Waissman
Auditor

Márcio Lemoine Zaranza Jales
Auditor

De acordo.

Fernando Alves Freire
Gerente da Divisão de Auditoria
Interna Corporativa - CAIC

Anexos: Anexo I - Ata de Encerramento

c.c.: CF / CGU / Presidente da Eletrobras

ASSUNTO: ELETROS – FOLHA DE BENEFÍCIOS

FINALIDADE: Encerramento dos trabalhos de auditoria objeto da OS Nº 6/2011, realizados na Fundação Eletrobras de Seguridade Social – ELETROS.

LOCAL: Superintendência de Auditoria – CA

DATA: 26/3/2011

PARTICIPANTES**ÓRGÃO****ASSINATURA**

Marco Aurélio O. da Costa e Silva

Eletros

Alice Valderez de Andrade Salomão

Eletros

Álvaro Pintos da Fonseca Neto

Eletros

Fernando Alves Freire

CA

Sergio Waissman

CA

ASSUNTOS TRATADOS**I. INTRODUÇÃO**

Aberta a reunião, os auditores informaram que estavam concluídos os trabalhos de auditoria referentes a Eletros – Folha de Benefícios.

Informaram também que as avaliações foram realizadas por amostragem, compreendendo a análise de documentos de habilitação da concessão do benefício, dos cálculos da concessão e do reajuste anual do benefício e, ainda, a compatibilidade com a legislação e demais normativos vigentes pertinentes à matéria.

Foram realizadas, dentre outras, as seguintes análises:

- adequabilidade às disposições legais sobre previdência complementar de entidades fechadas;
- adequabilidade às disposições da patrocinadora-instituidora Eletrobras;
- adequabilidade às disposições da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC;

- adequabilidade às disposições dos regulamentos da Eletros.

Constam da presente Ata de Encerramento todas as não conformidades constatadas, seguidas dos comentários da área auditada e da Auditoria Interna, conforme explicitado a seguir.

II. CONSTATAÇÕES E COMENTÁRIOS

1. FALTA DE ASSINATURA EM DOCUMENTO AUTORIZATIVO

a) Constatação

Na verificação das pastas dos processos de concessão dos benefícios, constatou-se falta de assinaturas dos profissionais competentes autorizando a concessão da Complementação de Aposentadoria/Pensão, conforme demonstra-se abaixo:

Inscrição na ELETROS	Autorização para Concessão de Benefício	
	Sem assinatura da Divisão Atuaria	Sem assinatura da Diretoria Executiva
56.994	X	X
64.378		X
64.394		X
68.379		X
67.736		X
71.019		X
9.904.616	X	X
9.904.459	X	X
9.904.442	X	X
9.904.657	X	X
9.904.558	X	X
64.584		X
58.271		X

b) Comentários da Eletros:

Nos casos sinalizados por essa auditoria, informamos que os benefícios foram implantados após as devidas análises do cumprimento dos requisitos regulamentares, visando permitir que o participante/pensionista iniciasse o recebimento de seu benefício no menor tempo possível e que os processos encontram-se tramitando para a assinatura do gerente da DVAT e D.E.E.

c) Comentários da CA:

Após os esclarecimentos prestados pela unidade auditada no que tange a concessão de benefícios regulamentares pela Fundação ELETROS, nada foi constatado que obstassem as referidas concessões. Entretanto, entendemos que todos os documentos inerentes à concessão devem ser previamente analisados e, ato contínuo, assinados por profissionais competentes, visando à completeza do processo e a sua legitimidade.

2. AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO NAS PASTAS DOS PARTICIPANTES BENEFICIÁRIOS**a) Constatação**

Na verificação das pastas dos processos dos beneficiários, constatou-se falta de alguns documentos necessários à completeza do processo de concessão do benefício, conforme demonstra-se abaixo:

Documentação faltante				
Inscrição na ELETROS	Comprovação da Aposentadoria pelo INSS	Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho	Cálculo do Tempo de Contribuição	autorização do Benefício Eletros
10.652	X	X	X	-
1.412	X	X	X	-
15.123	X	X	X	-
91	X	X	X	-
14.761	X	X	-	-
5.538	X	X	-	-
5.140	X	X	-	-
7.765	X	X	-	-
1.966	X	X	X	-
9.006.883	-	-	-	X
9.008.103	-	-	-	X

ATA DE ENCERRAMENTO

b) Comentários da Eletros:

Tratam-se de processos antigos (iniciados em torno de 1991).

Na ocasião, o desligamento do participante do quadro de empregados era informado à Eletros por meio de memorando emitido pelo chefe da DVCR da Eletrobras.

Em relação à ausência do documento comprobatório de aposentadoria pelo INSS e das autorizações sinalizadas por essa auditoria, informamos que os referidos documentos constam nos processos e que as aprovações das concessões foram realizadas pelo Diretor de Benefícios em formulário utilizado na época.

Os números das folhas dos referidos documentos que constam nos processos foram indicados na tabela de "Documento Faltante".

Documentação faltante				
Inscrição na ELETROS	Comprovação da Aposentadoria pelo INSS	Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho	Cálculo do Tempo de Contribuição	autorização do Benefício Eletros
10.652	X (Fls.: 4)	X (Fls.: 3)	X (Fls.: 4 e 37)	-
1.412	X (Fls.: 5)	X (Fls.: 3 e 4)	X (Fls.: 5 e 36)	-
15.123	X (Fls.: 6)	X (Fls.: 3, 4 e 5)	X (Fls.: 6 e 32)	-
91	X (Fls.: 6)	X (Fls.: 3, 4 e 5)	X (Fls.: 6 e 34)	-
14.761	X (Fls.: 4)	X (Fls.: 3)	-	-
5.538	X (Fls.: 5)	X (Fls.: 3 e 4)	-	-
5.140	X (Fls.: 6)	X (Fls.: 3, 4 e 5)	-	-
7.765	X (Fls.: 4)	X (Fls.: 3)	-	-
1.966	X (Fls.: 4)	X (Fls.: 3)	X (Fls.: 4 e 18)	-
9.006.883	-	-	-	X (Fls.: 13)
9.008.103	-	-	-	X (Fls.: 8)

c) Comentários da CA:

Após as análises sobre os esclarecimentos prestados pela unidade auditada, esta Auditoria considera o questionamento como atendido por tratar-se de procedimentos já não praticados pela Fundação ELETROS.



Alocações e rentabilidades dos Planos BD e CD Eletrobrás (ref. ao item d6 e d8)

Em 30/12/2011

Plano BD	Patrimônio	Rentabilidade Nominal	Rentabilidade Real pelo INPC
Total Investimentos	1.753.686	8,73%	2,50%
Renda Fixa	1.243.542	13,31%	6,82%
Renda Variável	245.416	-15,17%	-20,03%
Imóveis	156.586	149,47%	135,17%
Empréstimos	81.449	12,56%	6,11%
Investimentos Estruturados	26.700	11,04%	4,68%

Plano CD Eletrobrás	Patrimônio	Rentabilidade Nominal	
Total Investimentos	931.636	10,91%	4,55%
Renda Fixa	624.112	13,66%	7,15%
Renda Variável	190.617	-15,16%	-20,01%
Imóveis	59.282	149,47%	135,17%
Empréstimos	41.561	15,67%	9,04%
Investimentos Estruturados	16.066	11,04%	4,68%

Composição da Carteira de Renda Fixa - Plano BD, CD Eletrobrás (incluindo investimentos estruturados, poupança para garantia dos aluguéis e calores a pagar de taxa de custódia) Item d6

Carteira de Renda Fixa	Carteira Própria ALM	Carteira Própria Estratégica	Carteira Inflação BD	Carteira Inflação CDCV	Votorantim Geribá	Bradesco Ipanema	Alfa Itaipava	Itaú Multimercado	Carteira Consolidada	Participação %
Participação na Carteira	100,00%	0,00%	100,00%	0,00%	50,71%	26,98%	24,73%	58,70%	100%	
Títulos Privados	176.528.803,44	-	39.023.934,40	120.372.273,66	199.841.062,99	161.328.906,46	158.483.945,76	-	855.578.926,71	44,78%
CDB	-	-	-	-	52.848.323,92	35.022.144,69	43.447.649,44	-	131.318.118,06	6,9%
Banco Bradesco	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0%
Banco Itaú	-	-	-	-	52.848.323,92	35.022.144,69	43.447.649,44	-	131.318.118,06	6,9%
ABC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0%
BMG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0%
DAYCOVAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0%
Debêntures	22.975.746,52	-	-	-	98.028.351,90	68.513.885,28	115.036.296,32	-	304.554.280,02	15,9%
Ambev	-	-	-	-	6.216.926,99	13.488.723,57	5.789.735,38	-	25.495.385,94	1,3%
Amil	-	-	-	-	-	-	23.175.634,30	-	23.175.634,30	1,2%
Bradespar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0%
CBD - Pão de Açúcar	-	-	-	-	11.169.483,90	-	-	-	11.169.483,90	0,6%
Cemig	16.758.271,00	-	-	-	-	-	14.209.467,80	-	30.967.738,80	1,6%
CSN	-	-	-	-	-	-	15.732.338,88	-	15.732.338,88	0,8%
Copel	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0%
CPFL Piratininga	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0%
FG TRUST	2.993.663,81	-	-	-	-	-	-	-	2.993.663,81	0,2%
Intervias	-	-	-	-	12.530.022,46	-	-	-	12.530.022,46	0,7%
Itaú Leasing	-	-	-	-	-	28.303.417,10	24.232.607,65	-	52.536.024,75	2,7%
Lojas Americanas	-	-	-	-	11.063.749,22	-	-	-	11.063.749,22	0,6%
Petrobrás	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0%
Tele Norte Leste	-	-	-	-	-	9.050.760,29	-	-	9.050.760,29	0,5%
Eletropaulo	-	-	-	-	-	-	10.344.666,36	-	10.344.666,36	0,5%
Vale do Rio Doce	3.223.811,71	-	-	-	23.118.794,70	17.670.984,32	21.551.845,94	-	65.565.436,66	3,4%
Tractebel	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0%
Usiminas	-	-	-	-	33.929.374,64	-	-	-	33.929.374,64	1,8%
Notas Promissórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0%
Bradespar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0%
Bandeirante Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0%
Letras Financeiras	-	-	39.023.934,40	120.372.273,66	48.964.387,17	57.792.876,48	-	-	266.153.471,71	13,9%
Banco Itaú	-	-	18.868.521,10	53.465.176,64	-	-	-	-	72.333.697,74	3,8%
Bradesco	-	-	20.155.413,30	66.907.097,02	48.964.387,17	57.792.876,48	-	-	193.819.773,98	10,1%
Letras Hipotecárias	153.535.170,13	-	-	-	-	-	-	-	153.535.170,13	8,0%
Caixa Econômica Federal	153.535.170,13	-	-	-	-	-	-	-	153.535.170,13	8,0%
Caderneta de Poupança	17.886,79	-	-	-	-	-	-	-	17.886,79	0,0%
Banco do Brasil	17.886,79	-	-	-	-	-	-	-	17.886,79	0,0%
Fundos	15.013.735,20	-	-	-	-	13.155.876,09	13.638.728,24	42.765.940,91	84.574.280,44	4,4%
BMG VI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0%
BMG 8 Senio	-	-	-	-	-	-	13.638.728,24	-	13.638.728,24	0,7%
Estruturados	-	-	-	-	-	-	-	42.765.940,91	42.765.940,91	2,2%
BRASKEM	15.013.735,20	-	-	-	-	13.155.876,09	-	-	28.169.611,29	1,5%
Títulos Públicos	712.045.332,24	30.160.848,06	-	-	37.776.901,41	20.276.724,06	172.441.191,23	-	972.700.997,01	50,9%
Operações Compromissadas	-	-	-	-	37.776.901,41	20.276.724,06	172.441.191,23	-	230.494.816,71	12,1%
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0%
Notas do Tesouro Nacional B - IPCA	349.662.860,53	30.160.848,06	-	-	-	-	-	-	379.823.708,59	19,9%
Notas do Tesouro Nacional C - IGPM	362.382.471,71	-	-	-	-	-	-	-	362.382.471,71	19,0%
Caixa	(2.385.453,89)	-	-	-	(3.579,75)	(11.108,83)	(12.169,34)	-	(2.412.311,81)	-0,1%
Adelic	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0%
Caixa	-	-	-	-	(12.248,84)	876,26	2.250,68	-	(9.121,91)	0,0%
Valores a Rec/Pag	(2.385.453,89)	-	-	-	8.669,09	(11.985,09)	(14.420,02)	-	(2.403.189,90)	-0,1%
Fundo Bradesco ANS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0%
Provisão Ferreira Guimarães	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0%
Consolidado *	901.202.416,99	30.160.848,06	39.023.934,40	120.372.273,66	237.614.384,65	194.750.397,78	344.551.695,89	42.765.940,91	1.910.441.892,34	100,000%
Participação na Carteira	47,17%	1,58%	2,04%	6,30%	12,44%	10,19%	18,04%	2,24%	100,0%	

Composição da Carteira de Renda Variável - Item d6

Carteira de Renda Variável	Carteira Asset	Ações Especiais	Credit Suisse	GAP	Bradesco	Carteira Consolidada	Participação %
Ações	328.215.048,79	4.026.156,57	21.569.749,01	35.361.011,07	39.282.773,81	428.454.739,25	98,26%
Novo Mercado	79.242.583,28	-	5.872.242,62	13.706.584,37	10.697.876,85	109.519.287,12	25,12%
AMIL ON NM	5.862.182,71	-	-	-	217.891,72	6.080.074,43	1,39%
BRASILON EJ NM	-	-	501.596,59	2.628.538,35	307.846,83	3.437.981,77	0,79%
BRASIL BROKERS PART SA	-	-	33.452,49	-	-	33.452,49	0,01%
BROOKFIELD ON NM	-	-	87.677,90	-	-	87.677,90	0,02%
BRF FOODS ON NM	6.817.647,21	-	-	-	1.349.740,91	8.167.388,12	1,87%
BRIN3	-	-	262.511,39	-	-	262.511,39	0,06%
BR MALLS PARON	4.302.432,68	-	182.697,03	1.209.750,58	423.001,22	6.117.881,52	1,40%
BRPR ON NM	-	-	-	-	793.165,90	793.165,90	0,18%
BMF BOVESPA ON NM	-	-	75.665,05	-	-	75.665,05	0,02%
CCR RODOVIAS ON NM	5.940.699,95	-	310.798,95	-	805.857,28	7.057.356,19	1,62%
CIELO ON NM	7.740.688,78	-	-	-	424.687,11	8.165.375,89	1,87%
COSAN ON NM	-	-	627.847,31	-	662.182,71	1.290.030,02	0,30%
SID NACIONAL ON	2.820.729,39	-	100.691,74	-	261.254,24	3.182.675,37	0,73%
CYRELA REALTON NM	-	-	486.621,63	-	-	486.621,63	0,11%
DASAON NM	-	-	92.923,58	1.226.309,69	-	1.319.233,27	0,30%
ENERGIAS BRON NM	-	-	-	3.279.575,68	-	3.279.575,68	0,75%
EVEN	-	-	-	1.304.031,23	-	1.304.031,23	0,30%
GAFISAON EB	-	-	27.693,59	-	-	27.693,59	0,01%
LOJAS MARISA ON NM	2.732.198,56	-	-	-	-	2.732.198,56	0,63%
LOJAS RENNER ON NM	2.506.456,93	-	131.918,79	-	277.029,45	2.915.405,16	0,67%
MILLS ESTR E SERV ENG	-	-	-	-	821.569,81	821.569,81	0,19%
MPLU3 ON	-	-	-	410.117,27	-	410.117,27	0,09%
MRV ENGENHARIA E PART	-	-	219.655,72	-	377.108,06	596.763,78	0,14%
ODONTOPREVON NM	4.404.723,11	-	-	-	241.619,48	4.646.342,59	1,07%
OGX PETROLEO ON	6.945.440,95	-	863.540,75	1.112.210,80	1.516.763,56	10.437.956,06	2,39%
OSX	-	-	227.721,82	-	-	227.721,82	0,05%
PDG REALTON NM	5.651.446,38	-	-	-	290.470,21	5.941.916,59	1,36%
REDECARD ON	4.494.217,69	-	450.747,50	-	715.893,08	5.660.858,27	1,30%
ROSSI RESIDON NM	-	-	52.320,61	-	-	52.320,61	0,01%
SONAE SIERRA BRASIL S.A.	-	-	516.666,01	719.408,37	-	1.236.074,39	0,28%
TRACTEBELON NM	10.809.394,23	-	-	-	593.264,84	11.402.659,07	2,62%
TECNISAON NM	-	-	230.047,18	1.816.642,40	218.179,66	2.264.869,24	0,52%
TECN ON	-	-	44.490,68	-	-	44.490,68	0,01%
TIM PART S/A ON	8.214.324,72	-	344.956,32	-	400.350,76	8.959.631,80	2,05%
Nível 2	-	-	694.493,40	1.156.626,09	704.193,61	2.555.313,10	0,59%
GOLL DIR PN	-	-	0,90	-	-	0,90	0,00%
GOLPN EDJ N2	-	-	22.599,60	-	-	22.599,60	0,01%
TAM S/AON EDJ N2	-	-	130.347,35	-	136.705,76	267.053,11	0,06%
TAM S/APN EDJ N2	-	-	541.545,55	-	567.487,86	1.109.033,41	0,25%
EQUATORIALON N2	-	-	-	1.156.626,09	-	1.156.626,09	0,27%
Nível 1	162.788.572,92	-	9.958.555,99	14.433.087,19	18.559.434,41	205.739.650,49	47,18%
ALPARGATASPN N1	-	-	15.768,85	-	-	15.768,85	0,00%
BRADESCOPN EB N1	27.556.928,93	-	1.381.914,68	-	3.466.308,48	32.405.152,09	7,43%
BRADESPARN N1	24.116.423,55	-	-	1.332.764,87	662.064,62	26.111.253,05	5,99%
BRASKEMPNA N1	-	-	79.062,25	-	-	79.062,25	0,02%
CESPPNB* N1	-	-	906.627,14	-	210.145,36	1.116.772,50	0,26%
CEMIGPN * N1	4.030.491,44	-	-	-	220.610,39	4.251.101,83	0,97%
COPELPNB*	7.787.740,99	-	-	-	791.494,55	8.579.235,54	1,97%
GERDAUON N1	-	-	-	1.300.771,18	-	1.300.771,18	0,30%
GERDAUPN N1	2.991.131,07	-	716.501,67	827.137,96	915.383,57	5.450.154,28	1,25%
GERDAU METPN N1	-	-	-	1.399.085,79	-	1.399.085,79	0,32%
CIA HERINGON N1	-	-	194.599,97	2.264.583,38	374.457,51	2.833.640,86	0,65%
ITAUSAPN N1	48.779.058,64	-	-	369.884,91	-	49.148.943,55	11,27%
ITAU UNIBANCO ON N1	-	-	-	417.084,27	-	417.084,27	0,10%
ITAU UNIBANCO PN N1	10.120.696,96	-	2.951.612,66	2.852.813,91	5.909.400,24	21.834.523,77	5,01%
P.ACUCAR-CBDPN * N1	13.060.350,37	-	103.460,37	-	419.927,39	13.583.738,13	3,12%
TRAN PAULISTPN *ED N1	-	-	426.666,39	-	447.736,34	874.402,73	0,20%
ULTRAPARON N1	-	-	-	-	386.711,98	386.711,98	0,09%
VALE R DOCEON N1	18.103.707,91	-	2.855.983,12	-	4.755.193,98	25.714.885,01	5,90%
VALE R DOCEPNA N1	6.242.043,05	-	326.358,88	3.668.960,91	-	10.237.362,84	2,35%
Outras Ações	86.183.892,59	4.026.156,57	5.044.457,01	6.064.713,42	9.321.268,94	110.640.488,53	25,37%
AMBEVPN *EDJ	17.300.410,62	-	513.504,98	-	2.090.698,84	19.904.614,43	4,56%
AES TIETON *	4.028.381,69	-	-	-	219.027,15	4.247.408,84	0,97%
GTD PARTON MB	-	2.085.066,09	-	-	-	2.085.066,09	0,48%
GTD PARTPN MB	-	1.941.090,48	-	-	-	1.941.090,48	0,45%
GUARARAPESON	-	-	309.109,43	-	-	309.109,43	0,07%
LOJAS AMERICPN *	2.827.774,50	-	248.095,97	-	416.957,10	3.492.827,58	0,80%
PETROBRASON	31.582.300,15	-	3.706.245,70	-	6.033.583,57	41.322.129,42	9,48%
PETROBRASPN	23.605.443,08	-	130.786,08	2.477.127,41	-	26.213.356,57	6,01%
TELEMARPON	6.839.582,55	-	-	-	-	6.839.582,55	1,57%
VIVT - TELEF BRASIL PN	-	-	136.714,84	3.587.586,01	561.002,28	4.285.303,13	0,98%
Derivativos *	-	-	777.996,56	1.970.924,61	-	2.748.921,17	-
DI FUT Q08	-	-	777.996,56	1.970.924,61	-	2.748.921,17	-
Outros	1.743.326,37	-2.381.873,21	1.322.687,26	5.561.158,26	1.332.998,55	7.578.297,24	1,74%
Contas a Pagar / Receber	1.743.326,37	-	75.614,71	514.599,49	-390.434,12	1.943.106,44	0,45%
Tesouraria	-	-	910,88	908,34	4.541,72	6.360,94	0,00%
Provisão GTD	-	-2.381.873,21	-	-	-	-2.381.873,21	-0,55%
Renda Fixa	-	-	1.246.161,68	5.045.650,43	1.718.890,96	8.010.703,07	1,84%
Consolidado	329.958.375,16	1.644.283,36	22.892.436,27	40.922.169,34	40.615.772,36	436.033.036,49	100,00%
Participação - %	75,67%	0,38%	5,25%	9,39%	9,31%	100,00%	-

Renda Fixa	Valor Aplicado	% do PL Plano	% Limite 3792
Títulos Públicos Federais	972.700.997,01	36,2%	100,0%
Operações Compromissadas	230.494.816,71	8,6%	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	0,0%	
Notas do Tesouro Nacional B - IPCA	379.823.708,59	14,1%	
Notas do Tesouro Nacional C - IGPM	362.382.471,71	13,5%	
Outros Títulos de Renda Fixa	855.578.926,71	31,9%	80,0%
Debêntures Simples	304.554.280,02	11,3%	80,0%
Certificado Depósito Bancário	131.318.118,06	4,9%	20,0%
Caderneta de Poupança	17.886,79	0,0%	20,0%
Letras Financeiras	266.153.471,71	9,9%	20,0%
Letras Hipotecárias	153.535.170,13	5,7%	20,0%
Fundos de Renda Fixa e FIDC	41.808.339,53	1,6%	100,0%
Fundos FIDC	41.808.339,53	1,6%	20,0%
Fundos de Renda Fixa	-	0,0%	100,0%
Valores a Pagar e Receber	-	0,0%	0,0%
Total - Renda Fixa	1.870.088.266,24	69,6%	100,0%

Renda Variável	Valor Aplicado	% do PL Plano	% Limite 3792
Ações em Mercado	428.454.739,25	16,0%	70,0%
Novo Mercado	109.519.287,12	4,1%	70,0%
Nível 2	2.555.313,10	0,1%	60,0%
Nível 1	205.739.650,49	7,7%	45,0%
Outras Ações	110.640.488,53	4,1%	35,0%
SPE - Sociedade Propósito Específico	-	0,0%	20,0%
Valores a Pagar e Receber	-	0,0%	3,0%
Fundos de Renda Variável	-	0,0%	100,0%
Total - Renda Variável	428.454.739,25	16,0%	100,0%

Investimentos Estruturados	Valor Aplicado	% do PL Fundação	% Limite 3792
Fundos Emergentes	-	0,0%	20,0%
Fundos Participações	-	0,0%	20,0%
Fundos Multimercados	42.765.940,91	1,6%	10,0%
Fundos Imobiliários	-	0,0%	10,0%
Total de Investimentos Estruturados	42.765.940,91	1,6%	20,0%

Investimentos no Exterior	Valor Aplicado	% do PL Fundação	% Limite 3792
FIEX	-	0,0%	10,0%
Ações do Mercosul	-	0,0%	10,0%
Ativos no Exterior em Fundos no Brasil	-	0,0%	10,0%
BDR	-	0,0%	10,0%
ETF - Exchange Trade Funds	-	0,0%	10,0%
Total de Investimentos no Exterior	-	0,0%	10,0%

Imóveis	Valor Aplicado	% do PL Plano	% Limite 3792
Total Imóveis*	215.868.211,48	8,0%	8,0%

Empréstimos e Fin. Imobiliários	Valor Aplicado	% do PL Plano	% Limite 3792
Total de Empréstimos	123.009.594,56	4,6%	15,0%

Derivativos	Valor Aplicado	% do PL Plano	% Limite 3792
Total de Derivativos **	2.748.921,17	-	-

Outros	Valor Aplicado	% do PL Plano	% Limite 3792
Total de Outros	5.149.594,13	0,2%	0,0%

Patrimônio Total do Plano 2.685.336.347,57 100,0%

* Valorização acima de 100% no ano devido efeito da reavaliação dos imóveis.

** Não entra na soma do Patrimônio.

Composição da Carteira Imobiliária - Item d6

CARTEIRA IMOBILIÁRIA	PLANO DE BENEFÍCIO					
	BD	CD PURO	CD SALDADO	TOTAL CD	TOTAL PLANOS	TOTAL
IMOVÉIS s rec pg	155.110.934,15	41.951.176,51	16.771.889,34	58.723.065,85	213.834.000,00	213.834.000,00
Uso Próprio	5.933.609,45	1.604.799,15	641.591,40	2.246.390,55	8.180.000,00	8.180.000,00
	5.933.609,45	1.604.799,15	641.591,40	2.246.390,55	8.180.000,00	8.180.000,00
Ed. Metropolitano 6º	2.966.804,73	802.399,58	320.795,70	1.123.195,28	4.090.000,00	4.090.000,00
Ed. Metropolitano 7º	2.966.804,73	802.399,58	320.795,70	1.123.195,28	4.090.000,00	4.090.000,00
Locados Patrocinadora	102.919.833,97	27.835.614,22	11.128.551,81	38.964.166,03	141.884.000,00	141.884.000,00
	102.919.833,97	27.835.614,22	11.128.551,81	38.964.166,03	141.884.000,00	141.884.000,00
Ed. Mario Bhering	42.164.896,03	11.403.883,34	4.559.220,63	15.963.103,97	58.128.000,00	58.128.000,00
Ed. Herm Stoltz 7º	6.093.193,07	1.647.960,02	658.846,91	2.306.806,93	8.400.000,00	8.400.000,00
Ed. Herm Stoltz 8º	6.093.193,07	1.647.960,02	658.846,91	2.306.806,93	8.400.000,00	8.400.000,00
Ed. Herm Stoltz 9º	6.093.193,07	1.647.960,02	658.846,91	2.306.806,93	8.400.000,00	8.400.000,00
Ed. Herm Stoltz 10º	6.093.193,07	1.647.960,02	658.846,91	2.306.806,93	8.400.000,00	8.400.000,00
Ed. Herm Stoltz 11º	6.093.193,07	1.647.960,02	658.846,91	2.306.806,93	8.400.000,00	8.400.000,00
Ed. Herm Stoltz 12º	6.093.193,07	1.647.960,02	658.846,91	2.306.806,93	8.400.000,00	8.400.000,00
Ed. Herm Stoltz 13º	6.093.193,07	1.647.960,02	658.846,91	2.306.806,93	8.400.000,00	8.400.000,00
Ed. Vital Brazil sala 2501	959.566,71	259.523,63	103.756,37	363.280,00	1.322.846,71	1.322.846,71
Ed. Vital Brazil sala 2502	959.566,71	259.523,63	103.756,37	363.280,00	1.322.846,71	1.322.846,71
Ed. Vital Brazil sala 2601	959.566,71	259.523,63	103.756,37	363.280,00	1.322.846,71	1.322.846,71
Ed. Vital Brazil sala 2602	959.566,71	259.523,63	103.756,37	363.280,00	1.322.846,71	1.322.846,71
Ed. Vital Brazil sala 2701	3.673.769,74	993.604,76	397.238,66	1.390.843,42	5.064.613,16	5.064.613,16
Ed. Herm Stoltz 16º	6.093.193,07	1.647.960,02	658.846,91	2.306.806,93	8.400.000,00	8.400.000,00
Ed. Central 15º	2.248.678,39	608.175,72	243.145,88	851.321,61	3.100.000,00	3.100.000,00
Ed. Central 16º	2.248.678,39	608.175,72	243.145,88	851.321,61	3.100.000,00	3.100.000,00
Valores a Receber	1.165.737,85	315.284,51	126.049,31	441.333,81	1.607.071,66	1.607.071,66
Locados Terceiros	46.257.490,73	12.510.763,14	5.001.746,13	17.512.509,27	63.770.000,00	63.770.000,00
	46.257.490,73	12.510.763,14	5.001.746,13	17.512.509,27	63.770.000,00	63.770.000,00
Ed. Belacap 2º	4.045.058,53	1.094.023,22	437.385,50	1.531.408,73	5.576.467,26	5.576.467,26
Ed. Belacap 3º	3.914.686,42	1.058.762,89	423.288,58	1.482.051,47	5.396.737,89	5.396.737,89
Ed. Belacap 4º	3.650.418,66	987.289,25	394.713,74	1.382.002,99	5.032.421,65	5.032.421,65
Ed. Belacap 5º	3.650.418,66	987.289,25	394.713,74	1.382.002,99	5.032.421,65	5.032.421,65
Ed. Belacap 6º	3.650.418,66	987.289,25	394.713,74	1.382.002,99	5.032.421,65	5.032.421,65
Ed. Belacap 7º	3.650.418,66	987.289,25	394.713,74	1.382.002,99	5.032.421,65	5.032.421,65
Ed. Belacap 8º	3.650.418,66	987.289,25	394.713,74	1.382.002,99	5.032.421,65	5.032.421,65
Ed. Belacap 9º	3.650.418,66	987.289,25	394.713,74	1.382.002,99	5.032.421,65	5.032.421,65
Ed. Belacap 10º	3.650.418,66	987.289,25	394.713,74	1.382.002,99	5.032.421,65	5.032.421,65
Ed. Belacap 11º	3.650.418,66	987.289,25	394.713,74	1.382.002,99	5.032.421,65	5.032.421,65
Ed. Belacap 12º	3.650.418,66	987.289,25	394.713,74	1.382.002,99	5.032.421,65	5.032.421,65
Ed. Belacap - Loja	5.443.977,86	1.472.373,80	588.648,34	2.061.022,14	7.505.000,00	7.505.000,00
Valores a Receber	322.813,44	87.307,86	34.905,28	122.213,15	445.026,59	445.026,59
Valores a Pagar	-12.974,71	-3.509,13	-1.402,93	-4.912,06	-17.886,77	-17.886,77
Participação	72,53801273%	19,619%	7,843%	27,46198727%	100,000%	100,000%
TOTAL IMOVÉIS	156.586.510,73	42.350.259,75	16.931.441,00	59.281.700,75	215.868.211,48	215.868.211,48

Composição da Carteira de Empréstimos- Item d6

Carteira de Empréstimos	Ativo	Passivo	PL Líquido
Plano BD	81.448.349,81	-	81.448.349,81
Plano CD Puro	26.744.537,98	-	26.744.537,98
Plano CD Saldado	14.816.706,77	-	14.816.706,77
TOTAL GERAL	123.009.594,56	-	123.009.594,56

Composição de taxas a pagar e do disponível - Item d6

Planos	Taxas	Disponível
Plano BD	(15.153,28)	2.000,04
Plano CD Puro	(5.173,85)	2.004,86
Plano CD Saldado	(2.057,76)	1.991,69
TOTAL GERAL	-22.384,89	5.996,59



ATA DA 209ª REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de março de 2012 às 09:00 horas, na sala de reuniões do 7º andar da sede da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS, inscrita no CNPJ sob o nº 34.268.789/0001-88, situada à Rua Uruguaiana, 174, 5º, 6º e 7º andares, Centro, nesta cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, reuniu-se o Conselho Deliberativo da ELETROS-CDE, com a presença do Presidente Afrânio Matos Filho, e dos Conselheiros Cleber Villa Verde, Marcio Peres Silvado, Marcos Roitman, Pedro Paulo da Cunha e Sergio Bondarovsky. Participou também o Conselheiro suplente Quirino Ponton Swensson. **VERIFICAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE QUORUM:** Como foi verificado e ultrapassado o quorum mínimo de instalação, a reunião do Conselho Deliberativo foi instalada, de acordo com o art. 35, § 3º do Estatuto da ELETROS para tratar dos seguintes assuntos constantes da Convocação (Carta PRE-AOE-010/2012) enviada nos termos do Regimento Interno: **1) ASSINATURA DA ATA DA 208ª REUNIÃO** – A Ata foi assinada. **2) DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS POR PLANO DE BENEFÍCIOS EM 31/12/2011, CONTEMPLANDO AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2011 DO PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA ELETROS (ELETROS-SAÚDE) E PARECERES DA EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE, INSTRUÍDAS COM PARECER DO CONSELHO FISCAL** – Foram convidados os membros da Diretoria Executiva, Marco Aurélio Orrego da Costa e Silva, Presidente a Diretora de Benefícios Previdenciários Alice Valdez de Andrade Salomão, o Diretor Financeiro Jack Nottingham Steiner e o Contador Cleber Leal, que procederam aos esclarecimentos necessários. Após apresentação do assunto, ocorreu a seguinte **DELIBERAÇÃO DO CONSELHO: O Conselho Deliberativo da Eletros – CDE, com base na Proposta da Diretoria Executiva nº 003, de 19/03/2012, e após ter apreciado os Relatórios da empresa de Auditoria Independente, de 09 de março de 2012, sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2011 e o Parecer do Conselho Fiscal, à unanimidade dos presentes, aprovou as Demonstrações Contábeis consolidadas e individuais por Plano de Benefícios da ELETROS referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, bem como as Demonstrações Contábeis do Plano de Assistência à Saúde da ELETROS (Eletros-Saúde), referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, determinando que tais documentos sejam encaminhados à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e à Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, de acordo com a esfera de competência de cada Órgão e a informação disponibilizada aos participantes na forma da legislação vigente. O Conselheiro Pedro Paulo da Cunha proferiu a seguinte manifestação: “Com relação ao **Aporte de reservas de aposentadorias especiais**” verifica-se no balanço que estão em processo de cobrança ou de contratação com as patrocinadoras Eletrobrás e Cepel aportes de reservas destinadas as aposentadorias especiais. Recomendo a Eletros, nos termos do parágrafo 1º do Art. 62 do decreto nº 4.942, de 30/12/2003, a comunicar formal e prontamente a Superintendência Nacional de**



Previdência Complementar - PREVIC, da existência no Balanço, de contribuições em atraso das patrocinadoras Eletrobrás e Cepel. Dessa forma, em consonância com a legislação que trata do assunto, Lei Complementar nº 109/2001 e parágrafo 2º do Art. 62 do decreto 4.942/03, recomendo que os administradores da Eletros adotem as providências judiciais cabíveis para cobrança dos débitos das patrocinadoras em questão.” **3) DEMONSTRAÇÕES ATUARIAIS DO**

EXERCÍCIO DE 2011 DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS ADMINISTRADOS PELA ELETROS: BENEFÍCIO DEFINIDO (BD) - ELETROBRÁS, CEPEL E ELETROS; DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA (CD) ELETROBRÁS, CEPEL, ELETROS; DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA (CD) ONS; DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL (CV) EPE; E DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA (CD) CERON E RESPECTIVOS PARECERES ATUARIAIS - Foram convidados a prestar os esclarecimentos necessários, os atuários Hugo Legis

Elsenbusch, responsável pelas informações dos Planos CD e CV e Sergio Mendes de Azevedo Tinoco da Consultoria Atuarial S. Tinoco, responsável pelo Plano BD. Após prestados os esclarecimentos ocorreram as seguintes **DELIBERAÇÕES: DELIBERAÇÃO 1 DO CONSELHO:**

O Conselho Deliberativo da ELETROS – CDE, considerando a Proposta da Diretoria Executiva nº 004, de 19/03/2012, à unanimidade dos presentes, aprovou a Demonstração Atuarial do Plano de Benefícios BD - Eletrobrás / Cepel / ELETROS, referente ao exercício de 2011, fundamentado no Parecer Atuarial respectivo, proferido pela empresa de Consultoria Atuarial Externa responsável pela avaliação atuarial do Plano BD, e no Parecer do Conselho Fiscal da ELETROS.

DELIBERAÇÃO 2 DO CONSELHO: O Conselho Deliberativo da ELETROS - CDE, considerando a Proposta da Diretoria Executiva nº 004, de 19/03/2012, aprovou a Demonstração Atuarial do Plano de Benefícios CD -Eletrobrás / Cepel / ELETROS, referente ao exercício de 2011, fundamentado no Parecer Atuarial, proferido pelo atuário responsável pela avaliação atuarial do Plano CD -Eletrobrás / Cepel / ELETROS e no Parecer do Conselho Fiscal da ELETROS.

DELIBERAÇÃO 3 DO CONSELHO: O Conselho Deliberativo da ELETROS - CDE, considerando a Proposta da Diretoria Executiva nº 004, de 19/03/2012, à unanimidade dos presentes, aprovou a Demonstração Atuarial do Plano de Benefícios de Contribuição Definida do Operador Nacional do Sistema Elétrico - CD - ONS, referente ao exercício de 2011, fundamentado no Parecer Atuarial respectivo, proferido pelo atuário responsável pela avaliação atuarial do Plano CD - ONS, e no Parecer do Conselho Fiscal da ELETROS.

DELIBERAÇÃO 4 DO CONSELHO: O Conselho Deliberativo da ELETROS - CDE, considerando a Proposta da Diretoria Executiva nº 004, de 19/03/2012, à unanimidade dos presentes, aprovou a Demonstração Atuarial do Plano de Benefícios de Contribuição Variável da Empresa de Pesquisa Energética - CV - EPE, referente ao exercício de 2011, fundamentado no Parecer Atuarial respectivo, proferido pelo atuário responsável pela avaliação atuarial do Plano CV - EPE, e no Parecer do Conselho Fiscal da ELETROS.

DELIBERAÇÃO 5 DO CONSELHO: O Conselho Deliberativo da ELETROS - CDE, considerando a Proposta da Diretoria Executiva nº 004, de 19/03/2012, à unanimidade dos presentes, aprovou a Demonstração Atuarial do Plano de Benefícios de Contribuição Definida da Centrais Elétricas de Rondônia S/A -CD - CERON, referente ao exercício de 2011, fundamentado no Parecer Atuarial respectivo, proferido pelo atuário responsável pela

avaliação atuarial do Plano CV - EPE, e no Parecer do Conselho Fiscal da ELETROS. Determinou que tais documentos sejam encaminhados à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e a informação disponibilizada aos participantes na forma da legislação vigente. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a reunião e solicitou a mim, Malba Patricia H. da Cunha Teixeira, que a secretariei, que lavrasse a presente ata, a qual lida e achada conforme, é assinada, no mínimo, pela maioria dos membros presentes na ocasião, e por mim que a redigi.

Afrânio Matos Filho
Presidente

Cleber Villa Verde

Marcio Peres Silvado

Marcos Roitman

Pedro Paulo da Cunha

Sergio Bondarovsky

Malba Patricia H. da Cunha Teixeira
Secretária-Geral
Assessoria aos Órgãos Estatutários



DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL

ENTIDADE: [34.268.789/0001-88] FUNDAÇÃO ELETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL ELETROS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1979.0021-18] BD ELETROBRÁS

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2011

TIPO: COMPLETA

Atuário Responsável			
SERGIO MENDES DE AZEVEDO TINOCO			
MIBA:	305	MTE:	305

DA transmitida à Previc em 28/03/2012 às 16:08:12

Número de protocolo : 000956

DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL

ENTIDADE: ELETROS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1979.0021-18] BD ELETROBRÁS

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2011

TIPO: COMPLETA

INFORMAÇÕES CADASTRAIS

ENTIDADE	
Código: 0032-6	CNPJ: 34.268.789/0001-88
Sigla: ELETROS	
Razão Social: FUNDAÇÃO ELETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL ELETROS	

PLANO	
CNPB: 1979.0021-18	Sigla: BD ELETROBRÁS
Nome: PLANO COMPLEMENTAR À PREVIDÊNCIA SOCIAL	
Situação: ATIVO / EM EXTINÇÃO	Característica: PATROCINADOR
Modalidade: BENEFÍCIO DEFINIDO	Legislação Aplicável: LC 108/109

ATUÁRIO	
Nome: SERGIO MENDES DE AZEVEDO TINOCO	
MIBA: 305	MTE: 305
Empresa: S TINOCO CONSULTORES ASSOCIADOS EM PREVIDENCIA COMPLEMENTAR LTDA.	

INFORMAÇÕES SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL

Motivo da Avaliação:	ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO	
Data do cadastro:	30/11/2011	Data da Avaliação: 31/12/2011
Tipo: COMPLETA		
Observações: Plano de Benefício Definido, fechado a novas adesões em 01/04/2006.		
Relatórios Complementares apresentados pelo Atuário (não enviados à PREVIC):		

CARACTERÍSTICAS DOS BENEFÍCIOS

Benefício: BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO

Benefício Programado: NÃO

Regime: CAPITALIZAÇÃO

Método de Financiamento: AGREGADO

Nível Básico do Benefício:

(PROPORÇÃO)X(SRB - INSS) COM ADICIONAL DE ATÉ 25% DO SRB.

Benefício: COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA ESPECIAL

Benefício Programado: SIM

Regime: CAPITALIZAÇÃO

Método de Financiamento: AGREGADO

Nível Básico do Benefício:

((ANOS DE FILIAÇÃO PARA PREVIDÊNCIA SOCIAL / 35)X SRB) - INSS) COM ADICIONAL DE ATÉ 25% DO SRB.

Benefício: COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE

Benefício Programado: SIM

Regime: CAPITALIZAÇÃO

Método de Financiamento: AGREGADO

Nível Básico do Benefício:

(SRB - INSS) COM ADICIONAL DE ATÉ 25% DO SRB.

Benefício: COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

Benefício Programado: NÃO

Regime: CAPITALIZAÇÃO

Método de Financiamento: AGREGADO

Nível Básico do Benefício:

(SRB - INSS) COM ADICIONAL DE ATÉ 25% DO SRB.

Benefício: COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO

Benefício Programado: SIM

Regime: CAPITALIZAÇÃO

Método de Financiamento: AGREGADO

Nível Básico do Benefício:

(SRB - INSS) COM ADICIONAL DE ATÉ 25% DO SRB.

Benefício: COMPLEMENTAÇÃO DE PENSÃO

Benefício Programado: NÃO

Regime: CAPITALIZAÇÃO

Método de Financiamento: AGREGADO

Nível Básico do Benefício:

70% DA COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

DEMONSTRATIVO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

GRUPO DE CUSTEIO: 1 - Pats. BD ELETROBRÁS

Patrocinadores e Instituidores	
CNPJ	Razão Social
34.268.789/0001-88	FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL ELETROS
42.288.886/0001-60	CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA CEPEL
00.001.180/0001-26	CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS SA
Participantes Ativos:	391
Folha de Salário de Participação:	R\$ 41.672.139,73

HIPÓTESES ATUARIAIS

Hipótese:	Fator de Determinação Valor Real ao Longo do Tempo Salários
Valor:	1,00
Quantidade esperada no exercício seguinte:	0,97
Quantidade ocorrida no exercício encerrado:	0,97
Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido:	Verificamos que a variação acumulada do indexador inflacionário no exercício foi de 6,08%, enquanto a projeção do Banco Central, para a taxa de inflação medida pelo INPC e projetada para o ano de 2011 era de aproximadamente 4,5% ao ano. Essa hipótese reflete a perda média do poder aquisitivo verificada entre 2 períodos de reajuste, decorrente do efeito inflacionário, determinado no longo prazo como sendo entre 3,5% e 5,5% a.a.
Justificativa da EFPC:	Considerando que as hipóteses atuariais devem ser adotadas considerando a ótica de longo prazo, alteramos a hipótese para 1,00 por conservadorismo.
Opinião do atuário:	Utilizar 1,00 por conservadorismo.
Hipótese:	Fator de Determinação Valor Real Longo do Tempo Ben Entidade
Valor:	0,97
Quantidade esperada no exercício seguinte:	0,97
Quantidade ocorrida no exercício encerrado:	0,97
Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido:	Ajustamos a hipótese considerando-se uma expectativa de inflação semestral de 3,00%.
Justificativa da EFPC:	Adequação da hipótese à expectativa de inflação.
Opinião do atuário:	Consideramos a hipótese aderente a projeção do indexador do Plano.
Hipótese:	Hipótese de Entrada em Aposentadoria
Valor:	100% na primeira elegibilidade ao benefício programado.
Quantidade esperada no exercício seguinte:	139,00
Quantidade ocorrida no exercício encerrado:	2,00
Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido:	Existe um grande número de participantes elegíveis ao benefício de aposentadoria programada do Plano, porém optaram por continuar vinculados ao plano como ativos.
Justificativa da EFPC:	O valor do benefício de aposentadoria complementar na maioria dos casos vem apresentando uma majoração significativa, o que justifica o pequeno número de concessões observado.
Opinião do atuário:	Manter hipótese atual para maximizar a segurança dos cálculos.

Hipótese:	Hipótese sobre Composição de Família de Pensionistas
Valor:	Encargo Familiar Hx - Experiência Eletros
Quantidade esperada no exercício seguinte:	0,00
Quantidade ocorrida no exercício encerrado:	0,00
Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido:	Não houve divergência.
Justificativa da EFPC:	O encargo médio familiar Hx é calculado considerando-se o falecimento de todos os participantes, apurando então os encargos decorrentes do benefício de pensão por morte, e ajustando-se estatisticamente esses valores.
Opinião do atuário:	Hipótese representativa da inferência da massa de participantes e assistidos.
Hipótese:	Hipótese sobre Rotatividade (Percentual)
Valor:	0,00
Quantidade esperada no exercício seguinte:	0,00
Quantidade ocorrida no exercício encerrado:	4,00
Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido:	A divergência observada é pequena.
Justificativa da EFPC:	A hipótese utilizada atualmente é nula, por se tratar de um Plano BD fechado.
Opinião do atuário:	Essa hipótese não foi utilizada por segurança nos cálculos.
Hipótese:	Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)
Valor:	INPC (IBGE)
Quantidade esperada no exercício seguinte:	6,08
Quantidade ocorrida no exercício encerrado:	6,08
Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido:	Não houve divergência.
Justificativa da EFPC:	Não houve divergência.
Opinião do atuário:	Indexador fixado de acordo com o Regulamento do Plano.
Hipótese:	Projeção de Crescimento Real de Salário
Valor:	3,00
Quantidade esperada no exercício seguinte:	3,00
Quantidade ocorrida no exercício encerrado:	4,10
Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido:	Esta divergência anual não impacta de imediato os benefícios, porque são calculados a partir da média de 36 meses, conforme determina o Regulamento do Plano.
Justificativa da EFPC:	Como justificamos os aumentos reais são absorvidos à razão de 1/36 para cada mês de recolhimento.
Opinião do atuário:	Como essa projeção representa um valor médio constante ao longo do tempo que falta para a data esperada para a concessão do benefício programável entendemos que a comparação em um só exercício não comprova a aderência ou não da hipótese em referência, acompanharemos a evolução acumulada ao longo dos próximos exercícios para eventuais ajustes.

DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL

ENTIDADE: ELETROS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1979.0021-18] BD ELETROBRÁS

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2011

TIPO: COMPLETA

Hipótese:	Taxa Real Anual de Juros
Valor:	5,50
Quantidade esperada no exercício seguinte:	5,50
Quantidade ocorrida no exercício encerrado:	1,99
Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido:	
A rentabilidade alcançada no exercício de 2011, totalizou 8,19% sendo inferior à meta atuarial de 11,91% devido a alocação dos recursos apresentados pelo perfil dos investimentos do Plano. Entretanto, tal resultado foi influenciado pelo desempenho atípico do segmento de renda variável, que ocorreu no mercado brasileiro, agravando a necessidade de equacionamento do Plano.	
Justificativa da EFPC:	
A rentabilidade real de 1,99%, decorreu de um fator conjuntural.	
Opinião do atuário:	
Consideremos a hipótese de taxa real de juros de 5,50% ao ano aderente, considerando-se um período de observação de longo prazo.	
Hipótese:	Tábua de Entrada em Invalidez
Valor:	IAPB 57
Quantidade esperada no exercício seguinte:	1,00
Quantidade ocorrida no exercício encerrado:	1,00
Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido:	
Não houve divergência.	
Justificativa da EFPC:	
Hipótese Aderente.	
Opinião do atuário:	
Consideramos a Hipótese aderente às expectativas.	
Hipótese:	Tábua de Mortalidade de Inválidos
Valor:	IAPB 57
Quantidade esperada no exercício seguinte:	3,40
Quantidade ocorrida no exercício encerrado:	4,00
Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido:	
Não houve divergência.	
Justificativa da EFPC:	
Hipótese Aderente.	
Opinião do atuário:	
Consideramos a Hipótese aderente às expectativas.	
Hipótese:	Tábua de Mortalidade Geral
Valor:	AT 2000
Quantidade esperada no exercício seguinte:	19,00
Quantidade ocorrida no exercício encerrado:	26,00
Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido:	
A divergência verificada, atua positivamente para o equilíbrio do Plano, reduzindo com maior intensidade as Provisões Matemáticas, influenciada pela categoria de assistidos, indicando que alguns deles certamente evoluíram para a qualidade de inválidos, agravando a expectativa de falecimentos.	
Justificativa da EFPC:	
A adoção da hipótese está aderente às inferências do grupo, considerando-se um período observação mais amplo.	
Opinião do atuário:	
A utilização de recadastramento aperfeiçoará os cálculos e a aderência da hipótese, identificando por cruzamento de informações de histórico médico, e de isenção de IR por CID, permitirá a reclassificação de assistidos para inválido, daqueles que deixaram de ser válidos.	

HIPÓTESES ATUARIAIS NÃO UTILIZADAS NESTA DEMONSTRAÇÃO

Fator de Determinação do Valor Real Longo do Tempo Ben INSS

Hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados

Assinatura do Atuário: _____

DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL

ENTIDADE: ELETROS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1979.0021-18] BD ELETROBRÁS

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2011

TIPO: COMPLETA

HIPÓTESES ATUARIAIS NÃO UTILIZADAS NESTA DEMONSTRAÇÃO

Projeção de Crescimento Real do Maior Sal Ben INSS

Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano

Tábua de Morbidez

BENEFÍCIOS

Benefício: BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO			
Quantidade de benefícios concedidos:	137	Valor médio do benefício:	R\$ 5.393,86
Idade média dos assistidos:	63		

Benefícios Concedidos	R\$ 119.090.962,76
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Conta dos Assistidos	R\$ 0,00
Benefício Definido	R\$ 119.090.962,76
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	R\$ 119.090.962,76
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados – Assistidos	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder	
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Patrocinador ou Instituidor	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 7.317.735,62
Benefício Definido Capitalização não Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitais de Cobertura	R\$ 0,00
Benefício Definido Repartição Simples	R\$ 0,00

Benefício: COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA ESPECIAL			
Quantidade de benefícios concedidos:	44	Valor médio do benefício:	R\$ 13.569,81
Idade média dos assistidos:	72		

Benefícios Concedidos	R\$ 73.874.040,87
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Conta dos Assistidos	R\$ 0,00
Benefício Definido	R\$ 73.874.040,87
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	R\$ 73.874.040,87
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados – Assistidos	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder	
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Patrocinador ou Instituidor	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização não Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitais de Cobertura	R\$ 0,00
Benefício Definido Repartição Simples	R\$ 0,00

DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL

ENTIDADE: ELETROS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1979.0021-18] BD ELETROBRÁS

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2011

TIPO: COMPLETA

Benefício: COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE	
Quantidade de benefícios concedidos:	80
Valor médio do benefício:	R\$ 7.656,15
Idade média dos assistidos:	62

Benefícios Concedidos	R\$ 16.311.161,71
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Conta dos Assistidos	R\$ 0,00
Benefício Definido	R\$ 16.311.161,71
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	R\$ 16.311.161,71
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados – Assistidos	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder	
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Patrocinador ou Instituidor	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização não Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitais de Cobertura	R\$ 0,00
Benefício Definido Repartição Simples	R\$ 0,00

Benefício: COMPLEMENTAÇÃO DE PENSÃO	
Quantidade de benefícios concedidos:	350
Valor médio do benefício:	R\$ 4.644,62
Idade média dos assistidos:	65

Benefícios Concedidos	R\$ 202.499.638,13
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Conta dos Assistidos	R\$ 0,00
Benefício Definido	R\$ 202.499.638,13
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	R\$ 0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados – Assistidos	R\$ 202.499.638,13
Benefícios a Conceder	
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Patrocinador ou Instituidor	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 23.165.268,25
Benefício Definido Capitalização não Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 34.307.521,06
Benefício Definido Capitais de Cobertura	R\$ 0,00
Benefício Definido Repartição Simples	R\$ 0,00

DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL

ENTIDADE: ELETROS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1979.0021-18] BD ELETROBRÁS

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2011

TIPO: COMPLETA

Benefício: COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO			
Quantidade de benefícios concedidos:	1042	Valor médio do benefício:	R\$ 8.160,09
Idade média dos assistidos:	68		

Benefícios Concedidos	R\$ 1.195.213.467,61
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Conta dos Assistidos	R\$ 0,00
Benefício Definido	R\$ 1.195.213.467,61
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	R\$ 1.195.213.467,61
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados – Assistidos	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder	
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Patrocinador ou Instituidor	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 256.409.535,22
Benefício Definido Capitalização não Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitais de Cobertura	R\$ 0,00
Benefício Definido Repartição Simples	R\$ 0,00

Benefício: COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ			
Quantidade de benefícios concedidos:	57	Valor médio do benefício:	R\$ 3.592,53
Idade média dos assistidos:	62		

Benefícios Concedidos	R\$ 21.236.276,77
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Conta dos Assistidos	R\$ 0,00
Benefício Definido	R\$ 21.236.276,77
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	R\$ 0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados – Assistidos	R\$ 21.236.276,77
Benefícios a Conceder	
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Patrocinador ou Instituidor	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 6.938.653,46
Benefício Definido Capitalização não Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 10.292.256,32
Benefício Definido Capitais de Cobertura	R\$ 0,00
Benefício Definido Repartição Simples	R\$ 0,00

DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL

ENTIDADE: ELETROS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [1979.0021-18] BD ELETROBRÁS

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2011

TIPO: COMPLETA

BENEFÍCIOS ESTRUTURADOS NO MÉTODO DE FINANCIAMENTO AGREGADO

Custo do Ano: R\$ 11.125.459,00

Benefícios a Conceder	
Benefício Definido Capitalização Programado	
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Patrocinadores	R\$ 29.038.758,35
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Participantes	R\$ 29.038.758,35
Benefício Definido Capitalização não Programado	
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Patrocinadores	R\$ 3.589.060,02
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Participantes	R\$ 3.589.060,02

CONSOLIDADO DO GRUPO CUSTEIO 1 - Pats. BD ELETROBRÁS

Custo Normal do Ano	R\$ 11.125.459,00
Provisões Matemáticas	R\$ 1.901.400.881,04
Benefícios Concedidos	R\$ 1.628.225.547,85
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Conta dos Assistidos	R\$ 0,00
Benefício Definido	R\$ 1.628.225.547,85
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	R\$ 1.404.489.632,95
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados – Assistidos	R\$ 223.735.914,90
Benefícios a Conceder	R\$ 273.175.333,19
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Patrocinador ou Instituidor	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização Programado	R\$ 235.753.675,85
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 293.831.192,55
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Patrocinadores	R\$ 29.038.758,35
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Participantes	R\$ 29.038.758,35
Benefício Definido Capitalização não Programado	R\$ 37.421.657,34
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 44.599.777,38
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Patrocinadores	R\$ 3.589.060,02
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Participantes	R\$ 3.589.060,02
Benefício Definido Capitais de Cobertura	R\$ 0,00
Benefício Definido Repartição Simples	R\$ 0,00

PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR E CONTRATOS

Contabilizado no Ativo	R\$ 0,00
Déficit equacionado	R\$ 0,00
Patrocinador (0 meses restantes)	R\$ 0,00
Participantes ativos (0 meses restantes)	R\$ 0,00
Assistidos (0 meses restantes)	R\$ 0,00
Serviço passado	R\$ 0,00
Patrocinador (0 meses restantes)	R\$ 0,00
Participantes ativos (0 meses restantes)	R\$ 0,00
Assistidos (0 meses restantes)	R\$ 0,00
Outras finalidades	R\$ 0,00
Patrocinador (0 meses restantes)	R\$ 0,00
Participantes ativos (0 meses restantes)	R\$ 0,00
Assistidos (0 meses restantes)	R\$ 0,00

Contabilizado no Passivo	R\$ 119.085.118,63
Déficit equacionado	R\$ 30.180.508,25
Patrocinador (96 meses restantes)	R\$ 15.090.254,12
Participantes ativos (96 meses restantes)	R\$ 11.819.032,76
Assistidos (96 meses restantes)	R\$ 3.271.221,37
Serviço passado	R\$ 88.904.610,38
Patrocinador (96 meses restantes)	R\$ 88.904.610,38
Participantes ativos (0 meses restantes)	R\$ 0,00
Assistidos (0 meses restantes)	R\$ 0,00
Outras finalidades	R\$ 0,00
Patrocinador (0 meses restantes)	R\$ 0,00
Participantes ativos (0 meses restantes)	R\$ 0,00
Assistidos (0 meses restantes)	R\$ 0,00

Patrimônio de Cobertura

Patrimônio de Cobertura:	R\$ 1.782.315.762,41	Insuficiência de cobertura:	R\$ 0,00
--------------------------	----------------------	-----------------------------	----------

FUNDO PREVIDENCIAL DE DESTINAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE RESERVA ESPECIAL PARA REVISÃO DE PLANO

Saldo	R\$ 0,00
Patrocinador	R\$ 0,00
Participantes Ativos	R\$ 0,00
Assistidos	R\$ 0,00

FONTE DOS RECURSOS

	Participantes	Assistidos	Patrocinador	Total
Total de recursos	R\$ 5.777.340,98	R\$ 59.399,25	R\$ 17.455.936,86	R\$ 23.292.677,09
Contribuições previdenciárias	R\$ 5.777.340,98	R\$ 59.399,25	R\$ 17.455.936,86	R\$ 23.292.677,09
Normais	R\$ 5.562.729,50		R\$ 5.562.729,50	R\$ 11.125.459,00
Extraordinárias	R\$ 214.611,48	R\$ 59.399,25	R\$ 11.893.207,36	R\$ 12.167.218,09
Déficit equacionado	R\$ 214.611,48	R\$ 59.399,25	R\$ 274.010,73	R\$ 548.021,46
Serviço Passado	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 11.619.196,63	R\$ 11.619.196,63
Outras Finalidades	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Utilização de fundos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Exigência regulamentar	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Destinação de reserva especial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Data Início de Vigência: 01/04/2012

PARECER ATUARIAL DO GRUPO DE CUSTEIO

Evolução dos custos:

A previsão de contribuições normais evoluiu de R\$8.397.712,56 para R\$11.125.459,00, decorrente do aumento real dos Salários-Reais-de-Contribuição, no exercício de 2011, cujo efeito acentua-se pelo cálculo desse acréscimo nas faixas contributivas escalonadas.

Varição das provisões matemáticas:

As Provisões Matemáticas evoluíram de R\$1.805,4 milhões para R\$1.901,4 milhões. As oscilações estão dentro das expectativas, onde foram considerados os cancelamentos no Plano, envelhecimento da massa, atualização do benefício e do Salário Real de Contribuição, a transformação da condição de não elegível para elegível, as premissas e hipóteses atuariais consideradas.

Principais riscos atuariais:

Os riscos mais significativos estão mitigados pela formação das provisões matemáticas individuais, calculadas considerando hipóteses e bases técnicas em níveis conservadores, e da alocação otimizada dos investimentos dos recursos garantidores do Plano.

Soluções para insuficiência de cobertura:

-

INFORMAÇÕES CONSOLIDADAS

TOTAL DAS RESERVAS

Custo Normal do Ano	R\$ 11.125.459,00
Provisões Matemáticas	R\$ 1.901.400.881,04
Benefícios Concedidos	R\$ 1.628.225.547,85
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Conta dos Assistidos	R\$ 0,00
Benefício Definido	R\$ 1.628.225.547,85
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	R\$ 1.404.489.632,95
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados – Assistidos	R\$ 223.735.914,90
Benefícios a Conceder	R\$ 273.175.333,19
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Patrocinador ou Instituidor	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização Programado	R\$ 235.753.675,85
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 293.831.192,55
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Patrocinadores	R\$ 29.038.758,35
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Participantes	R\$ 29.038.758,35
Benefício Definido Capitalização não Programado	R\$ 37.421.657,34
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 44.599.777,38
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Patrocinadores	R\$ 3.589.060,02
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Participantes	R\$ 3.589.060,02
Benefício Definido Capitais de Cobertura	R\$ 0,00
Benefício Definido Repartição Simples	R\$ 0,00

PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR E CONTRATOS

Contabilizado no Ativo	R\$ 0,00
Déficit equacionado	R\$ 0,00
Patrocinador	R\$ 0,00
Participantes ativos	R\$ 0,00
Assistidos	R\$ 0,00
Serviço passado	R\$ 0,00
Patrocinador	R\$ 0,00
Participantes ativos	R\$ 0,00
Assistidos	R\$ 0,00
Outras finalidades	R\$ 0,00
Patrocinador	R\$ 0,00
Participantes ativos	R\$ 0,00
Assistidos	R\$ 0,00

Contabilizado no Passivo	R\$ 119.085.118,63
Déficit equacionado	R\$ 30.180.508,25
Patrocinador	R\$ 15.090.254,12
Participantes ativos	R\$ 11.819.032,76
Assistidos	R\$ 3.271.221,37
Serviço passado	R\$ 88.904.610,38
Patrocinador	R\$ 88.904.610,38
Participantes ativos	R\$ 0,00
Assistidos	R\$ 0,00
Outras finalidades	R\$ 0,00
Patrocinador	R\$ 0,00
Participantes ativos	R\$ 0,00
Assistidos	R\$ 0,00

RESULTADO DO PLANO

Resultado do exercício	R\$ 0,00
Déficit Técnico	R\$ 0,00
Superávit Técnico	R\$ 0,00
Reserva de Contingência	R\$ 0,00
Reserva Especial para Revisão de Plano	R\$ 0,00

FUNTE DOS RECURSOS

	Participantes	Assistidos	Patrocinador	Total
Total de recursos	R\$ 5.777.340,98	R\$ 59.399,25	R\$ 17.455.936,86	R\$ 23.292.677,09
Contribuições previdenciárias	R\$ 5.777.340,98	R\$ 59.399,25	R\$ 17.455.936,86	R\$ 23.292.677,09
Normais	R\$ 5.562.729,50		R\$ 5.562.729,50	R\$ 11.125.459,00
Extraordinárias	R\$ 214.611,48	R\$ 59.399,25	R\$ 11.893.207,36	R\$ 12.167.218,09
Déficit equacionado	R\$ 214.611,48	R\$ 59.399,25	R\$ 274.010,73	R\$ 548.021,46
Serviço Passado	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 11.619.196,63	R\$ 11.619.196,63
Outras Finalidades	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Utilização de fundos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Exigência regulamentar	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Destinação de reserva especial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

PARECER ATUARIAL DO PLANO

Qualidade da base cadastral:

Após análise e crítica dos dados cadastrais, consideramos adequadas as informações recebidas.

Variação do resultado:

O déficit técnico equacionado evoluiu de R\$7.394.549,64 para R\$30.180.508,25 decorrente da insuficiência da rentabilidade dos investimentos.

Natureza do resultado:

A ampliação do déficit técnico foi conjuntural, decorrente da insuficiência dos investimentos.

Soluções para equacionamento de déficit:

Estabelecimento de contribuições extraordinárias, revisão do plano de custeio e aplicação de proporcionalidade, por equivalência atuarial, das pensões por morte concedidas a partir de abril de 2012, quando a substituição de beneficiários, ocorrida a partir de 1º de abril de 2006, agravar o risco do Plano.

Adequação dos métodos de financiamento:

Consideramos como adequados os métodos adotados.

Outros fatos relevantes:

A tábua de Mortalidade Geral utilizada é a "AT-2000 básica" masculina.



DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL

ENTIDADE: [34.268.789/0001-88] ELETROS FUNDAÇÃO ELETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL

PLANO DE BENEFÍCIOS: [2006.0015-74] CD ELETROBRÁS

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2011

TIPO: COMPLETA

Atuário Responsável			
HUGO LEGIS FERNANDES ELSENBUSCH			
MIBA:	1029	MTE:	1029

DA transmitida à Previc em 26/03/2012 às 14:16:21

Número de protocolo : 000548

DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL

ENTIDADE: ELETROS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [2006.0015-74] CD ELETROBRÁS

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2011

TIPO: COMPLETA

INFORMAÇÕES CADASTRAIS

ENTIDADE	
Código: 0032-6	CNPJ: 34.268.789/0001-88
Sigla: ELETROS	
Razão Social: ELETROS FUNDAÇÃO ELETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL	

PLANO	
CNPB: 2006.0015-74	Sigla: CD ELETROBRÁS
Nome: PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	
Situação: ATIVO / EM FUNCIONAMENTO	Característica: PATROCINADOR
Modalidade: CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	Legislação Aplicável: LC 108/109

ATUÁRIO	
Nome: HUGO LEGIS FERNANDES ELSENBUSCH	
MIBA: 1029	MTE: 1029
Empresa:	

INFORMAÇÕES SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL

Motivo da Avaliação:	ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO	
Data do cadastro:	31/12/2011	Data da Avaliação: 31/12/2011
Tipo:	COMPLETA	
Observações:		
Relatórios Complementares apresentados pelo Atuário (não enviados à PREVIC):		

CARACTERÍSTICAS DOS BENEFÍCIOS

Benefício: BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO - BPD
Benefício Programado: NÃO
Regime: CAPITALIZAÇÃO
Método de Financiamento: CAPITALIZAÇÃO FINANCEIRA
Nível Básico do Benefício: SALDO ACUMULADO EM COTAS, CONVERTIDO NA DATA DO CÁLCULO EM VALOR MONETÁRIO E DIVIDIDO PELO FATOR FINANCEIRO E/OU ATUARIAL, CALCULADO EM FUNÇÃO DO PRAZO E DA TAXA DE JUROS.

Benefício: BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO SALDADO
Benefício Programado: SIM
Regime: CAPITALIZAÇÃO
Método de Financiamento: AGREGADO
Nível Básico do Benefício: RENDA MENSAL VITALÍCIA, REVERSÍVEL EM PENSÃO POR MORTE, CALCULADA CONFORME DEFINIDO NOS ARTIGOS 44 E 45 DO REGULAMENTO DO PLANO CD ELETROBRÁS.

Benefício: CRÉDITO ADICIONAL POR INVALIDEZ
Benefício Programado: NÃO
Regime: REPARTIÇÃO SIMPLES
Método de Financiamento:
Nível Básico do Benefício: O VALOR DO CRÉDITO ADICIONAL POR INVALIDEZ SERÁ OBTIDO MULTIPLICANDO-SE A CONTRIBUIÇÃO BÁSICA MÉDIA POR $[1,5 \times (1,005^M - 1) / 0,005]$, ONDE (M) REPRESENTA O NÚMERO DE MESES-CALENDÁRIO QUE, POR OCASIÃO DA ENTRADA EM BENEFÍCIO DE RENDA POR INVALIDEZ, FALTAREM PARA O PARTICIPANTE COMPLETAR 55 (CINQUENTA E CINCO) ANOS DE IDADE, ESTANDO O REFERIDO NÚMERO DE MESES(M) LIMITADO A 360 (TREZENTOS E SESENTA).

Benefício: CRÉDITO ADICIONAL POR MORTE
Benefício Programado: NÃO
Regime: REPARTIÇÃO SIMPLES
Método de Financiamento:
Nível Básico do Benefício: O VALOR DO CRÉDITO ADICIONAL POR MORTE SERÁ OBTIDO MULTIPLICANDO-SE A CONTRIBUIÇÃO BÁSICA MÉDIA POR $[1,5 \times (1,005^M - 1) / 0,005]$, ONDE (M) REPRESENTA O NÚMERO DE MESES-CALENDÁRIO QUE, POR OCASIÃO DO FALECIMENTO, FALTAREM PARA O PARTICIPANTE COMPLETAR 55 (CINQUENTA E CINCO) ANOS DE IDADE, ESTANDO O REFERIDO NÚMERO DE MESES(M) LIMITADO A 360 (TREZENTOS E SESENTA).

Benefício: RENDA MENSAL DE PENSÃO POR MORTE
Benefício Programado: NÃO
Regime: CAPITALIZAÇÃO
Método de Financiamento: CAPITALIZAÇÃO FINANCEIRA
Nível Básico do Benefício: SALDO ACUMULADO EM COTAS, CONVERTIDO NA DATA DO CÁLCULO EM VALOR MONETÁRIO E DIVIDIDO PELO FATOR FINANCEIRO, CALCULADO EM FUNÇÃO DO PRAZO E DA TAXA DE JUROS.

Benefício: RENDA MENSAL POR INVALIDEZ
Benefício Programado: NÃO
Regime: CAPITALIZAÇÃO
Método de Financiamento: CAPITALIZAÇÃO FINANCEIRA
Nível Básico do Benefício: SALDO ACUMULADO EM COTAS, CONVERTIDO NA DATA DO CÁLCULO EM VALOR MONETÁRIO E DIVIDIDO PELO FATOR FINANCEIRO, CALCULADO EM FUNÇÃO DO PRAZO E DA TAXA DE JUROS.

DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL

ENTIDADE: ELETROS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [2006.0015-74] CD ELETROBRÁS

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2011

TIPO: COMPLETA

Benefício: RENDA MENSAL VITALÍCIA DE PENSÃO POR MORTE

Benefício Programado: NÃO

Regime: CAPITALIZAÇÃO

Método de Financiamento: CAPITALIZAÇÃO FINANCEIRA

Nível Básico do Benefício:

SALDO ACUMULADO EM COTAS, CONVERTIDO NA DATA DO CÁLCULO EM VALOR MONETÁRIO E DIVIDIDO PELO FATOR ATUARIAL, CALCULADO EM FUNÇÃO DA IDADE, E DA TAXA DE JUROS.

Benefício: RENDA PROGRAMADA REVERSÍVEL EM RENDA VITALÍCIA

Benefício Programado: SIM

Regime: CAPITALIZAÇÃO

Método de Financiamento: CAPITALIZAÇÃO FINANCEIRA

Nível Básico do Benefício:

SALDO ACUMULADO EM COTAS, CONVERTIDO NA DATA DO CÁLCULO EM VALOR MONETÁRIO E DIVIDIDO PELO FATOR FINANCEIRO E/OU ATUARIAL, CALCULADO EM FUNÇÃO DO PRAZO E DA TAXA DE JUROS.

DEMONSTRATIVO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

GRUPO DE CUSTEIO: 1 - Pats. CD Eletrobras

Patrocinadores e Instituidores	
CNPJ	Razão Social
00.001.180/0002-07	CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS SA
34.268.789/0001-88	ELETROS FUNDAÇÃO ELETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL
42.288.886/0001-60	CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELETRICA - CEPEL
Participantes Ativos:	1461
Folha de Salário de Participação:	R\$ 170.521.151,14

HIPÓTESES ATUARIAIS

Hipótese:	Fator de Determinação Valor Real Longo do Tempo Ben Entidade
Valor:	0,98
Quantidade esperada no exercício seguinte:	0,98
Quantidade ocorrida no exercício encerrado:	0,97
Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido:	Verificamos que a variação acumulada do indexador inflacionário no exercício foi de 6,08%, enquanto a projeção do Banco Central, para a taxa de inflação medida pelo INPC e projetada para o ano de 2011 era de aproximadamente 4,5% ao ano. Essa hipótese reflete a perda média do poder aquisitivo verificada entre 2 períodos de reajuste, decorrente do efeito inflacionário, determinado no longo prazo como sendo entre 3,5% e 5,5% a.a.
Justificativa da EFPC:	A justificativa foi apresentada no comentário.
Opinião do atuário:	Considerando que as hipóteses atuariais devem ser adotadas considerando a ótica de longo prazo recomendamos a manutenção da hipótese para o próximo exercício.
Hipótese:	Hipótese sobre Composição de Família de Pensionistas
Valor:	Definição de beneficiários conforme opção do participante.
Quantidade esperada no exercício seguinte:	0,00
Quantidade ocorrida no exercício encerrado:	0,00
Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido:	Não se apura divergência nesta hipótese, uma vez que os beneficiários (dependentes) são definidos pelos participantes.
Justificativa da EFPC:	Aplica-se o critério definido em Regulamento.
Opinião do atuário:	Trata-se de procedimento adequado às boas práticas a utilização de base cadastral atualizada.
Hipótese:	Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)
Valor:	COTAS DO PATRIMONIO
Quantidade esperada no exercício seguinte:	11,36
Quantidade ocorrida no exercício encerrado:	9,52
Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido:	Os recursos previdenciários do Plano referentes aos benefícios de prestação continuada podem ser aplicados em diferentes perfis de investimentos num total de 5 (cinco) perfis. A maior parte deste Patrimônio, por opção dos participantes do Plano encontra-se aplicada no perfil "CD ELETROS", cujo % em renda variável poderia variar de 10% a 35% e 65% a 90% para renda fixa. A rentabilidade da cota deste perfil foi de 9,52%, ficando abaixo da meta atuarial - INPC + 6,00% (12,44% em 2011). O Patrimônio de Cobertura dos Benefícios Saldados é aplicado conforme previsto na política de investimento, aprovada pelo Conselho Deliberativo da Eletros. A rentabilidade da cota para este Patrimônio foi de 12,79% e superou a meta atuarial - INPC + 5,50% (11,91% em 2011).
Justificativa da EFPC:	O desempenho dos investimentos em 2011 foi bastante influenciado pelo baixo rendimento do setor de renda variável, que correspondeu, em média a aproximadamente 25% da carteira de investimentos. Em função da existência de diferentes perfis de investimentos do plano, o resultado global dos investimentos foi, em parte determinado pelo apetite ao risco dos participantes. O segmento de Renda Variável, no perfil Eletros, escolhido pela maioria absoluta dos participantes, apresentou um desempenho de -15,17%, enquanto os segmentos de Renda Fixa, Empréstimos aos participantes, e Investimentos Estruturados apresentaram resultado acumulado no ano de respectivamente 13,66%, 16,33% e 11,04%.

Assinatura do Atuário: _____

Destaca-se a rentabilidade do segmento Imóveis (reavaliados em 2011), que obteve o elevado índice de 149,47%.

Opinião do atuário:

Manter a hipótese atual até que seja alterado o Regulamento do Plano. A determinação do valor dos benefícios de renda mensal deve seguir a previsão da taxa real anual de juros alinhada à tendência esperada no mercado financeiro, entretanto a variação da cota refletirá diretamente no valor dos reajustes dos benefícios de prestação continuada previstos neste Plano e será determinada pelos resultados dos investimentos aplicados segundo a política de investimentos aprovada para 2012.

Hipótese: Taxa Real Anual de Juros

Valor: 6,00

Quantidade esperada no exercício seguinte: 6,00

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 3,24

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido:

Os recursos previdenciários do Plano referentes aos benefícios de prestação continuada podem ser aplicados em diferentes perfis de investimentos num total de 5 (cinco) perfis. A maior parte deste Patrimônio, por opção dos participantes do Plano encontra-se aplicada no perfil "CD ELETROS", cujo % em renda variável poderia variar de 10% a 35% e 65% a 90% para renda fixa. A rentabilidade da cota deste perfil foi de 9,52%, ficando abaixo da meta atuarial - INPC + 6,00% (12,44% em 2011). O Patrimônio de Cobertura dos Benefícios Saldados é aplicado conforme previsto na política de investimento, aprovada pelo Conselho Deliberativo da Eletros. A rentabilidade da cota para este Patrimônio foi de 12,79% e superou a meta atuarial - INPC + 5,50% (11,91% em 2011).

Justificativa da EFPC:

O desempenho dos investimentos em 2011 foi bastante influenciado pelo baixo rendimento do setor de renda variável, que correspondeu, em média a aproximadamente 25% da carteira de investimentos. Em função da existência de diferentes perfis de investimentos do plano, o resultado global dos investimentos foi, em parte determinado pelo apetite ao risco dos participantes. O segmento de Renda Variável, no perfil Eletros, escolhido pela maioria absoluta dos participantes, apresentou um desempenho de -15,17%, enquanto os segmentos de Renda Fixa, Empréstimos aos participantes, e Investimentos Estruturados apresentaram resultado acumulado no ano de respectivamente 13,66%, 16,33% e 11,04%. Destaca-se a rentabilidade do segmento Imóveis (reavaliados em 2011), que obteve o elevado índice de 149,47%.

Opinião do atuário:

Manter a hipótese atual até que seja alterado o Regulamento do Plano. A determinação do valor dos benefícios de renda mensal deve seguir a previsão da taxa real anual de juros alinhada à tendência esperada no mercado financeiro, entretanto a variação da cota refletirá diretamente no valor dos reajustes dos benefícios de prestação continuada previstos neste Plano e será determinada pelos resultados dos investimentos aplicados segundo a política de investimentos aprovada para 2012.

Hipótese: Tábua de Entrada em Invalidez

Valor: LIGHT

Quantidade esperada no exercício seguinte: 4,68

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 0,00

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido:

A tábua de Entrada em Invalidez utilizada é a "LIGHT FRACA". Observamos que a tábua utilizada projetou um número de entradas em invalidez maior do que o observado no último exercício.

Justificativa da EFPC:

Utilizamos a "LIGHT FRACA" por se tratar de hipótese aderente à massa de participantes da EFPC no Plano BD administrado por esta e composta por um número significativo de participantes, conforme estudos realizados pela EFPC. Adicionalmente a utilização desta hipótese justifica-se em função da importância segurada relativa ao Pecúlio de Invalidez Permanente ser relevante.

Opinião do atuário:

Manter a hipótese atual.

Hipótese: Tábua de Mortalidade de Inválidos

Valor: IAPB 55

Quantidade esperada no exercício seguinte: 0,00

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 0,00

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido:

Não há diferença entre o esperado e o ocorrido.

Justificativa da EFPC:

O tamanho da massa de participantes não é suficiente para, isoladamente, determinar a adoção de uma determinada hipótese para a Mortalidade de Inválidos. Utilizamos a "IAPB-55" por conservadorismo, visto que se trata de uma tábua utilizada pelo mercado para estimativa da Mortalidade de Inválidos quando não se possui estatísticas suficientes, com elevada expectativa de mortalidade.

DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL

ENTIDADE: ELETROS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [2006.0015-74] CD ELETROBRÁS

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2011

TIPO: COMPLETA

Opinião do atuário:

Manter a tábua atual.

Hipótese: Tábua de Mortalidade Geral

Valor: AT 2000

Quantidade esperada no exercício seguinte: 5,57

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 2,00

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido:

A tábua de Mortalidade Geral utilizada é a "AT-2000 básica" masculina. Observamos que a tábua projetou um número de falecimentos maior do que o observado no último exercício.

Justificativa da EFPC:

Utilizamos a "AT-2000 básica" masculina por estar em consonância com a Resolução CGPC Nº 18/2006.

Opinião do atuário:

Manter a tábua atual.

HIPÓTESES ATUARIAIS NÃO UTILIZADAS NESTA DEMONSTRAÇÃO

Fator de Determinação do Valor Real Longo do Tempo Ben INSS

Fator de Determinação Valor Real ao Longo do Tempo Salários

Hipótese de Entrada em Aposentadoria

Hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados

Hipótese sobre Rotatividade (Percentual)

Projeção de Crescimento Real de Salário

Projeção de Crescimento Real do Maior Sal Ben INSS

Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano

Tábua de Morbidez

BENEFÍCIOS

Benefício: BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO - BPD

Quantidade de benefícios concedidos: 0 **Valor médio do benefício:** R\$ 0,00

Idade média dos assistidos: 0 **Custo do Ano:** R\$ 0,00

Provisões Matemáticas	R\$ 0,00
Benefícios Concedidos	R\$ 0,00
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Conta dos Assistidos	R\$ 0,00
Benefício Definido	R\$ 0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	R\$ 0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados – Assistidos	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder	R\$ 0,00
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Patrocinador ou Instituidor	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização Programado	R\$ 0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 0,00
(–) Valor Atual das Contribuições Futuras Patrocinadores	R\$ 0,00
(–) Valor Atual das Contribuições Futuras Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização não Programado	R\$ 0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 0,00
(–) Valor Atual das Contribuições Futuras Patrocinadores	R\$ 0,00
(–) Valor Atual das Contribuições Futuras Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitais de Cobertura	R\$ 0,00
Benefício Definido Repartição Simples	R\$ 0,00

Assinatura do Atuário: _____

DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL

ENTIDADE: ELETROS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [2006.0015-74] CD ELETROBRÁS

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2011

TIPO: COMPLETA

Benefício:	RENDA MENSAL DE PENSÃO POR MORTE		
Quantidade de benefícios concedidos:	10	Valor médio do benefício:	R\$ 3.089,31
Idade média dos assistidos:	38	Custo do Ano:	R\$ 0,00

Provisões Matemáticas	R\$ 6.112.208,72
Benefícios Concedidos	R\$ 6.112.208,72
Contribuição Definida	R\$ 6.112.208,72
Saldo de Conta dos Assistidos	R\$ 6.112.208,72
Benefício Definido	R\$ 0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	R\$ 0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados – Assistidos	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder	R\$ 0,00
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Patrocinador ou Instituidor	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização Programado	R\$ 0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 0,00
(–) Valor Atual das Contribuições Futuras Patrocinadores	R\$ 0,00
(–) Valor Atual das Contribuições Futuras Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização não Programado	R\$ 0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 0,00
(–) Valor Atual das Contribuições Futuras Patrocinadores	R\$ 0,00
(–) Valor Atual das Contribuições Futuras Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitais de Cobertura	R\$ 0,00
Benefício Definido Repartição Simples	R\$ 0,00

Benefício:	RENDA PROGRAMADA REVERSÍVEL EM RENDA VITALÍCIA		
Quantidade de benefícios concedidos:	153	Valor médio do benefício:	R\$ 8.768,26
Idade média dos assistidos:	60	Custo do Ano:	R\$ 33.541.510,43

Provisões Matemáticas	R\$ 670.431.190,22
Benefícios Concedidos	R\$ 155.042.501,38
Contribuição Definida	R\$ 130.508.286,14
Saldo de Conta dos Assistidos	R\$ 130.508.286,14
Benefício Definido	R\$ 24.534.215,24
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	R\$ 24.534.215,24
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados – Assistidos	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder	R\$ 515.388.688,84
Contribuição Definida	R\$ 515.388.688,84
Saldo de Contas – parcela Patrocinador ou Instituidor	R\$ 374.548.927,97
Saldo de Contas – parcela Participantes	R\$ 140.839.760,87
Benefício Definido Capitalização Programado	R\$ 0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 0,00
(–) Valor Atual das Contribuições Futuras Patrocinadores	R\$ 0,00
(–) Valor Atual das Contribuições Futuras Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização não Programado	R\$ 0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 0,00
(–) Valor Atual das Contribuições Futuras Patrocinadores	R\$ 0,00
(–) Valor Atual das Contribuições Futuras Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitais de Cobertura	R\$ 0,00
Benefício Definido Repartição Simples	R\$ 0,00

DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL

ENTIDADE: ELETROS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [2006.0015-74] CD ELETROBRÁS

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2011

TIPO: COMPLETA

Benefício: BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO SALDADO			
Quantidade de benefícios concedidos:	85	Valor médio do benefício:	R\$ 5.886,84
Idade média dos assistidos:	59		

Benefícios Concedidos	R\$ 88.281.819,18
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Conta dos Assistidos	R\$ 0,00
Benefício Definido	R\$ 88.281.819,18
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	R\$ 79.156.437,40
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados – Assistidos	R\$ 9.125.381,78
Benefícios a Conceder	
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Patrocinador ou Instituidor	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 141.521.068,67
Benefício Definido Capitalização não Programado	
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 12.360.370,06
Benefício Definido Capitais de Cobertura	R\$ 0,00
Benefício Definido Repartição Simples	R\$ 0,00

Benefício: CRÉDITO ADICIONAL POR INVALIDEZ			
Quantidade de benefícios concedidos:	0	Valor médio do benefício:	R\$ 0,00
Idade média dos assistidos:	0	Custo do Ano:	R\$ 375.146,53

Provisões Matemáticas	R\$ 0,00
Benefícios Concedidos	R\$ 0,00
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Conta dos Assistidos	R\$ 0,00
Benefício Definido	R\$ 0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	R\$ 0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados – Assistidos	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder	R\$ 0,00
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Patrocinador ou Instituidor	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização Programado	R\$ 0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 0,00
(–) Valor Atual das Contribuições Futuras Patrocinadores	R\$ 0,00
(–) Valor Atual das Contribuições Futuras Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização não Programado	R\$ 0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 0,00
(–) Valor Atual das Contribuições Futuras Patrocinadores	R\$ 0,00
(–) Valor Atual das Contribuições Futuras Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitais de Cobertura	R\$ 0,00
Benefício Definido Repartição Simples	R\$ 0,00

DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL

ENTIDADE: ELETROS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [2006.0015-74] CD ELETROBRÁS

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2011

TIPO: COMPLETA

Benefício: CRÉDITO ADICIONAL POR MORTE			
Quantidade de benefícios concedidos:	0	Valor médio do benefício:	R\$ 0,00
Idade média dos assistidos:	0	Custo do Ano:	R\$ 341.042,30

Provisões Matemáticas		R\$ 0,00
Benefícios Concedidos		R\$ 0,00
Contribuição Definida		R\$ 0,00
Saldo de Conta dos Assistidos		R\$ 0,00
Benefício Definido		R\$ 0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos		R\$ 0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados – Assistidos		R\$ 0,00
Benefícios a Conceder		R\$ 0,00
Contribuição Definida		R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Patrocinador ou Instituidor		R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Participantes		R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização Programado		R\$ 0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros		R\$ 0,00
(–) Valor Atual das Contribuições Futuras Patrocinadores		R\$ 0,00
(–) Valor Atual das Contribuições Futuras Participantes		R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização não Programado		R\$ 0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros		R\$ 0,00
(–) Valor Atual das Contribuições Futuras Patrocinadores		R\$ 0,00
(–) Valor Atual das Contribuições Futuras Participantes		R\$ 0,00
Benefício Definido Capitais de Cobertura		R\$ 0,00
Benefício Definido Repartição Simples		R\$ 0,00

Benefício: RENDA MENSAL POR INVALIDEZ			
Quantidade de benefícios concedidos:	1	Valor médio do benefício:	R\$ 5.326,74
Idade média dos assistidos:	55	Custo do Ano:	R\$ 0,00

Provisões Matemáticas		R\$ 1.075.454,08
Benefícios Concedidos		R\$ 1.075.454,08
Contribuição Definida		R\$ 1.075.454,08
Saldo de Conta dos Assistidos		R\$ 1.075.454,08
Benefício Definido		R\$ 0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos		R\$ 0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados – Assistidos		R\$ 0,00
Benefícios a Conceder		R\$ 0,00
Contribuição Definida		R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Patrocinador ou Instituidor		R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Participantes		R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização Programado		R\$ 0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros		R\$ 0,00
(–) Valor Atual das Contribuições Futuras Patrocinadores		R\$ 0,00
(–) Valor Atual das Contribuições Futuras Participantes		R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização não Programado		R\$ 0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros		R\$ 0,00
(–) Valor Atual das Contribuições Futuras Patrocinadores		R\$ 0,00
(–) Valor Atual das Contribuições Futuras Participantes		R\$ 0,00
Benefício Definido Capitais de Cobertura		R\$ 0,00
Benefício Definido Repartição Simples		R\$ 0,00

DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL

ENTIDADE: ELETROS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [2006.0015-74] CD ELETROBRÁS

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2011

TIPO: COMPLETA

Benefício: RENDA MENSAL VITALÍCIA DE PENSÃO POR MORTE			
Quantidade de benefícios concedidos:	0	Valor médio do benefício:	R\$ 0,00
Idade média dos assistidos:	0	Custo do Ano:	R\$ 0,00

Provisões Matemáticas	R\$ 0,00
Benefícios Concedidos	R\$ 0,00
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Conta dos Assistidos	R\$ 0,00
Benefício Definido	R\$ 0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	R\$ 0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados – Assistidos	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder	R\$ 0,00
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Patrocinador ou Instituidor	R\$ 0,00
Saldo de Contas – parcela Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização Programado	R\$ 0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 0,00
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Patrocinadores	R\$ 0,00
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização não Programado	R\$ 0,00
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 0,00
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Patrocinadores	R\$ 0,00
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitais de Cobertura	R\$ 0,00
Benefício Definido Repartição Simples	R\$ 0,00

BENEFÍCIOS ESTRUTURADOS NO MÉTODO DE FINANCIAMENTO AGREGADO

Custo do Ano:	R\$ 0,00
----------------------	----------

Benefícios a Conceder	
Benefício Definido Capitalização Programado	
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Patrocinadores	R\$ 0,00
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização não Programado	
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Patrocinadores	R\$ 0,00
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Participantes	R\$ 0,00

CONSOLIDADO DO GRUPO CUSTEIO 1 - Pats. CD Eletrobras

Provisões Matemáticas	R\$ 919.782.110,93
Benefícios Concedidos	R\$ 250.511.983,36
Contribuição Definida	R\$ 137.695.948,94
Saldo de Conta dos Assistidos	R\$ 137.695.948,94
Benefício Definido	R\$ 112.816.034,42
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	R\$ 103.690.652,64
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados – Assistidos	R\$ 9.125.381,78
Benefícios a Conceder	R\$ 669.270.127,57
Contribuição Definida	R\$ 515.388.688,84
Saldo de Contas – parcela Patrocinador ou Instituidor	R\$ 374.548.927,97
Saldo de Contas – parcela Participantes	R\$ 140.839.760,87
Benefício Definido Capitalização Programado	R\$ 141.521.068,67
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 141.521.068,67
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Patrocinadores	R\$ 0,00
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização não Programado	R\$ 12.360.370,06
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 12.360.370,06
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Patrocinadores	R\$ 0,00
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitais de Cobertura	R\$ 0,00
Benefício Definido Repartição Simples	R\$ 0,00

PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR E CONTRATOS

Contabilizado no Ativo	R\$ 0,00
Déficit equacionado	R\$ 0,00
Patrocinador (0 meses restantes)	R\$ 0,00
Participantes ativos (0 meses restantes)	R\$ 0,00
Assistidos (0 meses restantes)	R\$ 0,00
Serviço passado	R\$ 0,00
Patrocinador (0 meses restantes)	R\$ 0,00
Participantes ativos (0 meses restantes)	R\$ 0,00
Assistidos (0 meses restantes)	R\$ 0,00
Outras finalidades	R\$ 0,00
Patrocinador (0 meses restantes)	R\$ 0,00
Participantes ativos (0 meses restantes)	R\$ 0,00
Assistidos (0 meses restantes)	R\$ 0,00
Contabilizado no Passivo	R\$ 12.781.681,84
Déficit equacionado	R\$ 0,00
Patrocinador (0 meses restantes)	R\$ 0,00
Participantes ativos (0 meses restantes)	R\$ 0,00
Assistidos (0 meses restantes)	R\$ 0,00
Serviço passado	R\$ 12.781.681,84
Patrocinador (0 meses restantes)	R\$ 12.781.681,84
Participantes ativos (0 meses restantes)	R\$ 0,00
Assistidos (0 meses restantes)	R\$ 0,00
Outras finalidades	R\$ 0,00
Patrocinador (0 meses restantes)	R\$ 0,00
Participantes ativos (0 meses restantes)	R\$ 0,00
Assistidos (0 meses restantes)	R\$ 0,00

DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL

ENTIDADE: ELETROS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [2006.0015-74] CD ELETROBRÁS

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2011

TIPO: COMPLETA

Patrimônio de Cobertura

Patrimônio de Cobertura:	R\$ 907.000.429,09	Insuficiência de cobertura:	R\$ 0,00
--------------------------	--------------------	-----------------------------	----------

FUNDOS PREVIDENCIAIS ATUARIAIS

Finalidade	Fundo de Riscos
Fonte de custeio	Contribuições para benefícios não programáveis
Recursos recebidos no exercício	R\$ 26.534.783,41
Recursos utilizados no exercício	R\$ 0,00
Saldo	R\$ 26.534.783,41

Finalidade	Fundo de Restituição
Fonte de custeio	Valores pendentes de ex-participantes
Recursos recebidos no exercício	R\$ 35.917,83
Recursos utilizados no exercício	R\$ 0,00
Saldo	R\$ 35.917,83

FUNDO PREVIDENCIAL DE DESTINAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE RESERVA ESPECIAL PARA REVISÃO DE PLANO

Saldo	R\$ 0,00
Patrocinador	R\$ 0,00
Participantes Ativos	R\$ 0,00
Assistidos	R\$ 0,00

FONTE DOS RECURSOS

Custo Normal do Ano **R\$ 34.257.699,26**

	Participantes	Assistidos	Patrocinador	Total
Total de recursos	R\$ 17.128.849,63	R\$ 0,00	R\$ 17.128.849,63	R\$ 34.257.699,26
Contribuições previdenciárias	R\$ 17.128.849,63	R\$ 0,00	R\$ 17.128.849,63	R\$ 34.257.699,26
Normais	R\$ 17.128.849,63		R\$ 17.128.849,63	R\$ 34.257.699,26
Extraordinárias	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Déficit equacionado	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Serviço Passado	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outras Finalidades	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Utilização de fundos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Exigência regulamentar	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Destinação de reserva especial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

PARECER ATUARIAL DO GRUPO DE CUSTEIO

Evolução dos custos:

As Contribuições Previdenciárias Normais não incluem o custo referente às despesas administrativas estimadas em 0,63% da folha salarial para o próximo exercício. As Contribuições Previdenciárias Normais dos participantes e patrocinador para o próximo exercício foram estimadas em 20,09% (10,045% para os participantes e 10,045% para o patrocinador), enquanto na avaliação atuarial anterior o percentual era de 20,93% (10,465% para os participantes e 10,465% para o patrocinador). Ressaltamos que as contribuições são calculadas baseadas nos percentuais definidos pelos participantes e que os mesmos podem alterar tais percentuais a qualquer momento. Tendo em vista não ter havido no exercício de 2011 a concessão de benefícios não programáveis decorrentes de falecimento de participantes ativos ou entrada em invalidez total permanente, a receita proveniente das contribuições para estes benefícios de risco, acrescidas da rentabilidade auferida no plano sobre o saldo já existente em 31/12/2010, está sendo proposta a redução de 1 (um) ponto percentual no custeio de risco, aplicado sobre as contribuições básicas mensais de participantes ativos, incluindo os autopatrocinados.

Varição das provisões matemáticas:

Com exceção da parcela referente ao Benefício Proporcional Diferido Saldado, as Provisões Matemáticas deste Plano são constituídas apenas pelo saldo de conta dos participantes ativos e assistidos. Com isso não haverá resultado positivo ou negativo no exercício, visto que até a presente data não houve concessão de renda mensal vitalícia.

Principais riscos atuariais:

Os benefícios de risco deste Plano são: Crédito Adicional por Invalidez e Crédito Adicional por Morte. Tais benefícios são avaliados pelo Método de Repartição Simples. No último exercício o valor gasto

DEMONSTRAÇÃO ATUARIAL

ENTIDADE: ELETROS

PLANO DE BENEFÍCIOS: [2006.0015-74] CD ELETROBRÁS

MOTIVO: ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

DATA DA AVALIAÇÃO: 31/12/2011

TIPO: COMPLETA

com pagamento de tais benefícios foi nulo.

Soluções para insuficiência de cobertura:

INFORMAÇÕES CONSOLIDADAS

TOTAL DAS RESERVAS

Custo Normal do Ano	R\$ 34.257.699,26
Provisões Matemáticas	R\$ 919.782.110,93
Benefícios Concedidos	R\$ 250.511.983,36
Contribuição Definida	R\$ 137.695.948,94
Saldo de Conta dos Assistidos	R\$ 137.695.948,94
Benefício Definido	R\$ 112.816.034,42
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados – Assistidos	R\$ 103.690.652,64
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados – Assistidos	R\$ 9.125.381,78
Benefícios a Conceder	R\$ 669.270.127,57
Contribuição Definida	R\$ 515.388.688,84
Saldo de Contas – parcela Patrocinador ou Instituidor	R\$ 374.548.927,97
Saldo de Contas – parcela Participantes	R\$ 140.839.760,87
Benefício Definido Capitalização Programado	R\$ 141.521.068,67
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 141.521.068,67
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Patrocinadores	R\$ 0,00
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitalização não Programado	R\$ 12.360.370,06
Valor Atual dos Benefícios Futuros	R\$ 12.360.370,06
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Patrocinadores	R\$ 0,00
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Participantes	R\$ 0,00
Benefício Definido Capitais de Cobertura	R\$ 0,00
Benefício Definido Repartição Simples	R\$ 0,00

PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR E CONTRATOS

Contabilizado no Ativo	R\$ 0,00
Déficit equacionado	R\$ 0,00
Patrocinador	R\$ 0,00
Participantes ativos	R\$ 0,00
Assistidos	R\$ 0,00
Serviço passado	R\$ 0,00
Patrocinador	R\$ 0,00
Participantes ativos	R\$ 0,00
Assistidos	R\$ 0,00
Outras finalidades	R\$ 0,00
Patrocinador	R\$ 0,00
Participantes ativos	R\$ 0,00
Assistidos	R\$ 0,00

Contabilizado no Passivo	R\$ 12.781.681,84
Déficit equacionado	R\$ 0,00
Patrocinador	R\$ 0,00
Participantes ativos	R\$ 0,00
Assistidos	R\$ 12.781.681,84
Serviço passado	R\$ 12.781.681,84
Patrocinador	R\$ 0,00
Participantes ativos	R\$ 0,00
Assistidos	R\$ 0,00
Outras finalidades	R\$ 0,00
Patrocinador	R\$ 0,00
Participantes ativos	R\$ 0,00
Assistidos	R\$ 0,00

RESULTADO DO PLANO

Resultado do exercício	R\$ 0,00
Déficit Técnico	R\$ 0,00
Superávit Técnico	R\$ 0,00
Reserva de Contingência	R\$ 0,00
Reserva Especial para Revisão de Plano	R\$ 0,00

FUNTE DOS RECURSOS

Custo Normal do Ano				
	Participantes	Assistidos	Patrocinador	Total
Total de recursos	R\$ 17.128.849,63	R\$ 0,00	R\$ 17.128.849,63	R\$ 34.257.699,26
Contribuições previdenciárias	R\$ 17.128.849,63	R\$ 0,00	R\$ 17.128.849,63	R\$ 34.257.699,26
Normais	R\$ 17.128.849,63		R\$ 17.128.849,63	R\$ 34.257.699,26
Extraordinárias	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Déficit equacionado	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Serviço Passado	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Outras Finalidades	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Utilização de fundos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Exigência regulamentar	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Destinação de reserva especial	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

PARECER ATUARIAL DO PLANO

Qualidade da base cadastral:

Os dados individuais, posicionados em 31/12/2011, dos Participantes e Beneficiários do Plano foram, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados, considerados adequados para fins desta avaliação atuarial.

Varição do resultado:

Com exceção da parcela referente ao Benefício Proporcional Diferido Saldado, as Provisões Matemáticas deste Plano são constituídas apenas pelo saldo de conta dos participantes ativos e assistidos. Com isso não haverá resultado positivo ou negativo no exercício, visto que até a presente data não houve concessão de renda mensal vitalícia.

Natureza do resultado:

Não aplicável.

Soluções para equacionamento de déficit:

Adequação dos métodos de financiamento:

Informamos que não ocorreram alterações nos Métodos de Financiamento, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

Outros fatos relevantes:

A tábua de Entrada em Invalidez utilizada é a "LIGHT FRACA". A tábua de Mortalidade Geral utilizada é a "AT-2000 básica" masculina. Até a presente data não houve concessão de renda vitalícia para o "Plano CD Puro", referente à modalidade de benefício calculado em função do número de cotas acumuladas individualmente. A modalidade "Plano CD Puro" é avaliada com base na taxa de juros de 6,00% ao ano enquanto que a modalidade "Plano CD Saldado" é avaliada com base na taxa de juros de 5,5% ao ano. Define-se "Plano CD Puro" como sendo a modalidade de Contribuição Definida clássica, ou seja, composta por participantes e assistidos com seus respectivos saldos individuais acrescido da previsão em Regulamento dos benefícios de risco. Define-se "Plano CD Saldado" como sendo a modalidade de Plano de Benefícios correspondente ao grupo de participantes e assistidos que durante o período de migração para este Plano optaram pelo saldamento de seus benefícios no Plano de origem (Plano BD) e migraram as respectivas reservas para este Plano, na proporção de 50% ou 100% do seu direito acumulado dando origem ao Benefício Proporcional Diferido Saldado (BPDS) previsto para ser pago na data provável de aposentadoria no Plano BD considerando a respectiva elegibilidade ao benefício programado. Ressalta-se que os benefícios saldados a conceder deste Plano podem, conforme previsão regulamentar, ter seus valores majorados ou reduzidos em função da postergação ou antecipação do recebimento dos benefícios por opção dos participantes em relação à data inicialmente prevista para pagamento dos mesmos. Como consequência, os valores das Provisões Matemáticas podem sofrer oscilações. Outro fator que poderá implicar na majoração das Provisões Matemáticas são as cobranças relativas às diferenças de Reservas Matemáticas calculadas em função do reconhecimento pela Previdência Social de atividade especial dos participantes migrados para este Plano. As oscilações são refletidas no Fundo de Risco.



**Fundação Eletrobrás de Seguridade
Social – ELETROS**

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e 2010**



Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5 - 7
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações do ativo líquido por plano de benefícios (DAL) Plano BD	9
Demonstrações do ativo líquido por plano de benefícios (DAL) Plano CD Eletrobras	10
Demonstrações do ativo líquido por plano de benefícios (DAL) Plano CD ONS	11
Demonstrações do ativo líquido por plano de benefícios (DAL) Plano CV EPE	12
Demonstrações do ativo líquido por plano de benefícios (DAL) Plano CD CERON	13
Demonstrações das mutações do patrimônio social	14
Demonstrações das mutações do ativo líquido – Plano BD	15



Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Demonstrações das mutações do ativo líquido – Plano CD Eletrobras	16
Demonstrações das mutações do ativo líquido – Plano CD ONS	17
Demonstrações das mutações do ativo líquido – Plano CV EPE	18
Demonstrações das mutações do ativo líquido – Plano CD CERON	19
Demonstrações das obrigações atuariais do Plano de Benefícios (DOAP) Plano BD	20
Demonstrações das obrigações atuariais do Plano de Benefícios (DOAP) Plano CD Eletrobras	21
Demonstrações das obrigações atuariais do Plano de Benefícios (DOAP) Plano CD ONS	22
Demonstrações das obrigações atuariais do Plano de Benefícios (DOAP) Plano CV EPE	23
Demonstrações das obrigações atuariais do Plano de Benefícios (DOAP) Plano CD CERON	24



Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (consolidada) - DPGA	25
Notas explicativas às demonstrações financeiras	26 - 58



KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º
20031-000 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
Caixa Postal 2888
20001-970 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Central Tel 55 (21) 3515-9400
Fax 55 (21) 3515-9000
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Diretores, Conselheiros, Participantes e às Patrocinadoras da
Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS
Rio de Janeiro - RJ

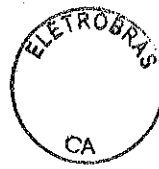
Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefício do ativo líquido, das mutações do ativo líquido e das obrigações atuariais para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras (continuação)

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS e individual por plano de benefícios em 31 de dezembro de 2011 e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 17 de março de 2011, que não conteve nenhuma modificação.



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras (continuação)

Ajustes retrospectivos e reclassificações

Como parte dos nossos exames das demonstrações contábeis de 2011, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa nº 2, os quais foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2010, e são decorrentes da reversão do saldo referente ao contas a receber apresentado na rubrica de Outros realizáveis do grupo de Investimentos, proveniente da ação judicial transitada em julgado sobre os expurgos inflacionários incidentes sobre as Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND. Adicionalmente, examinamos também as variações sobre os saldos de fundos administrativos e fundos dos investimentos na demonstração das mutações do patrimônio social relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, conforme descrito na mesma nota explicativa nº 2. Em nossa opinião, tais ajustes e variações estão apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Entidade referentes ao exercício de 2010 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações financeiras de 2010 tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 9 de março de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

José Luiz de Souza Gurgel
Contador CRC 1RJ087339/O-4



Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	2011	2010		2011	2010
Ativo			Passivo		
Disponível	<u>643</u>	<u>277</u>	Exigível operacional	<u>11.002</u>	<u>9.775</u>
Realizável	<u>3.009.354</u>	<u>2.779.494</u>	Gestão previdencial	3.649	4.756
Gestão previdencial	60.651	53.680	Gestão administrativa	7.311	4.981
Gestão administrativa	10.660	9.924	Investimentos	42	38
Investimentos	<u>2.938.043</u>	<u>2.715.890</u>	Exigível contingencial	<u>33.324</u>	<u>27.237</u>
Títulos públicos	748.361	731.942	Gestão previdencial	19.527	15.955
Créditos privados e depósitos	358.102	248.767	Gestão administrativa	4.336	2.446
Ações	364.898	296.073	Investimentos	9.461	8.836
Fundos de investimento	1.109.306	1.200.210	Patrimônio social	<u>2.969.028</u>	<u>2.745.663</u>
Investimentos imobiliários	215.910	104.588	Patrimônio de cobertura do plano	<u>2.868.071</u>	<u>2.676.344</u>
Empréstimos	132.005	125.474	Provisões matemáticas	<u>2.868.071</u>	<u>2.783.459</u>
Depósitos judiciais/recursais	9.461	8.836	Benefícios concedidos	1.889.505	1.791.020
Outros realizáveis	-	-	Benefícios a conceder	1.110.432	1.008.976
Permanente	<u>3.357</u>	<u>2.904</u>	(-) provisões matemáticas a constituir	(131.866)	(16.537)
Imobilizado	970	899	Equilíbrio técnico - Resultados realizados	<u>-</u>	<u>(107.115)</u>
Intangível	2.286	2.005	Deficit técnico acumulado	<u>-</u>	<u>(107.115)</u>
Diferido	<u>101</u>	<u>-</u>	Fundos	<u>100.957</u>	<u>69.319</u>
Gestão assistencial	<u>14.794</u>	<u>13.072</u>	Fundos previdenciais	30.138	-
			Fundos administrativos	63.313	62.064
			Fundos de investimentos	<u>7.506</u>	<u>7.255</u>
			Gestão assistencial	<u>14.794</u>	<u>13.072</u>
	<u>3.028.148</u>	<u>2.795.747</u>		<u>3.028.148</u>	<u>2.795.747</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Demonstrações do ativo líquido por plano de benefícios (DAL) Plano BD

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	2011	2010	Variação (%)
Ativos	<u>1.862.776</u>	<u>1.774.624</u>	4,97
Disponível	2	-	100,00
Recebível	100.772	91.609	10,00
Investimento	<u>1.762.002</u>	<u>1.683.015</u>	4,69
Títulos públicos	712.045	665.560	6,98
Créditos privados e depósitos	213.167	207.111	2,92
Ações	186.639	148.746	25,47
Fundos de investimento	403.822	499.027	(19,08)
Investimentos imobiliários	156.600	75.857	106,44
Empréstimos	81.448	78.987	3,12
Depósitos judiciais/recursais	8.281	7.727	7,17
Obrigações	<u>30.746</u>	<u>27.714</u>	10,94
Operacional	2.938	4.032	(27,13)
Contingencial	27.808	23.682	17,42
Fundos não previdenciais	<u>49.714</u>	<u>48.567</u>	2,36
Fundos administrativos	44.001	42.532	3,45
Fundos dos investimentos	5.713	6.035	(5,34)
Ativo líquido	<u>1.782.316</u>	<u>1.698.343</u>	4,94
Provisões matemáticas	1.782.316	1.805.458	(1,28)
Deficit técnico	-	(107.115)	(100,00)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Demonstrações do ativo líquido por plano de benefícios (DAL) Plano CD - ELETROBRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	2011	2010	Variação (%)
Ativos	<u>955.905</u>	<u>851.267</u>	12,29
Disponível	4	1	300,00
Recebível	23.071	24.135	(4,41)
Investimento	<u>932.830</u>	<u>827.131</u>	12,78
Títulos públicos	30.161	56.234	(46,37)
Créditos privados e depósitos	120.372	35.288	241,11
Ações	144.964	121.761	19,06
Fundos de investimento	535.305	545.743	(1,91)
Investimentos imobiliários	59.287	28.719	106,44
Empréstimos	41.561	38.277	8,58
Depósitos judiciais/recursais	1.180	1.109	6,40
Obrigações	<u>1.713</u>	<u>1.740</u>	(1,55)
Operacional	533	631	(15,53)
Contingencial	1.180	1.109	6,40
Fundos não previdenciais	<u>20.621</u>	<u>20.408</u>	1,04
Fundos administrativos	19.189	19.532	(1,76)
Fundos dos investimentos	1.432	876	63,47
Ativo líquido	<u>933.571</u>	<u>829.119</u>	12,60
Provisões matemáticas	907.000	829.119	9,39
Fundos previdenciais	26.571	-	100,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Demonstrações do ativo líquido por plano de benefícios (DAL) Plano CD ONS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	2011	2010	Variação (%)
Ativos	<u>165.563</u>	<u>140.110</u>	18,17
Disponível	2	-	100,00
Recebível	18	-	100,00
Investimento	<u>165.543</u>	<u>140.110</u>	18,15
Títulos públicos	5.397	9.293	(41,92)
Créditos privados e depósitos	21.541	5.832	269,36
Ações	32.186	25.565	25,90
Fundos de investimento	97.424	91.211	6,81
Empréstimos	8.995	8.209	9,57
Obrigações	<u>164</u>	<u>159</u>	3,14
Operacional	164	159	3,14
Fundos não previdenciais	<u>379</u>	<u>343</u>	10,50
Fundos administrativos	18	343	(94,75)
Fundos dos investimentos	361	343	5,25
Ativo líquido	<u>165.020</u>	<u>139.608</u>	18,20
Provisões matemáticas	162.331	139.608	16,28
Fundos previdenciais	2.689	-	100,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Demonstrações do ativo líquido por plano de benefícios (DAL) Plano CV EPE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	2011	2010	Varição (%)
Ativos	<u>15.531</u>	<u>9.288</u>	67,22
Disponível	2	-	100,00
Recebível	9	-	100,00
Investimento	<u>15.520</u>	<u>9.288</u>	67,10
Títulos públicos	669	855	(21,75)
Créditos privados e depósitos	2.668	537	396,83
Ações	1.108	-	100,00
Fundos de investimento	11.075	7.896	40,26
Obrigações	<u>-</u>	<u>14</u>	(100,00)
Operacional	-	14	(100,00)
Fundos não previdenciais	<u>9</u>	<u>-</u>	100,00
Fundos administrativos	9	-	100,00
Ativo líquido	<u>15.522</u>	<u>9.274</u>	67,37
Provisões matemáticas	14.725	9.274	58,78
Fundos previdenciais	797	-	100,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Demonstrações do ativo líquido por plano de benefícios (DAL) Plano CD CERON

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	2011	2010	Varição (%)
Ativos	<u>1.932</u>	<u>-</u>	100,00
Disponível	2	-	100,00
Recebível	96	-	100,00
Investimento	<u>1.834</u>	<u>-</u>	100,00
Títulos públicos	88	-	100,00
Créditos privados e depósitos	354	-	100,00
Fundos de investimento	1.392	-	100,00
Obrigações	<u>56</u>	<u>-</u>	100,00
Operacional	56	-	100,00
Fundos não previdenciais	<u>96</u>	<u>-</u>	100,00
Fundos administrativos	96	-	100,00
Ativo líquido	<u>1.780</u>	<u>-</u>	100,00
Provisões Matemáticas	1.699	-	100,00
Fundos Previdenciais	81	-	100,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Demonstrações das mutações do patrimônio social - DMPS (Consolidado)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	2011	2010
A - Patrimônio social – Início do exercício	<u>2.744.090</u>	<u>2.381.073</u>
1 - Adições	<u>456.309</u>	<u>588.128</u>
Contribuições previdenciais	94.206	194.732
Resultado positivo dos investimentos – Gestão previdencial	309.659	343.398
Reversão de contingências – Gestão previdencial	-	1.735
Receitas administrativas	27.232	24.176
Resultado positivo dos investimentos – Gestão administrativa	6.796	5.393
Constituição de fundos de investimentos	251	2.075
Receitas assistenciais	18.165	16.619
2 - Destinações	<u>(231.307)</u>	<u>(225.111)</u>
Benefícios	(178.046)	(179.077)
Constituição de contingências – Gestão previdencial	(3.954)	-
Despesas administrativas	(30.817)	(26.043)
Constituição de contingências – Gestão administrativa	(1.962)	(1.799)
Despesas assistenciais	(16.528)	(18.192)
3 - Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2)	<u>225.002</u>	<u>363.017</u>
Provisões matemáticas	84.613	373.375
Superavit/deficit técnico do exercício	107.115	(12.588)
Fundos previdenciais	30.137	-
Fundos administrativos	1.249	1.727
Fundos dos investimentos	251	2.076
Gestão assistencial	<u>1.637</u>	<u>(1.573)</u>
4 - Operações transitórias		
Operações transitórias		
B - Patrimônio social - Final do exercício (A+3+4)	<u><u>2.969.092</u></u>	<u><u>2.744.090</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Demonstrações das mutações do ativo líquido - Plano BD

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	2011	2010
A - Ativo líquido – Início do exercício	<u>1.698.343</u>	<u>1.560.852</u>
1 - Adições	<u>244.637</u>	<u>291.715</u>
Contribuições	30.991	33.866
Resultado positivo dos investimentos – Gestão previdencial	213.646	256.114
Reversão de contingências – Gestão previdencial	-	1.735
2 - Destinações	<u>(160.664)</u>	<u>(154.224)</u>
Benefícios	(156.011)	(153.411)
Constituição de contingências – Gestão previdencial	(3.954)	-
Custeio administrativo	(699)	(813)
3 - Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2)	<u>83.973</u>	<u>137.491</u>
Provisões matemáticas	(23.142)	150.079
Superavit/deficit técnico do exercício	107.115	(12.588)
B - Ativo líquido – Final do exercício (A+3)	<u>1.782.316</u>	<u>1.698.343</u>
C - Fundos não previdenciais	<u>49.714</u>	<u>48.568</u>
Fundos administrativos	44.001	42.532
Fundos dos investimentos	<u>5.713</u>	<u>6.036</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Demonstrações das mutações do ativo líquido - Plano CD ELETROBRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	2011	2010
A - tivo líquido – Início do exercício	<u>829.119</u>	<u>643.606</u>
1 - Adições	<u>123.408</u>	<u>209.172</u>
Contribuições previdenciais	36.893	133.175
Resultado positivo dos investimentos – Gestão previdencial	86.515	75.997
2 - Destinações	<u>(18.956)</u>	<u>(23.659)</u>
Benefícios	(17.843)	(22.629)
Custeio administrativo	(1.113)	(1.030)
3 - Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2)	<u>104.452</u>	<u>185.513</u>
Provisões matemáticas	77.882	185.513
Fundos previdenciais	26.570	-
B - Ativo líquido – Final do exercício (A+3)	<u>933.571</u>	<u>829.119</u>
C - Fundos não previdenciais	<u>20.621</u>	<u>20.408</u>
Fundos administrativos	19.189	19.532
Fundos dos investimentos	<u>1.432</u>	<u>876</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Demonstrações das mutações do ativo líquido - Plano CD ONS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	2011	2010
A - Ativo líquido – Início do exercício	<u>139.608</u>	<u>110.022</u>
1 - Adições	<u>29.861</u>	<u>33.075</u>
Contribuições	21.741	22.438
Resultado positivo dos investimentos – gestão previdencial	8.120	10.637
2 - Destinações	<u>(4.449)</u>	<u>(3.489)</u>
Benefícios	(3.828)	(2.941)
Custeio administrativo	(621)	(548)
3 - Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2)	<u>25.412</u>	<u>29.586</u>
Provisões matemáticas	22.723	29.586
Fundos previdenciais	2.689	
B - Ativo líquido – Final do exercício (A+3)	<u>165.020</u>	<u>139.608</u>
C - Fundos não previdenciais	<u>379</u>	<u>-</u>
Fundos administrativos	18	-
Fundos dos investimentos	<u>361</u>	<u>343</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Demonstrações das mutações do ativo líquido - Plano CV EPE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	2011	2010
A - Ativo líquido – Início do exercício	<u>9.274</u>	<u>1.078</u>
1 - Adições	<u>6.605</u>	<u>8.472</u>
Contribuições previdenciais	5.261	7.823
Resultado positivo dos investimentos – Gestão previdencial	1.344	649
2 - Destinações	<u>(357)</u>	<u>(276)</u>
Benefícios	(199)	(96)
Custeio administrativo	(158)	(180)
3 - Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2)	<u>6.248</u>	<u>8.196</u>
Provisões matemáticas	5.452	8.196
Fundos previdenciais	796	-
B - Ativo líquido – Final do exercício (A+3)	<u>15.522</u>	<u>9.274</u>
C - Fundos não previdenciais	<u>9</u>	<u>-</u>
Fundos administrativos	<u>9</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Demonstrações das mutações do ativo líquido - Plano CD CERON

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	2011	2010
A - Ativo líquido – Início do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>
1 - Adições	<u>2.023</u>	<u>-</u>
Contribuições previdenciais	1.990	-
Resultado positivo dos investimentos – Gestão previdencial	33	-
2 - Destinações	<u>(243)</u>	<u>-</u>
Benefícios	(164)	-
Custeio administrativo	(79)	-
3 - Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2)	<u>1.780</u>	<u>-</u>
Provisões matemáticas	1.699	-
Fundos previdenciais	81	-
B - Ativo líquido – Final do exercício (A+3)	<u>1.780</u>	<u>-</u>
C - Fundos não previdenciais	<u>96</u>	<u>-</u>
Fundos administrativos	<u>96</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Demonstrações das obrigações atuariais do Plano de Benefícios (DOAP) - Plano BD

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	2011	2010	Variação (%)
Patrimônio de cobertura do plano (1 + 2)	<u>1.782.316</u>	<u>1.698.343</u>	4,94
1 - Provisões matemáticas	<u>1.782.316</u>	<u>1.805.458</u>	(1,28)
1.1 - Benefícios concedidos	1.628.226	1.542.969	5,53
Benefício definido	1.628.226	1.542.969	5,53
1.2. Benefício a conceder	273.175	268.203	1,85
benefício definido	273.175	268.203	1,85
1.3 - (-) Provisões matemáticas a constituir	<u>(119.085)</u>	<u>(5.714)</u>	1.984,09
(-) Serviço passado	<u>(88.905)</u>	<u>(5.714)</u>	1.455,92
(-) Patrocinador(es)	(88.905)	(5.714)	1.455,92
(-) Déficit equacionado	<u>(30.180)</u>	<u>-</u>	100,00
(-) Patrocinador(es)	(15.090)	-	100,00
(-) Participantes	(11.819)	-	100,00
(-) Assistidos	(3.271)	-	100,00
2 - Equilíbrio técnico	<u>-</u>	<u>(107.115)</u>	(100,00)
2.1 - Resultados realizados	<u>-</u>	<u>(107.115)</u>	(100,00)
(-) Déficit técnico acumulado	<u>-</u>	<u>(107.115)</u>	(100,00)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Demonstrações das obrigações atuariais do Plano de Benefícios (DOAP) Plano CD ELETROBRÁS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	2011	2010	Variação (%)
Patrimônio de cobertura do plano	<u>907.000</u>	<u>829.119</u>	9,39
1. Provisões matemáticas	<u>907.000</u>	<u>829.119</u>	9,39
1.1. Benefícios concedidos	<u>250.512</u>	<u>239.753</u>	4,49
Contribuição definida	137.696	128.856	6,86
Benefício definido	112.816	110.897	1,73
1.2. Benefício a conceder	<u>669.270</u>	<u>600.189</u>	11,51
Contribuição definida	515.389	455.515	13,14
Saldo de contas - Parcela patrocinadora/instituidor	374.549	337.225	11,07
Saldo de contas - Parcela participantes	140.840	118.290	19,06
Benefício definido	153.881	144.674	6,36
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	<u>(12.782)</u>	<u>(10.823)</u>	18,10
(-) Serviço passado	<u>(12.782)</u>	<u>(10.823)</u>	18,10
(-) Patrocinador(es)	<u>(12.782)</u>	<u>(10.823)</u>	18,10

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Demonstrações das obrigações atuariais do Plano de Benefícios (DOAP) Plano CD ONS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	2011	2010	Varição (%)
Patrimônio de cobertura do plano	<u>162.331</u>	<u>139.608</u>	16,28
1 - Provisões matemáticas	<u>162.331</u>	<u>139.608</u>	16,28
1.1 - Benefícios concedidos	<u>10.768</u>	<u>8.297</u>	29,78
Contribuição definida	7.961	7.127	11,70
Benefício definido	2.807	1.170	139,91
1.2 - Benefício a conceder	<u>151.563</u>	<u>131.311</u>	15,42
Contribuição definida	<u>151.563</u>	<u>131.311</u>	15,42
Saldo de contas - parcela Patrocinadora/instituidor	67.912	59.301	14,52
Saldo de contas - Parcela participantes	<u>83.651</u>	<u>72.010</u>	16,17

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Demonstrações das obrigações atuariais do Plano de Benefícios (DOAP) Plano CV EPE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	2011	2010	Variação (%)
Patrimônio de cobertura do plano	<u>14.725</u>	<u>9.274</u>	58,78
1 - Provisões matemáticas	<u>14.725</u>	<u>9.274</u>	58,78
1.1 - Benefício a conceder	<u>14.725</u>	<u>9.274</u>	58,78
Contribuição definida	<u>14.725</u>	<u>9.274</u>	58,78
Saldo de contas - Parcela patrocinadora/instituidor	6.961	4.587	51,75
Saldo de contas - Parcela participantes	<u>7.764</u>	<u>4.687</u>	65,65

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Demonstrações das obrigações atuariais do Plano de Benefícios (DOAP) Plano CD CERON

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	2011	2010	Variação (%)
Patrimônio de cobertura do plano	<u>1.699</u>	<u>-</u>	100,00
1 - Provisões matemáticas	<u>1.699</u>	<u>-</u>	100,00
1.1 - Benefício a conceder	<u>1.699</u>	<u>-</u>	100,00
Contribuição Definida	<u>1.699</u>	<u>-</u>	100,00
Saldo de contas - Parcela patrocinadora/instituidor	847	-	100,00
Saldo de contas - Parcela participantes	<u>852</u>	<u>-</u>	100,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (consolidada) - DPGA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	2011	2010	Varição (%)
A - Fundo administrativo do exercício anterior	<u>62.064</u>	<u>60.337</u>	2,86
1 - Custeio da gestão administrativa	<u>34.028</u>	<u>29.569</u>	15,08
1.1.- Receitas	<u>34.028</u>	<u>29.569</u>	15,08
Custeio administrativo da gestão previdencial	2.670	2.600	2,69
Custeio administrativo dos investimentos	13.627	12.506	8,96
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos	163	186	-12,37
Resultado positivo dos investimentos	6.796	5.393	26,02
Reembolso da gestão assistencial	6.075	5.236	16,02
Outras receitas	4.697	3.648	28,76
2 - Despesas administrativas	<u>32.779</u>	<u>27.842</u>	17,73
2.1 - Administração previdencial	<u>14.724</u>	<u>11.240</u>	31,00
Pessoal e encargos	8.597	6.827	25,93
Treinamentos/congressos e seminários	102	89	14,61
Viagens e estadias	62	59	5,08
Serviços de terceiros	2.123	1.699	24,96
Despesas gerais	1.085	821	32,16
Depreciações e amortizações	451	328	37,50
Contingências	1.572	1.417	10,94
Outras despesas	732	-	100,00
2.2 - Administração dos investimentos	<u>11.017</u>	<u>10.570</u>	4,23
Pessoal e encargos	7.780	7.414	4,94
Treinamentos/congressos e seminários	92	96	-4,17
Viagens e estadias	56	64	-12,50
Serviços de terceiros	1.873	1.748	7,15
Despesas gerais	808	892	-9,42
Depreciações e amortizações	408	356	14,61
2.3 - Administração assistencial	<u>6.075</u>	<u>5.236</u>	16,02
2.4 - Reversão de recursos para o plano de benefícios	-	-	0,00
2.5 - Outras despesas	<u>963</u>	<u>796</u>	20,98
3 - Resultado negativo dos investimentos	-	-	0,00
4 - Sobre/insuficiência da gestão administrativa (1-2-3)	<u>1.249</u>	<u>1.727</u>	-27,68
5 - Constituição/reversão do fundo administrativo (4)	<u>1.249</u>	<u>1.727</u>	-27,68
6 - Operações transitórias	-	-	0,00
B - Fundo administrativo do exercício atual (A+5+6)	<u>63.313</u>	<u>62.064</u>	2,01

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, instituída pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS e tem por finalidade básica instituir e executar planos privados de concessão de benefícios de caráter previdenciário. Tais planos são acessíveis aos empregados da patrocinadora-instituidora e das patrocinadoras Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL, Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, Empresa de Pesquisa Energética – EPE, Centrais Elétricas de Rondônia S.A.- CERON e a própria ELETROS, extensivos aos seus respectivos beneficiários legais.

Administra, ainda, serviços de assistência à saúde, através do plano Eletros-Saúde desde 1991, devidamente autorizado pela SPC, através do Ofício DPC/SNPSC/MTPS nº 123/91, de 20 de março de 1991 e ratificado pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, art. 76.

Os recursos de que a entidade dispõe para a consecução de seus objetivos são formados por contribuições de suas patrocinadoras, de seus participantes e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos, que devem obedecer ao disposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.792, de 24 de setembro de 2009.

As atividades da entidade são regulamentadas pelas Leis Complementares nºs 108/2001 e 109/2001, e pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) e fiscalizado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) e consistem hoje na administração de cinco planos de benefícios, como seguem:

- Plano BD Eletrobras - patrocinado pela ELETROBRAS, CEPEL e ELETROS, na forma de benefício definido, teve sua primeira aprovação pela SPC em 25 de julho de 1979, através da Portaria PT-GM nº 1.713, com regulamento vigente aprovado por meio do Ofício GAB/SPC/CGPAC, nº 836, de 22 de outubro de 1993 e a última alteração aprovada pelo Ofício SPC/DETEC/CGAT nº 3.698, de 23 de outubro de 2008, Portaria SPC nº 2.574 de 23 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União Seção 1 em 24 de outubro de 2008, estando fechado a novas adesões de participantes a partir de 01 de abril de 2006, em função da aprovação do Plano CD Eletrobras.



Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

- Plano CD Eletrobras - patrocinado pela ELETROBRAS, CEPEL e ELETROS, na forma de contribuição definida, com regulamento vigente aprovado por meio do Ofício SPC/DETEC/CGAT, nº 1.004 de 29 de março de 2006, Portaria SPC nº 359 de 29 de março de 2006 e ratificado pelo Ofício SPC/DETEC/CGAT, nº 1.771 de 29 de maio de 2006 e a última alteração aprovada pela Portaria SPC nº 2.926 de 26 de maio de 2009.
- Plano CD ONS - patrocinado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, na forma de Contribuição Definida, com regulamento vigente aprovado por meio do Ofício SPC/COG nº 2.214, de 26 de julho de 2000 e a última alteração aprovada pela Portaria SPC/DETEC nº 3.268, de 7 de janeiro de 2010, publicada no Diário Oficial da União Seção 1 em 8 de janeiro de 2010.
- Plano CV EPE - patrocinado pelo Empresa de Pesquisa Energética - EPE, na forma de Contribuição Variável, com regulamento vigente aprovado por meio da Portaria nº 3.149, de 12 de novembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União Seção 1 em 13 de novembro de 2009.
- Plano CD CERON - patrocinado pela Centrais Elétricas de Rondônia S.A.- CERON, na forma de Contribuição Definida, com regulamento e convênio de adesão vigentes aprovados por meio da Portaria de 26 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União Seção 1 em 27 de julho de 2011.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades fechadas de previdência e em conformidade com as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Conselho de Gestão da Previdência Social - CGPC, extinto, pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, que sucedeu o CGPC, pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC, extinta, e pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, que sucedeu a SPC.



Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Em 16 de dezembro de 2011, entrou em vigor a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades de previdência complementar, revogando as Resoluções CGPC nº 28 e CNPC nº 01.

Em 1º de janeiro de 2010, entrou em vigor a Resolução nº 28, de 26 de janeiro de 2009, do CGPC, complementada e alterada pela Instrução Normativa nº 34, de 24 de setembro de 2009, da SPC, e alterada pela Resolução nº 1 do CNPC em 3 de março de 2011. Em 22 de janeiro de 2010, foi emitida a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, aprovando a NBC TE 11, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da demonstração do fluxo de caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, assistencial e administrativa e observados os investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da Norma Brasileira de Contabilidade - NBC T 19.27.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (previdencial, assistencial e administrativa) e o Fluxo dos investimentos, que é comum às Gestões previdencial e administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações. A contabilização e os relatórios contábeis da Gestão assistencial seguem as normas contábeis determinadas pela Agência Nacional de Saúde – ANS, sendo apresentados para fins destas demonstrações contábeis somente os valores patrimoniais consolidados da Gestão assistencial (ativo e passivo) e a movimentação que demonstra a variação da Gestão assistencial consolidada.

A Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, estabeleceu, a partir do exercício de 2010, nova planificação contábil e modelos das demonstrações, bem como instituiu alterações nas normas gerais dos procedimentos contábeis. A Resolução CNPC nº 01 alterou os anexos B e C da Resolução CGPC nº 28 com aplicação retroativa ao exercício de 2010.



Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Por meio da Resolução nº 08, o CNPC efetuou a substituição da Demonstração das Mutações do Ativo Líquido - DMAL consolidada pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Social - DMPS. A conciliação dos saldos da DMAL e DMPS relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 está apresentada abaixo:

	Saldo originalmente apresentado na DMAL	Ajustes/ Reclassificações	Saldo reapresentad o na DMPS
Ativo Líquido no início do exercício /Patrimônio Social	2.315.557	65.516	2.381.073
Acréscimo no Patrimônio Social			
Fundos administrativos	62.064	(60.337)	1.727
Fundos dos investimentos	7.255	(5.179)	2.076

Os saldos apresentados na DMPS relativos aos fundos administrativos e dos investimentos, em 31 de dezembro de 2010, no montante de R\$ 1.727 e R\$ 2.076, respectivamente, foram obtidos da variação das respectivas contas apresentadas nos balanços patrimoniais dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

As operações do Plano Assistencial são contabilizadas de acordo com as regras e o plano de contas da ANS, estabelecido pela Resolução Normativa nº 247 e pela Instrução Normativa nº 46, ambas de 25 de fevereiro de 2011, evidenciando o patrimônio assistencial em demonstrações específicas.

Por determinação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, através do Ofício nº 4648/2011/CGMC/DIACE/PREVIC de 14 de outubro de 2011, realizamos a reversão do lançamento contábil de R\$ 77.171 mil, efetuado em 2010 em "Outros Realizáveis" de Investimentos. Esse valor foi registrado, tendo em vista o trânsito em julgado da Ação Ordinária promovida pela ABRAPP em favor de suas associadas, cujo objeto era o reconhecimento do direito ao ressarcimento dos expurgos inflacionários ocorridos nas aplicações em OFND, (processo nº 91.0123902-3).



Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

A decisão da PREVIC baseou-se na manifestação da Procuradoria Federal/PREVIC nota nº 110/2011/CGRJ/PF/PREVIC de 5 de setembro de 2011, de que enquanto não houver manifestação da Justiça Federal com relação aos valores devidos e à forma de pagamento pela União Federal, a ação em questão não pode ser reconhecida e registrada como ativo, pois ainda não preenche os requisitos previstos na NBC TG 25, apesar do trânsito em julgado da sentença que reconhece o direito ao ressarcimento.

Também por determinação da PREVIC, os dados de 2010 estão reapresentados nos Demonstrativos Contábeis desconsiderando a contabilização do reconhecimento dos expurgos das aplicações em OFND, conforme preconiza o art. 42 da NBC TG 23 do Conselho Federal de Contabilidade, que define o tratamento contábil e a forma de divulgação de mudança nas políticas contábeis, mudança de estimativas contábeis e retificação de erro.

Abaixo discriminamos as rubricas que sofreram alterações:

No balanço patrimonial

	2010 ajustado	2010	Ajuste
Investimentos	2.715.890	2.793.061	(77.171)
Déficit técnico acumulado	(107.115)	(29.944)	(77.171)

No demonstrativo da mutação do patrimônio social

	2010 ajustado	2010	Ajuste
Resultado positivo dos investimentos – Gestão previdencial	343.398	420.569	(77.171)
Superávit/déficit técnico do exercício	(12.588)	64.583	(77.171)

No demonstrativo do ativo líquido do Plano BD

	2010 ajustado	2010	Ajuste
Investimento	1.683.015	1.760.186	(77.171)
Déficit técnico	(107.115)	(29.944)	(77.171)



Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Demonstrativo da mutação do ativo líquido do Plano BD

	2010 ajustado	2010	Ajuste
Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	256.114	333.285	(77.171)
Superávit técnico do exercício	(12.588)	64.583	(77.171)

3 Resumo das principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento, bem como as variações patrimoniais da Gestão Assistencial são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

b. Contribuições para a gestão previdencial

As contribuições do Plano BD Eletrobras são registradas pelo regime de competência, e as contribuições do Plano CD Eletrobras, CD ONS, CV EPE e CD CERON pelo regime de caixa.

- *Plano de Benefício Definido - BD ELETROBRAS*

As contribuições dos participantes ativos são calculadas com base em percentuais que variam de 4,08% a 24,48%, consoante as faixas salariais; as de responsabilidade das patrocinadoras são fixadas no mesmo valor das contribuições dos participantes ativos, conforme definido no regulamento vigente; e as dos participantes assistidos (em gozo de benefício de prestação continuada) são calculadas tendo como base percentuais que variam de 1,5% a 9%, consoante as faixas de benefícios.



Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

- *Plano de Contribuição Definida - CD ELETROBRÁS*

As contribuições básicas dos participantes ativos são calculadas com base em percentuais calculados cumulativamente; correspondem a 4,5% da parcela da remuneração mensal, inclusive sobre a 13ª remuneração, compreendida até 10 (dez) Unidades Reajustáveis do Plano – URP; e 15% da parcela da remuneração mensal que exceder ao valor do parâmetro citado anteriormente.

A patrocinadora contribui paritariamente com o participante.

- *Plano de Contribuição Definida – CD ONS*

Há duas formas de contribuições básicas para o Plano CD ONS:

Em uma alternativa, as contribuições básicas dos participantes ativos são calculadas com base em percentuais calculados cumulativamente; correspondem a 2% da parcela da remuneração mensal, inclusive sobre a 13ª remuneração, compreendida até o valor do SRB (Salário de Referência Básico); e 10% da parcela da remuneração mensal que exceder ao valor do parâmetro citado anteriormente.

A segunda alternativa de contribuição corresponde à opção de aplicação de percentual mínimo de 2% incidente sobre a remuneração, não sendo superior a 6% da mesma.

O SRB (Salário de Referência Básico) corresponde ao valor do Teto de Contribuição da Previdência Social - TCPS, em fevereiro de 2009, atualizado anualmente, a partir de 2010, utilizando-se o mesmo índice de reajuste salarial anual definido no Acordo Coletivo de Trabalho firmado pela patrocinadora, que ocorre em setembro.

A patrocinadora contribui paritariamente com o participante em ambos os casos.

A contribuição para custeio dos benefícios de pecúlio por morte ou por invalidez permanente é dividida em 40% paga pelo participante e 60% paga pela patrocinadora.

A contribuição para o custeio do benefício de auxílio-doença é paga exclusivamente pela patrocinadora.



Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

- *Plano de Contribuição Variável – CV EPE*

As contribuições básicas dos participantes ativos são calculadas com base em percentuais calculados cumulativamente; correspondem a 3% da parcela da remuneração mensal, inclusive sobre a 13ª remuneração, compreendida até o valor do teto de contribuição para a Previdência Social; e 11% da parcela da remuneração mensal que exceder ao valor do parâmetro citado anteriormente.

A patrocinadora contribui paritariamente com o participante.

- *Plano de Contribuição Definida – CD CERON*

As contribuições básicas dos participantes ativos são calculadas com base em percentuais calculados cumulativamente; correspondem a 4% da parcela da remuneração mensal, inclusive sobre a 13ª remuneração, compreendida até o valor do teto de contribuição para a Previdência Social; e 13% da parcela da remuneração mensal que exceder ao valor do parâmetro citado anteriormente.

A patrocinadora contribui paritariamente com o participante.

c. *Provisão para perdas na realização de créditos*

A entidade constituiu provisão para perdas na realização de créditos representados por direitos creditórios de liquidação incerta, de acordo com o disposto no item 11, Anexo "A" da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, que estabeleceu os seguintes percentuais de provisão sobre os créditos do devedor inadimplente, vencidos e vincendos, de acordo com os períodos de atraso da parcela mais antiga: 25% para atrasos entre 61 e 120 dias, 50% entre 121 e 240 dias, 75% entre 241 e 360 dias e 100% para atrasos superiores a 360 dias.



Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

d. Investimentos

- *Renda fixa e renda variável*

Em atendimento à Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, os títulos e valores mobiliários devem ser classificados em duas categorias, a saber:

- Títulos para negociação** - Aqueles com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais devem ser avaliados ao valor provável de realização.
- Títulos mantidos até o vencimento** - Aqueles com vencimentos superiores a 12 meses da data de aquisição e que a entidade mantenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, bem como classificados como de baixo risco por agência de risco no País, os quais devem ser avaliados pela taxa intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

Todos os títulos de renda fixa foram classificados como "Títulos para negociação" e estão avaliados pelo valor de mercado (Nota Explicativa nº 5).

As aplicações no mercado de ações foram classificadas como "Títulos para negociação" e estão registradas pelo custo de aquisição, acrescido de despesas diretas de corretagem e outras taxas, ajustado ao valor de mercado, considerando a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores, de acordo com a Resolução CGPC nº 25, de 30 de junho de 2008.

As ações que não tenham sido negociadas em bolsas de valores ou em mercado de balcão organizado, por período superior a seis meses, são avaliadas pelo último valor patrimonial ou pelo custo, dos dois o menor.

Os dividendos e as bonificações resultantes das aplicações em ações são reconhecidos a partir da decisão da Assembleia Geral dos Acionistas.

Os montantes relativos aos fundos de investimentos são apresentados pelo valor das cotas do fundo na data do balanço.



Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

A variação originada da comparação entre os valores contábeis e os de mercado é apropriada diretamente ao resultado.

- *Investimentos imobiliários*

Os investimentos em imóveis estão registrados ao custo de aquisição ou construção e ajustados por reavaliações periódicas, contabilizadas com base em laudos de peritos independentes. A depreciação das edificações é calculada pelo método linear, estabelecidas em função do tempo de vida útil remanescente, definidas nos respectivos laudos de avaliação. As instalações são depreciadas pelo método linear à taxa de 10% ao ano.

- *Operações com participantes*

Os empréstimos concedidos aos participantes são apresentados pelos valores liberados, acrescidos dos rendimentos auferidos e deduzidos, quando aplicável, de provisão para perdas na realização de créditos, conforme descrito em (c).

e. Imobilizado e intangível

A depreciação e a amortização são calculadas pelo método linear sobre o valor do custo dos bens que constituem o Ativo Imobilizado e Intangível às seguintes taxas:

Móveis e utensílios	10% (dez por cento)
Máquinas e equipamentos de uso	10% (dez por cento)
Biblioteca	10% (dez por cento)
Computadores e periféricos – “Hardware”	20% (dez por cento)
Direito de uso de software	20% (dez por cento)

As benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros estão sendo amortizadas de acordo com a temporalidade que beneficiará os exercícios sociais subsequentes.

f. Provisão de férias e 13º salário e respectivos encargos

As férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de férias e o 13º salários, são provisionados no PGA segundo o regime de competência, acrescidos dos encargos sociais.



Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

g. Exigível contingencial

Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a Eletros. É atualizado com base nas informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito determinada pelos advogados patrocinadores dos processos, além dos seguintes critérios:

- Efetivar o registro da provisão no Passivo dos planos, em contrapartida da despesa que lhe deu origem; e
- Existindo depósito judicial este deverá ser registrado no Ativo Contingencial do plano.

h. Provisões Matemáticas

São apuradas com base em cálculos atuariais, procedidos pelos atuários responsáveis pelos planos. Representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e assistidos.

i. Estimativas Atuariais e Contábeis

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição em 31 de dezembro de 2011 e 2010, com base no julgamento da administração para determinação dos valores adequados a serem registrados.

Nas demonstrações contábeis, os itens significativos sujeito às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissionais responsáveis pelos planos, e as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que patrocinam as ações.

j. Receitas administrativas

Atendendo à determinação legal contida nas Resoluções CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, as receitas administrativas da Fundação são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente. Os valores relativos à taxa de administração da Gestão assistencial são equivalentes às despesas administrativas apuradas.



Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

k. Operações administrativas

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC 34, de 24 de setembro de 2009, o Plano de Gestão Administrativa – PGA centraliza os registros das operações Administrativas da Eletros, sendo segregado pelas Gestão Previdencial, Gestão Assistencial e Gestão de Investimentos, e por planos de benefícios.

O Plano de Gestão Administrativa – PGA possui patrimônio próprio, segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (previdencial, investimentos e outras receitas) e reembolsos (assistenciais) administrativos, deduzidas das despesas da administração previdencial, assistencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao fundo administrativo.

4 Gestão previdencial - Realizável

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a gestão previdencial pode ser assim resumida:

	2011	2010
Contribuições do mês	1.219	1.121
Contribuições contratadas	18.738	19.162
Outros recursos a receber	3.872	4.595
Outros realizáveis	21.058	15.906
Depósitos judiciais/recursais	15.764	12.896
	<u>60.651</u>	<u>53.680</u>

Contribuições do mês

Representam os recursos a receber do plano BD Eletrobras referentes às contribuições previdenciais normais do mês em curso, prevista na avaliação atuarial anual.



Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Contribuições contratadas

Representam as coberturas de reservas matemáticas já contratadas referentes ao plano de benefício definido e são devidas pela patrocinadora Cepel, conforme previsto no regulamento da entidade.

As contribuições contratadas em aberto em 31 de dezembro de 2011 e 2010 podem ser assim demonstradas:

Contratos firmados com o CEPEL:	Encargos	2011	2010
CF-015/06 - Prazo 15 anos (a)	*INPC + 6% a.a.	2.663	2.705
CF-016-A/06 - Prazo 15 anos (a)	*INPC + 6% a.a.	2.663	2.737
CF-017/A/06 - Prazo 15 anos (a)	*INPC + 6% a.a.	11.746	12.070
CF-018/10 - Prazo 15 anos (a)	*INPC + 5,5% a.a.	1.666	1.650
		<u>18.738</u>	<u>19.162</u>

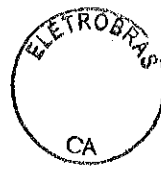
Garantias:

- (a) Não possui garantia conforme Ofício nº 118/2006/MP/SE/DEST de 29 de março de 2006 do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, que excluiu a cláusula de garantia real. Os referidos contratos foram encaminhados à Secretaria de Previdência Complementar - SPC.

* INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

Outros recursos a receber

Referem-se a valores a receber relativos aos contratos firmados com os participantes das patrocinadoras Eletrobras, Cepel e Eletros, decorrentes do desbloqueio do Salário Real de Contribuição (SRC). As diferenças de contribuições devidas foram apuradas entre a remuneração recebida pelo participante e o limite vigente, retroativas a 36 (trinta e seis) meses, conforme firmado pelo participante no “Termo de Opção pelo Desbloqueio do SRC no Plano BD Eletrobras”, de acordo com o que faculta o art. 15 do regulamento do Plano fechado BD Eletrobras.



Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Esses valores são atualizados pela variação da URE (unidade de referência da Eletros), com juros de 0,5% ao mês, acrescidos de 0,16% ao mês referente à taxa prestamista, a qual visa garantir a quitação da dívida em caso de morte ou invalidez.

Os recursos a receber até 31 de dezembro de 2011 e 2010 podem ser resumidos como segue:

	Plano de benefícios	2011	2010
Participantes			
ELETROBRAS	CD	2.234	2.753
CEPEL	CD	1.490	1.672
ELETROS	CD	<u>148</u>	<u>170</u>
		<u>3.872</u>	<u>4.595</u>

Outros realizáveis

Representam, basicamente, os recursos a receber das patrocinadoras, essencialmente da patrocinadora Eletrobras, referentes ao valor do ressarcimento relativo ao depósito judicial efetuado pela Eletros para garantir a execução do julgado ao processo trabalhista movido por ex-empregados da Eletrobras, cujo objetivo visou a integração dos valores recebidos a título de participação nos lucros nos direitos trabalhistas, com o conseqüente reflexo nas provisões matemáticas.

Depósitos judiciais/recursais

Registra os valores correspondentes aos depósitos judiciais com contingências previdenciais.



Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

5 Investimentos - Realizável

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a carteira de investimentos apresentava a seguinte composição:

	2011	2010
Títulos públicos	<u>748.361</u>	<u>731.942</u>
Notas do Tesouro Nacional	748.361	731.942
Créditos privados e depósitos	<u>358.102</u>	<u>248.767</u>
Letras hipotecárias	153.535	150.002
Caderneta de poupança	18	17
Letras financeiras	183.959	78.106
Debêntures	20.590	20.642
Ações	<u>364.898</u>	<u>296.073</u>
Instituições Financeiras	96.740	68.275
Companhias Abertas (*)	268.158	227.798
Fundos de investimentos	<u>1.109.306</u>	<u>1.200.210</u>
Renda fixa	933.842	1.097.025
Ações	114.968	62.223
Multimercado	45.482	40.962
Direitos creditórios	15.014	-
Investimentos imobiliários		
Aluguéis e renda	215.910	104.588



Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Empréstimos e financiamentos	2011	2010
Empréstimos	132.005	125.474
Depósitos judiciais/recursais		
Depósitos judiciais	<u>9.461</u>	<u>8.836</u>
	<u>2.938.043</u>	<u>2.715.890</u>

(*) Inclui provisão para perda de R\$2.382 mil (R\$2.575 mil em 2010) visando a demonstrar, de forma conservadora, o real valor econômico dos investimentos em ações da GTD Participações S.A.. A adoção deste procedimento leva em consideração o fato de que, devido à baixa liquidez da ação, a utilização do valor da última negociação na bolsa de valores não reflete de forma satisfatória o seu real valor econômico.

Renda fixa

Composição da carteira de títulos para negociação por tipo de papel, demonstrada pelo seu valor de mercado e por prazo de vencimento, em observância ao Art. 8º da Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução CGPC nº 08, de 19 de junho de 2002:

	Prazo de vencimento						Total
	0-30	31-90	91-180	181-365	366-720	Acima de 720	
Títulos Públicos	-	-	-	-	-	748.361	748.361
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	748.361	748.361
Créditos Privados e Depósitos	18	-	-	-	-	358.084	358.102
Letras Hipotecárias	-	-	-	-	-	153.535	153.535
Caderneta de Poupança	18	-	-	-	-	-	18
Letras Financeiras	-	-	-	-	-	183.959	183.959
Debêntures	-	-	-	-	-	20.590	20.590
Fundos de Investimentos	402.772	20.653	-	93.890	189.300	287.723	994.338
	<u>402.790</u>	<u>20.653</u>	<u>-</u>	<u>93.890</u>	<u>189.300</u>	<u>1.394.168</u>	<u>2.100.801</u>



Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Fundamentada no conservadorismo, a Eletros mantém provisão de R\$ 2.385 mil (R\$ 2.117 mil em 2010) para absorver possíveis perdas com investimentos em Debêntures da empresa Ferreira Guimarães, que vem apresentando patrimônio líquido negativo nos últimos anos.

Investimentos imobiliários

Localização	Última reavaliação	Valor contábil	
		2011	2010
Uso próprio:			
Rua Uruguaiana nº 174 - RJ (Edifício Metropolitan Center)	Dezembro de 2011	8.180	3.000
		<u>8.180</u>	<u>3.000</u>
Locados às patrocinadoras:			
Rua da Quitanda nº 196 - RJ (Edifício Mário Bhering)	Dezembro de 2011	58.128	37.620
Avenida Presidente Vargas nº 409 - RJ (Edifício Herm Stoltz)	Dezembro de 2011	67.200	24.720
Avenida Marechal Floriano nº 19 - RJ (Edifício Vital Brazil)	Dezembro de 2011	10.356	4.720
Avenida Presidente Vargas nº 417 - RJ (Edifício Central)	Dezembro de 2011	6.200	1.651
		<u>141.884</u>	<u>68.711</u>
Locados a terceiros:			
Avenida Rio Branco nº 81 - 17º e 18º andares - RJ (Edifício Mercantil de SP)	Dezembro de 2011	-	2.360
Avenida Rio Branco nº 81 - 20º andar - RJ (Edifício Mercantil de SP)	Dezembro de 2011	-	1.180
Avenida Presidente Vargas nº 642 - RJ (Edifício Belacap)	Dezembro de 2011	63.770	27.910
		<u>63.770</u>	<u>31.450</u>
		<u>213.834</u>	<u>103.161</u>
Valores a receber		2.076	1.427
		<u>215.910</u>	<u>104.588</u>



Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Em atendimento a Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, nos exercícios de 2011 e 2010 procedeu-se à reavaliação dos investimentos imobiliários conforme laudos técnicos emitidos pelas empresas Analítica – Engenharia de Avaliações e a Câmara de Consultores Associados Ltda. respectivamente. A metodologia aplicada para avaliação dos imóveis utilizada pela Câmara de Consultores Associados Ltda. foi o método comparativo de dados de mercado com regressão múltipla, utilizando o software INFER-v3. O resultado positivo das reavaliações realizada em 2011 e 2010 possibilitou um acréscimo patrimonial no montante líquido de R\$ 116.136 mil em 2011 (R\$ 30.759 mil em 2010), registrado no fluxo dos investimentos.

No mês de outubro de 2011, a Eletros efetuou a venda do 20º andar do Edifício Mercantil de São Paulo. Em novembro de 2011, foram vendidos os andares 17º e 18º, também do Edifício Mercantil de São Paulo. O resultado da venda dos andares resultou em um ganho de R\$ 3.262 mil.

6 Gestão assistencial – Realizável

Registra as atividades de controle das contribuições e dos benefícios, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza assistencial. Os planos assistenciais à saúde, com registro e em situação ativa na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, devem efetuar e manter sua contabilidade em separado, de forma a possibilitar a identificação, a independência do patrimônio e a adequação à legislação aplicável ao setor de saúde suplementar, bem como proceder o desdobramento analítico das contas relativas à gestão assistencial de acordo com a planificação contábil estabelecida pela ANS.



Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

7 Gestão previdencial - Exigível operacional

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a gestão previdencial pode ser assim resumida:

	2011	2010
Benefícios a pagar	207	52
IRRF a recolher	3.250	3.075
Retenções a recolher	40	1.363
Outras exigibilidades	<u>152</u>	<u>266</u>
	<u>3.649</u>	<u>4.756</u>

8 Exigível contingencial

Registra as provisões destinadas a cobrir eventuais perdas com contingências previdenciais, fiscais e trabalhistas apresentando a seguinte composição:

	2011	2010
Gestão previdencial:		
Provisão constituída	19.527	15.955
Gestão administrativa:		
Provisão constituída	4.336	2.446
Investimentos:		
Provisão constituída	<u>9.461</u>	<u>8.836</u>
	<u>33.324</u>	<u>27.237</u>



Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Conforme estabelecido pela Instrução PREVIC nº 05, de 8 de setembro de 2011, a Administração passou a classificar os saldos de depósitos judiciais em contas de ativo no realizável. Alguns valores do balanço patrimonial, demonstrações dos ativos líquidos do plano Básico de Benefícios relativos ao exercício anterior foram reclassificados para fins de adequação às demonstrações financeiras do exercício atual, facilitando a comparabilidade. Apresentamos no quadro abaixo os saldos de 31 de dezembro de 2010 e as reclassificações realizadas:

Grupos	31/12/10 Apresentado	Reclassificação	31/12/10 Reclassificado
Passivo - Exigível contingencial			
Gestão previdencial -	3.059	12.896	15.955
Gestão administrativa	173	2.273	2.446
Investimentos	-	8.836	8.836
	<u>3.232</u>	<u>24.005</u>	<u>27.237</u>
Ativo - Realizável			
Gestão previdencial	40.784	12.896	53.680
Gestão administrativa	7.651	2.273	9.924
Investimentos	2.707.054	8.836	2.715.890
	<u>2.755.489</u>	<u>24.005</u>	<u>2.779.494</u>

- **Contingências da Gestão previdencial**

De acordo com orientações dos advogados da Eletros e também considerando a análise detalhada dos processos ativos realizada pela divisão jurídica da Eletros, foram constituídas provisões relativas a processos judiciais movidos por participantes assistidos contra a Eletros, inclusive os processos judiciais que envolvem as demandas relativas ao Adicional de Aposentadoria no montante de R\$ 3.409 mil.

- **Contingências da Gestão administrativa**

Referem-se a provisões destinadas a cobrir eventuais perdas com contingências trabalhistas e tributárias.



Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

- ***Contingências de investimentos***

Referem-se a provisões destinadas a cobrir eventuais perdas com contingências relacionadas principalmente a IPTU, IOF, PIS e COFINS.

- ***Contingências de investimentos***

A Fundação, juntamente com outras entidades fechadas de previdência complementar, foi obrigada a adquirir Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFNDs, o que fez entre dezembro de 1986 e abril de 1987.

Essas obrigações eram atualizadas pela variação das Obrigações do Tesouro Nacional - OTNs. Com o advento do Plano Verão, em janeiro de 1989, as OTNs foram extintas, passando a atualização a ser feita pelo Índice de Preços ao Consumidor - IPC. No entanto, o Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES, em 4 de junho de 1990, comunicou às entidades que o rendimento das OFNDs passaria a ser indexado ao valor dos Bônus do Tesouro Nacional - BTNs.

A Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - ABRAPP, em defesa de suas associadas, recorreu ao Judiciário para fazer prevalecer o IPC como índice de atualização.

As OFNDs, desde então, deixaram de integrar a carteira de ativos da Fundação. Contudo a ação movida pela ABRAPP, requerendo o reconhecimento dos expurgos inflacionários ocorridos entre abril de 1990 e fevereiro de 1991, teve seguimento, tendo transitado em julgado em 2010, decisão ao pleito das EFPCs. Decorridos dois anos da decisão, a Fundação constituiu um contas a receber no montante de R\$ 77.171, com base em laudo técnico elaborado por consultoria especializada. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, este contas a receber foi revertido em 2011, por determinação da PREVIC.

Em 30 de junho de 2011, a ABRAPP ingressou no processo com uma petição de execução contemplando memória discriminada e atualizada de cálculo do débito principal e requerendo a citação do devedor FND para concordar com os cálculos ou opor embargos. Até esta data não havia manifestação por parte do devedor quanto aos valores constantes da petição.



Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

9 Provisões matemáticas

As provisões matemáticas foram constituídas com base em cálculos executados pelos atuários responsáveis pelos planos, de acordo com os seus pareceres dos Planos CD ONS , CD Eletrobras, CV EPE, CD CERON e do Plano BD Eletrobras e apresentam-se divididas como a seguir:

- ***Benefícios concedidos***

Registram a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos assistidos em gozo de benefício de prestação continuada, deduzidos das contribuições a receber dos beneficiados.

- ***Benefícios a conceder***

Registram o valor atual dos compromissos correspondentes aos benefícios a conceder, deduzidos das correspondentes contribuições a receber.

- ***Provisões matemáticas a constituir/(-) Serviço passado***

Registram o valor atual das contribuições extraordinárias futuras, referentes a serviço passado das patrocinadoras.

- ***Provisões matemáticas a constituir/(-) Deficit equacionado***

Registram o valor atual das contribuições extraordinárias futuras, referentes a deficit equacionado das patrocinadoras, participantes e assistidos.



Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as provisões matemáticas possuíam a seguinte composição consolidada:

	2011	2010
Benefícios concedidos	<u>1.889.505</u>	<u>1.791.020</u>
Contribuição definida	145.656	135.983
Benefício definido	1.743.849	1.655.037
Benefício a conceder	<u>1.110.432</u>	<u>1.008.976</u>
Contribuição definida	683.376	596.099
Benefício definido	427.056	412.877
(-) Provisões matemáticas a constituir	<u>(131.866)</u>	<u>(16.537)</u>
(-) Serviço passado	(101.686)	(16.537)
(-) Deficit equacionado	<u>(30.180)</u>	<u>-</u>
	<u>2.868.071</u>	<u>2.783.459</u>

Provisões matemáticas à constituir – Serviço passado

Em 31 de dezembro 2011 e 2010, as provisões matemáticas a constituir podem ser assim resumidas:

	2011	2010
Patrocinadora Eletrobras	84.405	-
Operações não contratadas	<u>17.281</u>	<u>16.537</u>
	<u>101.686</u>	<u>16.537</u>



Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Patrocinadora Eletrobras

Serviço Passado correspondente à parcela do valor presente dos benefícios já concedidos, após o fechamento do Plano BD Eletrobras a novas adesões, não coberta pelo patrimônio garantidor.

Operações não contratadas

Composição do grupo Operações não Contratadas em 31 de dezembro:

	2011	2010
Aporte de reservas do desbloqueio do SRC	153	181
Aporte de reservas de aposentadorias especiais	<u>17.128</u>	<u>16.356</u>
	<u>17.281</u>	<u>16.537</u>

- ***Aporte de reservas do desbloqueio do SRC***

Representam os recursos a receber da patrocinadora Eletros referentes a aportes de reservas originárias do desbloqueio do Salário Real de Contribuição (SRC), dos participantes, empregados da Eletros, que optaram pela migração ao Plano Previdenciário de Contribuição Definida até junho de 2008.

Em 2010, as patrocinadoras Eletrobras e Cepel efetuaram integralmente o pagamento dos valores provisionados.

Conforme deliberação do Conselho Deliberativo da Eletros, a dívida da patrocinadora Eletros teve o seguinte tratamento:

- (a) A parcela correspondente à provisão matemática do SRC foi quitada em 2010;
- (b) O participante da Eletros teve a opção de parcelar o pagamento das contribuições devidas decorrentes do desbloqueio do SRC; e
- (c) A patrocinadora Eletros vem contribuindo paritariamente com o participante.



Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

- **Aporte de reservas de aposentadorias especiais**

Estão em processo de cobrança ou de contratação com as patrocinadoras e referem-se, essencialmente, a aportes de reservas destinadas a aposentadorias especiais. Essas contribuições estão compostas como segue:

	Plano de benefícios	2011	2010
Patrocinadoras:			
ELETROBRAS	BD	4.054	5.315
ELETROBRAS	CD	258	110
CEPEL	BD	447	400
CEPEL	CD	<u>12.369</u>	<u>10.531</u>
		<u>17.128</u>	<u>16.356</u>

Provisões Matemáticas à Constituir – Deficit Equacionado

Déficit Técnico do Plano BD Eletrobras no montante de R\$ 30.181 mil, equacionado paritariamente, pelos patrocinadores, e participantes e assistidos, através de contribuições extraordinárias, determinadas por avaliação atuarial.



Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Premissas atuariais por plano de benefícios

PLANO BD ELETROBRAS

Taxa real anual de Juros	5,5% a.a.
Taxa de Rotatividade (Ativos)	0,00 a.a.
Taxa de Crescimento Salarial (Ativos)	3% a.a.
Taxa de Crescimento de Benefícios (Assistidos)	0% a.a.
Capacidade Salarial	100%
Capacidade de Benefício	97%
Tábua Geral –	AT 2000 Básica -M
Tábua de Entrada em Invalidez	IAPB 57
Tábua Sobrevivência de Inválidos	IAPB 57
Tábua de Expectativa de Sobrevida	Ambos os Sexos 2010 – IBGE 2011
Hipótese sobre Composição Familiar	Experiência ELETROS – Ajustada (*)

(*) Calculamos o limite superior, considerando-se que todos os titulares, participantes ativos e assistidos tivessem beneficiários, com direito a recebimento calculado por renda perpétua e ajustamos os valores dos encargos axH(12), em níveis superiores aos da experiência observada, e inferiores ao limite calculado. Obtendo, após ajustamento, valores majorados aos observados.

PLANO CD ELETROBRAS

Taxa real anual de Juros	6,0% a.a.
Tábua Geral –	AT 2000 Básica -M
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT (FRACA)
Tábua Mortalidade de Inválidos	IAPB 55

Hipótese sobre Composição Familiar Será utilizada a estrutura de beneficiários definida pelos participantes

OBS 1: No BPDS o Reajuste dos Benefícios se dá pelo Indexador Atuarial do Plano - IAP, definido no artigo 50 - XXVI, atualmente o INPC do IBGE aplicado com um mês de defasagem. O reajuste dos benefícios dos demais aposentados se dá pela variação das cotas do plano do perfil de investimentos.

OBS 2: Taxa de juros de 5,5% para o cálculo do passivo atuarial do BPDS.

OBS 3: relativamente ao benefício do BPDS, os beneficiários dos participantes que optaram por este benefício serão os mesmo reconhecidos pela Previdência Oficial.



Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

PLANO CD ONS

Taxa real anual de Juros	6,0% a.a.
Tábua Geral –	AT 2000 Básica -M
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT (FRACA)
Tábua Mortalidade de Inválidos	IAPB 55
Hipótese sobre Composição Familiar	Será utilizada a estrutura de beneficiários definida pelos participantes

PLANO CV EPE

Taxa real anual de Juros	6,0% a.a.
Tábua Geral –	AT 2000 Básica -M
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT (FRACA)
Tábua Mortalidade de Inválidos	IAPB 55
Hipótese sobre Composição Familiar	Será utilizada a estrutura de beneficiários definida pelos participantes

PLANO CD CERON

Taxa real anual de Juros	6,0% a.a.
Tábua Geral –	AT 2000 Básica -M
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT (FRACA)
Tábua Mortalidade de Inválidos	IAPB 55
Hipótese sobre Composição Familiar	Será utilizada a estrutura de beneficiários definida pelos participantes

OBS.: INDEXADOR ECONÔMICO: INPC DIVULGADO PELO IBGE, APLICADO COM 1 (UM) MÊS DE DEFASAGEM



Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

10 Fundos

Fundos previdenciais

São constituídos de acordo com a nota técnica atuarial de cada plano de benefício previdencial e podem ser assim resumidos:

	2011	2010
Fundo de risco	29.820	-
Fundo de restituição	318	-
	<u>30.138</u>	<u>-</u>

- *Fundo de Risco*

Representa o somatório dos créditos referentes às contribuições efetuadas pelos participantes e/ou patrocinadora para custeio dos benefícios não programáveis de auxílio-doença, pecúlio por morte e invalidez permanente total, descontados os valores pagos para os benefícios não programáveis. Nessa conta são lançados também o excedente de saldo não resgatado da Conta Básica de Patrocinadora e as prestações mensais de benefícios consideradas prescritas. O saldo do fundo de risco está composto como segue:

	2011	2010
Plano CD Eletrobras	26.535	-
Plano CD ONS	2.585	-
Plano CV EPE	622	-
Plano CD CERON	78	-
	<u>29.820</u>	<u>-</u>

- *Fundo de restituição*

Representa o somatório dos Saldos das Contas Individuais dos participantes que se desligaram do Plano, porém não realizaram a opção por um dos Institutos.



Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Fundo da Gestão Administrativa

O fundo da gestão administrativa se destina a cobrir os gastos relativos ao custeio administrativo da Eletros sendo constituído pela diferença entre as receitas (taxas de administração do ativo, taxas de carregamento previdencial, ressarcimentos de despesas operacionais e outras receitas) e as despesas administrativas.

Da rentabilidade auferida pelo fundo administrativo do PGA em 2011, no valor de R\$ 6.796 mil, foram usados no custeio R\$ 5.547 mil, o que permitiu que o valor remanescente fosse transferido para reforço do saldo do fundo, que atingiu em 31 de dezembro de 2011 a R\$ 63.313 mil (R\$ 62.064 mil em 2010).

As despesas Administrativas da Eletros no exercício de 2011 e 2010 foram rateadas a partir da ponderação do tempo médio anual de alocação dos empregados nas gestões e o custo médio de cada área.

Fundo dos investimentos

O fundo dos investimentos, denominado fundo garantidor de empréstimos é constituído para fazer face à quitação dos empréstimos concedidos aos participantes na eventualidade de seu falecimento. O montante desse fundo em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 7.506 (R\$ 7.255 mil em 2010).



Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

11 Detalhamento dos saldos das rubricas contábeis com a denominação “outros”

Composição dos registros contábeis relativos aos saldos das rubricas com a denominação “Outros(as)”, que ultrapassaram, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, no total, um décimo do valor do respectivo grupo de contas:

Gestão previdencial - Realizável

	2011	2010
Outros recursos a receber		
Contribuições Contratadas participantes	<u>3.872</u>	<u>4.595</u>
	<u>3.872</u>	<u>4.595</u>
Outros realizáveis		
Valores a receber das patrocinadoras	20.966	15.823
Outros valores a receber	<u>91</u>	<u>84</u>
	<u>21.057</u>	<u>15.907</u>
	<u>24.929</u>	<u>20.502</u>

Gestão Administrativa – Realizável

	2011	2010
Outros realizáveis		
Convênio de interveniência com o INSS	5.291	5.291
Valores a receber referente ao seguro plasas	404	404
Outros valores a receber	<u>360</u>	<u>360</u>
	<u>6.055</u>	<u>6.055</u>



Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

	2011	2010
Outros recursos a receber		
Reembolso das despesas administrativas do Plano Eletros-Saúde	1.070	573
Outros valores a receber	187	5
	<u>1.257</u>	<u>578</u>
Outros realizáveis		
Convênio de interveniência com o INSS	3.786	5.291
Valores a receber dos assistidos	947	-
Valores a receber referente ao seguro plasas	155	404
Outros valores a receber	1	360
	<u>4.899</u>	<u>6.055</u>
	<u>6.146</u>	<u>6.633</u>
 Gestão Administrativa – Exigível		
	2011	2010
Outras exigibilidades		
Valores referentes a seguros a pagar	681	555
Valores referentes a convênios com as patrocinadoras	230	276
Outros	20	93
	<u>931</u>	<u>924</u>

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

12 Apresentação dos efeitos das consolidações

Consolidado de balançetes
31/12/01

Grupo de Contas	Plano ED	Plano CD	PGA	Plano C.V.E.P.E.	Plano CD ONS	PLANO CD CBRON	Eliminação de Consolidação		Saldo Consolidado
							Débito	Crédito	
Disponível	2	4	631	2	2	2	-	-	643
Realizável	1.862.771	955.901	70.973	15.530	165.562	1.930	-	63.313	3.009.354
Gestão Previdencial	56.768	3.882	-	-	-	-	-	-	60.650
Gestão Administrativa	44.001	19.189	10.660	9	18	96	-	63.313	10.660
Investimentos	1.762.002	932.830	60.313	15.521	165.544	1.834	-	-	2.938.044
Permanente	-	-	3.357	-	-	-	-	-	3.357
Gestão Assistencial	-	-	-	-	-	-	-	-	14.794
Total do Ativo	1.862.773	955.905	74.961	15.532	165.564	1.932	-	63.313	3.028.148
Exigível Operacional	2.936	533	7.312	-	164	57	-	-	11.002
Gestão Previdencial	2.908	521	-	-	165	57	-	-	3.649
Gestão Administrativa	-	-	7.311	-	-	-	-	-	7.311
Investimentos	28	12	-	-	1	-	-	-	42
Exigível Contingencial	27.308	1.180	4.336	-	-	-	-	-	33.324
Gestão Previdencial	19.577	-	-	-	-	-	-	-	19.527
Gestão Administrativa	-	-	4.336	-	-	-	-	-	4.336
Investimentos	8.281	1.180	-	-	-	-	-	-	9.461
Patrimônio Social	1.832.029	934.192	63.313	15.532	165.400	1.875	63.313	-	2.969.028
Patrimônio de Cobertura	1.782.316	907.000	-	14.725	162.391	1.699	-	-	2.868.071
Fundos	45.713	47.192	63.313	807	3.069	176	63.313	-	100.957
Previdência	-	26.571	-	798	2.689	80	-	-	30.138
Administrativos	44.001	19.189	63.313	9	18	96	63.313	-	63.313
Investimentos	5.712	1.432	-	-	362	-	-	-	7.506
Gestão Assistencial	-	-	-	-	-	-	-	-	14.794
Total do Passivo	1.862.773	955.905	74.961	15.532	165.564	1.932	63.313	-	3.028.148





Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

13 Ações judiciais - Tributárias

A ELETROS, adicionalmente ao mencionado na Nota Explicativa nº 8, iniciou diversos processos judiciais que visam à recuperação de valores que reduziram seus ativos pela edição de planos de estabilização econômica e por mudanças na legislação que contemplava as entidades fechadas de previdência complementar com a imunidade tributária (Lei nº 6.435/77).

14 Evolução do déficit do Plano BD ELETROBRAS

Déficit do Plano BD em 31 de dezembro de 2010	<u>(29.944)</u>
Fatores ordinários de influência do resultado de 2011	<u>22.872</u>
Resultado dos investimentos	137.979
Resultado previdenciário	(128.974)
Constituição das Provisões Matemáticas	23.142
Taxa de Administração do Ativo + Sobrecarga administrativa	(9.275)
Déficit parcial	<u>(7.072)</u>
Fatores extraordinários de influência do resultado de 2011	<u>7.072</u>
Estorno do registro dos expurgos inflacionários nas OFND's	(77.171)
Resultado da reavaliação dos imóveis	84.243
Superavit/déficit do Plano BD em 31 de dezembro de 2011	<u>-</u>



Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Relatório de Gestão do Exercício de 2011

Rio de Janeiro
Maio de 2012

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Relatório de Gestão do Exercício de 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 108/2010, da Portaria TCU nº 123/2011.

Rio de Janeiro
Maio de 2012

SUMÁRIO

I - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.....	4
1. Identificação.....	4
2. Planejamento e gestão orçamentária e financeira.....	5
3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	6
4. Movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	6
5. Recursos Humanos.....	6
6. Transferências mediante convênio, contrato de repasse e outros acordos.....	6
7. Declaração SIASG/SICONV.....	6
8. Cumprimentos das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10/11/93.....	6
9. Funcionamento do sistema de controle interno.....	6
10. Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental.....	6
11. Gestão do patrimônio imobiliário – “Bens de Uso Especial”.....	6
12. Gestão de tecnologia da informação (TI).....	7
13. Utilização de cartões de pagamento do governo federal.....	7
14. Renúncia Tributária.....	7
15. Providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU.....	7
16. Tratamento das recomendações realizadas de controle interno.....	7
17. Outras informações consideradas relevantes.....	7
II - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	7
1. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76.....	7
2. Composição acionária do capital social.....	7
3. Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis.....	7
III - INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS A CONSTAR DO RELATÓRIO DE GESTÃO.....	7
1. Demonstrativo analítico das despesas com ações de publicidade e propaganda.....	7
2. Remuneração para aos membros do conselho de administração e conselho fiscal.....	7
3. Entidades fechadas de previdência complementar.....	7
4. Relação de arquivos anexos.....	7

LISTAS DE TABELAS

I)	Ingressos e Aplicações em 2011.....	05
II)	Ingressos por Natureza.....	05
III)	Aplicações por Programa e Região.....	06
IV)	Ingressos Previstos X Realizados.....	06

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

QUADRO A.1.3 - IDENTIFICAÇÃO – RELATÓRIO DE GESTÃO AGREGADO

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder:			
Órgão de Vinculação:			Código SIORG:
Identificação da Unidade Jurisdicionada agregadora			
Denominação completa: Centrais Elétricas Brasileiras S.A.			
Denominação abreviada: Eletrobras			
Código SIORG:		Código na LOA:	Código SIAFI:
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica:			
Principal Atividade:			Código CNAE:
Telefones/Fax de contato:			
E-mail:			
Página na Internet: www.eletrobras.com			
Endereço Postal:			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas agregadas			
Número de Ordem:			
Denominação completa: Conta de Desenvolvimento Energético			
Denominação abreviada: CDE			
Código SIORG:		Código na LOA:	Código SIAFI:
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica:			
Principal Atividade:			Código CNAE:
Telefones/Fax de contato:			
E-mail:			
Página na Internet:			
Endereço Postal:			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002			
Decreto nº 4.541, de 23 de dezembro de 2002			
Resolução Normativa nº074, de 15 de julho de 2004			
Resolução Normativa nº129, de 20 de dezembro de 2004			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora			Código SIAFI da Gestão

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Parte A, Questão 2:

A Conta de Desenvolvimento Energético - CDE foi criada pela Lei 10.438/2002 com o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados e promover a universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional.

Insta consignar, que a Relação dos Responsáveis deste Fundo é mesma daquela que é válida para a Eletrobras, tendo em vista que a gestão deste Fundo está sob a administração da Eletrobras.

Para compensar as concessionárias de energia elétrica pela redução de receitas oriundas do atendimento aos consumidores da Subclasse Residencial Baixa Renda foi criada a subvenção econômica, com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Em 2011 foi liberado, a título de subvenção, R\$ 2.489 milhões, sendo R\$ 1.410 milhões para Baixa Renda, atendendo a diversas concessionárias de distribuição de energia elétrica e R\$ 1.079 milhões para o Programa Luz para Todos. Abaixo demonstramos a movimentação financeira da CDE em 2011:

Ingressos e Aplicações em 2011:

Movimentação	R\$ milhões
Ingressos: CDE+UBP+Multas ANEEL:	3.747
Arrecadação de quotas	3.610
Outros	137
Aplicações:	3.084
Subvenção Luz Para Todos	1.079
Subvenção Baixa Renda	1.410
Carvão Mineral	583
Outras	12

Ingressos:

Ingressos	Em R\$ milhões	%
Arrecadação de quotas	3.109	83,0
Quotas da UBP	361	9,6
Multas da ANEEL	140	3,7
Parcelamentos/Restituição LPT	54	1,5
Transferência da RGR – Subvenção para o programa LPT	0	0
Rendimento das aplicações financeiras	64	1,7
Outras fontes	19	0,5
TOTAL	3.747	100,0

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Aplicações	Macro-Regiões					R\$ milhões
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
Subvenção Luz Para Todos	392	552	122	4	9	1.079
Subvenção Baixa Renda	56	907	277	151	19	1.410
Carvão Mineral	0	0	0	583	0	583
TOTAL	448	1.459	399	738	28	3.072

Valores em R\$ Mil

Ingressos	Previsão (a)	Realização (b)	Participação % (c)	Desempenho % (d=b/a)
Arrecadação de Quotas	3.314	3.109	83,1	64,1
Quotas da UBP	357	361	9,6	101,1
Multas da ANEEL	121	140	3,7	115,5
Parcelamentos / Restituição LPT	22	54	1,4	244,0
Transferência da RGR – Subvenção para o Programa LPT	600	0	0	0
Rendimento das Aplicações Financeiras	0	64	1,7	0
Outras fontes	0	19	0,5	0
TOTAL	4.414	3.747	100,0	84,9

3. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos e recursos.

Não se aplica.

4. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Não se aplica.

5. Informações sobre recursos humanos.

Não se aplica.

6. Informações sobre as transferências mediante convênio, acordo ou outros instrumentos.

Não se aplica.

7. Declaração da área responsável sobre contratos e convênios - SIASG/SICONV

Não se aplica.

8. Informações sobre o cumprimento da Lei nº 8.730, de 10/11/1993

Não se aplica.

9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno

Não se aplica.

10. Informações quando à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens

Não se aplica.

11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário – “Bens de Uso Especial”.

Não se aplica.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI)

Não se aplica.

13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal

Não se aplica.

14. Informações sobre Renúncia Tributária

Não se aplica.

15. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações do TCU

Não se aplica.

16. Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno

Não se aplica.

17. Outras informações consideradas relevantes

Não se aplica.

II. Informações Contábeis

1. Demonstrações contábeis previstas na Lei 6.404/76, incluindo notas explicativas

Não se aplica.

2. Composição acionária do Capital Social e detentora de investimento permanente em outras sociedades (investidora).

Não se aplica.

3. Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis

Não se aplica.

III. Informações sobre a Gestão – Conteúdo Específico por Unidade Jurisdicionada ou Grupo de Unidades Afins

Não se aplica.

1. Despesas com ações de publicidade e propaganda

Não se aplica.

2. Demonstrativo da remuneração paga aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal

Não se aplica.

3. Informações sobre Previdência Complementar

Não se aplica.

4. Relação de arquivos anexos

Não se aplica.

José da Costa Carvalho Neto
Presidente da Eletrobras



Reserva Global de Reversão - RGR

Relatório de Gestão do Exercício de 2011

Rio de Janeiro
Maio de 2012

Reserva Global de Reversão - RGR

Relatório de Gestão do Exercício de 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 108/2010, da Portaria TCU nº 123/2011.

Rio de Janeiro
Maio de 2012

Reserva Global de Reversão - RGR

SUMÁRIO

I - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.....	4
1. Identificação.....	4
2. Planejamento e gestão orçamentária e financeira.....	5
3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	7
4. Movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	7
5. Recursos Humanos.....	7
6. Transferências mediante convênio, contrato de repasse e outros acordos.....	7
7. Declaração SIASG/SICONV.....	7
8. Cumprimentos das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10/11/93.....	7
9. Funcionamento do sistema de controle interno.....	7
10. Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental.....	7
11. Gestão do patrimônio imobiliário – “Bens de Uso Especial”.....	7
12. Gestão de tecnologia da informação (TI).....	7
13. Utilização de cartões de pagamento do governo federal.....	7
14. Renúncia Tributária.....	7
15. Providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU.....	7
16. Tratamento das recomendações realizadas de controle interno.....	7
17. Outras informações consideradas relevantes.....	7
II - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	7
1. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76.....	7
2. Composição acionária do capital social.....	7
3. Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis.....	8
III - INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS A CONSTAR DO RELATÓRIO DE GESTÃO.....	8
1. Demonstrativo analítico das despesas com ações de publicidade e propaganda.....	8
2. Remuneração para aos membros do conselho de administração e conselho fiscal.....	8
3. Entidades fechadas de previdência complementar.....	8
4. Relação de arquivos anexos.....	8

LISTAS DE TABELAS

I)	Ingressos e Aplicações em 2011.....	.05
II)	Ingressos por Natureza.....	.05
III)	Aplicações por Programa e Região.....	.06
IV)	Liberações por Programa.....	.06
V)	Ingressos Previstos X Realizados.....	.06

Reserva Global de Reversão - RGR

PORTARIA TCU Nº 123

QUADRO A.1.3 - IDENTIFICAÇÃO – RELATÓRIO DE GESTÃO AGREGADO

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder:			
Órgão de Vinculação:			Código SIORG:
Identificação da Unidade Jurisdicionada agregadora			
Denominação completa: Centrais Elétricas Brasileiras S.A.			
Denominação abreviada: Eletrobras			
Código SIORG:		Código na LOA:	Código SIAFI:
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica:			
Principal Atividade:			Código CNAE:
Telefones/Fax de contato:			
E-mail:			
Página na Internet: www.eletrobras.com			
Endereço Postal:			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas agregadas			
Número de Ordem:			
Denominação completa: Reserva Global de Reversão			
Denominação abreviada: RGR			
Código SIORG:		Código na LOA:	Código SIAFI:
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica:			
Principal Atividade:			Código CNAE:
Telefones/Fax de contato:			
E-mail:			
Página na Internet: http://www.eletrobras.com			
Endereço Postal:			
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971			
Lei nº 8.631, de 04 de março de 1993			
Decreto nº 774, de 18 de março de 1993			
Resolução ANEEL nº 23, de 05 de fevereiro de 1999			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora			Código SIAFI da Gestão

Reserva Global de Reversão - RGR

Parte A, Questão 2:

A.I) Diretoria Financeira.

A.II) A Reserva Global de Reversão foi criada pela Lei 5.655/1971 com a finalidade de prover recursos para os casos de reversão e encampação de serviços de energia elétrica. Os recursos, enquanto não utilizados para os fins a que se destinam, são aplicados na concessão de financiamentos destinados a expansão do setor elétrico brasileiro, melhoria do serviço e na realização dos programas do governo federal.

Insta consignar, que a Relação dos Responsáveis deste Fundo é mesma daquela que é válida para a Eletrobras, tendo em vista que a gestão deste Fundo está sob a administração da Eletrobras.

Com o advento da MP 517/2010, artigo 16, a cobrança das quotas da RGR foi prorrogada até o final do exercício de 2035.

Na condição de gestora dos recursos oriundos da RGR, conforme legislação em vigor, a Eletrobras aplicou, no exercício financeiro de 2011, o montante de R\$ 1.437 milhão. A movimentação referente aos ingressos e às aplicações desses recursos, ocorrida durante o ano de 2011, está apresentada nos quadros a seguir:

Ingressos e aplicações em 2011:

Movimentação		Em R\$ milhões
Ingressos:		3.713
Arrecadação de quotas		1.729
Outros		1.984
Aplicações:		1.437
Financiamentos		1.376
Outras		61
Região	Financiamento Liberado R\$ milhões	%
Norte	223	16,2
Nordeste	202	14,7
Centro-Oeste	33	2,4
Sul	163	11,8
Sudeste	755	54,9
TOTAL	1.376	100,0

Reserva Global de Reversão - RGR

Ingressos:

Ingressos	Em R\$ milhões	%
Arrecadação de quotas	1.704	45,9
Juros de reversão	12	0,3
Parcelamentos	13	0,4
Amortizações efetuadas pela Eletrobras	1.030	27,7
Rendimento de aplicações financeiras	954	25,7
Outras	0	0,0
TOTAL	3.713	100,0

Programas	Liberações – R\$ milhões	%
Luz Para Todos	224	16,3
Reluz/Conservação	55	4,0
Geração	681	49,5
Transmissão	38	2,7
Distribuição	370	26,9
Revitalização de Parques Térmicos	7	0,5
Outros	1	0,1
TOTAL	1.376	100,0

Programas	Macro-Regiões					R\$ milhões
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
Luz Para Todos	35	60	116	7	6	224
Reluz/Conservação	26	10	9	9	1	55
Geração	19	0	602	53	7	681
Transmissão	127	125	20	81	17	370
Distribuição	10	7	6	13	2	38
Revitalização de Parques Térmicos	7	0	0	0	0	7
Outros	0	0	1	0	0	1
TOTAL	223	202	755	163	33	1.376

Reserva Global de Reversão - RGR

Ingressos	Previsão (a)	Realização (b)	Participação % (c)	Desempenho % (d=b/a)
Arrecadação de quotas	1.750	1.704	45,9	97,4
Juros de reversão	12	12	0,3	96,7
Parcelamentos	12	13	0,4	111,3
Amortizações efetuadas pela Eletrobras	1.048	1.030	27,7	98,2
Rendimento de aplicações financeiras	648	954	25,7	147,2
Outras	0	0	0	0,0
TOTAL	3.470	3.713	100,0	107,1

3. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos e recursos.

Não se aplica.

4. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Não se aplica.

5. Informações sobre recursos humanos.

Não se aplica.

6. Informações sobre as transferências mediante convênio, acordo ou outros instrumentos.

Não se aplica.

7. Declaração da área responsável sobre contratos e convênios - SIASG/SICONV

Não se aplica.

8. Informações sobre o cumprimento da Lei nº 8.730, de 10/11/1993

Não se aplica.

9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno

Não se aplica.

10. Informações quando à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens

Não se aplica.

11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário – “Bens de Uso Especial”.

Não se aplica.

12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI)

Não se aplica.

13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal

Não se aplica.

14. Informações sobre Renúncia Tributária

Não se aplica.

15. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações do TCU

Não se aplica.

Reserva Global de Reversão - RGR

16. Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno

Não se aplica.

17. Outras informações consideradas relevantes

Não se aplica.

II. Informações Contábeis

1. Demonstrações contábeis previstas na Lei 6.404/76, incluindo notas explicativas

Não se aplica.

2. Composição acionária do Capital Social e detentora de investimento permanente em outras sociedades (investidora).

Não se aplica.

3. Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis

Não se aplica.

III. Informações sobre a Gestão – Conteúdo Específico por Unidade Jurisdicionada ou Grupo de Unidades Afins

Não se aplica.

1. Despesas com ações de publicidade e propaganda

Não se aplica.

2. Demonstrativo da remuneração paga aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal

Não se aplica.

3. Informações sobre Previdência Complementar

Não se aplica.

4. Relação de arquivos anexos

Não se aplica.

José da Costa Carvalho Neto
Presidente da Eletrobras